



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

LUCIANA DE ALMEIDA SILVEIRA

**AS “ESCOLAS DO IMPERADOR” DAS FREGUESIAS DA NOSSA SENHORA DA
GLORIA, DE SÃO CHRISTOVÃO E DE SANT'ANNA: SOBRE A EMERGÊNCIA
DE DIFERENTES ESTÉTICAS DO OLHAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
(1870-1889)**

RIO DE JANEIRO

2021

LUCIANA DE ALMEIDA SILVEIRA

**AS “ESCOLAS DO IMPERADOR” DAS FREGUESIAS DA NOSSA SENHORA DA
GLORIA, DE SÃO CHRISTOVÃO E DE SANT'ANNA: SOBRE A EMERGÊNCIA
DE DIFERENTES ESTÉTICAS DO OLHAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
(1870-1889)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Educação.

LINHA DE PESQUISA:

História, Sujeitos e Processos Educacionais.

Orientador:

Prof. Dr. José Cláudio Sooma Silva.

RIO DE JANEIRO

2021

LUCIANA DE ALMEIDA SILVEIRA

AS “ESCOLAS DO IMPERADOR” DAS FREGUESIAS DA NOSSA SENHORA DA GLORIA, DE SÃO CHRISTOVÃO E DE SANT'ANNA: SOBRE A EMERGÊNCIA DE DIFERENTES ESTÉTICAS DO OLHAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1870-1889)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Cláudio Sooma Silva – UFRJ (Orientador)

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo – UFRJ

Prof^a. Dr^a. Nailda Marinho da Costa - UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Aline de Moraes Limeira - ProPEd/UERJ

Prof^a. Dr^a. Angélica Borges - FEBF/UERJ

Prof^a. Dr^a. Libânia Nacif Xavier – UFRJ [Suplente]

Prof^a. Dr^a. Cíntia Borges de Almeida – UESC [Suplente]

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos meus zelosos e amados pais, Nelson e Marilene (*in memoriam*), o meu amor incondicional, a minha eterna gratidão a vocês, meus maiores incentivadores.

AGRADECIMENTOS

A produção desse texto é uma dívida para com muitos que, direta ou indiretamente, contribuíram para sua realização e que, próximo ou distante, sempre torceram por mim.

A Deus, luz da vida em nossos corações, que ilumina os nossos caminhos e fortalece a alma nessa extensa e transformadora trajetória acadêmica e profissional.

Aos meus queridos pais e familiares, pelo amor, apoio e incentivo constantes, fonte de um eterno aprendizado em dedicação, sabedoria e lições de vida, meus exemplos de justiça, solidariedade, força, determinação, bondade e amor ao próximo.

Ao meu estimado orientador, Prof. Dr. José Cláudio Sooma Silva, por acreditar no meu potencial e pelo incentivo constante, compreensão, paciência e orientação de um trabalho acadêmico com profissionalismo, qualidade, criatividade, determinação e humildade, elementos nem sempre presentes no meio universitário.

Aos professores Victor Andrade de Melo, Nailda Marinho da Costa, Angélica Borges e Aline de Moraes Limeira, membros titulares da banca examinadora, pela avaliação crítica, compreensão, interesse e valiosa colaboração em sugestões e críticas, fundamentais para o aprimoramento desse trabalho.

Às professoras Libânia Nacif Xavier e Cíntia Borges de Almeida, pela atenção, pelo carinho e pela disponibilidade quanto à participação como membros suplentes da banca examinadora.

Ao corpo docente (André Bocchetti, Irma Rizzini, Mônica Pereira, Maria Vitória Mamede, Miriam Weindfeld e Carmen Teresa Gabriel) e técnico-administrativo (Solange Araújo, Michele e Denise) do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, pelo profissionalismo, carinho, estímulo e ricos debates durante os encontros semanais.

Aos amigos queridos do Grupo de Pesquisa, Valter, Felipe, Rafaela, Jessie, Lizie, Clara, Raquel, Priscila, Tatiana, Rosana, Andréa, Polyana, Bárbara, Rosi, Raíza, Gabriela, Zelma e Marcus, pelos momentos valiosos de amizade, palavras de incentivo, apoio mútuo e entrelaçamentos de ideias, saberes, receios e expectativas ao longo de toda a trajetória.

A todos os colegas da Turma de Doutorado 2016 pela partilha de momentos enriquecedores no meu processo formativo.

Ao Comando e às chefias, atual e anteriores, da Divisão de Ensino e Pesquisa do Instituto Militar de Engenharia - IME, Gen Armando, Cel Pacheco, Cel Oliveira, Cel Cano, Cel Alexandre, Cel Hamaoka, Prof. Luiz Paulo e Prof. Carlos, pela autorização e incentivos constantes ao aprimoramento profissional.

Às minhas amigas “imeanas”, Fernanda, Luciana, Lúcia, Raquel, Vanessa, Viviane, Flávia e Renata, pelo apoio, pela amizade, pelo carinho e pelos momentos de descontração, tão importantes no decorrer deste conturbado percurso.

À Prof^a Ana Mignot e às colegas de turma da disciplina isolada, cursada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Jaqueline, Ana Cláudia, Fernanda, Daise e Gilmara, pelo carinho, estímulo e apoio fundamental no momento mais difícil dessa minha trajetória acadêmica.

Aos funcionários dos arquivos públicos visitados (Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro) pela atenção, cooperação e presteza no atendimento.

A todos: Muito obrigada!!!

E, como o meu orientador, José Cláudio, costuma dizer: “Sigamos sempre juntos!”

RESUMO

As “Escolas do Imperador” das Freguesias da Nossa Senhora da Gloria, de São Christovão e de Sant’Anna: sobre a emergência de diferentes estéticas do olhar na cidade do Rio de Janeiro (1870-1889).

Investigar possíveis entrecruzamentos presentes no ato de projetar o espaço da urbe com algumas das práticas da escolarização no último quartel do século XIX, por meio do escrutínio do Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro de 1875-1876 e dos projetos das “Escolas do Imperador” das freguesias urbanas de Sant’Anna, São Christovão e Gloria, constitui o objetivo deste trabalho. Para tanto, foi necessário atentar para os entrelaçamentos das culturas urbanas com as escolares no sentido de sinalizar alguns dos papéis possíveis das “Escolas do Imperador” no processo de construção de uma tradição de urbanidade no final do século XIX. Buscou-se refletir sobre as diferentes estéticas do olhar a cidade em construção a partir da tríade medicina, educação e engenharia que, sob a lógica das ações de governo, ansiava reordenar o espaço social com base nos preceitos da harmonia, da beleza, do equilíbrio e da política higienista.

A tentativa de modernizar a cidade procurava romper com o passado citadino, a partir de um amplo conjunto de dispositivos de disciplinarização do ambiente urbano, dos tempos sociais e dos espaços escolares. De um lado, revestidos de caráter educativo, mecanismos de vigilância, presentes no espaço da cidade, tencionavam incutir na população algumas “atitudes de modernidade”. Por outro, tais prescrições disciplinares serviram de circunstâncias indiciárias de hábitos, resistências e apropriações por parte da população no período (ABREU, 1988; BENCHIMOL, 1992; SILVA, 2009; CHALHOUB, 1996; LE GOFF, 2003, 1997; DE CERTEAU, 1982).

Portanto, o plano de urbanização, elaborado pela Comissão de Melhoramentos da Cidade de 1874 tencionava atribuir à cidade imperial diferentes contornos urbanísticos, estéticos e sociais, vinculados aos padrões de higiene pública e de salubridade dos espaços citadinos. Nessa medida, os parâmetros urbanísticos e construtivos adotados nos planos de reordenação social tanto influenciaram quanto sofreram as interferências do processo de constituição da(s) “forma(s) escolar(es)” no período (VIDAL, 2005; DUSSEL e CARUSO, 2003; VINCENT, LAHIRE e THIN, 2001; GONDRA e SCHUELER, 2008).

Desse quadro, considerando que o projeto de expansão da escolarização a partir das “Escolas do Imperador” estaria relacionado ao projeto de urbanização da cidade imperial, tencionou-se indicar a emergência de diferentes estéticas do olhar na cidade do Rio de Janeiro. Imersas no projeto de remodelação social na segunda metade do século XIX, observou-se que a adoção do padrão estético, marcado pela monumentalidade da arquitetura escolar, funcionava como uma estratégia para legitimar, circular e compartilhar os ideais de civilidade e de modernidade tão desejados pela cidade imperial, remetendo a autores como Veiga (2003), Vidal e Faria Filho (2000), Gondra (2003) Abreu Junior (2005) e Viñao Frago e Escolano (1998).

Para a consecução deste estudo, estabeleceu-se um diálogo com diferentes autores como Hobsbawm (1984); Faria Filho, Gonçalves, Vidal e Paulilo (2004); Melo (2018); Pasche (2014); Schueler (2007, 2002); Borges (2014); Lemos (2003); Costa (2002); Julia (2001); Popkewitz (1997); Lynch (1997); Ginzburg (1989). Nessa perspectiva, a investigação construiu diferentes coleções documentais (legislações, projetos de arquitetura, planos de melhoramento da cidade, projetos escolares, relatórios ministeriais). As pesquisas ocorreram, principalmente, no Centro de Referência da Educação Pública do Rio de Janeiro da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - CREP/PCRJ, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional.

Palavras-chave: História da Educação; “Escolas do Imperador”; Plano de Melhoramentos de 1875-1876; Culturas Escolares e Urbanas; Arquitetura Escolar.

ABSTRACT

The Emperor's Schools of the districts of Nossa Senhora da Gloria, São Christovão and Sant'Anna: about the emergence of different aesthetics of the gaze in the city of Rio de Janeiro (1870-1889).

Investigate possible intersections present in the act of designing the urban space with some of the practices of schooling in the last quarter of the 19th century, through the Improvement Plan of the City of Rio de Janeiro from 1875-1876 and the project of the Emperor's Schools of the urban districts of Sant'Anna, São Christovão and Gloria, is the objective of this work. Therefore, it was necessary to pay attention to the intertwining of urban and school cultures in order to signal some of the possible roles of the Emperor's Schools in the process of building a tradition of urbanity in the late 19th century. We tried to reflect on the different aesthetics of looking at the city under construction from the triad of medicine, education and engineering that, under the logic of government actions, wanted to reorder the social space based on the precepts of harmony, beauty, balance and hygiene policy.

The attempt to modernize the city sought to break with the city past, using a wide range of disciplinary devices for the urban environment, social times and school spaces. On the one hand, with an educational character, surveillance mechanisms, present in the city space, intended to instill in the population some "attitudes of modernity". On the other hand, such disciplinary prescriptions served as indicative circumstances of habits, resistances and appropriations by the population in the period (ABREU, 1988; BENCHIMOL, 1992; SILVA, 2009; CHALHOUB, 1996; LE GOFF, 2003, 1997; DE CERTEAU, 1982).

Therefore, the urbanization plan, drawn up by the City Improvement Commission of 1874, intended to give the imperial city different urban, aesthetic and social outlines, linked to the standards of public hygiene and healthiness of city spaces. In this measure, the urban and constructive parameters adopted in the social reorganization plans both influenced and suffered the interferences of the process of constitution of the "school form (s)" in the period (VIDAL, 2005; DUSSEL and CARUSO, 2003; VINCENT, LAHIRE and THIN, 2001; GONDRA and SCHUELER, 2008).

From this context, considering that the project to expand schooling from the Emperor's Schools would be related to the urbanization project of the imperial city, it was intended to indicate the emergence of different aesthetics of the look in the city of Rio de Janeiro. Immersed in the social remodeling project in the second half of the 19th century, it was observed that the adoption of the aesthetic standard, marked by the monumentality of school architecture, functioned as a strategy to legitimize, circulate and share the ideals of civility and modernity so desired by imperial city, referring to authors such as Veiga (2003), Vidal and Faria Filho (2000), Gondra (2003) Abreu Junior (2005) and Viñao Frago and Escolano (1998).

To carry out this study, a dialogue was established with different authors such as Hobsbawm (1984); Faria Filho, Gonçalves, Vidal and Paulilo (2004); Melo (2018); Pasche (2014); Schueler (2007, 2002); Borges (2014); Lemos (2003); Costa (2002); Julia (2001); Popkewitz (1997); Lynch (1997); Ginzburg (1989). In this perspective, the investigation has built different documentary collections (legislation, architecture projects, city improvement plans, school projects, ministerial reports). The surveys took place mainly at the Rio de Janeiro Public Education Reference Center of the City of Rio de Janeiro - CREP / PCRJ, the General Archive of the City of Rio de Janeiro and the National Archive.

Keywords: History of Education; Emperor's Schools; Improvement Plan of 1875-1876; School and Urban Cultures; School Architecture.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa Arquitetural da Cidade do Rio de Janeiro. Parte comercial. Rio de Janeiro, 1874. .	50
Mapa 2: Arquitetura da “Cidade Espetáculo”: os arredores do Campo da Acclamação no final do século XIX	65
Mapa 3: Arquitetura da “Cidade Espetáculo”: percorrendo o entorno do Campo de São Christovão no final do século XIX.	71
Mapa 4: Arquitetura da “Cidade Espetáculo”: caminhando pelo Largo do Machado no final do século XIX.	74
Mapa 5: População da Cidade do Rio de Janeiro por freguesias e localização das Escolas do Imperador (1870).	101
Mapa 6: População da Cidade do Rio de Janeiro por freguesias e localização das Escolas do Imperador (1890).	102
Mapa 7: Sistema ferroviário da Cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX e localização das Escolas do Imperador.	103
Mapa 8: Distribuição das linhas de bonde na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX	109
Mapa 9: Tipos habitacionais e diferentes usos da Cidade Nova nos anos de 1870 nas proximidades do Campo de Santana	144
Mapa 10: PLANO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE 1875-1876.....	153
Mapa 11: Localização dos prédios da Faculdade de Medicina, do Hospício Dom Pedro II e da Escola Militar a serem beneficiados Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876.....	158
Mapa 12: As centralidades de poder desenhadas pela expansão da cidade e os planos urbanísticos do século XIX na Corte Imperial.	162
Mapa 13: A ordem civilizatória a partir do desenho urbano e das instituições de poder-saber no Campo da Acclamação (atual Campo de Santana).	165
Mapa 14: Escola de São Sebastião como símbolo da nova ordem civilizatória.....	232
Mapa 15: Ordens religiosas, irmandades e confrarias entre os séculos XVIII e XIX.	318
Mapa 16: Localização do Matadouro Público de São Christovão no século XIX.....	320

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Casa da Moeda.....	65
Figura 2: Estação da estrada de ferro Dom Pedro II	65
Figura 3: Escola da Freguesia de Sant'Anna.....	65
Figura 4: Câmara Municipal do Rio de Janeiro.....	65
Figura 5: Projeto para caixa d'água em São Christovão do tenente-coronel Cristiano Pereira de Azeredo Coutinho, inspetor-geral das Obras Públicas do Município da Corte, 1863.....	70
Figura 6: Estudo de chafarizes de granito submetido à comissão nomeada "ad hoc" pelo governo imperial, em conformidade com o anúncio da Diretoria do Novo Abastecimento, datado de 19 de maio de 1881.....	70
Figura 7: Educandário Gonçalves de Araújo.	71
Figura 8: Internato do Ginnasio Nacional.	71
Figura 9: Clube de São Christovão.....	71
Figura 10: Escola da Freguesia de São Christovão.	71
Figura 11: Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria.	74
Figura 12: Largo do Machado.....	74
Figura 13: Matriz de Nossa Senhora da Gloria.....	74
Figura 14: Botanical Garden Rail Road [Bondes].....	74
Figura 15: Escola Polytechnica no Largo de São Francisco. Foto de Marc Ferrez (1873).	120
Figura 16: Escola Polytechnica no Largo de São Francisco. Foto de Marc Ferrez (1885).	120
Figura 17: Pavilhão Café do Brasil na Exposição Internacional de Filadélfia (1876).....	125
Figura 18: Projeto de ajardinamento do canal do Mangue, 1875. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.....	149
Figura 19: Projeto de lavanderia pública: transformação do Canal do Mangue, 1872. Ministério da Viação e Obras Públicas.	149
Figura 20: Projeto de Melhoramento do Porto do Rio de Janeiro – armazéns de exportação. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1863.	156

Figura 21: Escola Militar, Faculdade de Medicina e Hospício de D. Pedro II, em primeiro plano, na Praia Vermelha.....	158
Figura 22: Escola Militar na Praia Vermelha	158
Figura 23: Hospício Dom Pedro II.....	158
Figura 24: Placa de lançamento da pedra fundamental da Escola de São Christovão em 1870. FONTE: CREP/SME.	183
Figura 25: Detalhe da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria com a inscrição “Ao Povo o Governo”	189
Figura 26: Retrato da Diretora Benevenuta Ribeiro da Escola Municipal Rivadávia Corrêa, antiga Escola da Freguesia de Sant’Anna.....	193
Figura 27: Escola de São Christovão no início do século XX.....	195
Figura 28: Escola Primária da Freguesia de Sant’Anna.	198
Figura 29: Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria.....	201
Figura 30: Frontão da Escola da Gloria.....	202
Figura 31: Detalhe do entablamento da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria.	203
Figura 32: Projeto arquitetônico da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria	207
Figura 33: Projeto Arquitetônico da Escola da Freguesia de São Christovão.	211
Figura 34: Os princípios da ordem, simetria e equilíbrio para além da arquitetura escolar.	230
Figura 35: Praça Onze de Junho.	232
Figura 36: Escola de São Sebastião.	232
Figura 37: Figura feminina no saguão da escola.	258
Figura 38: Presença de leões esculpidos em mármore na entrada do prédio.....	260
Figura 39: Missa campal em ação de graças pela Abolição da escravatura no Brasil no Campo de São Christovão.....	311
Figura 40: Pórtico do Matadouro, nos dias de hoje, situado na Praça da Bandeira.	320
Figura 41: Pórtico do Matadouro no início do século XX. Foto de Augusto Malta, 1920.	320

As “Escolas do Imperador” das Freguesias da Nossa Senhora da Gloria, de São Christovão e de Sant'Anna: sobre a emergência de diferentes estéticas do olhar na cidade do Rio de Janeiro (1870-1889)

SUMÁRIO

Introdução	13
A operação historiográfica: os primeiros passos.....	13
O “projeto preliminar”: iniciando os levantamentos topográficos.....	18
Perspectivando o objeto de estudo: contornos, motivações e intenções.....	21
“Estética da pesquisa”: fundamentos, pressupostos, ferramentas.....	25
Estrutura da obra: percorrendo os caminhos da pesquisa.....	33
CAPÍTULO 1	38
A CIDADE OLHANDO PARA A ESCOLA	38
1.1 Refletindo sobre a cidade imperial no último quartel do século XIX.....	40
1.2 A arquitetura da cidade imperial em construção enquanto espetáculo.....	61
1.3 Arquitetando as formas escolares: prescrições normativas e o desejo pelo acesso à escolarização.....	78
1.3.1 Espaços e formas escolares em construção: arquitetura escolar, dispositivos legais e formação docente.....	84
1.3.2 “Escolas do Imperador”: percorrendo os trilhos de trens e bondes na cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX.....	98
CAPÍTULO 2	113
A CIDADE PROJETADA PELOS INTELECTUAIS	113
2.1 Pensando na formação dos intelectuais no campo da engenharia e da arquitetura.....	113
2.2 Em busca do modelo ideal de cidade: as culturas urbanas em construção a partir do Plano de Melhoramentos de 1875-1876.....	139
2.3 A cartografia desenhada a partir do Plano de Melhoramentos e das “Escolas do Imperador”: intervenções, tensões e intenções.....	158

CAPÍTULO 3.....	177
A CIDADE DAS “TRADIÇÕES INVENTADAS”	177
3.1 Os “Palácios Escolares” desenhando diferentes contornos urbanísticos, sociais e estéticos na cidade do Rio de Janeiro.....	181
3.2 As “Escolas do Imperador”: a emergência de diferentes formas escolares?	194
3.3 Espaço, Forma e Disciplina: os princípios da ordem civilizatória na escola e na cidade.....	227
3.3.1 O espaço escolar em disputa: encontros e desencontros dos diferentes atores envolvidos.	228
3.3.2 O “Panopticon Social”: outros espaços de sociabilidade na cidade imperial ..	242
CAPÍTULO 4.....	250
A ESCOLA OLHANDO PARA A CIDADE	250
4.1 POR UMA ESTÉTICA DA EDUCAÇÃO	251
4.1.2 Estratégias, Táticas e Resistências: os professores em busca de uma “escrita de si”	279
4.2 POR UMA ESTÉTICA DO LUGAR	293
4.2.1 O espaço da cidade: formas projetadas, dispositivos normativos e intencionalidades prescritivas.....	296
4.2.2 Os Bastidores da “Cidade Espetáculo”: a cartografia social como resistência.	308
Considerações Finais.....	329
A CIDADE COMO UM JOGO DE XADREZ.....	329
Referências Bibliográficas.....	342
Anexos	365

Introdução

A operação historiográfica: os primeiros passos.

As “Escolas do Imperador” das Freguesias da Nossa Senhora da Glória, de São Christovão e de Sant'Anna: sobre a emergência de diferentes estéticas do olhar na cidade do Rio de Janeiro (1870-1889), pesquisa realizada em nível de doutoramento, se interessa sobre os entrelaçamentos entre as culturas escolares e urbanas no final do século XIX, sinalizando alguns dos possíveis papéis exercidos pelas “Escolas do Imperador” (1870-1885)¹, a partir do Plano de Melhoramentos da Cidade² (1875-1876), no processo de construção de uma tradição de urbanidade, abordando as especificidades, as prescrições conceituais e técnicas, as disputas, os sentidos negociados e as representações de uma aludida modernidade pedagógica em construção no período imperial. Com a pretensão de contribuir para o debate em torno do processo de escolarização Oitocentista, o estudo procurou sinalizar as ações governamentais, os investimentos públicos e as intencionalidades prescritivas do projeto de construção de um lugar próprio para expansão da escolarização a partir das “Escolas do Imperador”.

Trata-se de um conjunto de 10 (dez) instituições de ensino contruído no último quartel do século XIX - Escola de São Sebastião na Freguesia de Sant'Anna (1872), Escola da Freguesia de São Christovão (1872), Escola da Freguesia de São José (1874), Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (1877), Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea (1874), Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória (1874), Escola de São Christovão (1872), Escola da Freguesia de Santa Rita (1877), Escola da Freguesia de Sant'Anna (1877), Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista (1883) e Escola mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1885). A historiografia apresenta a construção das “Escolas do Imperador” como um fato decorrente da doação dos recursos arrecadados pelo povo para a construção de uma estátua em bronze, que foi recusada pelo Imperador D. Pedro II (CREP/SME, 2005; SISSON, 1990; COSTA, 2012).

¹ Cabe destacar que, do conjunto de 10 (dez) “Escolas do Imperador”, as pesquisas se concentraram, principalmente, na Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória, na Escola da Freguesia de São Christovão e na Escola da Freguesia de Sant'Anna.

² No dia 27 de maio de 1874, foram nomeados pelo Imperador os seguintes engenheiros para elaborarem esse Plano de Melhoramentos: Francisco Pereira Passos, Jerônimo R. M. Jardim e Marcelino Ramos da Silva (SILVA, 2004).

Considerando que os recursos arrecadados não seriam suficientes para a construção dos “palacetes escolares” em virtude das suas dimensões monumentais e dos acabamentos nobres para o período, tal denominação “Escolas do Imperador” pode estar associada às intencionalidades, simbologias e forças em torno da escolarização na cidade imperial, que contava ainda com a presença marcante do Imperador D. Pedro II em variados acontecimentos, como o lançamento da pedra fundamental, a inauguração das escolas e as Conferências Populares da Glória. É importante sinalizar que a expressão “Escolas do Imperador” não foi encontrada nas fontes históricas pesquisadas, apesar de amplamente adotada na historiografia brasileira, especialmente a partir do Guia das Escolas do Imperador organizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2005.

Em virtude do reconhecimento da recorrente expressão “Escolas do Imperador” na literatura, optou-se por sua utilização no presente texto com a utilização de “aspas”, tencionando evitar anacronismos e reconhecendo as particularidades de cada instituição escolar. O desafio consiste em explorar as colorações pretensamente homogêneas e imersas em um conjunto marcado pela heterogeneidade, pelas particularidades entre as freguesias urbanas e rurais e pelos projetos tensionados por diferentes sujeitos. Pensar no conjunto das “Escolas do Imperador” requer, portanto, considerar os diferentes projetos envolvidos tanto do ponto de vista arquitetônico quanto educacional em resposta às demandas sociais. Nesse sentido, enquanto espaços de competência municipal, as escolas públicas comportavam uma série de serviços públicos, como posto de vacinação, biblioteca, salas de conferências populares, juizados paroquiais, moradias para professores e religiosos; o que demandava estilos, programas escolares e partidos arquitetônicos diferenciados que delineavam as culturas escolares em formação.

Trata-se de um convite à reflexão acerca da História da Educação no final do Império, momento no qual se tenciona institucionalizar a “forma escolar”, em alusão a Vincent, Lahire e Thin (2001), quando a preocupação com a arquitetura escolar é reforçada a partir das “Escolas do Imperador”, vinculada a uma educação estética necessária ao processo civilizatório em curso Veiga (2003), Faria Filho (2000) e Gondra (2003). Cabe destacar que o recorte temporal compreendeu o último quartel do século XIX, porém com a preocupação constante de indiciar transformações e (des)continuidades da história relevantes para compreensão do objeto de estudo.

Considerado um tema multidisciplinar, no sentido de interagir com os diversos campos do saber – educação, arquitetura e urbanismo –, o interesse pela temática é fruto de toda a minha trajetória acadêmica e profissional associada às formações acadêmicas em “Educação” com Graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO (1992-1996), Especialização em Supervisão da Educação e Orientação Educacional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ (2000) e Mestrado em Educação na UNIRIO (2007-2009); e em “Arquitetura e Urbanismo” com Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense/UFF (1992-1999), Especialização em Gestão e Restauro Arquitetônico na Universidade Estácio de Sá/UNESA (2009-2010) e Mestrado em Urbanismo no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo/PROURB/UFRJ (2001-2003).

De 2005 a 2010, surgiram oportunidades de atuar nas minhas duas áreas de formação, como arquiteta-urbanista no setor de Preservação do Patrimônio Cultural no Exército Brasileiro e na Subsecretaria de Patrimônio, Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; e como pedagoga na Decania do Centro de Tecnologia - CT da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, desenvolvendo projetos na área de ensino, pesquisa e extensão, mediante um esforço de preservar e disseminar junto à comunidade do CT a história da Engenharia da UFRJ no país; o que me aproximou cada vez mais da temática de estudo ora proposta. Questões em termos das práticas escolares e da história das instituições escolares e da Engenharia no Brasil ficaram mais evidentes ao ingressar como Pedagoga no Instituto Militar de Engenharia - IME (2010). Portanto, perscrutar a formação dos intelectuais no campo da engenharia e da arquitetura no século XIX, no presente estudo, contribuiu ainda para uma maior aproximação com a história desta instituição de ensino superior. Em meio a uma prática profissional, emaranhada entre a tradição e a modernidade³, repensar a história da educação brasileira no período imperial, quando o campo da Engenharia se consolidou e da sua importância no processo civilizatório para o país, se tornou uma constante tanto na vida acadêmica quanto profissional.

³ Tais categorias de análise que permeiam a minha prática profissional nortearam os caminhos investigativos acerca do objeto de estudo em torno dos entrelaçamentos entre as Escolas do Imperador e o Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro de 1875-1876, sendo exploradas a partir de autores como Le Goff (2003, 1997), Elias (2008), Gatti (2005), Hobsbawm (1984), Arriada, Nogueira e Vahl (2012) e outros.

Inicialmente, esta trajetória profissional sempre alimentou um desejo investigativo de articular as minhas diferentes áreas de formação em futuros estudos após a conclusão do Mestrado em Educação. Ao ingressar no Doutorado em 2016, um desafio foi lançado, a partir do projeto de pesquisa ora apresentado no processo seletivo, no sentido de delimitar os estudos no período imperial, tomando como objeto as “Escolas do Imperador”. Desafio aceito, os processos metodológicos preliminares compreenderam uma melhor delimitação do campo de estudo. Ao invés de ampliar ambiciosamente a investigação dos prédios escolares de 1870 até meados do século XX ou buscar a genealogia dos planos de remodelação da cidade do Rio de Janeiro, optou-se por concentrar a atenção no último quartel do século XIX. Nesse sentido, o objeto de estudo foi se delineando em torno das “Escolas do Imperador” e do Plano de Melhoramentos da Cidade nos anos de 1870.

Reflexões importantes travadas ao longo das disciplinas cursadas, bem como no grupo de pesquisa a partir de autores como Elias (1993); Faria Filho (2000); Julia (2001), Vincent, Lahire e Thin (2001); Costa (2002); Dussel e Caruso (2003); Veiga (2003); Schueler (2007); Gondra e Schueler (2008); Silva e Schueler (2013); Silva e Lemos (2013); Boto (2014) e Foucault (2017), contribuíram para o direcionamento da pesquisa e uma maior familiarização com o debate em torno da cidade imperial. Pensando nas “Escolas do Imperador”, a necessidade em aprofundar os conhecimentos em torno da cultura material escolar direcionou os estudos para cursar uma disciplina no Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ, cujo diálogo com autores como Abreu Junior (2005); Hernandez (2002) e Viñao Frago e Escolano (1998) foi fundamental no delineamento da pesquisa no que se refere à cultura material adotada nos prédios escolares.

O desejo investigativo, inspirado pelos “acontecimentos” sinalizados nas fontes espalhadas no tempo (FOUCAULT, 1999; CHALHOUB, 1990, GINZBURG, 1989), somado ao “sabor do arquivo” ou ao “fascínio” das fontes documentais que são sublinhados por Arlette Farge (2017), impulsionaram uma incursão inicial por um tipo de documentação composta por fontes primárias como os Relatórios de Instrução Pública e do Ministro dos Negócios do Império da década de 1870; fotografias e os projetos das “Escolas do Imperador”; além do Plano de Melhoramentos da Cidade de 1874, com destaque para os

relatórios produzidos nos dois anos subsequentes, disponibilizados em bibliotecas virtuais e arquivos públicos da cidade.

Esses primeiros passos, como pesquisadora na área da História da Educação, contribuíram para sinalizar algumas possibilidades de caminhos investigativos, como um engenheiro iniciando a obra através dos levantamentos topográficos iniciais do terreno. Desde o início, as reflexões voltadas para De Certeau (1982) funcionaram como um “caderno de campo”. Recorrendo às reflexões do autor, era preciso ter em mente que a formação deste suporte documental consistia em produzir novos documentos a partir de fontes diversificadas no sentido de “*desfigurar* as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto *a priori*” (p. 73).

A expectativa era a de que a coleção documental fosse capaz de atender às expectativas investigativas e produzir novos objetos. Em alusão ao Método de Zadig, discutido por Chalhoub (1990), o desafio está na capacidade de sinalizar diferenças e reconhecer traços a partir das pistas disponíveis nas fontes documentais. Não existem dados prontos a serem desvendados, logo é preciso investigar os rastros e construir uma operação historiográfica (DE CERTEAU, 1982). O que faz refletir, inicialmente, sobre as intencionalidades, os interesses e as disputas junto ao projeto das “Escolas do Imperador”. Em paralelo à construção da coleção documental, por “acasos do começo” (FOUCAULT, 2013), uma demanda profissional que envolveu a concepção pedagógica de um Espaço de Ciência e Tecnologia no Instituto Militar de Engenharia possibilitou percorrer a trajetória da Engenharia no país. O que contribuiu para o segundo momento desse processo reflexivo em torno das culturas escolares e urbanas: em que medida o Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876 respondia aos anseios e às demandas da população e qual o papel da engenharia no processo de construção e de *modernização* da cidade imperial? Sinalizar alguns aspectos referentes aos distanciamentos e a aproximações entre a “cidade sonhada” e a “cidade real”, vivenciada pelos diferentes atores sociais, compreende um desafio reflexivo importante no sentido de perscrutar os caminhos percorridos pelo processo de implantação dos palacetes escolares na cidade.

Reconhece-se que a delimitação do objeto deriva da confluência de inúmeras lutas, disputas e papéis exercidos pelos diferentes atores na(s) cidade(s). Isto porque, infinitos são os caminhos investigativos sobre a cidade do Rio de Janeiro no último quartel do

século XIX, os quais não podem ignorar a existência das múltiplas “visões de cidade” a partir das redes de sociabilidade e de solidariedade formadas pelos diferentes sujeitos (governantes, intelectuais, engenheiros, higienistas, escravos, libertos, senhores, portugueses). Enfim, a proposta consistiu em investigar alguns aspectos referentes às diferentes “cidades”, atreladas às culturas urbanas em disputa, em uma tentativa de indiciar alguns cenários existentes no final do Império, em articulação com a configuração da “forma escolar” que se almejou institucionalizar pelas “Escolas do Imperador”.

Pensando nos acasos do começo da “forma escolar”, o ponto de partida consistiu em sinalizar o jogo de forças presentes no último quartel do século XIX, envolvendo as relações travadas entre cidade e escola, sendo abordadas questões como a definição de diretrizes e normas reguladoras no campo da arquitetura escolar articulada às políticas de modernização da cidade; os sujeitos, saberes, práticas, espaços e tempos escolares; e o cultivo do olhar estético por meio de uma cultura material escolar específica das “Escolas do Imperador”. Buscou-se, no processo de delineamento dos contornos da pesquisa, uma incursão exploratória ao campo para avaliação dos limites e das potencialidades da temática selecionada. Nesse sentido, optou-se por delimitar o objeto de estudo em torno das três “Escolas do Imperador”: Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória, Escola da Freguesia de São Christovão e Escola da Freguesia de Sant'Anna.

O “projeto preliminar”: iniciando os levantamentos topográficos

Ao retornar das missões designadas por Kublai, o engenhoso estrangeiro improvisava pantominas que o soberano precisava interpretar: uma cidade era assinalada pelo salto de um peixe que escapava do bico de um cormorão para cair numa rede, outra cidade por um homem nu que atravessava o fogo sem se queimar, uma terceira por um crânio que mordida entre os dentes verdes de mofo uma pérola alva e redonda. (...) Na mente do Khan, o império correspondia a um deserto de dados lábeis e intercambiáveis, como grãos de areia que formavam, para cada cidade e província, as figuras evocadas pelos logogrifos do veneziano (CALVINO, 2017, p. 31-32).

É importante sinalizar que os “levantamentos topográficos” preliminares compreenderam uma melhor delimitação do *Objeto de Estudo* e das *Questões e Hipóteses de Estudo* voltadas para o indiciamento das fontes documentais levantadas. Em alusão a Ginzburg (1989), era preciso interpretar os vestígios, os sinais, os rastros da dinâmica

urbana da cidade imperial, assim como Kublai Khan era desafiado a fazer a cada descrição de Marco Polo das cidades de seu vasto império. Na pesquisa de campo, foram pesquisados, por exemplo, indícios tanto acerca das obras públicas na cidade do Rio de Janeiro, destacando o papel exercido pela engenharia no processo de consolidação do Estado Imperial, quanto da História da Educação pública visando levantar vestígios sobre a materialidade e as práticas escolares das instituições escolares no final do século XIX. Trata-se de uma pesquisa histórica sobre as “Escolas do Imperador”, com ênfase em 3 (três) escolas das freguesias de Sant’Anna, São Christovão e Gloria, no último quartel do século XIX, que requer um referencial teórico-metodológico amplo no sentido de responder ao caráter multidisciplinar do tema proposto.

Com a pretensão de percorrer outros presentes possíveis no período imperial, esta pesquisa tencionou perscrutar alguns indícios da institucionalização da forma escolar na cidade imperial, em alusão a Vincent, Lahire e Thin (2001), a partir do entrelaçamento das culturas escolares com as urbanas. Este período foi marcado por um crescente interesse da população pela escolarização e investimentos no sentido de reformar e atribuir organicidade ao sistema de instrução no país, além da crença no progresso da nação pelo viés da educação. Muitas foram as críticas relacionadas às instalações escolares (in)adaptadas em curso na cidade, quando foram construídas as “Escolas do Imperador” no período de 1870 a 1885.

Considera-se que as “Escolas do Imperador” representaram uma tentativa de institucionalização da “forma escolar” no que se refere ao sistema público de ensino (CREP/SME, 2005; SISSON, 1990). Nessa medida, buscou-se investigar os rastros quanto ao projeto de remodelação social, com base na expansão da escolarização vinculada a um projeto nacional por meio da inculcação de valores e comportamentos a favor do “progresso” (SILVA, 2009; GONDRA; SCHUELER, 2008; VEIGA, 2003; VIDAL e FARIA FILHO, 2000). No processo de indiciamento, tencionou-se relacionar este conjunto de escolas com as políticas de urbanização da cidade imperial. Em que medida as “formas escolares”, sinalizadas pelas “Escolas do Imperador”, com atenção voltada, especialmente, para as escolas das Freguesias de Sant’Anna, São Christovão e Gloria, interferiram nas tentativas de remodelação urbana da cidade no final do século XIX?

Adota-se como premissa que os parâmetros urbanísticos e construtivos dos planos de reordenação social da cidade influenciaram o processo de constituição da forma escolar no último quartel do século XIX. A proposta consistiu em pensar as diferentes estéticas do olhar na cidade imperial sob o viés educativo dos planos urbanísticos em sua estreita articulação com o projeto de construção das 10 (dez) “Escolas do Imperador”. Defende-se que a urgência de empreender novos hábitos e novas formas disciplinadas de utilização do espaço da cidade já se fazia presente nos planos urbanísticos do período imperial. Questiona-se em que medida estes projetos de remodelação da cidade impuseram dispositivos de disciplinarização do ambiente urbano, dos tempos sociais e dos espaços escolares. Que parâmetros urbanísticos e arquitetônicos foram adotados na distribuição, localização e construção das “Escolas do Imperador”? Como as demandas de reordenação social da cidade afetaram a construção da “forma escolar”?

Dentre as possíveis relações de saber-poder⁴ (SILVA, 2007a) travadas entre escola e cidade no último quartel do século XIX, procurou-se incursionar no debate acerca do caráter disciplinador, em termos de remodelação de comportamentos, costumes e tradições da população, atribuído às “Escolas do Imperador”. A expectativa é a de que esta pesquisa possibilite ao leitor problematizar questões referentes aos aspectos civilizadores das culturas escolares entrelaçados às culturas urbanas no final do Império, resultando no indiciamento da dimensão estética das “Escolas do Imperador” como instrumento eficaz no ato de disseminar práticas educativas formadoras de subjetividades necessárias ao projeto de construção de uma nação moderna.

Nessa perspectiva, a investigação se concentrou em fontes documentais, como decretos; legislações; projetos de arquitetura; mapas da cidade imperial; planos de melhoramento da cidade; Relatórios da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte; periódicos; estatísticas oficiais; programas escolares e inventários das escolas no Centro de Referência da Educação Pública do Rio de Janeiro da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - CREP/PCRJ e de outros documentos pertinentes da Inspeção Geral de Instrução Pública no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro;

⁴ Nesse ponto, acompanho as ponderações de Silva (2007, p. 10): “Cabe destacar que entre o poder e o saber não se estabelece uma relação denexo causal. Nessa direção, ao contrário de pensar o primeiro como causa e o segundo como efeito (ou vice-versa), enfatiza a presença de um total entrelaçamento (‘encontro’) entre um e outro”.

além do acesso aos acervos do Arquivo Nacional e do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH.

Cabe destacar que, em termos metodológicos, optou-se por incursionar nos arquivos físicos até 2019, considerando o desafio constante de conciliar trabalho e estudo. A partir de 2020, por questões de saúde pública⁵, adotou-se o acesso remoto às instituições de pesquisa como o Instituto Moreira Salles, a Biblioteca Nacional, a Biblioteca do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o acervo virtual do Arquivo Nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Casa Rui Barbosa e o *Center for Research Libraries - Global Resources Network*, dentre outros.

Perspectivando o objeto de estudo: contornos, motivações e intenções.

O primeiro passo compreendeu a definição do *Objetivo Geral* bem como a *Justificativa* que motivou o estudo. O escopo deste trabalho visa sinalizar alguns dos papéis possíveis das “Escolas do Imperador” no processo de construção de uma tradição de urbanidade no último quartel do século XIX. Especificamente, as descobertas, reflexões e inquietações ao longo do trabalho perseguiram alguns caminhos a partir dos seguintes eixos reflexivos:

1. Perscrutar o entrelaçamento entre o projeto de expansão da escolarização e o projeto de modernização da cidade imperial, tendo como referência o Plano de Melhoramentos da Cidade Imperial de 1875-1876;
2. Refletir sobre as culturas urbanas e escolares em construção no período a partir da tríade Medicina, Educação e Engenharia, perspectivando os

⁵ “O Ministério da Saúde confirmou, hoje (26), o primeiro caso de um brasileiro infectado pelo novo coronavírus (Covid-19). No momento, há vinte casos suspeitos da doença no país”. Eis a matéria publicada pela Agência Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, que anunciava o início da pandemia no Brasil. No mundo, já se registravam mais de 80,2 mil casos do coronavírus em 34 países, com 2,7 mil mortes causadas pela doença. Cabe observar que foram direcionados esforços por cientistas, médicos especialistas e infectologistas de todo o mundo no sentido de produzir uma vacina contra Covid-19 em 2020, o que viabilizou o início do processo de imunização da população brasileira em janeiro de 2021, a partir do uso emergencial da CoronaVac e da vacina de Oxford aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em 19 de fevereiro de 2021, a vacinação contra Covid-19 iniciou em todo o país. Um ano depois, em 26 de fevereiro de 2021 (data de defesa do presente trabalho), o país ainda registrava recordes de mortes de 1.327 pessoas em 24 horas, com 63.908 novos casos confirmados, sendo 252.988 óbitos e 10.457.794 brasileiros infectados desde o início da pandemia (Dados obtidos da Agência Brasil e do consórcio de veículos de imprensa na plataforma do G1).

- diferentes olhares dos grupos de intelectuais e atores sociais envolvidos com os projetos de urbanização e de construção das “Escolas do Imperador”;
3. Indiciar os possíveis papéis exercidos pela cultura material das “Escolas do Imperador” na emergência de diferentes estéticas do olhar a cidade imperial;
 4. Investigar os dispositivos de disciplinarização do ambiente urbano, dos tempos sociais e dos espaços escolares; bem como das estratégias e táticas de “subversão da ordem” pelos diferentes sujeitos.

Cabe esclarecer que os Objetivos Específicos supracitados orientaram cada “etapa da obra”, ou seja, a estruturação dos capítulos. Com o cuidado de investigar outros presentes possíveis (SILVA e LEMOS, 2013) no período imperial e evitar anacronismos (GONDRA e SCHUELER, 2008), o desafio compreendeu desmistificar a imagem da educação oitocentista atrelada ao atraso e ao período das “trevas”. Julga-se relevante uma reflexão sobre as tradições escolares inventadas, as representações de modernidade pedagógica e a emergência de estéticas do olhar a partir das “Escolas do Imperador” no último quartel do século XIX, enquanto projeto de institucionalização da “forma escolar”.

As “Escolas do Imperador” são conhecidas pela literatura como prédios escolares localizados nas principais freguesias urbanas da cidade, portanto, áreas centrais frequentadas pela Corte Imperial, onde se destacavam obras de melhoria dos espaços públicos em termos de infraestrutura, acessibilidade e embelezamento estético. De um lado, a preocupação quanto à localização das escolas nas freguesias, com fácil acessibilidade e destaque na paisagem urbana, além da adoção de critérios higiênico-sanitários em atendimento à legislação regulamentadora. Por outro, uma iniciativa educacional, revestida de nuances, contornos e especificidades locais, exigidas pelos estabelecimentos de ensino localizados em freguesias rurais, como a Escola da Freguesia de Santa Cruz, mas ainda assim uma iniciativa que reforçava as desigualdades sociais em virtude do alcance limitado com a distribuição desigual dos prédios escolares na cidade.

A prioridade para a escolarização da população urbana e a distribuição desigual das escolas oficiais nas áreas centrais e periféricas da cidade, adquiriu sua expressão máxima com a construção, nas praças centrais da cidade, dos modernos prédios escolares, monumentalizados em grandiosas formas arquitetônicas, associados aos “palacetes” de estilo

européu, e ao ideal de constituição de um novo lugar da educação escolar na malha urbana, de uma cidade que se pretendia moderna (SCHUELER, 2008, p. 15).

Em alusão a Ginzburg (1989), lançando um olhar investigatório acerca da relação entre as culturas escolares e as culturas urbanas em construção na década de 1870, foi possível sinalizar algumas aproximações quanto à construção de um conjunto de prédios escolares públicos na cidade a partir das “Escolas do Imperador” (SISSON, 1990) e à implementação do plano de urbanização pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro em 1874. Na tessitura do “tapete indiciário”, tencionou-se entrelaçar outras narrativas acerca dos palacetes escolares, optando-se pelo recorte espacial em torno da Escola Primária da Freguesia de Sant'Anna, da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória e da Escola de São Christovão, pensadas como um recurso facilitador para uma maior inserção no cenário urbano, visando redesenhar as “redes de sociabilidade e de solidariedade”⁶. Nesse sentido, pensar no entrelaçamento entre as culturas escolares e urbanas com a expectativa de perspectivar um cenário multifacetado marcado por inúmeras tensões, interesses, demandas sociais e disputas entre os diferentes sujeitos.

A escolha das escolas se deve, portanto, às aproximações e ao mesmo tempo distanciamento entre os espaços escolares construídos, cujas permanências e especificidades de cada modelo escolar nos instigaram a investigar as escolas como possíveis representantes relevantes do projeto civilizatório em curso na cidade. Os critérios adotados na delimitação do objeto compreenderam: 1. a localização estratégica dos prédios escolares em praças públicas, consideradas como pontos nodais importantes da cidade em processo de transformação urbana e alvo do Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro (1875-1876); e 2. os autores⁷ dos projetos enquanto importantes intelectuais engajados no cenário social, destacando-se, principalmente,

⁶ Compreende-se as “redes de sociabilidade e de solidariedade” a partir da inserção do intelectual no cotidiano da cidade e do grau de pertencimento a determinados grupos em locais específicos, considerando suas experiências, produções (impressos, conferências, compêndios), relações de poder, engajamento político ou potencial de difusão de valores e do sentimento de civilidade (SIRINELLI, 2003; SILVA, 2009; SCHUELER, 2007).

⁷ A saber: Francisco Pereira Passos - Escola Primária da Freguesia de Sant'Anna, Francisco Joaquim Bethencourt da Silva - Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória e José Antonio da Fonseca Lessa - Escola de São Cristóvão.

Francisco Pereira Passos à frente do Plano de Melhoramentos da Cidade e do projeto da Escola Primária da Freguesia de Sant'Anna. Mas, em que medida os projetos das “Escolas do Imperador” estavam inseridos, ou não, nas diretrizes urbanísticas definidas no Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876?

Segundo SILVA (2015, p. 267), “o Plano de Melhoramentos de 1874 foi o melhor exemplo de concepção de uma cidade organizada fora dos moldes escravistas”, servindo de base para a Reforma de Pereira Passos no início do século XX. Um cenário de múltiplas forças e práticas tencionadas por senhores, de terras e de escravos, nobres e funcionários do Estado junto à massa de escravos e homens livres. É importante considerar que a década de 1870 foi marcada pela Lei do Ventre Livre⁸, que impôs elementos importantes para se pensar a cidade, em termos sociais, políticos e espaciais, sendo o primeiro relativo ao poderio senhorial aliado à “ideia de um Estado não interventor em assuntos de ordem privada, tal como era pensada a escravidão; e o segundo a própria estrutura da escravidão que ainda movimentava a cidade” (SILVA, 2015, p. 265).

Acredita-se que a emergência do processo de modernização da estrutura urbana da cidade imperial, especialmente, nos anos de 1870, quando são construídas as “Escolas do Imperador”, implicava em uma nova dinâmica urbana na cidade. Defende-se que, assim como os traçados urbanos, espaços públicos e prédios históricos podem ser investigados como indícios da história da cidade. Nessa perspectiva, considera-se que a configuração estética do espaço urbano e social, no qual as “Escolas do Imperador” estavam inseridas, constitui o ponto de partida para análise dos entrelaçamentos dos espaços e tempos citadinos com os escolares. Isto porque a política de embelezar a cidade compreendeu não apenas os prédios⁹ como também os espaços públicos, estreitando os laços entre as culturas escolares e culturas urbanas em construção no último quartel do século XIX.

⁸ A Lei do Ventre Livre (1871) inaugura uma nova forma de se pensar a cidade, que procura acabar com o tempo Saquarema marcado pelo domínio senhorial no Estado. Tratava-se de uma sociedade paternalista na qual todos os problemas eram resolvidos no âmbito da esfera privada. Sob a égide de um discurso renovador neutro e científico, um grupo de especialistas formado por médicos e engenheiros começa a repensar a estrutura urbana a partir dos preceitos higienistas do período e a projetar o novo espaço de sociabilidade em superação dos moldes escravistas (SILVA, 2012; BENCHIMOL, 1992; MATTOS, 1987).

⁹ Exemplos: o antigo Tribunal Superior Eleitoral, atual Centro Cultural da Justiça Eleitoral, e as Escolas do Imperador como a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória, a Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (Escola Municipal Orsina da Fonseca), a Escola da Freguesia de Santa Rita (Centro Cultural José Bonifácio) e a Escola da Freguesia de Sant'Anna (Escola Municipal Rivadavia Corrêa).

A arquitetura monumental das “Escolas do Imperador” em estilo com feições classicizantes¹⁰ era considerada como sinal de modernização que, segundo Telles (1994, p. 126), representava “um símbolo de status, e por isso, em geral exigido pelos Governos, pelos nobres, fazendeiros ricos e outras pessoas importantes, inclusive em construções rurais; pode-se dizer que foi o estilo oficial do Império”. Nessa direção, as “Escolas do Imperador” são compreendidas, no presente estudo, como documentos-monumentos (LE GOFF, 1984) do processo de institucionalização da educação pública na cidade do Rio de Janeiro.

“Estética da pesquisa”: fundamentos, pressupostos, ferramentas.

Esta pesquisa convida o leitor a pensar aspectos referentes ao fenômeno da escolarização no período imperial e a problematizar certas tradições inventadas no campo da História da Educação. O desafio proposto consistiu, justamente, em indiciar aspectos da cidade imperial e dos espaços e tempos escolares, projetados para o funcionamento das “Escolas do Imperador”, a partir da adoção de procedimentos metodológicos dos campos da arquitetura e do urbanismo, em um processo de pesquisa histórica respaldada em autores importantes do campo da educação. Com o objetivo de possibilitar um melhor entendimento da temática abordada, cabe salientar que o “início da obra” foi estruturado no sentido de indiciar aspectos da cidade imperial a partir de diferentes “lentes reflexivas” e escalas de análise, definindo alguns fundamentos, pressupostos e ferramentas de estudo.

Esse processo reflexivo requer a necessidade de se ajustar as “lentes reflexivas” e, diante do “jogo de escalas” (REVEL, 1998), reconhecer que o nível de percepção do pesquisador pode influenciar todo o processo investigativo. A expectativa era a de que a dinâmica de investigação de aproximação e distanciamento possibilitasse a análise do fenômeno histórico. Na interface da arquitetura e do urbanismo com a educação, esta pesquisa pretendeu operar uma “renovação da natureza” assim como um imenso canteiro de obras, em alusão a De Certeau (1982). O objetivo compreendeu “modificar o espaço, da mesma forma que o urbanista, quando integra o campo no sistema de

¹⁰ A arquitetura das Escolas do Imperador será explorada, de forma mais detalhada, no Capítulo 3.

comunicação da cidade, o arquiteto quando transforma o lago em barragem (...)” (DE CERTEAU, 1982, p. 72), relacionando presente e passado para além de algo dado, mas sim como um produto histórico. “Em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade” (SANTOS, 1988, p. 56).

O desafio consistiu em cultivar as várias possibilidades e, sob a ótica de Cano (2012), romper com o hipotético “binômio antitético quantitativo-qualitativo” em extremos opostos de um abismo metodológico. Buscou-se evitar explicações causais e deterministas, pois não se trata de encontrar a verdade absoluta dos fatos. O exercício implica perguntar quais histórias estão sendo desenhadas, disputadas, negociadas, apropriadas por aqueles sujeitos. Remetendo a Chartier (1990), que representações sociais, práticas de resistência e usos múltiplos apropriavam-se aqueles sujeitos na tessitura de outras histórias? Recorrendo a Elias (2008), trabalhou-se no sentido de justificar as escolhas dos referenciais e dos discursos adotados. Isto porque, o rigor científico deve estar na caixa de ferramentas acionada, no quadro epistemológico e nos referenciais utilizados. Evitar lançar um olhar sobre o objeto de estudo sob o viés anacrônico foi o primeiro passo, não buscando uma origem historicista ou positivista dita homogênea (TOLEDO e LEYVA, 2012), no sentido de construir os próprios marcos genealógicos e não tomar como base o “devir” para explicar o objeto, envolve um cuidado permanente.

Segundo Silva (2009), a pesquisa deve partir da concepção de que História é uma representação do passado não no sentido de resgatar evidências, mas sim de indiciar os vestígios de práticas cotidianas estabelecidas. Lembrando Brandão (2008), é preciso ajustar as “lentes reflexivas”, mudar as escalas de representação e produzir novos sentidos. Nós inventamos o passado, ancorados em signos de realidade (ALBUQUERQUE JR., 2007). O passado não detecta nem revela absolutamente nada, cabe ao pesquisador indiciar os acontecimentos no passado. Portanto, não se trata de coletar dados, pois não há um fato histórico pronto ou uma verdade absoluta a ser desvelada (TOLEDO e LEYVA, 2012). O que se deseja iluminar e inventar no passado? O desafio está no exercício de escrutinar acontecimentos e experiências vivenciados em outros tempos, tendo em mente que o documento continua a ser manipulado por meio dos silêncios,

constrangimentos e tensões. Nesse sentido, a partir do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), buscou-se estar atento aos jogos de escalas (REVEL, 1998) à construção de coleções documentais, ao questionamento do que é silenciado na documentação (FARGE, 2017) e ao entrelaçamento de análises.

Portanto, lançar as “lentes reflexivas” sobre a história requer transformar os limites cognoscitivos do passado em problemas tecnicamente tratáveis e na evidenciação dos desvios relativos quanto aos modelos pré-concebidos (DE CERTEAU, 1982). Não se trata de buscar objetos “autênticos” para o conhecimento e da emergência de uma realidade dada, mas sim de produzir *desvios significativos* e (re)organizar as ausências históricas. Sob uma perspectiva foucaultiana, Silva (2007, p. 22) afirma que “as relações de força, as condições econômicas, as relações sociais não são dadas previamente aos indivíduos”. Para mergulhar no passado é preciso refleti-lo em função da pluralidade de suas práticas, necessidades e exigências sociais. No processo indiciário sobre o processo de “invenção” das “Escolas do Imperador”, buscou-se perscrutar alguns contornos estéticos, urbanísticos, sociais e econômicos da cidade imperial naquele presente.

Pensando nos entrelaçamentos entre escola e cidade, tencionou-se indiciar as “Escolas do Imperador”, com destaque para as escolas das freguesias de Sant’Anna, São Christovão e Gloria, e o Plano de Melhoramentos da Cidade desde o primeiro capítulo - “A cidade olha para a escola” até o último “A escola olha para a cidade”, evitando assim uma abordagem linear. A partir da hipótese de que os esforços relacionados à invenção da forma escolar estariam diretamente ligados à construção física e simbólica da cidade imperial no último quartel do século XIX, foram adotadas algumas categorias chave de análise para indiciamento do objeto de estudo, que funcionaram como os elementos de fundação em uma obra de engenharia.

O elemento construtivo principal refere-se ao conceito da “forma escolar”. A respeito da invenção da forma escolar, recorrendo a Vincent, Lahire e Thin (2001), principalmente, entende-se como lugar institucionalizado e legítimo de educação na sociedade brasileira, representando a emergência de um modo de socialização escolar que se impõe sobre outros modos de socialização. A forma escolar implica na difusão dos saberes em um espaço e tempo normatizados, bem como nas relações pedagógicas entre mestre e aluno, mas não pode ser entendida apenas dentro dos limites da instituição

escolar. Nesse sentido, acredita-se nas potencialidades de uma pedagogização da cidade a partir do extravasamento da forma escolar (VIDAL, 2005; FARIA FILHO, GONÇALVES, VIDAL e PAULILO, 2004; JULIA, 2001).

A política de melhoramentos urbanos aliada ao processo de escolarização da cidade respaldava-se na política higienista do período, marcado por uma série de problemas agravados pelo processo de expansão urbana e o adensamento populacional da região central, em virtude da necessidade de localização das atividades mercantil-industriais junto às áreas dotadas de infraestrutura básica, força de trabalho e pontos de circulação e comercialização dos produtos (ABREU, 1988; BENCHIMOL, 1992; CHALHOUB, 1996). Nesse sentido, problemas como a falta de moradias adequadas e a infraestrutura deficitária agravavam a crise sanitária, sendo alvo constante das propostas higienistas dos relatórios emitidos pelas comissões de engenheiros e médicos sanitaristas. Uma crise política, econômica e social, instalada no último quartel do século XIX, em virtude do modelo agrário exportador respaldado no escravismo, com redução da produção de café e marcada pelo alto índice de mortalidade devido às epidemias - febre amarela, varíola e malária (CALÓGERAS, 2009; COSTA, 1999; FONSECA, 2008). Um cenário favorável ao discurso reformista, em torno das políticas sanitaristas e dos planos de urbanização e de embelezamento da cidade, como através do Plano de Henrique de Beaurepaire Rohan (1848) e o Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876).

Demandas sociais desencadeadas, principalmente, pela Guerra do Paraguai¹¹ (1864-1870) na década de 1870, cujo estado de crise justificava-se por uma série de fatores como os custos elevados da Guerra do Paraguai (1864-1870), o movimento federalista da província paulista, a proibição do tráfico negreiro que interferiu na produção cafeeira e a

¹¹ A Guerra do Paraguai é antecedida por inúmeros conflitos como os ataques uruguaios contra as terras pertencentes aos brasileiros com roubo de mais de 800.000 cabeças de gado durante anos. Sem uma solução pacífica entre os governos, o povo rio-grandense começou a invadir as fronteiras e as represálias foram se intensificando até 1863. Uruguai e Argentina também mantinham relações políticas conflituosas, o que contribuiu para acirrar os acontecimentos em torno do Rio do Prata, somado à captura de uma embarcação brasileira e de uma vultuosa quantia remetida às províncias. Enquanto o Império Brasileiro contava apenas com 17.000 homens em armas, o Paraguai chegou a ter 100.000 soldados no início de 1865. Muitas das operações foram coordenadas pela Marinha no rio Paraná, por onde circulavam os navios de guerra até Assunção. Em 5 de janeiro de 1869, a cidade de Assunção foi ocupada e os conflitos se encerram no dia 1º de março de 1870, com um saldo de 33.000 mortos e 600.000 contos gastos pelo Império Brasileiro. Em janeiro de 1872, Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina assinaram quatro tratados de paz, fronteiras, extradição, comércio e navegação (CALÓGERAS, 2009).

queda na arrecadação alfandegária do Rio de Janeiro. No processo de formação dos Estados nacionais latino-americanos, “a guerra do Paraguai integrou o processo de consolidação territorial destes países e o fortalecimento das suas instituições”¹². Os recursos financeiros e humanos envolvidos no conflito, que reuniu os países de Uruguai, Argentina e Brasil contra o Paraguai, na defesa dos interesses comerciais e territoriais na região do Prata, fragilizaram o Império brasileiro.

O relatório da Companhia Locomora de Bondes de Carga sinalizava as disputas tensionadas no espaço da cidade na década de 1870. Fundada por Antônio Vítor Assis Silveira, a companhia atuava no transporte urbano do café entre a Estação D. Pedro II até o bairro da Saúde, sendo percebido um pedágio para a circulação de cargas e viajantes, de acordo com o Decreto nº 3.568, de 20 de dezembro de 1865. Benchimol (1992, p. 55) afirma que os serviços iniciaram somente em meados de 1872, devido às dificuldades financeiras do responsável pela companhia. No relatório apresentado aos acionistas, Assis Silveira destacou que os negociantes de café foram atingidos em virtude da crise bancária de 1867¹³ do país, agravada pelos altos custos da Guerra do Paraguai e pela necessidade de abastecimento de alimentos para os militares durante o conflito.

Após a Guerra do Paraguai, houve uma maior concentração de habitações populares nas freguesias centrais em virtude do aumento da imigração portuguesa e dos negros alforriados ou cativos. A abolição do tráfico negreiro em 1850 ensejou as transformações estruturais na cidade imperial, marcada pelo modo de produção escravista-mercantil, no qual os rios exerciam um importante papel no processo de ocupação do solo e escoamento da produção do açúcar dos engenhos no interior da província. Na década de 1870, o espaço social foi afetado em virtude do mercado financeiro-industrial mediante a aprovação da Lei do Ventre Livre e a lenta substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores assalariados (BENCHIMOL, 1992; SILVA, 2012; CARVALHO, 2014). Nesse sentido, as demandas sociais implicaram prescrições sanitárias, preceitos médicos e dispositivos urbanísticos que nortearam a intervenção na cidade.

¹² Fonte: Biblioteca de Obras Raras do Senado.

¹³ As tropas brasileiras contaram com os serviços financeiros da Casa Mauá Mac Gregor & Cia, fundada por Barão de Mauá no Rio Grande do Sul, que abastecia o mercado interno de carne no país. Outra atuação do Barão de Mauá na Guerra do Paraguai foi a fabricação dos navios da Marinha em seu estaleiro, dentre outros empreendimentos urbanos que contribuíram para o processo de modernização da cidade, como a Companhia de Iluminação a Gás, o Canal do Mangue, a instalação de cabos telégrafos, a Companhia de Águas (projeto não executado), etc.

Inspirado nos preceitos médicos sanitaristas, a cidade era equiparada ao corpo humano, sendo as vias e praças públicas como as artérias e órgãos respiratórios. A anatomia ou a arquitetura da cidade precisava ser devidamente projetada pelos engenheiros que seriam responsáveis pela harmonia, disposição e equilíbrio do organismo urbano. Assim como o equilíbrio do corpo humano depende do bom funcionamento de cada órgão, disciplinar o espaço da cidade e dotá-la de salubridade, implicava disciplinar cada elemento como praças e vias públicas, unidades habitacionais, estabelecimentos escolares, prédios institucionais..., que seriam estrategicamente e harmoniosamente distribuídos no tecido urbano com suas respectivas funções. Pensando no objeto de estudo, entende-se que o ambiente urbano era ao mesmo tempo condicionado e condicionante do espaço e tempo escolares.

Considerando os espaços e tempos escolares enquanto programas de alto potencial educador (VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 1998), desejável à construção de novas formas de sociabilidade urbana, o desafio consistiu em perscrutar as diferentes estéticas do olhar na cidade. Concorde-se, portanto, com a afirmação de que “se se pretende modificar a qualidade de um local, normalmente é mais eficiente alterar, em conjunto, o cenário físico e as instituições sociais” (LYNCH, 1997, p. 100). Pensando nas “Escolas do Imperador”, apesar da unicidade da forma espacial e do seu potencial, enquanto elementos estruturadores do espaço urbano e das relações de poder ali tensionadas, defende-se aqui que não é possível entender a forma escolar separada do cenário físico e social em que está inserida.

Desse quadro geral, o exercício indiciário orquestrado por este estudo tencionou redesenhar a cidade imperial como “espetáculo” na segunda metade do século XIX, com a pretensão de perscrutar as diferentes estéticas do olhar em construção por meio do Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876. Segundo Pereira (2010, p. 7-8), “olhar, comparar, julgar: esses atos que nos parecem tão comuns foram, na verdade, objeto de um longo e intenso processo de educação dos sentidos e, sobretudo da visão, desenvolvido particularmente ao longo do século XIX”. Qual seria o potencial da dimensão estética das “Escolas do Imperador” no processo de culto à imagem ou de uma “educação ao olhar” sob a ótica da modernidade?

Com base na premissa de que não há método deslocado da teoria (GATTI, 2001), esse percurso reflexivo foi acompanhado de autores como Gatti (2005); Le Goff (2003, 1997) e Hobsbawm (1984) para discussão sobre os conceitos de tradição e modernidade; Valdemarin (2013); Vidal (2005), Dussel e Caruso (2003) e Vincent, Lahire e Thin (2001) para o entendimento do conceito de forma escolar; Veiga (2003), Faria Filho (2000) e Gondra (2003) para a reflexão sobre questões relacionadas à estética do olhar; e de cultura material através de um diálogo entre autores como Abreu Junior (2005); Hernandez (2002) e Viñao Frago e Escolano (1998). No sentido de indiciar as culturas urbanas e escolares em disputa no final do século XIX, buscou-se suporte teórico-metodológico a partir do diálogo com autores de diversos campos do saber, como Melo (2018); Foucault (2017); Pasche (2014); Borges (2014); Gondra e Schueler (2008); Faria Filho, Gonçalves, Vidal e Paulilo (2004); Lemos (2003); Costa (2002); Schueler (2007, 2002); Julia (2001); Popkewitz (1997); Lynch (1997); Challoub (1990); Ginzburg (1989) e De Certeau (1982).

Cabe destacar que as categorias históricas de moderno, modernização e modernidade compreenderam também importantes eixos reflexivos na pesquisa. Recorrendo a Le Goff (1997), entende-se que os conceitos “moderno/antigo” comportam uma série de ambiguidades, considerando que o conceito de progresso vigente nem sempre coincide com o que na época se considerava novo. Enquanto instrumento de controle (HABERMAS, 1990; FOUCAULT, 2017), valorizava-se o planejamento racional da ordem social e a padronização de conhecimentos, valores e comportamentos. Segundo Gatti (2005), afirma-se ainda que a modernidade está atrelada ao “progresso” e que “invade”, progressivamente, toda a sociedade, caracterizando-se pela racionalidade das relações sociais e de trabalho, da arte, da ética e da moral. Por outro lado, é fundamental pensar também como a organização do aparelho escolar estatal implicava na construção física e simbólica da cidade imperial na busca da modernidade. Com o foco nas transformações urbanas e um crescente processo de modernização no final do século XIX, a cidade “moderna” imperial procurava se contrapor à “tradição”, desqualificando o passado colonial. Afinal, que representações de “urbano” e de ordenação simbólica da cidade imperial são enfatizadas no último quartel do século XIX?

Afirma-se que a busca da modernidade na segunda metade do século XIX foi pautada pela ideia do progresso e da ordem atrelada ao processo de higienizar a sociedade, a escola e a infância (FARIA FILHO, 2003; GONDRA, 2004; SILVA, 2009). Este processo foi marcado pela presença de especialistas dos diferentes campos do saber (medicina, engenharia e educação), que foram apontados como os responsáveis pela estruturação do novo projeto civilizatório da “nação moderna”. Nessa perspectiva, a escola assumia papel preponderante no sentido de fortalecer uma educação racional e científica, difundindo determinados valores, condutas “civilizadas” e práticas escolares. As “Escolas do Imperador” emergiam nesse cenário marcado pela política higienista, que parecia tencionar uma diferente estética modernizante sob a ótica da “governamentalidade” (FOUCAULT, 2017) no último quartel do século XIX.

O processo de indiciamento considera as “Escolas do Imperador” como dispositivos de saber-poder inseridos no conjunto de estratégias estatais de controle, fiscalização, regulação, ordenamento e disciplinamento, sendo as estatísticas, por exemplo, responsáveis por apontar as particularidades e demandas sociais legitimando a prática da governamentalidade, remetendo a Foucault (2017). A arte da governamentalidade perpassava consolidar estatísticas definidoras das populações, em alusão a Senra (2006), processo no qual se destacaram os instrumentos normativos e as instituições disciplinares (estabelecimentos prisionais, hospitalares, industriais, militares, religiosos e educacionais), sob a perspectiva panóptica de Jeremy Bentham (1748-1832). Essa rede de escolarização do social era considerada fundamental, portanto, para o controle, a ordenação e o (auto) disciplinamento do sujeito. Nesse sentido, é preciso entender as estatísticas, segundo Senra (2016, p. 35), enquanto construções que expressam uma “objetivação (objetividade objetivada)”.

Em termos metodológicos, procurou-se escrutinar os índices oficiais (estatísticos, urbanísticos, educacionais) na forma da cartografia, enquanto uma das possibilidades cognoscitivas de compreensão e de representação daquele presente, tendo em vista a expressão de uma “objetivação”. O primeiro desafio enquanto pesquisadora compreendeu os silêncios do Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876 no que se refere ao processo de escolarização. Foi preciso superar o imobilismo inicial e perscrutar novos caminhos, sentidos e possibilidades historiográficas de entendimento sobre o

“acontecimento” das “Escolas do Imperador”, em alusão a Foucault (1999), tendo como fio condutor a busca de entrelaçamentos entre as culturas escolares e urbanas no último quartel do século XIX.

Nesse sentido, a seleção do corpus documental, a partir do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876), tencionou adotar uma estratégia de sinalização dos princípios urbanísticos predominantes na segunda metade do século XIX e suas possíveis representações, sentidos e apropriações no espaço da cidade bem como no espaço escolar. Acredita-se que a materialidade mesma do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876) indicia o desejo de legitimação do campo profissional dos engenheiros no processo de remodelação urbana e social da cidade. Enquanto elemento chave na produção de inteligibilidades e sentidos sob a ótica dos discursos civilizatórios, o documento serviria de fundamento para toda e quaisquer intervenções na cidade ou, metaforicamente, o alicerce de toda construção.

Delineado o “estado da arte” e descritos como alicerces construtivos os principais referenciais teórico-metodológicos adotados na pesquisa, empreendeu-se pensar na “estrutura da obra” a partir de alguns questionamentos. Em que medida as “Escolas do Imperador” se inseriam, portanto, nesse processo de urbanização da cidade a partir do Plano de Melhoramentos da Cidade? As “Escolas do Imperador” podem ser interpretadas como integrantes do modelo de organização escolar baseado no projeto higienista da cidade imperial? Quais eram as diretrizes traçadas para a expansão da escolarização e a construção dos “palacetes escolares”?

Estrutura da obra: percorrendo os caminhos da pesquisa.

A estrutura da tese serviu de eixo norteador para todo o processo reflexivo sobre o objeto de estudo em torno das “Escolas do Imperador” em termos teórico-metodológicos. Fazendo uma analogia com a Teoria da Gestalt¹⁴, o percurso percorrido

¹⁴ Segundo Bock (2004), a teoria da Gestalt ou teoria da boa forma não será possível se os elementos não apresentarem equilíbrio, simetria, estabilidade, simplicidade e regularidade. Max Wertheimer, Wolfgang Köhler e Kurt Koffka construíram as bases de uma teoria da Gestalt eminentemente psicológica. Para Cholfe (2009, p. 42-43), “as variáveis, por assim dizer, coparticipam da percepção, não como dois elementos de uma soma, mas como partes num todo articulado (...) Cada uma das partes do campo, assim, corresponde ao resultado da organização presente do todo”.

para o delineamento desse estudo em busca da “boa forma” considerou como ponto de partida “olhar” o objeto em sua totalidade como forma de viabilizar a compreensão das “partes”. Em alusão a Bock (2004), com a expectativa de alcançar a “boa forma” de uma pesquisa historiográfica, a configuração da estrutura da tese considerou a indissociabilidade, o equilíbrio, a harmonia, o caráter complementar e a forma como os capítulos estão distribuídos enquanto dimensões organizadas, de modo a possibilitar os “insights”, porventura, presentes neste estudo.

Ao longo desse caminhar, convidou-se Ítalo Calvino (2017) para dialogar sobre a cidade imperial à luz de sua obra de referência sobre as Cidades Invisíveis¹⁵, considerando que cada cidade é única em termos de paisagens, imagens, simbolismos e redes de sociabilidade e solidariedade. Nessa perspectiva, a pesquisa visou possibilitar uma incursão sobre algumas das diferentes visões da cidade imperial, aliadas às suas respectivas formas e culturas escolares tencionadas pelos diferentes atores sociais. Sob a ótica gestaltista, apresenta-se abaixo a *estética* da tese com as ideias principais de cada capítulo.

1. A CIDADE OLHANDO PARA A ESCOLA

A ideia central da tese gira em torno do diálogo a ser travado entre Cidade e Escola no último quartel do século XIX. Inicia-se o debate com A CIDADE OLHANDO PARA A ESCOLA, pois acredita-se que o projeto de expansão da escolarização estava diretamente relacionado ao projeto de modernização da cidade imperial. Objetivou-se perscrutar as diferentes visões da cidade imperial, em um jogo de escalas, de aproximação e distanciamento das freguesias urbanas, onde as “Escolas do Imperador” estavam implantadas, dialogando com os diferentes atores em disputa pelo acesso à escolarização sobre suas demandas, interesses e forças tencionadas na segunda metade do século XIX.

¹⁵ No livro *Cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino, são apresentadas 55 cidades que podem ser agrupadas em 11 tipos: 1. “As cidades e o nome” – identidade e sentido de lugar; 2. “As cidades e a memória” – a presença do sítio e a influência do passado; 3. “As cidades e o desejo” – a motivação inconsciente e a ação sobre a memória; 4. “As cidades e os símbolos” – a linguagem da subconsciência coletiva e a imagem da cidade; 5. “As cidades delgadas” – a busca pelo desprender da terra, a negação da imobilidade; 6. “As cidades e as trocas” – as relações entre os habitantes; 7. “As cidades e os olhos” – a visão individual e os engodos; 8. “As cidades e os mortos” – engessamento, ciclo, fim de ciclo; 9. “As cidades ocultas” – a natureza humana e sua dualidade; 10. “As cidades contínuas” – antropofagia, destruição do meio; e 11. “As Cidades e o Céu” – o ideal de perfeição e o cosmos (MONTEIRO, 2009).

Trata-se de um período marcado pelo crescimento dos “conhecimentos escolarizados” pela instituição primária, que precisava atender à crescente demanda e romper o processo desigual de escolarização. Cabia à escola ensinar às novas gerações não apenas a instrução elementar como também conhecimentos, valores e normas necessárias para a construção de uma nação, marcada pela expansão da lavoura cafeeira concomitante ao fim do regime escravocrata e à adoção do trabalho assalariado; remodelação urbana a partir dos planos de melhoramento da cidade imperial e proliferação de obras públicas, incluindo a construção de prédios públicos, rede telegráfica, portos e ferrovias (TELLES, 1994). Pensando na afirmação de Lynch (1997) que as mudanças físicas podem, por vezes, ser utilizadas para apoiar, ou mesmo provocar, as mudanças sociais, é preciso questionar o alcance social e a capacidade de (re)estruturação do espaço urbano a partir dos projetos de melhoramentos urbanos e das “Escolas do Imperador”. Adotou-se como instrumental metodológico para indiciamento da cidade imperial os cinco elementos estruturadores: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos defendidos por Kevin Lynch em sua obra “A Imagem da Cidade” (1997).

2. A CIDADE PROJETADA PELOS INTELLECTUAIS

Este capítulo tencionou discutir sobre as culturas urbanas em construção no último quartel do século XIX, pensando o processo de modernização da cidade imperial do Rio de Janeiro a partir da tríade medicina, educação e engenharia. Cabe destacar que os anos de 1870 foi marcado pelos surtos epidêmicos de febre amarela e cólera, legitimando o discurso político e científico da medicina social através da atuação da Junta Central de Higiene Pública. Nessa perspectiva, foi constituída a Comissão de Melhoramentos da Cidade em 1874 pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, Ministro dos Negócios do Império, por Francisco Pereira Passos (Consultor técnico do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas), Marcelino de Moraes Jardim (Engenheiro civil) e o Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim (Engenheiro da Inspeção Geral das Obras Públicas da Corte e membro da primeira comissão de engenheiros). As infinitas possibilidades de se conhecer as “Cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino serviram de ferramenta para perspectivar os diferentes olhares dos grupos de intelectuais que projetavam a cidade e a

escola na segunda metade do século XIX, a partir do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876) e dos preceitos médico-sanitaristas das políticas higienistas.

3. A CIDADE DAS “TRADIÇÕES INVENTADAS”

Pretendeu-se indiciar o projeto das “Escolas do Imperador”, como um lugar específico destinado à escolarização da população no último quartel do século XIX, com destaque para o objeto de estudo em torno da Escola Primária da Freguesia de Sant'Anna, da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória e da Escola de São Christovão. A cartografia de novos cenários urbanos a partir dos projetos das “Escolas do Imperador” buscou sinalizar a emergência de diferentes estéticas do olhar a partir da cultura material dos palacetes escolares, indiciando a materialidade a partir de aspectos relacionados, principalmente, à arquitetura escolar. Recorrendo a Foucault (1999), acredita-se que a “acontecimentalização” das “Escolas do Imperador” contribuía para dar visibilidade ao processo de escolarização. Localizados em grandes praças públicas, os prédios escolares pareciam atribuir uma maior legibilidade da área (LYNCH, 1997), sinalizando o caráter civilizador das práticas escolares.

Portanto, é importante compreender a legibilidade da forma urbana, projetada pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, bem como a sua relação com o processo de implantação dos prédios escolares. Partindo de um conceito amplo de cultura material, estabeleceu-se um diálogo com Abreu Junior (2005), no sentido de compreender a materialidade para além da arquitetura escolar, na medida em que ela influenciava diretamente as práticas pedagógicas, onde predominavam a disciplina, a ordem, a higienização do espaço e o conformismo tão necessário ao processo civilizatório. Buscou-se, portanto, refletir sobre alguns aspectos referentes ao projeto de escolarização do social do período, considerando a estética do lugar a partir do entrelaçamento entre o Plano de Melhoramentos da Cidade e os palacetes escolares.

4. A ESCOLA OLHANDO PARA A CIDADE

O último capítulo buscou perscrutar as circunstâncias indiciárias das práticas cotidianas de diferentes sujeitos que experienciavam aquele presente no último quartel do século XIX. Sob o viés civilizatório, acredita-se que se tencionava controlar

espacialidades e temporalidades na escola e na cidade, como forma de organizar, disciplinar e homogeneizar as experiências múltiplas e as estratégias de “subversão” forjadas por aqueles sujeitos. Um período marcado pelo processo de escolarização social e pela “invenção” das formas escolares, que “olhavam” para uma cidade a partir dos princípios da ordem, da simetria e da harmonia. Entretanto, será que a cidade idealizada pelo amplo aparato institucional e normativo foi capaz de controlar a multiplicidade de usos sociais, formas escolares e práticas culturais conformadoras do espaço urbano? Procurou-se aqui responder a esse questionamento por meio de alguns esboços, traços e vestígios de uma “cartografia social” como resistência, indiciando as formas escolares, as intencionalidades prescritivas e as táticas empreendidas pelos diferentes sujeitos.

CAPÍTULO 1

A CIDADE OLHANDO PARA A ESCOLA

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado (...). A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 2017, p.15-16).

Em alusão a Ítalo Calvino, a ideia consiste em “reinventar o passado” no sentido de indiciar a estética urbana da cidade imperial através dos rastros deixados nos “ângulos das ruas”, seja por meio de sua arquitetura seja pelos anseios, interesses e necessidades dos sujeitos daquele presente. Isto porque, a “cidade não conta o seu passado”, é preciso ser capaz de incursionar por suas ruas, vielas e becos à procura das respostas às nossas perguntas. Considerando que a cidade não é “obra da mente ou do acaso” (CALVINO, 2017, p. 53), buscou-se, nesse exercício reflexivo, redesenhar as diferentes *idades imperiais* na segunda metade do século XIX, voltando-se principalmente para o período após a Lei do Ventre Livre em 1871.

Em outras palavras, que seja possível perscrutar algumas das diferentes visões da cidade imperial, num jogo de escalas de aproximação com as freguesias urbanas, onde as “Escolas do Imperador” estão localizadas, tensionando os espaços, os sujeitos e os acontecimentos. Segundo Foucault (2017, p. 40-41), “o problema é, ao mesmo tempo, distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros”. A história da cidade deve ser (re)significada a partir da “inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas” (p. 41).

Defende-se, no presente estudo, que a análise da morfologia urbana de uma área depende das formas de apropriação e de percepção do espaço pelos sujeitos, que sinaliza

o nível de legibilidade do local, implicando num maior ou menor grau de pertencimento do sujeito à cidade. Por apropriação, concordando com Gomes e Hansen (2016, p. 15), afirmo que “os sentidos dos bens culturais não estão unicamente inscritos neles mesmos, nem nos projetos/intenções de seus autores, mas igualmente nas práticas de apropriação que envolvem os processos de recepção/consumo pelos públicos”. Entende-se que, no espaço da cidade, cada forma é única, dotada de identidade, intencionalidades e funcionalidades, e que cada elemento adquire significado desde que sua análise tenha como ponto de partida o lugar em que está inserido e os sujeitos envolvidos.

Adotando como referencial metodológico para análise do espaço urbano o instrumental de análise espacial da cidade, defendido por Kevin Lynch em sua obra “A Imagem da Cidade”, procura-se perscrutar na cidade imperial os cinco elementos estruturadores: caminhos, limites, bairros, pontos nodais e marcos (LYNCH, 1997, p. 100). Considerando a indissociabilidade entre as culturas urbanas e escolares, concorda-se com a afirmação do autor de que a qualidade de um local depende das mudanças promovidas, em conjunto, do cenário físico e de suas instituições sociais. Num processo investigativo acerca dos rastros, sinais e indícios da cidade imperial a partir das “Escolas do Imperador”, observou-se um conjunto de instituições fundadas no período que parecem ter sido construídas para impulsionar a reconfiguração do cenário social no último quartel do século XIX.

Portanto, cada prédio escolar, apesar das semelhanças em termos projetuais e técnicos, quando situados em contextos diferentes, são (re)significados de acordo com as experiências, as tensões, as disputas e os constrangimentos dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, apesar das características arquitetônicas comuns a todos os prédios das “Escolas do Imperador”, os sentidos atribuídos pelos sujeitos à escola ressignificam as relações de poder-saber entre escola e comunidade. Lynch (1997) define dois principais conceitos de análise da qualidade do espaço da cidade: a legibilidade e a imageabilidade.

Por legibilidade entende-se a facilidade de identificação e reconhecimento de cada parte da cidade. Em termos visuais e estéticos, cabe analisar, por exemplo, se os equipamentos urbanos estão devidamente estruturados para fácil apropriação pelo sujeito. Acrescenta-se aqui que iniciativas como a identificação das ruas e a numeração das casas contribuem para uma maior legibilidade da área. Um ambiente legível deve,

portanto, apresentar três componentes: estrutura, identidade e significado. Refletindo sobre as intencionalidades dos projetos das “Escolas do Imperador” inseridas no espaço urbano, em que medida é possível afirmar que os prédios escolares são dotados de legibilidade e imageabilidade pelos sujeitos naquele presente?

Considerando a qualidade de um equipamento urbano em sua capacidade de facilitar a leitura do espaço da cidade, como estímulo do seu nível de pertencimento e estruturação do ambiente em que está inserido, pode-se entender os prédios escolares enquanto elementos legíveis, estruturantes e simbólicos. Isto porque, de um lado, os palacetes escolares tencionavam imprimir uma forma institucional à educação pública vinculada a uma forma arquitetônica específica. Concebidos como “Monumentos” (SCHUELER, 2008), os prédios eram localizados em locais estratégicos de expressiva visibilidade na paisagem da cidade, com a possível pretensão de facilitar a acessibilidade e a identificação do espaço escolar pelo sujeito. Era comum adotar a forma arquitetônica dos palacetes em diferentes instituições de poder-saber de naturezas diversas pela cidade. Portanto, é preciso questionar sobre a capacidade de percepção dos sujeitos que vivenciavam o espaço da cidade e da nova forma escolar que se pretendia com a construção das “Escolas do Imperador”.

Imersos numa atmosfera em efervescência política, social, cultural e econômica, os sujeitos transitavam na cidade tecendo redes de sociabilidade e de solidariedade nos diferentes espaços de poder-saber. Lutando por seus diferentes ideais de cidade, mas ao mesmo tempo complementares, pode-se afirmar que, sob a ótica de Kevin Lynch, os intelectuais buscavam construir uma cidade com imageabilidade, ou seja, uma forma urbana legível, visível e memorável aos sujeitos daquele presente.

1.1 Refletindo sobre a cidade imperial no último quartel do século XIX

Pensar a cidade imperial nos remete à primeira metade do século XIX, quando a sede do governo português é transferida para o Brasil, com a abertura dos portos e a formação de centros político-administrativos das capitais das províncias. A Corte Imperial instalada no Rio de Janeiro transforma aceleradamente o cenário social, político, econômico e cultural da cidade (ABREU, 1988; COSTA, 1999; MELO, 2020; MELO, 2015). Uma cidade, que já contava com mais de 65 mil habitantes, sofre um aumento

populacional significativo no período de 1808 a 1814, com a chegada da Família Real. Cerca de 115.760 escravos e 15 mil portugueses desembarcaram nas províncias principalmente no Rio de Janeiro, acarretando uma série de problemas urbanos ligados ao abastecimento de água, à infraestrutura urbana, às condições de moradia, trabalho e educação (GONDRA e SCHUELER, 2008). Em virtude do expressivo crescimento demográfico e da necessidade de expansão da cidade, a busca por diferentes estéticas urbanas parece nortear uma série de obras como canalizações, aterros, desmembramento e parcelamento de chácaras (TELLES, 1994; BENCHIMOL, 1992).

Novos cenários sociais começam a ser delineados no decorrer do século XIX a partir de sucessivas reformas educacionais e debates educacionais; obras de melhoramentos urbanos; investimentos no setor de ensino superior com a criação da Faculdade de Medicina (1808), a Academia Real Militar (1810), a Academia Imperial de Medicina (1835) e a Faculdade de Direito (1891); busca da profissionalização docente com a fundação da primeira Escola Normal em Niterói em 1835; e instalação de importantes instituições como a Imprensa Régia em 1808¹⁶, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico em 1810, a Junta da Instituição Vacínica da Corte¹⁷ em 1811, a Escola Nacional de Belas Artes em 1816 e o Museu Nacional em 1818. O desenvolvimento das cidades sinaliza uma crescente preocupação com a formação de profissionais ligados à medicina, educação e engenharia (CHIAVARI, 1998; COSTA, 2002; MELO, 2018). Para Gondra e Schueler (2008, p.25), esta elite intelectual assumiu o projeto de construção dos “símbolos da civilização”.

A consciência da modernidade a partir do sentimento de ruptura com o passado parecia alimentar os projetos de melhoramentos da cidade imperial. Uma cidade marcada fortemente pela escravatura, “sustentáculo das classes senhoriais, estava disseminada na

¹⁶ “Em setembro de 1808, começou a circular na cidade a *Gazeta do Rio de Janeiro*, produzida pela prensa da Imprensa Régia, a primeira tipografia autorizada brasileira”, constituindo-se em um instrumento de comunicação importante na circulação dos ideais de civilidade, por meio da divulgação de cerimônias e festas da Família Real (VAL, 2009, p. 170).

¹⁷ As instituições vacínicas criadas no decorrer do século XIX buscavam, principalmente, consolidar a prática da vacinação e o controle da varíola, porém as dimensões territoriais, as resistências às vacinas e a carência de serviços adequados e de condições sanitárias contribuía para o avanço das epidemias (CHALHOUB, 1996; FERNANDES, 2003). Fernandes (2003) ressalta a influência francesa, inglesa e portuguesa na organização da infraestrutura vacinal do país. No século XIX, segundo a autora, “observa-se, assim, com relação ao controle da varíola, uma conjunção de práticas que marcou este século vacinação humanizada, vacinação animal, variolização e inoculação” (2003, p. 464), com predomínio da prática da vacinação antivariólica e legitimação progressiva da ciência biomédica por Pasteur no final do século XIX.

sociedade, presente em toda a sorte de serviços urbanos e na produção de mercado interno” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 228). Remetendo a Le Goff (1997), entende-se que a modernidade naquele presente podia exprimir-se sob as cores do passado. Tendo em vista a pretensa complexidade da oposição entre antigo e moderno, é preciso considerar que a busca do progresso, tão sonhada pela intelectualidade que pensava a cidade imperial, poderia não expressar necessariamente algo novo e desejado pelos sujeitos naquele presente.

Segundo Telles (1994), o crescimento das cidades ao longo do século XIX é marcado pela espontaneidade e sem preocupações com o ordenamento retificado da malha urbana, que transformava a paisagem da cidade com a abertura de vias e praças públicas, a formação de áreas residenciais e o aterro de áreas pantanosas. Destaca-se uma série de intervenções como o embelezamento da Praça Municipal no Valongo e a numeração dos prédios¹⁸ iniciado nos anos de 1820 e a pavimentação das ruas com paralelepípedos em substituição ao calçamento irregular de “pé-de-moleque” colonial a partir dos anos de 1850. Outras propostas do arquiteto Grandjean de Montigny como a construção de uma avenida litorânea na região da Gamboa e do Saco do Alferes, onde foi construído no início do século XX o cais do porto, e a abertura de grandes avenidas no Centro deixaram de ser construídas em virtude dos custos elevados na construção de palacetes e espaços públicos nas proximidades. Já no período de 1860 a 1880, o botânico francês se destacou por sua atuação em projetos de arborização dos espaços públicos da cidade, como os parques do Passeio Público, do Campo de Sant’Anna e da Quinta da Boa Vista.

As obras de melhoramento da cidade, com aterro das áreas pantanosas e redes de infraestrutura de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, indiciavam um processo de “medicalização” dos espaços urbanos. O esquadrinhamento desses “focos de doenças” atrelados à ordem tradicional, vista como sinal de atraso, era necessário para o

¹⁸ Iniciativa fundamental para os levantamentos estatísticos da cidade, conforme observado no Art. 5º do Aviso N. 104, de 2 de Abril de 1870, que tratava do arrolamento da população do Município da Corte, definindo que “na relação dos edificios as casas de residencia particular serão indicadas pela denominação das ruas, praças, beccos, cáes, estradas, etc. em que forem situadas e pelos numeros que tiverem, ou pelos nomes dos chefes das familias que nellas morarem e denominação do sitio (casa de F ... em tal lugar) quando não haja numeração, estejam distante do arruamento ou não tenham terreno no alinhamento da estrada. Declarar-se-hão sempre os fogos que cada uma contém”. (Relatório apresentado ao Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Imperio, pela Comissão encarregada da direcção dos trabalhos do arrolamento da população do Município da Côte, em abril de 1870, *apud* SENRA, 2006, p. 134).

delineamento dos planos de modernização da cidade, que tencionavam atribuir diferentes contornos urbanísticos e sociais, em virtude de uma série de acontecimentos. Almeida (2011) aponta o fim do tráfico negreiro, a ampliação do trabalho livre e assalariado e a expansão da produção do café, bem como a atuação da Junta de Higiene Pública e da Comissão de Engenharia, como dimensões que contribuíram, de diferentes maneiras, para o processo de transformação do espaço urbano da cidade.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz tenta reprimir o tráfico de escravos nas províncias imperiais, mas sem êxito no contexto social da Corte. Com a expansão da produção cafeeira na primeira metade do século XIX e uma série de acontecimentos a partir da década de 1870, como a Lei do Ventre Livre em 1871, a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889, o processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado, principalmente, de imigrantes¹⁹ se intensifica assim como a expansão demográfica, o desenvolvimento dos transportes e o processo de industrialização e de urbanização das cidades. Período de grande crescimento das ferrovias, do setor portuário e dos serviços urbanos que contribuíam para se repensar o espaço urbano por meio das permanências e rupturas das estruturas coloniais das cidades. Todavia, “embora substituísse a estrutura material da cidade escravista colonial, ela era cada vez mais transfigurada pela nova trama de relações sociais que ia se constituindo no espaço urbano” (BENCHIMOL, 1992, p. 44).

Os escravos, libertos e negros livres pobres do Rio instituíram uma cidade própria, arredia e alternativa, possuidora de suas próprias racionalidades e movimentos, e cujo significado fundamental, independentemente ou não das intenções dos sujeitos históricos, foi fazer desmanchar a instituição da escravidão na Corte (CHALHOUB, 1990, p. 28).

Chalhoub (1990, p. 222) destaca que, no relatório ministerial de 1870, o Ministro da Justiça afirmou que “as condições de vida dos negros nas fazendas são tão abomináveis a ponto de poderem ser comparadas desfavoravelmente com a vida dos condenados a galés”. Muitos recorriam à polícia em busca de proteção, ou mesmo cometiam crime

¹⁹ Segundo Costa (1999, p. 253), “no Rio de Janeiro, num total de 275 mil habitantes em 1872, 84 mil eram estrangeiros. Em 1890, a população do Distrito Federal alcançava 522 mil habitantes, aproximadamente, dos quais 124 mil eram estrangeiros, isto é, cerca de 25% da população”.

visando escapar de um destino indesejável. Era comum o Imperador perdoar penas de escravos e de comutar condenações à morte baseadas na lei de 10 de junho de 1835. Em pesquisa de Brasil Gerson, no *Jornal do Commercio* e no *Diário Oficial*, houve “o registro de 195 pedidos de graça de escravos condenados à morte despachados favoravelmente por d. Pedro II entre 1850 e 1875” (CHALHOUB, 1990, p. 221). Inúmeros eram os casos de escravos que cometiam crimes alegando preferir a prisão ao jugo senhorial. Nesse sentido, D. Pedro II reforçava sua ideia de emancipação dos escravos através da distribuição de graças em datas comemorativas e gozava de certa popularidade entre os negros, principalmente no período final da monarquia (CHALHOUB, 1990).

Em carta enviada por João Alfredo Correia de Oliveira ao Bispo e Capelão-mor da Diocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro no dia 19 de setembro de 1871, o ministro comunicou a extinção gradual do elemento servil, solicitando o apoio das paróquias no sentido de conscientizar a população, logo após a aprovação da Lei do Ventre Livre pela Câmara dos Deputados, no sentido de reduzir as resistências e a disseminação de ideias contrárias ao disposto na referida lei.

Para que esta adesão dos Representantes da Nação possa produzir todos os seus benéficos efeitos, convém muito que seja acompanhada pela persuasão de todos os brasileiros de que, apesar dos inconvenientes transitórios que, por ventura, possa trazer a medida, ha todavia calculada para abrir, sem offensa da propriedade actual, huma nova era de prosperidade tanto mais segura e duradoura, quanto mais baseada nas leis economicas, e nos imprescindiveis principios da moral²⁰.

Certamente, que a “cidade” instituída pelos escravos, libertos e negros livres pobres, dotada de uma dinâmica social própria, não obedecia aos limites impostos pela divisão administrativa das freguesias urbanas da cidade. Mas nem Lynch (1997), quando trabalha a categoria de limites, se refere necessariamente a essas representações jurídicas. Para o autor, os elementos limítrofes do espaço urbano podem ser impostos por elementos, naturais ou construídos, dotados de significados e que condicionam a ação dos sujeitos, mas não, necessariamente, por vias de circulação ou fronteiras

²⁰ Carta enviada por João Alfredo Correia de Oliveira ao Bispo e Capelão-mor da Diocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13815>. Acessado em 15/04/2021.

administrativas. O que determina os limites de uma cidade, a rigor, é a ação dos sujeitos no espaço urbano e suas redes de sociabilidade e de solidariedade construídas no tempo (LYNCH, 1997; FOUCAULT, 2017).

No que tange à Lei do Ventre Livre de 1871, em alusão a Ginzburg (2002), considerando a circularidade enquanto criação de “interdições e possibilidades”, sujeitas a circunstâncias e a transitoriedade dos dispositivos normativos, acredita-se que a tramitação de avisos ministeriais, ofícios e outros textos legais, no âmbito da municipalidade, buscava superar as dificuldades de comunicação e legitimar na prática o disposto nas leis, decretos e outros instrumentos promulgados pela Casa Imperial. O que pode ser indiciado pela sequência de decretos ministeriais e outros documentos de tramitação interna como o Aviso do Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas emitido em 23 de outubro de 1871²¹, que visava dar publicidade à instrução regulamentadora, emitida pela Casa Imperial, sobre a libertação dos escravos dados em usufruto à Coroa em atendimento ao artigo 6º § 2º da Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871²², que delibera que:

Em geral os escravos libertados em virtude d’aquella lei ficarão, durante cinco annos, sôb a inspeçção do Governo, sendo eles obrigados a contractar seus serviços, sôb pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos publicos.

Constam ainda orientações quanto à aplicação desse dispositivo legal, direcionados ao Superintendente da Imperial Fazenda de Santa Cruz, por exemplo, no sentido de tecer novos arranjos, disposições e relações trabalhistas que garantissem a manutenção das forças produtivas. Na referida fazenda, foi orientado que todos continuassem suas atividades laborais em troca de certos benefícios como um dia de folga na semana. Outro Aviso Ministerial emitido em 19 de outubro de 1871²³, direcionado às paróquias distribuídas pelas freguesias na cidade, prescrevia a obrigatoriedade do lançamento em livros especiais dos termos de nascimento e óbito dos filhos de mulher escrava a partir da data de publicação da Lei do Ventre Livre. Entretanto, uma questão apontada pelo

²¹ BRASIL, Aviso 23/10/1871. Arquivo Nacional.

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acessada em: 24/07/2019.

²³ BRASIL, Aviso 19/10/1871. Arquivo Nacional.

Decreto nº 6.967, de 8 de julho de 1878²⁴, que dispõe sobre o prazo para a matrícula dos filhos livres de mulher escrava, sinalizava em seu texto as dificuldades de implementação do disposto na Lei do Ventre Livre, em virtude das longas distâncias e da falta de acessibilidade aos dispostos normativos.

Convindo evitar que a Lei nº 2.040 de 28 de Setembro de 1871 se torne vexatoria em sua execução: Hei por bem, usando da attribuição que Me confere o § 12 do art. 102 da Constituição Política do Imperio, decretar: Artigo unico. Fica elevado ao dobro o prazo de tres mezes que, na conformidade dos Regulamentos approvados pelos Decretos nos 4.835 do 1º de Dezembro de 1871 e 5135 de 13 de Novembro de 1872, e bem assim do Decreto nº 4960 de 8 de Maio de 1872, é concedido para a matricula dos filhos livres de mulher escrava e averbações que lhes são relativas. (Decreto nº 6.967, de 8 de junho de 1878)

A década de 1870 foi marcada ainda por inúmeras Ações de Liberdade movidas por escravos na busca da alforria, tensionando as relações senhoriais e a dinâmica social e econômica das províncias onde se concentrava uma parcela significativa de escravos. A promulgação da Lei do Ventre Livre, aprovada em 28 de setembro de 1871, parece ter contribuído para incitar o problema da instrução popular na cidade, incluindo negros livres, libertos e escravos, sendo objeto de inúmeros projetos do Ministério do Império, como “as reformas de João Alfredo (1874), de Leôncio de Carvalho (1879), de Rui Barbosa (1883), de Almeida de Oliveira (1884), do Barão de Marmoré (1886) e, já na República, a de Benjamin Constant (1890)” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 251-252).

Diante do processo de remodelação urbana, social, política, econômica e cultural da cidade, a escola é entendida enquanto um dispositivo de saber-poder com a função de remodelação dos comportamentos, hábitos e tradições da população. Recorrendo a Foucault (2017), considera-se o dispositivo enquanto um conjunto de “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Acredita-se que a função social da escola se fortalecia na sociedade à medida que crescia a demanda pela escolarização na cidade em virtude de uma série de acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais, processo no qual as estatísticas acabaram por

²⁴ Decreto nº 6.967, de 8 de julho de 1878. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

exercer um importante papel na produção de saberes acerca da população (GONDRA e SCHUELER, 2008; SCHUELER, 2005b; SENRA, 2006).

A escola assumiria papel preponderante na construção da nova ordem social. É preciso tecer as redes que interligam escola e cidade, compreendendo o dispositivo escolar imerso em um emaranhado de relações de poder-saber, tensionadas na cidade, no sentido de perscrutar as “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por ele” (FOUCAULT, 2017, p. 367). Buscou-se, portanto, concentrar a atenção na configuração do espaço e tempo escolares na segunda metade do século XIX, tendo em vista que o projeto de expansão da escolarização estaria diretamente relacionado ao projeto de urbanização da cidade imperial, com destaque para o Plano de Melhoramentos da Cidade em 1874. Se o espaço da cidade é construído por seus próprios habitantes, os planos de melhoramentos precisavam responder às demandas sociais. Cabia aos engenheiros projetar a nova imagem da cidade imperial, atribuindo-lhe identidades próprias, com caminhos, limites, marcos e pontos nodais bem definidos, em alusão a Kevin Lynch (1997).

Nessa perspectiva, pensando sobre a importância das estatísticas na construção da nova urbe, entende-se que “a estatística revela e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doenças, suas regularidades de acidentes” (FOUCAULT, 1994 *apud* SENRA, 2006, p. 32). Segundo Senra (2006), considerando a dimensão territorial, a falta de informações estatísticas e cartográficas do país foi observada durante o conflito da Guerra do Paraguai deflagrada em 1864, na medida em que se desconheciam, por exemplo, aspectos importantes como as estatísticas sobre os recursos humanos e alimentares da população bem como os limites territoriais do país, cujo mapeamento (**Anexo 2**) possível parecia não atender às demandas daqueles sujeitos envolvidos no conflito. Por outro lado, o Paraguai já contava com um recenseamento realizado em 1857 e com mapeamentos do território brasileiro. Tal acontecimento parece impulsionar a criação da Diretoria Geral de Estatística²⁵ em 1870. O conhecimento é o ponto de partida na produção de saberes, “desejados e desejáveis” (SENRA, 2006), na arte da governamentalidade. Trata-se, portanto, de uma

²⁵ A criação da Diretoria Geral de Estatística foi aprovada pela Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, com o objetivo de coordenar a atividade censitária no país, sendo regulamentada pelo Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871 (SENRA, 2006).

produção de saberes que, questionados, apropriados, reinventados e ressignificados, contribuem para administrar acontecimentos bem como condicionar e legitimar ações governamentais.

Doutra forma, configura-se o Estado, com “E” maiúsculo, na medida em que se registra os estados, com “e” minúsculo, das pessoas e das coisas; esses muitos registros maravilhosos e suas incríveis sínteses permitem, ontem e sempre, saber-se e pensar-se e governar-se, porquanto tornando próximo o distante, presente o ausente, conhecido o desconhecido; o saber para o poder (SENRA, 2006, p. 29-30).

Em 1870, o território brasileiro possuía uma população de 9.930.478 habitantes, enquanto a Província do Rio de Janeiro contava com 782.724 habitantes, sendo 490.087 livres e 292.637 escravos, na proporção mais elevada do país de 1,67 de pessoas livres para 1 (um) escravo em todo o território. No município da Corte, de acordo com os dados emitidos no “Relatório apresentado ao Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Imperio, pela Comissão encarregada da direcção dos trabalhos do arrolamento da população do Município da Corte²⁶”, a população possuía 235.381 habitantes, concentrados nas 11 (onze) freguesias urbanas, sendo apenas 44.379 distribuídos pelas 8 (oito) freguesias rurais, que ocupavam 85% do território. Isso significa que a maioria da população estava localizada nas freguesias urbanas equivalentes apenas a 15% do município (SILVA, 2015).

Portanto, a cidade do Rio de Janeiro já apresentava uma elevada taxa de ocupação do solo, contando com 133 edifícios públicos, 80 igrejas, 18 prisões, 51 quartéis e postos

²⁶ A Comissão Central, encarregada pela direção dos trabalhos do arrolamento da população do Município da Corte, em abril de 1870, eram compostas por: Conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello (Presidente), Dr. Francisco de Faria Lemos, Desembargador Izidro Borges Monteiro, D. Domingos de Andrade Figueira e José Vicente Jorge (Secretário). Os trabalhos foram organizados por meio de comissões locais, como a Freguesia da Gloria (Dr. Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira, Dr. Alexandre Cardoso Fontes, Dr. José Marques de Sá, Comendador Luiz Cypriano Pinheiro de Andrade, Capitão Belarmino de Arruda Camara); a Freguesia de Sant’Anna - Primeiro Distrito (Tenente-coronel João Alves Xavier de Mello, Tenente-coronel Pio Antonio de Souza, Vigario Pedro de Mello Alcanforado, Tenente-coronel Manoel José da Silva Veiga, Major Antonio Ribeiro Campos Junior); a Freguesia de Sant’Anna - Segundo Distrito (Dr. José Maria Velho da Silva, Dr. Antonio Maria Neves da Silveira, Candido Matheus de Faria Pardal, Capitão José Luiz Caminada, Dr. João Pinto Rego Cesar) e a Freguesia de São Christovão (Dr. José Pereira Peixoto, Dr. Antonio Rodrigues de Oliveira, Graciano dos Santos Pereira, Major Manoel José da Silva Cortez, José Pedro Rodrigues Valladas Garrocho). (Relatório apresentado ao Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Imperio, pela Comissão encarregada da direcção dos trabalhos do arrolamento da população do Município da Côte, em abril de 1870, *apud* SENRA, 2006).

de guarda, 22 hospitais e casas de saúde, 27.375 edifícios particulares e 41.200 fogos²⁷, sendo 34.792 nas freguesias urbanas acomodando de 5,5 a 6,9 pessoas por fogos. Grande parte das edificações situadas nas freguesias centrais em virtude da ocupação inicial no Morro do Castelo²⁸, quando a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se expandiu no século XVII pela região entre os morros do Castelo, de Santo Antônio, de São Bento e de Nossa Senhora da Conceição. Segundo Sisson (2008), a cidade se expandiu até a segunda metade do século XVIII a partir dos marcos religiosos, quando se tornou sede do Vice-Reinado em 1762.

Com a chegada da Família Real em 1808, novas funções foram atribuídas aos marcos edificados no Largo do Paço, que foi densamente ocupado conforme representação na Planta Arquitetural da Cidade do Rio de Janeiro de 1874 (**Mapa 1**), convergindo importantes caminhos na cidade como o eixo viário pelo litoral entre os morros do Castelo e de São Bento. O Mapa da Cidade do Rio e Janeiro de 1890 (**Anexo 1**) sinaliza o processo de expansão da malha urbana e de fortalecimento do poder imperial, que se consolidou no Campo da Acclamação (Campo de Santana), na freguesia de Sant'Anna, especialmente na segunda metade do século XIX.

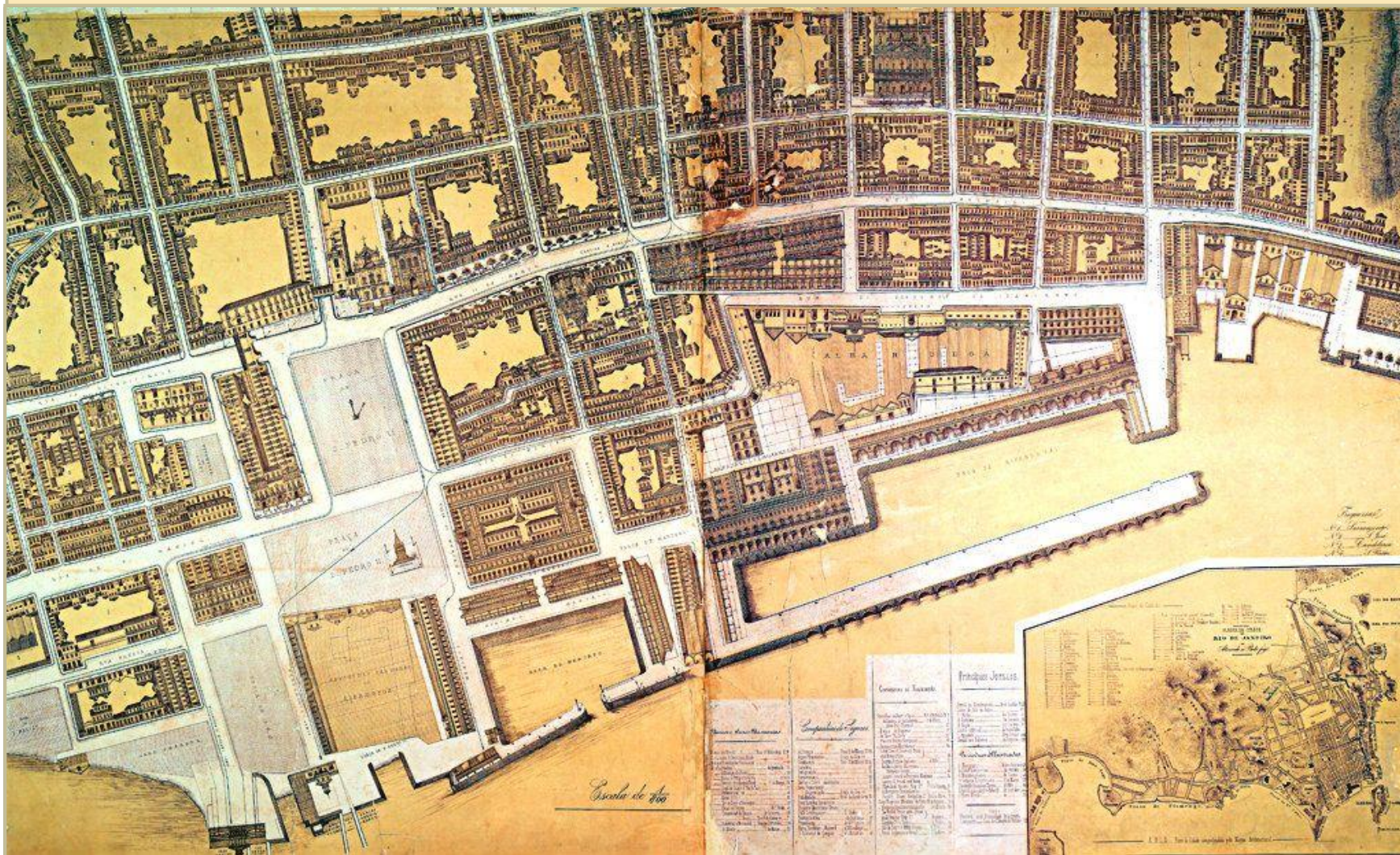
Na década de 1870, a cidade contava com 235.381 habitantes, sendo 185.289 homens livres e 50.092 escravos. As freguesias urbanas como Santa Rita, São José, Santo Antônio, Glória, Sacramento, Espírito Santo e Engenho Velho concentravam grande parte da população, sendo a mais populosa a de Sant'Anna que passou de 38.903 mil habitantes em 1870 para, aproximadamente, 50 mil habitantes em 1890 (SENRA, 2006; ABREU, 1988). Em virtude da abrangência de seu território, a freguesia de Sant'Anna foi objeto constante dos planos de remodelação da cidade e reconfiguração espacial.

²⁷ O arrolamento da população do Município da Corte foi realizado por moradas ou fogos que, segundo o Art. 1º do Aviso N. 104, de 2 de abril de 1870, compreendia “cada casa ou parte della em que habita alguma pessoa ou família com economia separada, de maneira que um edificio póde conter dous ou mais fogos”. Enquanto instrumento de controle da população, o levantamento estatístico do Ministério do Império contava com a inspeção do subdelegado em exercício no distrito, responsável por encaminhar a documentação ao chefe de polícia (Art. 10). (Relatório apresentado ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, pela Comissão encarregada da direcção dos trabalhos do arrolamento da população do Município da Côte, em abril de 1870, *apud* SENRA, 2006, p. 133).

²⁸ Fundada em 1565 pelos portugueses, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se consolidou no Morro do Castelo em razão de sua localização estratégica, para fins de defesa da cidade contra uma nova invasão dos franceses e aliados, reunindo como marcos a Fortaleza, a Igreja de São Sebastião, a Casa dos Governadores, a Câmara e a Cadeia Pública, o Colégio dos Jesuítas, a primeira ordem religiosa, dentre outros (SISSON, 2008).

Mapa 1: Mapa Arquitetural da Cidade do Rio de Janeiro. Parte comercial. Rio de Janeiro, 1874.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Brasil: o Império nos trópicos. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br>. Acesso em: 30/08/2020.



Um exemplo foi a incorporação de parte da freguesia de Sant'Anna, Sacramento e São José, por meio do Decreto nº 798, de 16 de setembro de 1854, para a criação de uma nova freguesia denominada Freguesia de Santo Antonio²⁹. A freguesia de Sant'Anna possuía o maior número de cortiços, habitações coletivas e casas de cômodos que chegava a um total de 154, que sinalizava as especificidades de uma “cidade alternativa”, a ser objeto dos planos de melhoramentos da cidade, principalmente, a partir da década de 1870 (CHALHOUB, 1990; BENCHIMOL, 1992). Já a “freguesia da Gloria, para além de sua população privilegiada, era a segunda colocada em número de habitações coletivas e moradias populares: 107 cortiços, com 2.376 moradores” (SHUELER, 2005, p. 116).

A dinâmica do processo de ocupação do solo sinaliza os caminhos percorridos pelos sujeitos no espaço urbano que, segundo Lynch (1997), podem constituir elementos de circulação desde vias urbanas e sistemas ferroviários até os percursos dos sujeitos no interior de uma praça. Tais espaços públicos são apontados pelo autor como os pontos nodais, ou seja, locais estratégicos que concentram atividades, pessoas, espaços verdes, estações ferroviárias etc. Em geral, os pontos nodais se caracterizam como espaços de permanência dos sujeitos, o que sugere um alto grau de reconhecimento do lugar. Em outras palavras, a identidade do lugar que se refere ao significado e às formas de interação do sujeito com o espaço. Essa identidade é reforçada pela presença de marcos ou elementos referenciais, o que será discutido posteriormente, servindo para estruturar o espaço urbano, como também interferir na dinâmica social e nas formas de circulação pela cidade.

No que se refere à infraestrutura, a cidade contava com uma rede de transporte coletivo em expansão com companhias de carris e de navegação enquanto concessões do Estado Imperial; uma rede de esgoto sanitário, que beneficiava mais a região central, passou atender a 50% dos domicílios da Corte no período de 1866 a 1875; um serviço de distribuição de água precário com 508 bicas públicas, 41 chafarizes, 181 bicas e 4.139 penas d' águas; uma rede de iluminação pública feita por postes de lampiões a gás que atendia a 189 km das ruas em 1870 (Almanak Laemmert, 1872 *apud* SILVA, 2015, p. 271). O número elevado de penas d'água, que distribuía a água diretamente às moradias a

²⁹ Delimitação da freguesia de Santo Antonio pelo Decreto nº 1486, de 13 de dezembro de 1854. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

partir de 1850, sinalizava a substituição da força de trabalho escrava responsável anteriormente pelo processo.

O sistema de abastecimento de água atendia, principalmente, a Cidade Velha, Catumbi, São Christovão, Gloria, Cosme Velho e Botafogo em meados do século XIX, estendendo-se durante os anos de 1850 até os bairros de São Francisco Xavier, Engenho Novo, Engenho Velho e a orla de Botafogo. Eixos urbanos de crescimento da cidade que parecem ter norteado o Plano de Melhoramentos da Cidade na década de 1870, assim como o processo de implantação das “Escolas do Imperador”. Isto porque, os primeiros prédios escolares foram implantados justamente nas freguesias centrais seguidas de São Christovão, Gloria, São Francisco Xavier e Engenho Novo, locais beneficiados pelo sistema de abastecimento de água³⁰.

A participação do capital privado nacional ou de empresas estrangeiras foi expressiva nas obras de melhoramentos urbanos, como os serviços públicos de infraestrutura e as grandes obras de engenharia, devido às dificuldades financeiras do governo imperial. A elite econômica, representada pelas grandes propriedades rurais, também contribuíram para desenhar a cidade colonial além do centro administrativo, onde estavam situadas as principais instituições públicas. A cidade imperial projetou outros espaços de poder, ensejando uma nova dinâmica urbana a partir da medicina social que implicava em diferentes padrões de conduta social e formas de apropriação do espaço. Nessa perspectiva, o Plano de Melhoramentos da Cidade e o projeto das “Escolas do Imperador” sinalizaram atender aos propósitos de “disciplinarização social”.

Segundo Santos et. al. (2013), as obras de melhoramento da cidade na segunda metade do século XIX procuravam valorizar as transformações urbanas enquanto símbolo do progresso e fonte de saúde, em detrimento à ordem tradicional advinda das relações escravistas, atreladas à desordem e ao foco de doenças. Recorrendo a Le Goff (1997, p.

³⁰ Em 1870, um problema de abastecimento de água na cidade contou com a atuação do engenheiro André Rebouças do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no restabelecimento dos serviços, com melhorias nos reservatórios dos rios Macaco e Trapicheiro, requerendo concessão para a fundação da Companhia de Águas, cujas obras estariam a cargo dos engenheiros brasileiros e o serviço público de abastecimento de água do Estado, sendo muitas as negociações e disputas entre as empresas nacionais e estrangeiras no período entre 1870 e 1874. Cabe destacar ainda que os engenheiros Paula Freitas e Manuel Buarque de Macedo participaram da comissão responsável pela regulamentação dos serviços. Em 1876, o empreiteiro inglês Antonio Gabrielli foi contratado para a execução do sistema projetado pelos engenheiros Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Luís Francisco Monteiro de Barros, que atuavam junto à Inspeção Geral das Obras Públicas da Corte (CAETANO, 2008).

6), não se trata de pensar na suposta oposição entre presente e passado, antigo e moderno, mas sim no “contraste entre duas formas de progresso: o do eterno retorno, circular, que põe a Antiguidade nos píncaros e o progresso por evolução retilínea, linear, que privilegia o que se desvia da antiguidade”. Projetar a “cidade moderna” implicaria em apagar os vestígios de ruas estreitas e sinuosas do traçado colonial, retificando-as e promovendo intervenções de embelezamento, infraestrutura e acessibilidade.

No exercício indiciário sobre os possíveis papéis exercidos pelos engenheiros no processo de transformação urbana da cidade, a Lei do Ventre Livre parece desencadear ainda um processo de remodelação urbana em atendimento à nova configuração social, coordenado por especialistas nas áreas de engenharia e medicina³¹. Segundo Silva (2012), as propostas de melhoramentos da cidade estavam centradas no lema “ordem e progresso”, no sentido de promover o ordenamento do caos urbano e de dotar a cidade de maquinarias do conforto.

Nessa perspectiva, o aterro de áreas pantanosas, a higienização dos espaços e, paralelamente, a “domesticação da água” pareciam orientar a intervenção urbanística na cidade que, respaldada na “teoria dos miasmas”³², visava propor ações de salubridade pública, infraestrutura, serviços, acessibilidade e embelezamento estético a partir de uma crescente absorção da mão-de-obra livre e assalariada.

Em 1873, a Junta Central de Hygiene Pública emitiu um relatório que determinava uma série de medidas higiênicas como: “proibição do plantio de agrião em vallas em que não haja agua corrente, assim como de represas nos rios para esse fim, extinguindo-se as existentes”; “proibição de despejo do lixo e immundicias nas praias”; “ordem para que sejam retiradas das ruas e praças centraes as albergarias nelas estabelecidas para logares mais distantes”; e a “proibição de depositos de porcos grandes ou pequenos na zona da cidade compreendida entre a rua de S. Francisco Xavier, campo de S. Christovão e rua de D. Marianna, em S. Clemente, inclusive os morros situados dentro desta zona” (Diário do Rio de Janeiro, de 9 e 10 de setembro de 1875). Sobre o relatório da Junta Central de

³¹ Essas dimensões serão aprofundadas no Capítulo 2.

³² A teoria miasmática consiste em higienizar o espaço urbano e “garantir a ventilação era o principal foco dos médicos higienistas que deveriam controlar o fluxo do ar” (MASTROMAURO, 2011, p. 3). Os miasmas eram provenientes da insalubridade das cidades e também pelos gases formados pela decomposição de corpos e animais. As intervenções urbanas se respaldavam pelo discurso médico em torno da higiene pública, visão compartilhada pelos engenheiros à frente da política de melhoramentos das cidades no século XIX.

Hygiene, o Ministério do Império encaminhou um ofício à Câmara Municipal, em 8 de agosto de 1875, cobrando a execução de 8 (oito) medidas do total das 17 (dezesete) recomendações sanitaristas. Em 1878, foi apresentado um novo Plano da Junta Central de Hygiene Pública, ao ministro Carlos Leôncio de Carvalho, elaborado por uma comissão de médicos especialistas³³, que estabelecia os padrões higienistas e as intervenções sanitárias emergenciais para a cidade.

Foucault (2017) identifica os médicos como os especialistas do espaço preocupados com os problemas das localizações (relação entre as doenças e os tipos de clima e solo); das coexistências (densidade populacional, proximidade de cemitérios e matadouros, presença de animais, acesso à água ou ao esgotamento sanitário); das moradias (natureza das habitações e processo de urbanização) e dos deslocamentos (processos migratórios e propagação das doenças). Ele aponta os militares e os médicos como os primeiros “administradores do espaço coletivo”. Porém, na experiência da Corte Imperial, há de se destacar que:

A cidade não planejada desobedecia aos princípios do planejamento urbano higiênico. Desobediência evidenciável na estreiteza das ruas, nas edificações acanhadas, no inadequado uso do espaço. A cidade do Rio de Janeiro, na ótica dos médicos, constituía-se numa aglomeração desordenada, agravada pelo crescimento populacional e ausência de intervenções educativas junto à população e ao espaço urbano. (GONDRA, 2004, p. 170).

No que se refere ao plano dos engenheiros, respaldado nesses critérios higienistas, buscava-se requalificar o espaço urbano a partir da abertura e alargamento de ruas, da normalização das construções e da ocupação seletiva e higienização da cidade. Segundo BENCHIMOL (1992, p. 145), “há total sintonia entre as noções práticas dos engenheiros e as normas instituídas pela medicina social para regular a desordem urbana”. Sob a ótica foucaultiana, era preciso pensar na localização dos bairros, no nível de umidade, na circulação do ar, no abastecimento da água, no sistema de esgotos, na localização de cemitérios e matadouros, na densidade populacional..., enfim, um conjunto de elementos a “medicalizar”.

³³ Comissão formada pelo Barão de Lavradio, pelos conselheiros Manoel Pacheco da Silva e Manoel Pereira da Silva Continentino, e pelos Médicos João Baptista dos Santos, Luiz Bandeira de Gouvea e Pedro Afonso de Carvalho (SILVA, 2012).

Foucault (2017) nos chama a atenção para a medicina enquanto prática social e a emergência de uma medicina social com o advento da urbanização, destacando a necessidade da *unificação do poder urbano*, sendo preciso construir a cidade enquanto uma unidade coerente, estruturada e bem regulamentada. Recorrendo ao conceito de “medicina urbana” de Foucault (2017), era preciso superar o “medo da cidade”, eliminar as epidemias e controlar a circulação do ar, das coisas e das pessoas. Era preciso romper com o medo urbano de regiões mais populosas, a presença de casas insalubres, as áreas pantanosas consideradas focos miasmáticos e a proximidade de cemitérios e matadouros. Isto porque, na segunda metade do século XIX, grandes epidemias assolavam o país como a febre amarela (1850), cólera (1855) e varíola (1878), que provocaram mais de sete mil óbitos³⁴ na capital da Corte Imperial, reforçando a urgência quanto à construção de um sistema de saneamento e de transportes para a cidade.

Enfim, intervir nos pontos nodais existentes no intuito de recriá-los sob a égide da civilização, concentrando então grande parte das intervenções urbanas na região central, especialmente junto ao Canal do Mangue. Dentre os objetivos da medicina urbana, consta a análise de espaços urbanos potenciais difusores de epidemias; o sistema de circulação e distribuição, especialmente, da água e do ar, não necessariamente das pessoas; e as distribuições e sequências, ou seja, a disposição adequada dos diferentes equipamentos urbanos no espaço da cidade (FOUCAULT, 2017).

A política sanitaria implicava na adoção de ações emergenciais como irrigação de ruas e praças públicas, retirada de imigrantes, estacionamento e inspeção de navios no porto e de cortiços espalhados pela cidade (BENCHIMOL, 1992). Para Foucault (2017,

³⁴ Barão do Lavradio afirma, em seu Relatório do Presidente da Junta de Hygiene sobre o estado sanitário durante o ano de 1878, apresentado por ao governo em 1879, que “grandes foram as perdas de vidas experimentadas no decurso desse anno pela nossa população: a sua somma attingiu a 14.599 incluídos os fallecidos no hospital da Jurujuba e os nascidos mortos e a 13.931, excluídos estes últimos. Nessa cifra figuram 1.174 de febre amarella; 1.161 de outras febres; 2.175 de varíola; 146 de lymphatites e erysipelas; 1.434 de affecções agudas do encephalo; 939 de afecções agudas dos órgãos respiratórios; 277 de diarrhèa e dysenteria; 2.197 de phthisica pulmonar e mesenterica; 637 de lesões orgânicas do coração; 177 de mortes violentas; 573 nascidos mortos, demonstrando estes algarismos terem as causas especificadas contribuído para a cifra geral da mortalidade com 10.926” (Barão do Lavradio, 1878, p. 217). Constavam ainda os óbitos nos domicílios por freguesia, sendo as maiores as taxas de mortalidade ocorridas nas freguesias centrais – Sant’Anna (1951), Santa Rita (1.084) e Santo Antonio (995). Com números expressivos, porém reduzidos em comparação à região central, estão as freguesias da Gloria (794), Engenho Velho (672), São Cristóvão (652), Lagoa e Gávea (582) e, com a menor taxa de mortalidade, Engenho Novo (294). O relatório apontou uma média de 1.000 mortes por mês no ano de 1878 na cidade do Rio de Janeiro.

p.163), “salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos” e deve estar vinculada à noção de higiene pública, implicando em dispositivos normativos, mecanismos de controle e intervenções urbanísticas a favor da saúde coletiva. Daí a necessidade de uma ação conjunta entre médicos sanitaristas e engenheiros, responsáveis por projetar o novo espaço da cidade, com abertura de longas avenidas e aterro de áreas pantanosas, em benefício da saúde da população. Porém, muitas eram as tensões, relações de saber-poder e disputas tensionadas entre engenheiros da municipalidade e médicos da Junta Central de Hygiene Pública. Um exemplo foi a reclamação da Junta Central de Hygiene Pública quanto aos aterros com lixo e um sistema de irrigação deficitário (Ofício nº 3-72-18-3, de 12 de março de 1872³⁵).

No início da década de 1870, a aprovação do regulamento para o serviço da Companhia Rio de Janeiro *City Improvements* sinalizava a preocupação com a salubridade e a higiene pública através do decreto nº 4.487, de 12 de março de 1870³⁶, que tratava da imputação de punições àqueles que causassem danos às obras públicas; da inspeção de todas as obras e serviços de limpeza por um engenheiro nomeado pelo Governo Imperial; e da liberação de acesso aos prédios particulares, chácaras e outros lugares para a realização dos serviços; etc. Nesse sentido, dispositivos legais foram adotados no sentido de viabilizar a remodelação da cidade, como o decreto nº 4628, de 16 de novembro de 1870³⁷, portanto anterior ao Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, que aprovava a introdução de máquinas, arados e veículos do sistema R. W. Thomson ao engenheiro João Martins da Silva Coutinho para a realização das obras públicas.

Uma série de investimentos no setor de transportes também foi observada no período, como na navegação a vapor, nacional e internacional, através de contratos com empresas estrangeiras³⁸. Na primeira metade do século XIX, a circulação de pessoas e mercadorias na cidade já contava com um serviço de barcas a vapor entre as cidades do

³⁵ BRASIL, Ofício nº 3-72-18-3, de 12 de março de 1872. Arquivo Nacional.

³⁶ Decreto nº 4.487, de 12 de março de 1870. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

³⁷ Decreto nº 4.628, de 16 de novembro de 1870. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

³⁸ A exemplo do contrato com J.M. Carrere & W. R. Garrison para o serviço de navegação do Rio de Janeiro ao Pará através do decreto nº 4.537, de 7 de junho de 1870; e do contrato com Estevão Busk & Comp., representantes da companhia Liverpool, Brasil and River Plate Steam Navigation, para o serviço de navegação a vapor em direção a Montevidéo, por meio do decreto nº 4536, de 7 de junho de 1870. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

Rio de Janeiro e Niterói (1835), o bairro de Botafogo e o Saco de Alferes (1843) e o bairro de Botafogo e a ponta do Caju, próximo à Quinta da Boa Vista (1844). Porém, o emprego de barcas na navegação entre as cidades de Niterói e Rio de Janeiro foi homologado somente por meio do decreto nº 4557, de 30 de julho de 1870³⁹.

Investimentos na região portuária já são sinalizados nos anos de 1870, a partir da concessão à companhia Stephen Busk & Comp e ao engenheiro André Rebouças para a construção das docas nas enseadas da Saúde e da Gamboa do porto do Rio de Janeiro, por meio do decreto nº 4492, de 23 de março de 1870⁴⁰. Em 1874, segundo os dados do Relatório da Exposição Universal de 1876 em Philadelphia⁴¹, consta a informação de que navegavam 70 embarcações a vapor na bahia da cidade, sendo 13 de reboque; 30 barcos de passageiros e de carga; 27 lanchas, sendo 17 dos arsenais de guerra e da marinha, capitania do porto, alfandega e repartições de saúde e polícia; além de quase 1.800 barcos menores.

A preocupação com a expansão da rede rodoviária também pode ser observada, por exemplo, na freguesia de São Christovão, por meios dos decretos nº 4615, de 19 de outubro de 1870⁴², que deliberava sobre o contrato com a companhia Rio de Janeiro *Street Railway* para a construção dos ramais do Caju, Cancela e Rio Comprido, além da continuação da via dupla do Andaraí. O ramal do Caju passava pela praia de São Christovão e se estendia até o portão da Imperial Quinta do Cajú, facilitando o acesso entre as duas chácaras frequentadas pela família real, além do Campo de São Christovão em direção ao Largo do Pedregulho seguindo pela rua São Luiz Gonzaga. Em 9 de agosto de 1875, o Diário do Rio de Janeiro noticiou a implantação de uma linha de diligências do campo de São Christovão, articulada aos bondes da companhia de Vila Isabel, que transportaria os passageiros até a rua do Ouvidor. “Os bilhetes se vendem na estação da

³⁹ Decreto nº 4.557, de 30 de julho de 1870. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

⁴⁰ Decreto nº 4.492, de 23 de março de 1870. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

⁴¹ A Exposição Universal de 1876 em Philadelphia, presidida por Antonio Pedro de Carvalho Borges, Conselheiro de Sua Magestade o Imperador, foi antecedida por uma Exposição Nacional, coordenada pelo D. Luiz, Philippe, Maria, Fernando, Gastão de Orleans (Conde D’Eu), tendo o arquiteto Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, um dos projetistas das Escolas do Imperador, e o engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, responsável pelo Plano de Melhoramentos de 1843, como membros adjuntos da comissão organizadora.

⁴² Decreto nº 4.615, de 19 de outubro de 1870. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

rua do Ouvidor e no campo de S. Christovão nº 48” (Diário do Rio de Janeiro, de 9 de agosto de 1875). Outras regiões como o Engenho Velho, beneficiadas pela implantação dos ramais de bonde no início dos anos de 1870, também foram contempladas pelo projeto das “Escolas do Imperador”, o que indicia que a expansão dos transportes, ora impulsionava a implantação dos prédios escolares, ora justificava a expansão da malha rodoviária ou ferroviária.

Nessa perspectiva, o processo crescente de interiorização da cidade em direção às freguesias como Santa Cruz, Guaratiba e Campo Grande foi se consolidando com a expansão do sistema ferroviário a partir da década de 1870. O traçado da rede ferroviária na cidade sinalizava um percurso inicial da região central, no período de 1858 a 1870, com a criação da primeira estação D. Pedro II (atual Central do Brasil até Japeri), em direção à Freguesia de Santa Cruz até 1880, com expansão de novas estações construídas até o final do Império. A morfologia urbana delineada a partir da rede ferroviária impulsionou novos caminhos percorridos pelos sujeitos na cidade.

Segundo Telles (1994), o desenvolvimento das estradas de ferro, durante a segunda metade do século XIX, parece ter desencadeado o surgimento de várias cidades que obedeciam ao traçado ortogonal ao redor das estações de trem. A província do Rio de Janeiro se destacava pelo expressivo desenvolvimento da lavoura, que impulsionou a construção dos caminhos de ferro e, conseqüentemente, os estabelecimentos industriais de fundição. A modernização da cidade imperial pode ser indiciada, portanto, pela expansão dos transportes ferroviários, passando de 740 km de linhas férreas em 1870 para 9.000 km em 1890, além da rede de telégrafos em 1874 com conexão à Europa. Em 1874, a estrada de ferro já contava com 26 linhas e aproximadamente 1.435 quilômetros, sendo 315 quilômetros em tráfego e o restante em construção, além de 365 quilômetros concedidos (BORGES, 1875; ANDREATTA, 2009; OLIVEIRA, 2013).

Ao longo do século XIX, houve a fundação de importantes estabelecimentos metalúrgicos na busca de incrementar a produção de ferro, como a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba, responsável pelo fornecimento de ferro para a Estação de Ferro D. Pedro II e o Arsenal e Marinha da Corte; a Fábrica Patriótica, a Fábrica Real do Morro do Gaspar Soares e a Fábrica Caeté, em Minas Gerais; e a Fábrica de Ponta d’Areia, em Niterói, considerada “a mais importante indústria pesada e de bens de capital

do Brasil no século XIX” (TELLES, 1994, p.176). Com a defesa de que o progresso do país dependia da industrialização, o futuro Visconde de Mauá adquiriu a Fábrica de Ponta d’Areia em 1846, voltando-se, principalmente, para a construção naval, além do fornecimento de vagões para a Estrada de Ferro D. Pedro II.

O processo de expansão das estradas de ferro sinalizou uma transição no papel da engenharia no país para além da política de defesa do território. No período entre 1850 e 1870, a construção do ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II entre as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo foi considerada a obra de engenharia mais relevante no país. Segundo Rodrigues (2017, p. 73), “as primeiras estradas de ferro a cortarem o território nacional expressavam a confluência de interesses entre o governo e investidores particulares”, que compreendia concessão de áreas, construção e fiscalização de obras, desapropriação de terrenos marginais à linha ferroviária, fixação de taxas de juros e isenção de impostos. Em 1855, foi constituída a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, a maior sociedade anônima do país com um capital calculado em 38 mil contos, sob a presidência do engenheiro Christiano B. Ottoni⁴³.

Pensando na afirmação de Le Goff (1997, p. 22) de que “a pedra de toque da modernidade é a mecanização, ou melhor, a industrialização”, os números podem indiciar o desejo da modernidade a partir de todas as transformações urbanas, das forças produtivas e das novas relações de trabalho advindas do número crescente de indústrias⁴⁴ na cidade. “Em 1850, existiam em todo o Brasil, 50 estabelecimentos industriais, com o capital total de 7 mil contos (valor na época de 500.000 sacas de café); entre 1850 e 1860, fundaram-se 62 novas indústrias” (TELLES, 1994, p 186). Em 1870, quanto às profissões principais no país, eram 73.100 habitantes ligados às artes liberais,

⁴³ O engenheiro foi responsável pelo prolongamento da rede ferroviária pela Serra do Mar, considerado de alta complexidade devido às condições adversas do clima chuvoso e do terreno montanhoso, além da falta de pessoal especializado para os trabalhos. Tal experiência contribuiu para a formação do grupo de engenheiros ferroviários brasileiros, no qual Francisco Pereira Passos participava, consolidando o grupo dirigente do Clube de Engenharia (RODRIGUES, 2017).

⁴⁴ Dentre os produtos mais fabricados no interior do país na década de 1870, destacavam-se o açúcar; aguardente de cana; farinha de mandioca, milho e trigo; erva-mate; guaraná; azeites e óleos; vinagres; manteiga; queijos; carnes e peixes secos; velas; couros; tecidos; cordas; e utensílios de barro para uso doméstico. A capital se destacava pela expansão das fábricas e oficinas ligadas a produtos químicos; instrumentos óticos, náuticos, de engenharia e de cirurgia; calçados; couros; vidro; louça fina e ordinária; pedras; mosaicos; carruagens; verniz; asfalto; mármore artificial; papelão; tabaco; lapidação de diamantes; flores de pano e pena, objeto de premiação em exposições anteriores (Relatório da Exposição Universal de 1876 em Philadelphia, por Antonio Pedro de Carvalho Borges, em 1875).

19.343 em manufaturas, 102.343 no comércio, 749.218 nas profissões manuais e mecânicas e um total expressivo de 3.233.187 atuando na indústria agrícola.

Já a Província do Rio de Janeiro contava com 2.173 liberais, 679 no trabalho de manufaturas e 1.151 comerciantes. Em relação à população livre do município da Corte, a maioria estava envolvida com as atividades de manufatura, artes e ofícios em um total de 38.422 pessoas, 26.762 em serviços domésticos, 21.572 comerciantes, 9.288 lavradores, 7.616 militares e 3.066 empregados públicos, sendo um total expressivo de 68.206 livres sem profissão conhecida. Dos 50.092 escravos, 26.398 estavam voltados para os serviços domésticos, 5.959 em manufatura, artes e ofícios, 4.272 lavradores e 12.537 com profissão desconhecida. No final do Império, a cidade já contava com 636 indústrias e 54 mil operários, sendo a indústria têxtil correspondente a cerca de 60% do total.

Durante a segunda metade do século XIX, destaca-se a inauguração da Companhia da Fábrica de Gás, para fins de iluminação da cidade, cujo serviço de grande impacto para a cidade foi inaugurado em 1854 pelo Barão de Mauá⁴⁵ no Caminho do Aterrado. Um caminho local, na direção leste-oeste da cidade, impulsionado pela circulação da Família Real desde o Campo da Acclamação, na freguesia de Sant'Anna, até a sua residência no Paço Imperial da Quinta da Boa Vista em São Christovão. Segundo Sisson (2008), a edificação mais representativa em estilo neoclássico do período imperial.

Entende-se por “caminho” os “canais ao longo dos quais o observador costumeiramente, ocasionalmente, ou potencialmente se move. Podem ser ruas, calçadas, linhas de trânsito, canais, estradas-de-ferro” (LYNCH, 1997, p. 47). Compreendem importantes elementos estruturantes do espaço, desde o traçado urbano ou o sistema de transportes públicos até a presença de elementos naturais (rios,

⁴⁵ Ireneu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, é reconhecido por seu pioneirismo na industrialização do século XIX, sendo responsável por grandes empreendimentos: um estabelecimento de fundição e estaleiro da Ponta d'Area (1846); uma companhia Rio-Grandense de reboques a vapor (1847); uma casa comercial em New-York (1851); uma companhia de iluminação a gás; uma estrada de ferro de Petrópolis; uma companhia de navegação e comércio do Amazonas e uma companhia de diques flutuantes. Pela inauguração da primeira via férrea no Brasil, foi agraciado com o título de Barão de Mauá em 1854; além de ser membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tesoureiro do Hospício de Pedro II, e sócio de muitas outras instituições de beneficência. Foi responsável ainda pela criação de uma sociedade bancária sob a firma de Mauá Mac Gregor e C. em 1854 e de uma casa bancária em Montevideo sob a firma de Mauá e C., além de atuar como concessionário da estrada de ferro de São Paulo e como deputado na cidade de Rio Grande em 1855, onde se destacou por tratar de questões comerciais e de medidas para beneficiamento da indústria no país (SISSON, Galeria dos Brasileiros Illustres, 1861, p. 18).

montanhas, lagos). Pensando na cidade imperial naquele presente, caminhos fixos ou de natureza instável e adaptável ao espaço urbano em construção, que implicavam na transposição de manguezais e áreas pantanosas a fim de desenhar novos caminhos e possibilidades de desenvolvimento urbano.

Recorrendo a Ginzburg (1989) e dotada de um instrumental indiciário, considera-se que a inserção das “Escolas do Imperador” nas principais freguesias urbanas da cidade acabou por produzir novos caminhos e pontos nodais que, de acordo com a escala de análise, podem constituir desde uma cidade até uma singela esquina de uma movimentada rua, caracterizando-se por locais estratégicos no interior da cidade. As áreas de estudo parecem se enquadrar nessa categoria, na medida em que concentravam atividades centrais para a cidade ou reuniam instituições importantes de caráter religioso, político, educacional, assistencial ou de segurança pública. Portanto, uma “arquitetura da cidade”, objeto de discussão a seguir, com a preocupação em dotar o espaço público de qualidades espaciais como estética, visibilidade, acessibilidade e salubridade.

1.2 A arquitetura da cidade imperial em construção enquanto espetáculo

Em cada cidade do império, os edifícios são diferentes e dispostos de maneiras diversas: mas, assim que o estrangeiro chega à cidade desconhecida e lança o olhar em meio às cúpulas de pagode e claraboias e celeiros, seguindo o traçado de canais hortos depósitos de lixo, logo distingue quais são os palácios dos príncipes, quais são os templos dos grandes sacerdotes, a taberna, a prisão, a zona (CALVINO, 2017, p. 41).

Refletindo sobre as “Escolas do Imperador”, localizadas em praças públicas, as edificações do entorno, de certa forma, funcionavam então como elementos limítrofes, mas, ao mesmo tempo, integradores da região, e nunca impermeáveis na medida em que os caminhos percorridos pelos sujeitos compreendem elementos importantes na estruturação do espaço. A simbologia das edificações parecia possibilitar a identificação dos palácios e templos religiosos a tabernas e prisões. Considerando as formas palacianas de diferentes instituições públicas espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro, assim como as “Escolas do Imperador”, observa-se que, independente da funcionalidade, a forma

arquitetônica bem como o seu ambiente urbano permanecem no tempo como imagens expressivas na memória e diversificadas experiências no tecido urbano.

Percorrendo as ruas da Corte Imperial com pretensões a um indiciamento da arquitetura da cidade, é possível sinalizar que as freguesias não são delimitadas, necessariamente, por limites administrativos e que o tecido urbano das áreas de estudo apresenta um conjunto de características comuns que lhe atribui unicidade, atratividade e visibilidade em comparação ao restante da área rural da cidade, como espaços, formas, símbolos, tipos de edificação, atividades, topografia... Independentemente da escala de observação, os limites podem funcionar como elementos integradores e/ou segregadores do espaço da cidade, como ruas, montanhas, rios, praças, construções, rede ferroviária etc. Mas, será que os projetistas da “nova” urbe imperial foram capazes de impor limites à “cidade” instituída pelos escravos, libertos e negros livres pobres?

Ora, por arquitetura da cidade podem se entender dois aspectos diferentes: no primeiro caso, é possível assimilar a cidade a um grande artefato, uma obra de engenharia e de arquitetura, mais ou menos grande, mais ou menos complexa, que cresce no tempo; no segundo caso, podemos nos referir a entornos mais limitados da cidade inteira, a fatos urbanos caracterizados por uma arquitetura própria, portanto por uma forma própria (ROSSI, 1995, p.13).

Acredita-se que a arquitetura ganhou relevância no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, reconfigurando os espaços públicos e atribuindo diferentes feições estéticas à cidade. Concordando com Rossi (1995), procurou-se entender a cidade aqui enquanto arquitetura, sendo esta vista como uma construção da cidade no tempo. O autor afirma que “a arquitetura é, assim, inseparável da formação da civilização e é um fato permanente, universal e necessário” (ROSSI, 1995, p. 1). Para ele, os primeiros esboços de uma cidade estariam vinculados às primeiras formas de habitação, que já buscavam aliar funcionalidade a uma intencionalidade estética.

Segundo Rossi (1995, p. 23), é preciso analisar a arquitetura como “coisa humana que forma a realidade e conforma a matéria de acordo com uma concepção estética”, representada na cidade por meio de seus monumentos, bairros, residências, praças públicas e em todos os fatos urbanos emergentes no espaço da cidade. O que desperta o olhar ao percorrer as ruas da cidade? Entender os fatos urbanos em sua totalidade a

partir da experiência social e não somente com base na estética e no grau de legibilidade do espaço compreende o ponto de partida para se pensar a cidade imperial no último quartel do século XIX. Cabe adentrar a estrutura urbana e perceber os marcos referenciais, os nós estruturais e as especificidades do ambiente urbano, estabelecendo um diálogo aqui com as teorias de Kevin Lynch (1997).

Acredita-se que as “Escolas do Imperador”, enquanto monumentos e marcos referenciais da cidade, apontam um redirecionamento na configuração dos espaços e tempos escolares. As escolas de primeiras letras ocupavam espaços cedidos pelos familiares dos alunos, ocupando igrejas, prédios comerciais e públicos ou as próprias residências dos professores. Vidal e Faria Filho (2000) destacam que diferentes especialistas alertam sobre a necessidade de construção de espaços específicos para o ensino primário elementar, mediante as dificuldades de atendimento às demandas da sociedade pela escolarização. Tratava-se de espaços adaptados possíveis frente às características históricas do período.

Recorrendo a Rossi (1995, p. 4), os monumentos são vistos como “sinais da vontade coletiva” enquanto ações do Estado Imperial, como no caso das “Escolas do Imperador”, mas fruto da ação de diferentes sujeitos em meio à dinâmica urbana. Para o autor, “já que o rito é o elemento permanente e conservativo do mito, também o é o monumento, que, no próprio momento em que testemunha o mito, torna possível suas formas rituais” (ROSSI, 1995, p.7). Considerando a cidade como “a coisa humana por excelência”, buscou-se compreender as diferentes cidades coexistentes, enquanto fruto das experiências de diferentes sujeitos, que vivenciavam, inventavam, construíam e (re)significavam permanentemente aquele presente.

Seguindo os rastros deixados pela Família Real, marcos referenciais⁴⁶ foram construídos na paisagem da cidade, seja em virtude da visibilidade a longas distâncias ou por ser caracterizar como um elemento urbano contrastante, tais como: edifícios,

⁴⁶ Destacam-se instituições como Imprensa Régia (1808), o Museu Nacional (1818), a Biblioteca Nacional (1810), o Jardim Botânico (1810) e a Escola Nacional de Belas Artes com a chegada da missão cultural francesa (1816). No ensino superior, a Academia Real Militar (1810), a Faculdade de Direito (1891) e a Faculdade de Medicina (1808). Pode-se mencionar ainda os palacetes que serviram de residência à Família Real. E monumentos como a Estátua de Da. Maria Leopoldina, Primeira Imperatriz do Brasil, que residiu no Paço Imperial e a Estátua de D. Pedro II. Monumento a D. Pedro I (1862) é a estátua mais antiga da cidade situada na Praça Tiradentes; Monumento a Duque de Caxias na Praça Duque de Caxias, em frente ao prédio do Comando Militar do Leste (1899) (CHIAVARI, 1998; GUIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA, 1998; SILVEIRA, 2009).

esculturas, chafarizes... Pensando nas afirmações de que a “cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente” e que a “memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir” (CALVINO, 2017, p. 26-27), questiona-se as intencionalidades acerca dos projetos das “Escolas do Imperador”? Entretanto, para além dos elementos físicos inseridos na cidade, há de se considerar as ações individuais ou coletivas dos sujeitos a partir do emaranhado de redes de sociabilidade e solidariedade em que estão inseridos.

Dentre os principais marcos referenciais da Praça da Acclamação (**Mapa 2**), atual Campo de Santana, na Freguesia de Sant’Anna no do século XIX, estavam a Estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, a Casa da Moeda, o Ministério da Guerra, o Ministério das Relações Exteriores, o Edifício do Senado, a Casa de Detenção da Corte, o Quartel de Bombeiros e a Inspetoria de Obras Públicas (RIZZINI e SCHUELER, 2015; COSTA, 2002; AZEVEDO, 1877). Recorrendo a Foucault (2017), a arte de construir respondia a prédios institucionais suntuosos como manifestação do poder, da força e da divindade por meio de palácios, fortalezas e igrejas, cuja simbologia atribuía legibilidade ao espaço da cidade. A partir do século XVIII, “a arquitetura começa a se especializar, ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo” (FOUCAULT, 2017, p. 321).

Nessa perspectiva, a nova arquitetura da cidade pretendia atribuir uma diferente identidade à região e, se fosse possível, “apagar” os vestígios da cidade repleta de manguezais e pântanos, onde os “excluídos” habitavam e disputavam os espaços e tempos citadinos, formando suas redes de sociabilidade e solidariedade por meio, por exemplo, das irmandades de São Domingos e de Sant’Anna, ambas compostas por negros, que construíram os seus próprios templos religiosos. Era preciso eliminar os rastros de uma cidade em expansão acelerada no século XVIII, mas ainda considerado um lugar desvalorizado atrelado ao despejo de lixo e esgoto pelos “tigres” (escravos) (SILVA, 2015; BENCHIMOL, 1992; COARACY, 1988).

Mapa 2: Arquitetura da “Cidade Espetáculo”: os arredores do Campo da Acclamação no final do século XIX

Fonte: Mapa editado a partir de base disponível no Acervo virtual da Biblioteca de Obras Raras do Senado (Anexo 1) e imagens obtidas da Brasiliana Fotográfica da Biblioteca Nacional.



Figura 1: Casa da Moeda.



Figura 2: Estação da estrada de ferro Dom Pedro II

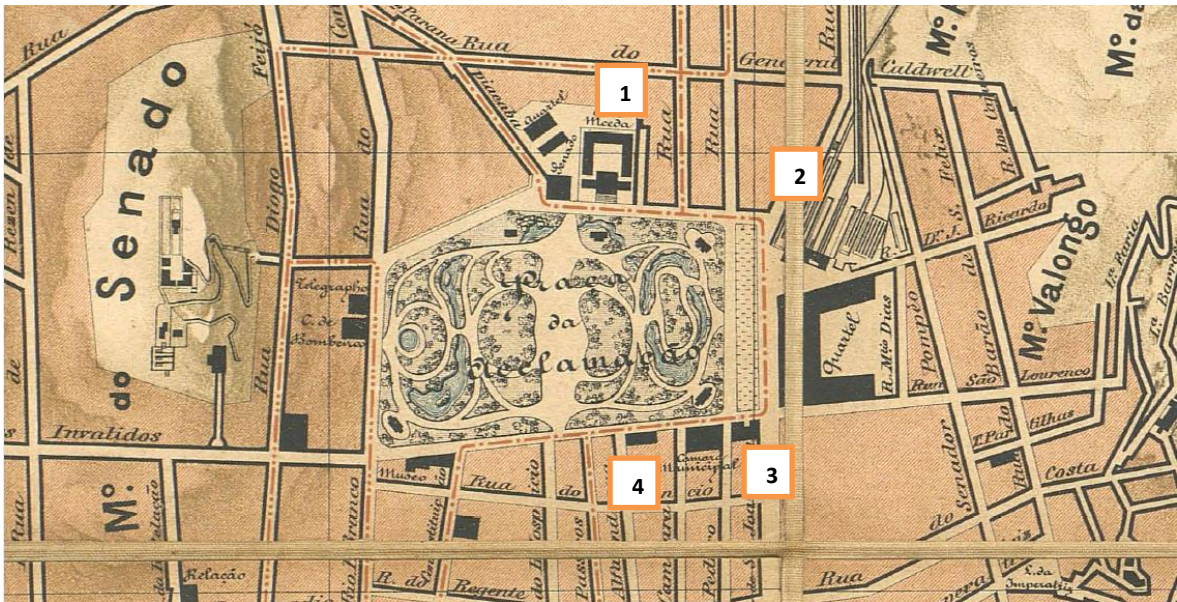


Figura 3: Escola da Freguesia de Sant'Anna.



Figura 4: Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Por volta de 1870, foram construídas as primeiras construções com estruturas metálicas, que já eram utilizadas em pontes e em navios, assumindo ainda feições estéticas e decorativas com a introdução do estilo art-nouveau. Destaca-se no período o Palácio de Cristal em Petrópolis construído para exposições agrícolas em 1884. No Rio de Janeiro, destacam-se as coberturas metálicas em arco da Estação Ferroviária Central do Brasil (1898), dos galpões das oficinas de Engenho de Dentro da antiga Estação Ferroviária Dom Pedro II (1871) e do Arsenal da Marinha da Corte (1884); a Igreja da Candelária (1877); o Palácio do Catete (1867); o Hospital da Santa Casa (1852); o Hospício D. Pedro II (1852); a Casa da Moeda (1868); o Teatro São João no início do século XIX antes da Missão Francesa; a Alfândega (1860); o Palácio da Quinta da Boa Vista (1843) etc. (TELLES, 1994).

As obras de saneamento da região no final do século XVIII visavam sanar os problemas de insalubridade, aterrando os charcos, projetando os arruamentos e desmembrando os grandes lotes para o surgimento das chácaras. A chegada da Família Real impulsiona um processo de reestruturação urbana da região, com a construção de prédios mais imponentes e de um chafariz para abastecimento d'água. O Chafariz das Lavadeiras sinalizava as formas de apropriação dos marcos referenciais da cidade, o modo de como esses equipamentos urbanos eram incorporados no cotidiano da população que (re)escrevia as suas próprias histórias, desenhando os seus próprios caminhos na cidade imperial e reforçando a identidade local. Em linhas gerais, a região passou a usufruir de diversos chafarizes e bicas de pilastra, sendo ocupada por importantes casas de comércio e indústrias em desenvolvimento (COSTA, 2002; ALMEIDA, 2011; SCHUELER, RIZZINI e MARQUES, 2015).

A Praça da Acclamação foi palco de grandes eventos políticos, como a coroação de D. João VI como rei de Portugal, Brasil e Algarves. No período, foi construído um palacete para a Família Real assistir aos festejos. Em 1822, a praça presenciou a atribuição do "Título de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil" pelo presidente da municipalidade, aclamando D. Pedro I como imperador do Brasil. Em virtude desse acontecimento, o campo de Sant'Anna passou a denominar-se Praça da Acclamação. No dia 22 de junho de 1841, uma grande queima de fogos estava preparada para comemorar a coroação de D. Pedro II. Entretanto, os fogos acabaram provocando um grande incêndio

no palacete, atingindo inclusive os vidros do Paço do Senado e as diversas casas existentes. “Edificado na praça, do lado do edifício do Senado, tinha o palacete, que o fogo consumio, a fachada voltada para o edifício do quartel.” (AZEVEDO, 1877, p.17)

Dentre os marcos apontados da Praça da Acclamação, cabe destacar o palácio da Casa da Moeda, localizado na face ocidental da Praça da Acclamação numa área de 97,083 palmos quadrados, que se encontra recuado do alinhamento da praça, com portões de ferro com ornamentos, e frontão da fachada com as armas do Império. Na escada de cantaria, na parte superior, destacam-se dois leões de mármore que precedem o pórtico de entrada em granito. Interessante destacar que o prédio cedeu espaço à realização da terceira exposição nacional de indústria. Elementos simbólicos, de forte expressividade em termos estéticos e políticos, como as armas do Império ou os leões de mármore que também estiveram presentes nos prédios das “Escolas do Imperador”.

Neste sólo em que as montanhas, as serras, os rios, as florestas são grandiosos, a natureza esplendida e de tanta majestade, devem as obras do homem procurar imitar as do Creador; fação-se palácios, ergão-se monumentos, dando-lhes, porém, esse character grandiloquo, e imponente da natureza relumbrante e pomposa que nos rodeia e impressiona. (AZEVEDO, 1877, p. 259)

Portanto, pode-se afirmar que o Campo da Acclamação, centro político-administrativo da capital do Império, atendia ao projetado pela equipe de engenheiros da municipalidade no que se refere à centralidade em termos funcionais e estéticos. Concordando com Sisson (2008, p. 71), apesar de o período imperial ser reconhecido pelo estilo neoclássico na arquitetura, é possível afirmar que o local reunia um conjunto eclético com feições classicizantes, como “fachadas horizontalmente dispostas e simetricamente subdivididas, em corpos diferenciados em volume e pela distribuição de complementos arquitetônicos e ornamentais”, características típicas das “Escolas do Imperador”, como a Escola Primária da Freguesia de Sant'Anna inaugurada em 1877.

Uma preocupação comum aos projetos escolares era a presença de elementos decorativos nas fachadas, vegetação e equipamentos urbanos (iluminação, transportes públicos, praças). O prédio escolar, que abrigou a sede da Escola Normal a partir de 1888, estava localizado em uma região central, beneficiada pelos sistemas de transportes com estações de bondes e trens da Estrada de Ferro D. Pedro II. Santos (2011) afirma que a Praça da Acclamação era um lugar de passagem, na medida em que alunos e professores

traçavam os seus caminhos, circulando pela área em direção aos bairros mais distantes através dos meios de transportes. Cabe destacar que o local também foi cenário de festividades populares expressivas, como a Festa do Divino Espírito-Santo promovida pela Irmandade de Sant'Anna. Recorrendo a Lynch (1997), tratava-se de um ponto nodal estratégico para a cidade imperial, portanto logo beneficiado pela Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em 1858, delineando novos caminhos que direcionaram o processo de expansão da cidade rumo ao interior da cidade, ligando a Freguesia de Sant'Anna a de São Christovão (AZEVEDO, 1877; TELLES, 2011).

Criada a partir do desmembramento da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho por meio do decreto nº 865, de 9 de agosto de 1856, sendo delimitado o seu território através do decreto nº 1853, de 17 de dezembro de 1856, a Freguesia de São Christovão assim como a Freguesia da Nossa Senhora da Gloria também atraiu a Corte Portuguesa, além de comerciantes e os fazendeiros para a região, sendo construídos muitos palacetes, sobrados e parque público. Até a chegada da Família Real, a cidade se concentrava praticamente até a Praça Onze de Junho, antigo Rossio Pequeno (DGPC⁴⁷, 1991; ROCCA, 1987).

A freguesia se estendia até o canal do Mangue, região das principais intervenções urbanísticas destacadas no primeiro Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876. O que também pode nos sinalizar a opção pela construção das duas primeiras “Escolas do Imperador”: a Escola de São Sebastião na Freguesia de Sant'Anna (1872) e a Escola de São Christovão (1872). A transferência da Família Real para o palacete, localizado na Quinta da Boa Vista⁴⁸, estimulou uma série de investimentos em termos de acessibilidade, infraestrutura, serviços e educação. A área foi fruto do parcelamento do solo, possibilitado após a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal em 1759, quando os seus bens foram incorporados à Coroa (DGPC, 1991; ROCCA, 1987).

Em termos de infraestrutura, houve instalação da Companhia de São Christovão e conseqüente ampliação da circulação dos bondes em 1870, com abertura e/ou

⁴⁷ Antigo Departamento Geral de Patrimônio Cultural – DGPC criado em 1986, transformado na Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design – SUBPC em 2008 e atual Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH criado pela Lei nº 5547, de 27 de dezembro de 2012. Fonte: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/principal.shtm>. Acesso em: 20/07/2019.

⁴⁸ A Quinta da Boa Vista, de propriedade do português Antônio Elias Lopes, compreendia a chácara mais ampla da cidade, uma região coberta de áreas pantanosas, acessada somente por barcos.

prolongamento de vias e espaços públicos, como a Estrada Real de Santa Cruz, a Estrada de São Christovão e a Praça Argentina (antiga Visconde do Rio Branco), derivadas do desmembramento e parcelamento de chácaras, responsáveis pela produção alimentícia (legumes, verduras, arroz, cana-de-açúcar e carnes) na cidade (ROCCA, 1987). Nesse período, depois das obras de canalização do rio Maracanã e da construção da caixa d'água em São Christovão (**Figura 5**) e de chafarizes⁴⁹ (**Figura 6**) pela região é que o abastecimento por pena d'água normalizou o problema de falta d'água (ALMEIDA, 2011). Houve ainda a instalação da fábrica do gás em 1854 pelo Barão de Mauá, que também residiu em São Christovão, no período de 1869 a 1879, no Palacete do Caminho Novo, atual Solar da Marquesa de Santos e Museu do Primeiro Reinado.

No século XIX, o desenvolvimento da lavoura cafeeira e os investimentos estrangeiros possibilitaram alguns melhoramentos em termos de infraestrutura, serviços públicos e transportes. A arquitetura da Freguesia de São Christovão se transformou rapidamente com novas tipologias – do Palácio Real de São Christovão a chalés a sobrados, cortiços, curtumes, matadouro, cemitérios e fábricas - e/ou adaptação de antigas residências abandonadas pelas famílias mais abastadas da região. A nova estética urbana de ruas, avenidas e praças públicas do bairro faz emergir uma nova reconfiguração social da cidade no final do Império, como o Campo de São Christovão, antigo Campo de D. Pedro I (**Mapa 3**). Enquanto importante ponto nodal da cidade, o Campo de São Christovão acomodava a Escola da Freguesia de São Christovão construída em 1872, além de outros estabelecimentos como o Educandário Gonçalves de Araújo, antigo Asilo para a Infância Desvalida; o Internato do Ginnasio Nacional; o Clube de São Christovão e o Club Gonçalves Dias⁵⁰, constituindo-se em (ROCCA, 1987; DGPC, 1991).

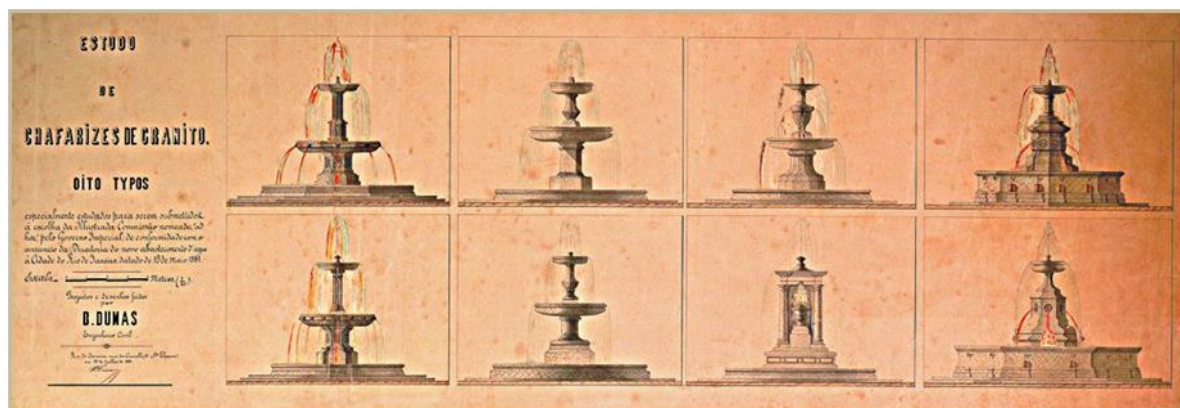
⁴⁹ A preocupação com a estética urbana pode ser indiciada pelo estudo de chafarizes de granito, submetido à comissão nomeada "ad hoc" pelo governo imperial, em conformidade com o anúncio da Diretoria do Novo Abastecimento, datado de 19 de maio de 1881.

⁵⁰ Em 1877, o Club Gonçalves Dias foi fundado por Edmundo Pereira da Costa, uma sociedade literária, localizada na rua da Igrejinha em São Christovão, que visava ao desenvolvimento do estudo e cultivo das letras e à criação de uma biblioteca popular, além da publicação de uma revista (Revista Brasileira de Educação e Ensino, 1877).

Figura 5: Projeto para caixa d'água em São Christovão do tenente-coronel Cristiano Pereira de Azeredo Coutinho, inspetor-geral das Obras Públicas do Município da Corte, 1863.



Figura 6: Estudo de chafarizes de granito submetido à comissão nomeada "ad hoc" pelo governo imperial, em conformidade com o anúncio da Diretoria do Novo Abastecimento, datado de 19 de maio de 1881.



FONTES: ARQUIVO NACIONAL. Brasil: o Império nos trópicos. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br>. Acesso em: 30/08/2020.

Mapa 3: Arquitetura da “Cidade Espetáculo”: percorrendo o entorno do Campo de São Christovão no final do século XIX.

FONTE: Mapa editado a partir de base disponível no Acervo virtual da Biblioteca de Obras Raras do Senado (**Anexo 1**); SÃO CRISTÓVÃO: um bairro de contrastes, 1991 (Figuras 7, 8 e 9) e CREP/SME (Figura 10).

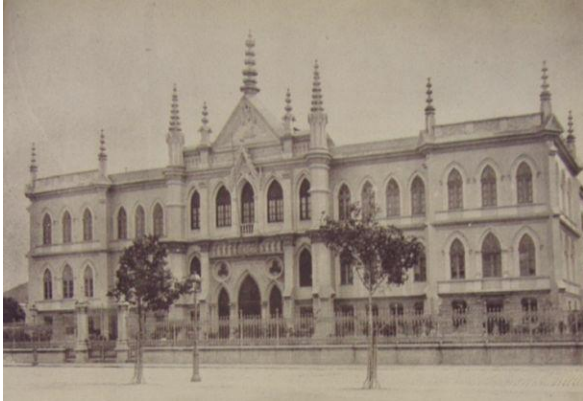


Figura 7: Educandário Gonçalves de Araújo.



Figura 8: Internato do Ginásio Nacional.

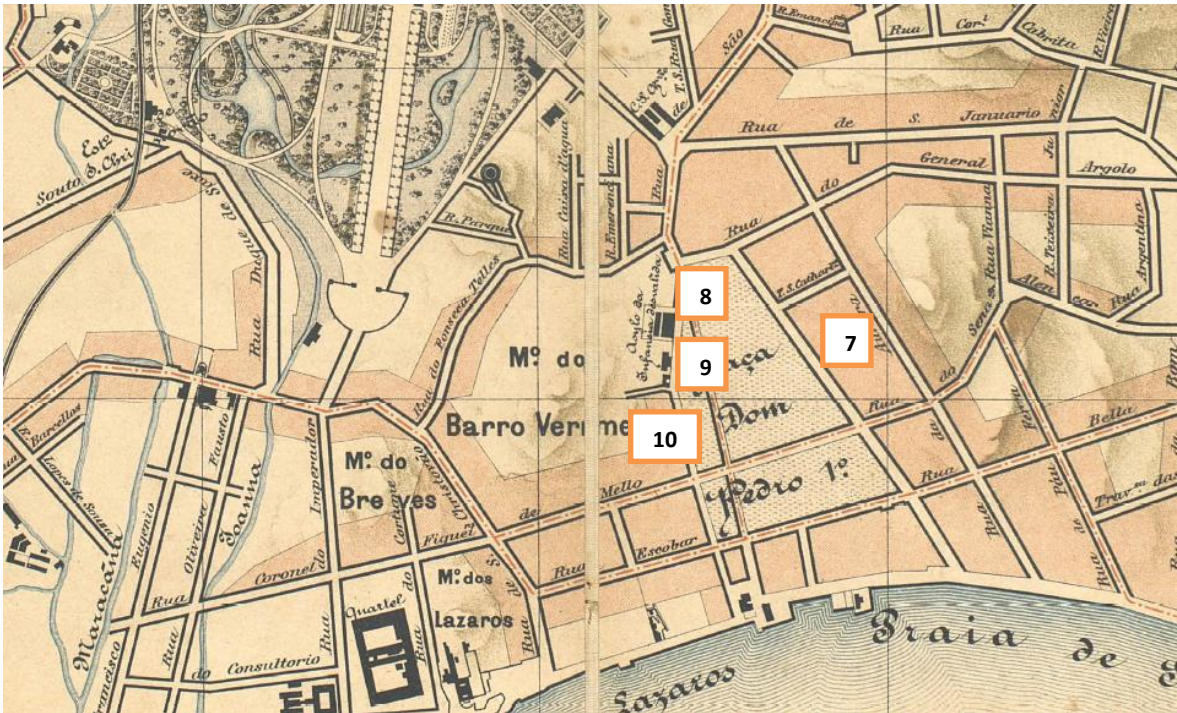


Figura 9: Clube de São Christovão.



Figura 10: Escola da Freguesia de São Christovão.

Na Freguesia de São Christovão, estava localizado também o matadouro, considerado o único público destinado para o consumo de oito freguesias da cidade, conforme o artigo 1º do regulamento interno. Em razão de sua importância para a cidade e em atendimento aos preceitos sanitaristas, havia a necessidade de se regulamentar as suas atividades. Em sessão no dia 20 de julho de 1853, na Câmara Municipal, o Regulamento interno do matadouro de São Christovão é aprovado pelos membros Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo, Jeronymo José de Mesquita, Dr. Antonio José Gonçalves Fontes e Dr. Francisco Lopes da Cunha⁵¹. Em 23 de outubro de 1862, foram republicados pelo Archivo Municipal o regulamento geral dos matadouros, apresentado em sessão da Câmara Municipal do dia 16 de abril de 1842, e o Regulamento interno do matadouro de São Christovão, o que sinaliza certa preocupação da política sanitaria no período.

Por outro lado, conforme o relatório da Junta Central de Higiene Pública de 1882, o matadouro de São Christovão inaugurado em 1853 não atendia aos requisitos básicos para o seu funcionamento por sua localização em área pantanosa, com possibilidade de inundação pelo rio Maracanã; pelos gases e odores fortes prejudiciais à saúde pública; pela falta de segurança dos pastos sendo constante a dispersão do gado e pelas instalações inadequadas para a produção de carne de qualidade (DUARTE e PEDROZA, 2013, p. 331-332). As autoras destacaram que já constava dos relatórios ministeriais do período a transferência do matadouro de São Cristóvão em virtude da questão sanitária local. Entretanto, a proximidade com o matadouro não foi um impeditivo para a construção da Escola de São Christovão em 1872. Com o fortalecimento do discurso higienista no país, o desenvolvimento urbano e os problemas de abastecimento de carne verde na capital, a transferência do matadouro de São Christovão se tornou inevitável.

Outro problema apontado por Duarte e Pedroza (2013) corresponde a forte influência dos marchantes sobre o monopólio do abastecimento de carne na cidade aliada à falta de uma política de controle estatal. Nesse sentido, a sua transferência para a Fazenda Imperial de Santa Cruz em 1881 visava ainda combater a ação de certos grupos de marchantes ou negociantes em torno do comércio do gado, que contavam com pastos próximos ao local. Cabe destacar que suas transações circulavam junto à Junta Comercial,

⁵¹ Regulamento interno do matadouro de São Christovão. Câmara Municipal, 20/07/1853. Arquivo Nacional.

à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e à Associação Comercial do Rio de Janeiro, sendo esta responsável pelo financiamento da construção do palacete escolar na área.

Percorrendo os caminhos da Família Real na cidade, foi possível aproximar-se a outro ponto nodal relevante para a cidade - o Largo do Machado (**Mapa 4**), local mais populoso da região, na freguesia da Nossa Senhora da Glória, criada a partir do desmembramento da Freguesia de São José por meio do decreto de 9 de agosto de 1834⁵², um período de expansão dos bairros e de mudanças dos limites administrativos decretados anteriormente. No ano seguinte, foi fundada a irmandade do Sacramento da Freguesia da Glória, sendo adquirida em abril uma pequena capela no Largo do Machado. Em atendimento às demandas dos fiéis, a Câmara Municipal cedeu um terreno para a construção do novo templo através do decreto de 28 de abril de 1840, o que indicia as relações de poder por parte da comunidade (SANTOS, 1965).

Em 26 de junho de 1842 foi lançada a pedra fundamental da edificação. Em 6 de outubro de 1872, a nova Igreja de Nossa Senhora da Glória, projetada pelos engenheiros Kohler e Riviére, abriu as portas aos fiéis com a festa da padroeira no Largo do Machado, denominada Praça Duque de Caxias em momento posterior. No interior da igreja de características arquitetônicas barrocas destacavam-se imagens do Convento de Macacú e de Portugal e um lustre de bronze construído em Paris. Visando o embelezamento de prédios públicos e do espaço urbano, era comum a importação, por exemplo, de objetos, esculturas, chafarizes pelos responsáveis das obras, que lançavam olhares para os modelos estrangeiros, especialmente, na arquitetura, na educação, na engenharia e no urbanismo (SANTOS, 1965; AZEVEDO, 1877).

Em relação à Freguesia de Nossa Senhora da Glória⁵³, observa-se que a monumentalidade da Escola do Imperador lá construída em 1874 parecia dialogar bem com a estética da grande área arborizada do Largo do Machado. A freguesia abrigava muitas chácaras e palacetes de nobres, proprietários ricos e estrangeiros; o que talvez também tenha contribuído na escolha do bairro para a construção da escola.

⁵² Decreto de 9 de agosto de 1834. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

⁵³ A Freguesia da Glória compreende um dos principais cenários retratados na literatura brasileira por meio do livro "Dom Casmurro", de Machado de Assis, publicado em 1899.

Mapa 4: Arquitetura da “Cidade Espetáculo”: caminhando pelo Largo do Machado no final do século XIX.

Fonte: Mapa editado a partir de base disponível no Acervo virtual da Biblioteca de Obras Raras do Senado (**Anexo 1**) e imagens obtidas da Brasileira Fotográfica da Biblioteca Nacional.



Figura 11: Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria.

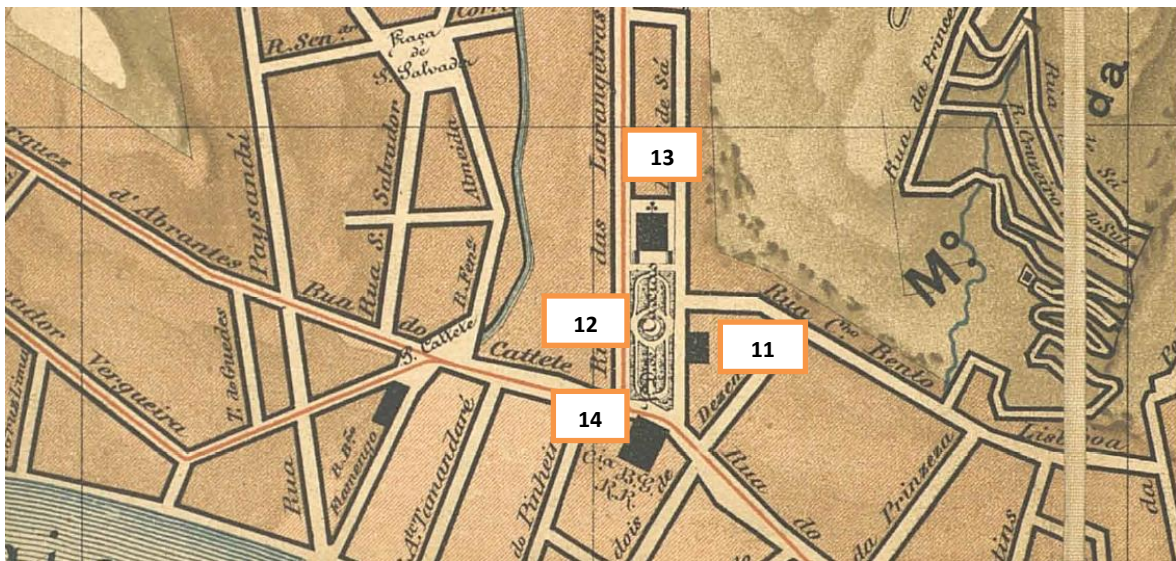


Figura 12: Largo do Machado.



Figura 14: Botanical Garden Rail Road [Bondes].

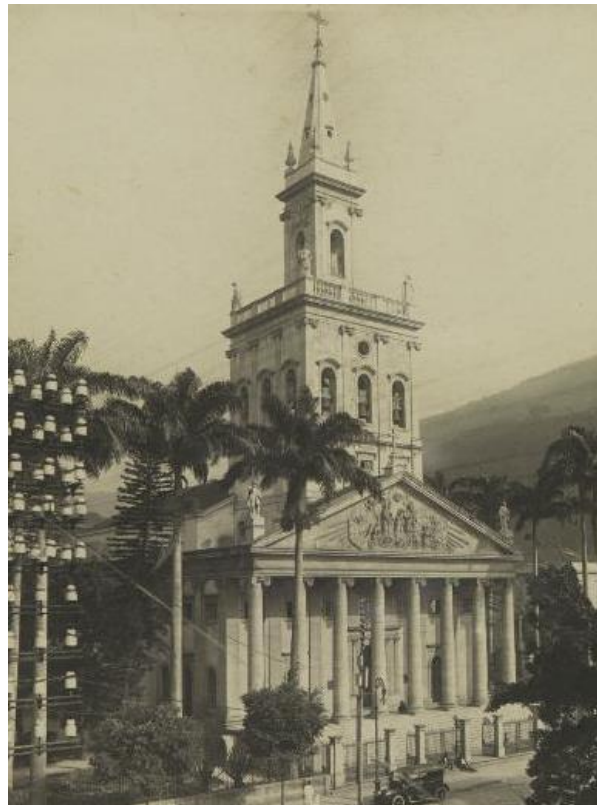


Figura 13: Matriz de Nossa Senhora da Gloria.

Caracterizada pelo comércio e pequenas fábricas era considerada uma das freguesias com melhor abastecimento de água na cidade. Foi sede da Antiga companhia de águas e esgotos da cidade - *The Rio de Janeiro City Improvments Company*, inaugurada em 1863, além de estabelecimentos de saúde como os prédios do Hospital da Beneficência Portuguesa (1840) em estilo neoclássico, ornamentado por estátuas, e a sede do antigo Asilo São Cornélio (1862), transformado em asilo para meninas órfãs em 1894 (SANTOS, 1965; AZEVEDO, 1877).

A década de 1870 desencadeia, portanto, uma política de embelezamento e de melhoramentos da cidade com a construção dos palacetes escolares, as obras de infraestrutura, a implantação de equipamentos como estátuas⁵⁴ e chafarizes e a criação de jardins públicos, como no Campo da Acclamação e na Quinta da Boa Vista, processo iniciado na década de 1870, na gestão do paisagista francês Auguste Glazou, para a Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial por D. Pedro II. Outro projeto de autoria de Auguste Glazou compreendeu uma grande avenida, com dez quilômetros de extensão, que se estendia da praia dos Mineiros até o Andarahy-Grande, porém que não foi excetuado (VIEIRA SOUTO, 1875). Nessa perspectiva, as Praças da Acclamação, o Campo de São Christovão e o Largo do Machado compreendiam importantes pontos nodais, sob a ótica de Lynch (1997), que concentravam uma série de instituições educacionais, científicas, políticas e da administração pública da cidade.

Regiões beneficiadas com obras de melhoramentos, ajardinamentos e remodelação dos espaços públicos com orçamento previsto desde 1870. Em relação ao Orçamento da Receita e Despesa da Illustrissima Camara Municipal da Corte para o anno de 1870, observa-se que houve uma redução das verbas destinadas aos calçamentos, no setor de obras novas, conservações e melhoramentos, não sendo previstas novas intervenções e definindo como prioritário dar continuidade à "construcção dos calçamentos por

⁵⁴ Um dispositivo de embelezamento do espaço urbano relevante foi a estátua equestre de D. Pedro I inaugurada no dia 30 de março de 1862, prevista inicialmente para a praça da Acclamação. Em 11 de julho de 1825, foi nomeada uma comissão responsável por pelo projeto da estátua composta por José da Silva Lisboa, Augusto Henrique Victorio Grandjean de Montigny, João Baptista Debret, Marcos Ferrez, dentre outros. Porém, em razão da conjuntura política do país, a obra foi adiada. Em 1856, em sessão extraordinária na Câmara Municipal, o Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo anuncia novo monumento a ser erigido agora na praça da Constituição, sendo formada nova comissão de especialistas como o Conselheiro Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara (presidente) e o Diretor da Academia das Bellas-Artes Manoel de Araujo Porto-Alegre. O projeto do artista francês Luiz Rochet para o monumento em bronze foi o vencedor do concurso (AZEVEDO, 1877).

paralelepipedos⁵⁵ nas ruas do Marquez d'Abrantes, Violas e dos Andradas; praias de Botafogo, Santa Luzia e S. Christovão; largo do Machado, travessa de Santa Rita; regularização do Campo de S. Christovão e rua d'America" (1869, p.6).

De um total de 234:000\$000, 120:000\$000 foram destinados para os calçamentos e 30:000\$000 para o plantio e melhoramentos de praças (Constituição e Onze de Junho), sendo 23:920\$000 para o ajardinamento do largo do Machado⁵⁶, conforme proposta de Frederico Groth e Venancio José da Costa; enquanto 8:000\$000 para aterros, 6:000\$000 para pontes, 10:000\$000 para cais e 6:000\$000 para abertura e alargamento de ruas. Estes valores, constantes da tabela 10 do referido relatório de orçamento anual, sinalizam algumas intencionalidades e prioridades no início dos anos de 1870⁵⁷. Apesar do quadro epidêmico da cidade, os valores orçamentários previstos não pareciam expressar uma preocupação forte com os aterros de áreas pantanosas, mas sim com obras de aformoseamento do espaço público, a partir de calçamento e tratamento paisagístico. Quanto à previsão orçamentária das receitas e despesas da Câmara Municipal para 1871, foram observadas permanências nos valores proporcionais com o aumento das despesas em calçamento que chegava a 205:000,000. Por outro lado, por meio do Decreto nº 4.002, de 31 de dezembro de 1870, a Câmara Municipal⁵⁸ definiu também as despesas com a construção das “Escolas do Imperador”.

As obras de embelezamento aliada à “arquitetura do espetáculo” na Praça da Acclamação possibilitaram a sua inclusão no Guia do Estrangeiro no Rio de Janeiro em 1873, lançado pela editora Garnier, que se destacou em comparação aos guias de ruas existentes até aquela data. Perrotta (2011) considera que o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro, conhecido como o

⁵⁵ Vieira Souto (1875, p.61) afirma que: “em materia de calçamentos a melhor autoridade no Rio de Janeiro é a nossa camara municipal, que só nos tres quatriênios de 1857 a 1868, pagou 172.000 metros quadrados de calçamentos por paralelepipedos”. E destaca como notáveis os calçamentos da praia de Botafogo até á rua de S. Clemente e o da rua Marquez de Abrantes até o largo do Cattete.

⁵⁶ Em sessão da Câmara Municipal, de 21 de outubro de 1871, foi aprovada a proposta dos vereadores que determinaram a instalação pela Diretoria de Obras, nos jardins do largo do Machado, de 8 (oito) bancos de ferro para o público no prazo de 8 (oito) dias (Diário do Rio de Janeiro, de 22 de outubro de 1871, Ano 54, Nº 292. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10/05/2021).

⁵⁷ BRASIL, Orçamento da Receita e Despeza de 1870. Arquivo Nacional.

⁵⁸ Cabe destacar ainda que a Câmara Municipal, em parceria com a Associação da Infância Desvalida, atuava na manutenção dos palacetes escolares, além da fiscalização das escolas públicas na cidade, sendo alvo de muitas críticas a respeito da sua atuação (BORGES, 2014).

Almanak Laemmert, se caracterizava como a principal referência editorial no período de 1844 a 1889, que circulava amplamente pelas cidades brasileiras e no exterior (Amsterdã, Buenos Aires, Hamburgo, Lisboa, Londres, Madri, Milão, Montevidéu, Nova York, Paris e outros), cuja Typographia Universal Laemmert conquistou a medalha de prata na primeira Exposição Nacional em 1861, sendo visitada pelo Imperador D. Pedro II em 1862. O que certamente contribuiu para promover a imagem de um país civilizado no cenário internacional, somado às estratégias governamentais a exemplo da organização de exposições nacionais ou a participação do país em exposições internacionais.

Nesse sentido, tal processo de internacionalização do país não poderia admitir mais a existência de casas de cômodos e cortiços instalados em antigas residências da nobreza, militares e de diferentes profissionais liberais no final do século XIX. Nesse período, com a saída da Família Real Portuguesa do Palácio de São Christovão, o prédio cedeu espaço ao Congresso Nacional Constituinte e ao Museu Nacional⁵⁹ em 1892, o qual funcionava anteriormente na Casa da Moeda do Brasil (CMB) na Praça da Acclamação na Freguesia de Sant'Anna, cujo prédio passou a abrigar o Arquivo Nacional. Dantas (2013, p. 19) afirma que o papel do museu enquanto instituição de caráter nacional começou a se consolidar no início da segunda metade do século XIX em meio a um processo de fortalecimento do Estado brasileiro após a Independência do Brasil.

Nesse sentido, é possível indiciar que o processo de urbanização da cidade imperial buscava disseminar diferentes estéticas do olhar a cidade, tencionando projetar uma “cidade moderna” com os “olhos do passado”. O autor chama a atenção para a pressão exercida pelos progressos materiais sobre os sujeitos, que buscam romper com a tradição, a que Lefebvre denomina “sombra da revolução”. Contudo, segundo Le Goff (1997, p. 27), tende-se “valorizar o novo pelo novo, esvaziar o conteúdo da obra, do objeto e da ideia. Outro paradoxo, ou ambiguidade: o ‘moderno’ à beira do abismo do presente, volta-se para o passado”.

Refletir sobre as diferentes estéticas do lugar requer pensar nas relações tensionadas entre Escola e Cidade, vinculadas às políticas higienistas atreladas a um

⁵⁹A transferência do Museu Nacional, do Campo de Santana para o Palácio da Quinta da Boa Vista, ocorreu em atendimento à solicitação do diretor Ladislau de Souza Mello e Netto, que dirigiu a instituição no período de 1875 a 1892, visando salvaguardar o patrimônio do antigo Paço de São Cristóvão e atender às demandas em termos de espaço físico para a expansão do acervo do museu (DANTAS, 2013).

determinado conceito de civilidade em construção no final do século XIX. O que nos leva a refletir sobre o processo de sistematização dos saberes escriturais formalizados, no que se refere aos conteúdos trabalhados, aos dispositivos normativos e às práticas escolares dos agentes envolvidos (VINCENT, LAHIRE e THIN, 2001).

1.3 Arquetando as formas escolares: prescrições normativas e o desejo pelo acesso à escolarização

Qual é atualmente o estado intelectual do país? Da população já apurada, 9.700.187 habitantes, somente receberam instrução 1.562.106: jazem em completa ignorância 8.138.081. Na população escolar de 6 a 15 anos há a mesma desanimadora proporção. O número total sobe a 1.771.412: aprenderam a ler unicamente 250.059. Deixaram de aprender 1.521.353. O número dos que entre nós aprendem a ler é quase igual ao dos professores nos Estados Unidos! (CORREIA, 1876, p. 6, *apud* SENRA, 2006, p. 481).

O discurso proferido pelo senador Manoel Francisco Correia nas Conferências Populares da Gloria, apontam para a importância da escolarização a partir dos baixos índices de alfabetização do país. As Conferências Populares da Gloria, objeto de discussão no Capítulo 3, são consideradas indícios das intencionalidades prescritivas do período de expansão da escolarização na cidade, onde a instituição escolar primária ganhou relevância no processo de difusão dos ideais de civilidade (BOTO, 2014; GONDRA, 2004; GONDRA E SCHUELER, 2008; FARIA FILHO, 2003; VEIGA, 2003). Sob a responsabilidade de Manoel Francisco Correia, as Conferências eram proferidas por diferentes intelectuais (representantes das academias, professores, políticos, médicos, profissionais da indústria, militares) a partir de 22 de novembro de 1873, na Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria, onde foram realizadas até 1884, contando com a presença de D. Pedro II.

Recorrendo a Hernández Díaz (2002, p. 245), “la cultura de la escuela, em su riqueza y diversidad de procedencias, como ya sabemos, también se expresa fuera o en el entorno de la escuela”. Portanto, com o objetivo de propagar a instrução pública e divulgar o conhecimento científico, as artes e a literatura, as conferências contribuíram para estreitar os laços entre escola e cidade. Cabe destacar ainda que as conferências tinham como propósito a formação dos professores, já previstas desde o Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1870, o que foi reafirmado pelo ministro João

Alfredo Corrêa de Oliveira em 1874. “Brevemente começarão estas conferencias, que deverão concorrer poderosamente para o aperfeiçoamento do ensino, e para desenvolver nos professores o gosto pelos estudos relativos ao magistério” (Relatório do Ministro dos Negócios do Império, 1874, p. 15). Considerando o levantamento do quantitativo das 720 conferências, realizado pelo engenheiro da Casa Imperial Antonio de Paula Freitas, 386 foram ministradas por Manoel Francisco Correia até 1903, sendo considerado o “grande benemérito da instrução pública” (SENRA, 2006, p. 482).

Em 1870, no que se refere à escolarização no país, um total de 1.563.078 habitantes da população livre recenseada sabia ler e escrever enquanto 6.856.594 eram analfabetas. Na Província do Rio de Janeiro, 114.600 pessoas sabiam ler e escrever enquanto 375.487 eram consideradas analfabetas, situação que se repetia nas demais províncias do território. Observou-se que apenas, no município da Corte, um número acima da metade da população livre possuía conhecimentos de leitura e escrita. O Recenseamento Populacional de 1872 apontava que 80% da população na Corte eram considerados analfabetos de um total de 10.100.000 almas, incluindo livres, libertos e escravos. A escolarização começava a ser vista como uma forma de acesso à cidade.

Para Gondra e Schueler (2008, p.218), “saber ler e escrever passava a significar para homens e mulheres, o pertencimento à modernidade e ao ‘mundo das luzes’ em contraposição à ignorância e ao atraso colonial”. Nessa perspectiva, a escola, enquanto dispositivo de poder-saber, sinalizava intencionalidades, possibilidades e saberes necessários ao processo de construção da urbe moderna, onde o acesso à escolarização transformava-se em instrumento de luta, por exemplo, contra o poder excludente do sistema eleitoral, que adotava a alfabetização como pré-requisito para a participação dos processos eleitorais.

De 1872 a 1874, o Recenseamento Populacional apontou um efetivo superior em 4.227 alunos atendidos pela rede escolar. Em 1874, a cidade contava com 142 escolas, sendo 93 públicas e 41 particulares além de oito cursos noturnos, atendendo a um total de 17.279 alunos, com 13.112 frequentando as escolas públicas. Já a província do Rio de Janeiro contava com 518 escolas públicas, sendo 10 cursos noturnos e uma Escola Normal, que atendiam a 16.034 alunos, além de 137 estabelecimentos particulares, sendo 35 subsidiados e frequentados por 2.295 alunos. Interessante destacar, no

intervalo de 1872 a 1874, o quantitativo de alunos atendidos chegou a 18.329, sendo acrescido em 4.453 alunos. Ou seja: do acréscimo de 4.453 alunos atendidos pelos estabelecimentos de ensino, 4.227 alunos pertencem à capital do Rio de Janeiro (Relatório da Exposição Universal de 1876). Enquanto dispositivos de saber-poder, as estatísticas eram utilizadas como forma de conhecimento do nível de escolarização da população, ao mesmo tempo em que funcionava como uma estratégia de legitimação do poder estatal, indiciando o processo de escolarização do social⁶⁰.

O século XIX é marcado por uma série de dispositivos, estratégias e mecanismos de disciplinarização social, que serão discutidos no Capítulo 3. No Império, o ensino estava estruturado em três níveis: primário, secundário e superior. Em relação ao ensino público secundário, ficava a cargo do Imperial Colégio D. Pedro II em regime de externato e internato. Dos 69 estabelecimentos particulares de ensino, 38 atendem ao sexo masculino e 31 ao feminino, sendo 4.167 meninos contra apenas 194 meninas (Relatório da Exposição Universal de 1876). O internato Imperial do Colégio Pedro II foi instalado na Avenida Floriano Peixoto, no dia 2 de dezembro de 1837, em homenagem ao aniversário do Imperador, transferido em 1857 para a Rua São Francisco Xavier, e depois para o Campo de São Christovão em 1888, ao lado da Escola do Imperador de São Christovão. Sob a ótica do paradigma indiciário, a Escola de São Christovão (1872), a Escola da Freguesia de Sant'Anna (1874) e a Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (1877) foram construídas nas mesmas ruas onde estão localizadas as três unidades do Colégio Pedro II (AZEVEDO, 1877).

Seria um indício de um projeto civilizatório⁶¹ mais amplo conduzido pelo Imperador D. Pedro II na segunda metade do século XIX? Outro fato interessante é que o Colégio

⁶⁰ SCHUELER e SILVA (2013) chama a atenção para as intencionalidades implícitas nos recenseamentos durante o período imperial, sendo que o primeiro realizado em 1872 apresenta uma população aproximada de 10.100.000 habitantes, com alto percentual de analfabetismo em torno de 84%. As estatísticas funcionavam como uma forma de "(...) legitimação para a imprescindibilidade de 'formar a nação' através da invenção da escola pública obrigatória que possibilitaria o 'derramamento' da instrução primária entre os habitantes" (p. 255).

⁶¹ Pensar sobre o ideal civilizatório em curso, o estabelecimento da ordem imperial e a invenção da forma escolar introduzida pelas Escolas do Imperador, "pressupunha a unificação de territorialidades, o estreitamento de laços de pertencimento, o estabelecimento de vínculos de nacionalidade e a constituição de um corpo de cidadãos" (SCHUELER e SILVA, 2013, p. 243). A *invenção* de um projeto civilizatório no último quartel do século XIX requer pensar nas exigências sociais, disputas e relações de poder-saber tensionadas pelos diferentes sujeitos que configuravam a urgência estatal pela escolarização do social. Nesse sentido, recorrendo a Schueler e Silva (2013), a expansão da instrução pública funcionava como uma forma de neutralizar conflitos, interesses e projetos discordantes. Os

Pedro II foi transferido para o prédio do antigo Asilo para a Infância Desvalida que, apesar dos objetivos educacionais diferenciados, pode indiciar a prioridade do ensino secundário na formação de uma elite intelectual, seja para o ensino superior ou para a administração pública naquele presente. Considerando o Imperial Colégio Pedro II um “lugar de memória nacional” (GONDRA e SCHUELER, 2008), o colégio foi reformado pelo arquiteto Francisco Bethencourt da Silva, sob os preceitos estéticos vigentes enquanto expressão da beleza, da ordem e do progresso (AZEVEDO, 1877; VEIGA, 2003).

Era este edificio de aspecto triste, e acaçapado, indicando pelas janellinhas, pelos oculos fechados com varões de ferro seu destino primitivo de collegio de padres; mas actualmente com as alterações feitas pelo habil artista, apresenta-se grandioso, e quando concluido será um dos melhores monumentos do Rio de Janeiro, e digno de servir de sede a primeira universidade que se crear no Brazil (AZEVEDO, 1877, p. 81).

Na Freguesia de São Christovão, já no final do século XVIII, foram construídos os primeiros asilos e casas de saúde, como o Hospital dos Lázaros⁶², o Hospital de São Sebastião, a Casa de São Luiz e o Asilo da Velhice Desamparada nas proximidades da área. Na segunda metade do século XIX, a expansão da escolarização no país contou com forte atuação entre as iniciativas privadas e a sociedade civil, por meio dos processos de subvenção, onde o Estado financiava os estudos de crianças pobres e desvalidas em instituições particulares e asilares, com destaque para a Igreja Católica na Corte Imperial. Nessa perspectiva, as entidades religiosas (irmandades, confrarias, ordens terceiras), compostas por comerciantes, médicos e outros profissionais, se destacavam pela atuação beneficente, oferecendo serviços hospitalares e educacionais para a população carente.

autores alertam que se tratava de um projeto de escolarização a partir da gratuidade a todos os cidadãos, livres e não portadores de doenças contagiosas, exceto os escravos considerados na época como “não-cidadãos”, questão já destacada pelo artigo 179 da Constituição do Império do Brasil de 1824 sobre a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros acerca da gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos.

⁶² O prédio funcionou como o Colégio dos Jesuítas, fundado por Padre Manuel da Nóbrega, até a sua adaptação para o funcionamento do hospital em 1763, sob a administração da Irmandade da Candelária. Posteriormente, sob a proteção do Governo Federal, o Hospital Frei Antônio passou a abranger o Serviço Nacional da Lepra, que foi transferido mais tarde para o Caju.

No final do século XIX, no Campo de São Christovão⁶³, foi construído pela Irmandade da Candelária o Asilo Gonçalves de Araújo, antigo Asilo para a Infância Desvalida e atual Educandário Gonçalves de Araújo⁶⁴ (SILVEIRA, 2009; DGPC, 1991; ROCCA, 1987). O Asilo para a Infância Desvalida tinha como finalidade “fornecer sustento, educação moral e cristã, instrução primária e industrial (estabelecia ensino de matérias técnicas, de escrituração mercantil, noções de direito comercial) às crianças desamparadas” (BARBOSA; ALMEIDA; LIMEIRA, 2020, p. 5). A instituição oferecia uma ampla infraestrutura acadêmica em termos de museu, biblioteca e laboratórios. Contudo, as autoras sinalizam o caráter excludente da instituição na medida em que não eram admitidas crianças acometidas por certos problemas de natureza física ou moral.

De caráter filantrópico e religioso, o prédio é dotado de uma arquitetura monumental em estilo eclético de influência gótica. Esse conjunto arquitetônico parecia representar a busca pela afirmação de determinados valores capazes de atribuir certa singularidade ao campo da arquitetura institucional, sob a ótica da estética do olhar civilizatório, respaldado nos preceitos da modernidade, na segunda metade do século XIX. Buscava-se construir a imagem de um país moderno, civilizado e industrial por meio, por exemplo, da participação nas Exposições Industriais Internacionais, o que será discutido no Capítulo 2. Dentre as estratégias adotadas pela comissão, responsável pela elaboração do relatório para a Exposição Universal de 1876, foi sublinhar um conjunto das ações mais relevantes no campo da educação como criação de escolas noturnas para adultos; conferências sobre ciências, indústria e literatura; fundação de estabelecimentos de ensino profissional e voltados para a educação da infância desvalida; criação de escolas normais; abertura de bibliotecas populares e gabinetes de leitura; dentre outras.

⁶³ O Campo de São Christovão, aterrado em 1854, logo se transformou em um espaço voltado para o comércio de mercadorias e pastagem dos rebanhos. Nas proximidades do Campo de São Christovão, encontravam-se tipologias muito diferenciadas, como o matadouro público da cidade, a residência da Família Real e o marco inicial do processo de ocupação do bairro em torno da Igreja de São Christovão, construída pelos jesuítas em 1627 e destinada, principalmente, aos índios, escravos e pescadores, de onde partia um longo caminho em direção ao interior da cidade.

⁶⁴ O Educandário compreendeu a fusão de duas instituições no século XIX sob a benfeitoria de Antônio Gonçalves de Araújo. A primeira foi o Asilo para a Infância Desvalida em 1881, inaugurado pela Irmandade da Candelária, e a segunda, fundada pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade em 1897, foi o Recolhimento de Nossa Senhora da Piedade, denominada posteriormente Asilo da Infância a partir de 1900 (BARBOSA; ALMEIDA; LIMEIRA, 2020).

A preocupação com a escolarização pode ser observada com a identificação dos cursos noturnos, como nas “Escolas do Imperador” - São Sebastião, São José, São Christovão e Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista⁶⁵. Schueler e Rizzini (2017) afirmam que houve uma expansão dos cursos noturnos no período de 1870 e 1880, sendo oferecidos por escolas públicas, sociedades e associações particulares, leigas ou religiosas. As autoras destacam ainda a presença de crianças e jovens nos cursos noturnos com base nos mapas de matrícula da Escola de São Sebastião e da Escola Municipal de São José, além do curso noturno da Escola de São Cristóvão, que atendia adultos e menores, sendo mantido pela Associação Promotora da Instrução de Meninos.

No que se refere à Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista, Lopes (2012) ressalta que, com abertura do curso noturno em 1870, a instituição inaugurada em 14 de setembro de 1868, segundo o regulamento aprovado em 20 de janeiro de 1882, passou a ser denominada “Escola de Primeiras Letras Diurna e Noturna da Imperial Quinta da Boa Vista”. Portanto, assim como os demais prédios escolares inaugurados a partir de 1870, foi fundada no bojo dos acontecimentos da Guerra do Paraguai. Outro aspecto interessante compreendeu a autorização para o funcionamento do curso noturno, paralelamente à Escola de São Sebastião. Segundo o Decreto n. 7031 A, de 6 de setembro de 1878, os cursos noturnos funcionariam nas escolas públicas de instrução primária do 1º grau do Município da Corte voltado para todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, com idade acima de 14 anos.

Gondra (2004) aponta que o elevado número de alunos distribuídos nas escolas da Corte também era observado nos cursos noturnos, como na Escola Municipal de São Sebastião no levantamento realizado em 1º de outubro de 1876. Caso houvesse um quantitativo menor que 10 alunos, a escola não recebia o alvará de funcionamento pela Delegacia da Instrução Primária e Secundária da Corte. Do grupo de 108 alunos, 76 possuíam conhecimentos de leitura e escrita, sendo composto por trabalhadores de

⁶⁵ A Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista foi fundada por D. Pedro II e destinava-se aos filhos dos empregados da Casa Imperial e dos moradores locais. Inaugurado o novo prédio em 17 de janeiro de 1882, sob os preceitos médicos e higienistas, Lopes (2012, p. 97) sublinha que a Escola de Primeiras Letras Diurna e Noturna da Imperial Quinta da Boa Vista era considerada uma “escola-modelo para o povo” a ser difundida pelo país, que compreendia ainda o ensino prático de diversos ofícios; o que era reconhecido e registrado no “Livro dos Visitantes da Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista” (1883). A exemplo da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gávea, a Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista já se encontrava em funcionamento anteriormente desde 1868.

diferentes ramos ligados, principalmente, às artes, jornaleiros e serviços domésticos, além de operários, tipógrafos, pedreiros, marceneiros, carpinteiros e ferreiros (SCHUELER e RIZZINI, 2017). Tais ocupações relacionadas às artes, leitura e escrita, indiciam a procura pela escolarização nos cursos noturnos das “Escolas do Imperador”.

O relatório para a Exposição Universal de 1876 distinguia ainda os “palacetes escolares” como uma medida de investimento na educação, realçando a elegância, a monumentalidade e os espaços de sala de aula, separados por sexo, das escolas municipais das freguesias de São Sebastião, São José, São Christovão e Gloria, além dos prédios em construção nas freguesias de Santa Rita, Sant'Anna e Engenho Velho. Seriam as chamadas ““Escolas do Imperador”” a solução para a carência de prédios escolares apropriados, apontada como um entrave à qualidade do ensino, no Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1870?

1.3.1 Espaços e formas escolares em construção: arquitetura escolar, dispositivos legais e formação docente.

Para fazer um cidadão, principiemos por educar um homem, - abramos escolas por toda a parte. Não é homem o que não tem a luz intima que a instrução dá, - é uma cabeça do grande rebanho inconsciente e sem acção, que o dono guia ora para o pastio, ora para o matadouro. O que resiste á escravidão na criatura humana, não é a matéria, é a intelligencia, - a liberdade começa onde acaba a ignorancia. Assim, para formar uma grande nação só ha um meio... Esse meio a Escola vol-o repete cada vez que sahe á luz, - esse meio é educar o povo. Educae-o, pois!... (Revista Brasileira de Educação e Ensino, 1877).

O século XIX é marcado por formas variadas de experiências escolares voltadas para as crianças desvalidas, pobres e negras em estabelecimentos públicos, particulares e subvencionados. Na segunda metade do século XIX, muitas eram as críticas dos professores quanto às precárias condições de trabalho; à baixa remuneração, vinculada à atuação do professor em áreas urbanas ou rurais, e reduzidas em virtude do desconto das despesas com os aluguéis dos prédios escolares; à falta de salubridade dos espaços escolares, aos métodos de ensino adotados e à falta de prédios escolares, reunidas inclusive no Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte em 1871 (LEMOS, 2014). Trata-se de um embate entre a educação privada e a instrução pública tutelada

pelo Estado Imperial, que buscava construir espaços próprios para a escolarização, onde a nova arquitetura escolar deveria estar vinculada a preceitos da higiene escolar e da medicina, visando ambientes melhor iluminados e ventilados, adequados às práticas escolares, com alto potencial de sensibilizar alunos e professores no cultivo do olhar estético e civilizador. De acordo com Rui Barbosa (1882), era preciso estar atento “desde a escolha do sítio, da qual disse um higienista que ‘nada mede melhor o adiantamento da civilização de um povo’, desde a exposição da escola, a sua orientação, até o número, o tamanho, a colocação de janelas...” (*apud* GONDRA, 2003, p. 532-33).

Faria Filho (2003, p. 144-45) aponta a existência de um número expressivo de escolas públicas, privadas ou domésticas no Império e destaca que no século XIX “a rede de escolarização doméstica, ou seja, de ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas sobretudo daquela primeira, atendia a um número de pessoas bem superior ao da rede pública estatal”. Determinadas formas de educação privada se aproximavam da educação doméstica⁶⁶, cujas aulas eram ministradas nas próprias residências dos mestres-escolas, utilizando-se de métodos de ensino individualizados. Enquanto outros colégios particulares buscavam incorporar a forma escolar estatal com espaços adaptados e, inclusive, a construção de residências para os professores (GONDRA e SCHUELER, 2008), além do programa de necessidades também incorporado pelas “Escolas do Imperador”.

Nascimento (2016) aponta a preocupação com a expansão da malha escolar nos relatórios do período da gestão do Ministro dos Negócios do Império João Alfredo Corrêa de Oliveira, afirmando que, no relatório ministerial de 1870, destacava-se a criação de 11 (onze) escolas nas freguesias de Sant’Anna, Engenho Velho, Gloria, Santa Rita, Inhaúma, Irajá, Santa Cruz e Jacarepaguá, sendo esta criada ainda no período do Ministro Paulino José Soares de Souza pelo Decreto nº 4.602 de 24 de setembro de 1870. Visando ao fortalecimento do Estado Nacional e amparado sob um amplo aparato jurídico, o Ministro

⁶⁶ A educação doméstica contava com professores particulares que ministravam aulas de forma sistemática na própria residência do aluno, preceptores que residiam junto às famílias, além dos próprios membros da própria família. Os métodos de ensino bem como os manuais adotados eram de responsabilidade dos mestres e das famílias. Eles ensinavam as “primeiras letras” e a “instrução primária”, caracterizadas como o ensino da escrita, leitura e contas, além de línguas (latim, inglês, alemão, italiano, espanhol), caligrafia, literatura, religião, música, canto, geometria, aritmética, contabilidade, botânica, história, geografia, desenho... Às meninas eram oferecidos conhecimentos como bordar, dançar, costurar, tricô, flores, obras de fantasia e outros trabalhos manuais (VASCONCELOS, 2007, p. 31).

João Alfredo se destacou por sua atuação marcante na educação pública e particular entre 1870 e 1875. No âmbito da Lei do Ventre Livre de 1871, o ministro atuou tanto nos projetos de melhoramentos urbanos como de expansão da escolarização na cidade, por meio da abertura de escolas, bibliotecas e asilos; da regulamentação de escolas noturnas; de incentivos ao ensino profissional; da subvenção de escolas privadas (abertura de espaços escolares, doação de vestimentas e materiais didáticos para os alunos pobres e prestação de serviços gratuitos) e da elevação das escolas de 1º grau ao 2º grau etc. Observou-se que tais intervenções urbanísticas e experiências educativas incorporavam influências estrangeiras da Europa e dos Estados Unidos (NASCIMENTO, 2016).

Gondra e Schueler (2008) observam que a criação de escolas públicas, privadas e subvencionadas (asilos, colégios e liceus, internatos) era produto da ação articulada da Igreja, empresários, intelectuais (médicos, juristas e militares), além da contribuição das sociedades, academias e grêmios. Schueler e Rizzini (2017) destacam que, segundo as autoridades da Instrução Pública, as escolas particulares em expansão no período de 1860 e 1890, estavam voltadas para os “mais privilegiados da fortuna”, enquanto as escolas públicas atendiam, principalmente, os “filhos de pobres” e trabalhadores.

A heterogeneidade das formas escolares parecia impulsionar o amplo aparato normativo na esfera educacional em termos de métodos, conteúdos, regulamentos internos, processos seletivos ou sistemas de controle e fiscalização. Limeira (2011, p. 132) afirma que “à iniciativa particular coube uma difusão mais significativa do ensino primário (e secundário) que o poder público”, sendo expressiva a expansão da malha privada na cidade. A autora destaca ainda que as instituições escolares privadas estavam atentas aos preceitos higienistas por meio da arquitetura escolar, dotada de espaços amplos, salubres e adequados para a escolarização. Sob a ótica da vigilância, da prática de exercícios físicos e do desenvolvimento moral da criança, os prédios escolares, localizados em freguesias mais afastadas da cidade, acarretariam em benefícios para saúde.

É nesse cenário que as “Escolas do Imperador” foram construídas na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1870 a 1885, um conjunto de escolas públicas projetadas e executadas para fins educativos de caráter formal e sistemático. Respalhada nos discursos médico-higienistas, as Escolas do Imperador sinalizavam o desejo de invenção da forma escolar moderna por meio de uma pretensa homogeneização das práticas

escolares a cargo do Estado Imperial. De um lado, a implantação das “Escolas do Imperador” indicava desejos, intencionalidades e relações de poder-saber referentes às ações de governo da população. Por outro, entendendo a escola como prática social, a presença das camadas pobres nas “Escolas do Imperador”, por exemplo, sinalizava os anseios, as disputas e as estratégias tensionadas pelos diferentes sujeitos pelo acesso à escolarização, que contribuíam para reconfigurar o espaço da cidade. Nessa perspectiva, os diferentes espaços educativos – associações, sociedades, asilos, institutos, escolas, teatros e outros – podem ser vistos como um instrumento de acesso à cidade.

Cabe destacar ainda as manifestações em favor da construção de escolas públicas, desde iniciativas individuais a abaixo-assinado de diferentes sujeitos (pais, comerciantes, professores). Gondra e Lemos (2004) apresentam uma relação de abaixo-assinados no período entre 1869 e 1888, onde consta uma série de demandas pelo acesso à escolarização e sugestões para os problemas locais das freguesias, como a abertura de estabelecimentos de ensino públicos, a moralização de práticas escolares, a configuração da profissão docente e sugestões voltadas para o ordenamento de espaços e tempos escolares frente às peculiaridades locais. Um exemplo foi o requerimento, datado de 20 de setembro de 1840, de um morador do 6º quarteirão do Distrito da Freguesia do Engenho Velho, Miguel Marques da Rocha, ao Sr. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal que, com base no §32 do Art. 179 da Constituição do Império e na Lei de 15 de outubro de 1827, apontava a necessidade de criação de uma escola de instrução primária para meninas na Freguesia de São Christovão em virtude da vasta população. Esta demanda, também, foi levantada pelo abaixo-assinado de moradores, proprietários e negociantes do sítio de São Christovão, encaminhado ao Sr. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, no qual alegavam que as meninas permaneciam sem a participação nas escolas de instrução primária de meninos existentes na freguesia⁶⁷.

Schueler, Rizzini e Marques (2015, p. 151) destacam que o objetivo compreendia: “inserir a escola e o processo de escolarização na dimensão da cidade como espaço social e histórico, por meio da ocupação dos espaços pelas escolas e das escolas pelos sujeitos: meninos, meninas, homens e mulheres, alunos, professores e professoras”. Nesse sentido, a busca pela escolarização era crescente e, considerando o perfil dos alunos das

⁶⁷ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

escolas públicas⁶⁸, Schueler, Rizzini e Marques (2015, p. 150) destacam que o grupo de alunos entre 7 e 14 anos foi identificado como católico e de cor branca, em sua maioria, “com um número pequeno de pardos, provavelmente formado de livres, libertos e seus descendentes, e um diminuto número de alunos de cor preta, possivelmente africanos livres ou recém-alforriados ou, quem sabe, escravos ou seus descendentes”.

A historiografia da educação sinaliza a presença de crianças negras, pardas e mestiças, livres, libertas ou escravas em estabelecimentos de ensino no Império, a exemplo das “Escolas do Imperador”, como na Escola Mixta Imperial da Quinta da Boa Vista e a Escola de São Sebastião na Freguesia de Sant’Anna, cujas despesas com o vestuário de todos os alunos pobres da referida escola ficavam às custas da Associação Protetora da Infância Desvalida. Destaca-se ainda o envolvimento de escravos e libertos em movimentos quilombolas e de resistência era crescente no decorrer do século XIX, inclusive na criação de uma das “Escolas do Imperador” como a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gávea⁶⁹. Fundada em 1861 por um ex-escravo, criado por uma família abastada proprietária de uma fazenda na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, a escola era frequentada por filhos de escravos e pobres.

Outra iniciativa era a Escola Noturna Gratuita da Cancellaria, considerada uma escola popular na Freguesia de São Christovão, mantida pela Caixa Libertadora José do Patrocínio, criada nos anos de 1880, conhecida como o Quilombo da Cancellaria por atender, principalmente, escravos negros que recebiam os conhecimentos básicos do ensino primário. Lopes (2012, p. 86) chama a atenção para a “atuação de intelectuais e de associações antiescravistas: a mobilização pela educação/instrução de negros libertos e escravos” no período. Cabe sinalizar que a Escola Noturna Gratuita da Cancellaria, a ser abordada no Capítulo 4, estava localizada nas proximidades das demais “Escolas do Imperador”, a Escola da Freguesia de São Christovão (1872) no Campo de São Christovão e a Escola Mixta Imperial da Quinta da Boa Vista.

⁶⁸ Segundo relatório sobre o ensino primário elaborado em 1873 por uma Comissão Visitadora de Professores Públicos, caracterizado conforme os critérios de idade, religião e cor (SCHUELER, RIZZINI e MARQUES, 2015).

⁶⁹ O atual prédio da Escola do Imperador foi inaugurado no dia 13 de dezembro de 1874 para abrigar uma escola masculina e outra feminina. A edificação não se destaca pela monumentalidade, porém apresenta elementos neoclássicos (GUIA DAS ESCOLAS DO IMPERADOR, 20015).

Observou-se, portanto, que diferentes formas, culturas e tradições escolares estavam sendo pensadas por diferentes sujeitos. Para Gondra e Schueler (2008, p. 39), “os dispositivos do maquinário escolar moderno conviveriam, de modo tenso, com a multiplicidade de formas de educação e de instrução coexistentes ao longo do século XIX”. Isto porque, em termos normativos, desde a Lei Geral, de 15 de outubro de 1827, uma série de dispositivos legais foi tencionada a partir do projeto de expansão da malha escolar, que era apropriada e/ou recriada pelos sujeitos envolvidos, no que se refere à prática docente, às metodologias de ensino, aos programas escolares, aos espaços e tempos escolares e à carreira do magistério.

Cavalcanti (1898) ressalta que a organização da instrução pública primária e secundária acontece efetivamente a partir da reforma⁷⁰ do ministro do Império Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz em 1854. Cabe destacar que, segundo o Decreto de 20 de outubro de 1823, a abertura de escolas de primeiras letras era facultada a todo cidadão interessado sem necessidade de autorização. No dia 01 de março de 1823, foi criada a primeira escola de ensino mútuo do sistema Lancaster, sendo decretada a lei de 15 de outubro de 1827 que determinou a criação de escolas em todas as cidades e vilas mais populosas do país com a adoção do método lancasteriano⁷¹; o que já indiciava o critério adotado para a implantação dos equipamentos escolares na cidade.

⁷⁰ Recorrendo a Faria Filho (1998), a legislação é entendida não somente como um ordenamento jurídico, mas também como uma prática social e um dispositivo de conformação do campo pedagógico, mas ao mesmo tempo produtora de desigualdades. Considerando que a lei precisa ser “legítima e legitimada”, os dispositivos legais dinamizavam o cotidiano escolar bem como o espaço social de produção. Para Faria Filho (1998, p. 102), “a lei é a linguagem da tradição e dos costumes, do ordenamento jurídico e da prática social”.

⁷¹ Para Bastos (2012, p. 76), “A difusão do método lancasteriano ou monitorial/mútuo está intimamente ligada à necessidade de extensão da educação a todas as classes sociais, luta empreendida pelo iluminismo e colocada em prática, ao menos no papel, nos nascentes sistemas educativos públicos do século XIX”. Com o advento da industrialização, era preciso ensinar a todos com rapidez, baixo custo, disciplina e ordem, com poucos professores e um número expressivo de alunos. Segundo Popkewitz (1997, p. 66), tratava-se de uma pedagogia que visava desenvolver a disciplina interna das crianças sem o uso da autoridade externa. Sob a supervisão constante do professor, “os procedimentos, extremamente controlados, mantinham a ordem assim como inculcavam a disciplina; sua instrução moral pretendia transmitir não somente os valores tradicionais de trabalho intenso e obediência, mas também aqueles de precisão, padronização e rotinas elaboradas”. Mas muitas foram as críticas relacionadas, em geral, ao método, à falta de condições adequadas dos prédios escolares... Segundo Dussél e Caruso (2003, p.117-118), esse método “baseava-se na utilização sistemática dos alunos auxiliares (os quais foram chamados monitores). (...) Através do auxílio de monitores ou alunos adiantados, o método possibilitava que um só professor conseguisse ‘conduzir’ uma classe de até mil alunos.” Os autores enfatizaram ainda “as conquistas individuais e desenhou um sistema de castigos e recompensas que estimulava a auto-superação individual” (2003, p.118). E afirmavam que o “método parecia vantajoso na medida em que permitia alfabetizar muitas crianças em pouco tempo” (2003,

Em relação ao sistema lancasteriano de ensino, Popkewitz (1997, p. 66) sublinha que as “crianças deviam internalizar valores morais e disciplinares, tanto quanto precisavam ser protegidos e moldados, ao invés de ter suas vontades dominadas pela autoridade externa”. A adoção do ensino mútuo implicava novas formas escolares baseadas no controle e na rigidez de princípios, valores e disciplina. Uma série de prescrições normativas foi incorporada em sala de aula, visando atribuir um caráter disciplinar e de custos reduzidos. A introdução do método de ensino sinalizava a busca pela ampliação da escolarização na cidade, que buscava através do ensino mútuo superar a falta de professores nas escolas, nas quais o professor em articulação com os monitores poderia instruir de mil a mil e quinhentos alunos (DUSSÉL e CARUSO, 2003).

A prática do ensino mútuo pressupunha que, junto aos professores, ficassem os monitores gerais responsáveis pelo controle dos demais monitores e cuidando do bom andamento das atividades e da circulação dos alunos na escola (LESAGE, 1999). Portanto, o processo era compartilhado entre professor e monitores, sendo todas as atividades planejadas detalhadamente, visando garantir ao cumprimento do programa, ao uso de técnicas e materiais diversos e ao respeito do tempo escolar previsto. Os alunos, divididos em classes, cada qual com ritmos de aprendizagem próprios, eram estimulados ao autodidatismo.

Entretanto, a falta de espaços escolares adequados e o preparo do professorado eram apontados como entraves à aplicação do método mútuo, sendo recomendado o método de ensino simultâneo pela Reforma Couto Ferraz de 1854⁷². Por outro lado, apesar da recomendação do método simultâneo, as prescrições normativas sinalizavam certa flexibilidade ao permitir a adoção de outro método de ensino de acordo com as

p.119). Já Faria Filho (2003, p.141) destaca a necessidade de se investir nas condições materiais adequadas de amplas salas de aula, um professor e os alunos mais adiantados; o que seria suficiente para atender até mil alunos em uma única escola. Para ele, “considerando, ainda que os alunos estariam o tempo todo ocupados e vigiados pelos colegas e o estabelecimento de uma intensa emulação entre os estudantes, o tempo necessário ao aprendizado das primeiras letras seria bastante abreviado em comparação com o método individual. Essa economia de tempo seria também uma economia de recursos econômicos, otimizada pela necessidade de pagamento de salário a um reduzido número de professores”.

⁷² Pela Reforma Couto Ferraz de 1854, o ensino público primário compreendia a instrução moral e religiosa, a leitura escrita, as noções básicas da gramática, os princípios elementares da aritmética, o sistema de pesos e medidas, além das aplicações práticas da aritmética, a leitura dos Evangelhos e da Historia Sagrada, história e geografia, ciências físicas e historia natural, geometria elementar, agrimensura, desenho linear, musica e exercícios de canto, ginástica, e sistema de pesos e medidas de províncias e outros países comerciais.

especificidades locais. Contudo, muitas foram as táticas e estratégias dos professores no processo de “reinvenção” da práxis docente, objeto de discussão do Capítulo 4.

O texto legal de 1854 prescrevia os programas escolares assim como as medidas disciplinares, visando manter a “boa disciplina” no espaço escolar, que compreendiam a repreensão, os trabalhos em horários extras, outros castigos não vexatórios e aviso aos pais incluindo penalidades máximas como a expulsão da escola. Segundo o relatório sobre a instrução pública, apresentado na 81ª sessão do Senado, de 3 de setembro de 1875, publicado no Diário do Rio de Janeiro⁷³, de 5 de setembro de 1875, os professores teciam críticas em relação ao sistema de castigo nas escolas, que era considerado insuficiente pelos professores das escolas visitadas, onde se geralmente aplicavam a palmatória como punição aos seus alunos, prática já condenada por lei.

Tecendo algumas considerações sobre a “invenção da forma escolar” no século XIX, a busca pela institucionalização de lugar e tempos escolares específicos implicou em novas relações pedagógicas a partir dos “mestres de escola”, remetendo a Vincent, Lahire e Thin (2001). De certo modo, os “mestres de escola” chegaram para contrapor aos “mestres artesãos”, onde a ação pedagógica antes baseada no saber-fazer era submetida a um processo de regulação de atividades, espaços e tempos escolares. Muitas foram as representações acerca do ofício do professor construídas ao longo do século XIX, reunindo desde uma missão sacerdotal a agente promotor de um projeto civilizatório.

A partir da década de 1880, a Escola Normal passou a ser vista como protagonista no processo formativo do professor, atribuindo-lhe um caráter técnico e conduzindo o

⁷³ No plano para o estabelecimento do Diário do Rio de Janeiro, pela Real Typographia, Zeferino Vito de Meirelles era o responsável pela publicação, a partir de 1 de junho de 1821, de anúncios diversos, notícias particulares e avisos de divertimentos e espetáculos públicos na cidade. O jornal era publicado até às oito horas e meia no formato de um quarto, de meia ou até de 1 (uma) folha. Na parte inicial, constavam as condições meteorológicas detalhadas. O plano definia ainda a forma de contribuição, sendo os interessados informados sobre os locais e horários de entrega dos seus anúncios, assim como das mensalidades das assinaturas no valor de 640 réis, sendo a unidade vendida a 40 réis. O jornal apresentava a seguinte descrição: “os artigos, ou correspondências serão recebidos neste jornal, uma vez que sejam escriptos com a necessária decência, escoimados de injurias e insultos a quem quer que fôr. Admitte-se o anonymo no que pertencer à politica, administração, sciencia e artes, defesa ou censura ao governo e autoridades. Nas questões puramente pessoas e que não respeitem ao uso de atribuições publicas, só se aceitará o que vier com o nome do respectivo autor, e tudo competentemente legalizado”. Na década de 1860, a folha política, literária e comercial tinha como principal redator Joaquim Saldanha Marinho e uma tiragem que totalizava para a Corte, 20\$000 por ano, 10\$000 por semestre e 5\$000 por trimestre, e para as províncias, 24\$000 por ano, 13\$000 por semestre e 7\$000 por trimestre (Diário do Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1861, Ano XLI, N° 252. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12/05/2021).

“progresso” da instrução pública, apesar das permanências em termos do caráter prático da formação docente nos moldes do ofício do mestre-escola. Cabe destacar que a formação docente artesanal foi reforçada pela Reforma Couto Ferraz em 1854, quando criada a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte para orientar e supervisionar o ensino público e particular (COSTA, 2002; SCHUELER, 2008; UEKANE, 2008; PASCHE, 2014).

O cargo de adjuntos dos mestres de primeiras letras foi criado pelo decreto nº 440, de 10 de dezembro de 1845, sendo o recrutamento realizado junto ao efetivo de alunos das escolas públicas da Corte. Pasche (2014) destaca que o processo formativo do adjunto durava três anos, onde atuava enquanto auxiliar dos professores públicos como forma de capacitação docente, sendo avaliado a cada ano em termos de conhecimentos, princípios morais e aptidão profissional. No caso de reprovação, os candidatos permaneceriam em atividade por mais um ano até o concurso seguinte. “Os aprovados ao final do 3º ano de prática como alunos-mestres poderiam obter o título de capacidade por meio de concurso, sendo nomeados pelo governo para substituir professores públicos ou preencher as cadeiras vagas” (PASCHE, 2014, p. 116). Tal processo reprodutivo do ofício do mestre-escola contribuiu para desvalorizar a formação docente sinalizada pelas Escolas Normais. Por outro lado, Borges (2014) sublinha que a formação pela prática dos professores adjuntos também contava com muitos professores regentes experientes e reconhecidos por seus sólidos conhecimentos pedagógicos.

O Regulamento de 1854, ao disciplinar o recrutamento docente através da incorporação dos aprendizes (os professores adjuntos), investia na valorização da reprodução da docência pela prática, através de um complexo e tradicional sistema de aprendizagem do ofício. Aprendizagem que, a rigor, prescindia de uma especialização teórica formal, escolarizada, tal qual a oferecida pelas chamadas Escolas Normais, instituições que foram progressivamente afirmadas como *locus* essencial de formação técnica e científica de professores primários, por variadas vertentes pedagógicas do século XIX (SCHUELER, 2008, p. 20).

Sobre os professores adjuntos, o Inspetor Geral Visconde de Itaboraí, que decretou o regimento interno para as escolas públicas primárias em 1855, afirmava que: “um systema qualquer de instruccão primaria ficaria incompleto sem uma instituição que tenha por fim preparar e formar professores habilitados para as escolas publicas”

(VISCONDE DE ITABORAHY, 1855 *apud* CAVALCANTI, 1898, p. 29). Destacou ainda a importância da ciência da pedagogia como forma de capacitação para o exercício do magistério. Em 1862, o Ministro do Império Dr. José Ildefonso de Souza Ramos declarou ainda que era urgente a criação de uma Escola Normal e, no ano seguinte, o Inspetor Geral Dr. Euzebio de Queiroz apontava como modelo de uma Escola Normal a Prússia, sinalizando a presença de diferentes referenciais estrangeiros⁷⁴ em educação.

Todavia, em 1874, Borges (1875) afirmou que a capacidade profissional era avaliada mediante concurso segundo o princípio da moralidade como forma de admissão ao magistério, sendo a habilitação dos professores adjuntos feita na prática como “coadjuvante” dos professores públicos nos trabalhos escolares (Relatório da Exposição Universal de 1876). Os requisitos para o magistério público primário compreendiam, portanto, a maioria legal, a moralidade e a capacidade profissional, sendo que os exames oral e escrito versavam sobre os conteúdos escolares, o sistema prático e o método de ensino. Eram verificados ainda os conhecimentos sobre os trabalhos de agulha no caso de um processo seletivo para a contratação de uma professora primária.

É interessante observar que muitas eram as estratégias e táticas dos interessados para preterir as exigências impostas pela Reforma Couto Ferraz de 1854. Na 81ª sessão, realizada em 3 de setembro de 1875, o Senado tecia críticas no tocante às escolas particulares, colocando em suspeita a idoneidade intelectual e moral dos professores e responsáveis pela abertura dos estabelecimentos que, apesar dos dispositivos legais do regulamento da instrução pública vigente, muitos eram dispensados pela inspetoria dos exames para obtenção do título de capacidade (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875). Outro debate compreendeu a importância bem como as dificuldades de efetivação do ensino obrigatório no país, apesar dos dispositivos normativos, defendendo investimentos no que diz respeito ao professorado e à abertura e fiscalização das escolas; ações imediatas nas áreas centrais mais populosas, como na França, Itália e

⁷⁴ Essa constante de tecer comparações com os países civilizados da Europa e buscar novos modelos estrangeiros de educação também foi observada, por exemplo, no debate político durante a 81ª sessão de 3 de setembro de 1875 do Senado, cujo parecer denunciava o problema de formação do professorado, com sugestão de estudos em países estrangeiros, como Estados Unidos, Inglaterra, Prússia, Holanda e França (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875, Ano 58, Nº 246. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25/04/2021).

Suíça; e fiscalização dos exames admissionais ao ensino superior realizados nas províncias (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875).

Capacidade profissional – Pelo ministerio do Imperio communicou-se ao inspector geral interino da instrucção primaria e secundaria do municipio da Côrte, para os devidos effeitos, que José Simpliciano Monteiro Braga e Affonso José de Oliveira foram dispensados das provas de capacidade profissional afim de que possam: o primeiro ensinar arithmetica e geographia, e o segundo dirigir collegio e ensinar as matérias que constituem a instrucção primaria e latim, francez, rethorica, geographia e historia (Diário do Rio de Janeiro, de 23 de abril de 1876).

Foi criada então pela Associação Promotora da Instrução⁷⁵ a primeira escola pedagógica na cidade, sendo a Escola Normal da Corte fundada apenas em 1880, como resposta a uma série de fatores como os movimentos abolicionistas, o ideário liberal e positivista, a presença constante de meninas matriculadas nas escolas, a feminização crescente do magistério e a expansão da rede de escolas (COSTA, 2002, 2008; BORGES, 2014; VILLELA, 2002). Todavia, segundo Uekane (2008), a existência de modelos distintos de formação do professor, na segunda metade do século XIX, persistia como a “formação artesanal pela prática”, que contava com a classe dos professores adjuntos⁷⁶, e a “formação científica e profissional” pelas Escolas Normais. Para a autora (2008, p. XXXIV), “a Escola Normal era pensada como espaço difusor de um método de ensino capaz de ordenar o processo de instrução de maneira racional e de acordo com preceitos cientificamente fundados”.

⁷⁵ A Associação Promotora da Instrução foi fundada pelo senador Manoel Francisco Correia no dia 01 de janeiro de 1874, com a finalidade de difundir o ensino primário e secundário pela população menos favorecida, sendo mantidos estabelecimentos de ensino em São Cristóvão, Vila Isabel (Escola Santa Isabel), Centro (Escola Barão do Rio Doce) e Laranjeiras (Escola Senador Correia). A associação fornecia o material escolar para os alunos, além do mobiliário e objetos escolares, sendo premiados aqueles que se destacassem pelo bom comportamento e caráter no final do ano (SENRA, 2006).

⁷⁶ Segundo Uekane (2008, p. XXXVI), a classe dos adjuntos era composta por alunos das escolas públicas, maiores de 12 anos, comprovados por certidão de batismo, considerados prontos com distinção nos exames anuais e, tendo mostrado propensão para o magistério. Para a inclusão nesta classe eram preferidos os filhos de professores com mais de 10 anos de magistério e alunos pobres.

No que se refere ao aprimoramento do professorado, previsto na Reforma Couto Ferraz de 1854, as conferências pedagógicas⁷⁷ ficaram pendentes até 1873. A proposta consistia na realização de duas reuniões anuais, presididas pelo Inspetor Geral, para discussão sobre temas de interesse (regimento interno, métodos de ensino, sistemas de recompensas e de punição), respaldados na literatura pertinente (CAVALCANTI, 1898). Organizadas durante a gestão do Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, as conferências pedagógicas se tornaram obrigatórias para todos os professores públicos, sendo previstas punições aos faltosos, como a perda de gratificações, por meio do Regulamento das Conferências Pedagógicas de 1872. O documento definia os assuntos⁷⁸ ligados à infraestrutura física das escolas, os recursos, os métodos e sistemas de ensino e os livros adotados pelos professores.

Dentre os professores conferencistas, estavam Augusto Candido Xavier Cony, Antonio Estevão da Costa e Cunha, Antonio José Marques, Olympio Catão Viriato Montez, Candido Matheus de Faria Pardal e Manuel José Pereira Frazão, que apresentou em 1873 o relatório que resumia as principais críticas, sugestões e práticas relatadas nos 35 (trinta e cinco) pareceres dos professores públicos das escolas primárias da Corte. Dotadas de intencionalidades no sentido de padronizar e controlar o trabalho docente em sala de aula, as conferências também criavam espaços de sociabilidade e solidariedade, de novas apropriações e de formação da práxis docente (GONDRA, 2019). Compreendia um exercício reflexivo coletivo, consolidando teorias e práticas pedagógicas e legitimando o campo de trabalho com base na autonomia e liberdade de expressão, em meio a um processo de invenção das formas e culturas escolares na segunda metade do século XIX.

No início dos anos de 1870, outras resoluções do projeto de reforma da instrução primária e secundária do município, por meio da Reforma Couto Ferraz de 1854, ainda careciam de maiores investimentos, como o ensino obrigatório, a criação das instituições de ensino de 2º grau e o aperfeiçoamento do sistema de direção, inspeção e fiscalização

⁷⁷ Estas conferências foram aprovadas apenas pela Portaria de 30 de agosto de 1872, apesar de estabelecidas no artigo 76 do Regulamento que consta do Anexo C do Decreto nº 1.331 de 17 de fevereiro de 1854 (Relatório do Ministro dos Negócios do Império, 1874).

⁷⁸ Nesse sentido, o professor Pardal liderou um movimento para a realização de encontros semanais com os professores, visando discutir os temas a serem apresentados nas conferências pedagógicas, o que sinalizava as estratégias do professorado em relação ao processo de controle, padronização e disciplinarização da práxis docente iniciado por tal iniciativa (BORGES, 2014).

do ensino. Cabe destacar ainda nos anos de 1870 o estabelecimento de escolas mistas e profissionais, inclusive para o sexo feminino; a criação das bibliotecas populares⁷⁹, já incorporadas nos projetos das “Escolas do Imperador”; a criação de um fundo de reserva visando atender às demandas da escola; além da aprovação do orçamento para a criação de escolas e a doação de materiais escolares e vestuário⁸⁰ aos meninos necessitados frequentadores das escolas, o que foi observado inclusive na Escola de São Sebastião. Em relação ao ensino obrigatório, algumas estratégias foram prescritas para garantir o acesso das crianças maiores de sete anos à educação, como a aplicação de multas progressivas de 20\$ a 100\$ aos responsáveis (CAVALCANTI, 1898).

A decretação do ensino obrigatório acarretará como consequência a necessidade de um maior número de escolas, porque as existentes não comportarão o aumento de pessoal que ha de affluir ás suas aulas; porém toda a despeza feita com a instrução do povo importa na realidade uma economia, porque está provado por escrupulosos trabalhos estatísticos que a educação, diminuindo consideravelmente o numero dos indigentes, dos enfermos e dos criminosos; aquillo que o Estado despense com escolas poupa em maior escala com asyls, hospitaes e cadêas. Por outro lado, a instrução, moralizando o povo, inspirando-lhe o habito e o amor do trabalho, que é tanto mais fecundo quanto mais intelligente e instruido é aquelle que o executa, desenvolve todos os ramos da industria, augmenta a produção e com esta a riqueza publica e as rendas do Estado (LEÔNICIO DE CARVALHO, 1878 *apud* CAVALCANTI, 1898, grifos meus).

No final da década de 1870, a educação pode ser compreendida enquanto dispositivo civilizatório em prol do desenvolvimento industrial do país. Era preciso investir na expansão do processo de escolarização da cidade, legitimando a obrigatoriedade do ensino e ampliando o número de prédios escolares, destacando-se no período, dentre as “Escolas do Imperador”, a Escola da Freguesia de Santa Rita (1877), a Escola da Freguesia de Sant'Anna (1877) e a Escola mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1885). Cabe

⁷⁹ Em 1877, foram fundadas as bibliotecas escolares nas freguesias do S. S. Sacramento, da Candelária e de Santa Rita pela ação dos professores Guilhermina de Azambuja Neves e J. dos Santos Sabino (Revista Brasileira de Educação e Ensino, 1877, p.273).

⁸⁰ As escolas públicas contavam com donativos de diferentes sujeitos, como a oferta de 246\$000 da sociedade Euterpe Commercial de calçados para as crianças pobres; de materiais de papelaria (potes de tinta, lápis, lousa, penas de aço, papel), para o curso noturno da Freguesia da Gloria e estabelecimento da infância desvalida e de 100 exemplares de cada obra didática do professor Manoel José Pereira Frazão (Revista Brasileira de Educação e Ensino, de 16 de março de 1878, p.174).

destacar que o Ministro do Império Dr. Leôncio de Carvalho⁸¹, que propõe a reforma do ensino primário e secundário no município e superior em todo o país por meio do decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879, sinalizava, em seu primeiro relatório ministerial de 1878, algumas inovações em relação ao prescrito anteriormente na Reforma de Couto Ferraz, como a liberdade do ensino, facultando ao professor a seleção de doutrinas e métodos mais adequados ao seu ambiente escolar e a dispensa de autorização para abertura de um estabelecimento particular de ensino.

As “Escolas do Imperador”, portanto, estiveram sujeitas a muitas prescrições normativas a partir, principalmente, das reformas Couto Ferraz (1854) e Leôncio de Carvalho (1879), cujas alterações nos programas escolares sinalizavam alguns entrelaçamentos com as culturas urbanas em formação, como o ensino profissional e prático; além dos preceitos da medicina social na educação. Tratava-se de um constante processo de “reinvenção da forma escolar”, visando regular, controlar e disciplinar o espaço da sala de aula assim como a formação e prática docentes, inculcando os novos valores necessários para a construção da nação moderna. A afirmação, presente no Relatório da Exposição Universal de 1876, por exemplo, de que “no ensino podem adoptar quaesquer compendios, e methodos, com tanto que não sejam, expressamente, prohibidos” (BORGES, 1875, p. 186), também indicia as práticas controladoras sobre o exercício do magistério.

Afinal, quais são as concepções de espaços escolares e urbanos no último quartel do século XIX? Nunes (2003, p. 374) nos fornece pistas nesse exercício reflexivo quando afirma que é “no espaço das cidades, com diferentes ritmos e intensidade, que as escolas deixam de configurar-se como extensão do campo familiar, privado e religioso e, gradativamente, vão integrando uma rede escolar desdenhada pelos governos municipais”. O que nos remete a Foucault (2017), que reconhece a existência de diferentes formas de governo que se atravessam no interior da sociedade e do Estado,

⁸¹ Ele defendia a instrução obrigatória dentro dos preceitos da moralidade e da higiene; o ensino profissional agrícola para os meninos e de economia doméstica para as meninas nas escolas do 2º grau; a criação de escolas mistas; a criação de cursos noturnos para adultos do sexo masculino nas escolas públicas de 1º grau; o ensino da geografia e história nacional, a fim de despertar o sentimento de patriotismo; e o ensino prático por meio das “lições de cousas” (*lesson on objects*) a partir do método de Pestalozzi, que visava trabalhar “as noções aos alumnos fallando-lhes primeiramente aos sentidos depois á intelligencia, e partindo sempre do conhecido para o desconhecido, do simples para o composto, do particular para o geral” (CAVALCANTI, 1898, p. 53).

cabendo definir a forma própria aplicável a todo o Estado. O autor afirma que coexistem “governos” e práticas múltiplas representadas, por exemplo, pelo pai de família ou pelo professor em relação à criança. “Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia no nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família” (FOUCAULT, 2017, p. 413).

1.3.2 “Escolas do Imperador”: percorrendo os trilhos de trens e bondes na cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX

Sua Magestade o Imperador, Attendendo á conveniência de proceder-se desde já a um arrolamento da população do Município da Côrte, com especificação da condição, idade, religião, estado e profissões dos habitantes, trabalho este que, interessante sob vários aspectos para o estudo e apreciação de muitos factos sociaes, **é imprescindível para regular-se convenientemente a distribuição do ensino primario garantido pelo art. 179 § 32. da Constituição**, e para effectuar-se uma melhor divisão e organização administrativa do mesmo Municipio (...) ⁸²; grifos meus.

No processo de esquadramento da cidade imperial, remetendo a Foucault (2017), a estatística funcionou como um dispositivo de saber-poder, um mecanismo de controle e uma estratégia, legitimada e legitimadora de “vontades de verdade”, ora tensionada pelos diferentes sujeitos em disputa pelo direito à cidade. Era preciso conhecer a cidade imperial no sentido de melhor definir uma política urbana com pretensões regulamentadoras, sanitaristas e reordenadoras do tecido urbano, bem como integradoras ao mesmo tempo em que segregadoras da população. De um lado, ações no sentido de eliminar as moradias e os espaços públicos ditos insalubres e, por outro, esforços direcionados no sentido de ampliar as ações educativas e assistencialistas para a população pobre, a exemplo das próprias “Escolas do Imperador”.

Pensando nas “Escolas do Imperador” enquanto marcos urbanos na cidade imperial, reconhece-se que a diversidade bem como a densidade populacional compreenderam indicadores importantes no estudo do processo de escolarização da

⁸² Aviso N. 104 de 2 de abril de 1870 - Expedem-se Instrukções para o arrolamento da população do Municipio da Côrte. Ministerio dos Negocios do Imperio. Rio de Janeiro / 1870.

cidade. Nesse sentido, considerando os recenseamentos estatísticos do período, outros fios do “tapete indiciário” podem ser alinhavados quanto à construção das “Escolas do Imperador” na Freguesia de Sant’Anna. Como a região de maior densidade populacional da cidade e o maior número de estabelecimentos escolares, as freguesias de Sant’Anna e de Santa Rita possuíam o maior número de alunos matriculados, com grande parte oriunda de famílias pobres e trabalhadoras, sendo frequentadoras, por exemplo, da Escola de São Sebastião, a primeira Escola do Imperador construída em 1872 para abrigar 600 crianças⁸³ (SILVA, 2015; SCHUELER, RIZZINI e MARQUES, 2015).

Enquanto um dispositivo de saber-poder, as estatísticas pareciam se moldar aos propósitos e intencionalidades dos sujeitos envolvidos. Isto porque, um dos problemas levantados na 81ª sessão do Senado, de 3 de setembro de 1875, se referia às disparidades estatísticas entre os relatórios oficiais, do Ministério do Império e das inspetorias da instrução pública na Corte e nas províncias, em comparação aos resultados levantados pelo censo. O texto ainda reforçava que os documentos oficiais da Exposição em Vienna e os relatórios ministeriais apresentavam dados completamente dissonantes. O Censo apontava que, da população livre do Império de 8.223.620 habitantes, apenas 18,9% da população sabiam ler - 1.022.679 do sexo masculino e 538.089 do sexo feminino, sendo um total de 6.662.852 de analfabetos equivalente a quatro quintos da população livre. Denunciando o quadro deficiente de escolarização no país, o relatório estabeleceu comparações com países como Holanda, Prússia e Alemanha. Da população escolar de 1.771.412 indivíduos, constavam apenas 186.885 frequentadores das escolas de ensino primário e secundário. O total de 5.483 instituições primárias, públicas e particulares, atendia a 172.565 alunos, sendo 148.401 em 4.569 escolas públicas e 24.164 em 914 estabelecimentos particulares, o que resultava em uma proporção de 1 (uma) escola para cada 1.460 indivíduos (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875).

Em relação à população do Município Neutro, em idade escolar de 6 a 15 anos, no Recenseamento Populacional de 1870, um total de 41.514 pessoas sabiam ler, sendo 22.237 do sexo masculino e 19.277 do feminino. Os números indicavam a baixa

⁸³ Na gestão do ministro José Bento da Cunha Figueiredo, foi emitido novo decreto nº 6.479, de 18 de janeiro de 1877, deliberando a execução do regulamento para as escolas públicas de instrução primária do município. Constava a orientação de que nenhuma escola de 1º grau admitisse mais de 200 alunos matriculados, apesar de as Escolas do Imperador não atenderem ao disposto.

frequência escolar com apenas 5.788 meninos e 4.258 meninas, contra 16.449 meninos e 15.019 meninas que não frequentavam a escola. Quanto aos estabelecimentos de ensino em 1875, a malha escolar contava com 18.691 escolas, sendo 15.587 públicos e primários distribuídos, especialmente, pelas principais freguesias da cidade. “Perceptível, neste caso, o emprego do critério da densidade populacional como forma de tornar eficaz a intenção de se *derramar a instrução sobre toda a população*” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 53). Portanto, uma das possibilidades explicativas para a localização das “Escolas do Imperador” refere-se ao fato de que as freguesias mais populosas (**Mapa 5**), como de Sant’Anna, Santa Rita, São José e Gloria, foram beneficiadas pela construção de um maior número de estabelecimentos de ensino (**Mapa 6**).

Perscrutando a construção das 10 (dez) “Escolas do Imperador” e suas datas de inauguração⁸⁴, buscou-se indiciar alguns entrelaçamentos entre a construção dos palacetes escolares e do sistema ferroviário da cidade do Rio de Janeiro. Em relação à localização das escolas nas freguesias dentro do perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, excetuando-se a Escola mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz, observa-se que praticamente todos os prédios escolares estavam localizados em praças públicas próximos às estações ferroviárias, como marcos na paisagem urbana e referência em termos de beleza, estética e de critérios higiênico-sanitários em atendimento à legislação regulamentadora.

Acredita-se que os ramais ferroviários construídos nas freguesias de Sant’Anna, Santa Rita e Engenho Novo até 1870 (**Mapa 7**), passando por São Christovão e Engenho Velho, possam compreender o segundo eixo norteador do processo de construção das “Escolas do Imperador” - Escola de São Sebastião na Freguesia de Sant’Anna (1872), Escola de São Christovão (1872), Escola da Freguesia de São José (1874), Escola da Freguesia de Santa Rita (1877), Escola da Freguesia de Sant’Anna (1877), Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (1877) e Escola Mixta da Imperial

⁸⁴ Conforme descrito anteriormente, Escola de São Sebastião na Freguesia de Sant’Anna (1872), Escola da Freguesia de São Christovão (1872), Escola da Freguesia de São José (1874), Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (1877), Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea (1874), Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria (1874), Escola de São Christovão (1872), Escola da Freguesia de Santa Rita (1877), Escola da Freguesia de Sant’Anna (1877), Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista (1883) e Escola mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1885).

Mapa 5: População da Cidade do Rio de Janeiro por freguesias e localização das Escolas do Imperador (1870).



FONTE: Mapa elaborado a partir da cartografia de SANTOS, K. da S. et. al. (2013). Os autores explicam que os dados de referência utilizados foram o Relatório do Ministério do Império de 1870 e o Recenseamento de 1890.

Mapa 6: População da Cidade do Rio de Janeiro por freguesias e localização das Escolas do Imperador (1890).



FONTE: Mapa elaborado a partir da cartografia de SANTOS, K. da S. et. al. (2013).

Mapa 7: Sistema ferroviário da Cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX e localização das Escolas do Imperador.



FONTE: Mapa elaborado a partir da cartografia de SANTOS, K. da S. et. al. (2013).

Quinta da Boa Vista (1883). Em 1880, o ramal de Santa Cruz foi concluído e, cinco anos mais tarde, foi erguida a última Escola do Imperador, a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Beaklini (2013, p. 80) ressalta que a escola foi construída nas proximidades da estrada de ferro D. Pedro II, cujo local “ocupava um dos lados das melhores praças de Santa Cruz e era suficientemente elevado em relação aos terrenos circunvizinhos, estando situado em uma posição central e de fácil acesso aos frequentadores da escola”. Portanto, pode-se afirmar que a implantação do palacete escolar de Santa Cruz⁸⁵ sinaliza as intencionalidades prescritivas das formas escolares no último quartel do século XIX.

A distribuição das escolas pela cidade parece ser uma preocupação já presente na política de escolarização da população e meados do século XIX, quando são instaladas as primeiras estações ferroviárias. É possível sinalizar intencionalidades da municipalidade no sentido de disseminar e controlar o processo de expansão da instrução elementar básica pelo território, na medida em que se divide o espaço da cidade em distritos para inspeção do ensino primário e secundário, estabelecida no art. 1º do decreto nº 1402, de 17 de junho de 1854, e alterada pelo decreto nº 1619, de 16 de junho de 1855, que define os seguintes distritos: o 1º compreende a Freguesia da Glória, o 2º as freguesias da Candelária e de São José, o 3º a Freguesia de Santa Rita, o 4º a Freguesia do Santíssimo Sacramento e o 5º as freguesias de Sant'Anna e Santo Antonio⁸⁶.

As “Escolas do Imperador” também podem ser indiciadas por meio da expansão dos bondes na cidade, considerados aqui o terceiro eixo norteador do processo de implantação. Conforme os dados do relatório da Exposição Universal de 1876, os carris de ferro pareciam atribuir uma nova dinâmica urbana à Corte Imperial, dado ao número de passageiros atendidos e à extensão da quilometragem de trilhos pela cidade. Considerando as “Escolas do Imperador” e as linhas disponíveis de carris de ferro na

⁸⁵ Parte da historiografia oficial, como o Guia das Escolas do Imperador, publicado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2005, não consideram a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz como parte das chamadas Escolas do Imperador. Localizada na freguesia rural de Santa Cruz, a escola foi fundada em 1885, sendo custeada pelo D. Pedro II, com ensino profissionalizante destinado aos filhos dos funcionários da Casa Imperial (COSTA; BEAKLINI, 2012). Inserida no projeto civilizatório e projetada por Paula Freitas, a escola atendia aos dispositivos higienistas, visando garantir a adequação dos espaços de aprendizagem, a salubridade e o acesso à escolarização. Dotado de uma arquitetura monumental o prédio se destaca na região rural, onde funciona hoje o Batalhão Escola de Engenharia.

⁸⁶ Decreto nº 1.402, de 17 de junho de 1854. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

década de 1870, pode-se afirmar que os bondes tiveram grande importância na expansão da cidade bem como na acessibilidade dos prédios escolares.

Transportando cerca de 20.000.000 passageiros por ano e mercadorias na Corte Imperial, a cidade contava com as seguintes linhas de carris de ferro: *Botanical Garden Rail Road*, Carris da Tijuca e São Christovão, Carris da Villa Izabel, Carris do morro de Santa Thereza, Carris da Companhia Locomotôra, Carris-Fluminenses, Carris Carioca e Riachuelo, Carris de Copacabana, Carris de Botafogo à praia da Saudade, Carris do Túnel do Livramento, Carris de Pedregulho e Carris de Cascadura a Jacarepaguá. Com capacidade para 30 pessoas, a rede de bondes de tração animal chegou a 90 carros em circulação em 1890.

A partir de 1868, a *Botanical Garden Rail Road*, de propriedade de uma companhia norte-americana, com 21 km de extensão entre os bairros da Gloria, Catete, Botafogo, Jardim Botânico e Laranjeiras, transportava 6.027.869 passageiros por ano. Ligando a região central ao Largo do Machado, onde se localizava o prédio da companhia americana *Botanical Garden Rail Road* nas proximidades da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria (1875), o primeiro ramal foi logo estendido até o bairro do Jardim Botânico em 1871, aproximando-se da região onde foi inaugurada a Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gávea (1874).

Privilegiando a região central, que concentrava os equipamentos escolares inclusive as “Escolas do Imperador” - Escola Municipal São Sebastião (1872), Escola da Freguesia de São José (1874), Escola da Freguesia de Santa Rita (1877) e Escola da Freguesia de Sant’Anna (1877), a Carris da Companhia Locomotôra era uma empresa brasileira de transportes de passageiros (19 km de extensão) e de mercadorias (1 km de extensão), que atendia uma extensa área da cidade entre a Praça da Acclamação e a estação marítima das barcas de vapor, movimentando um total de 2.860.162 passageiros em 1874 (BORGES, 1875).

Outros ramais de bondes partiam da região central em direção ao Saco do Alferes chegando aos bairros adjacentes, por meio da empresa brasileira Carris da Tijuca e São Christovão, a mais extensa rede de carris de ferro da cidade, que transportava 7.586.206 passageiros em 1874, interligando São Christovão, Cajú, Tijuca, Saco do Alferes, Catumbi, Rio Comprido e Pedregulho, beneficiando a acessibilidade para a Escola de São Christovão

(1872). Outra empresa nacional, a Carris da Villa Izabel, oferecia 30 km de extensão entre os bairros de São Christovão, Engenho Velho, Engenho Novo, Andarahy Grande e Villa Izabel a partir de 1873, transportando 180.000 passageiros por mês e privilegiando o acesso para a Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (1877). Outras linhas de carris de ferro⁸⁷ se encontravam em construção no período.

Logo, a circulação dos bondes na cidade serviu para dinamizar a vida social bem como o acesso aos palacetes escolares, o que se pode inferir também por meio das frequentes divulgações, como da *Botanical Garden Rail Road Company*, com trajetos, dias e horários: “de Botafogo e Largo do Machado de 2 em 2 a 5 em 5 minutos” e “da cidade para o Largo do Machado de 2 em 2 a 5 em 5 minutos”; o que sinaliza a facilidade de acesso à região (Diário do Rio de Janeiro, de 1 de outubro de 1874). Outrossim, o processo de expansão das linhas de bondes pela cidade contribuiu para promover a ocupação de áreas mais afastadas da cidade, alimentando o desenvolvimento da economia local, a exemplo da contratação de serviços especializados como no escritório da companhia localizada no Largo do Machado: “precisa-se de carpinteiros para os trabalhos da nova estação da estrada de ferro do Jardim-Botânico, no largo dos Leões; para tratar no escriptorio da companhia, largo do Machado nº 225” (Diário do Rio de Janeiro, de 26 de novembro de 1870).

Por outro lado, havia certa recorrência de denúncias quanto à falta de fiscalização dos serviços prestados pelas companhias de bondes, que circulavam pelo largo do Machado, como o tratamento deselegante do cocheiro ou a super lotação dos carros, gerando desconforto aos passageiros, além dos problemas de manutenção, limpeza e infraestrutura. No caso da lotação dos bondes, uma matéria no Diário do Rio de Janeiro, de 22 de junho de 1874, sugeria inclusive a anuência da companhia em tal prática: “a lotação marcada para os bonds cobertos é de 22 passageiros; os conductores porém,

⁸⁷ Estavam em construção a empresa brasileira *Carris do morro de Santa Thereza*, que tinha cerca de 9 km e um movimento diário em torno de 5.000 passageiros; a empresa brasileira *Carris Fluminense* com 5.000 metros de carris em funcionamento no transporte de cerca de 260.000 passageiros; a empresa brasileira *Carris Carioca e Riachuelo* com 4.158 metros de extensão transportando cerca de 220.000 passageiros por mês; a empresa *Carris-de-Copacabana*, que ligava o bairro ao centro da cidade; a *Carris-de-Botafogo* até a praia da Saudade, que era um prolongamento da linha de Botafogo, controlada pela *Botanical Garden Rail Road*; a *Carris do Túnel do Livramento*, que facilitava a comunicação entre a estrada de ferro D. Pedro II e o litoral; a *Carris de Pedregulho*, extensa linha carril com 10 km da Freguesia de São Christovão até a Freguesia de Irajá; e a *Carris de Cascadura a Jacarépaguá*, cuja tração seria a vapor a partir das machinas Perkins Tramway Engine (BORGES, 1875).

talvez mesmo para isso autorizados, admitem maior número, e, o que é mais abusivo, obrigam os passageiros a aceitarem a imposição”.

Outra questão se referia às condições inadequadas oferecidas pelas estações de bondes como no largo do Machado, que não oferecia um local de espera para o público. “Quem não quizer estar ao sol ou á chuva, só pode appellar para o banco á entrada da cocheira, onde descansam os conductores, os cocheiros e os moços da cavallariça, quando, por acaso, alli se dá um logar vago!” (Diário do Rio de Janeiro, de 27 de março de 1871). Em 9 de abril de 1871, foi reiterada a reclamação quanto à petição anterior, assinada por milhares de pessoas, que consistia não somente na falta de uma sala de espera, no largo do Machado, como também “(...) em não ter nenhuma casa para abrigo delles na praia de Botafogo e á porta do Jardim Botanico, em não haver sufficiente accomodação para os mesmos no ponto da rua de Gonçalves Dias” (Diário do Rio de Janeiro, de 9 de abril de 1871).

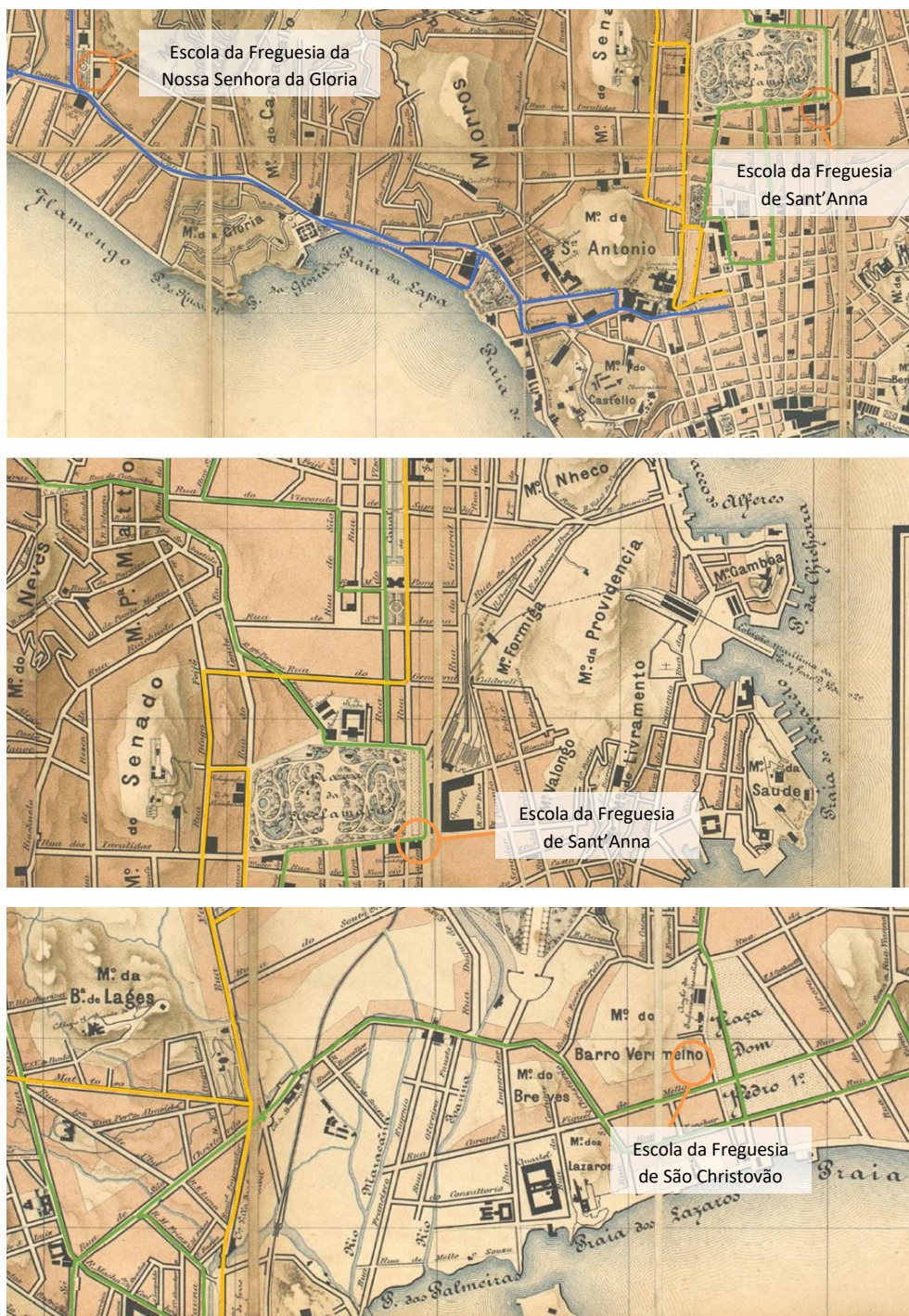
Observou-se que muitos eram os conflitos diários nos bondes envolvendo, por exemplo, os próprios empregados como o caso ocorrido no dia 2 de maio de 1871, quando tentaram transportar familiares em carro de bonde lotado (Diário do Rio de Janeiro, de 4 de maio de 1871); ou os próprios usuários como o acidente, no largo do Machado, de uma tentativa de mudança de bonde em movimento do Sr. José Lopes Loureiro no dia 1º de fevereiro de 1874, que foi atendido na farmácia local e conduzido para o hospital da Misericórdia (Diário do Rio de Janeiro, de 2 de fevereiro de 1874). Muitas reclamações sinalizavam também a falta de manutenção dos bondes, como “alguns dos carros da companhia de S. Christovão fazem o serviço em tal estado, que repugnam ás pessoas decentes, entrar nelles. Quebrados, sujos, são mais indecentes que os velhos tilburys que só apparecem de noute” (Diário do Rio de Janeiro, de 22 de junho de 1874). Interessante observar ainda que, em meio a um período marcado pela escravidão, havia denúncias quanto às condutas discriminatórias adotadas pelas companhias de bondes, como o fato ocorrido em 20 de agosto de 1874 que foi relatado por um “passageiro indignado”, assim identificado em publicação do Diário do Rio de Janeiro, de 22 de agosto de 1874:

No bond n. 46, que do largo do Machado seguiu hontem ás 2 ½ horas da tarde pouco mais ou menos para o Jardim, entrou uma mulher de côr preta, calçada de chinellas de tapete novas; mas fizeram-a descer do carro, porque não levava meias! Queremos saber em que disposição do seu contrato se basea a companhia para fazer tão odiosas exclusões, ou se simplesmente um despotismo do recebedor. Viva a democracia americana!

Portanto, os bondes impulsionaram um novo traçado urbano aliado a uma nova trama social da cidade, incrementando o mercado nacional além dos investimentos estrangeiros. Um meio de transporte incorporado no cotidiano dos diferentes sujeitos, que experienciavam aquelas modernidades e imprimiam novas dinâmicas, sentidos e novas formas de apropriações do espaço da cidade. Ao acusar a companhia de “tão odiosas exclusões”, o passageiro anônimo parecia reconhecer o caráter público do serviço bem como a garantia do direito do indivíduo de circular na cidade livremente. Logo, verificou-se que a expansão dos bondes (**Mapa 8**) acabaram por estimular a expansão urbana e a circulação na cidade, principalmente, a partir da Cidade Nova, facilitando o acesso aos palacetes escolares e aproximando a região central dos bairros da zona sul (Gloria, Catete e Botafogo) e da zona norte (São Christovão, Tijuca e Rio Comprido). Dois eixos urbanos de crescimento da cidade imperial que parecem ter norteado as propostas urbanísticas do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876).

Nessa perspectiva, os avanços científicos e tecnológicos contribuíram para expandir o processo de industrialização bem como de urbanização da cidade na segunda metade do século XIX. Já o primeiro bonde elétrico, importado dos Estados Unidos, foi instalado na cidade apenas em 1892 no início do período republicano, após a instalação da usina elétrica pela Companhia Ferro Carris do Jardim Botânico, apesar de o Largo do Machado já ser beneficiado pela energia elétrica desde 1885. Dentre os empreendimentos do período, destacou-se o serviço de iluminação da atual Estação Ferroviária Central do Brasil e de parte do Campo da Acclamação em 1881, buscando uma aproximação entre os serviços públicos da geração da energia elétrica com os transportes públicos no final do Império, com destaque para o sistema ferroviário, além da importância da região enquanto centro administrativo do período imperial. Os bondes de tração animal e, principalmente, elétricos com a empresa Light and Power também contribuíram, significativamente, para a expansão da cidade (OLIVEIRA, 2013).

Mapa 8: Distribuição das linhas de bonde na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX



LEGENDA:

- Linha de bonde da Botanical Rail Road Company
- Linha de bonde da Companhia de São Christovão
- Linha de bonde da Companhia Villa Isabel

Fonte: Esquema iconográfico editado a partir de base disponível no Acervo virtual da Biblioteca de Obras Raras do Senado (**Anexo 1**).

Em linhas gerais, as freguesias urbanas mais populosas e de fácil acessibilidade, possibilitada pelos ramais ferroviários e de bondes pela cidade, foram contempladas pela implantação das “Escolas do Imperador”, mas cabe destacar o fato de que as freguesias de menor densidade populacional como a Gávea e Santa Cruz são parte integrante desse conjunto de escolas públicas na Corte Imperial. Interessante notar que diferentes vertentes explicativas parecem ter norteado o processo de implantação das “Escolas do Imperador”. Em relação à Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gávea, um ex-escravo foi responsável pela criação da escola em 1861. Atendendo a filhos negros de escravos e carentes, a escola parecia se inserir no bojo da reforma educacional de João Alfredo (1874) e da Lei do Ventre Livre (1871).

Será que, imbuído do sentimento civilizatório após a Guerra do Paraguai, D. Pedro II entendeu a necessidade de ampliar os limites físicos de implantação das escolas públicas nas áreas centrais para as áreas rurais, mais distantes e dotadas de formas educacionais diversificadas e apropriadas pela população negra e desprovida, construindo o novo prédio escolar em 1874? Logo, o entendimento das “Escolas do Imperador” não pode estar restrito às áreas urbanas como expressão de prédios suntuosos localizados em grandes praças públicas. Permanências e rupturas são observadas no processo de fundação da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, separada entre uma escola masculina e outra feminina, que procurava atender à demanda das crianças negras⁸⁸ naquele presente.

No entrecruzamento entre as culturas escolares e urbanas, observa-se que ora a implantação dos equipamentos escolares pelas freguesias implicava em melhoramentos na cidade ora as obras de infraestrutura viabilizava a construção das escolas. No caso da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, o Aviso Ministerial nº 337, de 4 de dezembro de 1875⁸⁹, nos sinaliza que a Escola do Imperador já se encontrava em funcionamento antes da conclusão das obras de abastecimento de água voltado para as escolas públicas da região. Outra questão diz respeito à data de inauguração do prédio escolar, ocorrida no dia 13 de dezembro de 1874, que parece ter impulsionado a

⁸⁸ Sobre a presença de crianças negras matriculadas nas Escolas do Imperador, reconhecem-se lacunas no campo historiográfico, sugerindo-se novas incursões que possibilitem um maior aprofundamento da temática, que não compreende o objeto de estudo desta pesquisa.

⁸⁹ BRASIL, Aviso Ministerial nº 337-1875. Arquivo Nacional.

aprovação do Decreto nº 5.809, de 03 de dezembro de 1874⁹⁰, com a delimitação dos limites da freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Gávea, como parte da freguesia de São João Baptista da Lagôa, em atendimento ao previsto no Decreto nº 2.297, de 18 de junho de 1873⁹¹.

Sob a ótica do paradigma indiciário e, mediante o desejo de se buscar o entrelaçamento entre os processos de ocupação da cidade e de escolarização da cidade, os caminhos percorridos pela Família Real na cidade também não podem ser ignorados, sendo considerados como o quarto eixo norteador do processo de implantação das “Escolas do Imperador”. O Campo da Acclamação na Freguesia de Sant’Anna reunia as principais instituições de poder da cidade imperial, bem como duas “Escolas do Imperador” – Escola Municipal São Sebastião (1872) e Escola da Freguesia de Sant’Anna (1877). A Família Real residia no palacete da Quinta da Boa Vista na Freguesia de São Christovão, onde também fora instalada outra Escola do Imperador - a Escola de São Christovão (1872). E consta que a Família Real mantinha suas atividades religiosas na Igreja de Nossa Senhora da Gloria⁹², próxima ao local de construção da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria (1875). Ademais, a realeza dispunha de uma casa de campo para descanso em Santa Cruz, local de implantação da Escola mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1885), dando origem à Estrada Real de Santa Cruz, o Caminho Imperial, em direção ao interior da cidade. Sob a inspiração de Marco Polo no Império de Klubai Khan na obra de Ítalo Calvino, essa incursão pela cidade imperial contribuiu para a compreensão da construção dos primeiros prédios escolares.

Os caminhos que se desenhavam pela circulação da Família Real na cidade, a necessidade de crescimento do tecido urbano e de expansão do processo de escolarização compreendem indícios quanto às intencionalidades projetuais dos engenheiros responsáveis pelo Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876), objeto de discussão do Capítulo 2. Intervenções que tencionavam facilitar os caminhos junto à

⁹⁰ Decreto nº 5.809, de 3 de dezembro de 1874. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

⁹¹ Decreto nº 2.297, de 18 de junho de 1873. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

⁹² Conforme noticiado no Diário do Rio de Janeiro: “Sua Alteza a Princesa Sra. D. Leopoldina. Convidamos a todas as pessoas, principalmente às senhoras, para suffragar a alma da fallecida princesa a Sra. D. Leopoldina, sabbado, 11 do corrente, setimo dia da nova fatal, ás 8 ½ horas da manhã, na freguesia da Gloria, largo do Machado” (Diário do Rio de Janeiro, de 8 de março de 1871, Ano 54, Nº 66. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10/05/2021).

estação da Estrada de Ferro Dom Pedro II no Campo da Acclamação, visando facilitar o escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba pela cidade do Rio de Janeiro e sua região portuária. À medida que previam intervenções em direção à zona sul da cidade, os engenheiros pareciam sinalizar que os novos caminhos projetariam novas centralidades⁹³ na cidade, a ser discutido posteriormente.

Em geral, observou-se que a localização dos palacetes escolares privilegiava as freguesias urbanas mais populosas e que os dispositivos legais de promoção à escolarização funcionavam ora como instrumento de poder ora como promotores de saberes, capazes de atribuir novos sentidos de pertencimento à urbe em (re)construção. Acredita-se que as áreas previstas para a expansão urbana no Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876 expressavam o crescimento espontâneo da cidade desde a sua fundação, bem como a necessidade de ocupação do solo para além da região central densamente ocupada, além da política de melhoramentos urbanos nos locais onde as “Escolas do Imperador” foram instaladas. Quanto ao processo indiciário sobre as “Escolas do Imperador”, buscou-se perscrutar a seguir algumas das representações, das práticas e dos saberes mobilizados pelo conjunto de intelectuais daquele período (engenheiros, arquitetos, médicos e professores) no processo de “invenção” da forma escolar, partindo da hipótese de que as áreas previstas para as obras do Plano de Melhoramentos da Cidade também dialogavam com os projetos das “Escolas do Imperador”.

⁹³ Sisson (2008) destaca que a reconfiguração espacial da área central da cidade, em virtude das áreas aterradas, contribuiu para atribuir, progressivamente, um caráter de centralidade em diferentes espaços de saber-poder materializados em diferentes momentos históricos: o Largo do Paço (Período Colonial), o Campo da Acclamação (Período Imperial) e a Praça Floriano (Período República), que expressavam o processo de evolução urbana do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 2

A CIDADE PROJETADA PELOS INTELLECTUAIS

É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades são como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO, 2017, p.52).

Considerando a cidade um “quebra-cabeça”, que comporta uma série de sonhos, ideais e projetos em disputa, não há pretensões nem seria possível conhecer todos os planos urbanísticos pensados para a cidade imperial em sua totalidade no final do século XIX, mas, sim, indiciar a disposição dos elementos urbanos em termos estratégicos. Acredita-se que estéticas diferenciadas de se olhar a cidade estavam em construção no período, sob o viés dos planos de melhoramentos da cidade, da atuação dos engenheiros junto à municipalidade, da formação de especialistas em Engenharia e Arquitetura, da busca pela escolarização e do fortalecimento de novas redes de sociabilidade e de solidariedade. Buscou-se considerar a cidade imperial como uma “obra de arte” (ARGAN, 1995) em permanente construção, ou seja, pensar tanto os novos contornos estéticos, urbanísticos, sociais, políticos, econômicos e culturais, esboçados pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, como indiciar as formas de apropriação do espaço pelos sujeitos daquele presente.

2.1 Pensando na formação dos intelectuais no campo da engenharia e da arquitetura

Considerando a relevância do papel dos engenheiros na condução dos projetos de melhoramentos e das obras públicas da cidade, ações efetivas são direcionadas à formação desse profissional. No Brasil Colônia, foi criada a primeira aula de Artilharia em 1738, no Rio de Janeiro, pelo Sargento Mor José Fernandes Pinto Alpoim, que foi

responsável pela construção dos Palácios dos Governadores do Rio de Janeiro, na Praça XV, e de Minas Gerais, em Ouro Preto (LUCENA, 2005). Com formas escolares definidas desde 1792, quando foi instalada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho na Casa do Trem de Artilharia (atual Museu Histórico Nacional), a Escola da Engenharia do Brasil⁹⁴ foi estruturada nos moldes da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho de Portugal, criada por D. Maria I, em 1790 (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2010; ASSIS, 2008).

Segundo Oliveira e Almeida (2010), a estrutura atual do curso de Engenharia assemelha-se à organização dos cursos no século XVIII desenvolvidos no Reino Unido no período da Revolução Industrial Europeia. Fundada em 1747, a *École Nationale des Ponts ET Chaussées*, na França, é considerada o primeiro estabelecimento de ensino formal de engenharia⁹⁵ no mundo. Os primeiros engenheiros formados eram equiparados a construtores, sendo organizado por Bernard Forest de Belidor, no campo da Engenharia, o primeiro livro denominado *La science des ingenieurs dans conduite dès travaux de fortification et d'architecture civile. Dedié au roy*, publicado em 1729. Foi no século XVIII que o engenheiro inglês John Smeaton, um dos responsáveis pela descoberta do cimento Portland, utilizou o termo “engenheiro civil” pela primeira vez, com o objetivo de se distinguir dos engenheiros militares (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2010).

Com o objetivo de formar oficiais das Armas e Engenheiros para o Brasil Colônia, o curso tinha duração de até seis anos, sendo que, no último ano, eram lecionadas as disciplinas de Arquitetura Civil, Materiais de Construção, Caminhos e Calçadas, Hidráulica, Pontes, Canais, Diques e Comportas. A inserção no currículo de uma cadeira de Arquitetura já sinalizava a preocupação crescente com a formação desse profissional e as questões ligadas à estética das construções (AMARANTE, 2013; LUCENA, 2005). A Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho é considerada a base de implantação da

⁹⁴ Em 15 de janeiro de 1699, uma Carta Régia, sancionada pelo Rei de Portugal, oficializou a criação de um curso de formação de “soldados técnicos” no Brasil Colônia, onde foi ministrada a primeira aula de Fortificação, a fim de promover a defesa da Colônia contra as incursões de outras nações. O sistema de aulas régias adotava como manual o Método lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares (AMARANTE, 2013; OLIVEIRA e ALMEIDA, 2010).

⁹⁵ Em 1783, foi criada na França a *École des Mines* em virtude da necessidade de técnicas construtivas mais avançadas na exploração de minas. E em 1795 foi criada a *École Polytechnique* que foi considerada como um modelo de escola de engenharia seguido por outros países pelo mundo. Oliveira e Almeida (2010, p. 25) destacam que a *École Polytechnique* “tinha o curso em três anos, cujos professores de alto nível (Monge, Lagrange, Fresnel, Prony, Fourier, Poisson, Gay Lussac etc.) ensinavam as matérias básicas de engenharia, sendo os alunos depois encaminhados a outras escolas especializadas como a *Ponts et Chaussées* e *École de Mines*” (ÉCOLE POLYTECHNIQUE, 2009).

Academia Real Militar, sendo a única Escola de Engenharia do país a formar Oficiais do Exército e, principalmente, engenheiros militares ou civis.

No início do século XIX, visando garantir a segurança e o funcionamento do Estado, “via monopólio da força, foram criadas as academias da Marinha (1808) e a Real Militar (1810), os Arsenais de Guerra da Marinha (1824) e do Exército (1832), marcados pela cultura da ordem e da civilidade” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 98). Por ordem de D. João, a Academia Real Militar foi criada por meio da Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, oferecendo um curso de sete anos, que contemplava desde disciplinas de natureza militar (Balística, Tática, Estratégia, Fortificação de Campanha, Ataque e Defesa de Praças, Artilharia Teórica e Prática) até aquelas também voltadas para a engenharia civil (Cartas Geográficas e Geografia Terrestre, Princípios de Arquitetura Civil, Traço e Construção de Estradas, Pontes, Canais e Portos, Orçamento de Obras e Mineralogia). Cabe destacar que todos os livros adotados eram de autoria francesa: Guy de Vernon, Bossut, Werner, Napion e Brochant.

A Academia Real Militar apresentou diferentes denominações no decorrer dos anos: Imperial Academia Militar, em 1822; Academia Militar da Corte, em 1832; Escola Militar, em 1840 e Escola Central, a partir de 1858. A implantação dos cursos de Engenharia no Brasil Imperial funcionava como uma resposta ao processo emergente de industrialização e de desenvolvimento da tecnologia no país. Telles (1994) destaca que, desde os anos de 1850, com o advento das estradas de ferro e da crescente urbanização das cidades brasileiras, o ensino de engenharia parecia não responder às demandas nacionais, desencadeando, a partir de 1854, o processo de separação entre o ensino militar e o ensino civil; o qual também pode ser indiciado pela importância atribuída no país às questões militares em virtude da Guerra do Paraguai em 1865, que contou com a participação de muitos professores e alunos⁹⁶ da escola. Entretanto, a então Escola Central, vinculada ao Ministério da Guerra, desligou-se das finalidades militares somente em 1874, quando passou a formar apenas engenheiros civis, sob a jurisdição da Secretaria do Império, com a designação de Escola Polytechnica, dando origem à atual Escola

⁹⁶ Muitos engenheiros participaram da Guerra do Paraguai, como o Benjamin Constant, que se destacou por sua atuação na Escola Militar e sua visão crítica do governo imperial e André Rebouças responsável por ensinar as descobertas do cimento Portland na Escola Politécnica a partir de 1870, em substituição à cal-do-reino (mistura de cal e óleo de baleia) (Relatório da Exposição Universal de 1876 em Philadelphia, por Antonio Pedro de Carvalho Borges, em 1875).

Politécnica de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse período, a escola ocupava o prédio no Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro, construído para abrigar o ensino superior de Engenharia.

A preocupação com a formação do engenheiro na Escola Politécnica pode ser observada por meio da carta⁹⁷ de João Alfredo Correia de Oliveira a D. Pedro II, na qual ele encaminha a carta, direcionada ao Visconde de Itajubá no dia 30 de setembro de 1874, sobre a contratação de professores na Europa para as cadeiras de química orgânica, química analítica, química mineral-orgânica, biologia industrial, exploração de minas, máquinas aplicadas nas minas, física industrial e química industrial. Na carta, orienta-se celebrar contratos vantajosos com honorários até 12:000\$000 mensais devido ao notório saber e às contribuições relevantes para o ensino no país.

O decreto nº 5.600, de 25 de abril de 1874 separou a Escola do ensino militar que lhe estava inerente, consagrando-a às sciencias naturaes e phisico-mathematicas, sob o nome da Escola Polytechnica; tranformou-a em um grande centro de instrução profissional superior consagrado ao conhecimento das sciencias exactas (AZEVEDO, 1877, p.48-49).

Buscava-se, assim, alterar as ênfases do ensino da engenharia. Sobre a formação do engenheiro militar, buscou-se dar uma maior ênfase à dos exercícios militares na Praia Vermelha. Notava-se, desde o estatuto da Academia Real Militar em 1810, a preocupação com o ensinamento da história militar voltada para as grandes batalhas, heróis e feitos de todos os povos a favor do progresso na arte e na ciência militar; sendo incorporado no currículo apenas no regulamento de 1839. Havia uma tendência gradual em aproximar o ensino da história militar ao estudo de estratégia e tática nos regulamentos de 1860 e 1863, provavelmente devido à Guerra do Paraguai, sendo oficializada no currículo da escola militar a disciplina de Tática, Estratégia e História Militar a partir do regulamento de 1890, além dos ensinamentos de Fortificação (AZEVEDO, 1998). Inicialmente, cabe destacar que apenas nos cursos de Infantaria e Cavalaria eram ministrados os ensinamentos da história militar, não contemplando os cursos de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior.

⁹⁷ Carta enviada por João Alfredo Correia de Oliveira a D. Pedro II. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13685>. Acessado em 15/04/2021.

A formação de engenheiros militares, bem como de oficiais, passou a ser realizada na Escola Militar da Praia Vermelha no período de 1874 a 1904. A Escola Militar aprovou um novo regulamento para o plano de estudo em curso e o regime de internato. Eram oferecidos quatro cursos: infantaria e cavalaria; artilharia; Estado-Maior de Primeira Classe e Engenharia. No primeiro ano dos cursos, a estrutura do currículo compreendia disciplinas básicas, como as línguas vernácula, francesa e inglesa; geografia e trigonometria plana; administração de companhias e corpos; ginástica, esgrima e natação. Os demais anos compreendiam disciplinas específicas e profissionalizantes de cada curso; o que reforça a ideia quanto ao declínio do ensino da História Militar⁹⁸ na escola de formação militar durante o Império. A valorização dos conhecimentos ligados às ciências exatas, estratégicas e táticas no ensino militar sinalizava o fortalecimento da criação da Escola Polytechnica⁹⁹ em 1874, o que também se deve, provavelmente, à crescente matrícula de alunos civis nos cursos de Engenharia. Oliveira e Almeida (2010, p.32) destacam que havia 73 alunos matriculados na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho (1792) com apenas 2 civis; enquanto na Escola Central (1858) foram matriculados, inicialmente, 312 alunos militares e 256 civis.

A preocupação com o ensino prático na Engenharia era uma constante, a partir de visitas a obras, exercícios práticos de topografia e traçado de estradas, como o nivelamento desde a Praça do Passeio Público até o Aqueduto da Carioca; as visitas aos Arsenais de Guerra e de Marinha, à Fábrica de Ponta d'Areia, à Estrada de Ferro Mauá e a construções de pontes, estradas e prédios públicos. Em atendimento às demandas em torno do processo de urbanização das cidades, o novo currículo incorporou a disciplina do ensino das estradas de ferro. Já a Escola Polytechnica ficou dividida em um curso geral e seis especiais: Ciências Físicas e Naturais, Ciências Físicas e Matemáticas, Engenheiros

⁹⁸ Machado (2012) sinaliza que houve certo desprestígio da História Militar a partir da década de 1870. O autor assinala dois problemas que fizeram o declínio do ensino da História Militar na escola de formação durante o Império e início da República: fatores externos em que o ensino militar se viu envolvido por conta da sua orientação pedagógica (inclinação para as ciências exatas e o positivismo), e a união dos conteúdos de História Militar com os estudos de Estratégia e de Tática. Sanches (2010) também reconhece certa desvalorização da história militar frente ao avanço da ciência na segunda metade do século XIX e afirma que, a partir de 1854, o ensino de história baseava-se na “abordagem de temas militares ligados, por exemplo, a conquista do território e a formação das fronteiras, mas sempre subordinados ao processo de formação da unidade e da identidade nacional” (p.10).

⁹⁹ Os alunos da Escola Politécnica, que não conseguiam dar continuidade aos seus estudos por problemas financeiros, contavam com o auxílio da Sociedade União Beneficente Acadêmica (Relatório da Exposição Universal de 1876 em Philadelphia, por Antonio Pedro de Carvalho Borges, em 1875).

Geógrafos, Engenharia Civil, Minas e Artes e Manufaturas. Dentre os professores nomeados pelo Decreto de 9 de fevereiro de 1876, estavam o engenheiro Antonio de Paula Freitas para o curso de Engenharia Civil e o arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva¹⁰⁰ para a disciplina de desenho, ambos responsáveis pelos projetos das “Escolas do Imperador”, o que sinaliza a inserção desses intelectuais no cenário social enquanto profissionais da municipalidade, preocupados com a formação dos futuros engenheiros a frente do processo de construção dos “símbolos da civilização” (TELLES, 1994; AZEVEDO, 1877).

Um acontecimento indicia uma busca permanente dos intelectuais brasileiros por referências culturais, educacionais, arquitetônicas e urbanísticas no exterior. No início do século XX, a Escola Militar foi transferida para Realengo, onde eram formados os oficiais de Engenharia e de Artilharia; enquanto os oficiais de Infantaria e de Cavalaria eram preparados em Porto Alegre. Nesse período, o Exército Brasileiro suspendeu a formação de engenheiros militares¹⁰¹, dada à previsão de cursos técnicos de Artilharia e de Engenharia no exterior e a implantação de uma escola militar, num segundo momento, tendo como instrutores oficiais brasileiros formados no exterior. A influência de modelos estrangeiros bem como da Missão Francesa parece ter estimulado a adoção do estilo neoclássico na arquitetura como um exemplo da crença de que os referenciais estrangeiros eram vistos como um sinal de modernização.

Em relação à formação dos arquitetos, destaca-se “a vinda de um grupo de artistas franceses para a corte no Rio de Janeiro em 1816, para introduzir no país um conhecimento artístico de gosto neoclássico” (SEGAWA, 1998, p. 29). Tratava-se da Missão Artística Francesa com o objetivo de introduzir o ensino das belas-artes no país,

¹⁰⁰ O engenheiro Francisco Joaquim Bethencourt da Silva participou da comissão regional da Freguesia da Lagoa, composta também do Dr. José Theodoro da Silva Azambuja, João Chrysostomo Monteiro, major João Maria de Mello e Major Luiz Hnerique de Oliveira Eubank, nos levantamentos estatísticos da população em 1870. E o engenheiro Antonio de Paula Freitas participou da comissão regional da Freguesia de São José (Segundo Distrito), da qual também participaram o Dr. Alfredo de Queiroz, Dr. João Carlos de Souza Peixoto, Francisco de Paula Medeiros Gomes e Antonio José Peixoto (Relatório apresentado ao Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Imperio, pela Comissão encarregada da direcção dos trabalhos do arrolamento da população do Município da Côte, em abril de 1870, *apud* SENRA, 2006).

¹⁰¹ A Escola de Engenharia Militar, antecessora do atual Instituto Militar de Engenharia, foi criada pelo Decreto Presidencial nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928, publicado no Diário Oficial da União nº 04, de 05 de janeiro de 1929, com a finalidade de formar engenheiros artilheiros, eletrotécnicos, químicos e de fortificações e construções (AMARANTE, 2013).

destacando-se artistas como o arquiteto Grandjean de Montigny, autor de belos exemplares do estilo neoclássico, como a Academia Imperial de Bellas-Artes, o Solar Grandjean de Montigny e o prédio da Alfândega, atual Casa França-Brasil. O arquiteto se destacou ainda por sua atuação no espaço da cidade, por meio do projeto de reestruturação da área central em 1826, com abertura de uma avenida de ligação entre o Campo de Sant'Anna, o Largo do Rocio e a Praça XV; remodelação do Campo de Sant'Anna como um centro administrativo da cidade; e desenho de um traçado urbano regular para a Cidade Nova (CARVALHO, 2014).

A arquitetura da cidade parecia traduzir os padrões de civilidade e de fortalecimento estatal, cujos referenciais estilísticos dos artistas franceses idealizavam uma “arquitetura do espetáculo”, atuando na ornamentação de eventos públicos e projetando espaços ou prédios, públicos e privados, que sinalizavam a preocupação com as questões de higiene pública. Entretanto, muitos projetos do arquiteto Grandjean de Montigny não se realizaram naquele presente e a estética dos prédios públicos, inspirados nos preceitos da arquitetura neoclássica, parecia desagradar certos olhares mais críticos. Em relação à fachada do prédio da Escola Polytechnica (**Figura 15**, muitas foram as críticas, conforme Azevedo (1877, p. 50-51) afirma:

A fachada deste palácio construída sob a direcção do brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos, é acaçapada e sem elegância. Quem levantou semelhante construcção só pensou na solidez; ha tal simplicidade e nudez em tudo, e tão máo gosto na disposição das janellas e portas que não parece ser essa casa um estabelecimento de instrucção, e antes um quartel do que uma academia. (...) Quanto não seria conveniente se o governo, em vez de ter consumido muito dinheiro em diversos annos para augmentar essa casa, levantasse logo um palacio regular, baseado nas regras da arte e abrilhantado pelas bellezas da architectura!

“Um palacio regular, baseado nas regras da arte e abrilhantado pelas bellezas da architectura” sinaliza os valores estéticos em torno da arquitetura institucional, na qual o estilo neoclássico parecia responder bem aos anseios sociais. A localização de destaque na praça, a composição arquitetônica e a monumentalidade do prédio em comparação ao casario existente indiciam as intencionalidades projetuais na busca de afirmação do campo da engenharia naquele presente. A introdução de pórticos neoclássicos no plano

da fachada (**Figura 16**), elementos característicos do estilo, aponta para um desejo de renovação da arquitetura até então marcada por elementos coloniais. A partir do mesmo ângulo visual e de um plano elevado, as fotografias obtidas em um intervalo de mais de 10 anos, parecem reforçar a imponência do prédio na cidade imperial. O que nos remete a Mauad (1996, p. 79) quando afirma que a fotografia, enquanto um “trabalho social de produção de sentido”, assume diversas funções simbólicas através de uma relação sintagmática e paradigmática, já que “a representação final é sempre uma escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis” (MAUAD, 1996, p. 79).



Figura 15: Escola Polytechnica no Largo de São Francisco. Foto de Marc Ferrez¹⁰² (1873).
Fonte: Brazil Imperial.



Figura 16: Escola Polytechnica no Largo de São Francisco. Foto de Marc Ferrez (1885).
Fonte: Brasiliana Fotográfica.

Nessa perspectiva, retornando à afirmação de Azevedo (1877) quanto à comparação do prédio da Escola Polytechnica a um quartel, instiga-se um processo reflexivo sobre as intencionalidades, os valores em construção e as relações de poder-saber travadas entre o meio acadêmico, a sociedade civil e a governamentalidade

¹⁰² Marc Ferrez (1843-1914) é considerado um dos fotógrafos mais expressivos do século XIX, sendo conhecido por suas fotografias panorâmicas da cidade do Rio de Janeiro e arredores, em câmeras especiais com negativos de grande formato em chapas de vidro à base de gelatina/albumina/prata. Enquanto um pesquisador de técnicas e processos, Marc Ferrez se destacava pelo caráter inovador do seu trabalho a partir dos anos de 1860, quando instalou no centro da cidade do Rio de Janeiro a Casa Marc Ferrez & Cia. Trabalhou como fotógrafo da Marinha Imperial, da Comissão Geológica e Geográfica do Império, da Estrada de Ferro D. Pedro II. Seus trabalhos foram exibidos na Exposição Universal da Filadélfia (1876), conquistando a primeira medalha de ouro internacional com um panorama da cidade, além do prêmio da Exposição da Indústria Nacional por seu aparelho panorâmico para vistas fotográficas em 1881. No final do século XIX, o fotógrafo se destacou por uma série de tipos urbanos e seus ofícios na cidade do Rio de Janeiro, se consagrando além de fotógrafo, como um empresário no setor fotográfico e editorial. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/08/28/sobre-marc-ferrez/>. Acesso em: 08 out. 2020.

(FOUCAULT, 2017). A teoria do governo não deve se limitar na imposição autoritária de uma lei aos homens, mas de alcançar determinados fins por meio do uso de variadas táticas ou instrumentos de governo. O registro fotográfico oficial tenciona reforçar o caráter civilizador do aparato estatal por meio de suas instituições, na medida em que o saber institucionalizado pela Escola Polytechnica contribuía para se pensar a cidade moderna, urbanizada, civilizada e disciplinada.

Outra forma de indiciamento da monumentalidade do prédio da Escola Polytechnica pode ser perscrutada pelos usos, sentidos e funcionalidades atribuídas ao espaço. Além de abrigar a primeira Escola de Engenharia, na esfera civil, o prédio também foi sede da primeira Exposição Nacional em 1861. Com a presença do Imperador e das principais comemorações do cinquentenário da Independência em 1872, foi inaugurada a estátua do Patriarca José Bonifácio, no centro do Largo de São Francisco. Vincular a imagem da Escola Polytechnica à primeira Exposição Nacional¹⁰³ parecia reforçar o papel dos engenheiros na construção da nação moderna e criar uma nova imagem da cidade imperial. “Nas salas dessa Escola ocorreram as primeiras demonstrações públicas de ciência no país: de transmissão telegráfica (1851), de iluminação a gás de mamona (1851), de iluminação elétrica (1857) e de chapas de radiografia (1896)” (PARDAL, 1985 *apud* OLIVEIRA e ALMEIDA, 2010, p. 33). Cabe reforçar ainda que as exposições nacionais contribuía para movimentar a economia local, na medida em que atraía um expressivo número de visitantes diariamente.

No dia 12 foi a exposição visitada de dia por 2,280 pessoal, e á noite por 2,874, ao todo 5,154. Desde o dia 3 as visitas foram: 13,917 pessoas de dia, e 12,913 á noite, ao todo 26,830 visitantes, produzindo uma receita de 8:414\$900. O preço da entrada hoje é de 200 rs (Diário do Rio de Janeiro, de 14 de dezembro de 1875).

Outro acontecimento expressivo refere-se ao funcionamento da primeira escola de ensino mútuo no Brasil, frequentada por civis e militares, no prédio da Escola Polytechnica. Azevedo (1877) afirma ainda a existência de outra escola de ensino mútuo no edifício da rua da Guarda Velha, prédio este onde funcionou, sucessivamente, um

¹⁰³ As exposições nacionais de indústria e comércio iniciaram na França desde o final do século XVIII, sendo a primeira exposição universal em Londres em 1851. As exposições contribuía para consolidar novas práticas sociais e culturais, movimentando a economia e a visão consumista de mercado por objetos manufaturados ou industrializados (PEREIRA, 2010).

quartel general, a Secretaria do Império e o Lyceu de Artes e Offícios em 1876. Esta segunda escola era frequentada exclusivamente por militares inferiores, que visavam aprender o método para reproduzir em seus quartéis. O que sinaliza as formas de apropriação do método de ensino mútuo e sua associação ao ensino militar nos arsenais da Marinha e do Exército. Uma questão a ser indiciada diz respeito à ação educacional de diferentes naturezas – do ensino primário ao ensino superior que poderia adaptar-se a qualquer edificação, sem uma aparente preocupação com a adequação das funções específicas do espaço para fins educativos (AZEVEDO, 1877; GONDRA e SCHUELER, 2008).

Outro aspecto se refere à multifuncionalidade dos prédios escolares, como no caso da Escola Central que também foi ocupada pela diretoria Geral das Obras Militares da Corte e Fortalezas na década de 1860, quando foi aberto um período para apresentação de propostas para as obras da repartição das obras militares no próprio nacional do Campo da Acclamação (Diário do Rio de Janeiro, de 15 de agosto de 1860). Se prédios imponentes acomodavam as principais instituições governamentais da cidade, não poderia ser diferente com os prédios das escolas de Engenharia e muito menos com as “Escolas do Imperador”, que buscavam reunir um conjunto de características necessárias à construção de uma identidade nacional, como as formas, a adoção de símbolos em suas fachadas e os locais de destaque na paisagem. Será que os novos prédios escolares reuniam os preceitos funcionalistas e estéticos necessários ao processo de escolarização da infância daquele presente?

A preocupação com a estética construtiva é observada desde a inserção de disciplinas de Arquitetura na grade curricular dos cursos de Engenharia aos esforços voltados para a fundação da Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, por meio do Decreto nº 12 de outubro de 1820, quando foram nomeados artistas franceses para o ensino, sinalizando aqui os padrões estéticos estrangeiros, considerados como referência para o ensino da Arquitetura. A academia enfrentou um período inicial difícil gerando grande descontentamento dos artistas. Em 17 de novembro de 1824, foi deliberada a adaptação de um prédio junto ao Tesouro Público para a Academia Imperial das Bellas Artes (AZEVEDO, 1877). Em 1826, foi criada a Academia Imperial de Bellas-Artes para implementação do ensino artístico no país, sendo responsáveis ainda por exposições, concursos e atividades preservacionistas visando à salvaguarda do

patrimônio. Segundo Gondra e Schueler (2008, p. 150), “no Brasil, em linhas gerais, a arte realizada na Academia corresponde a modelos neoclássicos e românticos aclimatados, que têm que enfrentar as condições da natureza e da sociedade locais”.

Tomou posse, como diretor da academia, o artista Manoel de Araujo Porto Alegre no dia 11 de maio de 1854 que, dois anos mais tarde, participou de uma comissão de especialistas para a construção de uma estátua equestre em homenagem ao D. Pedro I (AZEVEDO, 1877). Para Porto-Alegre, o estudo das artes ainda não era valorizado na educação e não havia a percepção do seu potencial em alavancar o processo civilizatório. Ele tecia críticas acerca de que a “cultura do belo” estava voltada para as obras estrangeiras, sendo que o próprio governo importava estátuas e outros elementos escultóricos para embelezar prédios e espaços públicos, bem como os monumentos que também eram executados por artistas estrangeiros (AZEVEDO, 1877). Ele afirmava que a Escola Real de Ciências, Artes e Offícios era fundamental ao progresso da agricultura, da mineralogia, da indústria e do comércio. A escola já era frequentada por 186 alunos em 1875. Em seu discurso de posse, Porto-Alegre afirmou:

Tendo consideração a que as artes de desenho, pintura, esculptura e architectura civil são indispensáveis à civilização dos povos e instrucção publica dos meus vassallos, além do aumento e perfeição que podem dar aos objectos da industria, physica e historia natural: hei por bem estabelecer, em beneficio commum, nesta cidade e côrte do Rio de Janeiro, uma academia, que se denominará – real academia de desenho, pintura, esculptura e architectura civil (...) (AZEVEDO, 1877, p. 176-177).

O campo da arquitetura era alvo constante de críticas, disputas e reinvenção pelos diferentes sujeitos. Exemplares, nesta direção, foram as críticas quanto à formação profissional do arquiteto, tecidas pelo engenheiro Luiz Schreiner¹⁰⁴ em 1883, na medida em que valorizava os preceitos arquitetônicos dos antepassados sem, no entanto, sinalizar avanço no campo da arquitetura que deveria estar atento aos referenciais estrangeiros. A estética do olhar a cidade como “páginas escritas”, em alusão a Calvino (2017), exigiria um maior investimento no ensino da arquitetura, a fim de “disseminar, pelo povo, educação, o conhecimento do - *bello* -, propagar e desenvolver, pelas classes

¹⁰⁴ Luiz Schreiner. Discursos sobre as obras da nova Praça do Commercio e sobre a Architectura no Brazil. Instituto Polytechnico, 1883. (apud SOBRAL, 2015, p. 274-277).

operarias, a instrução indispensável ao exercício racional da parte artística e técnica das artes, officios e industrias” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 73).

Também é impossível, que um professor possa ensinar a architectura, sem ser formado em engenharia e ter visto monumentos; em uma palavra, sem ter viajado pela Europa, pois, o que é a harmonia para a musica escripta, é a contemplação de um monumento em relação ao desenho. Todo o architecto deve ser formado em engenharia porque não o sendo, não passa de um simples mestre de obras ou de um décorateur (SCHREINER, 1883, p. 8 *apud* SOBRAL, 2015, p. 277).

O ensino das artes e sua aplicabilidade aos ofícios e à indústria pareciam compreender um caminho possível rumo à “civilização dos povos”. Essa consistia na missão da Sociedade Propagadora das Belas Artes (1856) e do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1858), fundados por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, logo após a Segunda Exposição Universal de Paris em 1855, onde os países tiveram a primeira oportunidade de expor os seus avanços no campo das artes (PEREIRA, 2010). Imbuídos do sentimento de pertencimento ao rol dos países civilizados, a fundação da Academia Imperial de Bellas-Artes parece ter contribuído para a participação do Brasil em todas as exposições internacionais, que implicaram na criação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e na organização das exposições nacionais, enquanto preparatórias para a participação do país nas Exposições Universais.

Nos meses anteriores à Exposição Nacional, chamadas públicas recorrentes visavam atrair o maior número de produtos naturais e industriais com potencial de expressar a riqueza do solo do Brasil e o progresso da indústria agrícola, manufatureira e artística. Eram oferecidas premiações aos produtos que se destacavam na exposição, bem como a possibilidade de transporte daqueles localizados em locais mais afastados da Corte. Na quinta declaração publicada no Diário do Rio de Janeiro, de 25 de agosto de 1861, constava a informação de que, após a Exposição Nacional, os produtos seriam remetidos para a Exposição Universal de Londres em 1862, às expensas do governo e mediante autorização dos expositores.

Para Pereira (2010, p. 8), as exposições representavam um expressivo espaço educativo, na medida em que “olhar o mundo e, em seguida, classificá-lo fez com que a arquitetura e a imagem das cidades fossem vistas como um ‘retrato’ das civilizações e dos

povos”, especialmente na segunda metade do século XIX. A autora considera que o “culto à imagem se manifestou em uma produção iconográfica diversificada e que impulsionaria a criação de diferentes procedimentos técnicos”, apontando como dispositivos, desde as primeiras décadas do século XIX, os álbuns pitorescos, as fotografias, os bilhetes postais e o cinematógrafo, sendo as Exposições Universais um dos mais eficientes. Interessante observar a relevância atribuída às exposições no



Figura 17: Pavilhão Café do Brasil na Exposição Internacional de Filadélfia (1876).

FONTE: Exposições Virtuais do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br>

cotidiano da cidade¹⁰⁵. Nessa perspectiva, o registro fotográfico do Pavilhão Caffé do Brazil (**Figura 17**), na Exposição Internacional de Filadélfia (1876), pode ser entendida como uma estratégia no sentido da “educação do olhar”.

Pensando no Segundo Plano de Melhoramentos da Cidade e a participação do Brasil na Exposição Internacional de Filadélfia em 1876, é possível indiciar que as propostas urbanísticas da Comissão de Melhoramentos, relacionadas à infraestrutura portuária e ferroviária, tencionavam facilitar a expansão da produção cafeeira e estimular a economia do país, cuja relevância do produto justificou a sua demonstração na exposição internacional. A participação do Brasil nas Exposições Universais sinalizava o desejo pela internacionalização em termos econômico, social e cultural, o que foi acompanhado pelo desenvolvimento, especialmente na segunda metade do século XIX, dos sistemas de comunicação¹⁰⁶ e de transportes no país, com consolidação da engenharia no país.

¹⁰⁵ Uma chamada pública, no Diário do Rio de Janeiro de 30 de julho de 1877, convidava a população para visitar a exposição de quadros mecânicos, cujo organizador procurou destacar o centenário dos Estados Unidos e a Exposição Universal de Philadelphia, servindo como um instrumento de validação dos produtos em exposição (Diário do Rio de Janeiro, de 30 de julho de 1877. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17/04/2021).

¹⁰⁶ O sistema de comunicação e circulação de sujeitos, produtos, bens e informação contou com os serviços postais desde meados do século XIX, sendo construído o primeiro edifício-sede da telegrafia no Rio de Janeiro, assumindo como missão: “integrar mais rapidamente esse Brasil cada vez mais

Considerando o papel da intelectualidade a partir das reflexões de Gomes e Hansen (2016), afirma-se que, aliada às atribuições inerentes a um engenheiro, as exposições funcionavam ainda como um excelente espaço de afirmação profissional, onde eram produzidos relatórios técnicos da participação das comissões brasileiras. Um exemplo foi o Relatório geral da primeira Exposição Nacional de 1861¹⁰⁷, que registrou o número considerável de objetos expostos na primeira Exposição Nacional, ocupando todas as salas do edifício, dentre eles: produtos químicos e farmacêuticos, minerais, amostras de madeira, substâncias alimentícias como o vinho, vidros e cristais, e substâncias animais e vegetais adotadas em fábricas. Destacam-se, ainda, os registros oficiais dos eventos internacionais, como o Atlas do Relatório Brasileiro da Exposição Internacional de Londres em 1862, que apresentou, por exemplo, os Desenhos da Comissão Brasileira composta pelos 1º Ten Francisco Jorge da Silva Araújo, 1º Ten Dr. Brazílio da Silva Baraúna e Dr. Augusto Teixeira Coimbra. “As Exposições proporcionam esses meios de progresso, estabelecendo uma espécie de ensino mútuo mais útil e eficaz do que qualquer outro; porque ele mostra palpavelmente o atraso ou o adiantamento das diversas indústrias” (BRASIL, 1862 apud SENRA, 2006, p. 198).

Havia, portanto, uma preocupação quanto ao registro e à divulgação das atividades profissionais junto aos órgãos públicos, como a Circular nº 7, da Diretoria das Obras Públicas, do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 30 de março de 1876; a publicação de artigos e pareceres técnicos em revistas especializadas; ou a organização de compêndios e livros didáticos; a criação de sociedades e associações como o Clube de Engenharia. Destacava-se, ainda, uma preocupação com a legitimação do campo de trabalho do engenheiro, a normatização das atividades profissionais e a qualidade das obras executadas na cidade¹⁰⁸. Telles (1999) sublinha a importância da tentativa de elaboração de uma norma técnica geral na segunda metade do século XIX, período no qual o desenvolvimento industrial do país se fortalecia no cenário brasileiro,

concreto e vasto como sistema econômico à uma rede sem fronteiras de comércio e trocas, cada vez mais internacional” (PEREIRA, 2010, p. 14).

¹⁰⁷ Publicado pela Tipografia do Diário do Rio de Janeiro em 1862, por deliberação da Comissão Diretora pelo Secretário Antônio Luiz Fernandes da Cunha, no Rio de Janeiro (SENRA, 2006).

¹⁰⁸ Segundo Telles (1999, p. 2), “a finalidade geral das normas técnicas é não só garantir uma qualidade mínima para os produtos industriais e obras de engenharia – inclusive quanto ao aspecto de segurança –, como também reduzir a variedade dos produtos baixando o seu custo unitário, e uniformizar, tanto quanto possível, procedimentos, terminologias e simbologias, também com a intenção de melhorar a qualidade e reduzir os custos”.

intitulada “Vocabulário Técnico de Engenharia”, promulgada pelo Decreto Governamental nº 6.277, de agosto de 1876. Uma comissão de engenheiros apresentou o trabalho, que foi dividido em seis seções voltadas para as artes, ciências e ofícios.

Na primeira seção, constava a área de Geometria Industrial, onde a aplicação da geometria estava relacionada ao ensino de arquitetura, estradas de rodagem e de ferro, pontes, aquedutos, canais e portos. Os responsáveis técnicos¹⁰⁹ eram os professores, engenheiros e arquitetos, André Rebouças, Francisco Bethencourt da Silva e Francisco Pereira Passos. A segunda seção de Mecânica Industrial tratava das áreas de resistência dos materiais e da estabilidade das construções, por exemplo. Seus membros eram os professores Agostinho Victor de Borja Castro, Francisco Pereira Passos e Conrado Jacob Niemeyer. Na terceira seção de Física Industrial, eram abordados assuntos como as teorias da gravidade e do calor, sob o comando dos professores Ernesto Guignet, Epiphânio Cândido de Souza Pitanga e Alvaro José de Oliveira. A quarta seção compreendia as questões relacionadas à Química Industrial (química agrícola, química mineral, metalurgia), pelos professores Ernesto Guignet, Manoel Maria de Moraes e Theodoro Peckolt. Na quinta seção de Biologia Industrial (agricultura, aplicações industriais de produtos animais e vegetais), atuavam os professores Clément Joubert, Nicolau Joaquim e João Joaquim Pizarro. E na última seção¹¹⁰, Geologia Industrial (materiais minerais em indústrias, minas), trabalhavam os professores Charles F. Hartt, Miguel Antônio da Silva e Visconde do Rio Branco (TELLES, 1999).

A participação do grupo de engenheiros supracitados, com forte atuação na esfera pública, sinaliza também a sua forte inserção no campo intelectual quanto à normatização do campo profissional da engenharia. Cabe salientar que o “Vocabulário Técnico de Engenharia” foi elaborado na língua portuguesa, com apêndice em francês e inglês, o que indicia os olhares para as referências estrangeiras e um pretenso desejo de se buscar uma padronização internacional quanto aos termos técnicos da engenharia. Consta ainda uma publicação, intitulada “Ensaio de um vocabulário técnico da arte de

¹⁰⁹ Telles (1999) informa que os nomes dos engenheiros, envolvidos com a elaboração do “Vocabulário Técnico de Engenharia”, foram retirados de um livro publicado por José do Nascimento Brito, mas sem, no entanto, referências às fontes primárias.

¹¹⁰ Constava ainda uma sétima seção destinada à revisão do trabalho normativo, sob a responsabilidade dos professores conselheiros Ignácio da Cunha Galvão, Guilherme Schuch de Capanema e Jorge Eugênio de Lossio Seibliz; e engenheiros Ernesto Viriato de Medeiros e Honório Bicalho (TELLES, 1999, p. 3).

construir e das sciencias accessorias”, elaborado pelos irmãos André Pinto Rebouças, Antonio Rebouças e José Rebouças (TELLES, 1999).

Este desejo de afirmação profissional, na segunda metade do século XIX, visava eliminar o predomínio da atuação dos “engenheiros-práticos”, mestres de obras com experiência e sem formação acadêmica, cuja responsabilidade profissional pelas obras não estava devidamente regulamentada, causando prejuízos à segurança, à técnica construtiva e ao embelezamento da cidade. Nesse sentido, o engenheiro Vieira Souto (1875, p.71-72) afirma que cabia à Câmara Municipal “(...) proibir que se arvore em engenheiro ou architecto qualquer mestre de obras, ou simples operario, como tão frequentemente sucede no Rio de Janeiro”. A busca de legitimidade profissional do campo da Engenharia, a exemplo da Medicina, é observada quando diz: “nada ha mais absurdo do que exigir a nossa camara diploma ou certidão de estudos professionnes para curar, preparar medicamentos, extrahir dentes, etc., e deixar, entretanto, plena liberdade ao primeiro aventureiro que entre nós se apresenta”. E ainda aponta o perigo à vida humana em virtude de desabamentos, conforme ocorrido em um prédio da rua Uruguaiana (VIEIRA SOUTO, 1875, p.71-72).

Visando sanar a falta de fiscalização das obras em execução, foi criado o cargo de “arquiteto da cidade” no início do século XIX, sendo ocupado, em 1868, pelo arquiteto Francisco Bethencourt da Silva. Telles (1994, p. 133) afirma que “as posturas municipais que regiam as construções eram elaboradas pelas Câmaras Municipais sem nenhuma assessoria técnica” e, no final do século XIX, concentravam-se na regulamentação das habitações para a população de baixa renda. Em sessão do dia 9 de outubro de 1868, foi aprovado o Regulamento da Directoria das Obras Municipaes da Cidade do Rio de Janeiro, a cargo da Câmara Municipal. Tal regulamento apresenta, detalhadamente, as funções do Arquiteto da Cidade, que visa “inspeccionar e dirigir todas as obras de architectura civil que a Ilma. Camara mandar fazer, tanto de jornal como de empreitada, determinando a execução segundo as regras da arte e as leis da esthetica” (Art. 8º § 2º).

Caberia, ainda, ao Arquiteto da Cidade desenhar todos os planos de arquitetura civil; propor obras de arte visando ao embelezamento da cidade; aprovar os projetos de acordo com as leis e regras da arquitetura, da ciência e da arte, tendo em vista a segurança da construção, a estabilidade e o embelezamento da cidade; e verificar o

assentamento das soleiras das casas, com marcação de altura e nivelamento conforme estabelecido pelo engenheiro, sendo que “a regularidade das alturas dos pavimentos dos prédios e a unidade de linhas nas sacadas, ou cornijas, cuja altura máxima será sempre em relação á largura da rua ou praça em que forem edificados os prédios” (Art. 8º § 7º). Considerando tais princípios construtivos, pode-se dizer que os prédios das “Escolas do Imperador” parecem atender aos critérios de alturas dos pavimentos padronizadas, elevação do pavimento térreo em relação ao solo e prédios de dimensões expressivas que exigiam a localização em amplas avenidas ou praças públicas.

Enquanto instrumento de poder-saber, indicia-se a circular emitida pela Diretoria das Obras Públicas, no sentido de que, de um lado, exercia o poder regulatório intencionando um maior controle das obras públicas no Império. Por outro, por meio de relatórios ilustrados, com forte caráter educativo e normativo para os demais profissionais em engenharia, tencionava produzir saberes ao mesmo tempo sinalizava uma política institucional das autoridades governamentais de divulgação das obras realizadas no período dentro e fora do país. O documento indicia ainda o olhar atento dos engenheiros brasileiros nas publicações científicas da Europa e dos Estados Unidos que circulavam no país.

Sendo da maior conveniência coordenar todas as informações, desenhos, systemas de construcção, e quaesquer outros elementos concernentes ás obras publicas do Imperio, resolvi mandar publicar, em periodos mais ou menos aproximados, um Elenco historico, descriptivo illustrado de taes trabalhos; de forma que os profissionaes possam encontrar, reunidos, e para sua instrucção, a maior somma possivel de dados praticos e comparativos que lhes sirvão de guia na execução de novas obras. Por outro lado é de incontestável utilidade, que no estrangeiro se tenha exacto conhecimento das importantes obras já construidas e em execução no Imperio; tanto mais que é notorio termos, em mais de um ramo da sciencia do engenheiro, sobrepujado difficuldades praticas ou melhorado mais de um processo ou systema de que, entretanto, nem menção se fez ainda nas interessantes revistas e outras publicações scientificas que da Europa e dos Estados-Unidos nos são remetidas (Circular nº 7, da Diretoria das Obras Públicas, do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 30 de março de 1876).

Perscrutando sobre as formas de apropriação desses canais de comunicação junto à população, é possível indiciar as intencionalidades, negociações, disputas e estratégias

adotadas no sentido de afirmar o seu papel, enquanto promotor de mudanças indispensável na construção da urbe moderna bem como de intelectual atuante no processo de construção dos saberes inerentes ao campo da engenharia. Um bom exemplo é o Clube de Engenharia, criado em 1880, com um total de 167 sócios fundadores. Iniciando as suas atividades no ano seguinte, o clube patrocinou o I Congresso de Estradas de Ferro no Brasil em 1882 e, em virtude de sua capacidade técnica, esteve à frente de projetos ligados a estradas de ferro, portos e outras obras públicas¹¹¹ (RODRIGUES, 2017; TELLES, 1994). Por meio da Revista do Clube de Engenharia¹¹², criada em 1887, sob a responsabilidade de Pedro Betim Pais Leme, André Gustavo Paulo de Frontin e Manuel Maria de Carvalho, destacavam-se, por exemplo, desde posicionamentos relativos à Abolição da Escravatura em 1888 até pareceres técnicos sobre as estradas de ferro, as obras de saneamento e o abastecimento de água do Rio de Janeiro, setor no qual o engenheiro Paulo de Frontin¹¹³ se destacou como chefe do Escritório da Direção de Obras Públicas no final do Império. Cabe destacar ainda que o Clube de Engenharia promoveu em homenagem ao IV centenário do descobrimento do Brasil o I Congresso de Engenharia e Indústria em defesa da indústria nacional.

Outra estratégia de fortalecimento profissional consistiu, também, na publicação da Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro e das Obras Públicas, fundada em 1867, com a participação de engenheiros formados pela Escola Politécnica, tendo como redator o engenheiro André Pinto Rebouças, que atuava como Diretor da Companhia de Docas D.

¹¹¹Verbete sobre o Clube de Engenharia disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-de-engenharia>. Acesso em: 25/05/2019.

¹¹²A Revista do Clube de Engenharia de periodicidade mensal, com número de fascículos variável, foi publicada pela Imprensa a Vapor Lombaerts & Comp. No primeiro volume em janeiro de 1887, destaca-se um parecer sobre a Estrada de Ferro D. Pedro II de Mariano Procópio e Lafayette, sendo tensionado por diferentes vozes como os intelectuais Murinelly, Lobo Leite Pereira, Pedro Betim Paes Leme, Jorge Rademaker Grunewald, Raimundo de Souza Raposo, Carlos Alberto Morsing, João Teixeira Soares, João Feliciano P. da Costa Ferreira, Chrockatt de Sá e Francisco de Paula Bicalho. No final do Volume I, consta a votação pela aprovação do parecer e um convite do governo francês para a comemoração do cinquentenário da introdução dos caminhos de ferro na França, sinaliza o intercâmbio e a rede de sociabilidade entre os dois países. Para informações detalhadas, acessar os periódicos em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per8036/per8036.htm.

¹¹³ O engenheiro Paulo de Frontin foi o principal executor da operação “Água em Seis Dias” em 1889, que contou com a colaboração dos engenheiros Carlos Sampaio e Júlio Paranaguá, cuja “meta era construir em prazo curtíssimo um aqueduto com capacidade para transportar, ao longo de quatro mil quilômetros, 16 milhões de litros diários para solucionar o problema de falta de água no Rio de Janeiro, metrópole em rápido crescimento que então sofria os efeitos de prolongada estiagem agravada por tórrido verão”. In Verbete: SAMPAIO, Carlos * pref. DF 1920-1922. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SAMPAIO,%20Carlos.pdf>. Acesso em: 15/10/2020.

Pedro II. Eram discutidos temas ligados ao campo da engenharia e arquitetura, como o projeto detalhado do prédio da Typographia Nacional do Brasil pelo seu engenheiro responsável Antônio de Paula Freitas em 1878. Sobral (2015) alerta que um tema recorrente entre os engenheiros envolvia os materiais de construção e a preocupação com a utilização de produtos nacionais, o que pode sinalizar os contornos estéticos de uma arquitetura nacional em detrimento dos referenciais estrangeiros adotados, por exemplo, nas “Escolas do Imperador”. O engenheiro tecia críticas sobre a predominância da pedra granítica em ornatos ou relevos dos prédios públicos assim como nos palacetes escolares.

Tecendo as redes de sociabilidade e de solidariedade “costuradas” em torno dos profissionais responsáveis pelas “Escolas do Imperador” a partir de 1870 - Francisco Pereira Passos, José Antonio da Fonseca Lessa e Francisco Joaquim Bethencourt da Silva -, observa-se o desejo dos profissionais ligados ao campo da Engenharia pela afirmação enquanto intelectuais “sonhadores e arquitetos do futuro” (MEIRELES *apud* SILVA, 2009, p. 309). Remetendo a Silva (2009), muitos foram os papéis exercidos como intelectuais influentes na vida da cidade, a partir do uso público da palavra (escrita e/ou oral), à frente de iniciativas, projetos, publicações acadêmicas, expressões artísticas, impressos etc. O que também pode ser observado com a equipe de engenheiros - Francisco Pereira Passos, Jeronymo R. M. Jardim e Marcelino Ramos da Silva - a frente do Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876 que trabalharam, direta ou indiretamente, no projeto de construção dos prédios escolares no período.

Com uma atuação indireta no processo de implantação das “Escolas do Imperador”, o engenheiro Jeronymo R. M. Jardim (1838-1916) iniciou, na década de 1870, como auxiliar do Engenheiro André Rebouças na Inspeção Geral de Obras Públicas, assumindo a direção a partir de 1873 (ANDREATA, 2006). Nesse período, trabalhou na construção da rede de abastecimento de água para a cidade, como o reservatório do Pedregulho na Freguesia de São Christovão. Formado oficial-engenheiro na Escola Central em 1862, Jeronymo R. M. Jardim atuou ainda no processo de reconstrução de fortificações na Amazônia. Enquanto o engenheiro Marcelino Ramos da Silva, atuante no setor público no período do gabinete Rio Branco de 1871 a 1875, se destacou por seu trabalho no setor das ferrovias, estradas, portos e serviços públicos. Exerceu o cargo de diretor da Comissão

de Estudos e Saneamento da Baixada Fluminense, voltando-se para resolver os problemas dos alagadiços, com o compromisso de sanar os problemas das áreas alagadas, consideradas focos da malária no final do século XIX (ANDREATA, 2006; TELLES, 1994).

O engenheiro Francisco Pereira Passos¹¹⁴ foi o único profissional à frente tanto do Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro de 1875-1876 como das “Escolas do Imperador”, no projeto de construção da Escola Primária da Freguesia de Sant’Anna em 1877, sinalizando a sua influência na esfera pública no último quartel do século XIX. Em 1857, ingressou na carreira diplomática em Paris e, em 1858, completou seus estudos de engenharia na *École Nationale des Ponts et Chaussées*, atuando como engenheiro durante o processo de revitalização urbana da cidade de Paris na gestão do Prefeito Georges Eugène Haussmann (1853-1870). Esta experiência foi considerada decisiva em sua formação profissional no que se refere à engenharia ferroviária e ao urbanismo (PINHEIRO E FIALHO JR., 2006; SILVA, 2009).

Francisco Pereira Passos teve forte atuação profissional junto à municipalidade aliando competência técnica aos princípios da estética, como Diretor de Obras Públicas e Engenheiro do Ministério da Agricultura e Viação e do Ministério do Império. Ao retornar para o Brasil, o engenheiro atuou na Estrada de Ferro de Nova Friburgo em 1861; na Estrada de Ferro da Serra do Mar; na Estrada de Ferro Baía-Alagoinhas em 1865; e na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (São Paulo Railway) em 1867. Foi diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II e de outras empresas da viação férrea (Macahé a Campos, Cosme Velho ao Corcovado e da Companhia ferro-carril de São Christovão). Foi nomeado para o Ministério da Agricultura e Obras Públicas em dezembro de 1870, período que coincide com o lançamento da pedra fundamental das primeiras “Escolas do Imperador”.

No início dos anos de 1870, Pereira Passos viajou para Londres comissionado pelo governo a serviço da São Paulo Railway e, no retorno ao Brasil, começou a trabalhar com o Barão de Mauá. Em 1874, o Conselheiro João Alfredo nomeou Pereira Passos para o cargo de engenheiro do Ministério do Império, com a responsabilidade de orientar todas as obras de relevância no campo da engenharia no país, além de presidente da Comissão

¹¹⁴ Filho de um cafeicultor e fazendeiro escravista, Francisco Pereira Passos (1836-1913) nasceu na região do Vale do Paraíba Fluminense no Estado do Rio de Janeiro. Completou seus estudos preparatórios no Colégio São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro e ingressou na Escola Militar em 1852, futura Escola Politécnica do Rio de Janeiro, recebendo o grau de Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, que lhe dava direito ao diploma de Engenheiro Civil (OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2019).

de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Pereira Passos¹¹⁵ ainda se destacou como sócio fundador do Instituto Polytechnico Brasileiro; da Associação Promotora da Instrução; etc. (ANDREATTA, 2006; OLIVEIRA, 2006; FURTADO, 2006).

Outro engenheiro atuante junto à esfera pública, responsável pela Escola da Freguesia de São Christovão, foi José Antonio da Fonseca Lessa¹¹⁶. Tenente-coronel do corpo de estado-maior de primeira classe, o engenheiro militar do Estado-Maior do Exército e Inspetor de Marinha foi diretor das obras municipais da Corte do Rio de Janeiro e ainda atuou por muitos anos como engenheiro da Câmara Municipal de Niterói. Doutor em Mathematicas pela antiga Escola Militar foi professor de desenho da Escola Militar e, como engenheiro da municipalidade nos anos de 1860, foi responsável por projetos como os jardins da Praça da Constituição, em estilo inglês, na área central do Rio de Janeiro. Fonseca Lessa (1871) destacou-se, ainda, como redator do “Compêndio de Desenho Geométrico, Geometria prática e princípios de Architectura” em 1871, no qual inseriu noções sobre os princípios da arquitetura, “assumpto que, além de indispensável ao engenheiro militar, principalmente no Brazil, onde todo quanto é relativo a edificios militares está em embryão, torna-se uma verdadeira necessidade como introdução ao estudo de fortificação” (LESSA, 1871 *apud* GASPAR, 2014, p. 140).

Cabe destacar que os professores eram obrigados a produzir compêndios de autoria própria ou tradução dos livros franceses adotados. Segundo Telles (1994), o Brigadeiro José Saturnino da Costa Pereira foi o que mais se destacou na produção de livros, como na tradução do Tratado Elementar de Mecânica de Francoeur em 1812 e de uma coleção de publicações relacionadas à Álgebra, Geometria, Cálculo Diferencial e Integral etc. O autor considerava as obras francesas desconexas da realidade brasileira e investiu de

¹¹⁵ Como intelectual atuante no campo da engenharia, Pereira Passos produziu: Abastecimento d'agua a cidade do Rio de Janeiro (1871); Estrada de ferro de Mauá - Prolongamento da raiz da Serra a Petropolis: memoria descriptiva do projecto (1874); *Estrada de ferro D. Pedro II* - Estação maritima da Gambôa (1877); *As estradas de ferro do Brazil em 1879*. 1ª parte: Estradas de ferro nas provincias do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo (1880); *Algumas considerações sobre o prolongamento da estrada de ferro do Parana* (1883); *Caderneta do campo* para uso dos engenheiros incumbidos de trabalhos de estradas de ferro... Fonte: Diccionario Bibliographico Brasileiro, 1895, p. 89-90.

¹¹⁶ Enquanto intelectual, José Antonio da Fonseca Lessa também foi autor de obras como: Dissertação sobre o movimento dos projectis, tanto no vacuo, como no ar (1855); Dissertação sobre as vantagens relativas das armas de fogo raiadas de carregamento pela bocca e das de culatra movei e acerca da expressão analytica da tensão dos gazes no interior das peças (1871); *Systema metrico decimal (s/data)*; *Ligeiras considerações offerecidas ao publico sensato desta capital* (1880) e *Tratado de tecnologia militar* (1887). Fonte: Diccionario Bibliographico Brasileiro, 1898, p. 292-293.

forma expressiva na formação de uma bibliografia especializada para o curso de Engenharia. Dentre os engenheiros ilustres, destacou-se o Marechal Pedro de Alcântara Bellegarde (1807-1864), engenheiro formado pela Academia Real Militar, que atuou como Ministro da Guerra e da Agricultura e Obras Públicas, professor, fundador da Escola de Arquitetura da Província do Rio de Janeiro em 1836 e autor de inúmeros compêndios: Geometria Descritiva, Mecânica Elementar e Aplicada, Arquitetura Civil e Hidráulica.

Percorrendo o emaranhado das redes de sociabilidade e de solidariedade alinhavadas por esses intelectuais, nota-se uma constante em suas trajetórias de vida: a preocupação com a formação profissional na academia e a atuação junto à municipalidade, assumindo importantes cargos em diferentes esferas do poder público e sendo responsáveis por uma série de obras de urbanização. O que sinaliza que esses profissionais do campo da engenharia e da arquitetura atuavam como intelectuais, enquanto criadores e mediadores culturais, fazendo uso de diferentes canais de comunicação com vistas à circularidade e a transferência do conhecimento em diferentes públicos, enfim, formando uma sociabilidade intelectual.

A sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas –, para atuar no interior de uma sociedade mais ampla. Nessas redes e lugares dominam tanto dinâmicas organizacionais, que conferem estrutura ao grupo e posições aos que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição (GOMES e HANSEN, 2016, p. 24).

Portanto, em diferentes tempos e espaços, a partir de variados modos de operar e funções exercidas no decorrer das trajetórias profissionais, pode-se dizer que o corpo de engenheiros exercia suas práticas de mediação cultural formando uma espécie de sociabilidade intelectual. Foucault (2017) já nos alerta para a emergência de um intelectual específico com o desenvolvimento técnico-científico na sociedade. Refletindo sobre essa categoria de intelectual específico, penso ser possível sinalizar que o corpo de engenheiros da municipalidade assumia, concomitantemente, as suas responsabilidades enquanto técnicos e agentes políticos comprometidos com a produção de “verdades”, que são apropriadas, questionadas, tensionadas e reinventadas pelos sujeitos na cidade.

Os intelectuais formados pelos profissionais em engenharia transitavam em diferentes instâncias de poder-saber na cidade. Nessa perspectiva, questiona-se que, ao fundar a Escola Polytechnica em 1874, se tencionava a afirmação de um “regime de verdade” na forma de discursos científicos a partir do fortalecimento da instituição na cidade¹¹⁷. O intelectual não é, portanto, “o portador de valores universais; ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades” (FOUCAULT, 2017, p. 52-53). Ele representa uma “multiplicidade de vozes”, “investimentos de desejo” e “regimes de verdade”, isto é, os discursos aliados a mecanismos, técnicas e procedimentos aceitos como verdadeiros (FOUCAULT, 2017).

Imersos nessas redes de sociabilidade e de solidariedade e ocupando posições estratégicas no governo imperial, os engenheiros detinham certos prestígios e benefícios. Um exemplo era a Circular nº 1, da 1ª Secção da Directoria das Obras Publicas do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, datada de 11 de janeiro de 1877¹¹⁸, que ratificava o direito ao transporte gratuito nos carris de ferro aos funcionários públicos e agentes da autoridade em serviço, mediante a apresentação de passes, datados e rubricados, fornecidos pelos respectivos chefes. Observam-se que integrantes das diferentes comissões de obras costumavam ser beneficiados pela aquisição de transporte gratuito, como a concessão de passagens de 1ª classe pela Estrada de ferro D. Pedro II da Corte até Santa Cruz para os engenheiros José Taveira, Christiano Ottoni Filho, Alfredo Henrique Pacheco e Pedro Guedes de Carvalho nomeados para inventariar e acompanhar as obras do matadouro em Santa Cruz (Aviso nº 49, de 21 de dezembro de 1878, em resposta ao Aviso nº 4.415, de 18 de dezembro de 1878)¹¹⁹.

¹¹⁷ Cabe destacar que a Escola Polytechnica foi fundada ao mesmo tempo em que se formava a Comissão de Melhoramentos da Cidade em 1874. A representatividade intelectual da instituição pode ser indiciada nas críticas do engenheiro Vieira Souto em relação ao Plano de Melhoramentos da Cidade: “se o Sr. ministro do imperio quer convencer-se de que os melhoramentos propostos pela comissão não são mais que devaneios de poeta, consulte a opinião da **illustrada e competente corporação da escola polytechnica**, ou então, o que lhe será mais facil, ouça o que disserem os profissionais que forem á secretaria do imperio examinar o plano geral apresentado pela comissão, e que já se acha exposto (1875, p. 33); grifos meus.

¹¹⁸ BRASIL, Circular nº 1-77 - 1ª Secção da Directoria das Obras Publicas do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Arquivo Nacional.

¹¹⁹ BRASIL, Aviso nº 49-78. Arquivo Nacional.

Verifica-se ainda que determinados setores do governo imperial bem como instituições de caráter educacional ou assistencialista, públicas ou privadas, também eram contemplados com transporte gratuito (carris de ferro, bondes), como o Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas; os alunos da Escola Polytechnica; a Faculdade de Medicina; a Academia das Bellas-Artes; o Archivo Publico; a Inspeção da Instrução Publica; o Collegio de D. Pedro 2º (internato e externato); o Instituto dos meninos cegos; o Instituto dos surdos-mudos; a Bibliotheca Publica; a Junta de Hygiene Publica; o Setor de limpeza e irrigação da cidade; a Diretoria Geral da Estatística e o Azilo dos meninos desvalidos. Ao que parece setores centrais da política imperial na segunda metade do século XIX.

Acredita-se que a demanda por profissionais em Engenharia, sinalizada em documentos oficiais e nas comissões compostas por esses especialistas no âmbito da municipalidade do Rio de Janeiro (Comissão de Melhoramentos da Cidade de 1874, Comissão Sanitária e outras), contribuía para reforçar o papel dos engenheiros no ato projetual de se pensar o processo de modernização da cidade imperial. Por outro lado, questões salariais eram reclamadas tanto pelos professores como também pelos engenheiros e arquitetos¹²⁰. Não havia equiparação salarial e muitas eram as reivindicações, disputas e constrangimentos na busca de afirmação de seu campo profissional.

No Ofício nº 168, emitido pela Câmara Municipal no dia 24 de fevereiro de 1870¹²¹, os engenheiros José Antonio da Fonseca Lessa e o bacharel Pedro Moreira da Costa Lima reclamavam por receber os mesmos vencimentos dos engenheiros civis de 1ª classe, a exemplo dos engenheiros das estradas de ferro, fixados pelo Decreto nº 2.922, de 10 de maio de 1862¹²², em se tratando da relevância e responsabilidade das atividades desempenhadas por todo o município, cujas despesas eram maiores em virtude dos longos deslocamentos.

¹²⁰ Em carta enviada por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira no dia 6 de julho de 1911, o arquiteto solicita um auxílio na sua velhice e, como fundador e diretor do Lycêo de Artes e Officios, solicita a sua visita ao estabelecimento que contava com aproximadamente 2.000 alunos, pobres e oriundos de diversos estados e países. Carta enviada por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva para o conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15287>. Acessado em 15/04/2021.

¹²¹ BRASIL, Ofício nº 168-70. Arquivo Nacional.

¹²² Decreto nº 2.922, de 10 de maio de 1862. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>. Acesso em: 06/04/2019.

Considerando tais dispositivos legais, a Câmara Municipal parece reconhecer a necessidade de valorização do profissional em Engenharia bem como a necessidade de se investir no quadro de profissionais da municipalidade. Em virtude do quadro reduzido e da necessidade de vigilância constante, a multiplicidade de trabalhos e o "estudo de melhoramentos que podem ser levados à efeito, procedendo ao levantamento de plantas, e planos que para este fim são indispensáveis", foi emitido o Ofício nº 901-70, de 30 de agosto de 1870¹²³, no qual o Conselheiro Dr. Paulino José Soares de Sousa, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império, propõe a substituição de um cargo de diretor por três engenheiros.

A Camara actual considerando que dous Engenheiros não podem estar presentes à tantos trabalhos que se executão, e em grandes distancias, exercer ao mesmo tempo, como convem, incessante inspeção sobre todas as edificações particulares que se constroem, cuidar de sua architectura, bem como dos meios de melhorar e aformosear todas as ruas e praças da Capital do Império, e finalmente levantar plantas e planos indispensaveis para a realização de muitos melhoramentos reclamados por todo o municipio, entendo que para satisfazer a tão importantes trabalhos, era necessario que a substituição fosse por tres Engenheiros de districto, reunidos ao actual Engenheiro Director.

Em relação ao arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva¹²⁴, que foi autor do projeto da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria, estudou na Academia Imperial de Bellas-Artes em 1843 sendo aluno de Grandjean de Montigny, cujos referenciais arquitetônicos europeus influenciaram diretamente a sua obra. Enquanto intelectual, Bethencourt da Silva estava imerso em uma ampla rede de sociabilidade e de solidariedade, exercendo importantes papéis no cenário público. Dentre as funções exercidas pelo arquiteto: professor adjunto de Desenho da Escola Central, depois "lente cathedratico" da Escola Polytechnica; autor do prólogo do Regulamento da Directoria das Obras Municipaes da Cidade do Rio de Janeiro, participando da sua aprovação em sessão

¹²³ BRASIL, Ofício nº 901-70. Arquivo Nacional.

¹²⁴ Foram da autoria de Bethencourt da Silva textos de destaque no período como A Escola Normal (1876) e Bellas-artes - na Revista Brasileira (1879) (SOBRAL FILHA, 2015). Outras obras do arquiteto: Brazil Artístico: revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (1857); Artes liberae e mecanicas: Relatorio geral da exposição nacional de 1861; O poeta e o artista: fragmento de um livro inédito (1865); Brazil Illustrado: publicação litteraria (1875-1876); Desillusão: poesia (1876); Folhas dispersas: fragmentos (1878); Relatorio do Imperial Lyceo de Artes e Officios (1879); Explicação do modo, por que procedeu no arbitramento das aguas do rio S. Pedro (1881); Vulgaridade de arte: o poeta e o artista (1884); etc. Fonte: Diccionario Bibliographico Brasileiro, 1895, p. 3-4 .

do dia 9 de outubro de 1868; Vereador Commissario¹²⁵ junto à Câmara Municipal (1870), juiz de paz do 2º distrito da Freguesia da Glória; membro da Sociedade Brasileira de Ensaios Literários (1870); membro do Club Polytechnico (1872); juiz da Irmandade de Nossa Senhora da Luz em São Francisco Xavier (1875-76) e membro da Congregação da Academia de Belas Artes.

Bethencourt da Silva foi responsável, como arquiteto da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no período de 1851 a 1859, pela construção de inúmeras obras públicas, como o Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamim Constant, na Urca (1872-1908); Asilo de Órfãos da Santa Casa, atual Colégio Anglo Americano, em Botafogo (1875); Praça do Comércio, atual Centro Cultural do Banco do Brasil (1878-1906); adaptação do Palácio de São Cristóvão para sediar a Assembleia Constituinte (1890-91); dentre outras. No campo do urbanismo, pode-se destacar o projeto do bairro de Vila Isabel¹²⁶ (1871-72) e o arruamento e loteamento dos terrenos da Cidade Nova, estendendo-se do Campo de Sant'Anna até São Christovão (SOBRAL FILHA, 2015; ANDREATA, 2006; AZEVEDO, 1877). Acredita-se que tais intervenções contribuíram para o crescimento da região e a implantação das escolas nas freguesias de Sant'Anna e São Christovão, bem como serviram de base para o Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, cujas principais propostas serão escrutinadas no próximo tópico.

¹²⁵ Dentre as atribuições do Vereador Commissario, descritas no artigo 6º § 4º do Regulamento da Directoria das Obras Municipaes da Cidade do Rio de Janeiro, destacava-se: "dar conta á Ilma. Camara, em relatório anual, do estado das diferentes obras que correrão sob a inspeção e fiscalização immediata dos engenheiros, bem como, do juízo que fórma ácerca do merecimento e zelo de todos os empregados da mesma directoria".

¹²⁶ Bethencourt da Silva foi nomeado o gerente da Companhia Arqutetônica, sendo responsável por projetar o bairro de Vila Isabel. O plano previa a abertura de 13 ruas partindo do boulevard central inspirado em Paris, cujo denominação se deve à data da Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871. Já as demais ruas homenageavam expressivos abolicionistas na história. Foram comercializados lotes e edificações pela Companhia Arqutetônica, além da criação da Companhia de Bondes Ferro Carril de Vila Isabel, da doação de terrenos para a construção de prédios escolares e religiosos, da criação do jardim zoológico e da inauguração da Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial em 1885 (SOBRAL FILHA, 2015; BN: Rio 450 anos - Bairros do Rio - Vila Isabel, 2015).

2.2 Em busca do modelo ideal de cidade: as culturas urbanas em construção a partir do Plano de Melhoramentos de 1875-1876

A busca do “modelo ideal de cidade” impulsionou a tomada de posições tanto de intelectuais brasileiros quanto estrangeiros. “Libertar-se do passado” enquanto sinal de atraso e iniciar a era do progresso parecem expressar bem o sentimento daquele presente. Le Goff (1997) afirma que a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado e que, na maioria das vezes, acaba por exprimir-se sob as cores do passado. E o sonho dos intelectuais é que a afirmação da modernidade não se limite ao meio restrito em que estão inseridos. Recorrendo a Argan (1995), a imagem da cidade ideal aparece vinculada à imitação de um modelo do passado de natureza imóvel e insensível às contradições e à provisoriedade da cidade real.

Pensando no Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876 e, remetendo a Argan (1995, p. 76), concordo que “a dificuldade de relação entre antigo e moderno não depende de maneira alguma do contraste entre a geometricidade dos modelos e a não geometricidade dos desenvolvimentos reais”. A questão da esteticidade de uma cidade parecia acompanhar os projetos urbanos. Não é possível que o projeto de uma cidade ideal seja acessível a todos no sentido de acomodar todas as formas possíveis frente às experiências vivenciadas pelos sujeitos. Acreditar numa cidade que reúna todo um conjunto de demandas, expectativas e possibilidades seria defender a efetividade de um modelo ideal de cidade. É preciso, portanto, “conservar ou restituir ao indivíduo a capacidade de interpretar e utilizar o ambiente urbano de maneira diferente das prescrições implícitas no projeto de quem o determinou” (ARGAN, 1995, p. 219).

Para o autor, a cidade ideal não deve ser considerada um ponto de referência quanto aos problemas da cidade real. Em outras palavras, a cidade deve ser vista como uma obra de arte inacabada sujeita a modificações e reinterpretações ao longo do tempo. Uma obra de arte, entendida a partir da superação da estética idealista, na medida em que “a obra de arte não é mais a expressão de uma única e bem definida personalidade artística, mas de uma soma de componentes, não necessariamente concentrada, numa pessoa ou numa época” (ARGAN, 1995, p.73). A cidade ideal parte do princípio de que a ordem urbanística reflete a ordem social mediante a linearidade da história. Contudo, a

cidade real jamais reproduz fidedignamente os modelos ideais, mas sim à desordem de acontecimentos enquanto processo.

Pensando nas culturas urbanas em construção no período, os diferentes projetos para a cidades serviram de ferramenta para perspectivar os diferentes olhares dos intelectuais para a cidade imperial no último quartel do século XIX. Muitos engenheiros, médicos, juristas e professores lutaram pelo acesso dos excluídos - negros livres, libertos e escravos à cidade e à escolarização por meio da imprensa, associações, conferências, escolas noturnas, etc. “A construção da cidade utópica moderna movia o imaginário de intelectuais reformistas, como Joaquim Nabuco, André Rebouças e Tavares Bastos, que impulsionavam ações educacionais, direcionadas para as camadas populares, atividades industriais e agrícolas” (FONSECA, 2002 *apud* GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 250).

A cidade consiste num projeto em permanente construção emaranhada por relações de poder-saber em meio a uma “arena de conflitos”. Os intelectuais e os legisladores, promotores da mudança e “arquitetos” dos projetos de remodelação da nova urbe moderna, colocam-se como criadores e mediadores de normas regulamentadoras e de reordenamento do espaço da cidade, visando determinar a qualidade ambiental de um aglomerado populacional, através de inúmeros dispositivos como código de incêndio, normas edilícias, planos diretores etc. E, durante o processo de configuração espacial da cidade, “o raciocínio utópico apresenta algumas falhas persistentes, tais como a desconsideração pelo processo de desenvolvimentos e um conjunto extremamente estreito e estático de valores” (LYNCH, 1999, p. 60).

Não há um modelo único de cidade, assim como pensava Kublai Khan na obra de Ítalo Calvino, que reúna todos os desejos sonhados pelos diferentes sujeitos. As formas de apropriação do espaço urbano são múltiplas e é aqui justamente que reside a riqueza de valores, princípios, disputas, tensões, projetos e até mesmo constrangimentos no processo de construção coletiva e permanente da cidade. Foucault (2017) destaca que a sociedade utópica projetada por Bentham descreve, na verdade, mecanismos específicos de uma sociedade existente. Para Foucault (2017, p. 336), “o panopticon¹²⁷ era uma

¹²⁷ O Panopticon de Jeremy Bentham, editado no final do século XVIII, consiste num conjunto arquitetônico dotado de uma tecnologia de poder capaz de resolver os problemas de vigilância, como da prisão, da escola ou do hospital. Trata-se de uma construção em anel na periferia com uma torre no centro que, sob o efeito da contraluz, pelas aberturas projetadas e alinhadas com a torre, garantia a

utopia-programa”. Trata-se de um poder disciplinar permeado por estratégias diversas que possibilitavam o controle social.

Portanto, como construir um modelo de cidade ideal dotada de racionalidade, invariabilidade e de uma estrutura “panóptica” de controle? Pensemos nas “cidades utópicas”, sob a perspectiva de Choay (1992, p. 151), que devemos buscar compatibilizar as diversas dimensões - moral, poética, religiosa, cultural, social, política, econômica, ambiental e físico-espacial; trabalhando “tanto a nostalgia de uma ordem passada quanto a intuição futurista de transformações sociais futuras, tanto a ideologia quanto a utopia”. Algumas cidades utópicas foram projetadas por intelectuais como Robert Owen¹²⁸ (1771-1858), Charles Fourier¹²⁹ (1772-1837) e Etienne Cabet¹³⁰ (1788-1856). Benévolo (2001) afirma que esses projetos utópicos contribuíram para despertar os olhares para a importância dos profissionais em urbanismo no processo de renovação urbana das cidades diante da industrialização. Já Rossi (2016), pensando no debate entre “realidade dos fatos urbanos singulares” e “utopias urbanas”, afirma ser necessário compreender as forças permanentes e universais tensionadas na dinâmica urbana.

O urbanismo é uma disciplina moderna. O passado praticamente ignorou a figura e a atividade do urbanista, bem diferente da do arquiteto de cidade. As cidades desenvolveram-se de uma maneira que chamamos espontânea, mas que, na realidade, era determinada pela evidência que a figura histórica da cidade tinha na consciência individual e coletiva (ARGAN, 1995, p. 240).

O objeto urbano é sempre a existência humana como existência social. De certa forma, todos acabam se apropriando das ferramentas do urbanista no processo permanente de construção da cidade: o escultor, o pintor, o tipógrafo, o arquiteto, o

visibilidade do espaço e o conseqüente controle de cada movimento dos sujeitos, sem a necessidade do uso da força, da repressão e da coerção (FOUCAULT, 2017, p. 319).

¹²⁸ Robert Owen (1771-1858) elaborou um “modelo de convivência ideal” baseada principalmente na agricultura, sendo a indústria relegada ao segundo plano, definindo algumas diretrizes como o limite de habitantes entre 300 e 2000; uma extensão de terra a ser cultivada; edificações funcionais etc (BENÉVOLO, 2001).

¹²⁹ Charles Fourier (1772-1837) define “doze paixões fundamentais” como uma cidade concêntrica, tendo no centro a cidade comercial e administrativa, circundada pela cidade industrial e, por fim, a cidade agrícola. Já as edificações seriam simétricas de acordo com os moldes arquitetônicos franceses (BENÉVOLO, 2001).

¹³⁰ Etienne Cabet (1788-1856) projetou uma organização socialista da propriedade e da produção, com traçado geométrico e edificações em estilo eclético, localizadas no centro da cidade, e uma população reduzida que visava à formação de uma sociedade ideal (BENÉVOLO, 2001).

engenheiro, o professor... Segundo Argan (1995, p.224), “(...) a escola, qualquer escola, deve educar para construir a cidade, como forma sensível da civilização”. O objetivo do urbanismo não é projetar a cidade do futuro, mas administrar um patrimônio comum de valores econômicos, históricos, estéticos, morais, coletivos e individuais. Para o autor, “o urbanismo é a ciência da administração dos valores urbanos” (1995, p. 233), de modo a *sincronizar* os problemas da atualidade com o desenvolvimento *diacrônico*, do passado ao futuro, a partir de um planejamento intencional dotado de experiência histórica.

Na busca do modelo ideal de cidade, a consolidação do aparato normativo e das propostas urbanísticas da equipe de engenheiros e arquitetos da municipalidade, respaldada em preceitos técnicos e estéticos, tencionava “disciplinar” as iniciativas espontâneas de expansão da cidade, ao mesmo tempo responder às demandas mais emergenciais da população em termos de higiene pública, salubridade dos espaços, infraestrutura urbana e habitação. Uma primeira tentativa de reordenamento do espaço da cidade, apontada por Carvalho (2014), está relacionada ao processo de consolidação da estrutura urbana, na primeira metade do século XIX, durante a gestão do vice-rei Luis de Vasconcelos e Sousa. O vice-rei é considerado o autor do primeiro plano de remodelação da cidade, se destacando por sua atuação no processo de expansão do tecido urbano vinculado ao mapeamento de usos e ocupação do solo. Suas principais intervenções foram a construção do Passeio Público e a remodelação do Largo do Carmo.

Com a chegada da Família Real e a abertura dos portos às “nações amigas”, decretada por D. João VI, acaba o monopólio comercial da colônia, subordinado às alfândegas de Portugal, integrando o país ao mercado externo e estimulando a entrada de produtos estrangeiros, que contribui para a modernização das técnicas construtivas. Outras formas regulatórias e de disciplinarização do espaço da cidade, criadas por D. João VI no início do século XIX, dizem respeito ao pagamento do imposto da décima urbana a ser efetuado pelos proprietários de imóveis no perímetro urbano; a criação da Intendência Geral da Polícia responsável pelo bem público; os pareceres de médicos sanitaristas e o mapeamento oficial das condições de salubridade da cidade como parte da política higienista a favor do processo civilizatório (SILVA, 2012; BENCHIMOL, 1992).

Carvalho (2014, p. 57) afirma que, além das obras de infraestrutura, a “provisão e a regulamentação de moradias figuravam entre os empreendimentos mais imediatos com

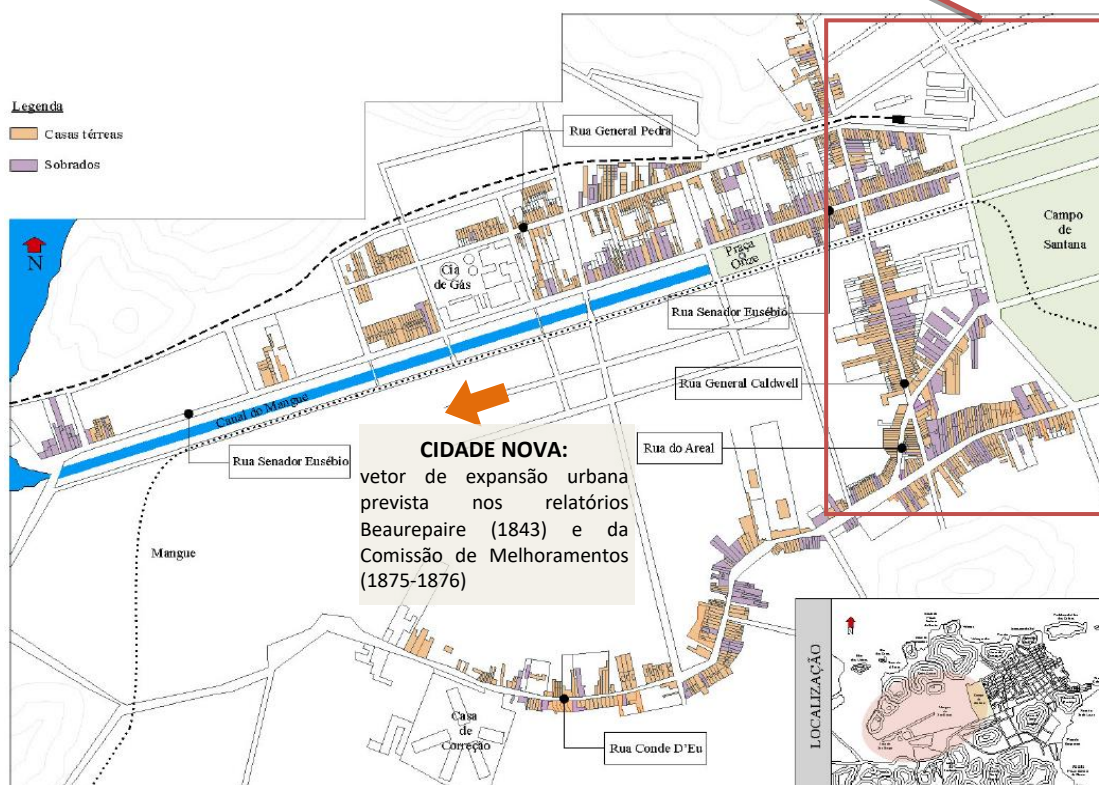
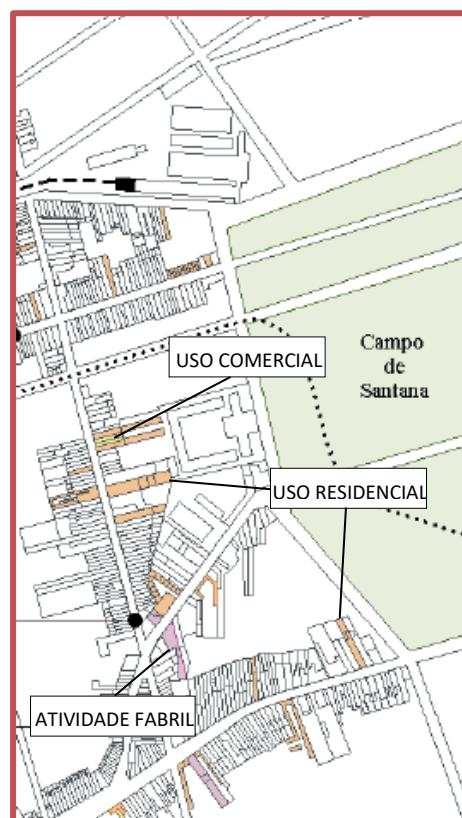
que a Intendência estava envolvida”. D. João VI decretou a proibição da construção de casas térreas¹³¹ e adotou estratégias para incentivar a expansão urbana em áreas como a Cidade Nova (**Mapa 9**) através da isenção da décima urbana por até vinte anos aos proprietários, que ficavam responsáveis desde o aterro dos alagadiços até a construção dos sobrados. Interessante observar como a preocupação com a normatização das residências é reforçada no Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876. Em termos urbanísticos, o século XIX foi marcado por dois planos de melhoramentos da cidade: o Relatório Beaurepaire (1843) e o Relatório da Comissão de Melhoramentos (1875-1876) que, segundo Carvalho (2014, p.55), se destacavam por “questões de higiene, controle e indução do desenvolvimento da cidade, pavimentação, abertura e alargamento de vias, além de representarem a síntese do pensamento urbanístico do momento”.

Em 1843, o Relatório Beaurepaire foi elaborado pelo Diretor de Obras Municipais, Henrique Beaurepaire-Rohan, que apresentou um plano de urbanização a partir de detalhado levantamento dos problemas da cidade. Formado pela Escola Militar e integrante do Imperial Corpo de Engenheiros, o Marechal Beaurepaire-Rohan atuou na Câmara Municipal da Corte no início da década de 1840, focalizando em sua proposta duas questões centrais: a eliminação dos focos miasmáticos do Canal do Mangue e o desmonte do Morro do Castelo, com vistas ao aformoseamento e à salubridade da região central da cidade, propostas que permaneceram, direta ou indiretamente, presentes nos relatórios elaborados pela Comissão de Melhoramentos de 1874. No que diz respeito à salubridade pública, o Relatório Beaurepaire propõe ainda intervenções como a transferência do matadouro público para São Christovão; a drenagem de águas pluviais, com a utilização de sistemas de coleta por calhas nos telhados e instalação de sarjetas em calçadas com a devida inclinação para escoamento das águas das chuvas; e os sistemas de esgotamento sanitário e de abastecimento de água a partir dos rios Carioca e Maracanã.

¹³¹ As edificações eram construídas sobre o alinhamento da via pública ocupando todo o lote. A casa térrea em chão batido acomodava as classes desfavorecidas, sendo que o sobrado com piso assoalhado exprimia a riqueza das famílias. Estes dois tipos de tipologia contribuía para segregar os escravos, que ocupavam os pavimentos térreos, enquanto os proprietários residiam nos pavimentos superiores (REIS FILHO, 2000).

Mapa 9: Tipos habitacionais e diferentes usos da Cidade Nova nos anos de 1870 nas proximidades do Campo de Santana

A Cidade Nova era considerada um vetor de expansão urbana desde o início do século XIX, sendo prevista nos relatórios Beaurepaire (1843) e da Comissão de Melhoramentos (1875-1876). O Mapa 9 mostra a estrutura fundiária da região denominada Cidade Nova, adjacente ao Campo de Santana, com predominância de casas térreas geminadas e construídas em lotes estreitos, porém com a incidência de um número considerável de sobrados. Este tipo de tipologia construtiva, característico da cidade imperial, indicia o impacto visual provocado possivelmente com a implantação dos palacetes escolares na cidade. No detalhe iconográfico, à direita, são observados prédios de uso residencial voltados para habitações coletivas, de uso comercial e algumas atividades fabris, junto à arquitetura institucional consolidada no Campo de Santana e próximos às “Escolas do Imperador” – Escola de São Sebastião e Escola da Freguesia de Sant’Anna.



FONTE: Esquema iconográfico representado a partir de PINTO, 2007, p.185-186.

Referência utilizada pela autora: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, manuscritos e CECULT- Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (IFCH/UNICAMP). Santana e Bexiga - Cotidiano e cultura de trabalhadores urbanos em São Paulo e Rio de Janeiro entre 1870 e 1930. Relatório final encaminhado em 2005. Base cartográfica: representação sobre GOTTO, Edward. Plan of the city of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1866.

Quanto ao aformoseamento da cidade, o Diretor de Obras Municipais centralizava as intervenções na Cidade Velha, que afetariam boa parte do conjunto edificado, a partir de obras como abertura, pavimentação e alargamento de vias, de acordo com o tamanho das quadras e a altura das edificações; além da construção de novas praças e da revitalização da Praça da Acclamação. Portanto, o Plano de Melhoramentos de Beaurepaire se caracterizava também pela intervenção urbanística em áreas com potencial de expansão na cidade. Com pretensões de retificação e consolidação de uma composição geométrica do traçado urbano, Beaurepaire Rohan se afirmava na intelectualidade no campo da engenharia, indiciando desejos, intencionalidades e projetos em torno do processo de modernização da capital carioca (CARVALHO, 2014; ANDREATTA, 2006; TELLES, 1994).

O plano de urbanização, criado pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro em 1874, também sinalizava algumas intencionalidades estéticas vinculadas às demandas sociais e, de certa forma, apropriadas pelos sujeitos, bem como aos novos padrões de higiene pública e de salubridade dos espaços. Em outras palavras, visando sanar os problemas de saúde pública a partir do olhar estético da engenharia voltado para uma nova materialidade da urbe, uma equipe de engenheiros Jerônimo R.M. Jardim, Marcelino Ramos da Silva e Francisco Pereira Passos produziram dois relatórios que versavam sobre diversas propostas de melhoramentos e expansão da cidade. Nesse período, Pereira Passos foi nomeado engenheiro do Ministério do Império com a atribuição de fiscalizar todas as obras projetadas e de projetar a cidade “moderna”.

Recorrendo a Foucault (2017), afirma-se que, no último quartel do século XIX, ganha relevância o debate acerca da arte de governar a “cidade alternativa” e a “cidade moderna” em construção, que despontava em decorrência da expansão demográfica, do fim da escravidão e conseqüente crescimento da mão-de-obra assalariada livre, dos planos de remodelação da cidade e do desenvolvimento da industrialização. “O que é importante para nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade, mas o que chamaria de governamentalização do Estado” (FOUCAULT, 2017, p. 430). Não se tratava simplesmente de uma lei impositiva aos homens, mas da adoção de variadas táticas ou instrumentos de governo para se alcançar determinados fins.

Concordando com o autor, o Estado passa a ser compreendido com base nas táticas da governamentalidade, quando as estatísticas se tornaram um dos principais fatores técnicos do desbloqueio da arte de governar, revelando características próprias da população e dados numéricos relativos às grandes epidemias, à mortalidade, ao trabalho, servindo como dispositivo na produção de “verdades” legitimadoras das ações governamentais. Popkewitz e Lindblad (2001, p. 120) alertam que, por meio da tecnologia da estatística, “descortina-se uma uniformidade a respeito dos objetos que são contados e ordenados” dentro de um campo de intervenção já dotado de previsibilidade do “acaso”. A “tática de reforma” se utiliza, portanto, das estatísticas como uma “teia de inteligibilidade” dos objetos sociais (POPKEWITZ e LINDBLAD, 2001, p. 125-126).

Afirma-se que o entrecruzamento dos relatórios estatísticos, dos dispositivos legais prescritivos e do conjunto de práticas sociais norteava a arte da governamentalidade. Destarte, os instrumentos estatísticos atuam na produção de conhecimento que são indispensáveis ao ato de governar. Os números moldam as percepções individuais e coletivas direcionando o campo de ação social. Recorrendo a Senra (2006, p. 547), “com elas, os acertos das medidas eram iluminados, valorizados; os erros, a seu turno, eram justificados, explicados (ou escamoteados na ignorância dos números)”. Destarte, os dados estatísticos eram publicizados de diferentes formas¹³², como os espetáculos das “corografias” (combinação de estatística, geografia e história) nas Exposições Universais e Nacionais (SENRA, 2006).

Nessa perspectiva, foi destinado como créditos suplementares e extraordinários no exercício de 1872-1873 pelo Ministério do Império, por meio do decreto nº 5.518, de 31 de dezembro de 1873, o valor de 100:000\$000 para o Recenseamento da população do Império, na forma da Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870. E, no relatório das previsões orçamentárias, no quadro de despesas do Império para o exercício de 1875-1876, no âmbito do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, definidas

¹³² Outra forma de divulgação dos relatórios finais do Recenseamento Geral de 1872 compreendeu a palestra proferida pelo senador Manoel Francisco Correia, diretor da Diretoria Geral de Estatística, no dia 22 de agosto de 1875, nas Conferências Populares da Gloria (SENRA, 2006).

pela Lei nº 2.640, de 22 de setembro de 1875, constava a liberação de uma verba específica no valor de 68:080\$000 à Diretoria Geral de Estatística¹³³.

As estatísticas pareciam apontar para a necessidade do Plano de Melhoramentos da Cidade. Uma análise das despesas do Império para o exercício de 1875-1876, no âmbito do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, definidas pela Lei nº 2.640, de 22 de setembro de 1875¹³⁴, possibilitou sinalizar algumas intencionalidades em termos sociais, políticos e econômicos. Nota-se que as despesas com a higiene pública, o instituto de vacinação, a inspeção de saúde dos portos, os Lazaretos e o Hospital dos Lazaros, por exemplo, eram muito inferiores às obras e verbas destinadas aos socorros públicos e ao melhoramento do estado sanitário. Tal distribuição de recursos parece reforçar as intencionalidades do plano de melhoramentos em termos estéticos, sanitaristas e urbanísticos.

De um total de 7.704:543\$761 observa-se uma quantia relevante direcionada às obras no valor de 800:000\$000 equivalente à Dotação de Sua Majestade o Imperador; o que sinalizava o grau de prioridade atribuído ao processo de urbanização da cidade. Na esfera do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, as despesas no valor de 6.087.816\$516 estavam concentradas nas Justiças de 1ª instância, na Polícia (pessoal, material, corpo militar, auxílio à força policial das províncias) e na Guarda Urbana. Um exemplo foi a criação de uma Estação de Guarda Urbana na freguesia de Nossa Senhora da Gloria no período, através do decreto nº 5.940, de 11 de junho de 1875¹³⁵.

Contudo, destacavam-se expressivos investimentos nos setores do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha (11.307:806\$512) e do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra (15.385:235\$050), observando-se que as despesas com as Forças Armadas superavam os recursos destinados às obras públicas pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura (18.334:563\$190). Pela planilha de custos, identificamos que os maiores investimentos foram na Estrada de ferro D. Pedro II (4.500:000\$000), prevista pelo Plano de Melhoramentos da Cidade, nas companhias de navegação por vapor (3.436:000\$000) e nas obras públicas

¹³³ BRASIL, Relatório das previsões orçamentárias, no quadro de despesas do Império para o exercício de 1875-1876. Arquivo Nacional.

¹³⁴ BRASIL, Lei nº 2.640, de 22 de setembro de 1875. Arquivo Nacional.

¹³⁵ Decreto nº 5.940, de 11 de junho de 1875, Acesso em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal>.

(2.500:000\$000), sendo que os gastos em redes de esgoto sanitário e iluminação pública ficaram em torno de 1.500:000\$000¹³⁶.

Segundo Silva (2015, p. 265), “a partir de 1870 a materialidade da cidade seria o laboratório de uma nova forma de pensar a intervenção na urbe. Os problemas que assolavam a cidade estavam deixando de ser da esfera privada para ser da alçada do Estado”. O Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade, apresentado em 1875, abrangia as freguesias do Engenho Velho, Andaraí, São Christovão, Catete e Botafogo, com destaque para o problema do Canal do Mangue, cujas propostas compreendiam a sua navegabilidade com prolongamento até o mar, canalização e ajardinamento (**Figura 18**), a abertura, o alargamento, a retificação e o alinhamento de ruas, *boulevard* e praças; o aterro de áreas pantanosas¹³⁷; a expansão do tecido urbano em direção à Cidade Nova; além da construção de um sistema de água e esgoto e de um ramal da estrada de ferro de D. Pedro II. Em relação ao Canal do Mangue, considerado um foco miasmático para a cidade, o Canal do Mangue era alvo de uma série de intervenções, como o projeto de uma lavanderia pública em 1872 (**Figura 19**), parte do Plano de Melhoramentos do Canal do Mangue, que indiciava os hábitos, os costumes e os modos de apropriação do espaço da cidade.

Por aviso de 27 de maio ultimo dignou-se V. Ex. incumbir-nos de organizar um plano geral para alargamento e rectificação de varias ruas desta capital e para a abertura de novas praças e ruas, com o fim de melhorar suas condições higienicas e facilitar a circulação entre seus diversos pontos, dando ao mesmo tempo mais belleza e harmonia às suas construcções (PASSOS et. al., 1874 *apud* Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1874, p. 697).

¹³⁶ BRASIL, Relatório das previsões orçamentárias, no quadro de despesas do Império para o exercício de 1875-1876. Arquivo Nacional.

¹³⁷ O Relatório do Presidente da Junta de Hygiene sobre o estado sanitário durante o ano de 1878, apresentado por Barão do Lavradio ao governo em 1879, reforçava que: “entre as causas principaes a que se attribue a insalubridade desta capital figura a existência de pântanos em varias freguezias. Segundo as informações que me foram ministradas, muitos são os terrenos baixos e alagadiços que existem nas freguezias de S. Christovão, Engenho Velho, Espirito Santo, Sant’Anna, Lagoa e Gloria, e delles, qualificado como o mais extenso, o que fica entre a ponte dos Marinheiros e a rua do Imperador (CARVALHO, 1879, p. 37).



Figura 18: Projeto de ajardinamento do canal do Mangue, 1875. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Brasil: o Império nos trópicos. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br>. Acesso em: 30/08/2020.



Figura 19: Projeto de lavanderia pública: transformação do Canal do Mangue, 1872. Ministério da Viação e Obras Públicas.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Brasil: o Império nos trópicos. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br>. Acesso em: 30/08/2020.

A região escolhida oferecia melhores condições para o desenvolvimento da cidade (PASSOS et. al., 1874). O texto normativo prescrevia todos os melhoramentos necessários à salubridade pública, incluindo detalhado conjunto de normas construtivas para as habitações. Destacava-se uma preocupação central no Plano de Melhoramentos da Cidade em relação à salubridade pública e saúde humana. Considerando o cenário social e urbano da cidade imperial, uma intervenção urbana que visasse facilitar o acesso aos palacetes escolares, refletia positivamente sobre o bem-estar dos sujeitos envolvidos na escola e no entorno imediato, objeto das políticas higienistas do período. Entretanto, é importante lembrar os silêncios do Plano de Melhoramentos da Cidade em relação ao processo de escolarização, não tecendo referências diretas aos projetos das “Escolas do Imperador” na década de 1870.

No Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade, Pereira Passos já apontava a necessidade de plantação de árvores nas praças e ao longo dos passeios nas ruas, reconhecendo sua importância como forma de abrigo contra a ação do sol, de purificação do ar e de combater a insalubridade do solo. Tais intervenções paisagísticas sinalizavam uma preocupação com o pedestre, a qualidade dos espaços públicos e o potencial de sua caminhabilidade pela cidade. Segundo Vargas e Netto (2017, p.198), “as áreas mais acessíveis de uma cidade tendem a ter potencial para uma alta caminhabilidade, alinhando no tempo seus padrões de acessibilidade, densidades e presença de atividades”. Os autores chamam a atenção para a interface estabelecida entre formas arquitetônicas, espaço público e formas de apropriação pelo sujeito.

O relatório supracitado possibilitou indiciar um olhar estético modernizante de Pereira Passos no que se refere, por exemplo, ao desenvolvimento da indústria agrícola, o que também pode ser observado por meio de dispositivos legais e da realização das conferências agrícolas no período. O autor projetou um grande parque urbano e a construção de um “palácio de exposições”, o qual ele destacava a não necessidade de reprodução da suntuosidade característica dos palácios de Londres e Paris. O “palácio de exposições” estaria localizado próximo à Escola da Freguesia de São Christovão, cuja fachada também sinalizava o progresso por meio da presença de um relógio.

No espaço que actualmente occupa o matadouro, augmentado com os terrenos adjacentes até a valla que passa nos fundos da chacara do Sr. Visconde de Mauá, projectou a Commissão um grande parque, e dentro deste um vasto edificio destinado a servir para exposiçãõ permanente de machinas e aparelhos applicados à indústriã e principalmente à agrícola, que é a principal base da riqueza nacional (PASSOS et. al., 1876, p. 5).

Francisco Pereira Passos deixou transparecer uma preocupação com o caráter educativo do processo industrial, apontando tanto a necessidade de capacitar os trabalhadores do campo para o trabalho com as máquinas, quanto às melhorias que poderiam ser introduzidas nas máquinas pelos fabricantes a partir do contato com as classes agrícolas. Pereira Passos adverte ainda sobre o estado precário da lavoura, levantado por meio de um abaixo-assinado de 1872, e a consequente necessidade de mecanização dos processos a exemplo de outros países mais avançados, garantindo maior produtividade, bem-estar para as classes agrícolas e o gosto pela vida no campo (Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade, 1874).

Em geral, a intervenção proposta pelo Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro tencionava introduzir uma prática urbanística baseada nos princípios da ordem, sob o viés do higienismo, da infraestrutura e da estética urbana. Isto se justifica ao pouco adensamento populacional da região conhecida como Cidade Nova, a qual possibilitaria aos engenheiros uma maior liberdade projetual. O traçado urbano idealizado permitiria a circulação de pessoas e de mercadorias pela cidade, ao mesmo tempo em que induziria uma nova forma de ocupação e parcelamento do solo, afetando o sistema fundiário (SILVA, 2012). Nessa perspectiva, Pereira Passos procura intervir, de forma indireta, no problema do adensamento populacional da Cidade Velha. Já Andreatta (2009) destaca quatro aspectos em relação ao Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade: retificação da estrutura urbana; normatização da habitação; sistema de drenagem das águas pluviais junto ao Canal do Mangue e reestruturação da área portuária (**Mapa 10**).

Em meio a constrangimentos, resistências, disputas e relações de poder-saber entre os diferentes sujeitos, à frente da municipalidade, envolvidos com as obras públicas da cidade, observa-se que o Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos de 1874 sofreu algumas críticas por não contemplar a região central mais antiga do processo de

ocupação da cidade. Como resposta às críticas, a Comissão de Melhoramentos apresentou o segundo relatório em 1876, voltado para a região central da cidade, contendo propostas como o arrasamento dos morros do Senado, do Castelo e de Santo Antônio; a retificação do traçado urbano da Cidade Velha, com abertura, ampliação e prolongamento das ruas estreitas; o Canal do Mangue e as habitações populares (PASSOS et. al., 1876). Observa-se que o viés higienista e a preocupação com a saúde pública foram reforçados no segundo relatório, em virtude do desmonte dos morros da região central, necessário à salubridade e ventilação dos espaços da cidade, e as prescrições normativas direcionadas para as residências.

No Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade, as obras emergenciais, centradas na conclusão do prolongamento do Canal do Mangue¹³⁸ (**Mapa 10**), com desobstrução e construção de um sistema de esgotamento, eram consideradas por Francisco Pereira Passos como um modo de “converter em uma obra de utilidade publica aquelle receptaculo de immundicias e permanente fóco de infecções miasmáticas” (PASSOS et. al., 1876 *apud* Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1876, p. 705). A preocupação com a manutenção do Canal do Mangue era observada também por meio de documentos oficiais, que sinalizavam estratégias adotadas pelos engenheiros fiscais da municipalidade junto à Companhia *Rio de Janeiro City Improvements*, visando evitar os problemas de inundações pelas ruas da cidade.

¹³⁸ No parecer crítico de 1875, o engenheiro Vieira Souto comenta sobre transbordamento do Canal do Mangue devido às fortes chuvas de abril de 1872 e que, portanto, a seção de vazão é insuficiente mostrando-se contrário à proposta de prolongamento do Canal (p.18).

ESCOLAS DO IMPERADOR

Escola de São Sebastião
(1872)

Escola de São Christovão
(1872)

Escola da Freguesia de São
José (1874)

Escola da Freguesia de
Nossa Senhora da Glória
(1875)

Escola da Freguesia de
Sant'Anna (1877)

Escola da Freguesia de São
Francisco Xavier do
Engenho Velho (1877)

Escola da Freguesia de
Santa Rita (1877)

Escola Mixta da Imperial
Quinta da Boa Vista (1883)

Mapa 10: PLANO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE 1875-1876.

FONTE: Mapa elaborado a partir da cartografia de ANDREATTA (2006).



Pensando nas culturas urbanas em construção na segunda metade do século XIX, afirma-se que se tencionava a organização da urbe imperial por meio da medicina urbana¹³⁹. Acontecimentos simultâneos ou não que acabaram por influenciar a atuação dos engenheiros, desde planos de melhoramentos da cidade, normatizações para as habitações particulares, sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sistemas de transportes, dentre outros serviços básicos visando à melhoria das condições de vida da população. Considerando que, segundo Foucault (2017, p.164), “o problema da propriedade privada, princípio sagrado, impede que essa medicina seja dotada de um poder forte”, afirma-se que a preocupação em regulamentar o espaço privado sinaliza intencionalidades, indícios, rastros e aproximações de uma política de desenvolvimento urbano em construção aos preceitos defendidos pela equipe de médicos a frente da Junta Médica em atuação no período.

Nessa perspectiva, a Comissão de Melhoramentos da Cidade de 1874 a 1876 direcionou seus esforços para definir parâmetros construtivos tanto para o espaço da cidade quanto para os edifícios particulares¹⁴⁰, cujas fachadas deveriam sinalizar a hierarquia social, a qualidade e a finalidade do prédio. As regras definidas para a construção de edifícios particulares estão voltadas para a salubridade das habitações. Eram difundidos novos preceitos arquitetônicos, normas higiênicas, princípios estéticos e novas relações sociais a partir das intervenções urbanas na capital.

Havia orientações quanto, por exemplo, à altura das edificações de acordo com a largura das ruas; ao pé-direito de três metros e à disposição dos cômodos habitáveis; à dimensão dos vãos; à espessura das paredes e ao sistema de esgotamento, de modo a garantir a segurança, o conforto e a higiene das moradias. Os engenheiros criticam ainda

¹³⁹ “A medicina urbana possuía três objetivos centrais: 1) analisar os lugares de concentração, acumulação e agrupamento de tudo o que no espaço urbano poderia provocar enfermidades, lugares que geravam e difundiam fenômenos epidêmicos ou endêmicos, daí o interesse pelos cemitérios e matadouros, por exemplo; 2) controlar a circulação, não dos indivíduos, mas de coisas ou elementos, essencialmente a água e o ar, daí a preocupação com as dimensões da rua, já que estas eram tidas como as “veias e artérias” do corpo urbano, as dimensões dos ambientes públicos e privados e a proteção das fontes de água, por exemplo; e 3) organizar um sistema de captação e distribuição de águas, bem como o de esgotos da cidade” (GONDRA, 2004, p. 181).

¹⁴⁰ Vieira Souto (1875) tece críticas à abrangência dos trabalhos da Comissão de Melhoramentos, que procurou legislar, detalhadamente, sobre o saneamento da cidade bem como sobre as normas construtivas de casas particulares, campos de responsabilidade da Comissão de Saneamento e da Câmara Municipal, respectivamente. Recorrendo a Gomes e Hansen (2016), é possível afirmar que a equipe de engenheiros tencionava uma afirmação intelectual em meio às redes de sociabilidade e solidariedade no período.

a uniformização das fachadas, afirmando que “neste ponto é preciso deixar a cada um a liberdade de construir segundo seus gostos, seus hábitos e suas conveniências pessoais: o aspecto exterior de cada casa deve enunciar o fim a que é destinada ou a posição social dos que a habitam” (PASSOS et. al., 1876, p. 7).

A experiência de Pereira Passos em Paris, como engenheiro durante a gestão do Prefeito Georges Eugène Haussmann (1853-1870), parece ter influenciado o Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Na busca de exemplificar a viabilidade das intervenções urbanísticas, propostas para a cidade do Rio de Janeiro a partir das cidades da Europa, Pereira Passos destaca que “Pariz, que tem pretensões a ser a capital do mundo civilizado, foi a primeira a dar o exemplo de abertura de novas ruas e reconstruções em grande escala” (PASSOS et. al., 1876 *apud* Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1876, p. 707).

Francisco Pereira Passos (1876) afirma que as intervenções parisienses serviram de modelo para outras cidades como Lyon e Marsella na França, Vienna, Bruxellas e Londres. A adoção de referenciais estrangeiros pela política de saneamento público também pode ser observada por meio da imprensa especializada¹⁴¹, quando foi destacada a “boa experiência” da cidade de Nápoles, conhecida por sua insalubridade na época, que causaria grande impacto no espaço urbano devido à demolição de um número expressivo de 17.000 habitações com desapropriação de 7.100 proprietários (VIANA, 1889, p. 92 *apud* SOBRAL, 2015, p. 306).

Destarte, estando Pereira Passos a frente do Projeto de Melhoramentos da Cidade (1874-1876) bem como do projeto de construção das “Escolas do Imperador”, parece aceitável o indiciamento de que sua experiência europeia possa ter influenciado a sua atuação enquanto engenheiro da municipalidade. No período de 1863 a 1875 desencadeou-se uma série de obras públicas, direcionadas para a capital do Império, desde a abertura de túneis; a modernização de portos (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**); as cartas hidrográficas e geográficas; o projeto de abastecimento de água; a construção de pontes, estradas de rodagem, linhas de telégrafos e ferrovias em quase todas as províncias (TELLES, 1994), até a construção de edifícios públicos, sendo um

¹⁴¹ Ernesto da Cunha Araújo Viana. *Architectura do século XIX e Hygiene Publica – Saneamento de uma cidade*. Revista dos Constructores, 1889 (*apud* SOBRAL, 2015, p. 305-306).

destinado para a própria Inspetoria de Obras Públicas, localizado nas proximidades, intencionalmente ou não, do edifício da Escola Pública de Sant'Anna, ambos de autoria do engenheiro Francisco Pereira Passos.

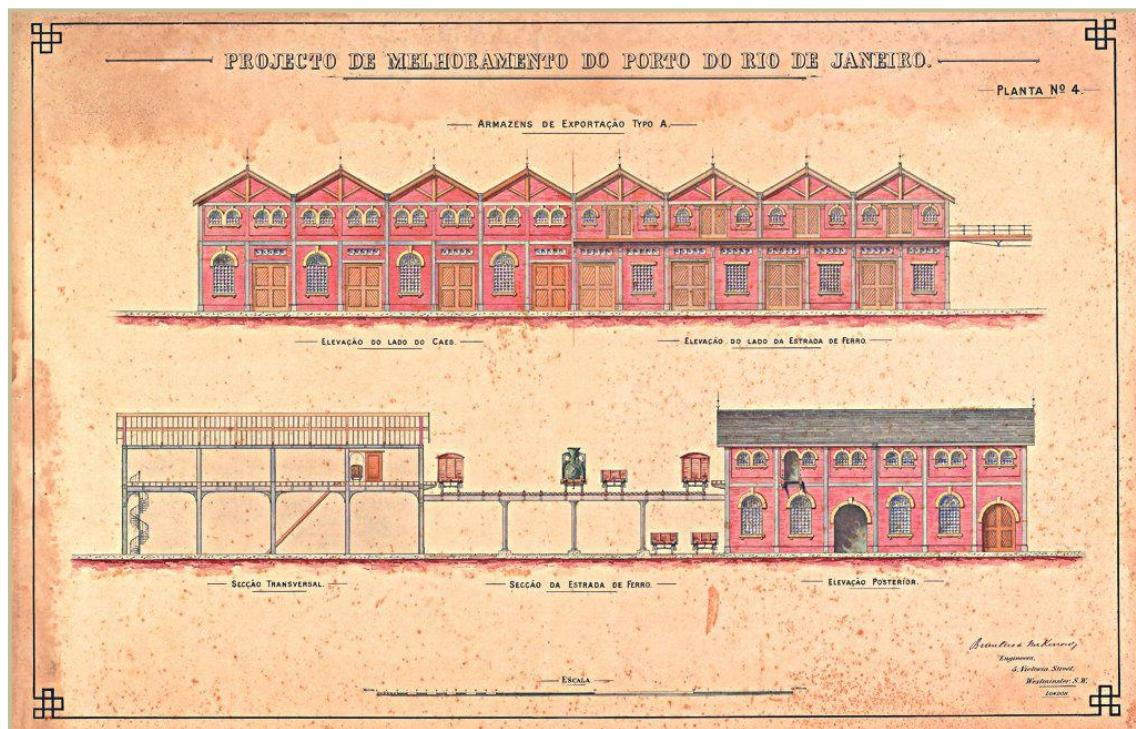


Figura 20: Projeto de Melhoramento do Porto do Rio de Janeiro – armazéns de exportação. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1863.
 FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Brasil: o Império nos trópicos. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br>. Acesso em: 30/08/2020.

Produzindo diferentes estéticas de se olhar a cidade, Francisco Pereira Passos apontou sua preocupação com a questão da estética tanto do espaço público, quando projeta as grandes avenidas, parques ajardinados, hortos botânicos e praças com chafarizes ornamentais, como também da estética dos prédios particulares, aliada à salubridade e ao conforto dos usuários do espaço. No entanto, usuários que estão sujeitos aos dispositivos legais ao mesmo tempo em que munidos de estratégias de apropriação, significação e de reconstrução do espaço, de acordo com seus valores, princípios e experiências. O ato projetual dos espaços da cidade, segundo os critérios da simetria, do equilíbrio e da harmonia sinalizava uma “educação do olhar” voltada para os sentidos de urbanidade em construção no período.

Alheios às mais simples noções de esthetica e até muitas vezes aos mais insignificantes preceitos da architectura, esmeram-se os nossos mestres d'obras em sobrecarregar as fachadas dos predios com molduras e cimalthas sem sujeição, já não diremos, às regras da arte em que tanto primaram a Grecia e a antiga Roma, e que ainda hoje merece tanto cuidado nos paizes mais cultos, mas às leis mais simples da conveniência e da harmonia; intercalam ornamentos sem gosto, nem justeza nas proporções; distribuem irregularmente as aberturas dos edificios (...) que, além de darem às nossas ruas uma apparencia sem arte e sem gosto, impropria sem duvida da nossa civilização, tornam-se ainda nocivas ao confôrto do interior do lar (PASSOS et. al., 1876, p. 8).

Enfim, a necessidade de se produzir diferentes saberes, valores e estéticas urbanas que implicavam em políticas sanitaristas, visando garantir a saúde pública, reordenar o espaço social da cidade e estimular o cultivo do belo, da harmonia e da ordem (VEIGA, 2003). A partir da segunda metade do século XIX, o processo de modernização da cidade imperial implicava repensar as formas de saber técnico-científico a partir da tríade medicina, educação e engenharia (**Mapa 11**). A localização dos prédios da Faculdade de Medicina e da Escola Militar, onde funcionou a formação de engenheiros militares no período de 1874 a 1904, conforme visto anteriormente, parece reunir alguns dos intelectuais que seriam responsáveis pela política de melhoramentos da cidade. A proposta de abertura da Avenida Beira Mar até Botafogo, prevista pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876 beneficiaria a acessibilidade ao local.

Nessa perspectiva, as escolas de Medicina e de Engenharia assumiam um papel primordial na formação de especialistas, que conduziriam o processo civilizador e a construção de um ideário moderno a partir da remodelação da cidade. Iniciava-se assim um período marcado por grandes exposições de obras públicas que serviram para fortalecer a engenharia nacional. Na busca de indícios, rastros e sinais do processo de modernização da cidade, buscou-se mapear as intervenções do Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, com destaque para as áreas de estudo, a fim de melhor compreender as transformações urbanísticas, propostas ou executadas, no período. Cabe destacar que, apesar de um reduzido número de intervenções executadas, por questões orçamentárias do Estado e da falta de interesse da iniciativa privada, acredita-se que o plano tenha contribuído para a formação de um pensamento urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro (ANDREATTA, 2009; BENCHIMOL, 1992).

Mapa 11: Localização dos prédios da Faculdade de Medicina, do Hospício Dom Pedro II e da Escola Militar a serem beneficiados Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876.

Fonte: Acervos virtuais da Biblioteca de Obras Raras do Senado e da Brasiliense Fotográfica da Biblioteca Nacional.

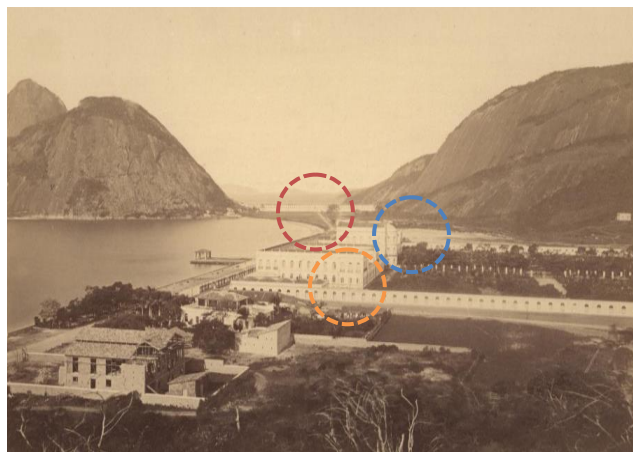


Figura 21: Escola Militar, Faculdade de Medicina e Hospício de D. Pedro II, em primeiro plano, na Praia Vermelha.

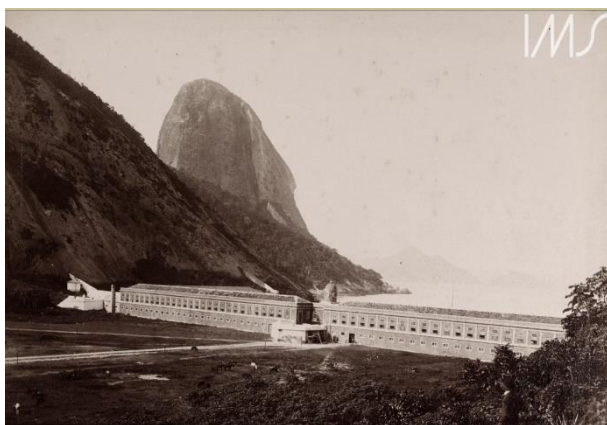
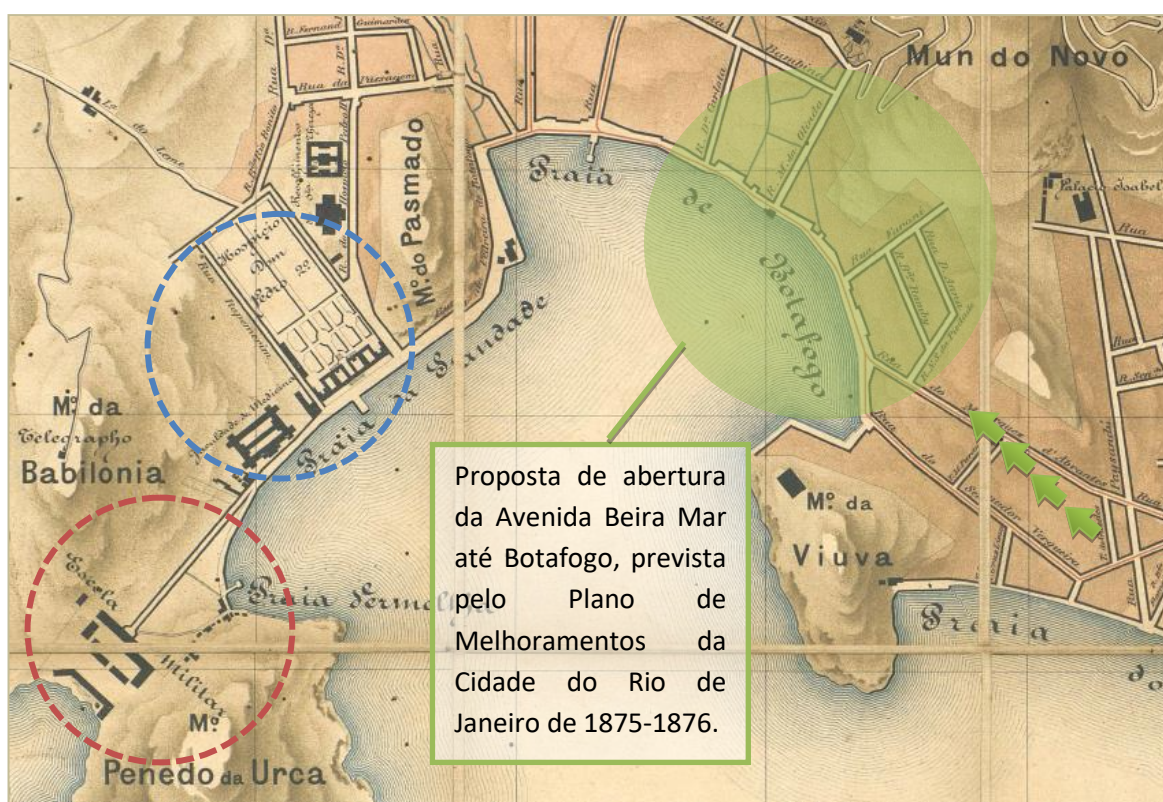


Figura 22: Escola Militar na Praia Vermelha



Figura 23: Hospício Dom Pedro II

2.3 A cartografia desenhada a partir do Plano de Melhoramentos e das “Escolas do Imperador”: intervenções, tensões e intenções.

Trabalhar a cartografia da cidade imperial requer construir uma determinada imagem de urbanidade¹⁴², capaz de possibilitar ao usuário inúmeras leituras, interpretações e sentidos. Em alusão a Calvino (2017), pode-se afirmar que a cartografia deve servir para dar visibilidade à cidade na história. Calvino (2017, p.175) incita refletir sobre as mudanças e permanências derivadas de um processo de urbanização das cidades, ao descrever as “cidades contínuas”: “assim, ano após ano, vi o desaparecimento do fosso, da árvore, do espinhal, escondidos por barreiras de sorrisos tranquilos em caras redondas que se movem mastigando folhas”. Nesse processo indiciário sobre a produção de mapas no período, a cartografia funcionaria, portanto, como um dispositivo de saber-poder adotado por um grupo de especialistas, que visava projetar a “cidade ideal” com a proposta de modernização da estrutura urbana colonial existente. Por outro lado, a representação gráfica espacial das diferentes temporalidades, através da cartografia, poderia evitar que as cidades se tornassem “invisíveis” mediante os sucessivos processos de renovação urbana.

Cabe destacar que os levantamentos geográficos e topográficos para mapeamento e demarcação de fronteiras compreenderam uma das principais atividades da engenharia no período colonial. Apesar do desenvolvimento da astronomia e da geodésia no século XVII e de processos de levantamento e de projeções cartográficas no século XVIII, ainda predominavam as cartas marítimas para uso dos navegantes. A atividade cartográfica no século XVIII foi intensa na produção de mapas, como das baías de Guanabara e de Todos os Santos, do Engenheiro José Antônio Caldas (1770) e do Mapa Geral do Brasil na Sociedade Geográfica de Lisboa. Destacou-se no período o mapeamento executado pelas

¹⁴² Entende-se o conceito de urbanidade, segundo Vicente del Rio (2016, p. 250-251), como a “capacidade de se presenciar diferenças e em se experienciar o “outro” numa cidade (Baudelaire *apud* Sennett, 1990, p. 123), e sobre estar imerso na esfera pública e escapar da “tirania da individualidade” (Sennett, 1974). Urbanidade é reconhecer e aceitar diferentes pontos de vista na cidade: culturais, políticos e sociais. Ela se encontra na vitalidade e diversidade da cidade e seus espaços (Jacobs, 1961) ou, simplesmente, na dimensão humana da cidade (Gehl, 2010). Para os fenomenologistas, a urbanidade reflete a dimensão existencial da cidade (Norberg-Schulz, 1979), relaciona-se com uma multiplicidade de pequenos atos que tornam o lugar atemporal (Alexander, 1979) e define a qualidade da cidade que nos faz sentir em casa quando no espaço público (Aguiar, 2012). Mas mesmo que não possamos expressar a ideia de urbanidade com a exatidão das palavras e a reconheçamos, acima de tudo, como um sentimento perante a cidade, a urbanidade é o objetivo mais nobre da nossa profissão na construção do lugar (*placemaking*)”.

Comissões de Demarcação de Limites por toda a extensa fronteira terrestre brasileira, visando à demarcação de territórios entre Portugal e Espanha (TELLES, 1994).

Casco (2018, p.372) afirma que “os mapas são paisagens culturais, recortes, registram hábitos, tradições, tecnologias, valores e visões de mundo – são produtos de culturas e representações destas”. A autora afirma que as cidades construídas visam “modelar” as relações entre os sujeitos e que é preciso buscar os vestígios materiais, edificados ou documentados, da sua história. Mas, os mapas seriam capazes de “fotografar” uma cidade em movimento? Consciente das limitações e dos recursos da cartografia, o desafio consiste em se aproximar daquele presente, de modo a produzir um mapeamento inteligível das intervenções idealizadas pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876.

Enquanto documento histórico, a cartografia é entendida, no presente estudo, como uma representação ou narrativa de cidade, carregada de intencionalidades, possibilidades e resistências, que foi idealizada, interpretada e experienciada de diferentes modos pelos sujeitos. Cabe destacar que a cidade foi representada no “Mapa arquitetural do Rio de Janeiro” em 1874¹⁴³, tencionando registrar a área central como uma fotografia dos prédios existentes no período, alvo das principais intervenções projetadas pela equipe de engenheiros da Comissão de Melhoramentos.

Era preciso estar-se à cata de fotografias e desenhos para reconstituir mentalmente ‘o que poderia ter sido’ de modo a preencher as grandes lacunas da primitiva trama urbana, - e eis que acontece uma das tais coisas ‘impossíveis’ segundo a velha canção: o antigo centro da cidade de repente ressurgiu, figurado de corpo inteiro com suas fachadas perfiladas ombro a ombro, casa por casa, rua por rua, a revelar-nos a unidade arquitetônica e urbanística que para sempre se perdeu (COSTA, 1995, p.374 *apud* CASCO, 2018, p. 391-392).

Observa-se que a Comissão de Melhoramentos, responsável pela reforma urbana da cidade, produziu uma detalhada representação gráfica das intervenções propostas. Com foco na “medicalização” dos espaços da cidade, os engenheiros parecem subordinar a política de embelezamento ao projeto de urbanização sob o viés higienista do período. Em virtude dos custos elevados do projeto, poucas intervenções propostas pela equipe de

¹⁴³ O “Mapa arquitetural do Rio de Janeiro” de 1874 (Mapa 1) foi apresentado no Capítulo 1.

engenheiros foram executadas, que envolviam, principalmente, o arrasamento de morros (Santo Antônio, Castelo e Senado) e o posterior aterro de alagadiços e trechos da Baía da Guanabara. O desmonte dos morros, aliado à retificação da cidade, indiciavam os simbolismos, as intencionalidades e as disputas envolvidas no espaço urbano. Com o aterro das áreas pantanosas, a expansão da cidade em direção às regiões norte e sul seria facilitada, decorrente das obras de infraestrutura viária, com abertura de vias e eliminação de barreiras físicas, e de provimento de água e esgotamento sanitário, visando eliminar os focos miasmáticos da cidade.

Inspirado em sua experiência no plano urbanístico da cidade de Paris, executado por Haussmann, Pereira Passos tencionava organizar o espaço da cidade através da retificação, do alargamento e da disposição harmoniosa dos elementos urbanos - vias públicas, passeios e edifícios públicos e privados¹⁴⁴. Ao projetar novos eixos viários monumentais na área central, capazes de integrar os “espaços simbólicos de poder” (**Mapa 12**), Pereira Passos sinalizava o desejo de fortalecimento de novas centralidades do Governo Imperial, para além do centro de poder colonial, nas proximidades do mar, marcado pela escravatura. A necessidade de expansão e de disciplinarização do espaço da cidade, por meio do desenho urbano, aproxima, portanto, o Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876 das demandas sociais suscitadas a partir da Lei do Ventre Livre.

Acredita-se que os novos centros administrativos funcionariam como espaços de saber-poder, em alusão a Foucault (2017), onde estariam localizados os principais prédios públicos da máquina estatal, incluindo as “Escolas do Imperador”. A revitalização do Campo da Acclamação, também denominado Campo de Sant’Anna, prevista no Relatório Beaurepaire (1843), já parecia sinalizar a pretensão de uma nova centralidade política, que acabou por atrair os principais marcos institucionais da política imperial na segunda metade do século XIX. Sousa e Amora (2014, p.654) afirmam que “Beaurepaire Rohan propôs o Campo de Sant’Anna não mais como limite do núcleo colonial, mas como articulador entre a cidade velha e a Cidade Nova, entre os morros do Senado e da Providência, entre a zona produtora do estado e a zona de escoamento” (ANDREATTA,

¹⁴⁴ O engenheiro Vieira Souto acusa Pereira Passos de desejar “transplantar para a nossa capital as disposições que regem a construção das casas de Paris, sem attender ás nossas condições especiaes de clima, costumes e riqueza, e sem se lembrar que, como dizia Francisco I «*Paris n'est pas une ville, c'est un monde*!»” (1875, p.106). Entretanto, ele sugere que, no que se refere ao dissecação das áreas pantanosas, os trabalhos da Holanda servissem de modelo para o Brasil.

2006; PINTO, 2007). Entretanto, as obras de melhoramentos do Campo da Acclamação não foram executadas, cujas precárias condições sanitárias eram denunciadas na grande imprensa, conforme publicação no Diário do Rio de Janeiro, de 26 de maio de 1860.

Mapa 12: As centralidades de poder desenhadas pela expansão da cidade e os planos urbanísticos do século XIX na Corte Imperial.



FONTE: Mapa editado a partir de base disponível no Acervo virtual da Biblioteca de Obras Raras do Senado e imagens obtidas do Arquivo Público - CREP/SME.

O campo da Acclamação, um dos lugares mais proprios do mundo para tornar-se formoso, não passa de um pantano infecto. As plantas ahi crescem confusamente e sem cultura; ahi ensontram-se aguas estagnadas que formam atoleiros a cada passo; os cavallos, burros e bois, nelle pastam em liberdade; as fileiras de lavadeiras deitam no chão as aguas sujas e carregadas de sabão; e os vegetaes, excrementos humanos e animaes em fermentação, as aguas em putrefação tornam-se caudas activas de insalubridade e infecção. O ar impregnado de miasmas espalha-se na cidade; une ainda a sua influencia mortífera, a influencia dos habitantes apinhoados nos limites estreitos dela. Seria, portanto, muito facil tornar são esta cloaca. **Bastaria traçar convenientemente alamedas, plantar arvores e flores, e fazer deste campo um passeio publico** (Diário do Rio de Janeiro, de 26 de maio de 1860; grifos meus).

Em 11 de fevereiro 1868, as cartas publicadas no Diário do Rio de Janeiro, trocadas entre o redator principal e o Dr. Adolpho Bezerra de Menezes da Câmara Municipal da Corte, continuavam a denunciar o estado de precariedade do Campo de Sant'Anna, sinalizando as reivindicações em torno dos ajardinamentos das praças públicas a exemplo da cidade de Paris. “O que faz de Paris esse paraíso que todos encarecem não são os bailes e theatros; são antes os divertimentos em pleno ar, á qualquer hora, todos os dias, e por toda a parte”. Tecendo comparações com o *Square ad Tour de Saint Jacques*, o redator afirma que “temos muitos locaes; por exemplo, o largo do Paço, o Rocio Pequeno, o largo do Machado, e o campo de S. Christovão”.

Intervenções em torno do traçado urbano, do ajardinamento e da salubridade pública que norteavam o Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876. Desde o início do século XIX, a configuração do Campo da Acclamação se desenhava na cidade imperial, sendo palco de acontecimentos políticos importantes como a proclamação da República em 1889 (SISSON, 2008). Em termos estéticos, afirma-se que tanto o espaço público quanto o espaço privado foram pensados sob as “regras da arte e as leis da esthetica” (Regulamento da Directoria das Obras Municipaes da Cidade do Rio de Janeiro, 1868). Cabe destacar que as obras de ajardinamento do Campo da Acclamação enfrentaram certos conflitos, devido à construção de uma cisterna pela companhia Rio de Janeiro City Improvements no local, cuja retirada imediata foi determinada pela Câmara Municipal da Corte para a execução do parque público (Diário do Rio de Janeiro, de 8 de maio de 1873). Sua concepção paisagística foi projetada por Glaziou a partir de 1880,

sendo circundado por um expressivo conjunto arquitetônico, conforme observado anteriormente, que reunia as principais instituições públicas da Corte Imperial.

A praça da Acclamação collocada, quasi, no centro da cidade, com 594 metros de comprimento sobre 308 de largura. Logo que terminar-se seu ajardinamento, já bastante adiantado, e for erigido o monumento, que se projecta, em memoria das victorias alcançadas, pelas armas brasileiras, no Paraguay, esta praça será um dos melhores parques do mundo (BORGES, 1875, p.357).

Nessa perspectiva, o Campo da Acclamação reunia não somente os marcos institucionais da corte imperial, como também funcionaria, em alusão a Lynch (1997), como um nó urbano de onde convergiam importantes vias de circulação, que facilitariam a expansão da cidade nas direções sul e norte, consolidando uma região central denominada Cidade Nova. Interessante notar as permanências ao mesmo tempo em que os apagamentos de marcos expressivos do Campo da Acclamação, como a demolição da Igreja de Sant'Anna para a construção da Estação da Estrada de Ferro Dom Pedro II em 1875 (**Mapa 13**).

Os melhoramentos urbanos com aterros de áreas pantanosas e a expansão dos transportes coletivos contribuíram para a circulação de ideias, pessoas e produtos bem como o acesso às opções de divertimento e de experiências corporais no espaço público (MELO, 2018). Nesse sentido, o local funcionava como um espaço cenográfico que comportava uma multiplicidade de usos, sentidos e apropriações por diferentes sujeitos. O Campo da Acclamação comportava desde os principais prédios públicos, incluindo a Escola da Freguesia de Sant'Anna, até os espaços de entretenimento como o estabelecimento de Torneios Romanos, onde funcionavam as atividades circenses com espetáculos, ginástica, corridas de cavalos e touradas em meados do século XIX (MELO, 2015). À esquerda do Campo da Acclamação, destacava-se uma praça rodeada pelo Quartel General do Exército, a Câmara Municipal e a Escola da Freguesia de Sant'Anna em posição de destaque (**Mapa 13**).

Mapa 13: A ordem civilizatória a partir do desenho urbano e das instituições de poder-saber no Campo da Acclamação (atual Campo de Santana).



FONTE: Base cartográfica publicada em Sisson (2008) e editada pela autora.

As intervenções urbanísticas do Plano de Melhoramentos de 1875-1876, em direção à Cidade Nova, Zona Norte e à Zona Sul, podem sinalizar a necessidade de expansão da cidade, como também para facilitar a expansão da rede de escolarização e o acesso aos locais de implantação das “Escolas do Imperador” nas freguesias urbanas da Gloria e de São Christovão (Mapa 10).

Observa-se ainda, no referido mapa, que a nova centralidade do Campo da Acclamação servia para limitar a “Cidade Nova”, abordada no Primeiro Relatório do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875), do antigo centro colonial consolidado pelo Largo do Paço que representava a “Cidade Velha”, objeto do Segundo Relatório do Plano de Melhoramentos da Cidade (1876).

Portanto, era preciso intervir no traçado da cidade colonial bem como eliminar os focos miasmáticos derivados de áreas pantanosas, das ruas e vielas estreitas e do amontoado de casas populares insalubres nas freguesias urbanas centrais, que favoreciam a disseminação das epidemias (febre amarela, cólera, malá-

ria, varíola, tuberculose, peste bubônica), com elevados índices de mortalidade. Nos anos de 1870, dois grandes surtos da febre amarela vitimaram mais de sete mil pessoas (CHALHOUB, 1996). A falta de salubridade era agravada pela precariedade das condições habitacionais das casas de cômodos ou cortiços, espaços subdivididos e ocupados por diferentes famílias, com pouca ventilação e insolação bem como ausência de um sistema de esgoto sanitário ou de fornecimento de água.

Daí a ênfase do Plano de Melhoramentos na regulação, no controle e na normatização da habitação. A persistência dos ensaios prescritivos do conjunto normativo ou projetual em torno da habitação, a partir dos planos de melhoramentos da cidade no século XIX, indiciam a sua importância no planejamento urbano. Embora o Plano de Melhoramentos da Cidade defina normas construtivas para as habitações, o foco estava na salubridade dos espaços e não exatamente na estética das edificações. Entretanto, Pereira Passos, conforme visto anteriormente, expressa a sua preocupação com a questão da estética quando destaca como princípios da arquitetura a proporção, a harmonia, o ritmo e a simetria das fachadas (PASSOS et. al., 1876). A tipologia institucional predominante no Campo da Acclamação constituía um diferencial em relação aos demais espaços públicos, onde as “Escolas do Imperador” estão localizadas.

Nessa perspectiva, a construção da urbe moderna, dotada de critérios higiênicos e sanitaristas, perpassa a afirmação de Carvalho (2014, p.61), de que a “medicina social contribuiu decisivamente para a promulgação das primeiras leis submetendo a normas e interdições o crescimento “espontâneo” da cidade”. Era preciso controlar o adensamento populacional nas freguesias centrais, aliado ao déficit habitacional, com o crescimento da imigração em substituição da mão de obra escrava, aos problemas de saneamento básico e às dificuldades de mobilidade urbana, diante dos problemas urbanos e de transportes na cidade. O que acaba por legitimar uma série de intervenções, posturas municipais e planos de melhoramentos, voltados para a região central da cidade, indiciando os preceitos da medicina social que marca o projeto civilizatório no século XIX. Os investimentos nos sistemas de transportes (ferrovias e bondes), que atraíram investidores

estrangeiros mediante concessões¹⁴⁵ do Estado Imperial, contribuíram para impulsionar o processo de expansão, zoneamento e ocupação da cidade.

Na segunda metade do século XIX, o diálogo entre engenheiros e médicos parece tensionado pela necessidade de afirmação intelectual dos saberes, normas e ações intervencionistas sobre cidade e escola. Todos os engenheiros da Comissão de Melhoramentos da Cidade de 1874 atuavam, principalmente, no setor de infraestrutura ferroviária. Os engenheiros atuavam enquanto intelectuais, junto ao magistério superior, elaborando planos de melhoramentos da cidade, sob a ótica da engenharia sanitária, e projetando prédios públicos requeridos pela municipalidade. Paralelamente, os médicos pensavam a cidade, sob o viés da medicina sanitária, no combate às grandes epidemias na segunda metade do século XIX. Portanto, a concepção do espaço da cidade pelos médicos se aproximava da produção material do espaço urbano pelos engenheiros.

Nesse sentido, o ato projetual das escolas estava carregado de simbolismos, intencionalidades e disputas entre os diferentes sujeitos, que projetavam, “experienciavam” e reinventavam o espaço e tempo escolares. Enquanto os engenheiros participavam, direta ou indiretamente, dos projetos das “Escolas do Imperador”, os médicos prescreviam um “receituário” para a cidade. Além do Plano de Melhoramentos da Cidade e dos projetos das “Escolas do Imperador” a partir de 1870, destacou-se, sob o ponto de vista da medicina sanitária, o documento “Bases apresentadas pela Junta de Higiene para melhoramentos sanitários”, que foi produzido, em 1878, por uma equipe de médicos da Junta Central de Higiene Pública¹⁴⁶, composta pelos médicos José Pereira

¹⁴⁵ Praticamente todos os grandes nomes da engenharia nacional, que tiveram papéis de destaque na arena pública, também eram empreiteiros ou tiveram empresas construtoras, como Francisco Pereira Passos, Paulo de Frontin, André e Antônio Rebouças, Carlos Sampaio, Vieira Souto, Eduardo Guinle, Cândido Gafreé, João Frederico Russel e Joaquim Murinho, entre outros. A concessão dos serviços e contratação para obras, “sempre” cabia, inicialmente, a empresas nacionais que depois repassavam esses direitos aos capitais privados estrangeiros. A transação de compra e venda de concessões representava uma operação comercial de altíssima rentabilidade, caracterizando muitas vezes, uma atividade meramente especulativa. Constitui um bom exemplo do que foi dito, a Companhia para exploração do serviço de esgoto, cuja concessão fora dada em 1859 a João Frederico Russel (CAETANO, 2008, p. 47).

¹⁴⁶ O século XIX é marcado por uma série de medidas sanitárias desde a criação da Junta da Instituição Vacínica da Corte em 1811, vacinando mais de 100 mil pessoas no período entre 1811 a 1835, quando passou a se denominar Junta Central de Vacinação. A partir de 1843, ficaram a cargo do Ministério do Império todos os serviços de higiene sanitária e saúde pública, como as juntas de Higiene Pública, os lazaretos, o Instituto Vacínico do Império, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro etc. Por meio do decreto nº 598, de 14 de setembro de 1850, foi criada a Junta de Higiene Pública responsável por: propor medidas visando à salubridade pública, buscar efetivar as Posturas da Câmara Municipal, atuar

Rego, Barão de Lavradio, Manoel Pacheco da Silva, Manoel Pereira da Silva Continentino, João Baptista dos Santos, Luiz Bandeira de Gouvea e Pedro Afonso de Carvalho.

A comissão procedeu a um inventário da insalubridade pública, apontando os focos miasmáticos de natureza socioambiental a serem combatidos. Em linhas gerais, as orientações, apontadas pela Comissão da Junta de Higiene de 1878, parecem contemplados no Plano de Melhoramentos da Cidade no que diz respeito ao aterro das áreas pantanosas para eliminação dos gases e dos focos de doenças; à drenagem das águas pluviais; à circulação dos ventos a partir do arrasamento dos morros situados nas freguesias centrais e à normatização das habitações populares (BENCHIMOL, 2010).

Enfim, a organização de um plano geral para alargamento e retificação das ruas visava facilitar o acesso e a circulação na cidade, aproximando e disciplinando pessoas, informações e lugares, cujos recursos de análise incluíram a implementação dos sistemas de transporte, a eliminação de barreiras sociais e físicas e os sistemas de comunicação. Refletindo sobre os projetos das “Escolas do Imperador”, objeto de discussão do Capítulo 3, pode-se pensar um sentido de complementaridade entre os dois projetos e de estreitamento entre as culturas urbanas e escolares no período, considerando a necessidade de facilitar a acessibilidade, por meio das vias públicas pavimentadas, construção de passeios e espaços públicos ajardinados, além da disponibilidade de transportes públicos.

Os entrelaçamentos entre as culturas escolares e urbanas podem ser indiciados para além dos preceitos higienistas, adotados e definidores das formas escolares. Um exemplo consiste na publicação do Primeiro Relatório do Plano de Melhoramentos da Cidade que coincidiu com a inauguração da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria em 1875. Naquele presente, já se encontravam inauguradas as escolas de São Sebastião na Freguesia de Sant'Anna e de São Christovão em 1872, e da Freguesia de São

como polícia médica em embarcações, mercados, armazéns e outros estabelecimentos. Em 1851, a então denominada Junta Central de Higiene Pública passou a reunir todos os serviços sanitários do Império. A importância da medicina é reafirmada em 1876, após o impacto da Guerra do Paraguai, com uma nova comissão de especialistas e a promulgação do decreto nº 6.376, de 15 de novembro de 1876, que reforçou o trabalho de combate às epidemias e doenças infectocontagiosas. Cabia também à Junta Central de Higiene Pública acompanhar as condições de salubridade dos novos edifícios públicos e particulares; o saneamento dos cortiços; os socorros médicos à pobreza; a inspeção de fábricas, quartéis, asilos, cemitérios etc. Em 1878, destacou-se ainda a atuação das comissões paroquiais junto à Junta Central de Higiene Pública (FONSECA, 2008).

José e da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea em 1874. Por meio de um processo indiciário, sinaliza-se que as intervenções, propostas para as freguesias do Engenho Velho, Andaraí, São Christovão, Catete e Botafogo, beneficiariam o acesso para as escolas referidas além de integrá-las às freguesias centrais.

Enquanto as intervenções, detalhadas no Segundo Relatório do Plano de Melhoramentos da Cidade, estavam mais voltadas para o Canal do Mangue, a área portuária e o ramal da Estrada de Ferro de Dom Pedro II, que favoreciam diretamente às escolas da Freguesia de Sant'Anna, assim como o acesso à Escola mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1885). Cabe salientar ainda que, no ano de 1877, logo após a publicação do Segundo Relatório do Plano de Melhoramentos da Cidade, foram inaugurados três prédios das “Escolas do Imperador”: Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, Escola da Freguesia de Santa Rita e Escola da Freguesia de Sant'Anna.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro parecia compartilhar dos ideais civilizatórios, dos preceitos higienistas, dos dispositivos legais, das instâncias regulatórias, das estratégias de vigilância e de controle do espaço urbano, enfim, de um emaranhado de redes sociais, políticas e institucionais tensionadas por diferentes sujeitos. As obras de melhoramento da cidade bem como a construção de habitações e prédios escolares tencionavam atender aos critérios higiênico-sanitários prescritos pelos especialistas, em consonância à política sanitária do final do século XIX, que definia uma série de medidas saneadoras e de dispositivos normativos coordenados pela medicina social.

Nesse sentido, buscou-se indiciar a articulação entre as pretensas melhorias na qualidade do espaço urbano e as necessidades de organizar, harmonizar e disciplinar os espaços e tempos citadinos no último quartel do século XIX. Esse exercício reflexivo implica pensar o processo de remodelação da cidade imperial para além das obras de melhoramentos nos espaços públicos ou privados. Afirma-se que o Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876 redesenhava a cidade imperial como um dispositivo disciplinar, sob a ótica foucaultiana, respaldada nos princípios civilizatórios dos idealizadores do plano, nos aparatos normativos, em temas da tecnologia construtiva, dos parâmetros urbanísticos e da medicina social, porém escapava do determinismo

formal em torno do traçado retilíneo e regular, em virtude da geografia da cidade. Nessa perspectiva, o plano visava “disciplinar” o espaço da cidade, marcado por um casario colonial espalhado em ruas estreitas e sinuosas, disputadas pelos diferentes sujeitos.

Cabe destacar também a atuação de engenheiros como André Rebouças, Antônio de Paula Freitas, Luiz Raphael Vieira Souto e Ernesto Guignet¹⁴⁷. André Rebouças projetou a abertura de túneis e de duas grandes avenidas: uma até o bairro do Andaraí e outra a beira-mar¹⁴⁸, que partia da praça D. Pedro II até a praia de Botafogo, podendo prolongar-se até a Praia Vermelha. Antônio de Paula Freitas projetou o prolongamento do Canal do Mangue até o mar e a construção de grandes avenidas no centro da cidade, sendo responsável ainda pelos projetos da Escola mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz e das Oficinas de São Christovão nos limites da Quinta da Boa Vista. De certa forma, tais intervenções propostas pelos engenheiros André Rebouças e Antônio de Paula Freitas, de abertura da avenida beira-mar até Botafogo e prolongamento do Canal do Mangue além de grandes avenidas na região central, respectivamente, foram contempladas pelo Plano de Melhoramentos da Cidade.

Telles (1994, p.148-149) afirma que, em relação ao desmorte do Morro do Castelo em 1920, houve vários projetos “como em 1838 dos Engs. Mar. Conrado Niemeyer e Gen. Pedro Bellegarde, em 1842 do Marquês de Barbacena, em 1870 do Eng. Antônio Rebouças, e em 1890 do Eng. Carlos Sampaio, o mesmo que depois como Prefeito realizaria afinal essa obra”. O morro do Castelo era considerado um obstáculo à política de saneamento da cidade e o seu desmorte já era, no início do século XIX, por José

¹⁴⁷ Professor catedrático da Escola Polytechnica, Carlos Ernesto Guinet foi responsável pela montagem do laboratório de Química Industrial e pela ênfase no ensino prático do curso. Engenheiro atuante na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Guinet atuou na liberação de fabricação de produtos químicos no país, como ácidos sulfúrico, cloro, soda cáustica, sulfato e carbonato de sódio. [Relatório Ministerial, de Carlos Leôncio de Carvalho, do ano de 1878. Ata N.1, de 15 de Janeiro de 1877, da Sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Edição 00045. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 15 set. 2020].

¹⁴⁸ Vieira Souto (1875) aponta o esquecimento de projetos de engenharia anteriores, bem como a não contemplação no Plano de Melhoramentos da Cidade, como o do André Rebouças, defendendo a construção da avenida beira-mar. “Esta avenida, apesar de ter muita razão de ser, não só porque estendia-se pela parte não commercial da cidade, aquella que é geralmente preferida para passeio, mas ainda porque facilitava a communição de muitos bairros com o centro da capital, substituindo por uma via larga os dous becos denominados rua da Lapa e caes novo da Gloria; esse projecto, dizemos, jaz até hoje no limbo do esquecimento (p. 34-35).

Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742/1821)¹⁴⁹. O engenheiro Luiz Raphael Vieira Souto participou da empreitada de arrasamento do morro do Castelo no início do século XX, como conselheiro técnico durante a gestão do prefeito Carlos Cesar de Oliveira Sampaio¹⁵⁰ (1920-1922) na cidade do Rio de Janeiro.

O arrasamento dos morros do Castello, Santo Antonio e Senado, sem dispêndio para o Estado, contratando-se estes melhoramentos e outros que delles se derivam, como a construcção do cães pelo litoral da bahia, alargamento e abertura de ruas, com empresas que se organizem para esse fim, mediante todos os favores que possam ser concedidos pelo governo sem que se procure obter destas empresas um resultado immediato e directo para os cofres publicos, é medida que julgamos necessaria e urgente (Parecer da Comissão de Melhoramentos para o Saneamento da Corte, 1887).

O saneamento da cidade era questão recorrente nos pareceres técnicos entre os diversos especialistas, como a Comissão de Melhoramentos para o Saneamento da Corte, que apontava em parecer¹⁵¹ emitido em 1887 os problemas quanto ao sistema de remoção dos cemitérios; às obras de abastecimento de água, de modo a fornecer um volume mínimo diário de 300 litros por habitante; à drenagem e ao dessecamento dos pântanos; ao saneamento das praias e da lagoa de Rodrigo de Freitas; e ao desmonte dos morros na região central da cidade. Em relação à drenagem, a comissão não julga como urgente a obra de prolongamento da parte noroeste do canal do Mangue até o mar e se

¹⁴⁹ José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742/1821) estudou letras, filosofia e direito canônico na Universidade de Coimbra. Foi deputado de Santo Ofício da Inquisição (1784-1794), bispo de Olinda (1794) e presidente da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco e de diretor-geral dos estudos de 1798 a 1802. Assumiu o posto de inquisidor-geral do Reino em 1818 e foi eleito deputado, em 1820, pelo Rio de Janeiro às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. No início do século XIX, o bispo Azeredo Coutinho recomendou o arrasamento do morro do Castelo, a partir de um estudo sanitário da cidade, organizado pelo Senado da Câmara, com um parecer de médicos portugueses - Manoel Joaquim Marreiros, Bernardino Antônio Gomes e Antonio Joaquim de Medeiros. Fonte: PAIXÃO (2008); Biografia - Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2020.

¹⁵⁰ Carlos César de Oliveira Sampaio nasceu em 13 de setembro de 1861 no Rio de Janeiro. Formou-se na Escola Polytechnica como engenheiro civil, engenheiro geógrafo e bacharel em ciências físicas e matemáticas. Atuou como professor catedrático da Politécnica e da Escola de Marinha (Escola Naval). Tornou-se assim, aos 21 anos, professor de duas instituições de ensino superior, sendo autor nesse período de dois livros: Geometria aplicada e Mecânica aplicada às máquinas. Foi prefeito da capital federal no período de 1920 a 1922. Verbete: SAMPAIO, Carlos * pref. DF 1920-1922. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SAMPAIO,%20Carlos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

¹⁵¹ Publicado na Revista do Club de Engenharia, Ano I, Vol. II, 1887, p.7-12. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per8036/1887/per8036_1887_02/per8036_1887_02_item1/P4.html. Acesso em: 08/10/2020.

mostra contrária à sua extensão em direção ao Saco da Gamboa. O parecer faz referência ainda às experiências exitosas de países estrangeiros, a partir dos principais higienistas da Inglaterra, França, Alemanha e Estados-Unidos, destacando a redução da mortalidade em mais de 50% com a drenagem das cidades.

Das intervenções de grande porte pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, realizadas ainda no século XIX, destacou-se apenas o desmonte do morro do Senado em 1891, durante a gestão do prefeito e médico, Cândido Barata Ribeiro (1892-1893), sendo executado pelos engenheiros Carlos Cesar de Oliveira Sampaio e Luiz Raphael Vieira Souto, apesar das críticas¹⁵² em relação ao plano. O material resultante foi utilizado para o aterro do saco de São Diogo e as praias Formosa, das Palmeiras e dos Lázarus que colocavam em risco a saúde pública. Vieira Souto (1875) foi um dos engenheiros mais críticos quanto ao Plano de Melhoramentos da Cidade, emitindo um parecer desaprovando a escolha dos engenheiros, que já se encontravam envolvidos em vários estudos e obras no Império, para um trabalho árduo de “propôr ao governo todas as medidas tendentes a tornarem a capital do Imperio mais salubre e bela” (p.9).

Suas críticas apontam a carência de propostas urbanísticas para a região central, já que as intervenções se estendem do campo da Acclamação até a raiz da serra do Andarahy, incluindo a Cidade Nova e as freguesias de São Christovão e Engenho Velho. Dentre as dificuldades quanto à extensão do plano pela cidade, Vieira Souto (1875) aponta a “falta de fiscalização, que facilita o despejo de toda a sorte de imundicias pelos habitantes pouco escrupulosos da Cidade Nova” (p.16); o que tornaria muito dispendioso o serviço de manutenção do canal, considerando que já no “seio da cidade, onde a policia é mais vigilante, taes abusos se repetem frequentemente” (p.25).

Vieira Souto (1875) classifica o plano como utópico e assinala como os principais problemas da área central, que deveriam nortear o plano urbanístico, a concentração de comerciantes em prédios inadequados e sem fiscalização; a falta de cais construídos junto às enseadas¹⁵³; a necessidade de aterro dos pântanos; a pouca arborização e o

¹⁵² Trata-se de uma coleção de artigos publicados no “Jornal do Commércio”, no período de 23 de fevereiro a 15 de abril de 1875, por Luis Rafael Vieira Souto, e compiladas em uma obra intitulada “Critica aos trabalhos da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: Lino C. Teixeira e C., 1875.

¹⁵³ Para Vieira Souto (1875, p. 29), o “aspecto pantanoso da enseada é em taes ocasiões hediondo, tanto quanto a residencia nas proximidades é perigosa. O lodo e materias decompostas alli accumulados são

calçamento precário; além dos urgentes melhoramentos das vias públicas, exigidos para uma boa trafegabilidade e circulação pela cidade. “É ahi que as casas são apertadas além de todo limite, sem luz, sem ventilação e outras condições indispensáveis à saúde, e sem architettura nem alinhamento” (VIEIRA SOUTO, 1875, p.10). A urbe moderna precisava apagar os vestígios do caos urbano das grandes epidemias¹⁵⁴, do déficit habitacional, da carência de infraestrutura de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, da concentração de moradias insalubres na região central e das barreiras físicas, como as áreas pantanosas e os morros no centro da cidade, que dificultava a movimentação de pessoas e mercadorias pela cidade.

Entretanto, Vieira Souto compara o traçado urbano proposto pela equipe de engenheiros a um verdadeiro “labirinto”, devido à quantidade e à dimensão das vias projetadas. O engenheiro tece críticas ainda em relação à proposta do “parque industrial”¹⁵⁵ na Freguesia de São Christovão, onde seria construído um espaço permanente de exposição para máquinas e aparelhos industriais e agrícolas. E afirma: “julga a comissão que o estado de atrazo em que jazem a nossa lavoura e industria é proveniente da falta de um musêo de machinas e aparelhos?” (VIEIRA SOUTO, 1875, p.38). Ademais, o engenheiro questiona o caráter de urgência de determinadas obras de melhoramento, para além de sua função estética de embelezamento, como as praças circulares ou elípticas, a praça de mercado, a capela próxima à pedreira de São Diogo e a Estação de Ferro D. Pedro II, além da colocação de cinco chafarizes monumentais.

bastantes para fornecer febres ao mundo inteiro”. Mas, o engenheiro se mostra contrário ao cais na enseada do Saco do Alferes, projetado com largura de 50 metros de São Christovão até a ponta da Chichorra, a fim de preservar os importantes estabelecimentos locais, trapiches e armazéns de depósito. E questiona: “qual a vantagem dessa largura descomunal? Será o cães uma via ele commercio ou de recreio?” (1875, p. 36-37).

¹⁵⁴ Vieira Souto (1875) declara, em seu parecer sobre o Plano de Melhoramentos da Cidade: “ainda bem que a febre amarela já reapareceu!” (p.11), na expectativa de que a epidemia alavancasse o conjunto de reformas urbanas na cidade. O engenheiro justifica a urgência das intervenções a partir de recentes estatísticas: “no anno de 1873 elevou-se a 15.382 o algarismo da mortalidade geral. E’ certamente digno de attenção o facto demonstrado nos quadros juntos ao relatorio do presidente da junta de hygiene, de terem procedido só das referidas febres (febres de infecção) 5.315 obitos, isto é, mais de um terço do algarismo total da mortalidade” (p.12).

¹⁵⁵ Ao invés do “parque industrial”, o engenheiro Vieira Souto (1875, p.38) defende que os recursos fossem destinados para a “instrução industrial e agrícola por meio de escolas, publicações e livros profissionais, bem como em auxiliar a abertura de novas vias de comunicação e a criação de bancos de credito rural”. Nessa perspectiva, a Escola mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1885) parece atender à demanda pelo ensino agrícola apontado no parecer de Vieira Souto (1875).

Outras críticas foram apontadas no relatório da Comissão Sanitária, elaborado em 25 de setembro de 1875, sobre o plano geral de esgotos para a cidade, referindo-se ao prazo de execução e os altos orçamentos¹⁵⁶ das obras previstas pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876: “mas com que demora será executado (si o for) o tal plano geral, mui dispendioso?”. E encerra o parecer: “não julgo, porém, conveniente o alvitre de uma obra provisória, indicada pela Comissão de Melhoramentos. Faça-se uma obra definitiva” (Relatório da Comissão Sanitaria, 1875). As propostas, apresentadas pela Comissão Sanitária, compreendiam a construção imediata de um sistema de esgotamento ou então a retirada da referida obra do plano geral para a construção por meio de concorrência; o que foi criticado pela Comissão de Melhoramentos da Cidade. Em relação aos elevados custos das obras de esgotamento sanitário, relativa ao sistema obrigatório de “drainage” do terreno anterior à edificação das residências, Vieira Souto (1875, p.105) classifica a proposta como uma “utopia” e muito dispendiosa ao setor construtivo. Outra questão apontada por Vieira Souto (1875) refere-se à execução das obras projetadas, que ficaria a cargo do Estado, sendo negociados com particulares os terrenos beneficiados com os melhoramentos. E afirma: “o Estado convertendo-se em empreiteiro de obras de interesse local!” (p. 110).

Apesar dos indícios, sinais e rastros de que engenheiros e médicos sanitaristas compartilhavam as mesmas ideias, valores e princípios em torno da higiene pública eram observados questionamentos, críticas e embates de propostas para a cidade. Um exemplo foi a publicação em jornal do parecer do Dr. Buarque de Macedo, chefe da Diretoria das Obras Públicas, em relação ao livro “Águas Potáveis – contribuições à hygiene publica do Rio de Janeiro”, como aparente forma de legitimar o papel da intelectualidade na Engenharia. A proposta, apresentada pelo higienista Dr. Baptista dos Santos, é contestada pelo engenheiro da municipalidade que apresenta um projeto, elaborado pela Inspetoria das Obras Públicas, exposto e distribuído impresso na

¹⁵⁶ Luiz Raphael Vieira Souto (1875, p.66) também questiona os orçamentos dos melhoramentos propostos, como o baixo valor do ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II (1:400:000\$000) e os elevados custos, sem o devido detalhamento dos projetos, como o palácio para exposição, no parque de São Christovão (2.000:000\$000); a praça de mercado (400:000\$000); a capela ao lado da Estrada de Ferro D. Pedro II (250:000\$000) e a collocação de 5 chafarizes monumentais (100:000\$000). Na segunda serie dos artigos publicados no “Jornal do Commercio”, de 9 de outubro de 1875 a 2 de janeiro de 1876, intitulada “O Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro. Refutação da resposta à critica dos trabalhos da respectiva comissão”, o engenheiro Vieira Souto tece um detalhado parecer sobre o orçamento das obras projetadas para a cidade pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876.

Exposição Nacional. A participação em exposições nacionais e internacionais parecia sinalizar algumas das estratégias adotadas pelos engenheiros como forma de afirmação dos espaços de saber-poder tensionados pela intelectualidade no período.

A redacção do contracto faz-nos crer, que não se conhece com exactidão ou ao menos approximadamente, a quantidade d'agua de que se poderá dispor para o uso das habitações, para os jardins, praças, fontes, monumentos e outros dispendios de utilidade publica, e nos faz entrever A FALTA DE ESTUDO, A PRESSA E IMPRUDÊNCIA QUE PRESIDRAM A SUA CELEBRAÇÃO (Arquivo Nacional).

Frente às ideias de progresso, urbanidade e civilidade em construção na segunda metade do século XIX, a remodelação urbana da cidade imperial implicava investir, por exemplo, na modernização das instalações portuárias, diante da expansão das transações comerciais de exportação e importação, bem como na estocagem e na circulação interna dos produtos pelas ruas da cidade. A distribuição das mercadorias era facilitada pela rede ferroviária, porém a movimentação pela cidade também era demorada em virtude do desenho urbano e do conseqüente congestionamento do tráfego de diferentes tipos de veículos. Pereira Passos aponta a necessidade de retificação do traçado urbano da área central, o que implicava no desmonte dos morros do Senado, do Castelo e de Santo Antônio. Respalhada em preceitos higienistas, esta intervenção contribuiria também para a circulação do ar, o escoamento das águas pluviais e a dissipação dos focos miasmáticos.

Sob um viés projetual organicista, é possível afirmar que Pereira Passos, apesar do foco intervencionista na área central, pensou a cidade de forma integrada. Traçando estratégias solucionadoras dos problemas da salubridade pública, o plano comportava preocupações com a economia do país, o que se refletia em propostas urbanísticas, como o alargamento das vias, a construção de um Canal do Mangue navegável e a reestruturação da área portuária, estimulando a integração entre os sistemas de transporte: viário, com interligação das freguesias centrais às regiões norte e sul da cidade; ferroviário, com circulação mais rápida entre as diferentes cidades pela Estrada de Ferro Dom Pedro II; e marítimo, facilitando as transações comerciais entre os estados e países estrangeiros (ANDREATA, 2006).

Acredita-se que o caráter reformista do Plano de Melhoramentos da Cidade sinalizava pretensões “moralizantes” e disciplinadoras do espaço urbano. A reforma

urbana estaria vinculada à reforma social, política e econômica da cidade. Afirma-se que, ao buscar enaltecer a experiência urbanística francesa, Pereira Passos legitimava um discurso reformista que apregoava os ideais civilizatórios em oposição à “cidade colonial”, marcada pela criminalidade, pelos vícios e pelas vicissitudes (CHALHOUB, 1996). Era preciso instaurar um espírito cidadão ou um sentimento de urbanidade que impulsionasse uma “nova” ordem social, liberta dos problemas sociais bem como das disfunções urbanas.

De forma análoga, pode-se dizer que se tratava de uma espécie de intervenção médica com a missão de eliminar os distúrbios funcionais do corpo humano. A reforma urbana assumia uma dupla função, visando, portanto, corrigir as irregularidades do desenho urbano espontâneo bem como os desvios sociais, processo no qual o processo de escolarização na cidade se torna fundamental. As reflexões, propostas a seguir em “A Cidade das ‘Tradições Inventadas’”, procuram sinalizar as intencionalidades prescritivas da emergência da forma escolar por meio das “Escolas do Imperador”, bem como os princípios da ordem civilizatória a partir da arquitetura escolar em articulação com o Plano de Melhoramentos.

CAPÍTULO 3

A CIDADE DAS “TRADIÇÕES INVENTADAS”

Kublai Khan percebera que as cidades de Marco Polo eram todas parecidas, como se a passagem de uma para a outra não envolvesse uma viagem, mas uma mera troca de elementos. Agora, para cada cidade que Marco lhe descrevia, a mente do Grande Khan partia por conta própria, e, desmontando a cidade pedaço por pedaço, ele a reconstruía de outra maneira, substituindo ingredientes, deslocando-os, invertendo-os (CALVINO, 2017, p. 51).

Em relação aos diferentes espaços e tempos escolares, acredita-se que a cultura material marcada pela monumentalidade da arquitetura escolar parece fazer emergir uma estética do olhar com base nos preceitos da harmonia, da beleza, do equilíbrio, da política higienista do período e do movimento civilizatório em curso¹⁵⁷. Em alusão a Calvino (2017), isto significa afirmar que, apesar das semelhanças, das referências de modelos estrangeiros ou pretensões de legitimar diferentes formas escolares, as “Escolas do Imperador” apresentavam especificidades de acordo com a sua localização, o arquiteto ou engenheiro responsável pelo projeto e o programa de necessidades locais. É preciso conhecer esse acontecimento dentro da dinâmica urbana da cidade, desmontando, deslocando ou invertendo cada elemento integrante desse conjunto de formas escolares.

Acredita-se que as formas arquitetônicas podem ser vistas como um acontecimento. Na concepção geral do fato arquitetônico, o lugar se apresenta como

¹⁵⁷ Conforme observado no Capítulo 2, o projeto de modernização da cidade compreendia uma série de obras de melhoramento, sob o ponto de vista higienista, como aterro de áreas pantanosas, redes de abastecimento de água, canalização do Canal do Mangue. Projetos que sinalizavam a necessidade de “atitudes de modernidade” a partir de diferentes modos de apropriação do espaço público, desde o projeto de uma lavanderia pública até os projetos de “invenção” das formas escolares, asilares, penais, hospitalares. Nesse cenário social, recorrendo a Elias (1993), a função social da escola residiria em um processo de socialização que implicava na introjeção de determinados padrões sociais desejáveis ao processo civilizatório. A incorporação de determinado padrão aceitável de comportamento social se deve ao crescente mecanismo de autodisciplinamento do indivíduo, um processo permanente de ajuste às novas regras de sociabilidade. O que nos remete a Vincent, Lahire e Thin (2001) ao pensar as “revoluções pedagógicas” do século XIX como uma passagem da imposição de regras do exterior de forma mecânica para a imposição de regras por uma adesão “refletida” no âmbito da forma escolar.

espaço individualizado e a cidade torna-se a coisa humana por excelência. Essa individualidade da arquitetura deve ser analisada em relação ao lugar onde ela está inserida, bem como nos sentidos, nos significados, nas razões e na história sobre a seleção do local para a inserção da obra. De acordo com Rossi (2016, p. 139-140), “onde começa a individualidade de um facto urbano – se é na sua forma, na sua função, na sua memória ou ainda em qualquer outra coisa. Poderemos então dizer que o facto urbano está no acontecimento e no sinal que o fixou”. Nessa perspectiva, o Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876 sinalizava o desejo de renovação da estrutura material da cidade, acreditando assim em uma mudança social do quadro urbano. Portanto, a arquitetura é “determinante na formação dos factos urbanos sempre que é capaz de assumir todo o alcance civil e político de uma época – quando a arquitetura é altamente racional, inteligível e transmissível. Noutros termos, quando pode ser julgada como estilo” (ROSSI, 2016, p. 151).

Considerando que cada elemento contribui para formar a “alma da cidade” em sua totalidade, as edificações palacianas indiciavam pretensões modernizantes de uma cidade ainda com feições coloniais, apresentando-se como modelo para as formas escolares emergentes. Em outras palavras, com o objetivo de lançar alguns dos possíveis olhares sobre as tradições escolares inventadas das “Escolas do Imperador”, acredita-se que a necessidade quanto à institucionalização de um espaço próprio para a escolarização, no último quartel do século XIX, contribuiu para a emergência de diferentes formas escolares naquele presente. No processo indiciário, observou-se que há diferentes possibilidades de se pensar o objeto escolar inserido no cenário da cidade, desde a natureza disciplinadora das práticas escolares; o caráter civilizatório de programas e regulamentos escolares; a busca da femininização¹⁵⁸ e da profissionalização da carreira do magistério; a materialidade dos prédios escolares; a inclusão de crianças negras ou procedentes das famílias de baixa renda; a localização de grande parte dos prédios escolares nas principais freguesias urbanas da cidade, enfim, um conjunto de “tradições inventadas” que nos remete a Hobsbawm (1984).

¹⁵⁸ Segundo Schueler (2008, p. 15), “houve, ainda, uma notável elevação das matrículas nas escolas do sexo feminino nas décadas de 1870 e 1880, o que apontou para o processo crescente de escolarização de meninas e, simultaneamente, de ingresso das mulheres no magistério público primário”.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWM, 1984, p. 9).

Refletir sobre a cultura material das “Escolas do Imperador” implicou investigar a história de instituições escolares na medida em que compreendem representações da escola, como forma de preservar a memória institucional através da “presentificação do ausente” (documentos institucionais, pareceres de professores, plantas arquitetônicas), retratando narrativas que concedem à instituição uma identidade própria. Como o trabalho meticuloso de um *tapete*, articulando os diferentes campos do saber, a história das instituições escolares perpassa, por exemplo, as denominações atribuídas às escolas que lhe conferem uma identidade institucional no decurso do período histórico. Um exemplo refere-se às diferentes designações da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria no tempo que, com exceção do nome de José de Alencar¹⁵⁹, Bento Ribeiro¹⁶⁰ e Amaro Cavalcanti¹⁶¹, compreenderam homenagens a grandes personalidades políticas à frente da prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Eis aqui alguns sinais que indiciam a relevância dos projetos das “Escolas do Imperador” para o processo de modernização da cidade, a partir da estreita relação que se busca estabelecer entre escola e cidade.

¹⁵⁹ José de Alencar (1829-1877) foi um romancista, dramaturgo, jornalista, advogado e político brasileiro, sendo um dos maiores representantes da corrente literária indianista, devido ao sentimento de missão patriótica. Foi escolhido por Machado de Assis para patrono da Cadeira nº23 da Academia Brasileira de Letras e aclamado o “chefe da literatura nacional”. Disponível em: https://www.ebiografia.com/jose_alencar/. Acesso em: 25/07/2017.

¹⁶⁰ Bento Ribeiro (1856-1921) foi prefeito da cidade no período de 16 de novembro de 1910 a 16 de novembro de 1914, atuando também como comandante da Escola Militar de Realengo e do Estado-Maior do Exército. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Bento_Ribeiro. Acesso em: 25/07/2017.

¹⁶¹ Amaro Cavalcanti Soares de Brito (1848-1922) foi prefeito da Cidade do Rio de Janeiro no período de 15 de janeiro de 1917 a 15 de novembro de 1918. Amaro Cavalcanti foi enviado para os EUA estudar o problema da educação primária, graduando-se em Direito em 1881 e recebendo o título de “Conselhor of Law”, que lhe permitia advogar em qualquer parte do país. Atuou como inspetor-geral da Instrução pública e nos ministérios de Estado da Justiça e Negócios Interiores, de Estado da Fazenda, de Relações Exteriores e do Supremo Tribunal Federal; além de Membro da Corte Permanente de Arbitramento de Haia e da Sociedade de Geografia do RJ e de várias outras instituições literárias e científicas nacionais e estrangeiras. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acavalcanti.html>. Acesso em: 25/07/2017.

Nessa perspectiva, esse capítulo visa perscrutar os entrelaçamentos entre culturas e formas escolares, tencionadas pelo projeto das “Escolas do Imperador”, bem como o seu potencial de sistematizar, controlar ou disciplinar o fato urbano da escolarização no último quartel do século XIX. Buscou-se adotar o recurso imagético enquanto fonte histórica, na perspectiva de Mauad (1996), considerando que as fotografias, de caráter oficial ou não, compreendem um recorte espacial que acende no leitor diferentes interpretações simbólicas, representações sociais, significados culturais e sentidos de civilidade. O desafio do historiador consiste, portanto, investigar os sinais, vestígios, rastros da memória documental daquele presente histórico, compreendendo a fotografia enquanto uma elaboração do tempo passado, dotada de intencionalidades, sentidos e limitações. A análise compreendeu incursões no espaço geográfico, no espaço dos objetos, no espaço da figuração e no espaço das vivências, comportamentos e representações sociais, sob a ótica de Mauad (1996).

Toda a imagem é histórica. O marco de sua produção e o momento da sua execução estão indefectivelmente decalcados nas superfícies da foto, do quadro, da escultura, da fachada do edifício. A história embrenha as imagens, nas opções realizadas por quem escolhe, uma expressão e um conteúdo, compondo através de signos, de natureza não verbal, objetos de civilização, significados de cultura (MAUAD, 1996, p. 87).

Enfim, muitas foram as tradições construídas e institucionalizadas na esfera da escola e da cidade. Os projetos de remodelação dos espaços públicos, discutidos no Capítulo 2, tencionavam introduzir melhoramentos urbanos assim como inculcar novas formas de uso e ocupação da cidade. Em relação ao espaço e tempo escolares, verificou-se um amplo aparato legislativo que visava regular a prática educativa no Capítulo 1. No decorrer do presente capítulo, buscou-se indiciar a arquitetura escolar associada aos princípios e dispositivos técnicos norteadores dos projetos. Acredita-se que a cultura material escolar deve ser entendida enquanto indícios de “tradições inventadas” naquele presente, considerando o conjunto de práticas ritualizadas e simbólicas bem como as tradições em termos estéticos, funcionais e formais do espaço e tempo escolares.

3.1 Os “Palácios Escolares” desenhando diferentes contornos urbanísticos, sociais e estéticos na cidade do Rio de Janeiro.

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.

- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra - responde Marco
- mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

- Sem pedras o arco não existe (CALVINO, 2017, p.102).

Conhecidas como “palácios escolares”, as escolas foram erguidas por determinação do Imperador D. Pedro II a partir de 1870, no final da Guerra do Paraguai, que doou os recursos arrecadados pelo povo para a construção de uma estátua equestre em bronze em sua homenagem para a edificação de prédios escolares. De um lado, acredita-se que a Guerra do Paraguai tenha impulsionado a política de expansão dos prédios escolares por D. Pedro II assim como os instrumentos estatísticos na cidade. Entretanto, não podem ser ignoradas as tensões, forças e intencionalidades em disputa pela população que reclamava pelo acesso à escolarização, havendo uma demanda, inclusive, pela criação de cadeiras do 2º grau¹⁶², além da instrução primária nas freguesias de Sacramento, Santo Antonio, Sant’Anna, Engenho Velho, São Christovão e Lagoa.

De acordo com Rossi (2016, p.55), “os factos sociais, ao apresentarem-se precisamente como conteúdo, precedem as formas e as funções e, por assim dizer, compreendem-nas”. Pensar sobre o acontecimento das “Escolas do Imperador” em meio a um processo de expansão da escolarização nos anos de 1870 requer compreender que este “fato social” serviu para balizar as formas e funções dos espaços e tempos escolares projetados. As questões urbanas e sociais permanecem inalteradas, independente da dimensão dos prédios escolares. Logo, “é inconcebível pensar que os factos urbanos possam, de algum modo, mudar por causa da sua dimensão” (ROSSI, 2016, p. 56). Nessa perspectiva, as “Escolas do Imperador” são apresentadas enquanto uma tipologia

¹⁶² Em cumprimento ao Aviso Nº 679, de 29 de fevereiro de 1872, do Imo Sr. Ministro do Império João Alfredo Correa de Oliveira e, por solicitação do Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, por meio do ofício datado de 16 de março de 1872, houve a indicação para a criação de seis cadeiras do 2º grau nas seguintes freguesias: Sacramento, Santo Antonio, Sant’Anna, Engenho Velho, São Christovão e Lagoa.

constante com caráter de necessidade social, mas sujeitas a variações de acordo com as técnicas, funções, estilos arquitetônicos e demandas individuais e coletivas locais.

Estes prédios suntuosos se destacavam na paisagem urbana, pois havia uma preocupação quanto à localização em áreas de fácil acessibilidade, com exceção da Escola da Freguesia de Santa Cruz, cuja acessibilidade foi facilitada pela expansão da rede ferroviária, conforme discutido no Capítulo 1. Os prédios escolares incorporavam elementos decorativos de acordo com a arquitetura institucional dos demais prédios públicos, entendido aqui como parte da política de embelezamento da cidade. A emergência de diferentes estéticas do olhar a cidade implicava na “educação do olhar” e no cultivo do belo por meio da educação e da formação de especialistas na área, que foi favorecida com a criação da Sociedade Propagadora das Belas Artes (1856) e do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1858), pelo arquiteto Bethencourt da Silva.

As “Escolas do Imperador” foram inauguradas no período compreendido entre 1872 e 1885, sendo a Escola de São Christovão em 1872, a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria em 1875 e a Escola da Freguesia de Sant'Anna em 1877. Nessa perspectiva, seria possível afirmar que se trata de um conjunto de escolas como parte do projeto de escolarização do social a partir de 1870, a ser discutido de forma mais detalhada posteriormente. Em 31 de dezembro de 1870, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império - D. João Alfredo Corrêa d'Oliveira já solicitava um montante de doze contos de reis para as despesas com o pessoal operariado e a colocação da pedra fundamental do edifício da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria. Em 23 de outubro de 1871, o arquiteto já estava, inclusive, recebendo as propostas de serviços como de portas e caixilhos em madeira para o prédio escolar do Largo do Machado.

No dia 21 de dezembro de 1870, foi lançada a pedra fundamental do prédio da Escola de São Christovão (**Figura 24**) pela empresa Bailariny & Cia, sendo inaugurada em 25 de outubro de 1872. No dia 29 de dezembro de 1870, houve a colocação da pedra fundamental da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória¹⁶³, sendo inaugurada em 10 de abril de 1875 no Largo do Machado. Em 1870, na Freguesia de Sant'Anna, foi instalada a primeira Escola do Imperador, denominada Escola de São Sebastião¹⁶⁴. E apenas no dia 5 de outubro de 1874 foi lançada a pedra fundamental da Escola Primária da Freguesia de Sant'Anna¹⁶⁵ em grande evento com a presença

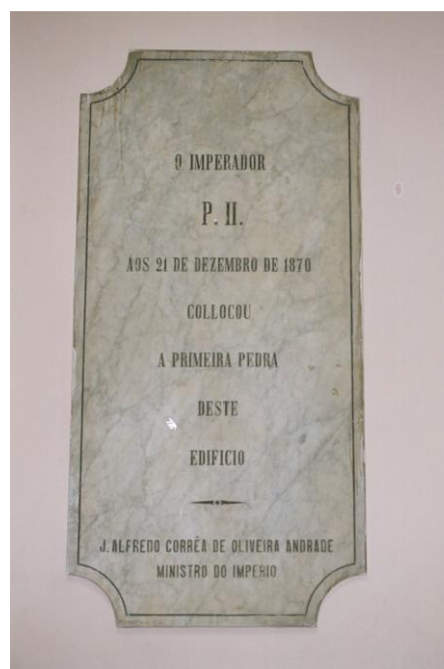


Figura 24: Placa de lançamento da pedra fundamental da Escola de São Christovão em 1870. FONTE: CREP/SME.

do Imperador, sendo inaugurada em 14 de março de 1877 num período de grandes transformações urbanísticas na cidade. A inauguração das “Escolas do Imperador”, somada à abertura dos cursos noturnos e do Asilo dos Meninos Desvalidos, com aprovação da Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida, no ano de 1872, parece sinalizar certa atenção quanto ao problema da instrução primária pública voltada para a frequência da infância desvalida nas escolas (SCHUELER, 2005b).

¹⁶³ Em 1913, foi instalada no andar superior uma escola profissional voltada para o sexo feminino, sendo denominada “Escola Profissional Bento Ribeiro” em 26 de outubro de 1915, em homenagem ao Prefeito General Bento Ribeiro. Em 1932, o ensino comercial foi regulamentado e o prédio também abrigou em 1958 a Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara. Seu atual nome foi dado à escola através do Decreto nº 1.522, de 16 de fevereiro de 1963, em homenagem a Amaro Cavalcanti, prefeito da Cidade do Rio de Janeiro no período de 15 de janeiro de 1917 a 15 de novembro de 1918.

¹⁶⁴ Projetada por José Antonio da Fonseca Lessa, a Escola de São Sebastião foi inaugurada em 4 de agosto de 1872, com alas separadas entre meninos e meninas. Em 1897, a escola se transformou na Escola Benjamin Constant, com o advento da proclamação da República e, em 1938, o prédio foi demolido para a abertura da Avenida Presidente Vargas durante a administração do Prefeito Henrique Dodsworth. Em sua fachada, observou-se no frontão as armas imperiais, além de um relógio símbolo da modernidade.

¹⁶⁵ Diversas designações foram atribuídas à escola até o nome Escola Municipal Rivadavia Corrêa a partir de 1975, funcionando como instituição de ensino até 1998, quando foi transferida para o prédio anexo. Desde 2002, funciona no local o Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, independente do alcance social das “Escolas do Imperador”, observa-se a presença de crianças negras, livres, libertas ou escravas parece sinalizar algumas intencionalidades, possibilidades e estratégias sociais em meio a uma sociedade marcadamente escravocrata. Costa (1999, p.241-242) afirma que “escravos eram vistos pelas ruas carregando toda sorte de mercadorias ao som de ritmadas canções. As ruas eram o domínio de escravos, mulatos e negros livres”. Assim, não se pode ignorar a presença de crianças negras e desvalidas nas “Escolas do Imperador”. Schueler, Rizzini e Marques (2015, p. 162) sinalizam que “desde as últimas décadas do século 19, tinham frequência avultada de pequenos e jovens trabalhadores, nacionais e estrangeiros, negros livres, libertos e, até mesmo, escravos”.

A inauguração das escolas é entendida como um “acontecimento” que requer pensar como tais eventos tencionavam incutir na população o apreço pela educação, bem como atribuir novos sentidos e significados ao processo de escolarização, de modo que se configurasse como uma necessidade social para o desenvolvimento das cidades. Nota-se um esforço de expandir a escolarização por meio de dispositivos legais e de ações estatais na distribuição das escolas na cidade. Schueler e Silva (2013) afirmam que as escolas, de primeira e segunda classes, eram distribuídas de acordo com a importância e o número de habitantes da província. As escolas de primeira classe, que compreendia além da instrução primária conhecimentos de gramática, aritmética completa, leitura de evangelhos e elementos de geografia e história nacional, eram implantadas em cidades e vilas mais importantes e populosas. Em termos das “reformas educacionais”, os autores destacam a reforma provincial de instrução pública primária em 1849 e a reforma educacional em 1854 no sentido de articular os princípios da gratuidade e da obrigatoriedade da escola primária, definindo, por exemplo, cotas para matrícula de uma parcela da população livre de indigentes ou pobres.

O lançamento da pedra fundamental e a inauguração dos prédios escolares eram considerados acontecimentos importantes na cidade imperial, que contava com a presença do Imperador, de representantes da Câmara Municipal e da Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida, sendo amplamente noticiado pela imprensa. Os impressos davam publicidade à iniciativa do Imperador D. Pedro II, mas era preciso “acontecimentalizar” as “Escolas do Imperador” e “iluminar” a memória coletiva

em torno da escolarização naquele presente bem como nas gerações futuras. Portanto, era preciso registrar o acontecimento em um material nobre, sólido e durável, sendo as placas de mármore a solução encontrada.

Através do espaço do objeto na **Figura 24**, é possível indiciar a sua dimensão simbólica da prática cotidiana durante tais acontecimentos. Esse registro oficial da municipalidade tenciona salvaguardar a história da educação pública na cidade do Rio de Janeiro. O tamanho, a nitidez e o enquadramento centralizado e vertical da imagem contribuem para valorizar o conteúdo da mensagem expressa na placa comemorativa do lançamento da pedra fundamental da antiga Escola de São Christovão, onde consta também uma placa em mármore com os nomes dos membros integrantes da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que investiram na construção do prédio escolar. Enquanto representações sociais no espaço da cidade de outros presentes históricos, tais acontecimentos eram marcados por um conjunto de intencionalidades em torno da escolarização do social, atravessado por desejos de pertencimento, disputas, imprevisibilidades e tradições (re)inventadas.

Remetendo a De Certeau (1982, p. 99), “o acontecimento é aquele que recorta, para que haja inteligibilidade; o fato histórico é aquele que preenche para que haja enunciados de sentido”. Nessa perspectiva, o acontecimento das “Escolas do Imperador” parece atender às prescrições normativas da legislação educacional. Por outro lado, outros fatos discursivos e significantes em torno da escolarização no último quartel do século XIX devem ser considerados no exercício narrativo, como as disputas, os abaixo-assinados ou as cartas dos diferentes sujeitos direcionadas à Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte; fatos referenciais ocultados pelo acontecimento das “Escolas do Imperador”.

Acredita-se que as inaugurações das escolas noticiadas na grande imprensa¹⁶⁶ contribuíram para “monumentalizar” os acontecimentos em torno da expansão da

¹⁶⁶ Segundo Cruz e Peixoto (2007), por grande imprensa - jornais, revistas e outros, entende-se aquela com força ativa nos processos sociais que, em alusão a Le Goff, compreende um documento - monumento dotado de subjetividades, simbolismos e intencionalidades. “Todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 258). Para além do registro de acontecimentos, a grande imprensa - por ter grandes estruturas, tiragens e visibilidade pública, tem um papel importante na dinâmica social daquele presente histórico, interferindo nos modos de vida, mobilizando ideias, delimitando espaços sociais e inventando memórias (sujeitos,

escolarização, contribuindo para produzir um conjunto de discursos e inúmeras formações enunciativas das diferentes formas de socialização desejadas pela nova capital em construção. A inserção dos palacetes escolares no cenário urbano despertou nos sujeitos, que experienciavam aquele espaço, diferentes olhares, sentidos e percepções estéticas, sinalizadas entre professores, engenheiros e arquitetos assim como na grande imprensa. A “acontecimentalização” das “Escolas do Imperador” pode ser indiciada, por exemplo, pela inauguração da Escola da Freguesia de Sant’Anna.

Na reportagem sobre os palacetes escolares, publicada no Diário do Rio de Janeiro, de 18 de março de 1877, afirma-se que “a inauguração dellas, effectuada no dia 14, solemnizou o anniversario da Imperatriz do Brasil mais esplendidamente do que o puderam fazer as luminárias officiaes e as estrondosas salvas do estylo.” O autor destacou que “de uma das escolas pode-se dizer que é um bello edificio”, referindo-se ao prédio escolar da rua da Harmonia, onde “o Sr. Bethencourt da Silva, realizou uma concepção mais *architectonica* que a da escola da Gloria”. Em relação à Escola da Freguesia de Sant’Anna, projetada por Francisco Pereira Passos, considerava “uma casa mais modesta, que teem visto todos quantos passam pelo campo da Acclamação”. E encerra a matéria proferindo: “tivesse eu a varinha de uma fada! Para a rua da Harmonia passara a *casa* do campo e para a primeira praça da nossa capital viria o soberbo edificio escondido naquella longinqua rua”. Em relação à construção da Escola da Freguesia de Sant’Anna, foi noticiado ainda que o terreno cedido pertencia ao Porteiro Municipal que, ficando sem moradia, passou a receber um vencimento superior de 1:800\$000 para suprir as despesas de aluguel, o que foi aprovado pela Câmara Municipal sob a presidência interina do Dr. Bezerra de Menezes (Diário do Rio de Janeiro, de 9 de julho de 1877).

Cabe reforçar ainda que a “acontecimentalização” das “Escolas do Imperador” não pode deixar de considerar os eventos anteriores em torno das demandas sociais após a Guerra do Paraguai e a promulgação da Lei do Ventre Livre, além das reivindicações populares em torno da abertura de estabelecimentos de ensino. O caminho para se reverter o quadro caótico das estatísticas educacionais implicaria nos investimentos na

eventos e projetos). Como exemplos foram publicadas as reportagens de inauguração da primeira Escola do Imperador - Escola de São Sebastião, no Diário do Rio de Janeiro em 1872, com abertura do prédio para visitaçao, e da Escola da Gloria, também no Diário do Rio de Janeiro em 1875 (Disponível em: www.hemeroteca.digital.bn.br. Acesso em: 15/07/2020).

educação. As emergências circunstanciais das “Escolas do Imperador” deveriam romper, portanto, com o passado retrógrado e forjar os caminhos na busca do futuro promissor. Recorrendo a Foucault (1999), afirma-se que a escola seria o campo da difusão de “regimes de verdade” enquanto acontecimentos, ritualizados e produzidos em determinado espaço e tempo, bem como materializados nas culturas escolares.

O acontecimento não é substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 1999, p. 57-58).

A inscrição “Ao Povo o Governo” parece carregada de simbolismos, sentido e intencionalidades em torno da promoção do sentimento de amor à pátria tão necessário ao projeto de construção de um país civilizado. A afirmação de que “em narrativas que mesclam necessidades urgentes e imperativos morais incitadores da participação de todos, os textos, em primeiro lugar, se legitimam pela redução das possibilidades de resistência aos imperativos veiculados” (SILVA; BOCHETTI, 2016, p. 12) possibilitou refletir sobre a inscrição nas fachadas dos palacetes escolares. Esse processo de fortalecimento do sentido de pertencimento do sujeito remete a uma afirmação transcrita abaixo, da reportagem acerca do juramento da Princesa Isabel no Paço do Senado, prestado em 29 de julho de 1860 e noticiado pelo Diário do Rio de Janeiro, de 30 de julho de 1860.

Não há fé verdadeira em cousa alguma: não a tem o governo no povo, nem o povo no governo; não a póde ter consequentemente o paiz em si, porque esta falta de confiança geral e reciproca contrahe as forças vivas da nação, conservando-as na inercia de uma expectação vaga dos acontecimentos que se preparam dentro e fóra dele.

Portanto, indiciava-se aqui a necessidade de se instigar a participação de todos na construção da urbe moderna, por meio do projeto de escolarização do social mediante a invenção das formas e liturgias escolares, a expansão dos prédios escolares, o dispositivo da obrigatoriedade escolar, dentre outras estratégias de saber-poder (MATOS, 2019). Segundo Francisco Bethencourt da Silva, em seu discurso proferido em 10 de abril de

1875, durante a cerimônia de inauguração da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria, “o grande problema da sociedade moderna, o remedio para todos os males que ameaçam um Estado, diz o Sr. Mariano Carderera, está simplesmente na educação do povo”, sinalizando o caráter redentor da educação (Diário do Rio de Janeiro, de 18 de abril de 1875).

Nesse sentido, acredita-se que a inscrição “Ao Povo o Governo” (**Figura 25**), nas fachadas das “Escolas do Imperador”, estaria associada a uma espécie de “emblema de acontecimento”, em referência a Mauad (1996), em torno do processo de expansão da escolarização, como um fato ritualizado no âmbito da materialidade escolar com pretensões de engendrar uma memória coletiva¹⁶⁷. A ideia de monumentalizar as “Escolas do Imperador” para a posteridade pode ser indiciada por meio do discurso do arquiteto: “o nome do conselheiro João Alfredo está ligado á existencia destas obras e aqui fica para sempre”, tecendo agradecimentos e elogios ao Ministro dos Negócios do Império quanto à iniciativa.

Promover a fundação de edificios nacionaes, desses que contam a sua existencia por seculos de duração e dedicados ao ensino do povo, é sem duvida o mais seguro empenho a que póde entregar-se no nosso tempo e no nosso paiz um ministro illustrado e inteligente (Diário do Rio de Janeiro, de 18 de abril de 1875).

Bethencourt da Silva afirmou ainda que “a base estavel e duradoura de um governo livre é a instrucção popular; sem ella não se compreende a liberdade, nem se estimam as instituições do paiz”, indiciando a função simbólica da escola. Destacou que a “educação nacional, garantida para todos, corresponde á soberania das liberdades do povo no governo representativo”. Portanto, a inscrição “Ao Povo o Governo” sinalizava as

¹⁶⁷ A preocupação com a invenção das formas escolares por meio das Escolas do Imperador sinaliza algumas intencionalidades em torno da construção dos “lugares de memória” (NORA, 1993), no sentido de preservar elementos espaciais, materiais e simbólicos daquele presente. Tencionava-se institucionalizar os diferentes espaços de aprendizagem por meio dos palacetes escolares no espaço da cidade. A construção da memória coletiva se fazia indispensável no processo de legitimação das formas escolares enquanto uma necessidade social. A memória não é vista de forma imutável enquanto uma “verdade absoluta”, mas sim, na perspectiva de Nora (1993), como algo em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, suscetível a outros usos, sentidos e significações. Independente das intencionalidades prescritivas da liturgia escolar, coexiste uma pluralidade de experiências e apropriações pelos diferentes sujeitos. Por outro lado, acredita-se que a materialidade das Escolas do Imperador, somada à arquitetura institucional do período, contribuía para atribuir um caráter identitário aos “espaços de memória” voltados especificamente para o processo de escolarização.



Figura 25: Detalhe da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria com a inscrição “Ao Povo o Governo”.

Fonte: IRPH.

concepções educacionais, as intencionalidades e os valores morais necessários ao processo civilizatório, considerando a afirmação de que “só o ensino vulgarisa as idéias, porque só a cooperação de todos para o bem geral póde auxiliar a administração no engrandecimento nacional”. Em alusão a Foucault (2017), a população aparece como fim e

instrumento do governo, de forma consciente de suas aspirações e necessidades, mas inconsciente em relação àquilo que se espera que ela faça.

No processo reflexivo sobre as fachadas dos prédios escolares e, remetendo a Mauad (1996), o espaço fotográfico se caracteriza pelo enquadramento da parte central, cujos elementos em primeiro plano ganham maior nitidez em comparação ao frontão ornamental e cuja verticalidade atribui ao espaço do objeto construído certa monumentalidade e destaque para a inscrição “Ao Povo o Governo”. Segundo Mauad (1996, p. 81), “percepção e interpretação são faces de um mesmo processo: o da educação do olhar”, o que pode se indiciado pela afirmação do arquiteto de que “instituir escolas decentes, compatíveis com o futuro deste Imperio, onde com o estudo das letras se aprenda também aquelle amor do bello e do justo de que fallava Platão”. Em outras palavras, a “estética da educação” aliada à “estética do lugar”, questão a ser discutida no Capítulo 4, projetaria um espaço social disciplinado e civilizado, respaldado nos princípios e valores éticos e morais essenciais à felicidade do homem em sociedade.

Nessa perspectiva, os palacetes escolares não seriam indícios, vestígios e rastros de uma “educação do olhar” voltada para um “templo da civilização” desejado pelos diferentes sujeitos de uma “cidade olhando para a escola” naquele presente? Interessante destacar ainda que Bethencourt da Silva procurou reforçar o caráter de pioneirismo da construção da Escola da Gloria, desconsiderando os palacetes escolares até então em funcionamento, sinalizado por alguns trechos de seu discurso: “a satisfação

de ver inaugurar-se o primeiro monumento consagrado á realização de sua tão bela idéa” ou “entregando hoje terminado este edificio, o primeiro dos que S. Ex. destinou á commemoração da magnanima idéa de Vossa Magestade (...)”.

Entretanto, a inscrição “Ao Povo o Governo” parecia contrariar o cenário social, onde “havia muitas restrições às ideias de democratização do ensino e elas confrontavam os limites políticos e culturais típicos de uma sociedade escravista, autoritária e baseada nas desigualdades sociais” na segunda metade do século XIX (VASCONCELOS, 2007, p.26). Mas, quais seriam os sentidos, os interesses e os desejos daqueles sujeitos que vivenciavam a expansão da escolarização? O professor e jornalista Dr. Justiniano José da Rocha, encarregado pelo governo de proceder a um inventário da situação dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares na cidade, sinalizava algumas possibilidades interpretativas. Isto porque, o professor já denunciava em 1851 o caráter industrial do ensino no processo de implantação dos equipamentos escolares na cidade. Ele sinalizou o caráter comercial das casas escolares, bem como a presença de diretores e professores estrangeiros, em sua maioria, portugueses, o que comprometia o ensino pátrio e a valorização da história nacional e suas tradições.

Attenta a desregrada applicação da liberdade de industria ao ensino, dizia elle, ha no Rio de Janeiro uma infinidade de collegios e de escolas, de cuja existência nem é possível dar fé, multiplicam-se taes estabelecimentos por quase todas ruas; quem quer que pode por quaesquer meios reunir meia dúzia de meninos, arvora-se em educador da mocidade e dahi tira um lucro que, embora insignificante, de sobejo compensa o seu trabalho. (Plano de Instrução de Justiniano José da Rocha – Decreto nº 630, de 17 de setembro de 1851 *apud* CAVALCANTI, 1898, p.301-302).

A multiplicação de estabelecimentos de ensino supracitada sinalizava, portanto, o desejo de escolarização ao mesmo tempo em que apontava as fragilidades em termos de pessoal habilitado para o exercício do magistério e da visão mercantilista da educação. Cabe destacar que o aluguel de prédios para a Instrução Pública na Corte era um negócio vantajoso e, nos remetendo a Campos (2010), afirma-se que a política de melhoramentos urbanos fez emergir a construção de prédios escolares na década de 1870, em atendimento à demanda pela escolarização paralelamente aos interesses do setor da construção civil. Caetano (2008) também aponta para o “mercado de terras” e a especulação imobiliária, a partir da Lei de Terras de 1850, cuja aquisição por meio dos

mecanismos de compra e venda se tornou um investimento rentável com os crescentes melhoramentos urbanos - Iluminação a gás (1854), canalização parcial do Manguê (1857), inauguração parcial da Estrada de Ferro Dom Pedro II (1858), sistema de esgotos (1864), transportes por bonde a tração animal (1868) e abastecimento de água (1880).

Nessa perspectiva, os investimentos nos sistemas de transportes viabilizariam a circulação das pessoas, a melhoria dos serviços e a expansão das atividades industriais para regiões antes consideradas inacessíveis e sem valor de mercado. Considerando que, segundo Caetano (2008), “o capital imobiliário - somatório do valor do solo + valor da construção - quando convertido em aluguel, deve ser remunerado na forma de uma anuidade correspondente à taxa corrente de juros”, observou-se que os investimentos na oferta de casas de aluguel para o funcionamento das escolas compreendiam uma atividade lucrativa. A política urbana de aterro das áreas alagadas em determinadas regiões, especialmente na região central, na Cidade Nova e na enseada de Botafogo, atendia, portanto, a dois propósitos: salubridade dos espaços públicos e especulação imobiliária. Espaços urbanos estratificados socialmente que comportavam diferentes usos, funções, hábitos, valores de acordo com cada estrato populacional. De acordo com Caetano (2008), os foros arrecadados de imóveis localizados nas freguesias da Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento e Sant’Anna eram lucrativos em média de 320\$000 anuais (Jornal Correio da Tarde, de 1º de outubro de 1876).

As “despesas miúdas” mensais, com valores em mil réis, em junho de 1872, estavam na casa dos 2.770\$000, e em outubro de 1886 eram de 5.267\$000. Os “aluguéis de prédios escolares”, nos meses e anos correspondentes ao item anterior, eram de 6.434\$983 e 10.572\$989, respectivamente. No período apurado, os valores mantiveram uma tendência crescente, reduzindo pouco significativamente após 1882. O ápice das “despesas” ocorreu em novembro de 1881: 5.772\$000. A partir daí, o menor pagamento efetuado foi o de outubro de 1886. No caso dos “aluguéis” o maior valor foi pago em outubro de 1882: 11.267\$731. E o menor valor posterior foi também no mês e ano do outro item: 10.572\$989 (CAMPOS, 2010, p. 176).

Campos (2010) destaca, por meio do documento Despesas miúdas e aluguéis de prédios escolares no período de 1872 a 1886, as despesas elevadas com as escolas subvencionadas da cidade. Com esta modalidade de estabelecimento de ensino, o Estado

tencionava suprir a defasagem existente entre a demanda pela escolarização e o número insuficiente de escolas públicas. Porém, a autorização para o funcionamento de uma escola subvencionada, voltada para os meninos pobres, era concedida apenas em locais distantes não contemplados integralmente com as escolas públicas, em atendimento ao Art. 8º do Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879, de Leôncio de Carvalho. Campos (2010) afirma que os recursos investidos nos aluguéis de casas particulares deveriam ser direcionados para a edificação de escolas. De 1872 a 1882, os recursos envolvidos cresceram, em média, de 6:000\$000 para 11:000\$000, sinalizando o quanto rentável era investir no aluguel de casas para a abertura de escolas.

Na 81ª sessão do Senado, de 3 de setembro de 1875, houve ampla defesa quanto à edificação de próprios nacionais para o funcionamento de escolas em cada freguesia, além da redução dos contratos lucrativos de aluguéis de prédios particulares, porém não consideravam os palacetes escolares em construção uma solução para o grave problema de escolarização da população. “E, todavia, o governo, em vez de tomar tão justo consenso, despense centenas de contos com esses palacetes de formas exteriores elegantes, mas descuidados interiormente do que mais precisa uma escola elementar!”. O parecer destacou ainda os expressivos montantes do Estado com o pagamento de 71 prédios particulares, chegando à quantia de 96:626\$ que, a juros de 6%, equivalia a um total de 1,610:433\$333. Os relatores julgavam que o valor de 22:682\$159, destinados a cada escola, poderia ser empregado em próprios nacionais voltados para as escolas (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875).

Considerando que o número de espaços adaptados para a escolarização, cedidos pelos familiares dos alunos (igrejas, prédios comerciais e públicos ou residências dos mestres), era bem expressivo, as “Escolas do Imperador” atribuíram certa simbologia e materialidade específicas aos prédios escolares da época. Hernández Díaz (2002) nos alerta que é preciso estar atento para a função simbólica e prática da instituição, compreendendo a localização dos objetos, a história institucional, a denominação da escola, a forma e a distribuição interna dos espaços. Para Hernández Díaz (2002, p. 225), “las piedras y edificios escolares hablan; también los patios y lugares de encuentro del entorno escolar nos quieren decir algo, en el pasado y en presente. Los objetos, los útiles y materiales del aula fueron y son instrumento de comunicación, ayer y hoy”.

Nessa perspectiva, observa-se que a história institucional pode estar sinalizada em uma simples fotografia exposta pelos espaços escolares, como na **Figura 26**. Abdala (2003) destaca que a permanência das fotografias em exposição nas escolas contribui para a formação de um imaginário coletivo¹⁶⁸ vinculado a sentimentos, narrativas, identidade e histórias. A autora exemplifica essa dimensão simbólica por meio da professora Benevenuta Ribeiro, diretora da Escola Rivadávia Corrêa, no período de 1913 a 1961 (COSTA, 2008). Segundo Abdala (2003, p. 47), “o retrato, realizado por Augusto Malta, fixa a imagem da mulher que durante décadas esteve à frente da direção da escola, atuando desde a sua fundação até a comemoração de seus 30 anos”. Localizada na sala da secretaria da escola, a sua presença permanece assim como a sua função de zelar pela escola.



Figura 26: Retrato da Diretora Benevenuta Ribeiro da Escola Municipal Rivadávia Corrêa, antiga Escola da Freguesia de Sant’Anna. Fonte: CREP.

É preciso estar atento para a não neutralidade de objetos escolares, espaços e tempos, plantas, cartazes, aromas, murais, cores, luminosidade e outros elementos visíveis, ou não. Pode-se afirmar que o espaço escolar não é neutro, antes mais, diz respeito tanto às “relações interpessoais – distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder -, [quanto] à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos – localização e posturas -, à sua hierarquia e relações” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 64).

Portanto, acredita-se que as “Escolas do Imperador” contribuíram para a emergência de uma preocupação com a arquitetura escolar, caracterizada pela monumentalidade dos novos espaços escolares projetados para atender a uma função específica, diferenciando-se dos espaços domésticos utilizados na época. Lemos (2003, p.

¹⁶⁸ Pensar no “imaginário coletivo” implica perscrutar indícios, sentidos e representações conferidas pelos diferentes sujeitos em um determinado presente. As imagens sinalizam singularidades históricas, sociais, culturais, econômicas, políticas e afetivas, enfim, uma multiplicidade de possibilidades e narrativas que conferem uma identidade à instituição escolar (ABDALA, 2003). Narrativas que são recriadas no “imaginário coletivo”, fortalecendo os “lugares da memória”, que são questionados, transformados e construídos permanentemente (NORA, 1993). Nesse sentido, o caráter pedagógico e simbólico dos “lugares da memória” fornece pistas sobre o imaginário cotidiano da época.

40) afirma que a arquitetura compreende “toda e qualquer intervenção no meio ambiente criando novos espaços, quase sempre com determinada intenção plástica, para atender a necessidades imediatas ou a expectativas programadas”. Nessa perspectiva, com a pretensão de sinalizar a intencionalidade estética da arquitetura escolar e remetendo a Hernández Díaz (2002), é possível afirmar que as “Escolas do Imperador” tencionaram engendrar modificações na cultura escolar na segunda metade do século XIX, em termos de tipologia construtiva, partido arquitetônico, materialidade escolar, programa escolar e práticas de ensino, dimensões estas que serão abordadas a seguir.

3.2 As “Escolas do Imperador”: a emergência de diferentes formas escolares?

A arquitetura suntuosa das “Escolas do Imperador”, em diálogo com a arquitetura institucional dos principais prédios públicos da cidade, parece indiciar o desejo do Governo Imperial de consolidar um projeto de educação na Corte. Isto porque, o edifício público compreende um vocabulário arquitetônico que lhe confere identidade, seja por meio de sua arquitetura ou pela distribuição interna dos espaços, como a sequência de salas de aula no interior de um estabelecimento de ensino. Portanto, acredita-se que as “Escolas do Imperador” convergiam interesses em torno do projeto de escolarização do social. Consideradas exemplares para a “educação do olhar”, as “Escolas do Imperador” parecem contribuir para disseminar uma estética urbana, no âmbito da materialidade escolar, com base na simetria, no equilíbrio, na ordem, na disciplina e no progresso.

Elementos que parecem indiciados nas fachadas dos palacetes escolares, cuja tipologia construtiva apresentava, em geral, características básicas do estilo neoclássico¹⁶⁹: divisão da edificação em três corpos marcados pela simetria, equilíbrio e horizontalidade; platibanda como forma de encobrir o telhado; frontão triangular com a presença de armas imperiais e relógio no tímpano; frisos e cornijas; embasamento em cantaria; ordens clássicas e vergas em arco com vãos guarnecidos por esquadrias de madeira. Essas características arquitetônicas marcam praticamente todos os prédios das

¹⁶⁹ “O revivalismo neoclássico de base grega foi particularmente popular na França e nos Estados Unidos, onde era chamado de Estilo Federal, já que sua simplicidade parecia lhe conferir um antídoto de caráter republicano à decadência e ao excessivo decorativismo da arquitetura imperial romana ou de seus derivativos, como os estilos barrocos e rococó” (CRAGOE, 2014, p. 40).

“Escolas do Imperador”, com exceção da Escola da Freguesia de São José¹⁷⁰ e da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea¹⁷¹.



Figura 27: Escola de São Christovão no início do século XX.

FONTE: Arquivo Público - CREP/SME

Remetendo a Mauad (1996), pode-se dizer que o espaço do objeto, representado da Escola de São Christovão na **Figura 27**, privilegia o enquadramento de todo o conjunto harmonioso da escola, cujo ângulo visual parece tencionar uma perspectiva mais grandiosa do espaço construído ao olhar, além de procurar diferenciar o espaço geográfico entre o espaço público e interno da escola, e o espaço público e externo da rua, lugar de veículos e pessoas estranhas como na imagem, dos quais as crianças precisavam estar protegidas. Tais registros fotográficos oficiais pela municipalidade tencionavam “monumentalizar” tais acontecimentos em torno da escolarização.

As escolas de São Sebastião e de São Christovão, que foram as duas primeiras “Escolas do Imperador” construídas na década de 1870, apresentam tipologia construtiva

¹⁷⁰ Inaugurada em 7 de setembro de 1874, a Escola da Freguesia de São José, inspirada no estilo neogótico, contava com 665 alunos. Seu método de ensino era baseado na divisão da turma em três grupos alternados de estudo: caligrafia, leitura e cálculo.

¹⁷¹ O prédio escolar foi inaugurado no dia 13 de dezembro de 1874 e comportava uma escola masculina e outra feminina. Fruto de doações particulares, a edificação, dotada de instalações mais modestas em comparação às demais Escolas do Imperador, foi construída em terreno cedido por Antônio Francisco de Faria em 1873.

idêntica. Isto porque, o prédio escolar da Freguesia de São Christovão caracterizava-se, originalmente, por uma nave central de apenas um pavimento e pavilhões laterais de dois pavimentos. Posteriormente, dada a necessidade de ampliar a oferta de vagas para a comunidade, aliada à preocupação de preservar a unidade do conjunto original, um segundo pavimento foi acrescentado ao corpo central, em data desconhecida. O relógio, elemento incorporado tanto nas fachadas dos prédios escolares, disciplinando comunidade e escola, como no interior aliado a campainhas e gestos corporais dos educadores, parece sinalizar uma preocupação crescente de controle de tempos e espaços escolares de forma disciplinada, como sinal da modernidade.

O uso generalizado de relógios nas fachadas de prédios diversos correspondeu a uma reformulação do papel até então reservados aos sinos. Ele pode ser entendido como um sintoma tanto de modernização como até da progressiva dessacralização do espaço urbano iniciada em princípios do século XIX e acompanhada pela substituição do tempo tradicional pelo tempo cronológico, anglo-saxão e moderno (SISSON, 1990, p. 68).

Viñao Frago e Escolano (1998) apontam a presença do relógio nos prédios escolares como um mecanismo de controle social, funcionando a arquitetura como um “suporte de um dos signos culturais de maior impacto na organização da vida coletiva” (p. 44). Pensando na liturgia escolar, a presença do relógio tencionava institucionalizar novos códigos de conduta social e convivência dentro e fora do prédio escolar. O tempo escolar foi amplamente questionado e reinventado no cotidiano dos professores primários, questão de discussão no Capítulo 4. Imersas na política de melhoramentos urbanos, as “Escolas do Imperador” contribuiriam para os tempos disciplinados da cidade desejados ao processo civilizatório no último quartel do século XIX.

Segundo Sooma (2004, p. 98), o tempo¹⁷² se destaca por sua “característica intrínseca de promover uma linearidade, fragmentação, objetivação às maneiras de

¹⁷² Para Elias (1998), o tempo é algo suscetível de captação com o potencial de padronizar os comportamentos sociais mutuamente. Funciona como “uma instituição social, de uma instância reguladora dos acontecimentos sociais, de uma modalidade da experiência humana — e os relógios são parte integrante de uma ordem social que não poderia funcionar sem eles” (ELIAS, 1998, p. 93). Com base nas intenções humanas, o relógio, dotado de simbologias em torno do tempo, transmite mensagens e regula, coercitivamente, os sujeitos em um determinado espaço-tempo a partir de um crescente processo de autodisciplina. “Essa individualização da regulação social do tempo apresenta, em caráter quase paradigmático, os traços de um processo civilizador” (ELIAS, 1998, p. 22). O autor exemplifica a questão através do relógio de uma estação ferroviária, que funciona como um

computar o correr dos instantes”. Sob o prisma do relógio, o autor sinaliza que as relações sociais não admitiam desvios nem outras possibilidades para além do prescrito em meio ao “movimento circular e uniforme dos ponteiros”. O relógio cumpria então a função de regular as práticas sociais bem como “ornamentar” e atribuir um novo ritmo ao cotidiano da cidade. Sooma (2004, p. 101), ao retratar o período republicano, afirma que “padronização, disciplina, higiene e funcionalidade constituíam-se, cada vez mais, referenciais a serem impostos à aceleração e velocidade características dos tempos da Capital”. Nessa perspectiva, afirma-se que a presença dos relógios nas “Escolas do Imperador” parece já sinalizar tais intencionalidades no último quartel do século XIX.

Indiciando a arquitetura escolar, assim como Sisson (1990) aborda a presença de relógios nas fachadas de prédios como sinal de modernidade, Faria Filho (1998) mostra ainda que o espaço escolar incorpora, progressivamente, diferentes elementos como o jardim, na busca de dar visibilidade à ruptura da cultura escolar com a tradição e com a temporalidade cíclica da natureza, vinculando a escola com a modernidade e com uma nova temporalidade simbolizada pelo ritmo da crescente industrialização. O desenvolvimento das cidades, o ritmo crescente das fábricas e a necessidade de circulação de novos saberes e habilidades contribuem para emergir uma cultura escolar vinculada a uma cultura urbana voltada para uma nova temporalidade linear e cronológica de progresso, marcada pela presença ornamental do relógio nas fachadas de prédios públicos, dotado de intencionalidades, sentidos e simbolismos.

Independente das intencionalidades projetuais, políticas e sociais das “Escolas do Imperador”, entende-se que nenhuma tipologia se identifica com uma única forma arquitetônica, ou seja, cada forma arquitetônica pode comportar uma série de significados, sentidos e experiências. A Escola da Freguesia de São José, por exemplo, era a que mais se diferencia tanto em sua tipologia quanto ao partido arquitetônico adotado. O prédio, em estilo neogótico, era dividido em três corpos: um central destinado para missa e dois laterais com salas de aula separadas por sexo. Na fachada, religião e ciência

instrumento de orientação no plano social. O que possibilitou indiciar a presença dos relógios nas fachadas das Escolas do Imperador que, sob a ótica da modernidade, buscava regular tempo e espaço escolares bem como delinear uma nova dinâmica social à cidade imperial.

estavam representados pelas estátuas de São João, São Lucas, São Marcos e São Mateus, além dos nichos com três mostradores indicando horas, dias da semana e fases lunares.

A Escola da Freguesia de Sant'Anna (**Figura 28**), parecia traduzir, através de suas formas e volumes, a disciplina, a ordem e os valores desejados pelo processo civilizatório. O que remete a Viñao Frago e Escolano (1998, p. 26) que afirmam que “a arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância”. Marcado pela simetria, equilíbrio e horizontalidade, o enquadramento angular e parcial do prédio da Escola de Sant'Anna parece tencionar expressar um plano visual infinito, assim como o desejo de expansão da escolarização na cidade.

Recorrendo a Mauad (1996), o espaço geográfico é marcado por relações, contrastantes e ao mesmo tempo harmoniosas, entre o espaço construído, os elementos naturais e uma única figura humana situada na calçada, que realça o espaço público e externo da rua. Trata-se de um transeunte local acidental ou localizado, estrategicamente, como uma espécie de ponto de fuga da imagem perspectivada, com pretensões de valorizar a estética monumental do prédio escolar?



Figura 28: Escola Primária da Freguesia de Sant'Anna.
FONTE: Arquivo Público - CREP/SME.

Observando o frontão do prédio escolar, constata-se que a Escola Normal¹⁷³ já estava em funcionamento no período de 1888 a 1914, sendo transformada em Escola Profissional Rivadavia Corrêa¹⁷⁴ a partir de 1915, onde eram oferecidos ensinamentos de corte, confecção de chapéus, datilografia e cozinha, dentre outros (COSTA, 2002; 2008; CREP/SME, 2005). A preocupação com a formação docente se manifestava desde o Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1870, que apontou a necessidade de investimentos nas condições de trabalho, atraindo profissionais habilitados com vocação para o magistério. Portanto, a instalação do curso normal de formação de professores contribuiu para reforçar a força da expressão simbólica exercida pelos palacetes escolares no período imperial.

Nesse sentido, a Escola de Sant'Anna parece exemplificar bem o projeto de atribuir às "Escolas do Imperador" feições palacianas, já incorporadas pela arquitetura institucional no período, que se destinava aos prédios públicos da esfera governamental. Contudo, o método histórico não permite uma simples análise de causa-efeito entre função e forma. As questões tipológicas variam, no tempo e no espaço, conforme padrões estéticos e formas, necessidades individuais e sociais, modos de vida e tecnologias construtivas. A tipologia é, portanto, uma constante "verificável em todos os fatos arquitetônicos" (ROSSI, 2016, p. 49).

Independente das diferenças estilísticas e da incorporação de elementos decorativos na fachada, essa constante tipológica escolar "palaciana" permanece nos demais prédios escolares, projetados pelo arquiteto Francisco Bethencourt da Silva, como a Freguesia de Nossa Senhora da Glória, a Freguesia de Santa Rita¹⁷⁵ e a Escola da

¹⁷³ Segundo Costa (2008, p. 97-98), "o Edifício teve seu projeto original modificado em 1896 pelo engenheiro Antonio de Paula Freitas. Em 1914, a Escola Normal foi transferida para a Escola Estácio de Sá, na rua S. Cristóvão e, em 1930, transferida para o prédio próprio na rua Mariz e Barros, na Tijuca, prédio construído na administração do prefeito Antonio Prado Júnior, sendo Diretor Geral de Instrução Pública Fernando de Azevedo".

¹⁷⁴ O atual nome Escola Municipal Rivadavia Corrêa foi dado em homenagem a Rivadávia da Cunha Corrêa. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo (1887), durante o Império, defendeu as causas abolicionista e republicana. Em 1910 ocupou o cargo de Ministro da Justiça e Interior (1910-1913), quando decretou, por delegação do Poder Legislativo, as reformas do Ensino e da Justiça do Distrito Federal. Nomeado em 1913, em caráter interino, para a pasta da Fazenda, passou a efetivo quando se exonerou do cargo de Ministro da Justiça e Interior. Outras informações: www.fazenda.gov.br > rivadavia-da-cunha-correa e <http://cpdoc.fgv.br/>.

¹⁷⁵ Inaugurada em 14 de março de 1877, a Escola da Freguesia de Santa Rita introduziu um curso noturno para adultos. No século XX, o prédio funcionou como Ginásio Estadual José Bonifácio até 1965 e, desde 1983, o prédio abriga o Centro Cultural José Bonifácio. O espaço interno era dividido em ala

Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho¹⁷⁶, além das obras não executadas da Escola da Freguesia de Santo Antônio e da Escola Normal. Estas escolas apresentavam elementos decorativos comuns a outros prédios escolares, como a inscrição “Ao Povo o Governo”, além do coroamento por vasos, medalhão em metal e quatro estátuas - a Ciência, a Agricultura, a Arte e a Indústria, de autoria de Mathurin Moreau¹⁷⁷.

Este período é marcado pela crescente aplicação das estruturas metálicas na construção civil bem como em elementos decorativos, presentes nos prédios públicos e espalhados por toda a cidade, sendo o país palco de exposições nacionais, agrícolas e industriais, além da sua participação em exposições internacionais. O projeto de modernização exigia investimentos no que se refere à reestruturação urbana, com uma série de obras de saneamento, abastecimento de água, aterro de áreas pantanosas, abertura de vias ou expansão da linha férrea. Tal projeto de remodelação da cidade implicava dispositivos de disciplinarização do ambiente urbano, dos tempos sociais assim como dos espaços escolares, perspectivando “inventar” uma tradição de urbanidade.

Sendo assim, sob a ótica da modernidade, a remodelação urbana seria acompanhada de uma remodelação social da cidade. O cenário da modernidade é a cidade onde a escola assume papel crucial na construção da nova ordem social. Cabe à escola um controle rigoroso da conduta e vigilância do sujeito, no qual a arquitetura escolar contribui de forma significativa. Portanto, a arquitetura escolar é vista aqui como uma construção sociopolítica desprovida de neutralidade que atende às demandas do seu tempo histórico, tencionando contribuir para a “invenção” das formas escolares.

Nesse sentido, o arquiteto Francisco Bethencourt da Silva parece sinalizar o ideário moderno através de sua arquitetura ao projetar a Escola da Glória, ao construir um espaço multifuncional que comportava, por exemplo, uma sala de conferências populares

masculina e outra feminina. Sua fachada apresenta a inscrição: “Ao Povo o Governo” e, encimando a cobertura, encontram-se quatro estátuas francesas: Arte, Ciência, Indústria e Navegação.

¹⁷⁶ A Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho foi inaugurada em 1877, com recursos de cofres públicos e particulares, sendo construído anos depois o Instituto Profissional Feminino, que funcionava a partir de 1901 em regime de internato para meninas órfãs filhas de funcionários municipais. Projetada por Francisco Bethencourt da Silva, o prédio que se caracteriza mais pelo estilo eclético, ainda possui relíquias como parte do mobiliário antigo, estátuas e um pequeno acervo fotográfico, localizados no atual prédio onde funciona a Escola Municipal Orsina da Fonseca.

¹⁷⁷ Mathurin Moreau atuou na integração entre arte e indústria durante o século XIX, se tornando um dos dirigentes da Val d'Osne e autor de um número expressivo de obras na cidade.

e um posto de vacinação; e ao adotar materiais importados, feições ecléticas e ricos ornamentos decorativos e simbólicos (Figura 29). Cragoe (2014, p.86) afirma que “o Eclétismo, formado por diversos estilos, tem como prática copiar os estilos antigos, fazendo o que se denomina de revivalismo”. Remetendo a Hobsbawn (1984), no processo de invenção das tradições escolares, o arquiteto se utiliza de elementos escolares já adotados (a moradia dos professores ou a separação de alas por sexo no interior do prédio escolar), além de estilos arquitetônicos passados como os elementos barrocos (figura de anjos) e renascentistas (frontão ornamental livre e vãos em verga reta distribuídos simetricamente), de modo a garantir a proporção, a beleza e a harmonia do conjunto. Dotado de uma “liberdade” estilística, o arquiteto contribui para a “educação do olhar” tão necessária ao processo civilizatório. Todavia, em alusão a Hobsbawn (1984, p. 21), a arquitetura escolar compreendia o próprio “símbolo de conflito”, sendo objeto de disputa entre os diferentes sujeitos, a ser discutido posteriormente.



Figura 29: Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória
FONTE: Arquivo Público - CREP/SME

Remetendo a Mauad (1996), o espaço fotográfico da imagem monocromática, de pouca nitidez e qualidade, buscou um enquadramento centralizado e horizontal com uma suave elevação do plano visual, que favorece o sentido de monumentalidade do prédio escolar. Nesse sentido, o recorte espacial, voltado para o corpo central do edifício, indicia as intencionalidades estéticas da composição. Considera-se o prédio escolar como um “lugar de memória” (NORA, 1993), capaz de materializar um monumento-documento (LE GOFF, 2003) em um determinado espaço-tempo, enquanto dispositivo que poderia ser eficaz no processo de escolarização do social naquele presente. Concordando com Mauad (1996, p. 80), a fotografia também pode ser vista enquanto imagem/documento e imagem/monumento e como “todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo”.

Recorrendo a Ginzburg (1989) e a afirmação de Bethencourt da Silva durante a inauguração da Escola da Glória de que “a instrução popular do Brasil dirigida com o discernimento que se deve ao futuro da pátria, ha de exercer poderosa e inevitavel influencia ao melhoramento da industria, da sciencia e da arte” (Diário do Rio de Janeiro, de 18 de abril de 1875), inúmeros são os sinais e indícios acerca da simbologia marcada pela presença das estátuas da Agricultura, Ciência, Indústria e Arte (**Figura 30**), que representam, portanto, a defesa de valores em busca do progresso ligados à modernidade, ao cientificismo, ao trabalho, ao crescimento industrial e à produção artística em escala. Destacam-se a Agricultura com arado e feixe de trigo; a Ciência,



Figura 30: Frontão da Escola da Glória.
Fonte: IRPH.

conhecimento devido aos instrumentos de desenho; a Indústria representada pela marreta, bigorna e engrenagem; e a Arte que mostra uma figura feminina com uma paleta de pintura.

A expressão fotográfica observada na **Figura 30** e o recorte espacial na **Figura 31** mostram uma diferenciação da natureza técnica da imagem fotográfica. Antes “técnica e



Figura 31: Detalhe do entablamento da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória.

Fonte: IRPH.

estética eram competência do autor” (MAUAD, 1996, p. 81), o que se limitava a poucos profissionais no século XIX. Mauad (1996) afirma que a fotografia é produto de um jogo de expressão e conteúdo, cabendo ao leitor atribuir significados, sentido e interpretações à imagem. No que tange à **Figura 30**, o ângulo aproximado sinaliza o uso de técnicas mais avançadas que contribuem para valorizar os aspectos estéticos do prédio. Considerando que a fotografia foi produzida durante as obras de restauro em 2009, realizadas pela empresa Concrejato e fiscalizadas pela equipe técnica do IRPH, a imagem parece cumprir bem à necessidade de um maior controle das intervenções de restauração.

A aproximação das imagens possibilita uma experiência diferenciada da “educação do olhar” não disponível ao usuário do espaço escolar naquele presente. Acredita-se que a presença de ornamentos na fachada da Escola da Glória constitui um diferencial em termos estéticos, quando comparada aos demais prédios escolares. Independente da presença de ornamentos, a composição arquitetônica das fachadas das “Escolas do Imperador” consegue produzir um efeito estético interessante por meio de texturas, bem como dos efeitos de luz e sombra, gerados pelas variações de profundidade de blocos construtivos, nichos e materiais de revestimento. O ritmo simétrico e o tratamento marmorizado dos ornamentos (**Figura 31**), com mísulas¹⁷⁸ desenhadas em motivos florais e intercaladas com rosetas (rosas estilizadas), no entablamento do edifício contribuíram

¹⁷⁸ A mísula é um suporte ornamental num formato de ‘S’ invertido. Era popular no período Clássico e em todos os estilos de inspiração clássica como apoio de elementos que se projetam à frente, como balcões e cornijas sobre portas e janelas (CRAGOE, 2014, p.241).

para garantir a harmonia e a beleza da composição. Cabe destacar que as figuras de anjos nos consolos ou as rosáceas atendiam a funções estéticas e de conservação do madeiramento dada à ventilação proporcionada aos telhados (SOBRAL, 2015).

Em geral, o projeto do prédio escolar consistia na implantação de um bloco construtivo, dotado de pátio interno, circundado por espaço livre e jardim. Destarte, a tipologia adotada pelas “Escolas do Imperador” está relacionada a um partido arquitetônico, considerado adequado para a funcionalidade a que se destina, mas sujeito a variações mediante os seus elementos determinantes como o programa de necessidades; as técnicas e os materiais construtivos; a legislação regulamentadora; as condições físicas, climáticas e topográficas; e as condições financeiras do empreendedor frente ao quadro econômico da sociedade, na perspectiva de Lemos (2003). Para o autor, “partido seria uma consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou de determinantes; seria o resultado físico da intervenção sugerida” (2003, p. 41).

Rossi (2016) alerta para a persistência do discurso tipológico enquanto instrumento eficaz para a constituição do modelo. Esta afirmação serve como chave de compreensão para o acontecimento das “Escolas do Imperador”. O aspecto monumental do partido arquitetônico adotado pode indiciar as intencionalidades do poder estatal de consolidar fatos urbanos persistentes equiparados a monumentos distribuídos pela cidade. Contudo, é interessante observar que não existe homogeneidade quanto ao estilo arquitetônico adotado nos edifícios escolares, se comparados os *programas de necessidades* bem como as técnicas e os materiais construtivos utilizados. Nesse sentido, as “Escolas do Imperador” buscavam consolidar uma diferente forma escolar, cujas invariantes arquitetônicas correspondessem às premissas do higienismo e do processo civilizatório em curso, conforme já foi explorado anteriormente. Remetendo a Viñao Frago e Escolano (1998), a arquitetura escolar se apresentava como uma “forma de escritura no espaço”, que tencionava introduzir um discurso diferente quanto ao ensino público.

Em resumo, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola, e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior

respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 45).

Na Escola de São José, por exemplo, foi construído um muro divisório, por determinação da Câmara Municipal, a fim de dividir a propriedade e conservar clausura dos religiosos, segundo consta no Ofício datado de 1º de julho de 1872. Em virtude da permanência dos religiosos no edifício, os elementos construtivos e decorativos utilizados também foram diferenciados, como as janelas góticas com vidros esmerilhados e coloridos; e a colocação de quatro estátuas na fachada principal, importadas de Berlim, representando os quatro Evangelistas. Para os construtores, Pedro Bosisio e Antonio Lopes Sabugal, em Ofício de 1º de julho de 1872, à Câmara Municipal, “esta decoração estatutária completa perfeitamente o efeito optico da fachada principal e indica o fim a que é destinado o corpo central do edifício”¹⁷⁹.

Em geral, o diferencial das “Escolas do Imperador” consiste no fato de que o espaço escolar foi projetado para atender a um determinado programa de necessidades. Segundo Viñao Frago e Escolano (1998, p. 27-28), a “*espacialização organiza minuciosamente os movimentos e os gestos e faz com que a escola seja um continente de poder*”. Nesse sentido, a distribuição interna dos prédios escolares é marcada pela separação dos espaços destinados a meninos e meninas. Observa-se, no entanto, que os programas de necessidades, de acordo com a descrição das atividades previstas para o funcionamento das escolas, sofrem pequenas adaptações frente às demandas locais e aos agentes envolvidos na construção dos prédios escolares.

Enquanto a Escola da Freguesia de São José preservava a residência dos religiosos em seu interior, a Escola da Gloria projetava, em local de destaque, a moradia dos professores nos dois corpos laterais da frente. Em geral, os prédios escolares comportavam as residências dos professores, separadas por sexo, que compreendiam uma sala de recepção e uma sala de refeições no térreo e os quartos de dormir no segundo pavimento, além de uma saleta de engomar, uma cozinha, uma dispensa e uma latrina (FÉLIX FERREIRA, 1875 *apud* SOBRAL, 2015, p.211). No exercício reflexivo sobre as intencionalidades das formas escolares, pode-se dizer que, de um lado, conservar a habitação dentro do espaço escolar, projetado para fins educativos de caráter formal e

¹⁷⁹ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

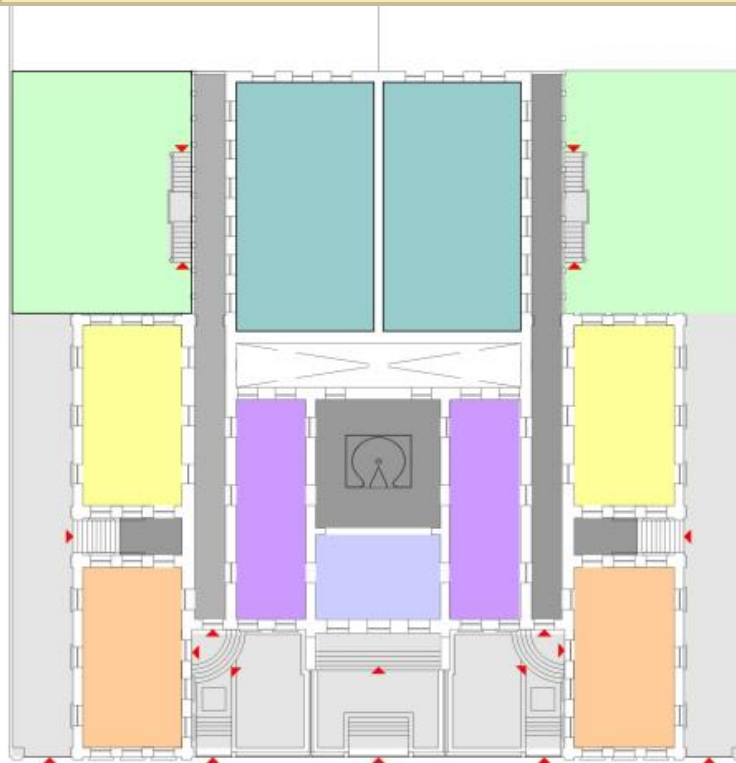
sistemático, tencionava uma preocupação com o bem-estar, a higiene e a proximidade dos professores do local de trabalho, mas de outro parecia sinalizar preservar a imagem do papel “maternal” e “sacerdotal”, com dedicação total da professora, na formação da criança. No caso da Escola de São Christovão, como o espaço escolar não previa em seu interior a residência em virtude de sua dimensão, foi concedida uma gratificação de 30 mil reis mensais como auxílio-moradia, conforme recebido pela professora Anna Alexandrina de Vasconcellos Medina¹⁸⁰.

Outros espaços privilegiados, no projeto arquitetônico da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria (**Figura 32**), são a Sala de Honra e a Sala de Conferências Públicas, localizadas no segundo pavimento, sendo mais acessíveis ao público externo. Estas últimas também eram utilizadas para a realização de audiências dos juízes paroquiais, sinalizando uma estreita relação com a Igreja desde a construção do prédio escolar. Já as salas de aulas superiores se encontram junto aos gabinetes dos professores no corpo principal, enquanto as demais salas de aula estão localizadas nos dois blocos situados nos fundos junto aos pátios também separados por sexo, com acessos independentes.

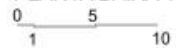
Em alusão a Ginzburg (1989), lançando olhares para a cultura material escolar, julga-se ser possível indiciar, a partir do espaço físico projetado e do programa escolar adotado, alguns aspectos das relações tensionadas naquele presente, no que tange às alas separadas por sexo, à moradia do professor no interior da escola, à presença do posto de vacinação ou do juízo paroquial. Enfim, sentidos atribuídos à escola por aqueles sujeitos que contribuíram para “inventar” as formas escolares. Para Sobral Filha (2015, p. 216-217), “a Escola da Gloria serviria tanto como escola quanto espaço público para comunidade local, por isso a necessidade de dois pavimentos”. No Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1873, o ministro afirmou que o espaço escolar foi projetado para o funcionamento de duas escolas separadas por sexo, uma biblioteca popular, uma habitação para os professores, uma sala para conferências literárias e populares, além de um posto de vacinação.

¹⁸⁰ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p. 106.

Figura 32: Projeto arquitetônico da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria
 FONTE: SOBRAL FILHA, 2015.

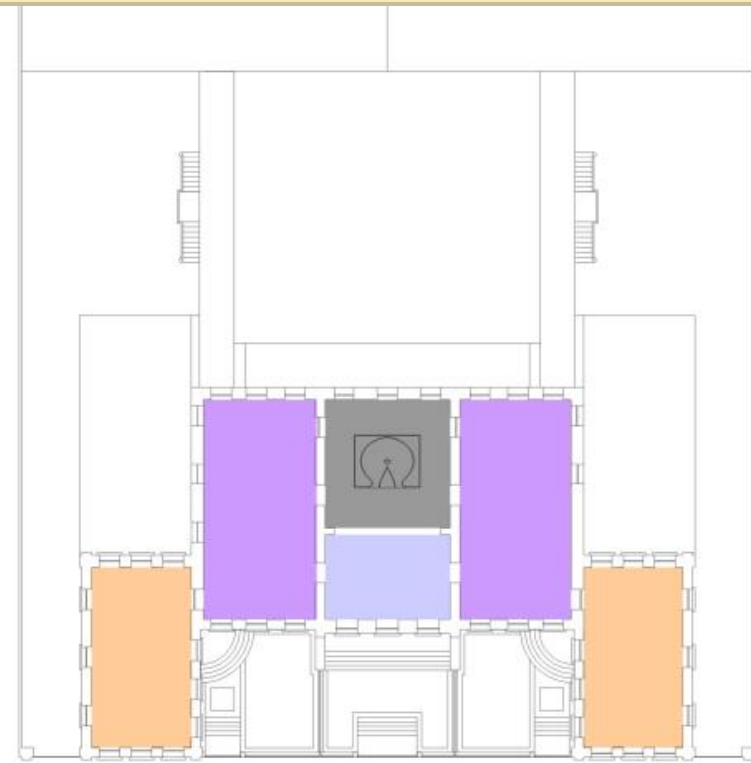


PLANTA BAIXA 1º PAV.

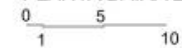


Legenda

- morada dos professores: sala de recepção, sala de refeições, vestibulo e escala para o 2º pav.
- dependências dos professores: sala de engomar, cozinha, dispensa e latrina
- salas de aula
- pátio
- vestibulo
- sala de aulas superiores e gabinete do professor
- circulações internas
- circulações externas



PLANTA BAIXA 2º PAV.



Legenda

- morada dos professores: dormitórios, vestibulo e escala para o 3º pav.
- sala de honra
- sala de conferências públicas, audiência de juizes paroquiais, biblioteca
- circulações internas

Pode-se indiciar que esta multifuncionalidade do espaço escolar, na medida em que comportava serviços públicos, como o posto de vacinação, a biblioteca popular ou as salas de conferências públicas, se aproxima da tipologia dos sobrados, ao abrigarem lojas e residências em seu interior, em virtude da demanda por espaços na cidade (CRAGOE, 2014). Outra questão apontada por Viñao Frago e Escolano (1998, p. 70) diz respeito ao aspecto de que “se a escola – o local escolar – era um assunto municipal, não deve parecer estranho que se situasse junto a outros locais destinados a outras tarefas ou temas de competência municipal”.

A organização do espaço escolar, em alas separadas por sexo, servia de eixo norteador para os projetos arquitetônicos. A concepção higienista do século XIX procurou intervir diretamente na organização do tempo e espaço escolares através da separação por idade e sexo, visando garantir um bom desenvolvimento físico, moral e intelectual da criança. Um espaço disciplinado implicava no controle e na distribuição do tempo escolar no qual a higiene compreendia um componente fundamental, sendo planejada cada atividade escolar no sentido de inculcar o valor do trabalho tão necessário ao projeto civilizatório (BONATO, 1996).

A década de 1870 é marcada por uma série de debates relacionados à coeducação dos sexos nas escolas de primeiras letras, que determinava além do partido arquitetônico, o ensinamento de ofícios, atividades escolares e saberes próprios para meninas e meninos. “Distinção que demonstra que apesar de meninas e meninos deverem cursar, ao menos, o primeiro nível de instrução, este pressupunha a formação para a ocupação de papéis sociais distintos” (UEKANE, 2008, p. CXII). Cabe destacar ainda que a coeducação enfrentava resistências por parte da Igreja católica que primavam pela tradição, pelos valores e pelos costumes. Por outro lado, a coeducação funcionaria como uma preparação para uma vida coletiva, além de reduzir os riscos na locomoção das meninas até a escola, especialmente em virtude dos dois turnos de aula com intervalo para o almoço, problema apontado pelos próprios professores primários.

Gondra (2004) destaca o debate em torno da questão da coeducação por meio das teses dos médicos Dr. Machado (1875) e do Dr. Coutinho (1857). Ele afirma que “a educação feminina pode ser entendida com um desdobramento da intervenção do Estado na vida social, no caso, no ambiente privado e familiar, procurando reconfigurá-lo

sob os imperativos da ciência médico-higiênica” (GONDRA, 2004, p. 363). Dr. Coutinho (1857) criticava a educação das meninas sob os preceitos da higiene e da moral, enquanto Dr. Machado (1875) exaltava os benefícios da coeducação para a disciplina, a educação e o respeito mútuo entre meninos e meninas. Gondra (2004, p. 364) afirma que a “inclusão da co-educação seria mais um elemento distintivo, uma variante a marcar e fundar o modelo escolar como um modelo estatal, científico e civil de intervenção na vida social”.

Visando atender à necessidade de divisão do espaço escolar em alas femininas e masculinas, a Escola de São Christovão sofreu adaptações inclusive após a conclusão das obras. Após a inspeção do Delegado da Instrução da Freguesia de São Christovão, a ocupação do prédio pela 1ª Escola de Meninos e a 1ª Escola de Meninas da região foi adiada, em virtude do muro de separação entre as alas de meninos e meninas ter sido considerado baixo. Segundo o parecer do Delegado da Instrução, favorecia a “distração” e “ações menos decentes” por parte dos alunos, atentando contra a moral, apesar de toda a vigilância dos professores¹⁸¹. Foi sugerida, então, a colocação de um muro em pedra, devido a uma maior durabilidade, ao invés do uso da madeira. Para o funcionamento da escola, o Delegado sugere, ainda, a contratação de um casal, que seria responsável pela conservação de jardins, mobiliário e espaços internos em cada ala do prédio.

O Relatório da Associação Commercial do Rio de Janeiro de 1871, publicado no dia 23 de janeiro de 1872, no Diário do Rio de Janeiro, já apontava o atraso na conclusão das obras da Escola de São Christovão devido às alterações no projeto original. No relatório, foi apresentado um balanço das principais ações realizadas no biênio 1870 e 1871, período no qual a Escola de São Christovão se encontrava em construção. Interessante notar que, no período, a Associação Commercial do Rio de Janeiro celebrou um contrato com o Sr. Bosisio, que também foi responsável pela execução da Escola de São José, para a construção da nova sede da associação junto a uma praça do comércio. Seu projeto já estava previsto no relatório elaborado em 1870, quando foi aberto um concurso para a seleção do plano mais adequado em termos de projeto e orçamento, sendo necessário levantar um empréstimo de 400:000\$ entre o corpo do comércio. No processo indiciário, acredita-se que se tratavam de projetos dotados de intencionalidades, negociações e

¹⁸¹ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p. 124

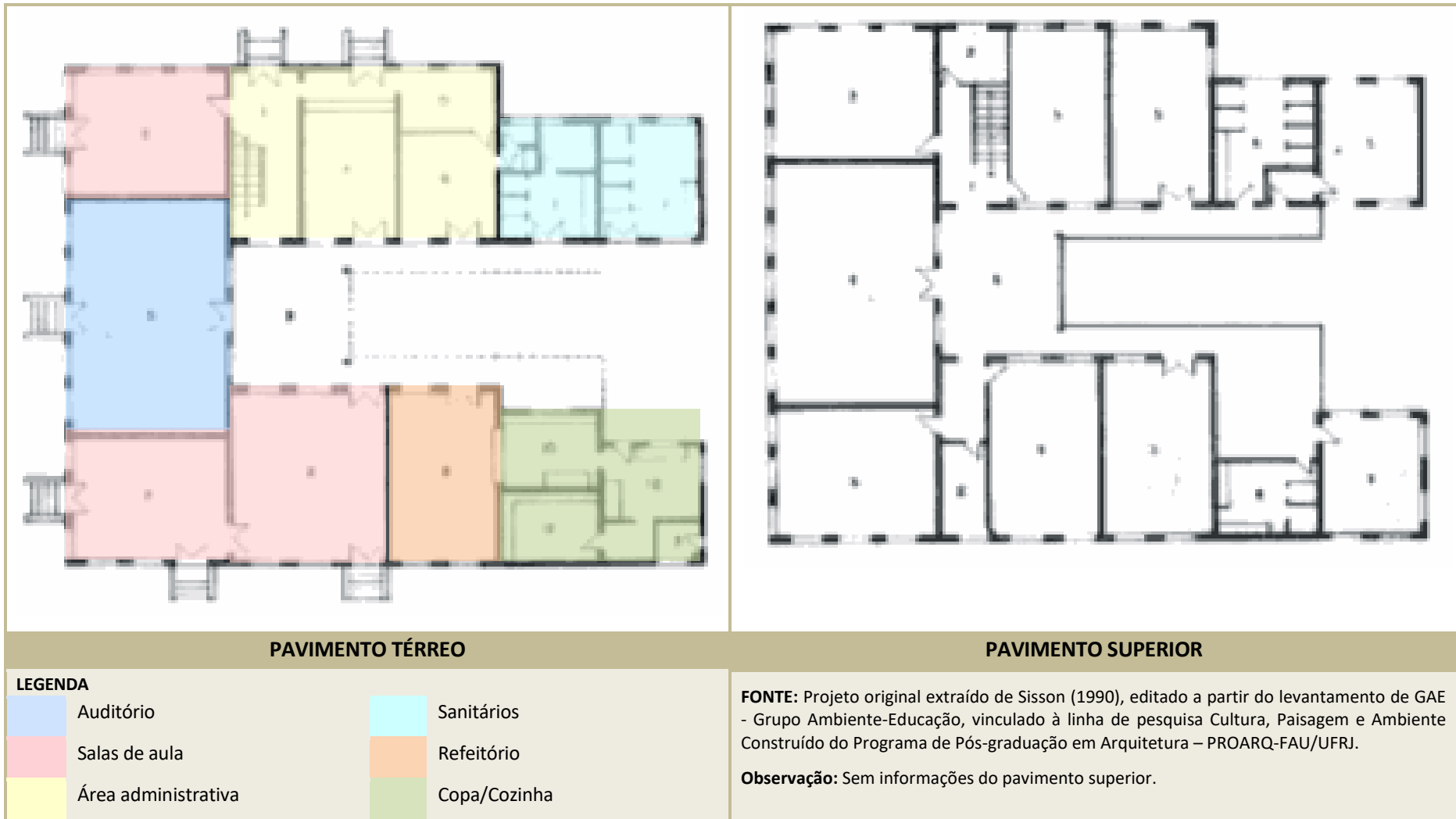
interesses junto ao governo imperial, considerando o reconhecimento da Associação Commercial do Rio de Janeiro pela ação educativa junto às crianças desvalidas.

A direcção prevalece-se desta oportunidade para agradecer ás pessoas que tão espontanea e generosamente contribuíram com seus donativos para levar a effeito esta obra, que ha de attestar aos vindouros os sentimentos de philantropia e de amor á civilisação da classe commercial do Rio de Janeiro, que tão enthusiasmicamente acompanhou Sua Magestade o Imperador na idéa de fazer reverter o regosijo publico para a illustração das classes nessitadas (Diário do Rio de Janeiro, de 23 de janeiro de 1872).

Em relação à planta-baixa da Escola da Freguesia de São Christovão (**Figura 33**) apresenta aproximações e distanciamentos em comparação aos demais projetos escolares. A tipologia escolar parece se fundamentar em três tripés: 1. simetria, a harmonia e o equilíbrio entre os blocos construtivos; 2. organização do espaço escolar, segundo os critérios de sexo, com entradas independentes; e 3. construção de biblioteca e sala para conferências populares abertas à comunidade. Visando facilitar a utilização por parte da comunidade local, todas as salas de aula do pavimento térreo, o auditório e a biblioteca são dotados de acesso independente. Outra característica marcante do projeto escolar consiste na preocupação com a ventilação e a iluminação das salas de aula. Nesse sentido, é comum que as salas apresentem grandes vãos, distribuídos simétrica e bilateralmente nas fachadas, de modo a favorecer a circulação do ar bem como a incidência dos raios solares, contribuindo para um ambiente apregoado como saudável.

Considerando o projeto inicial de implantação de um bloco construtivo único em “U”, invertido ou não, que favorece a horizontalidade, solidez e o sentido de “espetáculo” dos prédios escolares, nota-se a preocupação em isolar o espaço da escola, reservando uma área de transição, ocupada por jardins, entre o “*locus* do perigo” da rua e a “proteção” assegurada no interior da escola. Sob influências européias, este tipo de implantação, com o prédio centralizado e afastado das laterais, associado a construção de jardins, contribuiu para o fortalecimento do pensamento higienista na cidade (REIS FILHO, 2000). Pelo tipo de implantação, observou-se ainda que, além de uma consequente maior taxa de ocupação do terreno, as salas de aula foram dispostas para um pátio central, o que facilitaria a segurança, o controle e a vigilância.

Figura 33: Projeto Arquitetônico da Escola da Freguesia de São Christovão.



As intencionalidades projetuais em torno do isolamento, da segurança e da salubridade da sala de aula parecem apontar para a definição de Viñao Frago e Escolano (1998, p. 117) para uma sala de aula: “um compartimento em geral retangular, fechado, no qual a única abertura permitida – ao olhar exterior e por razões de vigilância, iluminação ou higiene – é o visor envidraçado na porta ou o janelão exterior”.

Quanto à localização dos gabinetes de professores parece estar disposta estrategicamente na parte central do edifício, de modo a facilitar a observação, o controle e a disciplina do espaço, o que indicia certas proximidades com o sistema panóptico proposto pelo jurista Jeremy Bentham¹⁸². O critério da “boa disciplina” também pode ser indiciado no interior dos prédios escolares, projetados por Antonio de Paula Freitas, por meio da organização espacial e subordinação de todas as oficinas de trabalho a uma administração geral. Nesse sentido, Freitas (1878, p.38 *apud* SOBRAL, 2015, p.272) projetou “o edifício em quatro alas transversaes paralelas entre si, e cruzadas por outras situadas longitudinalmente, de forma que possam ser facilmente percorridas pelo Administrador”.

Em geral, a arquitetura escolar combinou a clausura ou encerramento com a acentuada ostentação de um edifício sólido cujas paredes constituíam a fronteira com o exterior ou que se achava separado desse exterior por uma zona mais ou menos ampla do campo escolar e um muro ou grade que assinalava os limites do espaço reservado (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 91).

Considerando as “Escolas do Imperador” como monumentos-documentos da história da cidade, pode-se afirmar que comportavam uma pluralidade de funções, independente das formas escolares “inventadas” pelos diferentes sujeitos, que contribuía para alimentar o desejo pela escolarização e estruturar a cidade oitocentista. Assim acontecia com as formas urbanas que possibilitavam aos sujeitos diferentes formas de apropriação do espaço, sendo exatamente esse conjunto de experiências que institui a

¹⁸² Tal projeto arquitetônico, basicamente, consistia em: “[...] um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc. Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de venezianas, de postigos semicerrados de modo a poder ver sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo” (FOUCAULT, 1996, p. 87).

cidade. Não cabe simplesmente avaliar o grau de legibilidade das formas legitimadas ou legitimadoras no âmbito do espaço-escola, mas sim analisar a qualidade do espaço a partir das possibilidades experienciais oportunizadas ao sujeito. Acredita-se que o estudo das formas escolares, que foram estimuladas pelas “Escolas do Imperador”, possa contribuir para o indiciamento de alguns aspectos relacionados à cidade naquele período.

Com base no levantamento das palestras proferidas nas Conferências Populares da Glória, no período de 1873 a 1880, realizado por Maria Rachel Fróes da Fonseca, pode-se afirmar que os temas estavam voltados para a sistematização¹⁸³, medicalização¹⁸⁴ e moralização¹⁸⁵ da educação. A ênfase nos temas relacionados sinalizava ainda a legitimação do campo da medicina urbana no período, que pode ser observada pela sequência de oito palestras sobre a Faculdade de Medicina e a necessidade de reforma do ensino, abordando referenciais estrangeiros como a Medicina na Alemanha. Buscava-se divulgar ainda os melhoramentos urbanos do período por meio das conferências: Exposições industriais; Projeto para construção de estradas de ferro; Indústria, artes, comércio e agricultura: o Brasil frente aos EUA e à Europa; Eletricidade e O radiógrafo.

A busca pela internacionalização do país aliada à adoção de referenciais estrangeiros na educação pode ser observada ainda pelas conferências populares, noticiadas pelo Diário do Rio de Janeiro, sobre a importância do aprendizado de línguas estrangeiras. Sobre as línguas consideradas modernas da Europa, foi proferida uma

¹⁸³ No campo educacional, destacaram-se as palestras: Ensino primário obrigatório; Escolas normais; Instrução Pública; Vantagens da educação na família e conveniência das escolas mistas; Conveniência da criação de associações promotoras da instrução; A iniciativa particular no ensino; A caridade e a instrução; Organização do ensino primário e secundário no Brasil; Métodos de ensino e desenvolvimento intelectual do país; Educação prática das crianças pobres nos asilos; Condições da reforma e desenvolvimento do ensino superior; os Edifícios escolares e a Proscrição dos castigos corporais (FONSECA, 1996 *apud* SENRA, 2006).

¹⁸⁴ Em atendimento à política higienista da época, observou-se que grande parte das conferências abordaram temas relacionados à saúde pública por meio da higiene pessoal, escolar e coletiva (habitação), através de palestras prolongadas que perduravam várias seções, como as seis palestras sobre os Meios preventivos contra a invasão de moléstias perniciosas; as três palestras sobre a Higiene escolar; e as duas palestras sobre Lazareto e quarentenas, Higiene das habitações, Influência da medicina sobre a educação, Educação sob o ponto de vista higiênico, Educação física e Regime alimentar (FONSECA, 1996 *apud* SENRA, 2006).

¹⁸⁵ Sob o viés moralizador da educação, destacaram-se as seguintes palestras: O alienado perante a ciência médica, a sociedade, a família, a autoridade e a lei; Influência da educação sobre a moralidade e o bem-estar das classes laboriosas; A influência moralizadora do teatro; Trabalho como meio de educação e condição de felicidade; Ensino moral: a instrução deve ser o bálsamo e não o veneno para a alma. Religião, família, positivismo, materialismo; Direção do ensino. Importância da instrução nos destinos da humanidade. Convém não esquecer as ciências morais; Do órfão inválido: sua condição na sociedade brasileira, necessidade e meios de melhorá-la; e Educação das crianças das ruas (FONSECA, 1996 *apud* SENRA, 2006).

conferência, em 15 de julho de 1877, pelo orador Sr. Pereira da Silva (Diário do Rio de Janeiro, de 16 de julho de 1877). Outro exemplo foi a 149ª conferência ministrada pelo professor público Gustavo José Alberto, cujo assunto versou sobre o *“Estudo comparativo das linguas grega, latina, italiana, franceza, inglesa com a Portugueza, desde seu alphabeto até sua syntaxe”* (Diário do Rio de Janeiro, de 30 de outubro de 1875). “Na presença de Sua Magestade o Imperador e de Suas Altezas, teve logar ante-hontem, na escola da Gloria, a 154ª conferencia, occupando a tribuna o Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho”, noticiava o Diário do Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1875, outra conferência que também sinalizava a influência europeia na educação, apresentando as doutrinas das revoluções operadas na filosofia alemã por Leibnitz e Kant.

Segundo Carula (2007, p. 89), “as Conferências Populares da Gloria podem ser compreendidas como um projeto educativo”, a exemplo do Curso de Pedagogia ministrado por Antonio Ferreira Vianna, na tribuna da Escola da Gloria, que contou com a presença do Imperador, no período de junho a outubro de 1874, abordando temas considerados importantes no período como as leis fundamentais da ciência, a liberdade do ensino, a educação cristã, a lei da harmonia, a grandeza d’alma, a lei da gradação, a linguagem, a família, o enfeitado, o Estado e a Escola, a Igreja e a Escola. Questões educacionais que sinalizavam os valores, as ideias, as prescrições normativas e as práticas escolares sob a estética civilizatória. Ordem, harmonia e simetria eram, portanto, os princípios desejados tanto no exterior quanto no interior da escola.

Em relação ao Curso de Pedagogia era frequentemente noticiado pela grande imprensa, sinalizando certo reconhecimento e prestígio da iniciativa. No Diário do Rio de Janeiro, de 11 de outubro de 1874, foi noticiada a conferência ministrada sobre as dificuldades impostas ao pedagogo pelo “enfeitado”, sendo fundamental conhecê-lo bem assim como as condições de vida de sua mãe antes de quaisquer julgamentos prévios e injustiças. Afirmações como “que assumpto elevado e quanta maestria em trata-lo de modo a arrancar frequentes e espontâneas exclamações de entusiasmo!” e “a conferencia de 8 do corrente é mais uma perola enorme acrescentada a esse collar de custoso valor chamado – curso de pedagogia” pareciam exprimir a relevância atribuída a tal iniciativa. Em outra matéria, datada de 27 de dezembro de 1874, no Diário do Rio de Janeiro, novas referências elogiosas voltadas para o curso de pedagogia foram publicadas,

como: “primoroso *curso de pedagogia*, durante o qual Ferreira Vianna desdobrou a valentia de sua logica, a elegancia e pureza de sua linguagem, a solidez de seus conhecimentos” e “quando lembro-me que assisti a todas as conferencias da escola da Gloria, que assisti a enraizar-se definitivamente o gosto por essa magnifica fonte de instrucção, encho-me de razoável orgulho”.

Nesse sentido, entende-se a escola como um espaço de aprendizagem de saberes científicos, éticos e disciplinares, onde a tribuna da Gloria contribuiu, de certa forma, para o ensino de “atitudes de modernidade”. A configuração do cenário moderno demandava a adoção de estratégias eficazes em promover mudanças profundas nos modos de ser, pensar e agir da população (SOOMA, 2009). Trata-se de uma cultura escolar atrelada à cultura urbana voltada para a “construção de uma instituição ordenadora do social e, portanto, produtora de novas sensibilidades, sentimentos, valores, comportamentos e, também, de novas formas de perceber, conhecer e transformar o mundo” (FARIA FILHO, 1998, p.3). Para Carula (2007), o público-alvo das conferências era a camada letrada que seria responsável pela disseminação das ideias junto aos iletrados da sociedade. As conferências funcionavam como um espaço relevante de formação da opinião pública, cujas palestras eram publicadas, convites, textos na íntegra ou resumos, na grande imprensa por meio do *Jornal do Commercio*¹⁸⁶, sendo noticiadas também por outros jornais como o *Diário do Rio de Janeiro*.

As notícias veiculadas no *Diário do Rio de Janeiro* nos possibilitaram ainda indiciar a presença dos militares junto às “Escolas do Imperador”, por meio dos engenheiros formados pelas escolas militares na construção dos prédios escolares e da participação como palestrantes nas Conferências Populares ou de conferencistas em comum com a Escola Militar. Um exemplo foi a palestra sobre artilharia raiada, com sugestão de que o governo imperial pudesse habilitar o inventor com os recursos necessários para a realização da experiência. Sobre o reconhecido brilhantismo da conferência: “que a teve o capitão de mar e guerra Arthur Silveira da Motta em sua ultima e importante conferencia na escola de S. José, ninguém saberá pôr em duvida”. Ao final da matéria,

¹⁸⁶ Em 1874, o *Jornal do Commercio*, criado em 1821, distribuía 15.000 exemplares, contando com uma ampla equipe de 10 redatores; 80 correspondentes, distribuídos pelo Império, Europa e Estados Unidos; além de 248 profissionais, responsáveis pela composição, revisão, impressão e distribuição. Eram impressos em três horas, contendo de seis a oito paginas, diagramada em oito colunas, medindo 0,71m de altura por 0,63m de largura (BORGES, 1875, p. 255-261).

destacou-se que “não ha brasileiro, que conheça a historia de nossa marinha durante a ultima guerra com o Paraguay e não ligue às idéias de bravura e patriotismo o nome do conferente (...)” (Diário do Rio de Janeiro, de 11 de outubro de 1874).

O redator ainda mencionou outra conferência: “a escola municipal de S. Sebastião, que vi inaugurar-se a 7 de Setembro, não tardou que franqueasse sua vasta sala central ao povo que foi ouvir as scientificas prelecções de Silveira da Motta, o nauta destemido, o tenaz prescrutador dos segredos da artilheria” (Diário do Rio de Janeiro, de 11 de outubro de 1874). Cabe observar que as conferências também eram ministradas em outros palacetes escolares, além da tribuna da Escola da Gloria. Interessante notar ainda que a presença de um conferencista da Escola Militar parecia conferir certo status às Conferências Populares da Gloria. Na reportagem sobre a conferência realizada, no dia 30 de julho de 1877, pelo Sr. Dr. Thomaz Alves Junior sobre economia política e ciência, buscou-se destacar que a palestra havia sido proferida anteriormente na Escola Militar com distinção (Diário do Rio de Janeiro, de 30 de julho de 1877).

Em suma, observou-se como fio condutor das conferências públicas realizadas na Escola da Gloria a presença de um discurso civilizatório e moralizante, na medida em que as questões educacionais se aproximavam dos problemas de natureza social, cultural, urbana e médica, o que pode ser indiciado por meio de uma série de palestras, como as três palestras “Da instrução dos filhos do proletário ao enjeitado, ao vagabundo e aos jovens delinqüentes e meios de torná-la efetiva”; as três palestras “O sentimento religioso” e as duas palestras “Sistemas penitenciários” (FONSECA, 1996 *apud* SENRA, 2006). Os temas abordados nas Conferências Populares da Gloria dialogavam, assim como o programa de necessidades das “Escolas do Imperador”, com os discursos produzidos pelas estatísticas oficiais no período. De acordo com Sobral Filha (2015), as modificações na arquitetura institucional estavam em conformidade com o programa higienista do governo, na busca por solucionar o grave problema de epidemias que assolavam a capital¹⁸⁷, conforme observadas no Capítulo 1.

Nesse sentido, os dispositivos urbanísticos, respaldados na legislação regulamentadora, introduziram novos materiais e tecnologias construtivas, resultando

¹⁸⁷ No período de 1850 a 1912, foram registrados, na zona urbana do Rio de Janeiro, 59.074 óbitos por febre amarela; 37.082 por varíola; 40.981 por paludismo e 117.385 por tuberculose (MELLA, 2003, pág. 117).

em diferentes tipologias arquitetônicas em atendimento aos condicionantes físicos, climáticos, topográficos e sanitários, que foram incorporados pelos prédios públicos como as “Escolas do Imperador”. Ademais, como já foi sublinhado, havia uma preocupação quanto à localização estratégica¹⁸⁸, destacando o prédio escolar com relação à cidade. Em relação à localização do espaço-escola na cidade, Viñao Frago e Escolano (1998, p. 28) sublinham que a “produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de um urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente”.

Verificou-se ainda que, além de um programa de necessidades específico, há uma intenção plástica subordinada a um estilo arquitetônico determinante da técnica construtiva empregada; o que sinaliza a vinculação dos aspectos estéticos aos técnicos. Os novos contornos estéticos da cidade apontavam para uma renovação no campo da arquitetura, como através da proibição dos elementos arquitetônicos típicos do período colonial, em virtude de imposições legais, datadas do início do século XIX, que visavam aos preceitos higienistas. Nesse período, com a Abertura dos Portos às Nações Amigas por D. João VI em 1808, o ferro e o vidro foram amplamente empregados em construções como palácios de exposições, estações de ferro e mercados públicos, modificando a paisagem carioca. “O aperfeiçoamento das técnicas de sua fabricação ao final do século XVIII e no começo do século XIX, além da eliminação de pesados impostos, incentivaram o uso de janelas maiores a partir de meados do século XIX” (CRAGOE, 2014, p.62).

Em sintonia com as posturas municipais do período e às tecnologias construtivas disponíveis, elementos diferenciados também foram introduzidos na arquitetura como elevação do pavimento térreo em relação ao nível do chão; grandes vãos nas fachadas; portões e grades em ferro; telhas cerâmicas “francesas”; coberturas com colocação de descidas de águas pluviais em ferro fundido e supressão dos beirais, encobertos por platibandas; ornatos, estátuas e vasos decorativos; dentre outros. O convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões

¹⁸⁸ Conforme discutido no Capítulo 1, dentre as diferentes possibilidades históricas, o exercício indiciário sobre os locais de implantação dos primeiros prédios escolares de Sant'Anna, São Christovão e Gloria sinalizou questões, de ordem familiar, por parte do Imperador, para a escolha dos sítios privilegiados. Constatou-se ainda que tais locais exigiram intervenções no sentido de garantir as condições de salubridade, circulação do ar, incidência dos raios solares e aterro das áreas pantanosas, que compreendiam critérios importantes para a definição dos locais de construção das escolas.

grandiosas de janelas e portas, a racionalização e a higienização dos espaços contribuíram para a climatização e a salubridade do ambiente, assim como de conservação das estruturas e piso de madeira devido ao clima quente e úmido.

Observando a disposição dos espaços nas plantas de arquitetura, um diferencial projetual entre as “Escolas do Imperador” chamou a atenção no que se refere à localização das latrinas. Os engenheiros Francisco Pereira Passos e José Antonio da Fonseca Lessa¹⁸⁹ e o arquiteto Francisco Bethencourt da Silva, responsáveis pelas escolas urbanas em estudo, separou as latrinas das salas de aula, em respeito às condições climáticas do país, ao contrário do arquiteto Antônio de Paula Freitas nos projetos da Escola da Imperial Fazenda de Santa Cruz e nas Oficinas de São Christovão, que sofreu influência dos países da Suíça, Bélgica, Holanda (SOBRAL FILHA, 2015).

Nessa perspectiva, a dimensão estética das “Escolas do Imperador” parece dialogar bem com as políticas higienistas da época. Nota-se um cuidado com o controle e a qualidade de todo o processo construtivo no que se refere às *técnicas e aos materiais construtivos*. Os materiais utilizados determinam o tipo, o estilo e a estética do edifício, bem como a percepção e a forma de apropriação do espaço pelo sujeito. Inúmeras são as possibilidades estéticas e simbólicas dos elementos empregados nas sólidas e compactas construções, que são marcadas pela nobreza de acabamento, esquadrias de madeira e fachadas em alvenaria de pedra e argamassa. O embasamento da edificação em cantaria, além de atender a objetivos estruturais, proporciona, em combinação com as texturas e cores dos diferentes materiais, efeitos estéticos que tencionavam atrair os olhares.

As chamadas de propostas para a execução de obras nos palacetes escolares eram publicadas em jornais de grande circulação, como o projeto de ajardinamento, pintura e mobília do prédio da Escola de São Sebastião, na praça Onze de Junho, noticiada no Diário do Rio de Janeiro, de 30 de setembro de 1870. Constavam especificações detalhadas dos serviços para contratação. Algumas exigências voltadas para o rigor estético adotado, como a instalação de “quatro portões, cujas portadas serão de cantaria perfeitamente

¹⁸⁹ O engenheiro José Antonio da Fonseca Lessa, responsável pelos projetos das escolas de São Sebastião e de São Cristóvão, atuava fortemente junto à municipalidade na análise e aprovação dos projetos de arquitetura elaborados para as freguesias de Santana, São José, Sacramento, Glória, Lagoa, Jacarepaguá, Irajá e Santa Cruz (SOBRAL, 2015). As duas primeiras Escolas do Imperador foram ornamentadas com um frontão livre, enquanto as demais projetadas por Francisco Bethencourt da Silva buscaram romper com a vertente classicista comum aos prédios institucionais do período e incorporaram frontões com curvas e ornamentações características do rebuscamento barroco.

lavrada, apresentando capiteis e pedestres da ordem dórica romana, sendo a elevação proporcional ao gradil”. Outras apontando para a preocupação com a questão higienista, envolvendo aterro, drenagem e ajardinamento. Notava-se ainda uma preocupação com a qualidade dos materiais de construção e de acabamento empregados: “será fornecida a mobília constante da relação patente na directoria das obras municipaes, sendo toda ella feita de jacarandá da melhor qualidade”. Os custos da obra chegaram a 25:516\$000.

Nas propostas de fornecimento de materiais para as “Escolas do Imperador”, verifica-se a busca por materiais importados considerados de primeira qualidade¹⁹⁰, como o emprego de madeira do tipo peroba do campo no vigamento e madeiramento do telhado, o cimento Portland¹⁹¹ e a utilização do mármore como revestimento. O que pode ser observado na proposta de fornecimento de material para a obra da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria. O arquiteto Bethencourt da Silva apresenta no Relatório nº 17-71, elaborado em 31 de outubro de 1871, sobre o andamento das obras nas escolas das freguesias da Gloria e de Santa Rita, um detalhamento minucioso de todas as propostas de materiais de cantaria e esquadria adquiridos.

O parecer¹⁹² do engenheiro Francisco Pereira Passos, encaminhado ao Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira, também sinalizava a preocupação com a qualidade do material e os orçamentos relativos ao serviço de fornecimento de gradil e portões para a Escola da Freguesia da Gloria, bem como das obras de esquadrias para o Externato do Collegio de Pedro II. No caso da Escola da Gloria, houve duas propostas: uma de Manoel Joaquim Moura e Cia no valor de 8:950\$000 e a outra de M. Ferand de importação dos materiais da Europa no valor de 17:600\$000. A nobreza dos materiais expressava a preocupação com a estética arquitetônica e o envolvimento de engenheiros e arquitetos da municipalidade no projeto e na construção dos palacetes escolares na cidade.

¹⁹⁰ Outros exemplos: "pontas de Pariz francesas de 1ª qualidade, sortidas, a duzentos reis cada libra"; "barrica com cimento Portland vindo de Londres de 1ª qualidade e garantido a dez mil reis cada barrica, com 12 arrobas de prezo" e "táboas de pinho da Suécia"; "telhas francesas de 1ª qualidade" e "tijolos ingleses" (Orçamento enviado à Directoria de Obras Públicas em 23 de outubro de 1871).

¹⁹¹ Em relação ao cimento Portland, Cragoe (2014, p. 61) ressalta que “como o concreto é um material moldável, ele foi utilizado desde meados do século XIX para produzir peças pré-moldadas como frontões, parapeitos e balaústres, os quais eram normalmente pintados”.

¹⁹² Parecer encaminhado ao Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira por Francisco Pereira Passos em 30 de maio de 1874 sobre os custos orçamentários das obras de esquadrias, gradil e portões para a Escola da Freguesia da Gloria e o Externato do Collegio de Pedro II (NASCIMENTO, 2016). Disponível em: <http://www.btd.uerj.br/handle/1/10707>. Acessado em 15/04/2021.

Já no relatório, datado de 28 de dezembro de 1872, a proposta de fornecimento de material considera as ferragens francesas como as “únicas que se podem ter a vantagem de admitir em obras onde se exija perfeição”. Considerando a qualidade dos materiais importados, muitas eram as negociações em busca de preços mais econômicos para os cofres públicos, de modo a garantir os recursos necessários para outros elementos rebuscados, em termos arquitetônicos, como a escadaria da Escola da Gloria, que exigia um profissional artista e habilitado para o serviço. A escada compreendia um elemento construtivo de grande expressividade, que assumia uma função importante e sinalizava a finalidade de uma edificação era, “especialmente nas construções palacianas, nas quais os percursos estão associados à necessidade de criar monumentalidade e mostrar o poder dos seus ocupantes” (CRAGOE, 2014, p. 202).

Pensando nas “Escolas do Imperador”, observou-se ainda que as escadas de acesso, distribuídas pelos prédios escolares, contribuía para definir a forma de circulação dos diferentes públicos no ambiente escolar. É interessante notar a preocupação com o acesso direto da comunidade aos auditórios nas escolas de São Christovão, Sant’Anna e Gloria, tanto por escadas externas quanto por internas, as quais trabalhadas em madeira pinho de riga conferiam certa grandiosidade ao espaço bem como à atividade desenvolvida em seu interior, além de sensibilizar o olhar do sujeito.

Outros acréscimos financeiros decorrentes de alterações no projeto original também foram observados, como a modificação dos mezaninos que abrigaram a moradia dos professores e a sala de Conferências Públicas. Por outro lado, o arquiteto Francisco Bethencourt da Silva, ao adotar um diferente acabamento rusticado na alvenaria externa do prédio, contribuiu para reduzir os custos com materiais nacionais¹⁹³ e compor uma estética contrastante de texturas e cores. Sobral (2015) destaca que o arquiteto procurou privilegiar a indústria nacional¹⁹⁴ a partir da utilização dos pisos em ladrilho hidráulico e

¹⁹³ Cabe destacar que o aproveitamento dos materiais nacionais foi estimulado pelo próprio Código de Posturas, como a regulamentação do uso de molduras em granito nas construções. O granito, extraído principalmente das pedreiras da Gloria e São Diogo, foi amplamente utilizado na arquitetura, especialmente no embasamento das construções palacianas. Sobral (2015) destaca que a utilização da pedra aparelhada foi ampliada na segunda metade do século XIX em virtude da silharia, reduzindo os custos de sua produção. Os elementos de ferro (ornatos, gradis e escadas) também foram muito utilizados no período devido à expansão local das serralherias.

¹⁹⁴ Em 1874, a cidade contava com 18 (dezoito) fábricas de fundição, sendo 12 (doze) de máquinas exceto a dos arsenais e estabelecimentos públicos e 6 (seis) de fundição de bronze, latão e cobre. As fábricas empregavam mais de 700 operários com uma produção de 2.140:000\$000 em artefatos de

em madeiras nacionais, além de gradis em ferro da empresa Carvalho Moreira & Co., que fornecia frequentemente para as obras institucionais.

Outras circunstâncias resultavam também em aumento das despesas na construção dos prédios escolares, conforme ocorrido com a Escola de São José. Em Ofício de 28 de outubro de 1871, destinado à Câmara Municipal, os construtores Pedro Bosisio e Antonio Lopes Sabugal obrigavam-se a empregar peças em “moulded-brick” na ornamentação do interior do prédio. Já no Ofício de 1º de julho de 1872, os construtores propõem alterações no projeto original do prédio escolar, projetando uma nova decoração de puro estilo gótico em cimento puro comprimido ao invés da alvenaria moldada em tijolos¹⁹⁵. Por outro lado, o engenheiro Antonio de Paula Freitas¹⁹⁶ parece ter respaldado os projetos da Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1885) e da Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista em São Christovão (1883) na valorização do produto nacional, diferentemente da maioria dos demais prédios das “Escolas do Imperador”.

Na construção do edifício procuramos empregar sempre o produto nacional, e por isso a pedra granítica e o ceramico foram os materiais exclusivamente empregados na sua ornamentação. A pedra é da pedreira de S. Diogo, um *gneiss primordial*. O ceramico é da fabrica Pollonio em Botafogo, em que a materia prima é uma tabatinga de magnífica qualidade, encontrada em toda a baixada, que se estende da Passiava ao Berquó. A madeira é de lei, tendo sido escrupulosamente escolhida a que foi empregada nas esquadrias. Os objetos de ferro são das fabricas nacionaes Moreira & Comp., e Rohe Irmãos. Os moveis do corpo da frente são fabricados com madeiras do paiz, na fabrica nacional

ferro. A capital ainda contava com o estabelecimento da Ponta-d'-Areia, com 400 operários nos trabalhos da fundição, do estaleiro e de nova oficina, além do maquinário considerado moderno voltado para as obras de madeira. Esta fábrica era responsável pela produção dos tubos para abastecimento d'agua; pontes para a estrada de ferro D. Pedro II e carros para passageiros. Cabe destacar ainda um número significativo de oficinas de carpintaria e marcenaria, na produção de mobiliário e ornatos decorativos; além de 45 pedreiras nos subúrbios da Corte, com cerca de 750 empregados e uma produção anual de 2.200:000.000. Uma produção que procurava atender às demandas do mercado em termos de cantarias lisas, molduras, colunas com capiteis, obeliscos, paralelepípedos (objeto de exportação), pedras artificiais, ladrilhos, depósitos de água, ornatos e objetos de arte (Relatório da Exposição Universal de 1876 em Philadelphia, por Antonio Pedro de Carvalho Borges, em 1875).

¹⁹⁵ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

¹⁹⁶ Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Central, no dia 30 de dezembro de 1870, o engenheiro Antonio de Paula Freitas foi muito atuante junto à municipalidade na configuração da arquitetura institucional na cidade, respaldada na valorização do produto nacional de empresas locais. Tais prédios escolares parecem atender aos preceitos higienistas do período, tendo como valores a simplicidade, o conforto, a iluminação e a ventilação em detrimento da ordem, simetria e ornamentação dos demais prédios das Escolas do Imperador.

de Moreira & Comp.; sendo os da sala nobre em jacarandá embutido de páo rosa (FREITAS, 1878, p. 63 *apud* SOBRAL, 2015, p. 133).

Observa-se que a monumentalidade, a ornamentação e a movimentação dos corpos da fachada sinalizavam os altos custos na execução do prédio (SOBRAL FILHA, 2015). A monumentalidade ou a utilização de materiais e técnicas construtivas, respaldadas em referenciais estrangeiros, oneravam o processo construtivo. A adoção de referências estrangeiras pode ser indiciada, por exemplo, através da afirmação no Relatório da Exposição Universal de 1876: “todos são edificados, segundo planos feitos de conformidade com as condições, que a experiencia, em semelhante assumpto, tem aconselhado em outras nações” (BORGES, 1875, p. 188). Logo, muitas eram as críticas quanto às *condições financeiras no empreendimento* dos palacetes escolares em comparação ao quadro econômico da sociedade e à baixa remuneração dos professores.

Eis, Sr. Presidente, o que é o ensino popular, tão gabado na Côrte que o novo ministerio promette continuar! E a par de tanta miseria, permita-se-me a expressão, nessas escolas, no proprio municipio da Côrte, edificam-se palacios de 300:000\$ a 600:000\$ para duas ou quatro escolas, deixando-se o resto no estado em que descreve a comissão! (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875).

Na 81ª sessão, de 3 de setembro de 1875, foi apresentado um extenso parecer sobre a instrução pública na cidade do Rio de Janeiro, sendo que a reclamação principal consistia no fato de que não bastava fundar novas escolas, sem os devidos investimentos na habilitação do professorado e na aquisição de mobília e utensílios adequados. No tocante à falta de materiais escolares (livros, compêndios, quadros de leitura, mapas murais e retábulos), o relator teceu críticas em relação às escolas públicas, como “a de S. José, que custou 290:000\$, pareceu-me bem servida quanto ao professorado; mas nota-se grande deficiencia ao material”. Outra escola mencionada foi a da Freguesia da Gloria, cuja obra somou 600:000\$, dispondo de espaços adequados (salas de aula separadas para meninas e meninos, sala de conferências, sala para o ensino noturno), porém carecia de objetos como esferas na aula de geografia, que contava apenas com um globo antigo e uma carta dos Estados-Unidos. Constavam duas escolas públicas na Freguesia da Gloria, sendo uma transferida para o palacete escolar e a outra para um prédio alugado por 200\$, sendo que se encontrava fechado por cerca de cinco meses à espera de reparos

orçados em 150\$. Com severas críticas aos elevados custos na construção dos palacetes, o Senado destacou que as ações voltadas para a instrução popular primária e secundária dependiam, especialmente, de donativos para a fundação de instituições escolares.

Voltadas para o atendimento das crianças oriundas de famílias desfavorecidas e trabalhadoras, as “Escolas do Imperador” contavam com o apoio estatal e de diversas organizações, sociedades e associações. Um exemplo compreendeu o prédio da Escola de São Sebastião que foi “construído pela Ilustríssima Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida e a subvenção do então Ministro do Império, Paulino José Soares de Souza” (SCHUELER e RIZZINI, 2017, p. 92). No Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1874, que relatava a inauguração da Escola da Gloria, o discurso da Sua Majestade o Imperador enfatizava a necessidade de que todas as escolas estivessem em próprios nacionais devido aos preços elevados com os aluguéis e à inadequação dos espaços adaptados.

Entretanto, sem recursos financeiros suficientes, os palacetes escolares contaram com os recursos privados de diferentes entidades. A construção da Escola de São Christovão¹⁹⁷, que oferecia o curso primário a meninos e meninas oriundas de famílias de baixa renda, com capacidade inicial para 200 alunos, contou com o apoio financeiro da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Em 11 de setembro de 1872, foi enviado, pelo Exmo José B. da Cunha Figueiredo, um ofício ao Ilmo Sr. Delegado da Freguesia de São Christovão, autorizando a transferência da 1ª Escola de Meninos e da 1ª Escola de Meninas para o prédio, recém-inaugurado na praça D. Pedro I, construído “a expensas do Corpo do Commercio da Corte e posto a disposição do Governo Imperial para as Escolas publicas de Instrução primaria”¹⁹⁸. Foi ordenada, ainda, a criação de uma escola noturna, voltada para a instrução de adultos, a cargo do professor José Gonçalves Paim, que receberia uma gratificação de 50 mil réis mensais, acrescido de 1.000 reis por aluno excedente ao número de 50 alunos na classe, não podendo o salário do professor exceder a 100 mil na soma das gratificações.

¹⁹⁷ Na década de 1920, o prédio escolar recebeu o nome de Escola Municipal Gonçalves Dias, em homenagem a Antônio Gonçalves Dias (1823-1864). Gonçalves Dias foi poeta, professor, jornalista e teatrólogo brasileiro. Grande poeta indianista da Primeira Geração Romântica, foi autor de inúmeras obras como *Canção do Exílio* (1843); *Sextilhas do Frei Antão* (1848); *I - Juca Pirama* (1851); *Últimos cantos* (1851); *Dicionário da Língua Tupi* (1858) e *“Obra póstuma”* (1869). Disponível em: [www.ebiografia.com > goncalves_dias](http://www.ebiografia.com/goncalves_dias). Acesso em: 31/08/2020.

¹⁹⁸ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p.106.

Em resposta ao Ofício de 11 de setembro de 1872, emitido pelo Exmo José B. da Cunha Figueiredo, o Delegado da Instrução da Freguesia de São Christovão, o Dr. Antonio P. de Oliveira, no dia 23 de setembro de 1872, afirma que as duas primeiras escolas de meninos e de meninas não poderiam funcionar no novo edifício de imediato, que contava apenas com mesas e bancos em seu interior, sem nenhum utensílio escolar e demais objetos necessários aos trabalhos escolares. A intenção inicial era transferir os objetos das antigas escolas para o novo prédio escolar, porém, por solicitação da Câmara Municipal, foram enviados para restauração dos serviços de marcenaria. Isto porque, considerou-se que os objetos usados e em estado crítico de conservação contrastariam completamente das novas instalações, o que sinaliza uma preocupação com a cultura material das “Escolas do Imperador” independente dos custos elevados envolvidos.

Observou-se que os prédios escolares contavam com doações de comissões paroquiais, como a Escola de São José por meio de uma parceria entre a Comissão Paroquial e a Comissão Central da Freguesia de São José¹⁹⁹. A escola contou também com recursos oriundos de concessionários da linha férrea de Vila Isabel²⁰⁰. Interessante observar ainda a participação do Theatro Lyrico Fluminense na construção da Escola de São José, cujo espetáculo do dia 2 de junho de 1871 foi oferecido pelo Comendador Ernesto Rossi da Companhia Dramatica Italiana (Diário do Rio de Janeiro, de 31 de maio de 1871). Em 1872, a Câmara Municipal condicionou a autorização para as obras da Companhia Ferro Carril da Villa Izabel ao depósito nos cofres públicos de duas prestações no valor de 50:000\$ para as escolas públicas. O Sr. Conselheiro Francisco do Rego Barros Barreto, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, emitiu um documento, em 3 de outubro de 1872, que afirmava:

O donativo é neste caso uma espécie de joia pelo uso das ruas e calçadas por onde tem de correr os trilhos, e portanto não pode ser aproveitado pelo Estado e nem entrar na renda geral. E por que a Ilma

¹⁹⁹ Em 11 de novembro de 1870, o Dr. Jose Augusto Cesar N. de Arago encaminhou uma resposta ao ofício do Exmo Dr. Antonio Ferreira Vianna, Presidente da Câmara Municipal, como forma de agradecimento por sua indicação para compor a comissão paroquial que, em conjunto com a Comissão Central da Freguesia de São José, seriam responsáveis pela construção de uma escola de instrução primária de ambos os sexos. [AGCR]. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872]

²⁰⁰ Em 3 de outubro de 1872, a Câmara Municipal da Corte emitiu um requerimento para a entrega dos donativos por João Baptista Vianna Dummond e outros concessionários da linha férrea urbana de Vila Isabel, para construção da Escola Pública de São José, segundo o acordo publicado no Decreto nº 5002, de 3 de julho de 1872. [AGCR]. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872]

Camara Municipal sabe quanto é agradável ao Governo Imperial e útil ao desenvolvimento moral da Nação a propagação do ensino primário, destinou o donativo à construção e mobília da Escola de São José. (AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p178-v).

Outro prédio escolar, que contou a participação da Comissão Paroquial, foi a Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria. Conforme o Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1870, a construção do prédio da Escola da Gloria, que ocupava uma superfície de *58.800 palmos*²⁰¹ *quadrados*, foi custeada pelos cofres públicos segundo os preceitos técnicos de excelência, atendendo a um maior número de alunos por sala de aula. Gonçalves (2004, p. 112) relata que o terreno “foi avaliado à razão de um conto de réis a braça, pagando o governo sob essa base e obrigando-se ao foro anual de mil e seiscentos réis”. Depois, houve ainda um acréscimo sob um custo de nove contos de réis. Portanto, o conjunto de palacetes escolares contou com recursos públicos, como doações da Coroa, do Ministério do Império e da Câmara Municipal, e particulares de associações religiosas e de entidades profissionais (SCHUELER e MAGALDI, 2009).

Ainda no que diz respeito às *condições financeiras no empreendimento* dos palacetes escolares, Lopes (2012) sublinha que a partir de 1870, após a Guerra do Paraguai, emergiu o processo de construção das escolas públicas, em virtude da destinação dos recursos, que seriam gastos com a homenagem, para a instrução pública, afirmando que: “no período de 1870 a 1889 registra-se a construção de vários prédios escolares, por iniciativa da Municipalidade, do Ministério do Interior ou de particulares. Obras custeadas tanto por recursos públicos quanto por donativos” (LOPES, 2012, p. 101). Em relação à Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz²⁰², por exemplo, Beaklini (2013) destaca que foi construída às expensas do Imperador D. Pedro II em 1885, cuja monumentalidade do prédio, projetado pelo engenheiro Paula Freitas, se justificava por se tratar de um projeto do Imperador D. Pedro II, apesar de não seguir os padrões estéticos de outros prédios institucionais projetados pelo engenheiro para a Corte.

²⁰¹ Um palmo equivale a $22,86 \times 10^{-2} \text{m}$ (valor em unidade do Sistema Internacional de Medidas). As unidades de comprimento no passado baseavam-se geralmente nas dimensões de partes do corpo humano, padronizadas pelos comprimentos de seu pé, polegar, palmo, braço etc. (ROZENBERG, 2006).

²⁰² Inicialmente denominada Escola Imperial Dom João VI, a “Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz também foi denominada como ‘Colégio Grande’, indicando como o prédio era apreendido pelos habitantes locais”, termo adotado em reportagem do *Jornal do Commercio* de 26 de agosto de 1886 (BEAKLINI, 2013, p. 74).

Apesar de as escolas mistas não estarem contempladas no objeto de estudo, foi possível tecer algumas aproximações entre a *Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz* e a *Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista*. Buscou-se, assim, sinalizar algumas circunstâncias indiciárias quanto à(aos): 1. criação dos prédios escolares a partir de 1870, por iniciativa de D. Pedro II; 2. projetos escolares de autoria dos profissionais que atuavam junto à municipalidade, como os engenheiros Paula Freitas, Pereira Passos e Fonseca Lessa, além do arquiteto Bethencourt da Silva; 3. presença de negros nos espaços escolares; 4. preceitos médicos e higienistas adotados; 5. preocupação com a localização e a acessibilidade dos prédios; 6. funcionamento dos cursos noturnos e preocupação com o ensino profissional; 7. caráter “inovador” da pedagogia adotada, assim como tencionada pelos demais palacetes escolares, que lhe conferem o status de “escola-modelo para o povo”, termo referencial da *Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista* (LOPES, 2012); e, especialmente, à imponência dos prédios escolares, dotados de legibilidade e expressividade dentro do cenário urbano onde foram instalados, como o palacete escolar no Curato de Santa Cruz.

Enfim, sob o viés civilizatório e, salvo as respectivas especificidades entre os projetos das escolas mistas de Santa Cruz e da Quinta da Boa Vista em comparação com os demais palacetes escolares edificados na década de 1870 (caráter privado do ensino; origem das verbas para construção e/ou manutenção; utilização de materiais nacionais; programas escolares ou partidos arquitetônicos adotados), defende-se que os prédios escolares construídos, no período entre 1870 e 1885, integram o conjunto das tradições escolares inventadas no período. Enfim, observou-se que a equipe de engenheiros e arquitetos tencionava desenhar diferentes estéticas urbanas, sinalizadas pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, assim como “inventar” as formas escolares, por meio da inserção das “Escolas do Imperador” na cidade, sob a ótica da modernidade e dos princípios civilizatórios, o que será discutido a seguir.

3.3 Espaço, Forma e Disciplina: os princípios da ordem civilizatória na escola e na cidade.

A cidade das “tradições inventadas”, em alusão a Hobsbawn (1984), é pensada a partir de uma série de estratégias de disciplinamento do social, moldadoras de conduta e retificadoras dos desvios. Em alusão a Foucault (2017), considera-se o poder disciplinar, tencionado pelos dispositivos normativos, como instrumentos de poder capazes de produzir novos saberes, comportamentos e formas de sociabilidade. Deleuze, coadunando-se com o pensamento foucaultiano, afirma que as escolas se aproximam do sistema prisional e que “vários tipos de categorias profissionais vão ser convidados a exercer funções policiais cada vez mais precisas: professores, psiquiatras, educadores de todos os tipos etc.” (FOUCAULT, 2017). Pensando nos entrelaçamentos entre as culturas escolares e urbanas, por que não pensar nos médicos sanitaristas e os engenheiros enquanto uma intelectualidade responsável por prescrever, normatizar, controlar e projetar a cidade assim como os espaços e tempos escolares?

Daí a importância de se perscrutar acerca dos mecanismos, revezamentos, redes de sociabilidade e instâncias de poder-saber tensionados pelos diferentes sujeitos naquele presente. A necessidade de disciplinarização do espaço social disparava assim diferentes instâncias regulatórias no sentido de “fabricar” novos sujeitos e tecnologias de poder para controle estatal. Entende-se que não existe poder neutro, portanto não há “relação de poder sem constituição de um campo de saber e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (FOUCAULT, 2017, p.24).

Dialogando com Elias (1993)²⁰³ quanto ao processo de escolarização social, concorda-se que a civilização não é sinônimo de racionalização nem o resultado de um planejamento calculado a longo prazo. Portanto, a “reforma urbana” iniciada pelo Plano de Melhoramentos da Cidade não atenderia às expectativas de um processo civilizatório. Elias (1993) afirma ainda que a formação de um monopólio da força cria espaços sociais pacificados. Trata-se de uma força simbólica capaz de produzir mudanças nas relações

²⁰³ Norbert Elias (1993) retrata a passagem da sociedade guerreira para a sociedade de corte que implicou na constituição de novos códigos de conduta, que considerava um dos processos mais decisivos nos processos civilizadores. Rompendo com a história tradicional, Elias apresenta a sociedade da corte, enquanto forma social, operando a partir de uma relação de interdependência entre as pessoas, que produz mudança de comportamentos e novos códigos sociais, e gerando assim uma nova ordem social.

humanas de acordo com um padrão social, que acaba por induzir um processo estável de autocontrole do sujeito. E quanto maior a modelação de condutas e o controle de emoções espontâneas do indivíduo, maior o êxito do processo civilizatório. Sob a ótica civilizatória de Elias (1993), pode-se dizer que o aparato institucional respaldaria as intervenções urbanísticas na cidade, onde a escola assume um papel central.

Segundo Veiga (2005), a escola seria a unidade de referência civilizatória de um Estado-Nação com a função de organizar as gerações. Nesse sentido, a escola assume um papel de controle social e de homogeneização de saberes e comportamentos necessários ao processo civilizatório, mas ao mesmo tempo produtora de segregações. São infringidas penalidades aos “desajustados” por meio da perda da sua posição social hierárquica ou de pertencimento àquele estrato social, garantindo assim a reprodução automática de condutas e comportamentos aceitáveis. Elias (1993) ressalta ainda que todo processo civilizador requer um período de tempo considerável. Já Veiga (2005) afirma que as condições de previsibilidade compreendem um conceito de fundamental importância. Nessa perspectiva, a rede de escolarização do social, na qual as “Escolas do Imperador” estavam inseridas, aliada aos instrumentos estatísticos, deveriam ser capazes de estabelecer cadeias de ação mais longas por meio de um processo constante de conhecimento, regulação, vigilância e controle rigoroso da conduta.

3.3.1 O espaço escolar em disputa: encontros e desencontros dos diferentes atores envolvidos.

A Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Glória (**Figura 34**), assim como os demais palacetes escolares, parecem sinalizar a arte de edificar do período que deveria primar pela solidez, simetria, harmonia e segurança. O que possibilita o indiciamento das formas escolares, sinalizadas com as “Escolas do Imperador” (frontões triangulares com variantes morfológicas, o uso das ordens clássicas, a movimentação e a disposição simétrica dos blocos construtivos), a partir da tríade básica dos tratados arquitetônicos²⁰⁴ do

²⁰⁴ Vitruvius destacava como princípios arquitetônicos o ordenamento, a disposição, a euritmia, a proporção, a conveniência e o agenciamento (funcionalidade). Para ele, a concepção arquitetura (*ordinatio*) deve ser concebida por partes (*membrus*), adaptada de acordo com a natureza do projeto, dimensionada e disposta de forma modular (*modulus*), contribuindo para uma composição harmoniosa

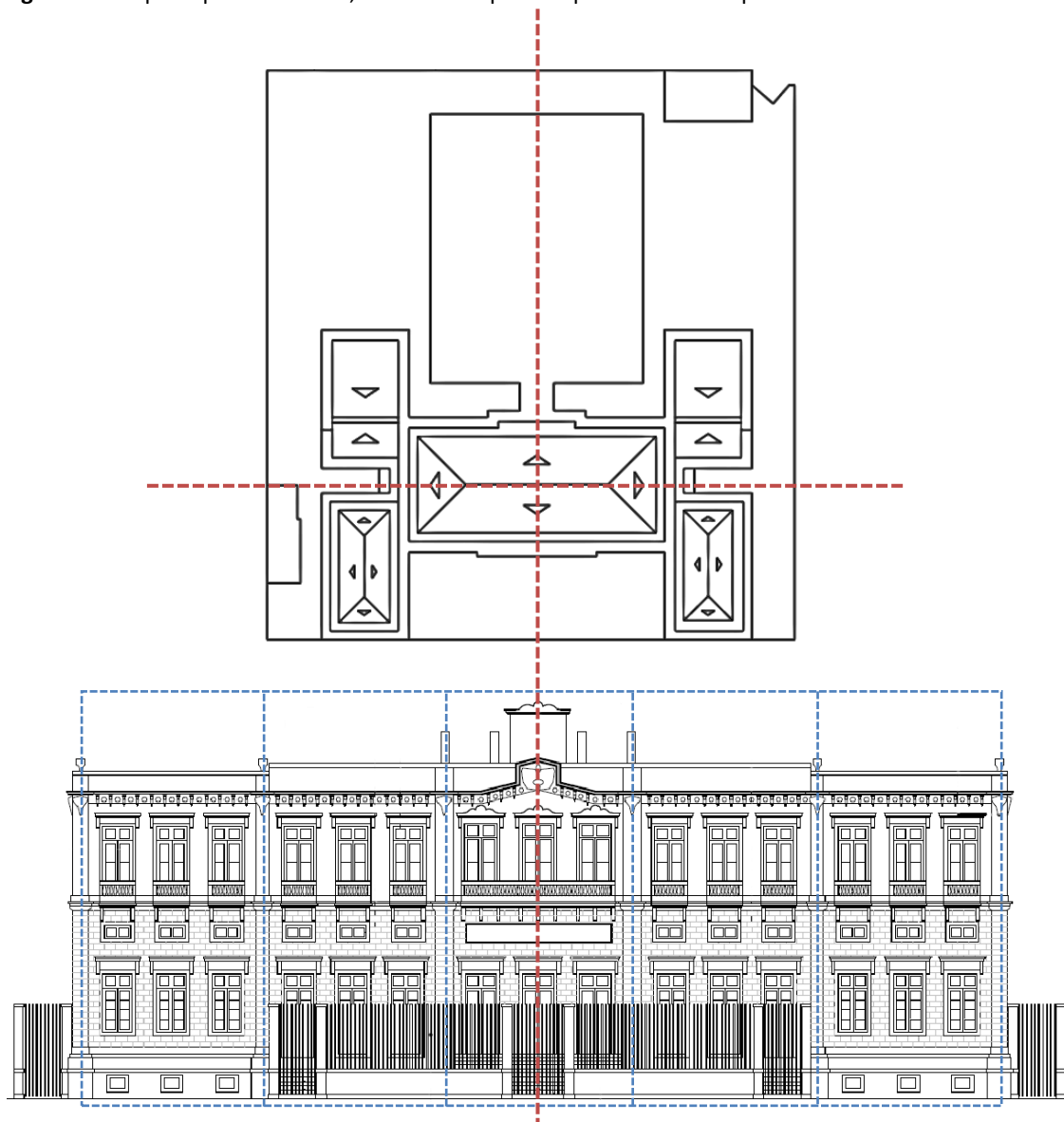
Renascimento Italiano, de Marcus Vitruvius Pollio, Leon Batista Alberti e Andréa Palladio, entre os séculos XV e XVI: solidez, utilidade e beleza (*firmitas, utilitas e venustas*). Sob a ótica vitruviana, pode-se afirmar que os prédios escolares são edificações sólidas em virtude das preocupações com o local de implantação, das tecnologias e dos materiais construtivos utilizados. As formas escolares adotadas procuravam atender à finalidade educacional, conquanto a distribuição espacial comportasse diferentes atividades (moradias de professores, posto de saúde, sala de conferências públicas), entendidas como necessidades sociais do período²⁰⁵.

Nesse sentido, a “utilidade” implicava demandas, aspirações, costumes e valores individuais e coletivos. Sob o ponto de vista da “utilidade” (funcionalidade), entende-se que um dos critérios para a distribuição dos equipamentos escolares na cidade foi pensada a partir da acessibilidade, considerando o alerta de Vitruvius sobre a importância da escolha do lugar na arte da construção. Palladio destacava também a importância de posicionamento de cada elemento no conjunto arquitetônico e as funções estruturais do prédio. Dziura (2006, p. 31) afirma que, segundo Palladio (1508-1580), a “beleza deriva de uma elegante forma, do relacionamento do todo com as partes, e das partes entre elas com o todo”. Nessa perspectiva, os “corpos” dos palacetes escolares foram projetados bem dispostos, simétricos e consolidados, contribuindo para a harmonia do conjunto.

da obra. Os elementos eram entendidos em termos estruturais, decorativos e funcionais. A harmonia do conjunto arquitetônico depende, portanto, da relação simétrica entre os elementos modulares e proporcionais da composição (*quantitas*) (MANENTI, 2016). Palladio discutiu os princípios de utilidade, durabilidade e beleza a partir dos edifícios privados até os públicos, além de temas ligados a fortificações de cidades, portos, aquedutos, estradas. Alberti tratava da construção e restauração de edifícios públicos e privados. Para Alberti, a casa era dividida em zonas públicas, semiprivadas e privadas. Os jardins eram um elemento de transição entre o espaço privado da residência e o espaço público da rua e o “coração da casa era o átrio” (pátio), onde era realizado o foro público, um espaço privilegiado, iluminado e delimitado pelos demais espaços da casa (DZIURA, 2006, p. 29).

²⁰⁵ Conforme discutido no capítulo 1, buscava-se pensar um modelo de cidade “ideal” que superasse a “cidade do medo” marcada pelas mazelas, doenças e epidemias. Uma cidade marcada por um número expressivo de analfabetos sinalizado através do Recenseamento Populacional de 1870, que parecia reforçar a necessidade de expansão do processo de escolarização. A população do Município Neutro chegava a 274.972 habitantes, sendo 226.033 livres e 48.939 escravos. Do total de 98.241 homens e 60.756 mulheres livres, com idade acima de 16 anos, 65.164 homens e 33.992 mulheres sabiam ler.

Figura 34: Os princípios da ordem, simetria e equilíbrio para além da arquitetura escolar.



FONTE: Esquema elaborado a partir do projeto de reforma e restauro das fachadas do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti em 2009 (antiga Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria) da Concrejato Engenharia.

Já para Alberti, cada tipologia implicava em um determinado sítio, o que parecia nortear os discursos médicos em torno da escola no período. Logo, as formas arquitetônicas atenderiam aos programas de necessidades requeridos pelas instituições. Pensando na divisão do espaço escolar, identificam-se os espaços públicos da rua, semiprivados dos jardins (elementos de transição) e privados do interior das escolas. O “foro público” (“hora do recreio”) se realizaria no pátio interno sob uma vigilância constante. Portanto, o espaço e tempos escolares são resultados de um conjunto de

intencionalidades prescritivas, tensões e intenções, sentidos e, resistências, apropriações, disputas entre os diferentes sujeitos. Observa-se que os princípios da ordem, simetria e equilíbrio estruturam tanto a composição formal da fachada quanto a organização espacial interna dos prédios escolares.

Outra questão observada refere-se à implantação das “Escolas do Imperador” no eixo central de grandes praças públicas, de modo que a localização de destaque reforçasse a importância do prédio escolar na cidade. Acredita-se que a construção da primeira “Escola do Imperador” no eixo central da Praça Onze (**Figura 35**) está carregada de simbolismos, sentidos e intencionalidades. Ajustando a *escala de análise* espacial, possibilitada pelo **Mapa 14**, a Escola de São Sebastião (**Figura 36**) apresentava-se no eixo da cidade, como uma espécie de polo irradiador da nova ordem civilizatória. Sua localização estratégica divide a “cidade nova” e a “cidade velha” no processo de ocupação do solo, considerado pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876.

Nessa perspectiva, concordando com Souza e Amora (2014, p. 664), o “tipo panóptico era expressão arquitetônica concreta dos ideais de modernização e ordem que permeavam as reformas urbanas do período”. Lançando um olhar de suspeição acerca dos projetos conceituais, adotados pelo Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876) e pelas “Escolas do Imperador” e, em alusão a Ching (2016), os princípios da ordem, estruturadores da composição arquitetônica e da forma urbana, como eixo, simetria, hierarquia, ritmo, dado e transformação, parecem nortear os projetos coexistentes na década de 1870, tencionando formatar um espaço planejado, ordenado e setorizado.

“A ordem se refere não apenas à regularidade geométrica, mas também a uma condição em que cada parte de um todo está apropriadamente disposta com referência às outras partes e ao seu propósito, de modo a produzir um arranjo harmonioso” (CHING, 2016, p.350). Enfim, um espaço projetado capaz de acomodar determinadas funções de modo hierarquizado e harmonioso. Uma cidade imperial, pensada a partir de um eixo ou dado central não visível (CHING, 2016), na medida em que as obras de melhoramentos se projetavam da região central em direção às zonas norte e sul da cidade.

Refletindo sobre os princípios definidos por Ching (2016) na **Figura 34** observa-se que os espaços escolares foram dispostos simetricamente a partir de um eixo. Um espaço hierarquizado de acordo com as funções da escola tensionadas pelos diferentes sujeitos naquele presente, tendo em vista “o grau de importância dessas formas e espaços, assim como os papéis funcionais, formais e simbólicos que desempenham na organização” (CHING, 2016, p. 370). Ou seja: a organização funcional do espaço escolar é fundamental para se produzir a ordem (in)visível e hierárquica entre os seus elementos. Portanto, sob a inspiração panóptica, a hierarquização espacial determinava o caminhar pelos corredores bem como a percepção dos sujeitos em relação aos espaços construídos, como os auditórios ou postos de saúde com acesso direto pela comunidade, as moradias de professores em fácil local de acesso, a direção em local estratégico para controle disciplinar do ambiente escolar e as salas de aula separadas e em locais mais seguros do “perigo” representado pelas ruas.

Espaço e tempo escolares compreendiam importantes elementos conformadores das formas escolares, estruturadores da “estética da educação”²⁰⁶ e disciplinadores dos sujeitos. Pensando nos entrelaçamentos entre as formas urbanas e escolares, o dispositivo da visibilidade garantiria a vigilância constante no interior da escola assim como no espaço da cidade. Os dispositivos de controle, sob a ótica de Foucault (2005, p. 118), compreendem um sistema coercitivo ininterrupto que “se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos”. No âmbito da escola, esses métodos permitiriam o controle rigoroso do corpo por meio de um amplo repertório da liturgia escolar aliada à arquitetura escolar. No espaço da cidade, a disciplina seria assegurada pela ação conjunta do desenho urbano e dos mecanismos de controle estatal quanto ao processo de escolarização da cidade. Respalhada nos preceitos panópticos, o derramamento da instrução pública seria capaz de impor uma “relação de docilidade-utilidade” por meio de diferentes processos disciplinares e de um expressivo “policiamento espacial” (FOUCAULT, 2005).

Nesse sentido, projetava-se espaço e tempo escolares marcados pelas relações de saber-poder, em alusão a Foucault (2017), bem como uma cidade hierarquizada em constante “vigilância” e crescente segregação espacial. Sob um olhar panóptico

²⁰⁶ Essa dimensão será objeto de discussão no Capítulo 4.

(FOUCAULT, 2005), as formas escolares inventadas pelas “Escolas do Imperador” contribuíram, em termos prescritivos, para iluminar alguns padrões da conduta social civilizada esperada, dentro e fora da escola, sob os princípios da ordem, simetria e equilíbrio observados por meio da arquitetura escolar na **Figura 34**. Cada elemento, hierarquicamente disposto no espaço da escola ou da cidade, é carregado de sentidos e significados pelos sujeitos. Acredita-se, assim, que se buscou tencionar a hierarquia dos palacetes escolares na cidade por meio da dimensão, forma e localização.

Ampliando a escala de análise, constatam-se diferentes estratégias estatais de controle e de vigilância da rede de instrução pública e privada da cidade imperial, desde a Lei de 12 de agosto de 1834 quando foi criado o cargo de diretor para a fiscalização das escolas de primeiras letras por meio de visitas periódicas (CAVALCANTI, 1898). Em 1833, pode-se afirmar que a declaração do ministro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro acerca do método mútuo de não apresentar “as vantagens obtidas em outros paizes; por esta razão o Governo está disposto a não multiplicar as escolas, onde se ensine esse methodo, enquanto as existentes não se aperfeiçoam” (VERGUEIRO, 1833 *apud* CAVALCANTI, 1898, p. 10), também sinalizava, além de uma preocupação com a aplicação do método, uma política de controle da educação. Outro dispositivo compreendeu o decreto nº 630, de 17 de setembro de 1851, que autorizava a reforma do ensino primário e secundário, criando o cargo do inspetor geral da instrução pública e de delegados paroquiais; além da exigência de requerimento da licença ao inspetor geral para a abertura de escolas (CAVALCANTI, 1898).

A reforma da instrução primária e secundária do município, elaborada por Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz pelo decreto nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854, reafirmou a criação de um inspetor geral, um conselho diretor e os delegados de distrito, sinalizando assim a política de vigilância. Dentre as atribuições dos delegados: controle da frequência dos professores; inspeção mensal das escolas públicas; autorização para a abertura de escolas; visitação das escolas particulares a cada três meses para avaliação dos preceitos da moral e da higiene; dentre outras. A Reforma Couto Ferraz reforçou ainda a preocupação com a abertura dos estabelecimentos de ensino e a exigência de uma autorização prévia junto ao inspetor geral. Os diretores precisavam ter mais de 25 anos e apresentar os programas de estudos, os regulamentos internos, as localidades, as

condições das casas escolares, os nomes e habilitações dos professores. Como forma de controle do funcionamento das escolas, professores e diretores enviavam relatórios trimestrais contendo informações relativas à frequência dos alunos, à disciplina e aos compêndios utilizados no período (CAVALCANTI, 1898).

Idealizados por engenheiros e arquitetos envolvidos no Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, os projetos escolares procuraram atender às disposições normativas da municipalidade. Constata-se que as dimensões palacianas das “Escolas do Imperador” em estudo, localizadas em grandes praças públicas, estão de acordo com as determinações do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876), que definia 12m nas ruas de largura inferior a 7m, 16m nas ruas de 8 a 10m de largura e 20m nas ruas de largura superior a 10m (PASSOS et. al., 1876). Cabe destacar que essas normativas foram muito criticadas no parecer do engenheiro Vieira Souto (1875), que afirmava que tais disposições não atendiam aos preceitos da higiene nem da estética, já que a ventilação, a insolação e a perspectiva visual dos prédios altos dispostos em vias estreitas ficariam prejudicadas.

Acredita-se que essa arquitetura institucional do período das “Escolas do Imperador”, respaldada nas normas técnicas, possa também ter influenciado a Comissão de Melhoramentos de 1874, no que diz respeito, por exemplo, à definição da forma de medição dos prédios, que deveria considerar a altura na parte central elevada em virtude dos frontões. O Plano de Melhoramentos destaca que a altura dos prédios deve compreender elementos como a beira do telhado, a platibanda ou a balaustrada, cuja orientação foi alvo de críticas por parte de outros engenheiros como o Vieira Souto em relação à Escola de São Sebastião (**Figura 36**).

Aincla mais: pelo systema da commissão, de que modo se medirá a altura da escola de S. Sebastião, na praça Onze de Junho? E' sabido que a parte central e superior da fachada deste edificio termina por um relógio, um pára-raio e alguns ornamentos, não havendo, portanto, a beira de telhado, nem a platibanda ou balaustrada a que se refere a commissão. Perguntamos, pois: a altura da fachada da escola de S. Sebastião será contada até o mostrador do relógio até a base do pára-raio ou até á extremidade deste? (VIEIRA SOUTO, 1875, p.74-75)

Considerando a escala palaciana dos prédios escolares, observou-se que o pé-direito elevado dos pavimentos atendia aos princípios da salubridade dos espaços em respeito às condições climáticas do país. Ou seja: a elevação dos prédios escolares, a área ajardinada no afastamento frontal e os grandes vãos de janelas atendiam às disposições normativas, assim como aos princípios da ordem apontados por Ching (2016) no que se refere à distribuição dos vãos na fachada marcada pelo ritmo padronizado, pelo equilíbrio dos elementos e pela simetria dos blocos construtivos (**Figura 34**). Ademais, tendo em vista os novos alinhamentos e o alargamento das ruas, previstos pelo Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876), o afastamento frontal dos prédios, em relação ao atual alinhamento local, possibilitaria uma intervenção futura na área, de acordo com as demandas de expansão da cidade e o planejado pela municipalidade.

Conforme determinado pela Comissão de Melhoramentos, que permitia a elevação da altura e o afastamento das novas construções de até 3 (três) metros do alinhamento da rua, os proprietários de imóveis particulares gozariam de certa liberdade construtiva. De um lado, contribuiria para uma morfologia urbana mais dinâmica e heterogênea, mas, por outro, estaria em desacordo com a estética da cidade prescrita pelo aparato normativo de caráter mais disciplinador.

Outra questão refere-se à altura mínima de 3 (três) metros do pé-direito dos prédios, permitida pelo Plano de Melhoramentos da Cidade, a exemplo de construções estrangeiras. Essa determinação foi criticada por Vieira Souto (1875), que apontou que seria inviável a abertura dos grandes vãos de janelas, na altura de 2,86m (13 palmos), conforme o Código de Postura de 1838, além de desconsiderar as condições climáticas do país. Havia, portanto, uma transposição dos “modelos arquitetônicos estrangeiros”, sem uma aparente preocupação, em alusão a Ching (2016), a capacidade de transformação ou adaptação dos espaços. Constata-se, entretanto, que a estética adotada pelos palacetes escolares no período também recebia fortes críticas por parte de outros intelectuais, como no relatório de refutação da resposta à crítica dos trabalhos da Comissão de Melhoramentos de 1874, elaborado por Vieira Souto (1876).

Nós, porém, que vemos empregar nas fachadas dos prédios do Rio de Janeiro a pedra artificial e a pedra franceza (como, desgraçadamente, a maioria dos membros da comissão está fazendo nas escolas das freguezias de Sant'Anna e Sacramento), apesar de possuímos os mais

finos granitos; nós que frequentemente observamos edificios servilmente copiados dos modelos fornecidos pelos *Monitores e Revistas* de architectura, não podemos deixar de fazer votos pela adopção de uma architectura mais brasileira, mais racional, e pela abolição do systema seguido por alguns constructores improvisados, que levão o seu *escrupulo* ao ponto de *ornar* os edificios com fingidas chaminés de lareira, o que é o maior dos disparates em uma cidade tão quente como a nossa (VIEIRA SOUTO, 1876, p. 121).

Será a escola da freguesia de Sant'Anna, no campo da Acclamação, esquina da rua Larga de S. Joaquim, com portadas de pedra franceza, cheias de remendos; ou a do Engenho-Velho, com balaústres que tem proporções de columnas, e mezzaninos em fórmula de olhaes? Não; é impossivel que o edificio typo, o edificio modelo, o ideal, em summa, da nossa adversaria não seja de um bello... menos horrível do que esses que acabamos de apontar (VIEIRA SOUTO, 1876, p. 149).

Essas declarações reforçam o cenário de disputa, encontros e desencontros, dos diferentes intelectuais envolvidos na construção da cidade imperial, sendo o espaço escolar um lugar de disputa que indiciava intencionalidades, desejos e projetos tencionados por diferentes sujeitos em busca da consolidação dos seus respectivos espaços de saber-poder naquele presente. Mas, cabe destacar que não somente os engenheiros e arquitetos pensavam o espaço e tempo escolares. Nesse sentido, foram identificadas algumas considerações importantes sobre os manuais, denominados Curso Practico de Pedagogia, de Daligault (1874) e Elementos de Pedagogia, de Jose Maria da Graça Affreixo e Henrique Freire (1870), referenciais para as escolas públicas naquele presente, conforme apontado pelo professor Augusto Candido Xavier Cony em seu parecer à Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte em 1874, que podem ser considerados como dispositivos prescritivos de “conformação” da forma escolar.

Daligault (1874) ressalta que as escolas urbanas deveriam ser facilmente identificáveis no espaço da cidade e define uma série de orientações quanto ao prédio escolar: 1. localização nas regiões centrais e com maior densidade populacional; 2. circulação do ar para a saúde e o conforto térmico dos ocupantes; 3. construção de pátios escolares, separados por sexo; 4. instalação de bomba para garantir o fornecimento de água potável; 5. colocação das latrinas afastadas das salas de aula e 6. construção de um alpendre para as refeições. Já Affreixo e Freire (1870) concentram esforços no

detalhamento do mobiliário e dos objetos escolares em sala de aula, mas também sinalizam preocupações quanto à saúde pública a partir da localização central do prédio escolar, afastado dos espaços de libertinagem; e da presença de áreas ajardinadas para renovação do ar. Os autores ainda prescrevem o mobiliário e outros objetos escolares (quadro-negro, contador mecânico e quadro de honra), que devem estar dispostos adequadamente no espaço da sala de aula, de modo a apoiar o ensino intuitivo das crianças (VALDEMARIN, 2013).

Para Valdemarin (2013, p. 203), “a organização espacial desempenhou importante função na constituição de uma forma de sociabilidade específica, materializando a hierarquia das relações entre adultos e crianças”, onde o mobiliário, os utensílios e demais materiais escolares contribuíram para moldar condutas, tempos e espaços de aprendizagem. Valdemarin (2013) destaca, ainda, que a disposição estratégica dos objetos escolares na sala de aula confere autoridade aos sujeitos e estimula uma cultura de controle, sanções e recompensas aos alunos. A autora procurou definir uma sala de aula, na perspectiva de Daligault (1874), da seguinte forma:

As salas de aula devem obedecer à forma retangular, com dimensão compatível com o número de alunos, janelas laterais altas (para que o ar circule e para que as crianças não vejam a rua); paredes caiadas e limpas, utilizadas como murais para traçar o alfabeto e para afixar figuras, quadros de medidas, sentenças, cartas geográficas e outros objetos didáticos. A mobília da sala de aula deve ser composta pela mesa e pela cadeira do professor, acomodadas sobre um estrado; para os alunos, carteiras equipadas com tinteiros, ardósias e caixetas, além de indicador, campainha, porta-penas, quadros pretos envernizados (para os quais também se apresentam as dimensões ideais), quadros de leitura, cabides, tábuas para saída, armário, relógio, crucifixo, fogão (a melhor forma de aquecer a sala no inverno) e termômetro (VALDEMARIN, 2013, p. 195-196).

Pensando nas “Escolas do Imperador”, observa-se que muitas das orientações, definidas nos manuais de Daligault (1874) e Affreixo e Freire (1870), parecem incorporadas na forma escolar em construção no último quartel do século XIX, ao mesmo tempo em que comportavam diferentes modos de apropriação nas práticas escolares cotidianas, questão a ser tratada, posteriormente, no Capítulo 4. A preocupação com a salubridade dos espaços e a saúde pública sinalizava a adoção dos preceitos da medicina

social pelos diferentes intelectuais na “invenção” do espaço e tempo escolares: engenheiros, arquitetos, juristas, professores, médicos e sanitaristas, vistos aqui como "arquitetos de cidade" que projetavam cidade e escola, estreitando os laços entre culturas urbanas e escolares, e fortalecendo o pretense desejo de pertencimento a uma rede de sociabilidade intelectual na segunda metade do século XIX.

O processo de implantação da Escola de São Sebastião, na Freguesia de Sant’Anna, parece sinalizar para a medicina sanitária enquanto eixo norteador tanto da organização do espaço urbano quanto da concepção dos prédios escolares. Nesse sentido, questiona-se, por exemplo, a implantação da Escola da Freguesia de São Christovão nas proximidades do matadouro, instalado no Campo de São Christovão por volta dos anos de 1850. Em relação à Escola de São Sebastião, foi nomeada uma comissão para avaliação das condições higiênicas e sanitárias do local de implantação, cujo parecer emitido, no dia 4 de julho de 1870, alertava para alguns problemas urbanos iminentes no período. Os engenheiros destacaram a precariedade das condições higiênicas do local em virtude da proximidade do Canal do Mangue, afirmando que: "situada na direcção N.E, sem abrigo algum nesta ultima, e além disto, tendo próximo à bacia e o canal do Mangue, que são o depósito de immundicias de toda a visinhança (...)"²⁰⁷.

Este parecer, assinado pelos engenheiros José Pereira Rego, Francisco Bonifácio de Abreu e Antonio Corrêa de Souza Costa, direcionado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império - Conselheiro Dr. Paulino José Soares de Sousa, sinalizou as aproximações entre as culturas urbanas, os preceitos higienistas dos médicos sanitaristas e a necessidade de expansão da escolarização na cidade. Outra questão se referia à ação nociva dos ventos sobre o organismo em área sujeita a fortes ventos ao sudoeste, formada pelas ruas Sabão do Mangue, Bom Jardim e Conde d'Eu, que favoreciam a circulação dos eflúvios miasmáticos desprendidos do canal e da bacia. Frente a isso, os engenheiros sanitaristas recomendaram a construção do prédio escolar, tendo em vista a execução das obras urbanas por intermédio dos aterros e outras medidas como:

²⁰⁷ Arquivo Nacional. Parecer técnico, datado de 4 de julho de 1870, dos engenheiros José Pereira Rego, Francisco Bonifácio de Abreu e Antonio Corrêa de Souza Costa, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império - Conselheiro Dr. Paulino José Soares de Sousa.

(...) plantio de arvores em todo o prolongo do canal e da bacia, o aterro com barro e calça das porções de terreno accrescido à praça, onde certamente será assentado o edifício, collocação do mesmo, executado com os preceitos hygienicos indispensaveis, no centro do terreno, ajardinamento deste em torno do edificio, elevação do andar térreo de oito ou dez palmos acima do sólo, e finalmente plantio de duas ordens de arvores em frente à bacia.

Segundo Gondra (2003), o projeto higienista definia um modelo de organização escolar impondo dispositivos arquitetônicos e de localização da escola, de tempo escolar, de conhecimentos e de valores morais, de novos hábitos de se alimentar e vestir e do exercício da atividade física. Observa-se que tais preceitos médicos respaldavam as obras de engenharia, os projetos escolares e as políticas de saúde pública. Engenheiros, arquitetos, educadores, juristas e médicos “inventavam” os espaços e tempos escolares. Gondra (2004) indicia os discursos civilizatórios a partir da medicina social e, por meio de um corpus documental sobre as teses produzidas no âmbito da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX, foi possível constatar o quanto a preocupação com o espaço e tempos escolares estava presente dentre os intelectuais naquele presente. Inicialmente, o campo da educação estava voltado para o tema da “educação physica” como na tese de Manoel Pereira da Silva Ubatuba apresentada em 1845, mas as pesquisas enfatizavam, principalmente, a questão da higiene no espaço escolar.

Seus autores, com base em um diagnóstico negativo sobre a educação escolar, formulam prescrições sobre: 1) Localização dos estabelecimentos colegiais, dimensão dos estabelecimentos e sua arquitetura. Nesse ponto, a preocupação maior era construir a escola longe de qualquer foco de infecção e dentro dos preceitos de higiene tão caros à medicina da época; 2) comunicação entre meninos de idades diferentes, sendo assinalada uma severa proibição desse tipo de contato; 3) tempo, tipo de aula e o tempo de recreio; 4) alimentação: quantidade, qualidade e rotinas; 5) vestimentas; 6) os sentidos e as excreções; 7) o quarto e o sono; 8) os banhos; 9) a natureza do trabalho físico e intelectual; e 10) princípios morais e disciplinares (GONDRA, 2004, p. 153-154).

A dimensão moral parece ter norteado o partido arquitetônico das “Escolas do Imperador”, conforme visto anteriormente, com a preocupação de construção de alas separadas por sexo para os alunos, por exemplo. Pode-se afirmar que os projetos pedagógicos em disputa estavam permeados de sentidos, saberes e pertencimentos

institucionais que delineavam a ação individual de cada intelectual envolvido no processo. O tema da higiene permeava os discursos civilizatórios de intelectuais dos diferentes campos do saber que foram apropriados no cotidiano escolar. Segundo Gondra (2004), os conceitos norteadores do discurso higienista se resumiam aos seguintes aspectos: *Circumfusa, Applicata, Ingesta, Gesta, Excreta e Percepta*²⁰⁸.

O discurso higienista exigia a construção de edifícios próprios para a escolarização, tecendo orientações sobre os materiais de construção, a orientação geográfica e a quantidade de alunos. Sobre a localização dos prédios escolares, os preceitos higienistas ainda alertavam sobre o risco para a salubridade dos espaços escolares, localizados em ruas estreitas ou nas proximidades de cemitérios e grandes fábricas, devido ao problema da ventilação. Entretanto, observou-se que a implantação da Escola da Freguesia de Santa Rita, sob a autoria do arquiteto Francisco Bethencourt da Silva, parece desconsiderar tais preceitos sanitaristas e até mesmo estéticos, na medida em que o prédio escolar estava situado em uma rua estreita ao contrário da maioria dos demais palacetes escolares. Verificou-se ainda que a Escola de São Christovão também estava localizada nas proximidades da Fábrica de Gás assim como do matadouro.

Pasche (2014) também alerta para as desvantagens dos colégios situados nas freguesias urbanas da Corte Imperial em comparação àqueles situados em cidades mais afastadas (Valença, Petrópolis, Nova Friburgo), desde que consideradas as prescrições higienistas que implicava espaços salubres e adequados à vida moral, intelectual e saudável. Pasche (2014) sublinha ainda um maior número de matrículas de alunos nas freguesias urbanas, em virtude das demandas populacionais, destacando as

²⁰⁸ Segundo o princípio da higiene *Circumfusa*, as escolas deviam estar localizadas em áreas distantes do núcleo urbano, marcado pela insalubridade e pelo perigo à saúde pública e à vida moral, social e intelectual do sujeito. O princípio *Applicata* relacionava-se à ordem médico-higiênica, que procurava orientar quanto ao vestuário e ao uso de acessórios, bem como à higiene pessoal no que se refere à frequência dos banhos, aos cuidados dentários e ao uso de cosméticos. Sobre o princípio *Ingesta*, os médicos alertavam sobre os cuidados com o regime alimentar das escolas, incluindo a qualidade e a quantidade dos alimentos, além de prescrições sobre os locais de preparo das refeições visando garantir a saúde coletiva aliada aos ditames da ciência médica. Em relação ao princípio *Gesta*, os médicos procuraram demonstrar a importância do exercício físico dentre as atividades escolares para o desenvolvimento humano. Quanto ao princípio *Excreta*, os médicos discorreram sobre a organização escolar e a importância da transpiração e das práticas escolares, explicando as diferentes formas de eliminação dos resíduos corporais: cutânea, pulmonar, corneal, bucal, urinária, defecativa, seminal e catamenial. E, no princípio *Percepta*, os médicos tencionaram intervir na organização das escolas pela adoção do critério das idades, tendo como eixo norteador os aspectos morais e intelectuais da educação, com base nas funções humanas ligadas aos sentidos da visão, do tato, do olfato e do paladar (GONDRA, 2004).

desigualdades sociais quanto à distribuição das escolas pela cidade. A autora ressalta que, nas transações comerciais da instrução, o atestado de qualidade compreendia a localização dos estabelecimentos de ensino em espaços dotados de salubridade em atendimentos aos princípios da racionalidade médico-higiênica (PASCHÉ, 2014, p. 200).

Nesse sentido, os médicos assim como os engenheiros e arquitetos também definiam normas técnicas para os espaços escolares quanto à caiação anual das paredes; à colocação de pisos de madeira encerados e tetos lisos de madeira, sem relevos estucados, a fim de eliminar os miasmas; ao uso de escadas de madeira largas que otimizassem o espaço; o uso de muitos vãos de janelas, amplos e abertos até a cimalha, para ventilação e iluminação. Gondra (2004, p.174) destaca que o Dr. Vasconcellos, candidato a professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888, se mostrava contrário aos palacetes escolares, que afirmava que “a fôrma simples mas ornada com gosto e seriedade, mesmo imponente, desenvolve o gosto do aluno para os objetos de arte e infunde-lhes desde logo o respeito, a primeira condição de disciplina”. No Capítulo 4, buscou-se discutir sobre as disputas, as representações, os sentidos negociados entre os diferentes sujeitos no desenho da dimensão estética da educação e da cidade.

3.3.2 O “Panopticon Social”: outros espaços de sociabilidade na cidade imperial

A estética urbana, desenhada na década de 1870, indiciava uma espécie de “Panopticon Social” na cidade imperial, que implicava em um crescente processo de escolarização do social. As estatísticas oficiais do Recenseamento Populacional de 1870 pareciam sinalizar a emergência do conjunto institucional assistencialista na cidade, por meio dos números quanto ao levantamento das deficiências físicas e afeções mentais do país, cujo total de cegos, surdos-mudos, aleijados, dementes e alienados chegava a 83.621 habitantes. Já na Província do Rio de Janeiro, de um total de 782.724 habitantes, 835 eram cegos, 357 surdos-mudos, 2.478 aleijados, 509 dementes e 220 alienados.

Popkewitz e Lindblad (2001) sublinham que a estatística é uma ficção na medida em que forja representações classificatórias capazes de formatar uma realidade inteligível e calculável para o planejamento das ações estatais. Iluminar dados relativos a pessoas portadoras de necessidades especiais ou desvios sociais parece sinalizar a

necessidade de intervenções sociais e políticas saneadoras. Todos os sujeitos eram vistos como “grupos de risco”, onde os padrões de normalidade e desvio eram fabricados, sendo necessário um processo permanente de supervisão, regulação e ordenamento. “Os números definem trajetórias para sinalizar progressos ou identificar locais potenciais de intervenção por meio de políticas de estado” (POPKEWITZ e LINDBLAD, 2001, p. 115).

Nessa perspectiva, sob a ótica do “Panopticon Social”, diferentes espaços de sociabilidade estavam em construção na cidade imperial com novas relações de saber-poder em disputa. Em termos coercitivos e punitivos, por exemplo, destacava-se a polícia urbana que exercia um papel importante no que diz respeito à manutenção da ordem pública. Segundo Andreatta (2006, p. 87), “deve-se lembrar de que a atividade de polícia urbana se identifica ao conceito de ordem pública, cujos elementos característicos, segundo os esquemas liberais dominantes, eram a tranquilidade, a seguridade e a salubridade pública”. Reconhece-se, no entanto, que todos os esforços estatais no sentido de normatizar, higienizar e disciplinar não foram capazes de racionalizar a multiplicidade de usos, experiências e apropriações dos espaços e tempos citadinos por parte da população. Inúmeros são os espaços e tempos de sociabilidade e práticas difusas de educação, envolvendo agremiações esportivas, circos, clubes, teatros, parques etc.

Tratava-se de uma estrutura de entretenimentos na cidade imperial capazes de atribuir uma nova dinâmica social, cultural e econômica. Diferentes possibilidades de apropriação dos espaços e tempos da cidade, sob o viés civilizatório, tencionavam disciplinar, regular e moldar os corpos para além das práticas formais de escolarização. Dentre as iniciativas cotidianas, destacavam-se as competições esportivas de corridas a pé, de barcos e de cavalos, como o Clube Olímpico Fluminense na freguesia de São Christovão; os jogos atléticos (arremessos e saltos, cabo de guerra, corrida de saco...); as sociedades de dança; as arenas de touradas; as primeiras agremiações esportivas da cidade foram o Club de Corridas de turfe em 1849 e a Sociedade Recreio Marítimo de remo em 1851; dentre outras (MELO, 2020; MELO, 2015; MELO, 2014). Melo (2015) destaca ainda que houve certo afastamento da população do cenário público, afetando a rede de divertimentos, em virtude dos desdobramentos financeiros da Guerra do

Paraguai, reforçados pela crise econômica internacional nos anos de 1860, e das altas taxas de mortalidade mediante as sucessivas epidemias.

Enfim, uma pluralidade de táticas de resistências e de modos de apropriação das estratégias disciplinares prescritas por um amplo aparato institucional normativo. O processo indiciário da ordem civilizatória pode ser reforçado por um conjunto de instituições asilares, hospitalares, escolares e prisionais ao longo do século XIX, como as próprias “Escolas do Imperador” (1870); a Casa de Correção da Corte (1834); o Hospício Dom Pedro II (1841); o Imperial Instituto dos Meninos Cegos²⁰⁹ (1854); o Imperial Instituto dos Meninos Surdos-mudos (1854); o Asilo dos Inválidos²¹⁰ (1867) [Anexo 3]; a Associação Protetora da Infância Desvalida (1871); o Asilo de Meninos Desvalidos (1875); o Asylo da Mendicidade (1879); e outras instituições públicas, dotadas de formas arquitetônicas marcadas pela configuração panóptica, cujo regime disciplinar parecia tencionar extrapolar os muros da instituição (FOUCAULT, 2005; SOBRAL, 2015; SOUSA e AMORA, 2014; CHING, 2016; ESCOLANO, 2000; VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 1998).

Em relação ao Asylo da Mendicidade, por exemplo, localizado próximo à Praça Onze, onde estava situada a primeira Escola do Imperador, Sousa e Amora (2014, p. 650) defendem que “os mesmos ideais de razão, ordem e higiene, expressados na arquitetura neoclássica tardia e na concepção espacial em pan-óptico do asilo, constituíam a justificativa e o objetivo dos planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX”. O Asylo da Mendicidade²¹¹ foi construído em 1879 como forma de abrigar a população desvalida,

²⁰⁹ A preocupação com a adoção dos preceitos médicos e higienistas nos estabelecimentos de ensino era constante. Em 1870, o Comissário do Governo, o Barão do Bom Retiro, responsável pela criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, encaminhou um ofício ao Ministro dos Negócios do Império, João Alfredo Correa de Oliveira, apontando os problemas de infraestrutura física, em virtude do espaço e do efetivo feminino do corpo discente; além dos gastos elevados com o aluguel das casas particulares, sujeitas à especulação imobiliária (GONDRA e SCHUELER, 2018).

²¹⁰ Segundo o Artigo 2º das Instruções para o Asilo dos Inválidos de 1867, assinadas por João Lustosa da Cunha Paranaguá, eram admitidas no estabelecimento as praças do Exército, portadoras de ferimentos de guerra, desastres, velhice ou doenças, que estivessem impossibilitadas para o serviço militar da ativa. Sob uma configuração arquitetônica panóptica [Anexo 3], o asilo comportava até 100 praças e estava sujeito ao regime disciplinar militar sob a fiscalização permanente de um comandante. O asilo abrigou os militares atingidos pela Guerra do Paraguai.

²¹¹ Souza e Amora (2014) destacam que um aviso, emitido pelo Ministério dos Negócios da Justiça em 1875, encarrega o conselheiro e Diretor-Geral da Diretoria dos Negócios da Justiça, André Augusto de Pádua Fleury, a visitar os estabelecimentos penitenciários europeus de países como Bélgica, Holanda, França, Itália, Inglaterra, Irlanda, Alemanha e Suíça; além de definir o arquiteto Heitor Rademaker Grunewald como responsável pelo projeto do Asylo da Mendicidade, que adotou o modelo panóptico sob a ótica de Jeremy Bentham (1785). Em 1876, a pedra fundamental do prédio foi lançada ao mesmo tempo em que foi publicado o Segundo Relatório do Plano de Melhoramentos da Cidade. Observa-se

marcada pela pobreza, ociosidade e sobrevivência por mendicância. Souza e Amora (2014, p.663) afirmam que a instituição, assim como a Santa Casa de Misericórdia e a Casa de Correção, pertencia a uma rede pública de assistência social na cidade.

A abolição da escravatura em 1888 parece indiciar a elaboração de um Plano Geral de Assistência Pública, quando foram inaugurados ainda a Casa São José, voltada para os menores desvalidos, e a Colônia de Alienados do Galeão, ambos com a pretensão de promover melhorias quanto ao estado precário das instalações e da alta mortalidade no Asylo de Mendicidade (OS ALIENADOS no Brazil, 1886 *apud* SOUZA e AMORA, 2014). Souza e Amora (2014) destacam que, dentre os internos do Asylo da Mendicidade, encontravam-se os “mendigos cegos, aleijados, inválidos ou accommettidos de moléstias incuráveis’ (ASSISTÊNCIA, 1922, p. 449) indesejados na Santa Casa de Misericórdia e ainda alienados ‘mansos’ que fossem recusados no Hospício Dom Pedro II”.

A década de 1870 é marcada ainda por um movimento intenso de criação ou alteração de estatutos de associações²¹², sociedades²¹³ e clubes nos setores educacionais, assistencialistas e culturais, que indicia o processo de disciplinarização social. Em 27 de maio de 1879, Dom Pedro II dá publicidade a uma série de estatutos aprovados como do Instituto Hahnemanniano Fluminense pelo Decreto nº 7.283, de 10 de maio de 1879; da Sociedade de Geographia de Lisbôa no Brazil pelo Decreto nº 7.315, de 14 de junho de 1879; o da Sociedade Médica do Rio de Janeiro pelo Decreto nº 7.302 A, de 31 de maio de 1879; do Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros pelo Decreto nº 7.258, de 26 de abril de 1879; da Associação de Socorros Mútuos Conde d’Eu pelo Decreto nº 7.507, de 20 de setembro de 1879, na freguesia da Nossa Senhora da Gloria; da Associação Fluminense do Sagrado Coração de Jesus Amparo das Meninas Desvalidas pelo Decreto nº 7.729, de

que os referenciais estrangeiros estavam presentes na concepção do espaço asilar assim como no referido plano de melhoramentos.

²¹² Outras associações: Asylo da Velhice Desvalida, Socorros Mútuos da Liga Operária, Socorros Mútuos Philantropica e Ordem, Industrial de Beneficencia, Socorros Mútuos dos Despachantes da Alfandega do Rio de Janeiro, Beneficente Commercial, etc.

²¹³ Outras sociedades: Beneficente Protetora dos Chapeleiros do Rio de Janeiro; Protetora dos Artistas Dramáticos; Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros; Beneficente de Socorros Mútuos – Redempção; Propagadora da instrução às classes operarias da freguesia de S. João Baptista da Lagôa; Beneficente dos marceneiros, carpinteiros e outros correlativos no Rio de Janeiro; Beneficente dos artistas em S. Christovão; União Beneficente D. Pedro II; União Beneficente Commercio e Artes; Imperial auxiliadora das artes mecânicas de liberaes e beneficente; etc.

14 de junho de 1880; a Sociedade Beneficente dos Artistas em S. Christovão pelo Decreto nº 6.302, de 23 de agosto de 1876; dentre outros²¹⁴.

Outras possibilidades investigativas sobre a fundação de algumas entidades associativas nos anos de 1870 perpassam a preocupação com a salvaguarda da saúde e do bem-estar coletivo. Nesse sentido, muitas associações concediam, por exemplo, prerrogativas aos médicos, como na Associação de socorros mútuos “Conde d’Eu”, na medida em que eram conferidos diplomas de benfeitor em caso de prestação de serviços gratuitos durante um ano, independente de sua filiação ao grupo. Observa-se ainda um importante movimento associativo nos anos de 1870 como forma de legitimação profissional, salvaguardando direitos bem como benefícios (aportes financeiros, assistência médica e funeral), a exemplo da Sociedade Beneficente dos Artistas em S. Christovão, da qual participavam apenas os artistas residentes no bairro, que formaram uma comissão hospitaleira com o objetivo de prestar todo o apoio aos sócios enfermos.

Em geral, nota-se uma preocupação quanto à promoção da instrução básica a “mocidade indigente”, pobre, pensionista, órfã de pai e mãe, como na Imperial Sociedade Amante da Instrução. O decreto nº 4603, de 24 de setembro de 1870, que aprovou o seu estatuto, estabelecia o ensino primário aos filhos dos sócios e aos menores desvalidos, sendo estendido às filhas dos sócios em preterimento às meninas abandonadas. Em regime de internato, as meninas receberiam ainda vestuário, sustento e atendimento médico. Observam-se, nesse período, esforços crescentes do Governo Imperial no sentido de prover recursos e ações de caráter assistencialista junto à população, direcionadas ao público feminino, seja em atendimento à criação de escolas como na Freguesia de São Christovão ou a adequação do tempo escolar às atividades realizadas²¹⁵.

²¹⁴ BRASIL. Decreto nº 7.283, de 10 de maio de 1879, do Instituto Hahnemanniano Fluminense; Decreto nº 7.315, de 14 de junho de 1879, da Sociedade de Geographia de Lisbôa no Brazil; Decreto nº 7.302 A, de 31 de maio de 1879, da Sociedade Médica do Rio de Janeiro; Decreto nº 7.258, de 26 de abril de 1879, do Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros; Decreto nº 7.507, de 20 de setembro de 1879, na freguesia da Nossa Senhora da Gloria, da Associação de Socorros Mútuos Conde d’Eu; Decreto nº 7.729, de 14 de junho de 1880, da Associação Fluminense do Sagrado Coração de Jesus Amparo das Meninas Desvalidas; Decreto nº 6.302, de 23 de agosto de 1876, da Sociedade Beneficente dos Artistas em S. Christovão [Arquivo Nacional].

²¹⁵ Em 23 de agosto de 1872, a professora Delfina P. da Silva Vasconcellos, da 1ª Escola Pública para meninos da Freguesia do Divino Espírito Santo, encaminha um ofício questionando o programa escolar determinado por uma Circular relativa ao Decreto de 1854. A professora alega que a tabela de distribuição de matérias estava voltada para as escolas do sexo masculino, divididos em oito classes, não reservando espaço de tempo para os trabalhos de agulha, considerados de primeira necessidade para as meninas, e especialmente para as oriundas de famílias menos favorecidas. Portanto, houve um

Cabe destacar que, em relação às receitas gerais do Império para o exercício de 1875-1876, dentre os recursos extraordinários, constava o produto de loterias destinado às despesas da Casa de Correção e do Plano de Melhoramentos Sanitários do Império. Ficavam “isentas do imposto sobre o capital as loterias concedidas pelas Assembléas Provinciaes, e extrahidas nas respectivas Provincias, a beneficio da instrucção publica, casas de caridade, asylos de orphãos de qualquer natureza e edificação de Igrejas” (§ 2º do Art. 13 da Lei nº 2.640, de 22 de setembro de 1875).

A autorização para funcionamento com aprovação dos estatutos da Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida, decretada pela Princesa Imperial Regente no dia 2 de janeiro de 1872, também indicia a ordem civilizatória desejada pela cidade imperial. “Esta associação, sob a protecção de Sua Alteza a Princeza Imperial, propõe-se a fornecer às crianças pobres de um e outro sexo roupa, calçado e o que fôr necessario para frequentarem as escolas municipais; proporcionando-lhes outrosim o tratamento medico, no caso de molestia” (Art. 1º do Decreto nº 4864, de 2 de janeiro de 1872). Cada sócio deveria se responsabilizar pelas vestimentas ou donativos no valor correspondente a vinte crianças pobres e, no caso de médicos e farmacêuticos, prestarem serviços médicos aos menores.

A administração ficava a cargo de uma Diretoria formada por presidente, dois secretários, tesoureiro e procurador, e de um conselho de sócios beneméritos, presidentes das comissões paroquiais e dos médicos. Quanto às comissões paroquiais, cabe destacar que são listadas como pessoas notáveis no art. 7º o vigário, os professores públicos de instrução primária e os delegados da instrução. Competia às comissões paroquiais solicitar à Associação Municipal de Protecção da Infância Desvalida o provimento de vestimentas e outros auxílios para os menores pobres das respectivas freguesias necessários para o acesso às escolas municipais da região (§ 3º Art. 9º Decreto nº 4864, de 2 de janeiro de 1872).

No § 4º do Art. 9º Decreto nº 4864, de 2 de janeiro de 1872, observa-se ainda a preocupação quanto ao controle anual das estatísticas das crianças beneficiadas, que eram elaboradas pelas comissões paroquiais, sinalizando ainda o desejo de dar

ajuste do tempo letivo, legitimado pelo Governo, compreendido entre 8h até às 14h, de modo a garantir os trabalhos de agulha bem como o tempo de preparo das atividades por parte das professoras. (AGCRJ, Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872).

visibilidade às ações assistencialistas da instituição. A comissão nomeava Delegados para controlar cada quarteirão da freguesia, de modo a fiscalizar o comportamento e a informar se todos os alunos frequentaram às escolas, encaminhando para o atendimento médico em caso de moléstia e produzindo estatísticas de acompanhamento do atendimento a essa infância desvalida.

Havia uma preocupação com a frequência dos alunos, sendo elaborados relatórios mensais direcionados ao Inspetor Geral de Instrução Primária, onde eram apontados os motivos dos afastamentos e as demandas básicas do efetivo de alunos. No dia 31 de agosto de 1872, o professor João José Moreira, da Escola de Meninos da Freguesia de Sant'Anna, por exemplo, informou uma relação de apenas nove alunos menores de doze anos em classe no mês corrente, devido à epidemia de sarampo que havia afastado grande parte do alunado da escola. Da relação dos nove alunos, dois eram filhos de um cego mendigo e os outros filhos de oficiais de ofícios (operário do Arsenal da Marinha, carpintaria, alfaiataria, trabalhadores da pedreira de São Diogo), que não tinham os meios de sustentar as suas famílias. Diante do estado de pobreza e mendicidade, o professor solicitou vestuário para os alunos, de modo a garantir a assiduidade dos alunos.

O sistema de controle, aliado a uma política meritória de educação, procurava, em cerimônia realizada anualmente, com a presença da Sua Alteza Princesa Imperial, proceder a “distribuição dos premios pelos alumnos protegidos da associação que mais se tiverem distinguido por seu exemplar comportamento e notoria applicação aos estudos” (Art. 17 do Decreto nº 4.864, de 2 de janeiro de 1872). No exercício de tecer as redes de sociabilidade e solidariedade em torno dos prédios escolares, indicia-se que os alunos matriculados nas “Escolas do Imperador”, assim como os alunos da Escola de Meninos da Freguesia de Sant'Anna, eram beneficiados por estas ações assistencialistas, no sentido de estreitar as relações de saber-poder desenhadas entre escola e cidade, cujos rastros, sinais e prescrições permitiam entender o projeto educacional inserido em meio a esse emaranhado social no final do século XIX.

Por outro lado, apesar dos investimentos com a Academia das Bellas-Artes, o Instituto dos Meninos Cegos e o Dito dos Surdos-Mudos, as despesas do Império para o exercício de 1875-1876 também apontavam para uma concentração de recursos em torno da família real e gastos elevados com a estrutura política do governo imperial, em

detrimento das despesas com a educação superior (Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Polytechnica) e com a instrução primária e secundária no Município da Corte. Cabe destacar que, na 81ª sessão de 3 de setembro de 1875 do Senado, constavam ainda críticas em relação às despesas, no ensino superior, com a composição de comissões permanentes responsáveis pelo processo de admissão dos alunos. Tratava-se de um negócio rentável e dispendioso aos cofres públicos, processo forjado pela adoção de diferentes estratégias como a presença de candidatos “protegidos” ou indicados por algum professor²¹⁶.

Em meio ao “maquinário de poder-saber” que se desenhou na cidade imperial, por meio da implantação de um conjunto de diferentes instituições públicas de natureza educacional, científica e assistencialista, acredita-se que as “Escolas do Imperador”, enquanto dispositivos de poder-saber, contribuíram para desenhar uma “cartografia social” diferenciada na cidade (SILVA, 2007a; FOUCAULT, 2017). Sob a ótica foucaultiana, observou-se, de um lado, um amplo aparato normativo e institucional de escolarização social, que visava ao esquadramento dos “corpos dóceis” no processo civilizatório, e por outro, a um processo de (auto)disciplina a partir de uma vigilância mútua constante e da busca de um padrão de conduta social aceitável. Nessa perspectiva, multiplicam-se olhares vigilantes, mas, ao mesmo tempo, resistentes à nova ordem social tensionada por uma série de acontecimentos, como a Lei do Ventre Livre e a abolição da escravatura, operando assim uma estética da existência, a qual se tencionou perscrutar no Capítulo 4.

²¹⁶ O Senado ainda questionou quanto à organização do ensino superior, no que tange à estrutura de faculdades isoladas para a formação de uma universidade, às condições físicas e de localização e ao sistema de ensino, fazendo referências aos modelos europeus (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875, Ano 58, Nº 246. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25/04/2021).

CAPÍTULO 4

A ESCOLA OLHANDO PARA A CIDADE

A *Escola Olhando para a Cidade* buscou sinalizar a emergência de diferentes estéticas do olhar a cidade no último quartel do século XIX, através de um conjunto de mecanismos de saber-poder, dotados de intencionalidades prescritivas, sentidos, práticas e simbolismos, contribuindo para incitar novas formas de apropriação e de construção do espaço e tempo escolares bem como do espaço da cidade. Em alusão a Argan (1995), afirma-se que a cidade seria então uma “obra de arte em estado de transformação permanente”, cabendo ao sujeito um eterno processo de “destruição criativa” e (re)construção. Estavam em processo de “reinvenção” tradições, formas e culturas escolares e urbanas, que conformavam novos modos de socialização em torno das “Escolas do Imperador” - Escola Primária da Freguesia de Sant'Anna, da Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria e da Escola de São Christovão. Buscou-se perscrutar as práticas escolares com a pretensão de indiciar as possíveis aproximações entre escola e cidade no último quartel do século XIX.

Entende-se que cabia à escola ensinar às novas gerações os novos ideais de urbanidade no final do século XIX. Segundo Elias (1993), a conduta dita “civilizada” seria resultado da nova ordem social que afetaria diretamente o sujeito. Tratava-se, portanto, de obter uma nova forma de sujeição, onde professor e aluno aprenderiam a ler por meio de “Civilidades” (VINCENT, LAHIRE e THIN, 2001). Nessa perspectiva, segundo Silva (2007), o entrelaçamento do poder com o saber possibilitou a configuração da sociedade disciplinar ao longo do século XIX e início do XX, a partir da expansão de ideais de disciplina, boa-educação e boa-conduta pela escola, sendo amplamente difundidas questões como a disposição do espaço, o controle do tempo, a observação e vigília permanentes atrelados à elaboração de registros, a distinção de condutas e hábitos e a produção de conhecimentos específicos. Apesar de revestida por um caráter disciplinador, a escola também era o *locus* privilegiado para a produção de novos saberes, contribuindo para fortalecer as redes de sociabilidade e de solidariedade, os modos de

pertencimento, os múltiplos usos relacionados às *antidisciplinas* e as práticas de resistência, mapeando assim uma nova “cartografia social” no final do século XIX.

Os dispositivos normativos (Código de Posturas, as legislações educacionais, os documentos tramitados pela Inspetoria Geral de Instrução Pública) prescritos visavam empreender “atitudes modernas” e formas disciplinadas de utilização do espaço da cidade. Entretanto, a escola deve ser vista como um espaço de subjetividades e não de conformidade. Nesse sentido, buscou-se questionar os “regimes de verdade” impostos pelo aparato normativo durante a arte de “inventar o passado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). No processo investigativo acerca dos dispositivos prescritivos dos espaços e tempos escolares, foi possível identificar elementos indiciários de algumas circunstâncias cotidianas e práticas escolares inventadas pelo professorado, como a série de ofícios enviados à Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte como resposta à determinação quanto à utilização do método simultâneo nas escolas.

4.1 POR UMA ESTÉTICA DA EDUCAÇÃO

Qualquer que seja o trabalho que pretendais produzir, se anhelais que seja bom e bello, tomai para modelo uma obra prima da antiga Grécia. A Architectura evolucionou muito e tem de satisfazer hoje a outras necessidades. O que só vai buscar no estudo do modelo grego é o ATTICISMO, tanto na Architectura como em Poesia, em Eloquencia e em todas as províncias da mentalidade criadora. Por mais modesto e despretençioso que seja o edifício, elle pode ser elegante, harmonioso, eurythmico e possuir, portanto, os caracteres fundamentaes da arte helênica. **O grande escopo é educar o sentimento do bello.** (REBOUÇAS, 1888, p. 35-37 *apud* SOBRAL, 2015, p. 134-135; grifos meus).

Considera-se que as “Escolas do Imperador” compreendiam potenciais exemplares arquitetônicos, segundo os preceitos estéticos²¹⁷ da época, para a educação do “sentimento do belo” naquele presente. Remetendo à teoria estética de Kant, considera-se que o “gosto é a faculdade de julgar o belo” e que “o juízo de gosto não é, pois,

²¹⁷ Como abordado no capítulo anterior, segundo a tríade vitruviana, a estética (*venustas*) pode ser pensada a partir dos padrões de beleza do período, já que envolve formas de percepção dos sujeitos, valores e aspectos socioculturais. Em termos plásticos, a composição estética considerava como princípios artísticos a harmonia, a simetria, o ritmo, a hierarquia, o contraste. Nessa perspectiva, a beleza (*venustas*) dos palacetes escolares dependia da distribuição simétrica dos elementos estruturais e decorativos nas fachadas, valorizados em sua integridade e proporcionalidade (*eurythmia*), que contribuía para consolidar um todo simétrico, harmonioso e intencionalmente ordenado.

nenhum juízo de conhecimento, por conseguinte não é lógico e sim estético, pelo qual se entende aquilo cujo fundamento de determinação não pode ser senão subjetivo” (KANT, 1995, p. 48 *apud* SCHULZ, 2019, p. 127). Logo, a experiência estética é individual e resulta de uma subjetividade objetivada, mas o sentimento da beleza tende a ser universal. Na medida em que os objetos considerados belos atraem os olhares contemplativos, é desencadeado um “valor de juízo” ou uma determinada razão estética, possibilitados pelas formas construídas pela natureza ou pelo homem.

Observou-se, no entanto, que a intelectualidade dos engenheiros não compartilhava do padrão estético adotado nos palacetes escolares. Para o engenheiro André Pinto Rebouças (1888), a “educação do olhar” residia na defesa da simplicidade na arquitetura, sem o excesso de ornamentações como os frontões curvos ou as cornijas e colunas decoradas por motivos florais, animais e celestiais; além da adoção de diferentes estilos arquitetônicos que, em nome da inovação, acabavam por compor obras de gosto duvidoso e de desrespeito à natureza dos materiais de construção utilizados.

Em relação à estética na arquitetura, o engenheiro buscava defender os princípios clássicos da arquitetura grega em suas publicações da Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro e das Obras Públicas, na Seção de Architectura Civil, em 1888. André Rebouças (1888, p.35 *apud* SOBRAL, 2015, p. 289) afirmava que no “momento actual, Architectura significa principalmente – Esthética das Construcções. Emoção architectonica é emoção esthetica”. Tal emoção deveria exprimir beleza, harmonia, força e solidez. O sentimento estético do belo, fundamentado na arte helênica, independeria da grandiosidade do edifício. Logo, criticava o excesso de ornamentações nos edifícios, comparando-os ao bolo do jubileo da rainha Victoria ou ao arlequim enfeitado de guizos e lantejoilas.

Amai a simplicidade: odiai o Barocco. Tende horror a columnas torsas; a capiteis sobrecarregados de animaes e de vegetaes; a frontões curvos e quebrados. A cornijas trepadas por anjos realmente mais ridículos do que celestes. Respeitais a pedra, o mármore, e, principalmente, o granito (1888, p.36 *apud* SOBRAL, 2015, p.290).

Enquanto exemplares para a “educação do olhar”, julga-se que a monumentalidade das “Escolas do Imperador” contribuiu para disseminar, a partir da cultura material escolar, uma estética urbana civilizatória²¹⁸. O processo indiciário sobre as “Escolas do Imperador” - Escola da Freguesia de Sant'Anna, Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria e Escola de São Christovão - tencionou fornecer pistas, na perspectiva de Hernández Díaz (2002), sobre o ato de (re)inventar o espaço-escola em suas narrativas, objetos, programas, métodos e práticas, tendo em vista que a cultura material escolar “é fator às vezes preponderante na constituição de determinadas práticas escolares e, sobretudo, constroem ou estimulam a disseminação social de certos conhecimentos ou competências” (FARIA FILHO; GONÇALVES; VIDAL; PAULILO, 2004, p. 151).

A “estética da educação” não está respaldada exatamente nas prescrições normativas dos textos legais ou disciplinadoras promovidas pelos preceitos técnicos da arquitetura escolar. É preciso estar atento para o discurso educacional de caráter reformista, que implicava na profissionalização da carreira do magistério, na invenção da forma escolar, na conformação da liturgia escolar, assim como na disciplinarização e na moralização da cidade. Sob a ótica da modernidade, a política de melhoramento social norteava as intervenções urbanísticas assim como o projeto das “Escolas do Imperador”.

Recorrendo a Popkewitz (1997), considerando a “reforma como uma prática da escolarização”, as práticas ritualizadas no cotidiano escolar comportavam estratégias, táticas e diferentes formas de resistência. “Segundo Alberti, a obra não se conclui quando termina sua construção, ao contrário, é justamente aí que ela começa a adquirir sentido” (DZIURA, 2006, p. 27). Portanto, entende-se a estética da educação para além dos critérios da beleza construtiva, incluindo em sua análise os aspectos funcionais, sociais, econômicos e culturais que podem ser indiciados pelas práticas escolares cotidianas.

²¹⁸ A estética urbana civilizatória implicava um conjunto ordenado de elementos urbanos dispostos por vias pavimentadas, retilíneas e largas, simbolizando o poder do “espaço teatral ideal”. Em alusão a Elias (1993), considerando que o sistema opressor não sustenta uma transformação estável e duradoura necessária ao processo civilizador, pode-se afirmar que a configuração do processo civilizador tencionava substituir o caráter opressor do regime da escravatura pelo sistema disciplinador, expresso pela expansão da escolarização, pela regulação do ensino, pela normatização social e pelos mecanismos de controle urbano. Dialogando com Veiga (2005), afirma-se que o uso controlado da força física pelo Estado é legitimado para a pacificação interna com a difusão de costumes, valores, discursos e argumentos civilizadores. Todavia, um sistema de escolarização do social tensionado e reinventado permanentemente pelos diferentes sujeitos.

[...] Quem percorre a nossa cidade em certas horas do dia, quem mora, nas proximidades das escolas, sabe quantas irregularidades são cometidas, já por meninos que se furtam à vigilância e deixam de comparecer na escola. Tais meninos, ou não tem quem os acompanhe [...] ou se tem portadores são, em geral, pessoas destituídas de força moral, algum preto velho, ou alguma rapariga... Ficam, pois, as crianças na idade escolar, que é a mais perigosa, à mercê das influências deletérias de um meio sumamente irregular, como é o da nossa cidade, freqüentada por inúmeros vagabundos de toda a espécie... A missão do mestre é uma verdadeira Teia de Penélope [...] (FRAZÃO, 1883 *apud* SCHUELER, 2015, p.132)

As scenas diversas em que por vezes, já nessa idade figuram como actores no theatre do meio da rua e as consequências dolorosas de semelhantes espectáculos, só podem mal recommendar a disciplina, que tão illesa convem manter sob todos os pontos de vista²¹⁹.

Os depoimentos dos professores primários sinalizam os contornos estéticos, sociais e morais em torno da educação, bem como aponta para as aproximações entre escola e cidade por meio dos espaços e tempos escolares, além da visão do professorado público. Para o professor Manoel José Pereira Frazão, o espaço da cidade era visto como o lugar do perigo, onde os sujeitos das classes populares de diferentes etnias contribuiriam para a deseducação das crianças. Entremeados por relações familiares²²⁰, a professora pública Rosalina Frazão, casada com o professor Manoel José Pereira Frazão, também compartilhava de suas ideias pedagógicas que destacavam uma imagem negativa da cidade, afirmando que a escola se caracterizava por oposição à rua, vista como local do medo, da desordem, da imoralidade e da insegurança (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 202). Portanto, era preciso disciplinar escola e cidade por meio de uma ampla rede de escolarização social aliada a uma política de melhoramentos urbanos, possibilitada pelo Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876).

As cenas teatrais protagonizadas pelos alunos na cidade indiciam alguns dos olhares lançados pela escola para a cidade, sinalizando rotinas, práticas, desejos e simbolismos em torno da escolarização junto à população. No entrelaçamento entre as culturas

²¹⁹ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832–1872, p. 91.

²²⁰ Relações familiares presentes em escolas da Freguesia da Gloria, como foi observado pelo extrato do expediente da 2ª Diretoria do Ministério do Império, onde foi publicada uma autorização, do Inspetor Geral Interino da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, para que Comba Palhares de Amorim Carvalho pudesse trabalhar, na 3ª escola pública da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria, como auxiliar do seu marido Joaquim José de Amorim Carvalho (Revista Brasileira de Educação e Ensino, 1877, p.273).

escolares e urbanas, pode ser observada ainda a participação da comunidade nos espetáculos orquestrados pelas Conferências Populares da Gloria e pelas sessões públicas de apresentação dos exames dos alunos e de encerramento das atividades escolares, prática comum nas escolas municipais, conforme sublinhado por Borges (2018). A autora destaca que os palacetes escolares apresentavam, inclusive, um livro especial de registro dos visitantes, recebendo uma premiação na Exposição de Philadelphia de 1876 pelo desempenho de suas atividades educativas.

No Diário do Rio de Janeiro, de 2 de dezembro de 1876, foi publicada a relação dos expositores brasileiros premiados com a medalha de honra na exposição. “Assim vê-se que tendo o Brasil tido 1,104 expositores, obteve 421 premios, - brilhante sucesso na verdade, sobretudo, se considerarmos que á Republica Argentina não tocaram mais de 80 medalhas e ao Chile mais de 40”. Dentre as premiações voltadas para as inovações e os trabalhos exitosos no campo da educação, destacaram-se ainda a coleção de livros de educação da 1ª Escola Pública da Freguesia da Gloria, os livros de educação do Instituto dos Surdos-Mudos, as obras para a educação Laemmert e Leuzinger & Filhos, os aparelhos pedagógicos do Imperial Instituto dos Cegos, as teses e obras da Faculdade de Medicina, a coleção de desenho de diferente estilo da Academia das Bellas Artes, etc.

Práticas escolares, prescritas pelos textos legais, indiciadas pela arquitetura escolar ou legitimadoras de uma desejada “estética da educação”, porém legitimadas no cotidiano da sala de aula e, portanto, sujeitas a tensões, disputas e outros sentidos negociados entre os sujeitos. Um exemplo interessante foi o amplo debate em torno do tempo escolar. Alguns professores associavam o “desfile” dos alunos pela cidade como uma questão de salubridade, sugerindo a redução do horário escolar como solução dos problemas de alimentação e higiene, especialmente, das meninas; além das mudanças na economia e nos hábitos domésticos, considerando que as alunas contribuíam nas finanças da casa com trabalhos de costura e outros serviços. Ademais, os professores alegavam que as meninas não poderiam caminhar sozinhas pelas ruas, requerendo o acompanhamento de criados ou dos próprios familiares, com grande dispêndio de tempo e recursos. Os professores justificavam ainda que a obrigatoriedade da frequência dos alunos no período da tarde havia acarretado problemas consideráveis de desigualdade no bom andamento dos trabalhos escolares. “Esse em qualquer tempo do anno isto é nocivo

à salubridade dos alumnos, mais se aggrava no verão, quando o calor é excessivo e entorpece as faculdades”²²¹.

Observou-se também que a organização do tempo escolar era vista como uma questão moral e disciplinar dos jovens estudantes. Em 26 de agosto de 1872, o professor Antonio Candido Roiz Carneiro, da 2ª escola pública da Freguesia de São José, encaminhou um documento referente à Circular de 13 de julho de 1872, que visava à regularidade do trabalho escolar cotidiano dos estabelecimentos de instrução primária. Ele questionava o estabelecimento de duas seções cotidianas para os trabalhos escolares da instrução primária bem como o horário dos exercícios.

Interrompido o trabalho dos alumnos, no intervalo de duas secções diárias, não para estar em recreio, sob os humbres do internato e das vistas da polícia escolástica, mas para atravessar amiudadas vezes a praça pública, não há lógica que taes primissas não tire funestos corollarios para a mocidade, cujo contacto alternado com o professor e com a família não é de bom efeito que seja cortado tão repetidas vezes²²².

O professor público manifestava uma preocupação com os preceitos da higiene escolar e da medicina, ao afirmar que os alunos, durante o período da digestão, deveriam se encaminhar para a escola e exercer as suas faculdades intelectuais. O professor Antonio Candido Roiz Carneiro citou como bons exemplos o Mosteiro de São Bento e o Imperial Colégio Pedro II, onde as aulas não aconteciam em um único dia, não comprometendo o aproveitamento dos alunos. Este destacou ainda que o período único de instrução já acontecia em escolas públicas suburbanas de instrução primária. Visando garantir a unidade do sistema de ensino, o professor sugeriu então que esse horário de funcionamento se estendesse às escolas da cidade.

Outro depoimento que sinalizava a visão da cidade enquanto o *locus* dos perigos, das incertezas, dos vícios e das imoralidades foi o da professora Amelia Emilia da Silva Santos, da 2ª Escola Pública de Meninas da Freguesia da Gloria, que também se mostrou contrária à divisão do tempo diário em duas seções pela manhã e tarde, adotando seis horas diárias e consecutivas. Segundo a professora, o funcionamento em dois turnos não

²²¹ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832–1872, p. 82.

²²² AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832–1872, p. 91.

acarretava problemas para os meninos, ao contrário dos inconvenientes para as meninas quanto à locomoção pelas ruas da cidade, muitas vezes sem acompanhamento, expondo-se aos perigos e desacatos. Eram adotados, portanto, os seguintes horários: no verão, de 8h às 14h, e no inverno, de 8h30 às 14h30. Entre as matérias de ensino literário e as dos trabalhos de agulha reservava-se 30 minutos para o recreio, momento de “descanso da intelligencia e desenvolvimento phisico das alumnas”²²³.

Enfim, constatou-se que a questão do tempo escolar comparecia na maior parte dos discursos dos professores públicos. Outro problema amplamente criticado compreendia os métodos de ensino mútuo e simultâneo. Constam também sugestões, relatos de experiência e críticas em relação aos espaços, mobiliários, utensílios e programas escolares, dentre outras questões. Nesse sentido, foram encaminhados quadros de distribuição²²⁴ do tempo escolar para o curso primário, a exemplo do professor Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho²²⁵, como forma de demonstração que a escola ora funcionava como simultânea ora como mútua, apontando ainda a falta de objetos escolares indispensáveis para a boa execução dos programas escolares. Portanto, o relatório dos professores sobre as escolas públicas das principais freguesias da cidade, em resposta à Circular de 13 de julho de 1872, contribuiu para lançar alguns olhares indiciários sobre a “liturgia escolar” em construção, que será discutida em seguida.

²²³ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832–1872, p. 104.

²²⁴ Exemplo de um quadro de distribuição do tempo escolar: 8h - entrada; 8h25 - revista dos alunos quanto ao “aceio que prescreve a decencia” e preparação dos utensílios para a escrita pelos adjuntos ou monitores gerais; 9h às 10h - caligrafia, em dias intercalados, sendo as três primeiras classes com escrita em ardósia; 10h25 às 12h - leitura e gramática; 12h25 às 13h30 - Doutrina e História Sagrada, nas 2^a, 4^a e 6^a feiras; e 12h30h às 13h30 - Aritmética nas 3^a, 5^a e sábados. As lições eram distribuídas de 2^af a sábado, sempre com um intervalo de 25 minutos, para o descanso dos alunos. Já na 8^a Classe, os alunos aproveitavam o tempo para a leitura dos Textos Clássicos e os Lusíadas, livro necessário aos exames gerais, além do conhecimento dos estilos dos Clássicos. Fonte: AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832–1872.

²²⁵ O professor Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho inaugurou, no dia 11 de março de 1878, um curso noturno para adultos na 1^a escola pública da Freguesia da Gloria (Revista Brasileira de Educação e Ensino, de 16 de março de 1878, p. 247).

4.1.1 A Liturgia das “Escolas do Imperador”: indiciando rotinas, práticas e simbolismos.

Localizada no saguão da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria, o aluno é “repcionado” por esta escultura²²⁶ em mármore branco, representada na **Figura 37**. Diante de um processo de reflexão estética sobre a materialidade escolar, buscou-se superar o estranhamento inicial e sinalizar algumas possibilidades interpretativas sobre tal objeto de autoria desconhecida. Pensando na simbologia representada pela presença da escultura na entrada do prédio escolar, de um lado, a figura feminina, de forma carinhosa, parece oferecer a leitura de um texto para a criança, além de livros, instrumento de desenho e um globo terrestre; o que pode



Figura 37: Figura feminina no saguão da escola.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

significar a importância da professora para a educação formal e institucionalizada. Por outro, a imagem também não poderia remeter ao cristianismo, uma Madona com a representação artística da Virgem Maria abençoando o Menino Jesus? Enfim, a escultura parece sugerir a acolhida do menor na escola tão indispensável ao processo civilizatório.

²²⁶ Cabe destacar que não foi possível precisar se a escultura se encontrava no saguão na data de inauguração do prédio escolar. Entretanto, a fundação da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, no dia 9 de março de 1883, por Manoel Francisco Correia - idealizador das Conferências da Gloria (SENRA, 2016), talvez possa justificar a instalação da escultura no local.

Segundo Boto (2014, p. 105), a “escola primária, no percurso que a constitui, é cingida por uma tripla vocação: ensinar - a um só tempo - conhecimentos, valores e comportamentos”. A escola precisava responder às demandas sociais de uma cidade marcada pela escravidão. Idealizada pelo Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876), projetava-se, portanto, um espaço racionalizado, ordenado e disciplinado, cujas práticas simbolizassem um todo social coeso. Uma cidade que buscava normatizar, regular e disciplinar, por meio de uma engenharia social, os costumes, as práticas e os comportamentos sociais ditos não civilizados, destacando-se aqui o papel da escola no processo de escolarização do social. Segundo Hobsbawn (1984, p.12), “a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”. Sendo assim, acredita-se que a Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte²²⁷ funcionava como uma instância reguladora de tradições inventadas, sendo a escola o espaço de legitimação, de socialização e de inculcação de atitudes modernas, ideias, valores e padrões de urbanidade. Por outro lado, inúmeras foram as estratégias adotadas em forma de rotinas indiciárias do cotidiano escolar.

Sob a ótica de Ginzburg (1989), buscou-se então perscrutar indícios, rastros e sinais a respeito da liturgia escolar (BOTO, 2014) e da não neutralidade dos objetos escolares, espaços e tempos, elementos visíveis ou não no cotidiano da escola. Recorrendo a Cragoe (2014, p.8), “compreender a arquitetura de um edifício assemelha-se ao trabalho de um detetive: é preciso procurar pistas para descobrir a história de sua construção”. Em alusão a Viñao Frago e Escolano (1998), a função da materialidade escolar é revestida de um caráter pedagógico, cuja simbologia compreende, por exemplo, a localização, a disposição dos objetos, a história institucional, a denominação, a forma ou a distribuição interna dos espaços.

²²⁷ Remetendo a Elias (1993) no processo de indiciamento sobre a atuação da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, respaldada nos instrumentos legais observados no Capítulo 1, pode-se ponderar que, em uma sociedade marcada por fortes relações de poder, setores da sociedade com funções coordenadoras mais altas impõem um autocontrole mais estável em virtude do poder social adquirido por sua posição central e das redes de interdependência. Nesse sentido, os entrelaçamentos entre as culturas escolares e urbanas aliados à interdependência entre as instituições de ensino, “moldadas” a partir do aparato legislativo, contribuiriam para o fortalecimento do autocontrole e a constituição psicológica do indivíduo.

Em termos teórico-metodológicos, sob a perspectiva de Hernández Díaz (2002) e Abreu Júnior (2005), a cultura material é entendida a partir das dimensões analíticas de materialidade, tecnologia e intencionalidade. Nesse sentido, observa-se que as “Escolas do Imperador”, enquanto monumentos integrantes da cidade imperial, reúnem um conjunto de características comuns em torno das culturas e formas escolares, que lhe conferem identidade ao mesmo tempo em que são passíveis de deslocamento, reconstrução e ressignificação por parte dos sujeitos.

Segundo Rossi (2016, p. 29), “os monumentos, sinais da vontade coletiva, expressos mediante os princípios da arquitetura, parecem dispor-se como elementos primários, quais pontos fixos da dinâmica urbana”. Sendo assim, as “Escolas do Imperador” parecem se apresentar, por meio de uma arquitetura monumental, como expressão da coletividade e difusora de novos valores, ritos e mitos, condutas e representações. O que remete à afirmação de Rossi (2016, p.33) de que “o rito é o elemento permanente e conservador do mito, também o é o monumento, que, no próprio momento em que testemunha o mito, torna possíveis as formas rituais”. Portanto, esse entrelaçamento entre monumento, rito e elemento mitológico contribui para o entendimento do valor simbólico das “Escolas do Imperador” na dinâmica urbana.

No percurso investigativo sobre a cultura material, observou-se que o exterior dos prédios escolares era ornamentado por diversos elementos simbólicos. Sob a perspectiva do paradigma indiciário, foi possível sinalizar algumas inferências acerca da presença de um conjunto escultórico em mármore, distribuídas na entrada do prédio da Escola da Gloria, onde são



Figura 38: Presença de leões esculpidos em mármore na entrada do prédio.

Fonte: Acervo Pessoal da autora.

encontrados os leões (**Figura 38**) guardiões da tradição, sempre atentos para impedir a entrada de estranhos em prédios públicos, garantindo assim à criança uma sensação desejada de proteção.

Objetos depositários de significados, vinculados a ritos e elementos mitológicos, em alusão a Rossi (2016), que contribuíram para forjar hábitos, valores e tradições escolares. De acordo com Boto (2014, p. 106), o “rito reafirma uma pertença. Por intermédio do rito constrói-se a coesão e os laços de solidariedade social. Esta última é estruturada mediante crenças e hábitos herdados de uma dada tradição partilhada”. Portanto, é preciso reconhecer que espaço e tempo escolares prescrevem, ensinam e estimulam a interiorização de certas condutas e representações sociais, funcionando como uma forma organizativa, curricular e didática de ensino. Ou seja: nem os espaços tampouco os tempos escolares constituem dimensões neutras da educação. Partindo do caráter inventivo das culturas escolares atreladas às culturas urbanas, defende-se a premissa de que as “Escolas do Imperador” contribuíram para a tentativa de organização do espaço e tempo escolares segundo critérios de sexo, segurança e controle.

Entende-se que as formas escolares difundidas na segunda metade do século XIX, como as “Escolas do Imperador”, funcionavam enquanto instrumento de remodelamento dos comportamentos e de formação do caráter. Nessa perspectiva, eram adotadas estratégias como a hierarquização escolar presente na relação professor e aluno, o uso padronizado de uniformes, o registro dos alunos por meio de números de identificação, mobiliários, cartilhas, regulamentos, tempos e espaços escolares que contribuíam para a difusão de certos valores, princípios e modelos (VEIGA, 2003; DUSSEL; CARUSO, 2003). Em relação à instituição escolar, Arriada, Nogueira e Vahl (2012, p. 41) destacam ainda “o papel de disciplinadora do tempo e das condutas, uma rede completa e complexa que se traduz em uma organização das rotinas imperceptíveis e à qual devem se habituar todos os atores: diretores, professores, inspetores, alunos, etc.”.

As culturas escolares são entendidas aqui em suas continuidades, tradições e persistências enquanto resistência a mudanças, em referência a Viñao Frago e Escolano (1998), bem como também, sob a ótica de Julia (2001), na capacidade de se deixar sensibilizar pelas pequenas mudanças que transformam o interior do sistema. Para Julia (2001, p. 32), “a cultura escolar é efetivamente uma cultura *conforme*, e seria necessário

definir, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível”. Portanto, as culturas escolares devem considerar o emaranhado da “teia social” em que estão imersas no século XIX, cabendo refletir sobre as culturas urbanas, os dispositivos de poder-saber e as finalidades da escola; entender as redes de sociabilidade e solidariedade, as demandas sociais e a profissionalização do trabalho docente; além de indiciar os conteúdos, os regulamentos internos, as formas e as práticas escolares. Julia (2001) elenca ainda três elementos no processo constitutivo de uma cultura escolar: espaço escolar específico, cursos graduados em níveis e corpo profissional específico.

Nessa medida, enquanto forma escolar e gramática da escola auxiliam a percepção das continuidades, cultura escolar, particularmente na acepção que lhe conferiu Dominique Julia, ampliada pelos alertas à corporeidade dos sujeitos e aos ditames dos tempos e espaços enunciados por Escolano e Viñao Frago, pode conduzir à apreciação das mudanças, manifestas não apenas como uma cultura conformista ou conformadora, mas como rebelde ou subversiva, resultante de apropriações docentes e discentes do arsenal disponibilizado pela escola no seu interior, evidenciadas em suas práticas (VIDAL, 2005, p. 45).

Perscrutando sobre o entrelaçamento entre os processos de escolarização, de profissionalização docente e de consolidação da diferente forma escolar, é possível sinalizar o processo de “despersonalização” do mestre (VINCENT, LAHIRE e THIN, 2001). Isto porque, o controle do trabalho docente implicava na rigidez do tempo escolar, com definição de grades curriculares, horários e métodos de ensino definidos de acordo com os conteúdos em sala de aula. Contudo, remetendo a Julia (2001, p. 33), “a escola não é o lugar da rotina e da coação e o professor não é o agente de uma didática que lhe seria imposta de fora”. Considerando a cultura escolar como inventiva, é preciso indiciar as formas de apropriação das ideias pedagógicas e de operacionalização por meio das práticas escolares desse corpo profissional específico. Vidal (2005, p. 19) também reafirma a constituição da cultura escolar a partir da “apropriação criativa de modelos, baseada na relação entre determinantes sociais e históricas e as urgências próprias da organização e do funcionamento escolares” (VIDAL, 2005, p. 19).

Pensar sobre o aspecto civilizador das “Escolas do Imperador” demanda refletir sobre os possíveis papéis da escola, como um modo de socialização sujeito a novas relações de saber-poder. Segundo Vincent, Lahire e Thin (2001, p. 17), como um “espaço

onde se estabelecem formas específicas de relações sociais, ao mesmo tempo que, transmite saberes e conhecimentos, a escola está fundamentalmente ligada a formas de exercício do poder”. Destarte, a forma escolar buscava silenciar outras práticas de aprendizagem não sistematizadas, constituir “saberes escriturais formalizados”, adotar inovações por meio de disciplinas escolares e estabelecer uma relação pedagógica hierarquizada, dotada de princípios, valores e códigos disciplinares, em um espaço fechado e ordenado por regras (VINCENT, LAHIRE e THIN, 2001). Portanto, é preciso estar atento a não neutralidade da materialidade escolar, considerando a afirmação de Le Goff que o documento não é um “material bruto, objetivo e inocente, mas exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento” (2003, p. 10). Hernández Díaz (2015, p.232) também afirma que “(...) cada objeto nos dice más cosas de los usuarios, de la sociedad y la técnica del momento, de la industria, de los métodos de enseñanza empleados”.

Ajustando as escalas de análise, observa-se que a preocupação com a cultura material escolar era uma constante nos projetos em torno das escolas de São Christovão (1872), da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria (1874) e da da Freguesia de Sant'Anna (1877). A adoção de tecnologias “inovadoras” nos projetos escolares parece ter contribuído para fortalecer um espaço de aprendizagem de novas formas de exercício do saber-poder, dotado de intencionalidades em atendimento às políticas vigentes de “modernização” da cidade imperial. Ao final do século XIX, a escola incorporava uma série de materiais didático-pedagógicos (quadro-negro, lousa individual, livros) e novas práticas pedagógicas que requer repensar espaço e tempo escolares.

As salas de aula devem obedecer à forma retangular, com dimensão compatível com o número de alunos, janelas laterais altas (para que o ar circule e para que as crianças não vejam a rua); paredes caiadas e limpas, utilizadas como murais para traçar o alfabeto e para afixar figuras, quadros de medidas, sentenças, cartas geográficas e outros objetos didáticos. A mobília da sala de aula deve ser composta pela mesa e pela cadeira do professor, acomodadas sobre um estrado; para os alunos, carteiras equipadas com tinteiros, ardósias e caixetas, além de indicador, campainha, porta-penas, quadros pretos envernizados (para os quais também se apresentam as dimensões ideais), quadros de leitura, cabides, tábuas para saída, armário, relógio, crucifixo, fogão (a melhor forma de aquecer a sala no inverno) e termômetro (VALDEMARIN, 2013, p. 195-196).

Para Valdemarin (2013, p. 203), “a organização espacial desempenhou importante função na constituição de uma forma de sociabilidade específica, materializando a hierarquia das relações entre adultos e crianças”, onde o mobiliário, os utensílios e demais materiais escolares contribuíram para moldar condutas, tempos e espaços de aprendizagem. Valdemarin (2013) destaca ainda que a disposição estratégica dos objetos escolares na sala de aula conferia autoridade aos sujeitos e estimulava uma cultura de controle, sanções e recompensas aos alunos. Cabe destacar que os regulamentos escolares apontavam o relógio dentre os materiais escolares necessários em sala de aula, além da imagem do Senhor crucificado, uma tabuleta com as armas imperais, um relógio de parede, um armário, bancos e mesas inclinadas com tinteiros fixos para os alunos, um quadro de madeira pintado de preto, ardósias, compêndios, etc. (ARRIADA, NOGUEIRA E VAHL, 2012; GONDRA, 2004).

Em termos da materialidade escolar, há desde a adoção de tecnologias construtivas e materiais de construção importados até a aquisição de mobiliários adequados e já utilizados no exterior. No dia 28 de novembro de 1872, por exemplo, os negociantes Queiroz, Generoso Estrella e Haynes oferecem o mesmo mobiliário do Colégio Imperial Pedro II, por serem os únicos a comercializar as escrivaninhas do tipo Roberts Patent School Desks²²⁸, para todas as escolas municipais. Outro indício da preferência por modelos estrangeiros na configuração dos “palacetes escolares” se observou no Relatório do Ministro do Império de 1872, no qual o ministro afirma: “sendo evidente a conveniência de se prepararem pelo melhor modo as escolas que se têm de estabelecer nos novos edifícios, encomendei, e já chegaram dos Estados Unidos mobílias completas para o que está a concluir-se na praça de Duque de Caxias” (p. 16). A inauguração dos prédios escolares, como a Escola da Glória, costumava ser noticiada acompanhada de chamadas para o fornecimento de materiais escolares para as escolas públicas.

²²⁸ Seu criador Albert E. Roberts nasceu em 1842 e se tornou referência na fabricação de móveis escolares. Construída em 27 de setembro de 1870, a escrivaninha de madeira possui uma mesa fixada na parte de trás do encosto. Considerada um avanço em comparação aos modelos anteriores, a escrivaninha dobrável possui “*a design cut out on the front legs and a small storage space under the desk*”, “um desenho recortado nas pernas dianteiras e um pequeno espaço de armazenamento sob a mesa” [tradução livre da autora]. Disponível em: https://americanhistory.si.edu/collections/search/object/nmah_660951. Acesso em: 17/08/2020.

O encarregado do material das escolas publicas, precisa comprar para as mesmas escolas vinte taboas pretas cem seus cavaletes, para escripta, iguaes á que se acha nesta arrecadação, á rua dos Ourives n. 1, loja; e por isso convida aos senhores que as queiram vender a trazer suas propostas até o dia 12 deste mez, que têm de ser abertas nesse mesmo dia ao meio dia. Gustavo J. do Rego (Diário do Rio de Janeiro, de 3 de março de 1877).

Verificou-se, ainda, uma preocupação com a fiscalização das condições materiais das escolas de instrução primária, conforme o Ofício datado de 7 de fevereiro de 1872. Trata-se de uma solicitação do Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, quanto à criação de um Fornecedor efetivo, nomeado pelo Governo Imperial, que fosse responsável pelo provimento e zelo das condições materiais das escolas de instrução primária. O Inspetor Geral alegou que o aumento progressivo no número de escolas de instrução primária havia dificultado o provimento de mobílias e demais utensílios para o bom funcionamento das aulas. Sugeriu, ainda, que os contratos de aluguéis fossem celebrados diretamente pelo Inspetor Geral, ouvido o Delegado, bem como a aquisição de mobílias e utensílios, a ser tratada diretamente pela Repartição, depois de autorizada a despesa pelo Ministério do Império²²⁹.

Esta proposta sinalizava um descontentamento com o acúmulo de funções por parte da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte. O Inspetor Geral justificou que os empregados da Secretaria da Instrução, sobrecarregados em suas funções, não dispunham de tempo nem de conhecimento técnico para responder às demandas administrativas referentes, por exemplo, ao orçamento de obras e ajustes de preços dos aluguéis dos prédios escolares, se abstendo assim de suas obrigações técnicas no que diz respeito à fiscalização do ensino. Nota-se que o acúmulo de funções foi pauta na 81ª sessão do Senado, de 3 de setembro de 1875, em relação aos professores tendo como exemplo o reitor do Colégio Pedro II, que também atuava como monsenhor e inspetor da capela, vigário geral, professor, capelão da Cruz, síndico da Ajuda e visitador da ordem do Carmo (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875).

²²⁹ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

Observou-se, sobretudo, certo protagonismo dos professores públicos junto à Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte enquanto pareceristas sobre as condições materiais do mobiliário escolar. Essa questão foi verificada em ofícios expedidos pela Inspeção Geral, por solicitação do Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo. O primeiro ofício, de 14 de maio de 1872, do Inspetor Geral interino, Conselheiro Antonio Joaquim Ribas, foi destinado ao professor Manoel José Pereira Frazão²³⁰ da Escola da Glória, antes de sua transferência para o novo prédio escolar. Foi solicitado um parecer técnico²³¹ sobre as condições do mobiliário em termos de matéria, forma, dimensão e quantidade de móveis e utensílios necessários às escolas públicas.

Respalado nos dispositivos do regimento interno da escola e em sua própria prática docente, o professor emitiu um parecer no qual avalia a mobília como incômoda, pois as mesas de escrita eram muito altas, estreitas e inclinadas: “elas medem 82 centímetros em sua maior altura e 73 na menor, quando a maior não deve exceder de 68, e a inclinação deve ser muito suave e quase imperceptível, como se observa nas escolas inglesas, que eu suponho ser os melhores modelos”. O professor teceu críticas ainda às tábuas de cálculo; aos bancos unidos às mesas, sem a devida distância de 8cm considerada adequada; e ao custo elevado, com desperdício de madeira e de mão de obra desnecessária à confecção das mesas, consideradas inadequadas ao trabalho escolar, e ao excesso de molduras, quadros e outros objetos desnecessários nas escolas populares, questionando: “para que serve, pois, pagar ao marceneiro todas as gavetinhas, quadros e molduras para os exemplares de escripta?”.

²³⁰ Professor de matemática e filosofia racional e moral, aprovado pelo Conselho Diretor da Instrução Pública, atuou no magistério por 32 anos, ingressando no magistério primário em 1863 (BLAKE, 1900 p.139-140). Manoel José Pereira Frazão começou a trabalhar como professor primário em escolas públicas e privadas em meados do século XIX. Cabe destacar que o Colégio Pinheiro, reconhecido estabelecimento de instrução primária e secundária da freguesia de Santana, pertencia a sua família; o que explica a apresentação dos métodos de ensino empregados no relatório encaminhado à Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Estudou no Seminário de São José e sua formação em Matemáticas e Ciências Naturais pela Escola Militar parece ter influenciado o sistema de ensino, intitulado “sistema de moral e civismo”, desenvolvido para as suas escolas públicas primárias. Schueler (2005) sinaliza que o professor se destacava enquanto intelectual atuante no Manifesto dos Professores Públicos de 1871, além da imprensa, das conferências pedagógicas, da publicação de artigos e na invenção do sistema de ensino, que começou a aplicar na Escola Pública da Glória a partir de 1867, recebendo “em 1873 “congratulação e reconhecimento formal da Inspeção de Instrução *por ter a escola mais disciplinada da cidade do Rio de Janeiro*” (SCHUELER, 2005a, p. 114).

²³¹ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

Nesse momento, em seu extenso parecer, o professor parecia defender a adoção de modelos estrangeiros, destacando a simplicidade e a economia do mobiliário inglês, especialmente, no que se refere às mesas que se resumem, em sua breve descrição, a duas formas de ferro fundido presas ao assoalho da casa, onde se adaptam duas tábuas de madeira, com distância entre si de 8cm: uma para a mesa, com altura de 68cm e 42cm de largura; e outra para o banco, com altura de 38cm e 23cm de largura. O professor afirmou, em sua defesa do sistema inglês que, ao invés da construção de apenas um prédio escolar, poderiam ser montados dois novos prédios. Por fim, ele sugeriu a aquisição de uma mesa maior para o professor se acomodar melhor entre as gavetas laterais e a disponibilidade de uma dúzia de cadeiras para que todos pudessem se sentar.

Outro ofício, expedido pela Inspeção Geral, datado de 20 de junho de 1872, foi destinado ao Sr. Antonio Candido Roiz Carneiro, professor da 2ª Escola pública da Freguesia de São José. Em seu parecer técnico²³², o professor enfatizava a necessidade do conforto ergométrico do mobiliário, afirmando que o sistema dos mesões era extremamente inconveniente, o qual deveria ser substituído por carteiras individuais nas escolas públicas, de modo a garantir o “isolamento tão necessário ao estudo em seus diferentes graus”. Por questões econômicas e artísticas, ele sugeriu o uso do pinho de riga para a construção dos mobiliários e demais utensílios escolares. O professor destacou ainda a sua preocupação com a altura de bancos e mesas, que devia ser proporcional à altura dos alunos. Ele indicou os bancos do tipo régua, pela comodidade aos alunos, com extremidades arredondadas para se evitar acidentes, e sugeriu encostos confortáveis para possibilitar uma posição menos fatigante aos alunos.

Cabe-me observar nesta ocasião que a maior parte dos prédios, onde funcionam as escolas publicas, são impróprias; uns possuem má construção e outros por defficiencia de accomodações para os misteres, a que são destinados, o que é um poderoso obstáculo à uniformidade que deve presidir a fabricação dos móveis e utensílios necessários às escolas públicas, onde é em extremo sensível a falta de muitos outros utensílios continuamente empregados nas escolas de diversos países cultos, como sejam contadores mecânicos, quadros, um dicionário da língua portuguesa e muito principalmente outros livros apropriados para facilitar e acelerar o ensino popular²³³.

²³² AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

²³³ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p. 59.

Constatou-se também que os professores públicos estavam preocupados com os espaços e tempos escolares assim como arquitetos e engenheiros. É o caso do professor João Marcianno de Carvalho, envolvido com o recenseamento e com o ensino dos libertos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, que encaminhou um pedido de reforma para as escolas primárias e de uma planta para a edificação de novos prédios escolares. Os professores alegavam ainda a incidência de doenças e à falta de cuidados das famílias no período das chuvas, além das especificidades das escolas situadas fora da Corte quanto à natureza do trabalho e à distribuição do tempo escolar. Outros professores apontavam o número reduzido de compêndios adotados na escola e a necessidade de dicionário de língua portuguesa e de dicionário geográfico do Brasil.

A professora Thereza Leopoldina de Araujo, por exemplo, apontou em seu parecer, encaminhado à Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, a carência de uma série de utensílios e materiais escolares, como compêndios de moral e de escritos clássicos voltados para as meninas, e quadros para lecionar a História Sagrada. “Allega a necessidade de um contador mechanico, e da introdução do systema de analyse demonstrativa de certos objetos sobre sua construcção, composição, qualidade”²³⁴. Entretanto, no Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1874, consta a informação de que todos os livros e materiais didáticos aos alunos eram fornecidos para as escolas públicas.

Notou-se até mesmo que o suprimento de materiais básicos das “Escolas do Imperador” estava sujeito a disputas, estratégias e relações de saber-poder entre os diferentes sujeitos, conforme o Ofício, de 24 de abril de 1872, encaminhado pelo Sr. Guimarães e Villas Boas à Câmara Municipal, no qual oferecia, gratuitamente, como forma de retribuição ao contrato de fornecimento de materiais para o expediente da Câmara Municipal, todo o material (papel, tinta para trabalho impresso ou litografado) necessário à Escola de São Sebastião, cujo funcionamento se fazia urgente²³⁵.

Em geral, os professores públicos buscavam emitir pareceres críticos em relação às questões educacionais ligadas às condições materiais, aos programas escolares e aos métodos de ensino, dentre outras. Até que ponto as “Escolas do Imperador” respondiam

²³⁴ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p. 165.

²³⁵ AGCRJ. Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

a essas demandas em torno da inadequação do espaço escolar; da falta de uniformidade no processo de fabricação de móveis e utensílios; da carência de objetos escolares como contadores mecânicos, quadros e dicionários da língua portuguesa, mencionados anteriormente pelo professor Antonio Candido Roiz Carneiro, da 2ª Escola pública da Freguesia de São José? Contraditoriamente, nas “Escolas do Imperador” eram empregados materiais e mobiliário importados, considerados de primeira qualidade; ornamentos decorativos na fachada; pisos, esquadrias e escadas internas em madeira de pinho de riga; bens móveis como o piano Pleyel²³⁶ na Escola de São Christovão etc.

A carência de condições materiais das escolas públicas de instrução primária, especialmente quanto ao mobiliário e utensílios escolares, considerados em desacordo com o previsto no artigo 7º do Regulamento da Instrução, de 2 de maio de 1855, também foi amplamente discutida na 81ª sessão do Senado, de 3 de setembro de 1875. Ao final do relatório apresentado sobre a instrução pública na cidade do Rio de Janeiro, afirmou-se que “sem casas, sem material de ensino, sem livros e sem mestres, eis o triste espectáculo que apresenta a nossa escola, e que a comissão com a mão vacillante e espirito pesaroso se viu forçada a traçar em negro quadro!”. Outra questão tratada relacionava-se à prática inadequada da educação física, onde sinalizavam as dificuldades de circulação em virtude das dimensões restritas das salas de aula. Em relação aos prédios escolares, o documento relata: “a excepção do edificio onde funcionam as duas escolas da freguezia de S. Christovão, não existe no município da Côrte outra casa com as convenientes proporções e disposições para escola”. Porém, o relator destacava a falta de acomodações para os professores (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875).

Na tessitura do “tapete indiciário”, outros “fios” podem ser “alinhavados”, a partir da afirmação do ministro no Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1870, que diz: “parece-me que, realizadas estas reformas, e convenientemente regulado o plano e methodo do ensino, rápidos e seguros serão os progressos da instrucção popular”. Esta afirmação sinaliza que a qualidade da instrução popular estava submetida ao controle do

²³⁶ Trata-se de um piano, fabricado pela Maison Pleyel, criada em Paris no ano de 1807. Ignace Pleyel se destacou no mercado de pianos por adotar e aperfeiçoar o mecanismo do piano vertical. O mecanismo Pleyel é atualmente usado em todos os pianos verticais, sendo introduzido um melhoramento importante no final do século XIX: os abafadores passaram a ser colocados abaixo dos martelos, o que os tornaram muito mais simples e eficazes. Disponível em: <https://www.salaomusical.com/pt/content/17-historia-do-piano>. Acesso em: 30 ago 2020.

processo de ensino-aprendizagem bem como da conduta dos sujeitos envolvidos. Boto (2014) destaca a importância atribuída ao método na sistematização de uma liturgia da escolarização.

O método é compreendido como ordenamento do processo do ensino, de modo a que se possa organizar a ordem e a disposição mediante as quais se processará o trabalho com cada matéria. Os saberes são, assim, dispostos em fila, em um roteiro que classifica prioridades e sequências didáticas e, por meio das estratégias e técnicas adotadas, são engolfados pelas lições e exercícios. Nesse sentido, a repetição das palavras, dos gestos e das atividades gerará ritos, cuja regularidade cotidiana engendra o modo de ser da sala de aula. Os ritos, desse modo, traduzir-se-ão como uma forma específica de se lidar com o tempo e com o espaço. É como se, pela liturgia da escolarização, houvesse interrupção do contínuo do tempo para se engendrar o lugar de um novo tempo, aquele do transcurso do ritual (BOTO, 2014, p. 110).

Entretanto, esse processo de “conformação” da forma escolar com invenção de uma “liturgia escolar” foi questionado, burlado e reinventado pelos diferentes sujeitos. Tradições inventadas bem resumidas, por exemplo, por meio do parecer enviado à Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, emitido pelo professor Augusto Candido Xavier Cony, sobre o programa adotado pelas escolas públicas brasileiras. Ele ressalta que o programa registra diferenças em relação ao tradutor de Daligault²³⁷, Affreixo e Freire²³⁸, referenciais adotados nas escolas públicas e que muitos são os sistemas (individual, simultâneo, mútuo e misto), os métodos (Jacotat, Castilho, Bacadafá...), as formas (socrática e expositiva) e os processos (analógicos e intuitivos)²³⁹.

Diante dessa multiplicidade de formas escolares, o Governo Imperial, na busca de disciplinar, harmonizar e regulamentar as práticas escolares com foco no método simultâneo, emitiu um ofício circular, por meio da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, em 13 de julho de 1872. Considerando a afirmação

²³⁷ Trata-se de um manual que destaca o papel da escola na preservação da saúde e no desenvolvimento intelectual, racional, espiritual, moral e religioso das crianças. Daligault (1874, p. XIII) afirma que “o edifício intelectual e moral tem, pois, os seus alicerces na escola primária”. Ele atribui aos preceitos religiosos a formação moral e à profissão docente o sacerdócio (VALDEMARIN, 2013, p. 193).

²³⁸ O manual de Affreixo e Freire (1870) enfatiza que o professor é uma autoridade moral para os alunos e suas famílias. “Entre as qualidades do professor devem estar vocação natural, modéstia, prudência, civilidade, amor pelo estudo, vida simples e exemplar, bondade, firmeza, paciência, regularidade, zelo e pureza de costumes” (VALDEMARIN, 2013, p. 194).

²³⁹ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

de Viñao Frago e Escolano (1998, p. 134) de que “no ensino primário e no de crianças pequenas, a ruptura do modelo de explicação simultânea e da disposição em bancos surgiu, já desde os fins do século XIX e inícios do XX, com a difusão da carteira individual”, é possível indiciar a aquisição das escrivaninhas do tipo Roberts Patent School Desks para as “Escolas do Imperador”.

No que se refere ao Ofício, de 13 de julho de 1872, tencionava imputar um controle rígido do trabalho docente. Nesse sentido, o professor público Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, por exemplo, emitia pareceres mensais, informando ao fiscal da Freguesia do Engenho Velho, para conhecimento da Câmara Municipal, o número de alunos que frequentavam a aula de instrução primária, na qual a aplicação do método era examinada na presença do Ilmo. e Exmo. Sr. Ministro do Império²⁴⁰. Outra planilha de registro escolar, datada do dia 01 de abril de 1852, de uma aula pública na Freguesia de São Christovão destinada a 52 alunos, pelo professor público Joaquim José Cardoso de Siqueira Amazonas, sinalizava as culturas escolares em formação no período²⁴¹.

A falta de uniformidade dos métodos de ensino, quanto ao processo de aprendizagem das matérias obrigatórias (instrução moral e religiosa, leitura, escrita, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética, sistema de pesos e medidas, além do ensino de bordados e trabalhos de agulha para o sexo feminino), em atendimento ao artigo 47 do Regulamento, de 17 de fevereiro de 1854, foi um tema amplamente discutido na 81ª sessão do Senado, de 3 de setembro de 1875. Apesar da determinação do método simultâneo pelo artigo 73 do referido Regulamento, o Senado sinalizava que as escolas públicas careciam de condições básicas para o seu funcionamento, por requerer além de “quadros e modelo próprios, um numero conveniente de adjuntos, com os quaes o professor divida o trabalho, de sorte que haja para cada turma de 20 alumnos um professor ou um adjunto” (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875).

No entanto, a introdução de novos métodos de ensino pelo Governo Imperial, como o método lancasteriano ou o método simultâneo, encontrou certa resistência por parte dos professores públicos que, concomitantemente, contribuíam para produzir as culturas

²⁴⁰ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

²⁴¹ AGCRJ. Código 10.4.18 – Instrução pública: obras e publicações 1852 – 1873.

escolares, na perspectiva de Vidal (2005), seja através da seleção dos programas, da divisão do tempo escolar ou da combinação dos métodos de ensino. Nessa perspectiva, o processo indiciário acerca da liturgia escolar buscou sinalizar algumas práticas escolares, consideradas como “revoltas contra o olhar”, remetendo a Foucault (2017, p. 340). O ato de perscrutar os fazeres cotidianos da escola requer pensar a materialidade dos dispositivos escolares (objetos, programas, métodos), que prescrevem as práticas escolares, mas, sobretudo, as apropriações inventivas por parte dos professores públicos.

Os conceitos de forma escolar e gramática da escola, ao oferecer subsídios a um estudo das continuidades, tornam-se, assim, importantes, mas insuficientes para recobrir a dinâmica do cotidiano e articular simbolicamente todas as ações humanas. O recurso à cultura escolar, no que admite o câmbio, amplia o enfoque sobre o universo escolar e absorve as práticas escolares como categorias de análise (VIDAL, 2005, p. 63).

Em 26 de agosto de 1872, o professor Antonio Candido Roiz Carneiro, da 2ª escola pública da Freguesia de São José, por exemplo, teceu críticas quanto à divisão das matérias em classes e por anos, com base no sistema simultâneo de ensino, considerando as aptidões e capacidades dos alunos, o que claramente prejudicaria o progresso e o desenvolvimento intelectual dos alunos mais adiantados. Em seu parecer, encaminhado à Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, a professora Delphina Rosa da S. Vasconcellos também afirmava que “não subordina suas discípulas totalmente ao methodo individual nem ao simultâneo, por lhe parecer que para as primeiras classes, o segundo é improfícuo, e para as ultimas, o primeiro é impraticável, quando há mais de dez alunas”²⁴², sendo possível sinalizar o entrelaçamento entre teoria e prática mediante os dispositivos legais impostos. Visando superar essas dificuldades encontradas no cotidiano escolar, a professora Delphina, por exemplo, desenvolveu um método para o ensino da Gramática, denominado Syllabario Vasconcellino. A professora ainda apontou a carência de livros e dicionários, sugerindo introduzir o ensino das noções elementares da Geografia.

²⁴² AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

Outro método de ensino presente nas escolas públicas, denominado Bacadafá²⁴³, em paralelo à determinação de 13 de julho de 1872, da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, quanto à utilização do método simultâneo, abrangia três ramos no ensino literário (leitura, de escrita e de contabilidade) e dois no ensino artístico (música e desenho). Segundo o professor Antonio Estevão de Costa e Cunha, encarregado de emitir um parecer em 1871 sobre o sistema Bacadafá, criado pelo professor Antonio Pinheiro de Aguiar em 1852, afirmava que o método “propõe-se a ensinar, por um meio breve e suave, as ditas matérias no seu primeiro grau, que é o que mais custa aos mestres a inculcá-lo e aos discípulos aprendê-lo”²⁴⁴. Porém, o parecer final apontou que o novo método não promoveria as mudanças necessárias no ensino das primeiras letras. Ele afirmava que não havia detalhamento do ensino de música e de desenho, bem como nada de tão inovador no ensino da escrita e da aritmética, sendo as mudanças mais notáveis no tocante à leitura com a proposta de uma reforma silábica. Apesar de considerar valiosas as contribuições do método, o professor não indicou a adoção deste nas escolas públicas.

Entretanto, em 14 de março de 1872, a orientação do Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do município da Corte, ao Ministério do Império, consistia na aplicação do método Bacadafá a analfabetos, com o apoio de professores e adjuntos, cujos resultados seriam avaliados no espaço de um ano para a certificação do método, o que sinalizava uma preocupação com o controle e a qualidade do ensino. Dessa forma, o Governo Imperial tencionava controlar e uniformizar as práticas escolares, de modo a evitar alguns constrangimentos, decorrentes de grupos de professores que, por iniciativa própria, adotavam o método Bacadafá a determinadas turmas de alunos que, portanto, estudavam na mesma escola e com métodos diferentes²⁴⁵.

²⁴³ Segundo Carlos (2019, p.215-216), “o Método Bacadafá se apresentava como uma proposta metodológica intermediária entre os métodos sintéticos (soletração e silabação) e os métodos analíticos (palavração/sentenciação e análises de frases). Nos métodos sintéticos a aprendizagem da leitura se baseava, principalmente, na memorização das representações gráficas e fonéticas das palavras, enquanto os métodos analíticos enfatizavam certos processos de cognição, interpretação e produção de sentidos no uso da língua e da linguagem”. O autor sublinha ainda que se tratava de um método misto adotado nas escolas públicas nos anos de 1870 e 1880, aproximando-se em certa medida do “ensino intuitivo”.

²⁴⁴ AGCRJ. Código 10.4.18 – Instrução pública: obras e publicações 1852 – 1873.

²⁴⁵ AGCRJ. Código 10.4.18 – Instrução pública: obras e publicações 1852 – 1873.

Dois meses depois, o Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do município da Corte, em caráter interino, o Conselheiro Antonio Joaquim Ribas, emitiu um ofício ao professor público da Escola da Gloria, Manoel José Pereira Frazão, solicitando o seu parecer sobre o método Bacadafá, o qual não foi concluído. De um lado, infere-se certo prestígio ao professor Manoel José Pereira Frazão e, por outro, uma dinâmica política, tensionada por relações de saber-poder, que sinalizava uma preocupação com o controle do sistema de ensino, bem como uma estratégia de garantir uma pretensa participação do professorado nas decisões relativas à política educacional.

Nota-se um investimento no delineamento da “liturgia escolar” por meio do aparato normativo, que era submetido à validação na práxis docente ao mesmo tempo em que era objeto de uma constante ressignificação e questionamentos, incluindo estabelecimentos de ensino mais distantes como a 1ª Escola Pública de meninos da Freguesia de Guaratiba. Em resposta ao Ofício Circular nº 13, de julho de 1872, um grupo de professores, representado pelo professor Olympio Catão Viriato Montez, encaminhou um documento, datado de 19 de julho de 1872, à Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, sugerindo a adoção do “método misto”, de modo a evitar os inconvenientes do método simultâneo, provocados pela intervenção direta do professor, sugerindo-se a admissão de monitores. Nesse caso, os professores seriam responsáveis pelo ensino de matérias como gramática, aritmética ou história sagrada, enquanto os monitores atuariam como auxiliares nas atividades das primeiras noções de escrita, leitura de números, formação de algoritmos e recitações²⁴⁶.

Vidal (2005) aponta a dupla interpretação quanto à aplicação do método simultâneo, que prescrevia sobre a disposição do grupo de alunos em sala de aula, ao mesmo tempo em que definia a aprendizagem simultânea da escrita e da leitura, conforme adotado pelo método mútuo. O método misto, observado no cotidiano escolar, pode ser entendido como uma operação tática do professor para lidar com os problemas escolares e a falta de condições materiais das escolas. Segundo Vidal (2005, p. 8), na “dimensão das práticas escolares, indiciava a maneira inventiva com que os mestres oitocentistas haviam combinado princípios dos vários métodos disponíveis no período (mútuo, simultâneo e individual) na resolução dos problemas enfrentados pela docência”.

²⁴⁶ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

Para a autora, a legitimação do método misto como saber pedagógico ocorre nas Escolas Normais, na segunda metade do século XIX, desvalorizando o processo histórico de sua constituição por parte dos professores públicos.

Em geral, observa-se a defesa do método misto de ensino pelos professores no último quartel do século XIX. Não obstante, considerando as permanências da formação docente pela prática, paralelamente ao ensino técnico da formação docente promovida pela Escola Normal, é possível observar a necessidade de uma aprendizagem individualizada, diretamente da professora, direcionada especialmente àquelas alunas com pretensões ao magistério. Enfim, inúmeras são as narrativas dos professores públicos em torno das críticas ao ensino individualizado, como do professor Carlos Augusto Soares Brazil; da defesa da adoção do método misto, como do professor Olimpio Catão Viriato Montez; da ênfase no ensino prático e na adoção do método de Pestalozzi²⁴⁷ para o ensino da Aritmética aos alunos do 1º ano, como do professor Philippe de Barros Vasconcellos; da utilização do sistema de Rapet para o ensino da Aritmética, dos exercícios caligráficos e de um novo método de leitura, como do professor Augusto Candido Xavier Cony; dentre outras²⁴⁸.

Nas “Escolas do Imperador”, a instrução era gratuita, separada e diferenciada por sexos: as meninas aprendiam as letras, matemáticas e prendas domésticas, enquanto os meninos, além das letras e matemáticas, as ciências (GUIA DAS “ESCOLAS DO IMPERADOR” - CREP/SME, 2005). No Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1874, constava o fornecimento de livros didáticos, para as escolas públicas, com os conteúdos ensinados em sala de aula: “a instrução moral e religiosa; a leitura e a escripta; as noções essenciaes de grammatica, os elementos da arithmetica, o systema decimal de pesos e medidas, noções de desenho linear, de cosmographia, de geographia patria e musica vocal” (p. 23). Em relação aos programas escolares, o Relatório da Exposição Universal de 1876 em Philadelphia, elaborado por Antonio Pedro de Carvalho Borges, em

²⁴⁷ Carlos (2019) sinaliza que o método de ensino intuitivo, inspirado nas concepções pedagógicas de Pestalozzi, contribuiu para a renovação do campo educacional. Logo, o “método de ensino intuitivo seria preconizado como proposta de “ensino natural” que, baseando-se na observação direta de coisas e fenômenos, educaria os sentidos e a percepção dos sujeitos, orientando-os para o mundo do trabalho e empreendimento” (CARLOS, 2019, p. 155). Sob o viés civilizatório, esse método de ensino intuitivo ou “lições de coisas”, fundamentado na educação dos sentidos, apresentava-se, portanto, como uma prática pedagógica em atendimento às demandas sociais da ordem industrial.

²⁴⁸ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

1875, afirmava que eram submetidos ao governo quando dos requerimentos de abertura dos estabelecimentos de instrução primária, além dos regulamentos internos, as condições das casas escolares e os nomes dos professores e suas habilitações.

Entretanto, a professora Amelia Emilia da Silva Santos, da 2ª Escola pública de meninas da Freguesia da Gloria, encaminhou à Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, em 9 de setembro de 1872, o programa escolar no qual não constavam as disciplinas de Noções de Desenho Linear, de Cosmographia, de Geographia Patria e Musica Vocal, destacando o ensino de Catecismo e História Sagrada. Já a professora Deolinda Maria da Cruz Almeida Araujo sugeriu alterações no programa, como o ensino diário da Instrução moral e religiosa, de Leitura e Escrita, e dos trabalhos de agulha, sendo as demais disciplinas em dias alternados²⁴⁹. Cabe destacar que o professor Augusto Candido Xavier Cony encaminhou um extenso parecer acerca do programa adotado pelas escolas públicas, cujas considerações se resumem a seguir:

Não nos consideraremos cumpridor de deveres com vantagens reaes para os alumnos que nos forem confiados; enquanto não vir a introducção de Cons dès études des écoles primaires par Rapet de accordo às necessidades de nossas escolas. Os seus exercícos de intelligencia e de linguagem são extremamente uteis pela variedade de conhecimentos que fornecem aos meninos, e mesmo, digamos, ao Professor. Ali se acha exarado, não sem barulho, o decantado assumpto de - lições sobre as cousas – empregado nos Estados Unidos, e cuja utilidade não podemos negar²⁵⁰.

No referido parecer, observou-se forte presença da instrução moral, religiosa e da história sagrada²⁵¹, além da preocupação com a realidade social bem como com a redução do tempo de estudos dos alunos, oriundos das classes menos favorecidas. Outra questão era a necessidade de uniformização do conhecimento de todos os alunos a cada seção, sugerindo um período de 15 dias para o trabalho docente, ao final de cada

²⁴⁹ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

²⁵⁰ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p. 144-v

²⁵¹ Para o professor, a Moral não deveria ser ensinada como uma cadeira individualizada e sim introduzida em cada atividade do professor em sala de aula. “Assim, pois, a Moral deve de ser o ar da escola: si este, sendo puro, fortifica os pulmões, aquella sendo bem applicada enobrece o coração (...)”. O professor faz referência à obra de Afrânio e Freire sobre os elementos da Pedagogia e afirma que cabe ao professor transmitir conhecimentos dentro do catecismo da diocese, voltados para a “santificação dos novos alunos” que devem ser submetidos, obrigatoriamente, à oração diária. Para ele, “é na Religião que se assentão, e solidificação os alicerces que servem de sustentáculo ao templo erguido à Moral”. Em relação à História Sagrada, o professor considera que “são guias seguros que devem servir de norte ao homem, muitos dos caracteres que nos contão as Sagradas Escripuras” (AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832–1872, p. 127-129).

trimestre; além de um professor adjunto para garantir o bom desempenho do programa em turmas de 40 alunos. Ele ressalta a importância do compromisso profissional diante da missão de ensinar as primeiras letras aos alunos, já que “do bom desempenho na transmissão dos princípios elementares é que nascem incontestáveis vantagens em qualquer ensino, e muito mais neste que serve de base a todos os outros”²⁵². A preocupação com a aprendizagem dos alunos pobres parece ter balizado o parecer sobre o programa das escolas públicas, elaborado pelo professor Augusto Candido Xavier Cony, que teceu algumas considerações interessantes no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa e da Aritmética.

Para o professor, não se deveria falar em ensino de gramática, mas sim em ensino da língua portuguesa. Ele considera a gramática como disciplina elementar no programa, a ser trabalhada de forma metódica e de fácil compreensão pelos alunos. Para ele, “uma grammatica que ligasse a theoria immediatamente a prática, supponho, preencheria o fim a que se propõe no ensino primário”²⁵³. E se coloca contrário ao estudo da língua portuguesa através dos clássicos, considerando a realidade das crianças das escolas públicas, que não concluem os seus estudos devido à necessidade do trabalho. Quanto à Aritmética, o professor defende um adiamento desta cadeira frente às dificuldades do alunado em cálculo e raciocínio lógico, ao invés de iniciar no segundo trimestre do primeiro ano, com base na obra de Rapet. Ele afirma que os conhecimentos da Aritmética são extremamente necessários ao aluno diante de sua realidade social. Portanto, um aluno deveria iniciar o processo de formação dos números até 1000 para que, depois o professor possa dar continuidade à matéria, introduzindo progressivamente os conhecimentos da adição, da subtração, da multiplicação e da divisão.

Constatou-se ainda que os professores estavam preocupados com a educação dos alunos carentes, indiciando o interesse crescente pelo ensino profissionalizante. Os professores das escolas de instrução primária, como o professor Olimpio Catão Viriato Montez, julgavam que o conhecimento de desenho linear facilitaria a aprendizagem do ofício por parte dos alunos mais necessitados, cujas famílias não permitiam que concluíssem os seus estudos. Outra questão levantada era quanto a não conclusão dos

²⁵² AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p. 130

²⁵³ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p.134-v

estudos também pelas alunas, que eram retiradas das escolas por suas famílias, que contavam com os seus serviços domésticos, de costura e crochet.

Se ainda não temos tido o imenso praser de ver os filhos de nossas escolas, com a sua educação primaria bebida nessas escolas, collocados na alta sociedade, seja-nos ao menos concedido ter esse praser e gloria, vendo os nossos alumnos pobres faserem progressos nas artes, por lhes termos dado, uma base ou meio para tal conseguirem²⁵⁴.

Enfim, os discursos dos professores indiciavam um entrelaçamento entre o tempo escolar e o tempo social, na medida em que demonstravam preocupações com a saúde dos alunos, circulando na cidade em horários e dias mais quentes; os serviços domésticos atribuídos às meninas; a necessidade de trabalho com descontinuidade dos estudos etc. Nessa perspectiva, Vidal (2006, p. 86) afirma que “assim, não apenas o Estado e a escola, mas também a família e a Igreja interferem na alteração das práticas escolares”. Entrelaçavam-se assim as rotinas escolares, os afazeres domésticos e as práticas sociais no cotidiano dos estudantes na cidade.

Concordando com Vidal (2006), sublinha-se aqui uma reforma educacional articulada a uma reforma social. Logo, os dispositivos legais de formatação das formas e tempos escolares tencionavam disciplinar os tempos sociais. O desejo pela renovação educacional incitava o dispositivo legal carregado de intencionalidades prescritivas e mecanismos de controle social. O processo de invenção das formas escolares ou a busca pela “cidade ideal” requeria o discurso reformista da intelectualidade no período e justificava a necessidade de expansão da instrução primária. Entremeadas pelos discursos reformistas de Couto Ferraz (1854) e de Leôncio de Carvalho (1879), as “Escolas do Imperador” tinham a pretensão, portanto, de (re)inventar as formas escolares naquele presente sob a ótica da modernidade.

²⁵⁴ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832–1872, p. 78.

4.1.2 Estratégias, Táticas e Resistências: os professores em busca de uma “escrita de si”.

Dialogando com os diferentes atores sociais em disputa pelo acesso à escolarização sobre suas demandas, interesses e forças tensionadas na segunda metade do século XIX, foi possível perscrutar sobre algumas visões de escola e cidade a partir dos professores, enquanto intelectuais envolvidos, direta ou indiretamente, com o projeto das “Escolas do Imperador”, com destaque para a Escola Primária da Freguesia de Sant'Anna, a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria e a Escola de São Christovão.

Remetendo a Gomes e Hansen (2016), afirma-se que os professores formavam uma espécie de sociabilidade intelectual. Acredita-se que essas redes de sociabilidade e solidariedade funcionavam tanto como estratégias de fortalecimento da práxis docente como de validação do aparato regulatório da educação. Nessa perspectiva, muitas eram as estratégias adotadas pela população local, que ensejavam um maior controle do espaço da cidade, quanto ao acesso, uso, apropriação, modificação e disposição de espaços e atividades; e muitos foram os arranjos, as relações de saber-poder e as forças tensionadas pelos diferentes sujeitos na configuração de dispositivos institucionais, ligados a movimentos abolicionistas, associações, clubes, imprensa, comércio, serviços, irmandades e, especialmente, escolas públicas, privadas e subvencionadas.

Havia uma política baseada na meritocracia aliada ao sistema de controle do trabalho escolar, observada no capítulo anterior em relação aos alunos, que se estendia aos profissionais da educação²⁵⁵, visando ao reconhecimento do desempenho profissional bem como ao engajamento pessoal, contribuindo para o sentido de pertencimento do sujeito à instituição, conforme o que se procedeu na Escola Municipal São Sebastião em 23 de dezembro de 1872.

Na ocasião solene, o Excelentíssimo Sr. Antonio Ferreira Vianna, presidente da Ilustríssima Câmara Municipal, agradeceu a todos pelos serviços prestados no curto espaço de tempo de quatro meses à mocidade desvalida, oferecendo gratificações ao

²⁵⁵ No final da década de 1870, a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879 parece reforçar essa política de estímulo à capacitação e produtividade profissionais junto ao professorado, com a determinação de premiações aos professores primários na medida em que era concedida uma gratificação àqueles que completassem 10, 15 e 20 anos de serviço com distinção, seja em termos de publicações relevantes seja pelo desempenho em provas públicas junto à Escola Normal.

Diretor Candido Matheus de Faria Pardal (400 mil reis) e à Primeira Professora Joanna Margarida da Silva (240 mil reis), ao Primeiro Professor Antonio Navarro de Andrade (240 mil reis), à Segunda Professora Sophia Navarro de Andrade (120 mil reis), à Segunda Professora Francisca Xavier de Castro Barbosa (120 mil reis), à Segunda Professora Maria José d'Abreu Albernaz (120 mil reis), à Segunda Professora Emilia Augusta de Oliveira (120 mil reis), ao Segundo Professor José Hermenegildo T. Freire da Matta (120 mil reis), ao Segundo Professor Manoel dos Santos Marques (120 mil reis), ao Segundo Professor João Bernardo M. (120 mil reis), ao Segundo Professor Antonio Francisco de Castro Leal Junior (120 mil reis); além do Bedel João José do Canto Castro Mascarenhas (50 mil reis), Antonio Vianna Gonçalves Fraga (50 mil reis), Servente Laurindo José de Souza (30 mil reis) e Jardineiro Antonio João Christovão (30 mil reis)²⁵⁶. Nota-se que a manutenção dos prédios escolares, antes sob a responsabilidade do próprio professor, contava também com a contratação de funcionários específicos para o serviço.

Observou-se ainda a participação ativa dos professores, como intelectuais urbanos (SCHUELER, 2008) e do ensino, no cenário educacional a partir da década de 1870. Em alusão a Vincent, Lahire e Thin (2001), na busca da unidade da forma escolar a partir de uma *relação escritural-escolar com a linguagem e com o mundo*, os professores, enquanto agentes diretamente envolvidos no processo de sistematização dos dispositivos normativos no âmbito escolar, sinalizavam certa criticidade, inventividade e autonomia em suas práticas docentes e atuação enquanto intelectuais. Borges (2014, p. 100) afirma que “a ideia de autonomia do professor também pode ser vista como uma tradição”, na medida em que simbolizavam um grupo coeso, legitimando o status profissional e socializando um determinado sistema de valores.

Preocupados com o próprio estatuto profissional, com as condições materiais do ensino público e os graves problemas do seu tempo – como, por exemplo, a disciplina, a elevação intelectual dos alunos das escolas públicas e a formação do cidadão –, os professores reuniam-se em agremiações, fundando jornais e revistas pedagógicas, através dos quais defendiam a educação e a instrução populares e opinavam sobre os caminhos e os destinos da nação (SCHUELER, 2008, p.134)

²⁵⁶ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

Com forte atuação como criadores e mediadores culturais ou atores políticos no cenário da cidade (SIRINNELLI, 2003), os professores promoviam a circularidade de ideias civilizatórias (GINZBURG, 2002) em diferentes espaços e tempos sociais. Enquanto intelectuais, os professores pareciam assumir a tarefa única de construir uma nação civilizada. Portanto, eles estavam envolvidos em questões ligadas à prática docente bem como ao processo civilizatório em curso. O que indicia uma perspectiva redentora da educação que idealiza um espaço escolar específico para a legitimação das tradições inventadas pelas modernidades pedagógicas (SILVA; BOCCHETTI, 2016), que eram alimentadas por uma ampla circulação de ideias, práticas escolares e modelos advindos das Exposições Universais, da aquisição de literatura pedagógica internacional e dos novos materiais escolares importados na segunda metade do século XIX (BORGES, 2014).

Os professores tencionavam se afirmar no campo da intelectualidade, produzindo compêndios, livros, obras literárias, conferências, artigos de jornais e revistas especializadas, imersos em grupos de sociabilidade e solidariedade intelectual. Teixeira (2008) sublinha que a primeira geração de autores compreendida, aproximadamente no período entre 1827 e 1880, produziu um conjunto de obras marcado por valores morais e patrióticos. Tais intelectuais “partilhavam o pertencimento a prestigiosas instituições científicas, acadêmicas e literárias, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Escola Militar, o Colégio Pedro II e as instituições superiores de ensino” (TEIXEIRA, 2008). A segunda geração, delineada a partir de 1880, compreendia os professores primários e secundários (Manoel José Pereira Frazão, Antonio Estevam da Costa e Cunha, Augusto Candido Xavier Cony, Candido Matheus de Faria Pardal, Guilhermina de Azambuja Neves...), cuja experiência profissional passou a ser reconhecida pela esfera estatal e pelo crescente mercado editorial (TEIXEIRA, 2008, p. 38-39).

Enquanto uma sociabilidade intelectual crítica em relação às condições materiais das escolas públicas, os professores elaboravam os seus próprios compêndios e submetiam à aprovação pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Cabe salientar que o processo de aprovação de compêndios e livros escolares era complexo, em virtude dos altos custos e da necessidade de validação em sala de aula. Poucos professores eram contemplados com o aceite e a adoção do material didático proposto nas escolas públicas de instrução primária. Alguns compêndios

aprovados foram de autoria dos professores como Manoel José Pereira Frazão, Candido Matheus de Faria Pardal²⁵⁷, Augusto Candido Xavier Cony, Antonio Estevão da Costa e Cunha, Guilhermina de Azambuja Neves e outros.

Um exemplo também foi o professor Antonio Ignacio de Mesquita, que submeteu, no ano de 1871, para aprovação pelo Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, um Compêndio de Instrução Moral e Civilidade, segundo a doutrina católica, escrito para as escolas públicas de 1º grau de ambos os sexos²⁵⁸. Outro exemplo foi o parecer favorável do professor José Manoel Garcia, encaminhado ao Conselheiro Dr. Manoel Pacheco da Silva, Reitor do Externato do Imperial Collegio de Pedro Segundo, no dia 18 de julho de 1872, quanto à adoção nas escolas públicas e particulares da Grammatica Analytica e Explicativa da Lingua Portugueza, desenvolvida pelos professores Ortiz e Pardal²⁵⁹. Observa-se ainda que essa produção autoral também estava presente dentre os professores de freguesias distantes como Paquetá, a exemplo da publicação do livro em 1871: “Modo de reger uma escola de Instrução Primária”, pela Typographia Universal de Laemmert, escrito pelo professor público José d’Azurara²⁶⁰.

Em relação às revistas pedagógicas e à imprensa em geral, os temas versavam sobre os programas escolares, a educação popular, o direito de escolarização de homens livres pobres e de libertos, a questão abolicionista, as condições de trabalho e salariais, etc. Dentre as publicações, Schueler (2005) destacou uma série de periódicos pedagógicos com a participação dos professores primários, como a “A Instrução Pública” (1872-1874), com os professores colaboradores Antonio Estevão da Costa e Cunha²⁶¹ e

²⁵⁷ Professor de desenho do Collegio de Pedro II e da instrução primária na Freguesia de Santa Rita, além de diretor das escolas da municipalidade, foi autor de obras como Grammatica analytica e explicativa da lingua portuguesa (1871), em parceria com o professor José Ortiz, com um total de seis edições; e Manifesto dos professores publicos da instruccão primaria (1871), assinado também por Manoel José Pereira Frazão e João José Moreira (BLAKE, 1893, p. 35).

²⁵⁸ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

²⁵⁹ AGCRJ. Códice 10.4.18 – Instrução pública: obras e publicações 1852 – 1873.

²⁶⁰ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

²⁶¹ Professor da instrução primaria da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, foi autor de inúmeras obras como Primeiro livro ou expositor da lingua materna, em parceria com o professor Januário dos Santos Sabino, adoptado pelas escolas primárias da Corte (1883); *Memoria sobre as escolas normaes* (1878); *Grammatica elementar portuguesa* (1880); *Manual do examinando portuguez* (1883); *Viagem de uma parisiense ao Brazil: estudo e critica dos costumes* (1883), publicado também no Jornal do Commercio, 1883; além de ser diretor da *Instrucção nacional*: revista de

Augusto Candido Xavier Cony²⁶²; “A Verdadeira Instrução Pública” (1872-1873) e “A Escola” (1877-1878), com o professor redator Manoel José Pereira Frazão²⁶³, além de uma comissão composta pelos professores Candido Matheus de Faria Pardal, João José Moreira²⁶⁴, Antonio José Marques²⁶⁵ e Carlos Antonio Coimbra de Gouvêa; *O Ensino Primário* (1884), com o professor redator-chefe Luiz Augusto dos Reis; além do jornal “O Ensino primário” Corte (1880) com o envolvimento de muitos professores primários (BORGES, 2014; SCHUELER, 2005a; BLAKE, 1883, 1895, 1900).

Conhecer a trajetória dos professores primários implicou considerá-los enquanto atores no processo de invenção das culturas escolares na segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo em que se instituíam como intelectuais em meio a uma ampla rede de sociabilidade e solidariedade. Nesse sentido, interessante observar que, assim como os engenheiros e arquitetos, os professores primários atuavam tanto no setor público quanto privado. Schueler (2008) destacou, como diretores e proprietários de estabelecimentos de ensino, os professores primários, Augusto Candido Xavier Cony,

pedagogia, ciencias e letras (1874), em parceria com o professor Augusto Candido Xavier Cony (BLAKE, 1883, p.156).

²⁶² Professor da instrução primaria da freguesia de Sant'Anna, foi autor de Arithmetica adaptada às escolas primarias do primeiro grau (1880); Memoria sobre asylos infantis (1882); Nova grammatica Portugueza de Bento José de Oliveira, que foi adotada nas escolas públicas da Corte; dentre outras obras (BLAKE, 1883, p.346).

²⁶³ Foi autor de inúmeras obras: Noções de Geographia do Brasil para uso da mocidade brasileira (1883); Organização das bibliothecas e museus escolares e pedagógicos - Caixas economicas escolares (1884); Cartas do professor da roça, artigos relativos à instrução pública da Corte (1863); Postillos de grammatica portuguesa (1874); Educação cívica, conferencia publicada na Gazeta de Noticias do Rio de Janeiro (1892); O ensino primario na Italia, Suissa, Belgica e França (1892); Collecção de proverbios da língua portugueza, adotado nas escolas primárias da Corte; Rudimentos de arithmetica – Taboada, com mais de oito edições; e outras (BLAKE, 1900, p.139-140).

²⁶⁴ Professor da instrução primaria da freguesia de Sant'Anna, membro da Sociedade Propagadora das Bellas-artes e atuação em cargos de eleição popular e de confiança do governo, foi autor de Ostensor Brasileiro: periodico litterario e pictorial (1845-1846), em parceria com Vicente Pereira de Carvalho Guimarães; e Manifesto dos professores publicos da instrucção primaria (1871), assinado também por Manoel José Pereira Frazão e Candido Matheus de Faria Pardal (BLAKE, 1895, p.463).

²⁶⁵ Professor da instrução primaria da freguesia de Santa Rita, foi autor de um Compendio de systema métrico no período (BLAKE, 1883, p. 217).

Guilhermina de Azambuja Neves²⁶⁶, Manoel José Pereira Frazão e Rosalina Pereira Frazão²⁶⁷, dentre outros.

Enquanto intelectuais, os professores adotavam diferentes estratégias no processo de “produção de verdades” a partir do envolvimento em uma ampla rede de sociabilidade e solidariedade. Nesse sentido, as conferências pedagógicas podem ser entendidas como um espaço de legitimação do campo profissional do professorado, bem como de resistência e de reinvenção permanente da práxis docente. No que se refere à defesa do estatuto profissional, o associativismo e o engajamento político do professorado da municipalidade do Rio de Janeiro podem ser observados por meio do Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte em 1871, assinado por Manoel José Pereira Frazão (relator), João José Moreira e Candido Matheus de Faria Pardal²⁶⁸, além do envolvimento na imprensa pedagógica, associações, Conferências Públicas (BORGES, 2014; SCHUELER, 2008; SCHUELER, 2005a; LEMOS, 2006).

Por meio de suas mobilizações, como o Manifesto de 1871 (LEMOS, 2006), e a Comissão de Professores do ensino público de 1874 (SCHUELER, 1999), os mestres demonstravam possuir opiniões próprias a respeito da Instrução Pública e de sua função social, revelavam conhecer a situação do ensino em outros países, avaliavam as condições materiais das escolas, intervinham sobre as matérias de ensino e atribuíam significados específicos à educação e à instrução das crianças (PASCHE, 2014, p. 299).

²⁶⁶ Professora da instrução primária da Freguesia da Candelaria e diretora de um colégio particular chamado Azambuja Neves, escreveu: *Methodo brasileiro para o ensino da escripta: collecção de cadernos, contendo regras e exercício; Methodo intuitivo para ensinar a contar, contendo modelos, tabellas, taboadas, regras, explicações, exercicios e problemas sobre as quatro operações* (1881); e *Entretenimento sobre os deveres de civilidade, collecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos*, da professora Guilhermina de Azambuja Neves (BLAKE, 1895, p. 203).

²⁶⁷ Professora da instrução pública primária da Freguesia da Gloria, foi casada com o professor Manuel José Pereira Frazão, escreveu *Classificação das escolas primarias e disciplinas que devem ser ensinadas*, publicado no Congresso de instrução de 1884 (BLAKE, 1902, p.166).

²⁶⁸ Candido Matheus de Faria Pardal, considerado o “decano dos professores públicos”, atuou como docente por 42 anos no ensino primário, secundário e profissional. Por sua longa trajetória, foi diretor das escolas municipais instaladas na década de 1870, além de participar de bancas de concurso público, avaliador de compêndios, juiz de paz, subdelegado de polícia, eleitor, presidente de instituição recreativa e de sociedade abolicionista, além de ser um dos signatários do Manifesto dos Professores da Corte de 1871. Dirigidas pelo professor Pardal, as escolas municipais de São Sebastião e de São José foram inclusive premiadas na Exposição da Filadélfia (BORGES, 2018).

No Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte em 1871, os professores teceram críticas quanto às precárias condições de trabalho em virtude das dificuldades de fiscalização das escolas, da alocação de uma parte significativa das verbas com o aluguel da *casa de escola*, da falta de mobiliário adequado, de espaços reduzidos com grande número de alunos e da falta de ventilação e salubridade dos espaços. Foi fundada ainda uma Comissão Executiva Permanente dos Professores Públicos Primários da Corte, que reivindicava por melhor remuneração, pelo fim do desconto dos salários para fins de aluguel das residências e pela construção de prédios escolares adequados (LEMOS, 2014). O autor destaca ainda que muitos professores eram contrários às “Escolas do Imperador” devido aos altos custos envolvidos no projeto. Contudo, em relação às reivindicações dos professores, observa-se que o novo espaço escolar previa amplas salas capazes de comportar um número maior de alunos, além de moradia adequada para o docente.

Esse exercício de esquadrihar algumas das diferentes “vozes” dos intelectuais que integravam a arena social naquele final do século XIX equivale, sob uma ótica foucaultiana, a “fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer!” (FOUCAULT, 2017, p. 242). Cabe aqui (re)desenhar o cenário urbano aliado à dinâmica social a partir das possíveis leituras das redes de sociabilidade e solidariedade em torno das “Escolas do Imperador”. Nessa perspectiva, como os professores se apropriavam dos dispositivos normativos em suas experiências cotidianas e se inseriam no processo de reconfiguração do espaço e tempo escolares bem como do espaço da cidade? Buscou-se indiciar algumas práticas escolares, demandas do cotidiano escolar e ideias defendidas pelos professores da rede pública de escolas na cidade, com destaque para as “Escolas do Imperador”.

O foco da análise do professorado enquanto intelectualidade compreendeu, principalmente, os relatos de experiência, as sugestões e os pareceres quanto às condições materiais do espaço escolar, do mobiliário, dos métodos e sistemas de ensino, dos materiais didáticos e utensílios escolares... Documentos institucionais incitados pelo acontecimento em torno do Ofício Circular da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, datado de 13 de julho de 1872, que buscava padronizar a adoção do método simultâneo na escola, acabou por provocar uma série de questionamentos, críticas e sugestões acerca da práxis docente. O professor público

Manoel José Pereira Frazão, da Freguesia de Nossa Senhora da Glória, encaminhou ao Inspetor Geral da Instrução, no dia 29 de outubro de 1872, um relatório²⁶⁹ contendo um resumo dos pareceres de 35 (trinta e cinco) professores de instrução primária da Corte, cujas ideias principais são apresentadas, resumidamente, a seguir:

1. Divisão do tempo escolar em dois turnos entre classes inferiores e superiores;
2. Preocupação com a divisão do tempo escolar, que é considerada inadequada para o sexo feminino e para escolas, de ambos os sexos, situadas fora da cidade;
3. Contratação de um adjunto para cada 30 (trinta) alunos, sendo proporcionalmente em dobro para as escolas do sexo feminino;
4. Definição de um programa para todas as classes com a divisão atual em 8 (oito) classes, sendo permitida a progressão do aluno apenas mediante a sua habilitação;
5. Organização do curso primário em um tempo médio de 4 (quatro) anos²⁷⁰;
6. Fortes críticas aos compêndios quanto ao volume, à quantidade, à qualidade da escrita e à exatidão das informações contidas;
7. Premiação de alunos como forma de recompensa do seu desempenho nos exames escolares, como admissão direta ao Colégio Pedro II ou em outros estabelecimentos de ensino;
8. Programas diferenciados entre as escolas urbanas e suburbanas, pois “lembrão a adoção do Cathecismo de Agricultura as escolas suburbanas”²⁷¹;
9. Processo de matrícula dos alunos nas escolas públicas sob a responsabilidade direta dos professores, em virtude das dificuldades e do dispêndio de tempo dos pais que precisavam se dirigir aos Delegados;
10. Preocupação com a formação e a capacitação continuada do professor, cujo período de férias era considerado insuficiente para os estudos necessários.

²⁶⁹ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

²⁷⁰ Os professores (Philippe de Barros Vasconcellos, Carlos Augusto Soares Brazil, Delphina Rosa da S^a Vasconcellos, Thereza Leopoldina de Araujo, Antonio Candido Rodrigues Carneiro, Augusto Candido Xavier Cony, etc.) teciam muitas sugestões quanto à divisão do curso primário de três a cinco anos e encaminhavam relatos de experiência à Inspetoria Geral, como o professor José Joaquim Pereira de A. que destacou em seu relatório as vantagens do seu método de reger uma escola de instrução primária.

²⁷¹ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p.175.

As férias são tão exíguas, que nem sequer pode o professor fazer qualquer estudo. Em tempo letivo não lhe resta tempo para entrar em uma bibliotheca. Acredito os professores que a não serem as férias mais extensas, nenhum resultado se deve esperar das Conferências.²⁷²

Em resposta ao Ofício Circular, de 13 de julho de 1872, a professora Amelia Emilia da Silva Santos, da 2ª Escola Pública de Meninas da Freguesia da Gloria, em documento datado de 9 de setembro de 1872, apontava o problema da formação docente, afirmando que grande parte dos professores estava aquém do nível de conhecimentos necessários para o aperfeiçoamento do ensino teórico-prático. O interessante é que a professora reconhecia a necessidade de um compêndio de pedagogia para uso das escolas da corte. Outros professores²⁷³ ainda apontavam o problema do caráter temporário e dos baixos vencimentos. Em geral, observa-se que os professores sinalizavam a preocupação com o espaço e tempo escolares, a coexistência de diferentes métodos de ensino, a questão da higiene escolar²⁷⁴, além da carência de compêndios de moral e civilidade.

Pode-se afirmar que, enquanto intelectuais, os professores mostravam-se sujeitos críticos quanto ao campo profissional e não pareciam se silenciar diante dos dispositivos regulatórios do sistema de ensino e de seus instrumentos, a exemplo do referido ofício circular. Pelo contrário, projetavam “vozes” nos mais diversos cenários e, balizados na pretensa “ignorância” de sua práxis docente, procuravam (re)significar os códigos impostos ao campo profissional, bem como os conhecimentos adquiridos pelo exercício da docência como um elemento disparador de outras experiências e possibilidades educativas. Nesse sentido, adotavam diferentes estratégias de resistência que podem ser observadas no cotidiano da sala de aula. Cabe destacar que o relatório encaminhado à Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, com o resumo dos 35 pareceres dos professores primários públicos, não foi aceito para publicação sendo substituído por obras estrangeiras traduzidas (SCHUELER, 2005a).

²⁷² AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p.176.

²⁷³ Antonio Estevão da Costa e Cunha, Januário dos Santos Sabino e Antonio Estevão da Costa e Cunha, da 3ª Escola pública de meninos da freguesia de Sant’Anna, dentre outros. AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872.

²⁷⁴ O professor público Januário dos Santos Sabino, adepto do método mútuo de ensino, destaca a necessidade de uma idade mínima para a matrícula dos alunos na escola. Para ele, crianças de 5 anos não poderiam ser admitidas devido a problemas de higiene. E sugere ainda a divisão do programa em duas partes, sendo a primeira em 4 anos com estudos individualizados e a segunda com detalhamento de cada lição. (AGCRJ, Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p. 172).

Tal acontecimento, disparado pelo Ofício Circular no dia 13 de julho de 1872, possibilitou indiciar um conjunto de práticas docentes, compartilhadas e sistematizadas no relatório, elaborado pelo professor Manoel José Pereira Frazão, da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria, o qual recomendava, em geral, a adoção do método misto de ensino em substituição ao método simultâneo. De certa forma, os professores (re)inventavam e adaptavam os métodos de ensino, exigidos pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, a sua própria realidade escolar, conforme sinalizado no relatório pela professora Maria Leopoldina Ferreira que defendia a divisão do programa em 8 (oito) classes, afirmando “pautar o programma pelos hábitos da população do lugarejo em que é professora”²⁷⁵.

Sob a ótica de Ginzburg (1989), é possível perscrutar alguns sinais, rastros e indícios nas falas de três professoras públicas quanto a alguns aspectos relevantes no debate educacional. No campo das abordagens psicométricas para medição da inteligência, a professora Amelia Emilia da Silva Santos, da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria, relacionou a duração do curso primário ao nível de inteligência do aluno, sendo três anos para as alunas de inteligência comum, quatro anos para as de inteligência media e cinco anos para aquelas de inteligência abaixo da média. Entretanto, a professora não detalhou os critérios de classificação dos alunos segundo o nível de inteligência. Quanto à *formação docente*, a professora Joanna Amalia de Andrade defendeu o curso primário em oito anos apenas para as meninas destinadas ao magistério, sendo seis anos aos demais alunos, em virtude das ausências nas aulas, moléstias e falta de acompanhantes das meninas às escolas. E no que diz respeito à *obrigatoriedade do ensino*, a professora Delphina Rosa da Silva Vasconcellos, que condenava a atual divisão de classes, “declara infructífera qualquer reforma que não faça obrigatória a frequência nas escolas”²⁷⁶.

No processo indiciário sobre as redes de sociabilidade e solidariedade, conhecer um pouco dos sujeitos envolvidos nas ações educativas das escolas públicas primárias no último quartel do século XIX, contribuiu para indiciar o cenário educacional daquele presente em termos do conjunto de prescrições, fiscalizações, constrangimentos e estratégias em torno do professorado público. Observa-se que, além do controle do

²⁷⁵ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p. 167.

²⁷⁶ AGCRJ. Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p. 166.

trabalho docente, buscava-se um maior rigor na contratação de professor para obtenção do “título de capacidade”, a exemplo do documento expedido pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, que habilitava os professores primários para o magistério, como a professora Maria Adelaide Barata no dia 12 de setembro de 1878 (**Anexo 4**). Já o candidato Antonio José Marques para o cargo de professor adjunto do 2º ano para o 3º ano passou por um processo seletivo criterioso. Foi formada uma banca composta pelos professores Candido Matheus de Faria Pardal e José Bernardes Moreira, no dia 10 de maio de 1865, que emitiram um relatório sobre a prova escrita do candidato, que compreendia análise ortográfica, lexicológica e sintática, além de um parecer sobre a prova oral, que afirmava: “esteve sofrível em gramática e historia sagrada, e fraca em aritmética, pesos e medidas”²⁷⁷.

Outra situação constrangedora foi vivenciada pelo Sr. José da Silva Nazareth, candidato ao magistério público. O Sr. Marcos Bernardino da Costa Passos, professor da 2ª cadeira pública de Instrução Primária da Freguesia de São Christovão, forneceu um atestado, datado de 28 de maio de 1865, ao Sr. José da Silva Nazareth como indicação ao magistério, afirmando ter frequentado a 1ª Escola pública da Freguesia do Sacramento se destacando por sua “excelente conduta e assídua aplicação”²⁷⁸. Entretanto, o seu requerimento, datado de 5 de junho de 1865, para ocupar uma vaga de adjunto das Escolas públicas da Corte foi indeferido no dia 7 de julho de 1865. Isto porque, o professor Marcos Bernardino da Costa Passos atestou que o requerente concluiu, na verdade, apenas até a 7ª classe, não completando, portanto, o curso escolar. Além disso, observou-se, na análise de sua vida acadêmica, que o Sr. José da Silva Nazareth não foi aprovado nos exames anuais com distinção, uma das exigências do artigo 35 do Regulamento de Instrução Pública de 1854.

Inúmeras foram as estratégias de ação adotadas pelos professores e as táticas de resistência adotadas com vistas a burlar, (re)significar e reinterpretar os dispositivos impostos. Recorrendo a De Certeau (1998, p. 97), os professores estariam traçando “‘trajetórias indeterminadas’, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam. São

²⁷⁷ AGCRJ. Códice 11.2.10 - Instrução pública: várias freguesias 1865.

²⁷⁸ AGCRJ. Códice 11.2.10 - Instrução pública: várias freguesias 1865.

frases imprevisíveis num lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas”. Nesse sentido, as “estratégias modeladoras” das culturas escolares, através dos instrumentos oficiais de registro, controle e codificação das práticas docentes, não se mostram eficazes para a compreensão da natureza heterogênea em torno das operações táticas e estratégicas dos professores.

Para De Certeau (1998, p. 99), “a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se põem gerir as relações com *uma extremidade* de alvos ou ameaças”. Já a tática é entendida como uma “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro” (DE CERTEAU, 1998, p. 100). De Certeau (1998) afirma ainda, citando von Büllow, que a tática compreende um movimento “dentro do campo de visão do inimigo” e no “espaço por ele controlado” (p. 100). Refletindo sobre o espaço-escola, De Certeau (1998, p. 100) afirma que a “divisão do espaço permite uma *prática panóptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, e ‘incluir’ na sua visão”. Cabia, então, ao professor uma (re)leitura permanente do espaço da escola, a fim de lançar “táticas de subversão” e modos de apropriação dos discursos, dispositivos e “estratégias de poder-saber” para fins de produção e (re)invenção do seu saber docente, conquistando assim um lugar próprio, enquanto profissional e intelectual no campo da educação.

A trajetória do professor José Goncalves Paim, no período entre 1860 e 1865, por exemplo, instigou algumas possibilidades investigativas. Em 22 de agosto de 1860, o Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária convocou os professores José Goncalves Paim e Joaquim Antonio de Araujo Silva para exercerem interinamente a função de magistério na Escola pública de meninos da Freguesia da Gloria, durante o impedimento dos professores Francisco Joaquim Nogueira Neves e José Joaquim Xavier. Dois anos depois, em 7 de novembro de 1862, o professor José Goncalves Paim foi novamente convocado para ocupar, de forma interina, a vaga do professor Joaquim Sabino Pinto Ribeiro na Escola pública de Meninos do sítio denominado “Ponta do Cajú”, o que sinalizava certa provisoriedade no exercício docente.

Em 4 de setembro de 1865, ocorre nova movimentação interna em decorrência de interesse do próprio professor. José Gonçalves Paim, professor adjunto do terceiro ano das escolas públicas do município da Corte, agora já em exercício na escola da freguesia de Sant'Anna, solicitou transferência para a segunda escola do sexo masculino da freguesia de São Christovão, em virtude da vaga decorrente do falecimento do professor Marcos Bernardino da Costa Passos. Consciente do seu estatuto profissional, ele alegou que a cadeira estava sendo regida, interinamente, pelo professor adjunto do primeiro ano Joaquim de Azevedo Castro, ou seja, de classe inferior a dele. E, com parecer favorável, no dia 20 de setembro de 1865, o professor adjunto Joaquim de Azevedo Castro foi movimentado para a 2ª Escola da Freguesia de Sant'Anna, enquanto o requerente passava a ocupar a vaga na Escola da Freguesia de São Christovão²⁷⁹.

Conscientes da natureza do cargo de professor público, contingenciado pelas ações regulamentadoras e regulamentadas pelo Governo Imperial, os professores, enquanto intelectuais, se mostravam conhecedores de seus direitos e deveres e buscavam um protagonismo profissional na arena política. O professor Augusto Candido Xavier Cony, da 2ª Escola Pública da Freguesia de São Christovão, em Ofício resposta ao Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, datado de 27 de setembro de 1872, esclareceu as especificidades de atuação entre os professores públicos e particulares. “O professorado publico tem regras e preceitos a seguir que muito se distancião do particular. Neste o trabalho regula o tempo, naquelle o tempo marca o trabalho”²⁸⁰.

Uma questão, levantada pelo professor Augusto Candido Xavier Cony, referia-se às dificuldades de trabalho do professor público, que deve ser responsável pelas matérias das diferentes áreas do conhecimento igualmente, além de não medir esforços no sentido de garantir a boa ordem e a disciplina do espaço escolar. Enquanto o professor particular, ainda que dotado de conhecimentos para atuação em um curso regular, acabava se dedicando apenas a um determinado campo do saber. Outra questão, apontada pelo professor, se referia à escola particular, onde os pais podiam transferir os seus filhos de escola, no caso de insatisfação quanto ao ensino ministrado; o que não

²⁷⁹ AGCRJ, Códice 11.2.10 - Instrução pública: várias freguesias – 1865.

²⁸⁰ AGCRJ, Códice 10.4.2 - Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p. 150.

aconteciam nas escolas públicas, cujos pais eram dotados de um baixo poder aquisitivo e depositavam confiança no poder de transformação da educação.

A missão do professor público é tanto mais espinhosa, quanto mais nobre a desempenhar; pois delle vem a fortaleza que deve animar as classes laboriosas da sociedade; tem elle relações immediatas com os desprovidos dos bens da fortuna, e fazendo da Escola – pórtico do templo – é a taboia da salvação em que se agarra estremecido pai para que não fique o filho sepultado nas trevas da ignorância (AGCRJ, Códice 10.4.2 – Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872, p.150-v).

Enfim, o exercício indiciário compreendeu pensar nas “revoltas contra o olhar”, sob a ótica foucaultiana, por meio das formas de resistência dos professores, em termos de táticas e estratégias ao sistema permanente de vigilância imposto pelo Estado. De um lado, um controle do trabalho docente em termos de métodos de ensino, condições materiais da escola, frequência dos alunos, disciplina e assiduidade do professor. O que pode ser observado na 81ª sessão do Senado, de 3 de setembro de 1875, quando o relatório sobre a instrução pública apresentado apontava sérios problemas quanto ao regime interno das escolas de instrução primária visitadas, onde a indisciplina foi constatada no tocante à presença apenas de adjuntos em sala de aula, enquanto os professores se dedicavam a outras atividades não previstas; à ineficácia dos estabelecimentos no processo de formação do aluno e aos recursos empregados desperdiçados; ao fechamento de escolas por ausência do professor; à utilização de mobiliário adaptado etc. (Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875).

Por outro lado, cabe destacar as estratégias adotadas no sentido de burlar os dispositivos legais por meio dos relatórios de frequência dos alunos emitidos pelos professores, em atendimento às imposições legais, que também condicionava os salários dos professores (FARIA FILHO, 1998). Nesse sentido, o questionamento de dispositivos legais, a adoção de diferentes programas e métodos de ensino ou a movimentação de professores entre as escolas públicas de instrução primária da cidade também indiciam um conjunto de relações de saber-poder em disputa naquele presente.

Gondra (2019, p. 161) enfatiza que “os limites da regulamentação também são marcados por aquilo que ela não prescreve”, onde estão inseridas as estratégias e resistências dos professores públicos adotadas, a exemplo do sistema de recompensas como meio de disciplinar os alunos e a questão do tempo escolar, que foi tema de uma

conferência pedagógica, realizada em 26 de janeiro de 1874, proferida pelo Professor João da Matta Araújo. O discurso reforçava a preocupação dos professores primários, já sinalizada por meio dos pareceres em resposta ao Ofício Circular no dia 13 de julho de 1872, quanto à interferência negativa no desenvolvimento e na saúde do aluno pelo funcionamento da escola em dois turnos, sendo prejudicial também para os professores.

Em relação aos intelectuais envolvidos, direta ou indiretamente, com as “Escolas do Imperador”, de um lado, buscavam difundir uma série de instrumentos de controle das culturas urbanas e escolares no período, como o engenheiro Francisco Pereira Passos à frente do Plano de Melhoramentos da Cidade; o arquiteto Francisco Bethencourt da Silva responsável por importantes obras públicas na cidade imperial, inclusive de parte das “Escolas do Imperador”; os médicos sanitaristas à frente das políticas sanitaristas; ou os legisladores com as sucessivas posturas municipais e os decretos regulamentadores da instrução pública e legitimadores de uma diferente ordem social, conforme observado anteriormente. Com pretensões disciplinadoras, engenheiros, médicos e legisladores produziam uma série de posturas municipais ao longo do século XIX, relacionadas à limpeza pública, à regulamentação dos matadouros, ao funcionamento dos estabelecimentos fabris ou à necessidade de esgotamento e de abastecimento da água, que buscavam delinear a “estética do lugar” a ser discutida em seguida.

4.2 POR UMA ESTÉTICA DO LUGAR

Todo o poder da invenção, toda a habilidade e experiência na arte da edificação, são requeridos na compartimentação; a compartimentação divide por si todo o edifício nas partes mediante a qual ele se articula, e integra cada parte pela composição de todas as linhas e ângulos num trabalho único e harmonioso, que respeita a utilidade, a dignidade e o encanto. Se (como afirmam os filósofos) a cidade é como uma grande casa, e por sua vez a casa é como uma pequena cidade, não devem as várias partes da casa – átrio, xysti, salas de jantar, pórticos, e assim por diante – serem consideradas edifícios em miniatura? (ALBERTI, 1999, p.23 *apud* STRÖHER, 2006, p. 50).

A estética do lugar comporta uma multiplicidade de formas, funcionalidades e experiências. Com base no Tratado de *Re Aedificatoria*, Alberti afirma que o prazer estético deve ser entendido no sentido de satisfazer as necessidades individuais e coletivas, relacionando o princípio da utilidade com a beleza. Para ele, a “transferência do

status individual para o social, na medida em que toda a cidade irá se beneficiar de um prédio elegante – ou de elementos elegantes” (STRÖHER, 2006, p. 47). Segundo o conceito de *Varietas*, pode-se afirmar que muitas são as possibilidades estéticas de experienciar a “arquitetura da cidade” por meio de seus elementos individuais, devidamente adequados ao seu propósito funcional, cujo conjunto corresponderia ao todo harmonioso e prazeroso. De acordo com a teoria albertiana, os “percursos curvos, tortuosos, com direções variáveis e perspectivas mutáveis, tinham o propósito de garantir maior segurança a aumentar o tamanho aparente do espaço construído” (SCHULZ, 2019, p. 85). Entretanto, o desenho urbano tencionava projetar um “espaço teatral” ordenado, civilizado e “imutável”, o que remete às teorias vitruvianas²⁸¹ de cidade.

Nessa perspectiva, “os marcos referenciais do espaço urbano eram praças públicas comparáveis a palcos teatrais, pois se encontravam delimitadas pelos edifícios circundantes e, simultaneamente, exibiam os aspectos artísticos dessas construções” (SCHULZ, 2019, p. 86). Espaços onde se destacavam os monumentos urbanos, a exemplo das “Escolas do Imperador”, que atuavam como elementos de espacialização ou de territorialização (DELEUZE e GUATTARI, 2002 *apud* SCHULZ, 2019). Esses limites espaciais e referenciais, construídos ou idealizados pelas intervenções urbanísticas e pela implantação dos equipamentos escolares e do aparato governamental, deveriam simbolizar os modos de apropriação e as relações de poder-saber no pretense espaço civilizado. Contudo, remetendo a Foucault (2005), todo espaço de poder-saber implica em resistências, o que pode ser indiciado pela presença de escolas populares voltadas para os negros escravos e libertos nas proximidades dos palacetes escolares como, por exemplo, a Escola Noturna Gratuita da Cancellia.

Cabe destacar que, segundo Melo (2020), os preceitos médicos e higienistas perpassavam os diferentes espaços e tempos sociais, desde os espaços formais de escolarização até as práticas cotidianas dos espaços da cidade. Um exemplo sublinhado por Melo (2020, p. 1064) refere-se à ocupação do espaço público por atividades esportivas, afirmando que “os esportes atléticos desempenharam bem a função de

²⁸¹ Segundo as teorias de Vitruvius, as cidades “[...] não deviam ser projetadas como um quadrado exato nem com ângulos agudos, mas devia ter forma circular, para possibilitar a visibilidade do inimigo a partir de muitos pontos” (VITRUVIUS, 1960, p. 22 *apud* SCHULZ, 2019, p.82). A visibilidade era considerada um “artifício para capturar liberdades”, projetando uma cidade radial utópica, sob a inspiração panóptica, cujos preceitos conceituais parecem persistir no tempo.

apresentar novos usos do corpo na cena pública”, envolvendo tanto os competidores quanto os espectadores, diante das prescrições médicas, pedagógicas, morais e culturais. Nesse sentido, o espetáculo público, indiciado pelas atividades esportivas no cenário da cidade, parecia contribuir para a “estética do lugar” assim como para a “educação dos sentidos”, o que se aproxima das intencionalidades prescritivas dos projetos dos palacetes escolares inseridos na trama urbana. Portanto, todo processo é revestido de fragilidades, provisoriedades e instabilidades do território. Tratava-se de um espaço cidadão tensionado, reinventado e transgredido pelos sujeitos que, por meio de diferentes táticas de resistência, procuravam subverter os mecanismos de controle.

Se a cidade ideal era um mecanismo de controle, a cidade real negou submissão aos instrumentos de captura. Os projetos de cidades ideais sempre fracassaram, pois, apesar dos enormes esforços para impor uma ordem ao caos, as cidades reais fazem emergir infinitas potências, diferenças que expandem incessantemente os limites existentes (SCHULZ, 2019, p. 62-63).

Portanto, independente das intencionalidades prescritivas, muitos foram os agenciamentos, as disputas e os sentidos produzidos. Conforme sinalizado anteriormente, os proprietários de imóveis particulares, dotados de certa liberdade construtiva, projetavam o espaço da cidade contribuindo para o delineamento da “estética urbana”. Ferreira (1875, p. 16) tecia críticas quanto à carência de um controle mais efetivo da municipalidade no que se referia às edificações particulares, permitindo com que “cada um fizesse construções a seu gosto e sob os preceitos de uns operários boçaes que, em falta de mais inteligentes se arvoraram em mestres, e que assim se cobrisse a cidade de aleijões os mais disparatados que é possível imaginar-se” (*apud* SOBRAL, 2015, p.267). Em outras palavras, o espaço da cidade era objeto de permanente resignificação por parte dos diferentes sujeitos, que imprimiam uma estética urbana para além dos dispositivos normativos.

Ferreira (1875) também criticava o caráter industrial da arte, transformada em obra de empreitada, na qual a estética subordinava-se ao baixo custo, sendo comprometida com a atuação dos mestres de obra. Outra questão que afetava a estética urbana referia-se à falta de uma formação profissional adequada, que resultava em intervenções, consideradas inaceitáveis do ponto de vista estético pelos engenheiros e arquitetos,

destacando alguns problemas como “pedestres menores em diâmetro que as pilastras, capiteis maiores que os pedestres, architraves do tamanho das cornijas, ornatos de um relevo grosseiro e desenho grotesco, cores vivas e sem harmonia (...)” (FERREIRA, 1875, p.17 *apud* SOBRAL, 2015, p. 268). Contudo, observou-se que não havia sequer um consenso entre engenheiros e arquitetos da municipalidade quanto às prescrições conformadoras tanto do espaço da cidade quanto dos palacetes escolares. Destarte, as diferentes estratégias de intervenção na cidade e de “invenção” das formas escolares no período sinalizam não somente o alcance limitado de tais projetos como possíveis constrangimentos vivenciados pelos usuários dos espaços urbanos e escolares.

Enfim, o cotidiano é um espaço de tensão constante, no qual convivem diversas instituições disciplinares e sujeitos sociais (SILVA, 2007a). Veiga (2005) também destaca que a dinâmica social é repleta de contradições e tensões (trabalho, classe, etnia). Entretanto, o poder não deve ser visto como “propriedade” de alguns indivíduos, mas sim dentro das relações de poder e saber onde se estabelecem as necessidades e exigências de uma época. Citando Deleuze, Silva (2007) afirma que não há um lugar privilegiado como “fonte de poder”, logo não se pode falar em classes, grupos, setores ou indivíduos detentores do poder. Portanto, as reflexões consideram a multiplicidade de espaços educativos naquele presente para além de um determinado modelo escolar tencionado pelas “Escolas do Imperador”. O projeto de escolarização do social compreendia, portanto, então transformar os espaços ditos “caóticos” em multiplicidades organizadas, enfim, espaços complexos funcionais e hierárquicos.

4.2.1 O espaço da cidade: formas projetadas, dispositivos normativos e intencionalidades prescritivas

Sob a ótica da ordem civilizatória e das relações de saber-poder tensionadas entre escola e cidade, diferentes formas, estratégias e dispositivos somavam para conformar o espaço-escola bem reforçar a importância do processo de expansão da escolarização na cidade. Acredita-se que a “acontecimentalização”²⁸² das “Escolas do Imperador” nos anos

²⁸² Pensar no “acontecimento” das Escolas do Imperador” requer refletir sobre as pretensas representações de modernidade pedagógica que procuravam desqualificar o passado. A invenção das formas escolares (HOBBSAWN, 1984) foi precedida de um amplo repertório de críticas aos espaços adaptados para o funcionamento das escolas. Nesse sentido, o passado imperial, marcado pelo atraso

de 1870, em alusão a Foucault (1999), é carregada de intencionalidades prescritivas, inserindo-se em meio ao processo de escolarização do social. Era preciso regular, controlar e disciplinar o espaço urbano, de modo que o ato projetual desenhasse uma nova ordem civilizatória, interditando outras possibilidades de experienciar a cidade. Desse modo, a forma urbana, projetada pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, visava configurar, portanto, um espaço urbano enquanto expressão do sentimento de urbanidade.

Dentre as estratégias adotadas, observou-se que as escolas “convidavam” os sujeitos a percorrerem os seus corredores, participando, de certa forma, do cotidiano escolar em virtude da multifuncionalidade do espaço escolar, conforme discutido anteriormente. Considerando as continuidades e rupturas quanto aos dispositivos prescritivos, impostos principalmente pela Reforma de Couto Ferraz (1854), as “Escolas do Imperador” não devem ser compreendidas enquanto expressão da modernidade, não cabendo, portanto, discursos polarizados entre avanços ou retrocessos legais em torno do processo de “invenção” das formas escolares. Importa aqui sinalizar algumas representações de diferentes sujeitos capazes de produzir certa inteligibilidade aos possíveis cenários naquele presente. Nessa perspectiva, é preciso ponderar que os espaços escolares eram limitados e condicionados diretamente pelo espaço da cidade.

O aparato normativo assumia então uma função central no processo de modernização da cidade imperial, destacando-se o Código de Posturas enquanto elemento estruturante do espaço urbano que, remetendo a Foucault (2017), funcionava como um dispositivo de saber-poder com grande potencial educativo, porém passível a subversão, reinvenção e reinterpretação por parte dos sujeitos. As posturas municipais podem ser vistas ainda como uma tática de afirmação profissional, adotada pelos diferentes especialistas - engenheiros, médicos e legisladores, processo permeado por forças, estrangimentos e estratégias de controle urbano. Portanto, a política de embelezamento tencionava assim consolidar uma série de dispositivos conformadores do

educacional e as altas taxas de analfabetismo, precisava ser superado por meio de um discurso inovador que as diferentes formas escolares, traduzidas pelos palacetes escolares, seria capaz de garantir à população. Independente dos caminhos percorridos, dos desejos idealizados, das demandas sociais ou das disputas pelo acesso à escolarização, a educação se revestia naquele presente de um caráter salvacionista, adotando múltiplas estratégias de saber-poder sob a ótica do processo civilizatório (SILVA; BOCHETTI, 2016).

espaço da cidade, no qual a estética urbana aliada à política higienista, se apresentava como um princípio norteador do Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876.

Em concomitância, os dispositivos sinalizavam ainda as disparidades existentes entre o cotidiano citadino e as “idealizações” prescritivas desses intelectuais. Espaços e tempos citadinos tensionados tanto pelas esperadas melhorias urbanísticas, porém não executadas do Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, quanto pelo conjunto de mecanismos disciplinares impostos pela esfera estatal. Recorrendo a Silva (2009), a prática de inculcação de atitudes modernas na população pode estar articulada ao processo de “invenção de tradições” sob a ótica de Hobsbawn (1984), no sentido de disciplinar condutas, divulgar hábitos higiênicos e ensinar novos valores e hábitos.

Destarte, o reordenamento urbano, idealizado pelo poder estatal, sinalizava uma política de remodelamento social indiciada por um expressivo conjunto normativo²⁸³ aprovado pela Câmara Municipal. No processo indiciário acerca da “estética do lugar”, as posturas municipais visavam consolidar dispositivos de disciplinarização social, interditando práticas e representações, além de mapear o zoneamento de usos permitidos nas proximidades dos palacetes escolares. De um lado, o aparato institucional, dotado de caráter educativo e mecanismos de vigilância, presente no espaço da cidade, tencionava incutir na população algumas “atitudes de modernidade”. Por outro, tais prescrições disciplinares, apresentadas a seguir, devem ser também escrutinadas como indiciárias dos hábitos, resistências e apropriações por parte da população no período.

Na década de 1870, foram aprovadas pela Câmara Municipal 30 (trinta) posturas municipais, consideradas aqui enquanto indícios do desejo de disciplinamento do espaço público, como a proibição da instalação de açougues nos limites da área central, no lado leste do Campo da Acclamação, com transferência para o litoral em prédios adequados,

²⁸³ Este conjunto de posturas municipais pode ser categorizado da seguinte forma: salubridade pública (cemitérios e enterros; estagnamento de pântanos e águas infectas e tapamentos de terrenos abertos; hospitais, casas de saúde e moléstias contagiosas; colocação de curtumes, estabelecimento de fábricas, manufaturas e depósitos de imundícies; vacinas e expostos; regulamento dos matadouros públicos) e espaço urbano (estradas, caminhos, plantações de árvores e extinção de formigas; segurança, comodidade e tranquilidade dos habitantes; uso das árvores do Campo da Acclamação; edificação em frente dos prédios; arrematação de obras novas e concertos; polícia dos mercados, casas de negócio, portos de embarque e pesca). As disposições municipais encontram-se disponíveis no CÓDIGO DE POSTURAS - Leis, Decretos, Editais e Resoluções da Intendencia Municipal do Districto Federal, de autoria de Mello Moraes Filho, uma obra publicada em 1894 de compilação de todo o aparato normativo, aprovado no período de 1843 a 1893. Fonte: Biblioteca do Senado Federal. Disponível em: : <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224185>. Acesso em: 10/10/2020.

aprovada em 08 de outubro de 1870; a aplicação de multas a moradores dos prédios, atingidos por incêndio, devido à falta de limpeza das chaminés²⁸⁴, aprovada no dia 10 de março de 1870; a definição dos prazos para a caiação e pintura das casas de negócio, de 16 de janeiro de 1874; a colocação de toldos nas frentes das casas da cidade, com restrições em ruas estreitas de modo a não prejudicar a livre circulação do ar, de 9 de março de 1875; a construção de prédios térreos, com bandeiras das portas exteriores guarnecidas por grade de ferro, além da cozinha e outro aposento da casa forrados com uma grade em forma de xadrez, a fim de facilitar a ventilação interna, de 18 e 31 de julho de 1878; a proibição da construção de cortiços entre as praças de D. Pedro II e Onze de Junho, e o espaço compreendido entre as ruas do Riachuelo e do Livramento, de 5 de dezembro de 1873 e de 1 de setembro de 1876; dentre outras²⁸⁵.

As disposições normativas direcionadas para a habitação popular e a preocupação com o espaço privado, sinalizado pelo Plano de Melhoramentos da Cidade, no período compreendido entre 1873 e 1876, parecem delinear a estética urbana sanitária da cidade imperial. O trecho apontado pelas posturas municipais, entre as praças de D. Pedro II e Onze de Junho, compreendiam justamente os caminhos percorridos pela Família Real em direção ao Palácio de São Christovão, bem como os locais de implantação das duas primeiras “Escolas do Imperador”, além de ser objeto de intervenção urbana, denominado Cidade Nova, pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876. Cabe lembrar que essa foi a área escolhida para a implantação do Asylo da Mendicidade, construído em 1879, reforçando o pretense processo civilizatório.

Observou-se que, no Código de Posturas (1894), a seção Polícia inicia com o Título I – Sobre o alinhamento das ruas e edificação, indiciando o poder disciplinar tencionado pelo dispositivo normativo na configuração da forma urbana, ao mesmo tempo em que, tencionado pelos diferentes sujeitos, produz um conjunto de saberes que é apropriado de diferentes modos na prática urbana. Dentre as intencionalidades prescritivas da referida postura municipal, destaca-se a ação de fiscais e arruadores dos distritos para não se edificar sem licença, arruamento e alinhamento, segundo os planos urbanos para o

²⁸⁴ Os escritórios da empresa municipal de limpeza das chaminés na cidade estavam localizados na rua do Hospício nº 77 no Campo da Acclamação, na rua do Cattete nº 243, na rua do Estacio de Sá nº 39 e no Campo de São Christovão nº 47 (Diário do Rio de Janeiro, de 12 de julho de 1873).

²⁸⁵ BRASIL, Postura municipal, de 17/12/1870, Arquivo Nacional e Biblioteca do Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224185>. Acesso em: 10 out. 2020.

conjunto de ruas, praças e edifícios da cidade. Segundo o § 2º do Art. 1º, “ao arruador compete alinhar e perfilar o edifício, e regular sua frente, conforme o plano adoptado pela Camara” (MORAES FILHO, 1894, p. 15).

Outras prescrições referem-se à abertura, ao alinhamento e ao alargamento de novas ruas, estradas ou travessas na cidade, que deveriam ter largura mínima de 60 palmos, sob a fiscalização da Câmara Municipal, conforme previsto pelo Código de Posturas de 1838 (MORAES FILHO, 1894; VIEIRA SOUTO, 1875), “salvo quando por algum obstaculo invencivel não puderem ter aquella largura: os rocios, praças e largos, serão quadrados perfeitos, sempre que o terreno o permittir” (MORAES FILHO, 1894, p.16). Interessante notar que tais disposições não foram consideradas pelo Plano de Melhoramentos, que projetou praças circulares ou elípticas como o Campo de São Christovão onde seria instalado o “Palácio de Exposições”. Vieira Souto (1876, p.42) defendia as praças retangulares pela comodidade e estética, criticando a comissão que alegava que “o circulo lhe merece mais sympathia e que é essa a fórmula preferida pelas cidades mais elegantes da Europa”, fazendo referência aos modelos estrangeiros. Sua crítica se estendia também à construção de um palácio para exposições agrícolas. “Em seu parecer não são as escolas, publicações e livros profissionaes os meios mais certos de instruir os nossos lavradores” (VIEIRA SOUTO, 1876, p. 42).

Observa-se ainda que algumas disposições normativas eram alvo de reinvenções, contestações e tensões entre os diferentes sujeitos. Um exemplo foi a submissão à Câmara Municipal, com aprovação em sessão do dia 17 de junho de 1870, da proposta de colocação de chapas de metal, com a numeração das casas e identificação de ruas, travessas e praças, elaborada pelo engenheiro Joaquim Clarimundo da Silva Junior, julgada “de grande necessidade este melhoramento, pois que a bellesa da cidade e o fisco exigem imperiosamente a realização dele”. Cabe destacar que tal norma, aprovada pelo Decreto nº 152, de 16 de abril de 1842, não exigia placas em ferro fundido com cobertura de porcelana na cor preta e letras brancas. No dia 30 de junho de 1870, a proposta foi encaminhada ao Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, para deliberação. No dia 18 de outubro de 1870²⁸⁶, tramitou um documento pela 2ª Seção da Câmara Municipal, emitindo um parecer

²⁸⁶ BRASIL, Parecer da 2ª Seção da Câmara Municipal, 18/10/1870. Arquivo Nacional.

contrário à nova disposição, alegando acréscimo de despesas, as quais deveriam ficar por conta dos particulares, salvo quando o número fosse inutilizado, por motivos oficiais, ficando assim a cargo da Câmara Municipal. Cabia à Câmara ainda a competência de “demarcar os limites das nossas ruas, praças, travessas e designar o número de cada prédio dentro da decima urbana”, visando facilitar a arrecadação de impostos gerais e contribuições municipais.

Em defesa de diferentes estéticas direcionadas ao “embelezamento” da cidade, dentre os dispositivos legais destacam-se a proibição de sótãos, treliças, rótulas e muxarabiês que recobriam os vãos das janelas das casas coloniais (SILVA, 2012; SCHULTZ, 2008; TELLES, 1994; MORAES FILHO, 1894; VIEIRA SOUTO, 1875). “Nenhuma casa poderá construir-se com rotulas, postigos, cancellas, balcões, portas e janellas de abrir para a parte de fóra” (MORAES FILHO, 1894, p.18), sendo liberados apenas para as casas que não estivessem situadas em locais de passagem. No texto de justificativa da Postura Municipal de 1868, buscava-se harmonizar o embelezamento da cidade com as demandas públicas e padronizar a ação fiscal, considerando que os sótãos da cumeeira, projetados da fachada, eram ao mesmo tempo permitidos em novas construções e demolidos nas construções antigas. Para Telles (1994, p. 125), essa proibição foi justificada por motivos de higiene e segurança, “mas talvez o verdadeiro motivo, como sugere Gilberto Freyre, tenha sido incentivar o uso de vidros, que eram vendidos pelos ingleses e que ainda constituíam uma raridade nas nossas casas”.

Apesar das intencionalidades estéticas prescritivas a partir do aparato normativo, engenheiros e arquitetos estavam reinventando, permanentemente, o espaço da cidade e muitos eram os sentidos, negociados e produzidos, na esfera da municipalidade. Um exemplo também foi o arquiteto Francisco Bethencourt da Silva que defendeu uma postura municipal, aprovada pela Câmara Municipal no dia 17 de dezembro de 1870, sobre a construção de alçados fora da prumada das fachadas. Em 9 de fevereiro de 1871²⁸⁷, foi necessário emitir um aviso acerca da postura relativa à edificação de alçados nos prédios ou à proibição do lançamento de águas pluviais diretamente nos passeios públicos, sendo sugerido então uma nova redação para a postura municipal.

²⁸⁷ BRASIL. Aviso de 9/02/1871. Arquivo Nacional.

É permitido construir pavimentos, sótãos, mansardas ou outros quaisquer alçados da cumeeira das casas para a frente, uma vez que taes alçados não tenham dimensões inferiores às marcadas pelas Posturas Municipaes, e sempre de accordo e em proporção com as alturas do pavimento inferior. A terminação das fachadas, quando não tenham beirada, será com platibanda, balaustrada ou grade e com altura proporcional à extensão da frente do edifício (BRASIL. Aviso de 09/02/1871, Arquivo Nacional).

A Postura Municipal de 1868 exemplifica bem as disputas, tensões e negociações entre os diferentes intelectuais no desenho da cidade imperial, assim como sugere a existência de múltiplos usos, apropriações e resistências, que sinalizam o potencial de inventividade das práticas cotidianas constituintes da produção da estética do lugar. Interessante observar que tais práticas de resistências eram adotadas, inclusive, por aqueles intelectuais que atuavam junto à municipalidade. O Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, por exemplo, também desconsidera o disposto na referida postura municipal e autoriza a construção de “trapeiras” (sótão ou águas furtadas) para iluminação e ventilação das casas particulares. Para Vieira Souto (1875, p.83), “as aguas furtadas, ainda hoje existentes nas mais antigas casas da cidade, dão por si só a medida da ignorância e depravação de gosto dos nossos intitulos architectos d'outr'ora; e tão em voga estavam ellas, tão rapidamente se propagarão”.

Essa afirmação sinaliza que a preocupação estética também estava presente nos discursos, nas práticas e nas intencionalidades prescritivas do aparato normativo e dos planos de melhoramentos da cidade. Pensar na composição estética desejada naquele presente remete à críticas quanto ao prédio da Escola Politécnica no Capítulo 2, considerado por compreender “um palacio regular, baseado nas regras da arte e abrilhantado pelas bellezas da architectura” (AZEVEDO, 1877, p. 51). Enfim, princípios arquitetônicos da ordem, simetria e equilíbrio, que extrapolavam os muros institucionais, afirmando-se como eixos norteadores de uma ordem civilizatória.

Quanto à estética arquitetônica, observou-se que os prédios escolares incorporavam os preceitos da arquitetura clássica, com a adoção de platibandas e frontões nas fachadas, apresentando cobertura em telhas cerâmicas, em atendimento ao art. 17 do Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, que estabelecia a cobertura em telha ou outro material incombustível. Outro material muito empregado nas “Escolas

do Imperador” era a madeira de pinho-de-riça, inclusive nas escadas suntuosas construídas, conforme visto anteriormente, contrariando o disposto na Postura Municipal de 1868 - Sobre o alinhamento das ruas e edificação, que determinava, sob pena de multa ou cadeia, que a “madeira de pinho só poderá ser empregada em forros de tectos: para todas as mais obras será empregada madeira do paiz” (MORAES FILHO, 1894, p. 17).

Portanto, uma regularidade estética traduzida em termos da linguagem formal, da higiene dos espaços e das condutas sociais disciplinadas, conformada por um amplo aparato normativo, sujeita a intencionalidades prescritivas e resistências construtivas e negociadas. A estética do lugar deve considerar, além das formas projetadas, os modos de pertencimento e de produção do espaço da cidade. No processo indiciário sobre a estética urbana, as posturas municipais também podem sinalizar alguns indícios, vestígios e rastros do cotidiano da cidade imperial. Nesse sentido, podem ser destacadas, por exemplo, a proibição de cartazes nas paredes dos prédios da cidade, de 6 de outubro de 1876; além da proibição de construção de chalés e barracas em praças e logradouros públicos no centro da cidade, de 19 de dezembro de 1876, sendo liberados apenas quiosques ou pequenas construções voltadas para uma cafeteria ou lazer público, devidamente autorizadas em grandes praças públicas.

Outras posturas municipais (Limpeza e “desempachamento” das ruas e praças, divagação de loucos e embriagados, e de animais ferozes; Vozerias nas ruas, injúrias e obscenidades; Negócios fraudulentos, de vadios, de tiradores de esmolos, de rifas, etc.; Bilhares, entrudo e jogos, teatros) funcionavam enquanto dispositivos de saber-poder, voltados para a consolidação de um saber normativo em torno tanto das normas edilícias e urbanísticas quanto das formas de apropriação do espaço público e dos ideais de urbanidade desejados. Portanto, a aprovação de determinadas posturas municipais indicavam a necessidade de disciplinar o espaço público da cidade, tais como: a proibição de urinar em vias públicas fora dos mijadouros, aprovada no dia 14 de outubro de 1869; a extinção de cães soltos pelas ruas da cidade, aprovada no dia 15 de outubro de 1869; a proibição de rolar pelas ruas pipas e barris, no perímetro entre as praças D. Pedro II e Onze de Junho, e as ruas do Livramento e Lapa, aprovada no dia de 18 de novembro de

1874; a proibição de jogos de entrudo e de jogos em casas de tabolagem²⁸⁸, aprovadas no dia 9 de março de 1875; mudança no trânsito, com sujeição à multa aos infratores, como na Rua da Imperatriz, aprovada no dia 22 de outubro de 1870; a utilização de carroças cobertas com tampas de madeira para os serviços de limpeza urbana, aprovada no dia 10 de março de 1870; dentre outras.

As posturas municipais compreendem, portanto, vestígios de que os espaços e tempos citadinos não expressavam exatamente os princípios civilizatórios norteadores tanto do Plano de Melhoramentos da Cidade quanto dos palacetes escolares. Eram frequentes as reclamações, noticiadas na grande imprensa, quanto ao não cumprimento das posturas municipais. Considerando os limites de execução das obras previstas no Plano de Melhoramento, bem como do processo de escolarização engendrado pelas “Escolas do Imperador”, inúmeras eram as formas de apropriação do espaço da cidade e as estratégias e táticas de burlar os dispositivos normativos. Pode-se afirmar que tais dispositivos sinalizavam indícios das práticas cotidianas, que ameaçavam, por exemplo, a segurança dos alunos ao circularem pela cidade, conforme apontado por professores primários no período. O que pode ser exemplificado pela matéria, publicada no Diário do Rio de Janeiro em 27 de julho de 1877, em relação ao Campo da Acclamação. Pelo Código de Posturas, era proibido o depósito de materiais e utensílios em vias públicas, que dificultasse a circulação dos transeuntes, havendo certo reconhecimento do trabalho da Câmara Municipal. “As autoridades municipal e policial teem procurado, por meio de regulamentos especiaes, remediar os perigos que a estreiteza das ruas da cidade offerece ao transito dos vehiculos de conducção de passageiros e mercadorias”.

Porém, a reportagem denunciava que a postura municipal supracitada era descumprida pela própria Câmara Municipal. O jornal apontava a ocupação do espaço público por andaimes para a construção do novo prédio do Paço Imperial, sem a proteção dos tapumes de madeira, e materiais de obra diversos (vigas, cavaletes de serraria, pedras), colocando em risco à segurança da população. Os problemas se acirravam em

²⁸⁸ Segundo o Art. 1º, “são prohibidos em casa publica de tabolagem todos os jogos de parada ou aposta, por meio de, cartas, dados, rolêta ou qualquer outro aparelho destinado ao mesmo fim”. Já a “disposição do § 2º, tit. 8º, secção 2º do Codigo de Posturas, que prohibe o jogo de entrudo, fica extensiva aos que lançarem sobre os transeuntes ou pessoas que se acharem ás janellas de suas casas, agua ou qualquer outro liquido, ainda mesmo aromatico, por meio de seringas ou tubos; aos que se servirem para esses divertimentos de quaesquer pós; finalmente, aos que atirarem para a rua, ou desta para as casas, estalos fulminantes” (MORAES FILHO, 1894, p.226-228).

virtude da circulação de bondes, carroças e outros veículos, como podemos observar em matéria do Diário do Rio de Janeiro, datada de 26 de agosto de 1873: “Hontem, ás 7 ½ horas da noute, o bond n. 1 da linha da Tijuca, ao passar no campo da Acclamação, derrubou Antonio de Oliveira, ferindo-lhe uma perna e facturando-lhe a outra”.

As reclamações estavam voltadas para a ação fiscalizadora da Câmara Municipal, quanto ao cumprimento das posturas municipais, estendendo-se inclusive ao quartel do Exército no Campo da Acclamação. “Reincidencia – Continuum a ser amarrados pelas redeas ás grades das janelas do quartel do campo d’Acclamação os cavallos dos correios e ordenanças dos ministros e officiaes do exercito que alli vão tratar de negocios” (Diário do Rio de Janeiro, de 13 de julho de 1867). Outra questão recorrente, publicada no Diário do Rio de Janeiro, de 5 de julho de 1873, pedia a intervenção do Ministro da Guerra a fim de “não continuem a pastar no campo de S. Christovão os animaes do batalhão de artilheria montado, aquartellada no cortume, por ser contra a disposição do tit. 3º § 13º da secção 2ª do codigo das posturas municipaes”.

Em geral, pode-se afirmar que a estética urbana da cidade imperial pretendia moldar os tempos e as condutas sociais dentro dos valores de civilidade, ordem e disciplina. O que pode ser indiciado por meio de posturas municipais como a velocidade dos carros das companhias de carris de ferro, datada de 17 de julho de 1872, quando são inauguradas as duas primeiras escolas nas freguesias de Sant’Anna e São Christovão. Considerando o perímetro descrito no texto da postura municipal, tal dispositivo parece ter garantido uma maior segurança no percurso dos alunos pelas ruas. Grande parte das disposições estava voltada para a região central, como a regulação dos serviços das companhias de ferro, sendo proibido “dar aos carros maior velocidade do que a de meio trote dos animaes, nas ruas comprehendidas no perímetro entre a praça de D. Pedro II, rua Primeiro de Março, praça Municipal, campo da Acclamação e largo da Ajuda” (MORAES FILHO, 1894, p.220).

Nessa perspectiva, considerando que cada sujeito também pode se apropriar das ferramentas do urbanista, destacavam-se algumas iniciativas particulares de se “projetar” a cidade. A partir de interesses privados de um comerciante chamado João Arnoldi M^a em construir um mercado espaçoso na rua larga de São Joaquim, por exemplo, foi apresentado um projeto, dentro dos padrões de higiene pública, que visava embelezar e

ajardinar toda a área com um canteiro central, reduzindo a incidência de fortes raios solares. Sem custos para a municipalidade, o projeto, apresentado à Câmara Municipal em 04 de fevereiro de 1870, previa a construção de jardins, mercado e chalés para o mercado, além de uma estátua no centro dos jardins do Campo do Acclamação, mobiliário urbano como bancos de ferro ou cantaria e do calçamento das vias laterais com paralelepípedo para a passagem de veículos. Tal projeto foi aprovado em sessão da Câmara Municipal de 4 e 22 de abril de 1870²⁸⁹.

No período de 1870 a 1879, dentre o conjunto de requerimentos de licença para obras junto à Diretoria das Obras Municipais, observou-se que as intervenções estavam concentradas na Freguesia de Sant'Anna, compreendendo construções, muros, arruamentos, reformas, tais como: o pedido de Agostinho José da Silva, datado de 8 de novembro de 1873, para rebocar a fachada do prédio situado na Praia do Saco; o pedido de João Machado da Costa, datado de 25 de abril de 1875, para a construção de casa térrea e cinco *chalets*, que foi aprovado pelo arruador Engenheiro Agostinho Nunes Montez Junior; e o pedido do Tenente Coronel Antonio d'Oliveira Fernandes, datado de 21 de outubro de 1871, para a construção de quatro moradas de casas térreas na Rua Senador Euzébio em terrenos de manguezais, que foi concedido pelo arruador Amaro de Siqueira Pinto, desde que atendesse às posturas municipais vigentes. A autorização para as obras²⁹⁰, em áreas alagadiças, implicava nos serviços de aterro e saneamento dos terrenos por parte dos proprietários, principalmente nas freguesias urbanas. Todavia, também constam pedidos de licença de obras em freguesias rurais, como o pedido de José Maria Mendes, datado de 24 de abril de 1874, para construção de uma casa térrea

²⁸⁹ BRASIL, Projeto de Melhoramentos Urbanos, 04/02/1870. Arquivo Nacional.

²⁹⁰ Outros exemplos: na Freguesia da Gloria, o pedido de Manoel Gomes Pereira, datado de 24 de março de 1870, de arruação do seu terreno para edificação de muro, cujo termo foi assinado pelo Arruador Agostinho Nunes Montez Junior; na Freguesia de Santo Antonio, o pedido à Junta Central de Higiene Pública, de Thereza Maria Ferreira d'Almeida e de João José Ferreira, datado de 20 de outubro de 1870, para aumentar o número de quartos no cortiço situado na Rua do Riachuelo e para reconstrução de quartos no cortiço da Rua de São Leopoldo, cuja licença foi deferida desde que fossem cumpridas as resoluções da Câmara Municipal da Corte no que diz respeito à melhoria das condições higiênicas a partir dos aterros necessários para facilitar o escoamento das águas; e na Freguesia do Engenho Novo, o pedido de Antonio Teixeira Mendes, datado de 3 de outubro de 1873, para a construção de um prédio na rua do Engenho Novo (Travessa do Jacaré). AGCRJ. LICENÇAS PARA OBRAS. Prefeitura do Distrito Federal – Archivo Municipal. Requerimentos separados por ordem alfabetica de logradouros 1870 a 1879. Julho, 1996.

no terreno em Realengo na Estrada Geral de Santa Cruz, Freguesia de Campo Grande, sendo autorizado pelo arruador Engenheiro Agostinho Nunes Montez Junior.

Outra proposta de embelezamento da cidade compreendeu a colocação de quiosques nos espaços públicos, que foi submetida à aprovação da Câmara Municipal no dia 12 de agosto de 1871 pelo negociante Freitas Guimarães e Companhia²⁹¹. Sua defesa enfatizava as potencialidades do projeto quanto à beleza proporcionada para a cidade e à comodidade ao público. Os arranjos, as estratégias e as formas de se pensar e construir a cidade são observadas quando o negociante ofereceu, em contrapartida à aceitação da proposta pela municipalidade, a cal necessária para a construção da Escola da Freguesia de São José. Outro exemplo abrangeu a proposta de colocação de placas em imóveis e ruas da cidade, cujo processo de seleção do prestador do serviço envolveu muitas disputas, sendo considerado vantajoso tanto para o negociante quanto para a Corte Imperial, na medida em que foram oferecidas, por parte dos interessados, quantias expressivas para a construção das escolas municipais.

Enfim, a proposta idealizada pela equipe de engenheiros no Plano de Melhoramentos de 1875-1876 era vista como um “modelo de cidade” que, de um lado, visava atender às demandas da população a partir da transformação e do embelezamento do espaço urbano e, de outro, estava sujeito a disputas, intervenções, arranjos e ações que tencionavam diferentes projetos de cidade. Recorrendo a Faria Filho (1998, p. 113), “é clara, pois, a conotação pedagógica implícita na ação legislativa: a lei moldaria o caráter, ordenaria as relações, civilizaria o povo, construiria a nação”.

Nesse sentido, com pretensões intervencionistas na cidade, pode-se afirmar que os entrelaçamentos entre os aparatos normativos - legislações educacionais e posturas municipais - associados a outros artefatos, como o Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876 e as “Escolas do Imperador”, tencionavam uma “prática ordenadora e instituidora” voltada para a disciplinarização do social. Acredita-se, portanto, que os dispositivos legais constituíram um elemento inspirador das diferentes formas de apropriação do espaço pelos sujeitos, que tensionavam os instrumentos legais em virtude das demandas cotidianas, configurando a “estética do lugar” e uma “cartografia social” como resistência.

²⁹¹ BRASIL, Postura municipal, 12/08/1871. Arquivo Nacional.

4.2.2 Os Bastidores da “Cidade Espetáculo”: a cartografia social como resistência.

Por meio da cartografia social, buscou-se perscrutar outras possibilidades experienciais do espaço da cidade na busca da “estética urbana” desenhada naquele presente para além dos planos de melhoramentos. Nesse sentido, tencionou-se percorrer os “bastidores” da “cidade espetáculo” por meio de algumas práticas sociais cotidianas, que potencializassem diferentes olhares, outros sujeitos, outras experiências culturais inscritas na cidade. Conforme observado anteriormente, um espaço civilizado implicava na definição de uma política saneadora, por meio de diferentes mecanismos de controle social, como a decretação de posturas municipais capazes de combater as mazelas sociais, morais e urbanas. Entretanto, a realidade multifacetada não é dotada de previsibilidade nem sequer de regulação temporal ou espacial.

A invenção da forma escolar na Corte Imperial indicia o fortalecimento de um sentido de urbanidade para a construção de uma nação moderna. Considerando a afirmação de “o corpo domado, forte, saudável e sem vícios é a meta a ser atingida com a adequada aplicação das prescrições médicas” (GONDRA, 2004, p. 350), pode-se afirmar que os postulados da racionalidade higiênica estavam presentes tanto no discurso urbanístico do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876) quanto do debate educacional promovido pelas “Escolas do Imperador” nos anos de 1870. Era preciso “fortalecer, disciplinar, ordenar o trabalho nas escolas, moldar os temperamentos, estruturar o tempo escolar e regenerar”, missão fortalecida pela prática da educação física nas escolas, conforme apontado por Gondra (2004, p.327). Nesse sentido, era urgente definir um padrão estético, respaldado na “cidade espetáculo”, capaz de projetar uma cidade disciplinada, planificada e civilizada, ocultando assim os “bastidores” da cidade imperial composta, por exemplo, pelos sobrados no Campo da Acclamação transformados em cortiços e densamente ocupados em virtude do fluxo imigratório de portugueses e dos escravos alforriados na segunda metade do século XIX.

Tencionava-se um “tempo disciplinado e disciplinador”, sob a ótica higienista, no âmbito escolar e para além dos muros da escola (GONDRA, 2004, p. 328). Esta afirmação remete às inúmeras críticas, apontadas pelos professores primários, sobre a organização

do tempo escolar no que se refere, por exemplo, à circulação dos alunos no horário do almoço que, além dos prejuízos à saúde pública em dias mais quentes, representava um ameaça à segurança dos alunos, principalmente, do efetivo feminino. Desse modo, Gondra (2004) ressalta a importância da prática da educação física²⁹², devidamente sistematizada e regulada pelos profissionais habilitados, não havendo espaço para atividades circenses ou capoeiristas, por exemplo. “A adoção das práticas dos exercícios corporais nos recreios escolares funcionaria como um antídoto contra os vícios, pois, juntamente com a distração da juventude, viria a ocupação integral do tempo escolar” (GONDRA, 2014, p. 339).

Melo (2018) destaca que inúmeras eram as “práticas corporais institucionalizadas” nos espaços da cidade e da escola, como os esportes, a ginástica, a natação, a esgrima, a equitação e a dança. O autor sinaliza a expansão da abertura de escolas de ginástica e esgrima na década de 1860, sendo as instituições militares pioneiras nos exercícios corporais. As práticas cotidianas de exposição do corpo no espaço público implicaram mecanismos de controle assim como no espaço escolar. A educação do corpo reforçava, assim, o caráter moralizante do processo de disciplinarização da cidade a partir da difusão dos comportamentos sociais desejáveis e considerados civilizados. Considerando que os postulados científicos da medicina na educação tencionavam disciplinar, controlar e higienizar o corpo no espaço da escola e da cidade, reconhece-se que a atividade circense, por exemplo, consolidava um importante espaço educativo para a construção dos saberes em torno da prática da ginástica. Melo (2015) sublinha que o termo “athleta” era atribuído aos lutadores, como foi o caso de Mr. Charles nos anos de 1850 que se apresentava no circo da Rua da Guarda Velha. O termo “athleta”, portanto, era “perceptível em espetáculos circenses, que desde a primeira metade do século XIX logravam grande sucesso, tendo a ginástica como uma das principais atrações (MELO; PERES, 2014; MELO, 2015).

²⁹² Gondra (2004) aponta a importância da educação física enquanto “domadora de corpos”, “produtora de uma raça forte e enérgica”, “celeiro de atletas”, “terapia escolar” e “promotora de saúde biológica e individual”, representações identificadas no conjunto de teses da FMRJ ao longo do século XIX. Em geral, a prática da educação física contribuiria para a higienização e disciplinarização dos corpos, o melhoramento racial, o esporte de rendimento, as questões de ordem psicológica e o fortalecimento muscular do corpo humano. A educação física, recomendada pelos médicos, compreendia atividades como ginástica, passeio, dança, canto, piano, salto, natação, conversação e leitura em voz alta (GONDRA, 2004; MELO, 2020; MELO, 2018b).

Lopes e Ehrenberg (2020, p. 11) já sinalizam que “o discurso da ginástica ao longo do século XIX, tanto na Europa como no Brasil, criticava, entre outros aspectos, justamente a intencionalidade espetacular do circo e de suas ações e seu compromisso com o divertimento”. Os autores destacam que as atividades circenses eram alvo de críticas nos manuais e compêndios de ginástica do século XIX, porém as aulas públicas de ginástica dos alunos de escolas públicas e privadas, ginásios ou clubes eram frequentes na época. Respalhada nos preceitos higienistas, disciplinadores e morais, a prática da ginástica não poderia comportar os saberes e fazeres artísticos de equilibristas, trapezistas, malabaristas. Outra questão a ser destacada é a de que os transportes ferroviários, que favoreceram a expansão urbana, também contribuíram para difundir a arte circense, transportando as companhias pelo mundo.

A cidade enquanto espaço cenográfico transformava a rua no palco de inúmeros rituais públicos, como o “desfile” dos alunos entre os turnos escolares ou apresentações de ginásticas no espaço da cidade; o lançamento da pedra fundamental ou a inauguração dos palacetes escolares; o cerimonial da Acclamação de D. Pedro II no atual Campo de Santana; a missa campal pelo fim da escravatura em 1888 no Campo de São Christovão; as touradas, as atividades circenses e carnavalescas nas praças públicas; as práticas consideradas ilícitas do “jogo do bicho”²⁹³; os espaços de troca com os mercados de pessoas escravizadas e os mercados públicos como na enseada da Gloria ou na Praça Onze de Junho na Freguesia de Sant’Anna; os espaços de produção com o número crescente de fábricas na região central; dentre outros. Portanto, cenários teatrais no espaço da cidade que possibilitavam inúmeras narrativas para além dos “rituais de verdade” orquestrados pelas instâncias do poder institucional.

²⁹³ Mella (2003, p. 115) ressalta que a prática do jogo do bicho expressa uma multiplicidade de possibilidades de dinamizar a vida local daqueles sujeitos para além do controle estatal no final do século XIX e início do século XX. O autor destaca que a “ameaça supostamente representada pelo jogo do bicho foi associada às epidemias. Reprimir o jogo do bicho era também combater uma epidemia de imoralidade, ou mais uma manifestação de patologia urbana”.



Figura 39: Missa campal em ação de graças pela Abolição da escravidão no Brasil no Campo de São Christovão.

Fonte: Dom João de Orleans e Bragança. Foto de Antonio Luiz Ferreira em 17/05/1888 (gelatina/prata). Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/>.

Espaços cenográficos que se conformavam pela experiência social dos sujeitos na cidade, além da ação estatal no projeto e na utilização do espaço público e de novas arquiteturas urbanas como forma de controlar, moldar e disciplinar as condutas sociais. A missa campal²⁹⁴ (**Figura 39**), realizada em frente à Escola de São Christovão no Campo de São Christovão, possibilitou sinalizar a multiplicidade de sentidos, contradições e disputas travadas no espaço público. O caráter civilizador do espetáculo tencionava atribuir à urbe moderna diferentes usos, hábitos e modos de apropriação do espaço da cidade, na qual cenas da comercialização de escravos “[...] onde a imoralidade a mais inqualificável e a mais abjeta, acoitadas fora do alcance da autoridade, sem fiscalização de espécie alguma, expõem à venda criaturas humanas, aumentando-lhes o sofrimento e desonrando a nossa

²⁹⁴ Dentre os participantes: a Princesa Isabel (1846-1921), que assinou a Lei Áurea, no centro da foto; o príncipe Luis Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o conde d’Eu (1842-1922); o escritor Machado de Assis (1839-1908); o escritor e jornalista José do Patrocínio (1854-1905); o presidente do Conselho de Ministros do Gabinete João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919); o Padre José Alves Martins do Loreto (1845-1893) e outros. A Comissão Central da Imprensa Fluminense, responsável pela organização do evento, foi formada por jornalistas dos principais jornais da cidade, como o João Carlos de Souza Ferreira, do *Jornal do Commercio* (diretor) e o José Ferreira de Souza Araujo, da *Gazeta de Notícias* (vice-diretor). Como parte dos festejos, houve um baile no Campo da Acclamação no dia 19 de maio de 1888 e uma queima de fogos em várias partes da cidade. Portal Brasileira Fotográfica - São Cristóvão. Disponível em: brasilianafotografica.bn.br/?tag=sao-cristovao. Acesso em: 27/10/2020.

civilização”, não fossem mais aceitas, conforme declaração de Joaquim Nabuco, em uma sessão na Câmara dos Deputados, no dia 04 de setembro de 1880²⁹⁵.

Em termos dos espaços teatrais construídos, a cidade oferecia um conjunto de 10 (dez) teatros em 1874 concentrados na região central. “N'elles dão-se sumptuoso baile de mascarar, cuja introdução, no carnaval de 1845, acabou com o entrudo dos tempos coloniaes, produzindo notável mudança, nos costumes do povo” (BORGES, 1875, p. 278). Nota-se, portanto, um caráter civilizador, moralizante e disciplinador de um conjunto de equipamentos culturais, na busca de suprimir os costumes conferidos aos tempos coloniais. Em 1890, destacava-se o Theatro Lyrico, antigo Teatro Pedro II que foi instalado em 1871 na Rua da Guarda Velha (atual Rua Treze de Maio), lugar de encontro da elite do século XIX, conforme os relatos dos cronistas de época (CASCO, 2018). Melo e Karls (2018) afirmam que se delineava uma nova configuração dos espetáculos sob a ótica do discurso civilizatório na cidade imperial.

Por outro lado, o Campo da Acclamação comportava algumas práticas culturais comuns aos grandes espaços públicos naquele presente, como a comercialização de pessoas escravizadas, conforme matéria no Diário do Rio de Janeiro, de 4 de maio de 1872: “aluga-se uma pardinha com 15 annos de idade, para casa de família capaz, para ama secca, sendo o seu aluguel 20\$, adiantados; no campo da Acclamação n. 13”. Outra atividade compreendia os leilões de animais próprios para carro, além de carroças e outros objetos, junto ao Theatro Lyrico nas proximidades do Campo da Acclamação. “Gregorio da Soledade Pontes faz leilão, hoje, no campo da Acclamação, junto ao theatro lyrico, de diversos cavalos e bestas proprios para carros, sella e carroça” (Diário do Rio de Janeiro, de 26 de maio de 1860).

Beneficiada pelos transportes coletivos como trens e bondes, a Freguesia de Sant’Anna também atraiu muitas fábricas na década de 1870. O Theatro Lyrico estava localizado no terreno do Circo Olympico, em frente à Fábrica de Cerveja Nacional, inaugurada em 1864, todos de propriedade do empresário Bartholomeu Correa da

²⁹⁵ Joaquim Nabuco, em sessão na Câmara dos Deputados, no dia 04 de setembro de 1880. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/4363>. Acesso em: 30/10/2020.

Silva²⁹⁶. Quanto às atividades circenses, destacava-se o Circo Olympico desde 1830, adquirido por Bartholomeu Correa da Silva em 1854. Já as fábricas de cerveja funcionavam como um complexo de entretenimento na cidade (apresentações de dança, música e ginástica), enquanto expressão de uma capital do país em profundas transformações na segunda metade do século XIX (MELO e KARLS, 2018). Foram destacadas três fábricas: a primeira Fábrica de Cerveja Nacional de Henrique Leiden (1848); a segunda de Alexandre Maria Villas-Boas (1855) e a terceira de Bartholomeu Correa da Silva (1864), sendo que já existiam registros desde os anos de 1830.

Outra novidade que foi incorporada no cotidiano da cidade foram as sorveterias em meados do século XIX. Melo e Karls (2018) destacaram ainda que a cerveja, produzida pela Fábrica de Cerveja Nacional, recebeu medalha de prata na Exposição Nacional de 1861. Em 1888, a primeira fábrica de grande porte de cerveja, denominada Manufactura de Cerveja Brahma Villiger & Companhia, foi inaugurada na Praça Onze de Junho pelo suíço Joseph Villiger com a presença da Família Real (MELO e KARLS, 2018; RIBEIRO, 2008). Cabe reforçar que a primeira Escola do Imperador foi construída na Praça Onze de Junho, antiga Praça São Salvador (Rocio Pequeno), cuja denominação decretada pela Câmara Municipal no dia 04 de julho de 1865, se deve à vitória da Batalha do Riachuelo na Guerra do Paraguai²⁹⁷ no dia 11 de junho de 1865. Outras instituições de ensino também se instalaram como o Círculo Italiano de Instrução, devido à concentração de imigrantes italianos no local, chegando a 16 escolas particulares em 1884.

Sobre a região central, por apresentar a maior taxa de densidade populacional, concentrava as “Escolas do Imperador” ao mesmo tempo em que o número mais elevado de moradias populares, os problemas sanitários²⁹⁸ nos espaços públicos, a infraestrutura

²⁹⁶ O empresário também era proprietário do circo localizado no campo de São Christovão, que foi destruído por um furacão em 16 de setembro de 1874 (Diário do Rio de Janeiro, de 17 de setembro de 1874, Ano 57, Nº 257. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30/04/2021).

²⁹⁷ Borges (2018) sublinha que foram organizados, pela Câmara Municipal, festejos comemorativos pela vitória na República do Paraguai, que contou com a participação de professores públicos como o Professor Candido Matheus de Faria Pardal da Escola da Freguesia de Santa Rita, além da mobilização da população em iniciativas de iluminação e montagem de arcos triunfais e artefatos durante as festas.

²⁹⁸ “A falta de asseio quasi geral nas latrinas dos cortiços das tabernas, casas de pasto, freges, padarias, hotéis, casas de consignação de escravos, e outros estabelecimentos de igual cathegoria, ou por falta d’agua para se lavar, ou era virtude de pouco cuidado de asseio devido á educação das pessoas que dellas se servem, como consta dos trabalhos das comissões parochiaes, facto igualmente observado nos mictorios e latrinas publicas em sua pluralidade arruinadas e obstruídas, a despeito das incessantes reclamações das autoridades sanitarias para remediar taes males, assim como para a

deficitária e a criminalidade²⁹⁹ (Anexo 5). Portanto, a estética do lugar deve ser entendida na interface entre a “arquitetura do espetáculo”, idealizada pelos intelectuais, e a “arquitetura dos bastidores”, experienciada e tensionada pelos diferentes sujeitos. Muitas atividades criminosas acometiam os diferentes sujeitos e sinalizavam um Campo da Acclamação para além da arquitetura palaciana que convivia, nem sempre harmoniosamente, com tipologias construtivas mais simples como as casas de pasto e as estalagens. Pelas páginas do jornal Diário do Rio de Janeiro, eram noticiados diversos delitos como o caso de um homem que deixou o Asylo da Mendicidade para passar a noite na casa de pasto, usufruindo de uma boa refeição, sem arcar com as despesas no dia seguinte, sendo conduzido para a polícia (Diário do Rio de Janeiro, de 15 de novembro de 1872); e um taberneiro que foi ludibriado pelo morador de uma estalagem local, que havia adquirido carne seca sem efetuar o pagamento (Diário do Rio de Janeiro, de 2 de outubro de 1877). Ou até mesmo tentativas de assassinato como o caso relatado entre os empregados Antonio Pereira de Mattos Junior e José Lourenço da casa de pasto (Diário do Rio de Janeiro, de 30 de maio de 1877).

Em relação às habitações populares, destacavam-se ainda as “casas de angu ou zungú” que eram apropriadas pelos negros residentes, principalmente, nas freguesias centrais da cidade. Eram vistas não somente como um espaço de encontros de cativos, crioulos e livres para diversão, como também um local para táticas de subversão (rebeliões, fuga de escravos para quilombos, comércio ilegal) que comprometia o poderio senhorial (CAETANO, 2008). Cabe sinalizar que muitos negros escravos trabalhavam nas casas de zungú³⁰⁰, ao mesmo tempo em que acomodavam os fugitivos³⁰¹, sendo

colocação de outras em logares apropriados, afim de acabar com o espectáculo repugnante de se fazer de algumas praças mais frequentadas, das paredes dos templos sagrados e de alguns edificios publicos o ponto principal de satisfazer as funções urinarias, conservando-se nesses lugares urinas estagnadas e corruptas, que, além de incommodarem os transeuntes por seu insupportavel cheiro, acarretam males á saúde publica” (Barão do Lavradio, 1878, p. 213).

²⁹⁹ A relação da Casa de Correção da Corte (Anexo 5) apresentava um grupo de 25 condenados, no período de 25 de outubro de 1869 a 01 de setembro de 1875, sendo apenas 3 oriundos das províncias, 10 brasileiros e 15 estrangeiros (6 portugueses, 3 africanos e o restante com nacionalidades diversas), 15 envolvidos em atividades criminosas de homicídios, principalmente na faixa etária de 20 a 30 anos, cujas condenações variavam entre 4 anos (roubo) a 104 anos (homicídio), com 2 penas perpétuas.

³⁰⁰ Um exemplo foi uma escrava chamada Luzia, de propriedade da viúva do conselheiro João Carneiro de Campos, que se encontrava alugada na casa do angu no largo da Sé antes de sua fuga (Diário do Rio de Janeiro, de 18 de janeiro de 1865).

³⁰¹ Observou-se que as casas de zungú eram noticiadas, com certa frequência, na seção destinada às prisões ocorridas no período como, na Freguesia do Sacramento, “Simão, escravo do capitão Luiz

constante a ação da polícia da Corte, conforme noticiado, por exemplo, no Diário do Rio de Janeiro, de 29 de agosto de 1867: “Joaquim, escravo de Antonio Lopes Ferreira, Gonçalo e Agostinho, escravos, por serem encontrados em zungú”. Eram apresentadas como um espaço para prática de jogos proibidos, com frequentes detenções dos envolvidos como, na Freguesia do Sacramento, de “Januario, preto mina, que diz ser livre, Israel e Pedro, escravos, Aprigio José de Souza e Augusto Cesar de Lima, creoulo, por serem encontrados em jogo proibido, em uma cada denominada zungú” (Diário do Rio de Janeiro, de 17 de março de 1871).

Enquanto moradias populares, as casas de zungú eram equiparadas aos cortiços na década de 1870, quando consideradas como uma espécie de “desordem urbana” que ameaçava a ordem pública, causando instabilidade ao sistema escravista. Eram comuns os desentendimentos entre proprietários e frequentadores ou inquilinos, como a ocorrência de uma agressão na casa situada na rua do Cotovello, noticiada pelo Diário do Rio de Janeiro, de 1 de janeiro de 1875. Verificou-se também que as casas de *zungú* eram associadas às casas de *dar fortuna*, conforme apontado no Diário do Rio de Janeiro, de 9 de março de 1872, durante uma ocorrência na Freguesia da Lagoa - “Maria Antonia, Felicidade Maria da Conceição, Delfina Constantina, africanas e João, creoulo, menor, por estarem em casa de zungú de dar fortuna”; e no Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1867, com a detenção de escravos por suspeita de “dar fortuna” em casas de zungú no 2º distrito da Freguesia de Santa Rita.

Inúmeras eram as tentativas da polícia³⁰² de acabar com as casas de *dar fortuna*, com denúncias quanto ao seu funcionamento como no campo da Acclamação, “onde se costuma reunir grande numero de escravos que alli vão perder tempo e dinheiro que lhes

Machado Feliciano de Fuão Pinto, e Concordia de D. Maria Castilho, por serem encontrados em um zungú, e suspeitar-se estarem fugidos” (Diário do Rio de Janeiro, de 16 de janeiro de 1867); na Freguesia de Sant’Anna, “Paulo, escravo de José da Costa Vallim, Laurentino, de Edeltrudes de Sá Amorim Pereira, José, de José João de Mattos, e Esmerina Maria da Conceição, preta livre, por serem encontrados á deshoras em uma casa conhecida por zungú, á rua Velha de S. Diogo” (Diário do Rio de Janeiro, de 13 de março de 1867); e na Freguesia de São José, “Evaristo, Manoel, Adelaide Domingas, Matheus, Brigida, Theodoro, Roberto e Eudovia, escravos, por estarem em casa de zungú” (Diário do Rio de Janeiro, de 20 de julho de 1867).

³⁰² As ações policiais em casas de dar fortuna eram frequentes, como a detenção de 62 pessoas, livres e escravos, na rua do Sabão na Cidade Nova (Diário do Rio de Janeiro, de 9 de março de 1872); e a ação repressiva no Engenho Velho, onde o curandeiro Antonio José da Costa prestava atendimento explorando a boa-fé das pessoas, segundo matéria noticiada no Diário do Rio de Janeiro, de 23 de dezembro de 1873.

não pertence, e onde se pratica toda a casta de indecentes bruxarias” (Diário do Rio de Janeiro, de 23 de agosto de 1861). No que se refere às casas de zungú, consta que certos proprietários eram convocados pela polícia, para fins de comprovação de ocupação honesta por meio da assinatura do *termo de bem viver*. Um exemplo foi a ação policial de intimação do cocheiro infrator do tilbury, devido à condução em alta velocidade e na contramão, quando foi aplicado tal dispositivo mencionado com um proprietário da casa de zungú: “deu-se busca em diferentes casas de quitanda e algumas estalagens, sendo intimado Bernardo Lurindo, dono da casa de zungú, para assignar termo de bem viver” (Diário do Rio de Janeiro, de 9 de março de 1872).

Logo, casas de *dar fortuna*, casas de zungú, cortiços ou estalagens precisavam ser combatidos pelos engenheiros e médicos sanitaristas, por meio da força repressiva da polícia associada aos planos de melhoramentos, que não comportavam sujeitos ditos desordeiros como capoeiristas, vagabundos e prostitutas³⁰³. As recorrentes denúncias de episódios de “desordem urbana” pareciam indiciar uma imagem negativa das casas de zungú no próprio grupo dos crioulos: “cousas de amor – a crioula Anna Maria Rosa da Conceição, passando antehontem á tarde pelo campo da Acclamação, vio sahir, de uma casa denominada zungú, o seu Thiago Cavalcanti do Livramento”. Trata-se do relato de um caso de agressão entre um casal, que foi contida por praças do Exército, publicado no Diário do Rio de Janeiro, de 23 de abril de 1876.

Centro do poder administrativo e palco de grandes eventos políticos no período, o Campo da Acclamação também era palco de manifestações religiosas e culturais assim como de repressão de práticas, costumes e tradições locais, a exemplo dos capoeiras³⁰⁴.

³⁰³ Rago (1985, p. 63) discorre sobre o discurso moralista em torno do papel da mulher, especialmente na segunda metade do século XIX, quando “vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua livre circulação nos espaços públicos (...)”, dificultando a sua inserção no mercado de trabalho. Outra questão levantada pela autora diz respeito ao perigo representado pela prostituição na propagação de sífilis e das doenças venéreas além da degradação moral no período. As casas de prostituição foram transformadas pelos médicos em laboratórios de estudo, onde “elaboram-se simultaneamente técnicas de saber e estratégias de poder destinadas a enclausurar e a domesticar as práticas sexuais extraconjugais” (RAGO, 1985, pág. 86). A tese do médico F. Ferraz de Macedo de 1873 definiu um mapa da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, identificando a falta de educação moral como uma das causas do problema, além de apontar os perigos representados por bailes populares e as folias carnavalescas. O médico apontava ainda o “zungu” como o tipo mais degradante de habitação da prostituta.

³⁰⁴ O assunto era recorrente nas páginas do Diário do Rio de Janeiro, conforme pode ser observado em matéria, datada de 7 de agosto de 1877: “bem se póde dizer que o capoeira é a gramma das nossas ruas. A *enchada* da policia *arranca-a* de um lado, mas ella apparece de outro, o que equivale a dizer que

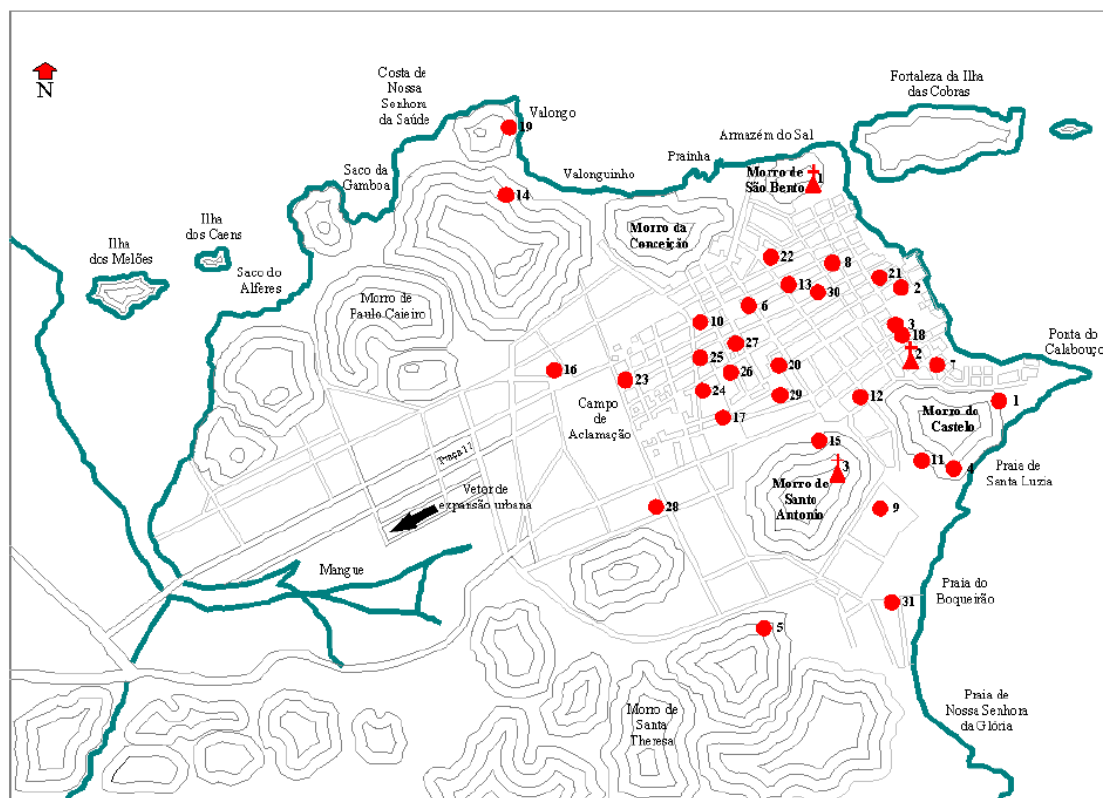
“Não é raro encontrar, sobretudo aos domingos, grandes magotes de negros pelas esquinas e praças, a maioria dos quaes pertence á irmandade dos capoeiras. Extinguir os capoeiras e os larapios deve ser hoje um dos primeiros cuidados de uma policia diligente” (Diário do Rio de Janeiro, de 8 de dezembro de 1860). A ação categórica da polícia buscava impedir os exercícios em áreas públicas, recolhendo os sujeitos à prisão: “a 1 hora da noute andavam ante-hontem Manoel Pereira da Conceição e Antonio Ribeiro a fazerem exercício de capoeiragem no campo da Acclamação, pelo que foram chamados à ordem por uma praça do corpo militar de policia, e recolhidos ao xadrez” (Diário do Rio de Janeiro, como nos dias 25 e 26 de junho de 1877).

Dentre os hábitos e costumes locais, observou-se que o local acomodava ainda os jogos de azar e apostas, como a permuta de murros impedida pela polícia em 13 de maio de 1877 (Diário do Rio de Janeiro, de 15 de maio de 1877); as festas familiares dos negros, que trabalhavam nas obras públicas e que residiam em uma casa no local, objeto de frequentes reclamações por parte da população (Diário do Rio de Janeiro, de 28 de maio de 1860); e as lavadeiras que foram transferidas do local de origem para os jardins do Campo da Acclamação, devido à construção do novo prédio do Paço Imperial (Diário do Rio de Janeiro, de 27 de julho de 1877).

Em relação às tradições locais, muitas eram as ordens religiosas, irmandades e confrarias (**Mapa 15**) e outras associações de negros, como a Confraria de São Gonçalo Garcia e São Jorge. Um exemplo foi a procissão de Corpus Christi em 7 de junho de 1860, cujo trajeto a ser percorrido na área central iniciava no Campo da Acclamação (Diário do Rio de Janeiro, de 7 de junho de 1860). A irmandade, próxima à Escola da Freguesia de Sant’Anna, reunia pessoas pardas livres, sendo muitos ligadas a ofícios como serralheria, fundição, funelaria. “Estas irmandades religiosas dedicadas à devoção dos santos católicos, estavam entre as instituições ao redor das quais os negros se organizavam de forma mais ou menos autônoma” (CAETANO, 2008, p. 72). A população negra produzia suas práticas culturais, valores religiosos e outros arranjos sociais, fortalecendo as suas redes de sociabilidade e solidariedade para além do domínio senhorial.

isto se policia e capoeiras é uma *roda-viva*”. (Diário do Rio de Janeiro, de 7 de agosto de 1877, Ano 67, Nº 212. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17/04/2021).

Mapa 15: Ordens religiosas, irmandades e confrarias entre os séculos XVIII e XIX.



LEGENDA:

+ Ordens religiosas:	• Irmandades/confrarias:	11.S. Sebastião	22.Santa Rita
1.São Bento	1.Misericórdia	12.N.S. do Bom Parto	23.Irmandade de São Jorge
2.Carmelitas	2.Igreja da Cruz – Sé	13.S. Pedro	24.Igreja São Gonçalo Garcia
3.Franciscanos	3.Ermida de N. S. do Ó	14. N.S. do Livramento	25.N.S. do Terço
	4.Santa Luzia	15.S. Franciso da Penitência	26.Santíssimo Sacramento
	5.Convento Santa Tereza	16.Ermida de Santana	27.Sante Efigênia
	6.N.S. Imaculada da Conceição	17.Lampadosa	28.Santo Antônio dos Pobres
	7.S. José	18.Ordem 3ª do Carmo	29.Igreja S. Francisco de Paula
	8.Candelária	19.N.S. da Saúde	30.N.S. dos Homens
	9.Ermida da Ajuda	20.Rosário	31.N.S. do Carmo da Lapa do Desterro
	10.S. Domingos	21.Lapa dos Mercadores	

FONTE: PINTO, 2007, p.49. *Referência utilizada pela autora:* FRIDMAN, F. Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor / Garamond, 1999. Base cartográfica: representação sobre a Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, levantada por Ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente no ano de 1808. Impressão Régia, 1812. In: CUNHA (1971).

Portanto, os prédios institucionais suntuosos coexistiam ao lado de numerosas habitações populares, estabelecimentos comerciais de varejo e atacado, oficinas e artesãos, irmandades religiosas e espaços de entretenimento, como na freguesia de Sant'Anna onde foram construídas duas "Escolas do Imperador", sinalizando as

pretensões civilizatórias do projeto de escolarização. Palacetes escolares que se encontravam nas proximidades da Praça Onze, chamada “Pequena África”, com a maior presença da população negra na cidade, além de muitos imigrantes portugueses, italianos e judeus, dentre outros. De um lado, prédios escolares monumentais imersos em um cenário urbano marcado pela especulação imobiliária devido às obras de melhoramentos e, por outro, por áreas públicas alagadiças e carentes inclusive de serviços básicos.

Em relação à freguesia de São Christovão, segundo o Recenseamento Estatístico de 1870, contava com 101 habitações populares, 60 casas residenciais particulares e serviços como sapateiro, açougue, farmácia, dentre outros. A região usufruía de dois grandes açougues de carne verde superior na região: São Christovão, situado na rua de São Christovão, e Rosa, localizado na esquina do Campo de São Christovão com a rua do Pedregulho. O Campo de São Christovão também era um local de frequentes leilões de terrenos e de objetos como móveis de mogno e jacarandá, piano de Herz, cristais finos, porcelanas, espelhos, bateria de cozinha, máquina de lavar e engomar, encanamento de gás, etc. (Diário do Rio de Janeiro, de 11 de fevereiro de 1868). Outras atividades eram as paradas militares³⁰⁵, o que não impedia a ocorrência de crimes como, por exemplo, um corpo encontrado no local que foi levado para o hospital da Santa Casa, noticiado no Diário do Rio de Janeiro, de 8 de dezembro de 1860. Cabe ressaltar que o Recenseamento Estatístico de 1870 se tratava de um levantamento parcial do bairro, porém foi possível observar que, nas proximidades da Escola de São Christovão, alunos e professores conviviam com usos diversos ditos insalubres, como cortiços, estalagens e matadouro³⁰⁶.

³⁰⁵ Um exemplo foi a apresentação da brigada de voluntários da pátria formada pelos batalhões de São Paulo, Pernambuco e Bahia no dia 21 de abril de 1870, com a presença do Imperador, que estava acompanhado de seus ajudantes de campo Duque de Caxias e Barão de Itapagipe (Diário do Rio de Janeiro, de 21 de abril de 1870, Ano 53, Nº 109. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10/05/2021).

³⁰⁶ Projetado pelo engenheiro Paulo Barbosa da Silva, o matadouro foi inaugurado em 1853, compreendendo duas casas para administração, dois currais, dois pátios e quatro casas para abate. O único elemento remanescente é o pórtico neoclássico de acesso, desenhado por José Maria Jacinto Rabelo, que foi restaurado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 1906, objeto de tombamento pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac (Pórtico do antigo Matadouro Público. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/298. Acessado em 15/05/2021). “Em 8 de dezembro de 2009, os arqueólogos Vera Lúcia de Sá Machado, Nídia Rodrigues e Giovani Scaramella registraram no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) o Matadouro Público de São Cristóvão, vindo à tona ao longo do *Projeto de arqueologia para obra de construção da interligação entre as Linhas 1 e 2 do Metropolitano do Rio de Janeiro – Linha 1*” (FERREIRA e BORSANI, 2019, p.4). Os vestígios de objetos (louça, cerâmica, ossos de animais do gado bovino, moedas e vidros) foram recriados em formato digital e impressos em 3D para exposição no Museu Histórico Nacional.



Figura 40: Pórtico do Matadouro, nos dias de hoje, situado na Praça da Bandeira.

Fonte: http://photos.wikimapia.org/p/00/04/65/15/50_full.jpg

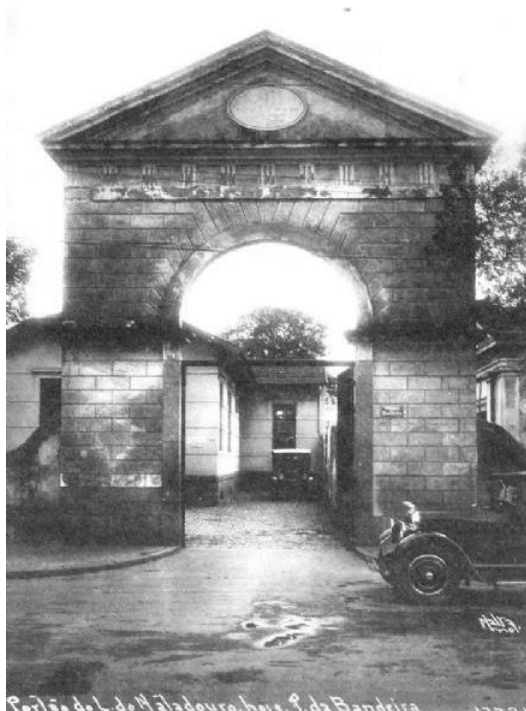
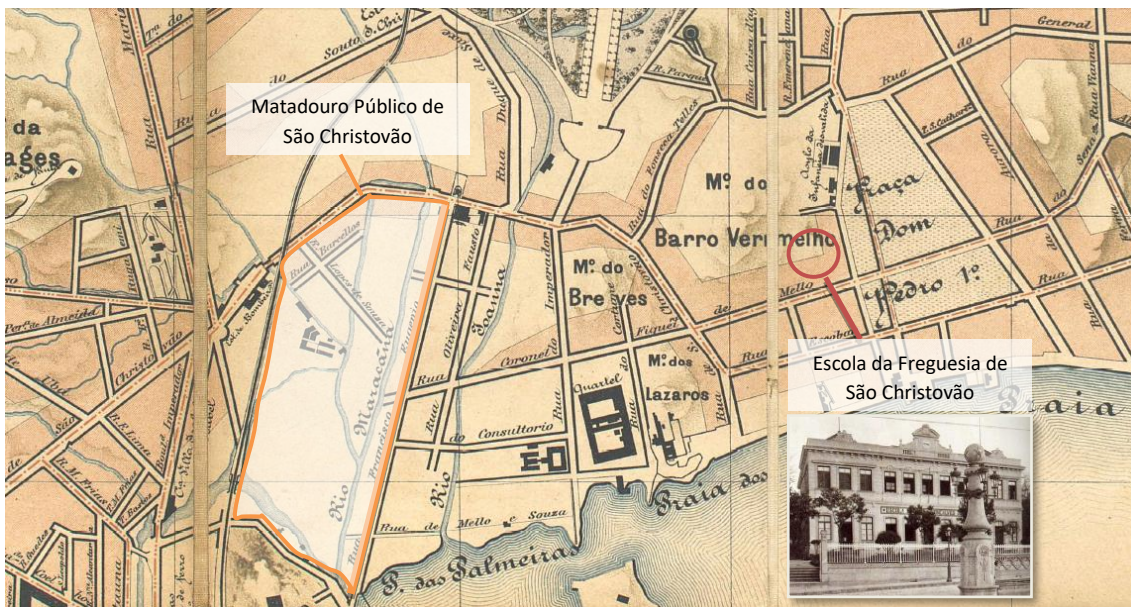


Figura 41: Pórtico do Matadouro no início do século XX. Foto de Augusto Malta, 1920.

Fonte: <http://gestor.inventariosdosmonumentosrj.com.br>

FONTE: De Largo do Matadouro à Praça da Bandeira. Disponível em: <http://indicio-de-ocio.blogspot.com/2017/07/de-largo-do-matadouro-para-praca-da.html>. Acessado em 15/05/2021.

Mapa 16: Localização do Matadouro Público de São Christovão no século XIX.



OBSERVAÇÃO: Projeção da área ocupada pelo Matadouro de São Christovão, admitindo-se variações em suas dimensões à época. Mapa editado a partir de planta do Acervo da Biblioteca de Obras Raras do Senado (Anexo 1), com base na localização do canteiro de obras do metrô na Praça da Bandeira, limitada pela Rua Francisco Eugênio, Avenida Francisco Bicalho, pela linha do trem e pelo canal paralelo à Rua Lopes de Souza, área do sítio arqueológico do antigo Matadouro de São Christovão (FERREIRA e BORSANI, 2019).

Quanto à freguesia da Gloria concentrava hotéis, manufaturas e comércio de produtos finos, contando com 18 prédios públicos e 22 escolas particulares, além de ser a segunda freguesia ocupada por um maior número de habitações coletivas (SCHUELER, 2005b; RIBEIRO, 2008). Verificou-se também que muitos dos investidores em casas populares, como portugueses e integrantes da nobreza, estavam envolvidos com a Câmara Municipal, o que justificava a dificuldade quanto ao cumprimento das posturas municipais que proibiam este tipo de moradia dita insalubre. Um arranjo vantajoso para o senhor que reduzia os seus custos, somado a uma maior produtividade do trabalho, e para o escravo que, dotado de mais autonomia laborativa, podia preservar suas economias para fins de impetrar a sua liberdade (CAETANO, 2008).

Respalhada no Código de Posturas, a Secretaria de Polícia da Corte tencionava imprimir uma ação efetiva de controle e fiscalização de hotéis, estalagens e outras casas de aluguéis de aposentos, buscando manter os registros atualizados de todos os hóspedes, cujo livros de registro deveriam conter os seguintes dados: nome, naturalidade, idade, profissão, domicílio habitual, lugar de onde vieram, destino e outras observações. “Os donos ou administradores de hospedarias, estalagens e de quaesquer casas publicas de aposento remetterão até ás 9 horas de casa á secretaria de policia um bolletim extrahido do livro que devem ter para a inscripção de hospedes” (Diário do Rio de Janeiro, de 29 de agosto de 1867). Dessa forma, utilizava-se da imprensa para a divulgação das posturas municipais como Diário do Rio de Janeiro, de 29 de agosto de 1867, informando ao público leitor quanto à previsão de penalidades para os infratores.

No que tange ao largo do Machado era um local beneficiado por diversos serviços, como a presença da estação de bondes, de caixa urbana de correios e da 11ª estação da Guarda Urbana, que começou a funcionar na rua do Cattete, entre o largo do Machado e a rua Dous de Dezembro, a partir de 1º de janeiro de 1876 (Diário do Rio de Janeiro, de 1 de janeiro de 1876). A região acomodava um comércio especializado de moda, como *A la Ville de Nancy* Modas e Costuras, voltado para vestidos, chapéus, colares, leques, vestuário para luto, roupas para batizado, calçados, etc. “Grande sortimento de chapéus de palha ingleses para homens, mais baratos que em qualquer outra parte” na esquina da rua Dous de Dezembro com a do Catette junto ao largo do Machado” (Diário do Rio de Janeiro, de 14 de novembro de 1870). Destacavam-se ainda a presença de uma farmácia,

que costumava prestar assistência àqueles sujeitos envolvidos em incidentes, e a realização de leilões de móveis, o que também era frequente em outras áreas públicas da cidade (Diário do Rio de Janeiro, de 11 de julho de 1871).

Por outro lado, observou-se que eram frequentes os anúncios da comercialização de escravos: “aluga-se uma crioula, lava e engomma bem” no Largo do Machado nº 29A e “aluga-se uma parda de boa figura, que lava, engomma e faz todo o serviço de cada de família; ao largo do Machado nº 29A”. Ademais, muitos eram as ocorrências policiais no local como a noticiada no Diário do Rio de Janeiro, de 24 de abril de 1878, de dois condutores de carroças, em estado de embriaguez e agressões mútuas; e de desordem urbana relatada no Diário do Rio de Janeiro, de 19 de julho de 1874, envolvendo diferentes sujeitos como a luta entre dois escravos, pertencentes à padaria na rua do Cattete, detidos na estação policial local na rua Dous de Dezembro; ou o Sr. José Antonio Camacho ferido em discussão, que foi atendido pelo Dr. José Antonio da Costa na farmácia do largo do Machado e conduzido depois para a Santa Casa da Misericórdia.

Considerando o processo de disciplinarização do social, a “desordem urbana” aliada aos graves problemas sanitários da cidade justificavam a necessidade de um Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876. Paralelamente, a classe perigosa de vagabundos tensionava as formas escolares enquanto elementos estruturadores importantes da estética da cidade. Compreendendo a escola como um lugar de socialização da criança, o professor Manoel José Pereira Frazão alertava sobre a influência negativa das ruas sofridas pelos alunos, conforme discutido anteriormente. Segundo Schueler (2005, p. 117), Frazão defendia a “força disciplinadora da escola contra os perigos potenciais representados pela rua, identificada como responsável pelo abandono, pelos crimes e pelo desvio dos indivíduos das regras e normas de conduta social”. O professor criticava o modelo pedagógico baseado em recompensas e punições, onde o silêncio predominava na sala de aula, comum às demais escolas públicas.

[...] Diz-se vulgarmente que a educação é obra familiar, com efeito nos países em que as crianças tem família; porém, entre nós, em que até nas classes elevadas, só por exceção existe noção clara de família, onde as crianças de classe baixa são deseducadas na rua, pelos tristes exemplos de pessoas conspícuas, meninos da maior parte destituídos da mais sucinta noção de educação, e que por isso constituem a mais perigosa classe de vagabundos. (FRAZÃO, 1883 *apud* SCHUELER, 2015, p.132)

Nesse sentido, o professor apostava na reestruturação do sistema disciplinar das escolas primárias, eliminando os dispositivos punitivos e vexatórios. Provavelmente, tencionando aproximar o regime escolar dos sistemas de ensino militar, Frazão definiu um sistema³⁰⁷ baseado em hierarquias cambiáveis entre os alunos, como elemento motivacional da aprendizagem. Schueler (2015, p. 121) afirma que o sistema de ensino do professor respaldava-se nos “métodos ativos propugnados por educadores setecentistas europeus como Rousseau, Froebel e Pestalozzi”, sendo revestido de um caráter moralizador e civilizador, que buscava ensinar os preceitos de urbanidade, do civismo, da ordem e da harmonia social.

Na 3ª Conferência Pedagógica, realizada em 28 de dezembro de 1875, o professor Manoel José Pereira Frazão apresentou ao Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte uma palestra intitulada “Memória sobre a disciplina escolar”, onde afirmava que o “systema foi organizado com o fim de educar os meninos para a sociedade, para a vida civil. Para isso seria necessario introduzir na vida escolar as principaes circumstancias que se dão na vida ordinaria do cidadão” (Revista Brasileira de Educação e Ensino, de 27 de abril de 1878, p. 248). O professor descreveu as vantagens do sistema disciplinar através de um relato da própria experiência no magistério público. Enquanto professor na Freguesia do Sacramento em 1863, ele observou a redução progressiva da necessidade de punições com um alunado em torno de 180 alunos. Como professor da Escola da Gloria, no período de 10 (dez) anos de magistério, foi possível constatar o êxito do sistema no desenvolvimento das crianças. Ao final da conferência, Manoel José Pereira Frazão destacou que o trabalho realizado na Escola da Gloria foi reconhecido em primeiro lugar por uma comissão de especialistas no que diz respeito à “regularidade disciplinar”.

A estética urbana era desenhada por diferentes sujeitos em suas infinitas possibilidades e espaços de sociabilidade, legitimando os seus dispositivos de poder-saber e configurando um espaço setorizado, fragmentado e hierarquizado. Sua configuração estética também pode ser indiciada pela atuação dos professores no espaço público através de reivindicações como o professor Candido Matheus de Faria Pardal, que

³⁰⁷ Seu sistema era alvo de muitas críticas e debates em conferências pedagógicas e na imprensa, a exemplo do professor Augusto Candido Xavier Cony, professor público da freguesia do Engenho Velho, que apontava a falta de preparo dos professores na aplicação do método de ensino intuitivo (“lições de cousas”), assim como também sublinhado em parecer do jurista Rui Barbosa (SCHUELER, 2005a).

participou de uma comissão para garantir a circulação dos trens pelo subúrbio a fim de facilitar os deslocamentos e a ocupação da região. Outra circunstância indiciária compreendeu uma reunião da Associação de Saneamento da Capital do Império realizada na Escola São José no dia 15 de outubro de 1876 (BORGES, 2018). Pode-se destacar ainda a primeira reunião de médicos na Escola da Gloria, espaço cedido pelo Sr. Conselheiro Manoel Francisco Corrêa, que contou com a participação de 18 (dezoito) profissionais, de diferentes freguesias da cidade, com convocação pelo presidente da comissão Sanitária da Freguesia da Gloria, o Sr. Dr. Guilherme Teixeira, visando “tratar das diversas questões relativas á epidemia reinante e dos meios praticos tendentes a conjurai-a e impedir-lhe a marcha progressiva na parochia” (Diário do Rio de Janeiro, de 20 de março de 1876).

Nessa perspectiva, é importante destacar que coexistiam uma multiplicidade de usos, sentidos e práticas sociais tanto no espaço da cidade quanto no interior do espaço escolar. Borges (2018) destaca a participação de professores em atividades diversificadas como subdelegados de polícia, a exemplo do professor Candido Matheus de Faria Pardal que atuava, “sem sair de casa, as funções de ensinar, vigiar e punir, constituindo de tal forma uma primorosa tríade de ações que iam perfeitamente ao encontro dos esquemas da governabilidade engendrados pelo Estado Imperial”. A autora assinala ainda que os professores primários exerciam a função de juiz de paz no interior das escolas públicas. Segundo Borges (2018, p. 13), “era sinal de que a escola, mais do que um espaço de ensinar as primeiras letras, poderia representar um lugar político, concentrando a política de instrução e a política de resolução de problemas locais”.

Verificou-se também a utilização do espaço multifuncional das “Escolas do Imperador” pela Associação Promotora da Instrução dos Meninos, cujas reuniões eram realizadas na sala de conferências da Escola da Gloria. Em reunião do dia 30 de maio de 1875, que contou com a participação dos conselheiros como Adolpho Lisboa, Luiz Alvares e Alexandre Affonso de Carvalho, foi apresentado um ofício do professor Antonio José Marques informando a reabertura dos cursos noturnos, com 81 alunos matriculados, que oferecia aulas de instrução elementar, português, francês, inglês, aritmética, desenho linear, geografia, cosmografia, física e química. No corpo docente, estavam os professores João Delfim Pereira Junior, Antonio José Marques, Adolpho de Paula Reis, Paulo Francisco Bernardo, dentre outros (Diário do Rio de Janeiro, de 2 de junho de 1875).

É interessante ressaltar ainda que os espaços recreativos também eram apropriados pelas redes de sociabilidade e solidariedade dos professores para mobilização política, social e profissional. Um exemplo consistiu na realização das reuniões de professores para organização da categoria do magistério no ano de 1884 no Club Mozart³⁰⁸, um clube musical de atuação importante no cenário urbano na segunda metade do século XIX (BORGES, 2018). Portanto, inúmeros eram os espaços difusos de aprendizagem e de redes de sociabilidade e solidariedade (associações, imprensa, irmandades, sociedades, corporações...), que contavam também com a participação dos professores.

Acredita-se que tais entrelaçamentos entre as culturas escolares e urbanas pareciam contribuir para a invenção das diferentes formas escolares estatais e populares. Em relação às escolas populares, na Freguesia de São Christovão, optou-se por traçar uma breve trajetória do intelectual José do Patrocínio, que fundou a Confederação Abolicionista com o engenheiro André Rebouças. Ingressou na Faculdade de Medicina para cursar Farmácia em 1872, participando ativamente do movimento abolicionista, cujas reuniões aconteciam no Clube Republicano³⁰⁹ situado nas proximidades da Escola da Freguesia de São Christovão e da Escola Noturna Gratuita da Cancellaria. Uma das ações

³⁰⁸ Na segunda metade do século XIX, observou-se a expansão dos clubes musicais na cidade, chegando a doze entidades promotoras de concertos até a década de 1880, destacando-se o Club Mozart criado em 1867. “Firme em seu posto, o Club Mozart é uma fonte que sacia a muitos sequiosos de concerto e dança. A parte concertante da ultima partida merece grandes elogios; todas as composições que nella figuraram produziram delicioso effeito no crescido auditório que attentamente as foi saboreando” (Diário do Rio de Janeiro, de 11 de outubro de 1874, Ano 57, Nº 281. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30/04/2021). Cabe destacar que os clubes também eram alvo de fiscalização e regulação por parte dos poderes públicos, como no caso do Club Mozart que teve seus estatutos aprovados pelo chefe de Polícia Francisco José de Lima e pelo subdelegado de Santo Antônio Dr. Thomaz Coelho, com concessão da licença para funcionamento em 1872. Em seus estatutos, constavam as regras básicas de convivência e as classificações de associação à entidade (SILVA, 2007b).

³⁰⁹ O Clube Republicano foi fundado no dia 3 de novembro de 1870, logo após o término da Guerra do Paraguai, sendo lançado, após um mês, o Manifesto do Partido Republicano publicado no jornal *A República* e assinado por 57 signatários. Defendia-se o modelo republicano, aliado à autonomia do poder legislativo e do federalismo, frente ao Poder Moderador representado pela monarquia (COUTO, 2019). Segundo Carvalho (2008, p. 208), o Manifesto de 1870 sinalizava o “pensamento liberal clássico” e a “verdade democrática, representação direitos e liberdades individuais eram os pontos fundamentais do Manifesto”. Costa (1999) ressalta que a crítica estava na centralização do governo monárquico, na vitalidade do Senado e no processo eleitoral. O manifesto desencadeou uma série de clubes republicanos e jornais distribuídos pelas províncias brasileiras, sendo o do Rio de Janeiro coordenado por Joaquim Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva. Dentre os signatários do Manifesto: o deputado, maçom, jornalista, advogado e primeiro signatário e redator do Manifesto Republicano, Joaquim Saldanha Marinho; o engenheiro Cristiano Benedito Ottoni; o deputado Tavares Bastos; o maçom, jornalista e político Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiuva; o militar, engenheiro e jornalista Miguel Vieira Ferreira; dentre outros (CUNHA, 2017).

dos intelectuais consistiu na arrecadação de recursos para a causa abolicionista. “O Club Republicano de S. Christovão distribuiu por diversas casas de negocio d’esta corte, caixas para esmollas em favor da emancipação dos escravos” (Gazeta da Tarde, datada de 23 de novembro de 1880). A Escola Noturna Gratuita da Cancellia era conhecida por “Quilombo da Cancellia”, onde José do Patrocínio também lecionava a um grupo de alunos negros e pardos, sendo grande parte formada por escravos fugitivos (SALLES, 2011 *apud* SCHUELER, 2016, p. 202). Segundo Schueler (2016), José do Patrocínio defendia a formação profissionalizante no campo e na cidade.

Inaugurada em 21 de setembro de 1879, a Escola Noturna Gratuita da Cancellia estava relacionada ao Clube Republicano, em virtude de os fundadores serem filiados ao clube e residirem na paróquia. Competia ao Clube Republicano, no entendimento da escola, a fiscalização “moralizadora” e o custeio das despesas, o que lhe conferia certo reconhecimento público. A publicação na Gazeta da Tarde, datada de 23 de novembro de 1880, sinalizava um clima cordial entre as duas corporações: “pelos alumnos da Escola da Cancellia foi offerecida uma caneta de ouro com penna do mesmo metal, ao Club Republicano de S. Christovão. Este mimo acha-se exposto na Notre Dame de Paris”. Entretanto, no dia 23 de outubro de 1881, diretor e professores encaminharam uma carta a Luiz Leitão, secretário do Clube Republicano, do 2º Distrito da Corte, como forma de protesto. Eles defendiam sua autonomia pedagógica e alegavam que, após uma mudança estatutária do Clube Republicano, este “julgou-se autorizado a legislar para a Escola, sem se recordar que esta casa de instrucção, não sendo de seu domínio e propriedade, não podia receber a acção da lei de um poder incompetente e ilegal” (Anexo 6).

Cabe sinalizar que muitos engenheiros enquanto intelectuais se destacaram pela atuação expressiva em movimentos abolicionistas bem como nos planos urbanísticos para a cidade imperial, a exemplo do engenheiro negro André Rebouças, cuja trajetória foi marcada por seu engajamento político, sua atuação junto à municipalidade, seu papel de professor na Escola Politécnica e suas redes de sociabilidade e solidariedade em torno do movimento republicano. André Rebouças iniciou os seus estudos com o seu pai em 1847, ingressando em seguida no colégio de Camilo Tertuliano Valderato, localizado no Campo de Sant’Anna na freguesia de Sant’Anna, nas proximidades da sua residência. Formado em Engenharia Militar em 1860, André Rebouças participou da fundação do

Clube de Engenharia e esteve envolvido em obras de grande porte pela cidade. Schueler (2016, p. 198-199) afirma que, “como um espelho de sua própria trajetória, André Rebouças atribuía à educação o poder de construir, para os negros, escravos e libertos, um projeto de elevação intelectual, moral e cultural”.

Outra iniciativa educacional, voltada para os meninos “pretos e pardos”, foi a atuação do professor Pretextato dos Passos e Silva, responsável pela criação de uma escola primária na freguesia de Sacramento, que funcionou entre 1853 e 1873, quando contava com 15 (quinze) alunos, sendo 1 (um) estrangeiro. Silva (2016) ressalta o fato de que o professor conseguiu, junto à Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, dispensa dos exames intelectuais para o exercício do magistério, apresentando abaixo-assinados dos pais e uma crítica às discriminações sofridas pelos meninos nas escolas da Corte. A autora sinaliza que o Decreto nº 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854, trouxe impeditivos para o acesso à escolarização ao permitir a matrícula apenas de crianças livres, não portadoras de doenças contagiosas e vacinadas³¹⁰; o que parece ter incitado a criação de escolas populares.

Enfim, de um lado, diferentes sujeitos pensavam a cidade e inventavam as suas próprias formas urbanas e escolares. Múltiplas “experiências modernizantes”, costumes e formas de apropriação do espaço da cidade estavam em curso no decorrer do século XIX: festas religiosas, bailes, atividades circenses, apresentações esportivas, experiências teatrais, clubes musicais, exposições industriais, fábricas de cerveja como centro de diversão, formas escolares “inventadas” pelos diferentes sujeitos... Em outras palavras, esse exercício contribuiu para iluminar alguns indícios, sinais e rastros de ações populares no sentido de reinvenção de suas próprias formas escolares, independente das prescrições normativas impostas pelo Estado, assim como de projetistas da cidade a partir da construção e/ou remodelação de áreas públicas, palacetes, vias públicas. A escola estaria incumbida de projetar uma nova urbe civilizada e ordenada que, inserida

³¹⁰ A história da imunização no país está relacionada diretamente à criação da vacina contra a varíola, que era obrigatória para crianças desde 1837 e para adultos a partir de 1846. Todavia, em meio a inúmeras dificuldades logísticas e sanitárias, com produção da vacina em escala industrial somente em 1884, essa determinação era dificilmente respeitada. As grandes epidemias motivaram o médico sanitário e infectologista Oswaldo Cruz a reforçar a obrigatoriedade da vacinação em todo o território nacional em 1904, dando origem à Revolta da Vacina no Rio de Janeiro. “Apenas os indivíduos que comprovassem ser vacinados conseguiriam contratos de trabalho, matrículas em escolas, certidões de casamento, autorização para viagens etc.” (A Revolta da Vacina. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2>. Acesso em: 28/04/2021).

na cidade em transformação, também era diretamente influenciada pelas demandas sociais, especificidades locais, circunstâncias políticas e limites impostos pelo próprio processo de urbanização da cidade.

Nesse capítulo, a “cartografia social” buscou acionar um conjunto de dispositivos prescritivos enquanto produção de inteligibilidades, agenciamentos e disputas entre os diferentes sujeitos, a fim de lançar alguns olhares indiciários acerca das configurações territoriais, no âmbito da escola e da cidade, em suas transitoriedades, tradições inventadas e resistências. As reflexões foram direcionadas para algumas representações, simbologias e práticas cotidianas daqueles sujeitos que inventavam a liturgia escolar assim como atuavam como construtores da urbe moderna. Os documentos oficiais, tramitados na esfera da municipalidade, que contribuíram para as reflexões anteriores em torno das prescrições acerca dos entrelaçamentos entre as culturas escolares e urbanas, serviram, neste momento investigativo, para lançar algumas luzes sobre a dimensão estética da Escola olhando para a Cidade.

Considerações Finais

A CIDADE COMO UM JOGO DE XADREZ

Ao contemplar essas paisagens essenciais, Kublai refletia sobre a ordem invisível que governava a cidade, sobre as regras a que respondiam o seu surgir e formar-se e prosperar e adaptar-se às estações e definhar e cair em decadência. Às vezes, parecia-lhe estar prestes a descobrir um sistema coerente e harmônico que estava por trás das infinitas deformidades e desarmonias, mas nenhum modelo resistia à comparação com o jogo de xadrez (CALVINO, 2017, p. 147).

Disciplinar, higienizar, medicalizar, ordenar e civilizar o espaço da cidade, eis algumas das representações da ordem (in)visível que governava a cidade que circulavam dentre os discursos urbanísticos nos anos de 1870. Representações que atravessavam o debate educacional com a expectativa de se “inventar” a forma escolar capaz de produzir um “sistema coerente e harmônico” da sociedade. Contudo, o que se observou foi que tais preceitos, norteadores do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876) e dos projetos das “Escolas do Imperador”, não inviabilizaram a multiplicidade de representações, apropriações, resistências e práticas dos diferentes sujeitos. O estudo dos princípios da ordem civilizatória, por meio do indiciamento dos documentos, possibilitou refletir sobre o discurso legitimado de engenheiros, arquitetos, médicos e legisladores no campo da educação no cotidiano da escola.

Dialogando com Calvino (2017), se “o catálogo de formas é interminável”, apesar das intencionalidades prescritivas e projetuais de conformação do espaço e tempo escolares, bem como do espaço da cidade, infinitas são as possibilidades experienciais assim como em um jogo de xadrez “no desenho traçado pelos angulosos saltos do cavalo, pelos espaços diagonais que se abrem nas incursões do bispo, pelo passo arrastado e prudente do rei e do humilde peão, pelas alternativas inexoráveis de cada partida” (CALVINO, 2017, p. 147-148). Nessa perspectiva, pode-se dizer que escola e cidade se reinventavam permanentemente.

Pensando na cidade imperial no último quartel do século XIX, constatou-se que a proliferação de obras públicas na década de 1870 consolidou uma arquitetura institucional, com destaque para a construção dos palacetes escolares, enquanto

expressão do sentimento de urbanidade, que contribuiu para estimular o mercado interno da construção civil. Após o fim da Guerra do Paraguai, as diferentes estéticas urbanas em construção possibilitavam um amplo repertório de composições estilísticas e funcionalidades com a adoção de materiais nacionais. A suntuosidade dos considerados belos exemplares arquitetônicos dos prédios institucionais contrastava com a arquitetura dos prédios particulares marcada pela simplicidade. Portanto, a inserção dos monumentos institucionais na cidade, como as “Escolas do Imperador”, contribuiu para atribuir uma nova dinâmica social entre as freguesias urbanas a partir de diferentes feições estéticas e simbólicas em torno da modernidade.

A composição palaciana era vista como um elemento de mudança da paisagem urbana marcado pelo casario colonial. O Mapa Arquitetural de 1874 sinalizava bem a densa ocupação do solo nos arredores do Largo do Paço, cuja conformação paisagística já exibia prédios públicos de grande porte, palacetes e igrejas durante o período colonial. Segundo Sobral (2015, p. 149), o “uso do partido palaciano tornar-se-ia frequente nas fachadas de diversos edifícios institucionais, independentemente do programa”. Nesse sentido, inspirados nos preceitos panópticos, os projetos adaptavam os diferentes programas de necessidades das instituições públicas: casas de detenção, hospitais, asilos e escolas. Essa rede institucional, responsável por escolarizar, disciplinar e higienizar a população, foi desenhada por um amplo aparato normativo de controle e regulação dos serviços públicos, tencionando cenários urbanos diferenciados na capital carioca, o que alimentou as relações de saber-poder em torno da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, durante a gestão de João Alfredo Correa de Oliveira no Ministério do Império.

O caráter inovador da tipologia arquitetônica das “Escolas do Imperador” se caracterizava por um amplo repertório de formas, materiais, estilos, simbolismos e sentidos que operavam sobre o espaço da cidade sob o viés do discurso civilizatório. Comparativamente, a Escola da Gloria se diferenciava por sua composição estilística mais ornamental que prolongou a sua construção, custeada pelo Governo Imperial, por mais de 4 (quatro) anos diferentemente das demais “Escolas do Imperador” que eram erguidas em até 2 (dois) anos. Observou-se que os palacetes escolares estudados se harmonizavam ao espaço da cidade imperial, dotado de composições estilísticas diferenciadas ao mesmo tempo em que de elementos construtivos comuns sob a

inspiração palaciana, desde as edificações com feições classicizantes até os jardins em estilo romântico de autoria do paisagista Auguste Glaziou. Apesar dos incentivos ao uso de materiais nacionais inclusive pelo Código de Posturas, a maioria dos palacetes escolares importava materiais construtivos e até mesmo mobiliário escolar.

Entrelaçando as culturas urbanas e escolares, o processo indiciário das “Escolas do Imperador” possibilitou sinalizar algumas representações sobre o processo inventivo da forma escolar na segunda metade do século XIX: 1. a preocupação com a arquitetura escolar; 2. a organização do espaço e tempo escolares, a fim de garantir a disciplina, a ordem e o controle das atividades educativas; 3. a medicalização da educação; 4. a invenção da liturgia escolar sob a ótica do discurso higienista, moralizante e reformador da educação; e 5. a dimensão social do espaço escolar e o discurso civilizatório para além dos muros da escola.

Buscou-se investigar, ao longo da pesquisa, os discursos reformadores da cidade e da escola, acionados pelos diferentes sujeitos na segunda metade do século XIX. A emergência de ações reformistas foi reforçada por uma série de estratégias desde os pareceres sanitaristas, os planos de melhoramentos da cidade, os aparatos normativos até as estatísticas oficiais, que contribuíam para ratificar o diagnóstico de uma cidade marcada por epidemias, insalubridade dos espaços públicos e privados, além da precariedade dos espaços escolares. A “invenção da forma escolar”, com definição de espaços e tempos específicos para a escolarização, foi tencionada por um amplo repertório regulatório, pois era preciso conformar, controlar, disciplinar e harmonizar o espaço e o tempo escolares. A partir do diagnóstico do quadro educacional do país e sob os princípios da ordem civilizatória, a liturgia escolar compreendeu, por exemplo, a construção de prédios considerados adequados para a escolarização; a seleção e capacitação dos professores; além da definição de métodos e programas escolares.

Gondra (2004, p.311) alerta para o caráter reformista da educação, que conjugaria as iniciativas das esferas governamental e privada, a fim de “promover a elevação do Brasil e inscrevê-lo na ordem civilizada, por intermédio da invenção e imposição da escolarização à população local”. Os palacetes escolares pareciam responder à necessidade de se combater o “modelo anti-higiênico” das instituições escolares vigentes. Observou-se que, apesar das políticas de reordenamento social, a partir da racionalidade urbanística bem como dos dispositivos regulatórios da

educação, as práticas, as apropriações, os sentidos e as relações de saber-poder entre os diferentes sujeitos eram, permanentemente, reinventados. Em alusão a Calvino (2017), assim como são múltiplas as possibilidades em uma partida de xadrez, infinitas eram as formas de experienciar e de se apropriar do espaço da cidade.

Cabe destacar que a coleção documental foi construída a partir do “espaço em branco” existente no Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876) no que se refere ao processo de expansão da escolarização da cidade do Rio de Janeiro. Buscou-se situar o discurso “não-dito” em meio ao cenário urbano da corte imperial, tensionada pelos diferentes sujeitos, o que permitiu entender as táticas acionadas pela equipe de engenheiros, que estavam voltadas para a habitação, como uma forma de controle do espaço privado ainda muito utilizado como “casas de educação”. O espaço da moradia, devidamente normatizado e controlado, seria parte importante do processo de construção da cidade saudável, cujas melhorias experienciadas poderiam balizar as demais intervenções ou até mesmo as demandas por espaços escolares considerados mais apropriados sob a ótica da higiene. Pode-se afirmar que, intervir no espaço privado, sinalizava ainda a legitimação dos postulados da medicina sanitária.

As reformas urbanas, projetadas pela Comissão de Melhoramentos de 1874, tencionaram materializar uma “cidade ideal” liberta das vicissitudes, das epidemias, das carências sociais, dos problemas urbanos, dos déficits educacionais e dos desvios morais. A apropriação do vocabulário da medicina pelo campo da educação pode ser comparada à necessidade de “patologizar” o jogo do bicho, as atividades circenses, as moradias populares, enfim, o espaço da cidade. Nesse sentido, entendia-se um espaço urbano carente de vitalidade, moralidade e civilidade.

A cidade, esquadrihada pelos instrumentos estatísticos, facilitaria, então, a ação estatal disciplinar e a idealização de intervenções urbanísticas mais racionais, hierarquizadas e setorizadas, onde a busca de uma centralidade urbana, característica dos planos de melhoramentos no período, garantiriam o sentimento de urbanidade tão desejado. Tornar conhecido o desconhecido remete à obra de Calvino (2017), considerando que a viagem de Marco Polo pelas “cidades invisíveis” possibilitaria ao Imperador Klubai Khan conhecer as especificidades das realidades distantes para melhor governar o seu reino. Incursionando pela cidade imperial, em um período marcado por grandes epidemias, as estatísticas funcionavam enquanto dispositivos de

saber-poder, em alusão a Foucault (2017), na medida em que se possibilitaria a ação estatal sobre os efeitos socioeconômicos dos deslocamentos populacionais, bem como o controle das taxas de natalidade, mortalidade, doenças infectocontagiosas, educação etc. “Assim, tornar esses mundos conhecidos, para então conseguir pensá-los, e, pensando-os, governá-los, conforma exatamente a equação política dos governos dos Estados” (SENRA, 2006, p. 34). As estatísticas serviam como dispositivos norteadores das tecnologias de poder empregadas e produção dos discursos de verdade (FOUCAULT, 2017). Tais conhecimentos estatísticos, manifestados em números, tabelas e gráficos, contribuíam para legitimar os instrumentos políticos de governamentalidade.

Revestidos pelo discurso higienista e instrumentalizados pelos recursos estatísticos, engenheiros e arquitetos projetavam no século XIX o espaço da cidade enquanto símbolo da modernidade. Entretanto, a estética urbana não deve ser compreendida, tão somente, pela busca da “cidade ideal”, no sentido de “projetar uma forma urbana determinista da moral e da conduta dos cidadãos” (SCHULZ, 2019, p. 143). A incursão por outras possibilidades experimentadas por aqueles sujeitos, que também projetavam escola e cidade, contribuiu para indiciar outros sentidos para além dos “espetáculos urbanos” atribuídos às “Escolas do Imperador”. As escolas funcionavam como monumentos capazes de dinamizar o processo urbano. Na “cidade ideal”, os traçados urbanos retificados e os elementos arquitetônicos “monumentalizados” seriam fundamentais para a disciplinarização social. Uma cidade, cujas imagens, paisagens e percursos até então familiares àqueles sujeitos se transformavam aceleradamente, precisava fortalecer os seus espaços de poder-saber, reconstruir os seus espaços de memória e redefinir os seus “rituais de verdade”.

O percurso reflexivo iniciou indiciando a emergência da pretensa “rede de escolarização” da cidade do Rio de Janeiro, a partir das “Escolas do Imperador”, que tencionava “inventar” a forma escolar, se apropriando dos discursos urbanísticos, médicos e sanitaristas. De um lado, o projeto de medicalização da educação que foi revestido de múltiplos contornos, abordagens e sentidos na prática escolar cotidiana. Por outro, a conformação da forma escolar, sob a ótica dos engenheiros e arquitetos, a qual não significou uma simples transposição dos modelos estrangeiros, considerando que foi, constantemente, submetida a reinvenções, adaptações e ressignificações por

parte dos sujeitos, de acordo com as especificidades locais como, por exemplo, a tipologia simples da Escola da Nossa Senhora da Gávea e a dimensão palaciana da Escola Mixta Imperial de Santa Cruz, ambas situados em freguesias mais distantes e pouco populosas; o projeto de moradias para religiosos na Escola da Freguesia de São José e para professores na Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Gloria.

A racionalidade urbanística seria reforçada então pela expansão da malha escolar pela cidade, que se estruturava, principalmente, em virtude da densidade populacional. Por outro, a malha escolar parecia impulsionada pelo desenvolvimento dos transportes (trens e bondes) e pelo processo de interiorização da cidade. Nesse sentido, foram observados arranjos, estratégias e táticas no sentido de facilitar a circulação, a acessibilidade e os investimentos pelas diferentes freguesias da cidade imperial, como o direito ao transporte gratuito nos carris de ferro aos funcionários públicos em serviço, aos engenheiros e agentes integrantes das comissões dos planos de melhoramentos e a instituições de caráter educacional ou assistencialista. Pensar no processo de escolarização social remete à afirmação de Gondra (2004, p. 180) que “a construção de colégios em edifícios próprios, para funcionarem como lugar de ensino a partir das prescrições da higiene, certamente funcionou como um emblema e um ícone do amplo projeto de modernização – entenda-se, de higienização nacional”. Portanto, tratava-se de um amplo projeto de medicalização do urbano.

Observou-se ainda que o caráter higienista da remodelação urbana visava atender às demandas socioeconômicas da cidade, projetando uma “cidade do espetáculo” a partir de uma série de obras monumentais concentradas na região central. As áreas urbanas, beneficiadas pelo Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876), acabariam por atrair investimentos imobiliários em virtude da valorização fundiária, incitando o mercado de construção civil voltado para as habitações populares. Buscava-se regulamentar as condições de habitabilidade e a construção de prédios populares em consonância com os preceitos higienistas, a exemplo da iniciativa do engenheiro Luiz Raphael Vieira Souto, que solicitou concessões ao governo imperial em 1885 para a construção de casas proletárias. Para Vieira Souto (1875), “o bem-estar e a saúde das classes operárias interessam a todo o país, porque representam a base da prosperidade nacional” (*apud* CAETANO, 2008, p, 42).

O segundo momento reflexivo consistiu em indiciar que a teoria miasmática respaldava o Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876), no que se refere à melhoria da qualidade do ambiente urbano com eliminação dos focos de doença proliferados em áreas pantanosas e no Canal do Mangue e, sob o ponto de vista social, na regulamentação e no controle das habitações, especialmente, aquelas voltadas para as camadas populares. Verificou-se uma medicalização da política urbana na qual engenheiros e médicos prescreviam, controlavam, ordenavam e ressignificavam as práticas urbanas, sociais, culturais e econômicas sob a égide da higiene. Nesse sentido, afirma-se que o Plano de Melhoramentos da Cidade, apesar das disputas, tensões e constrangimentos entre os diferentes agentes políticos, tencionava, através de diferentes táticas estratégicas, uma higienização do espaço da cidade: canais, pântanos, água, ar, escolas, fábricas, matadouros, cortiços etc.

A equipe de engenheiros e arquitetos, responsáveis por projetar escola e cidade, estava associada ao aparelho estatal e, paralelamente, imersa em uma rede de sociabilidade e solidariedade, tensionada por interesses, forças, disputas e relações de saber-poder, na busca da consolidação de um discurso legitimador e legitimado no espaço da cidade. Observou-se que os autores intelectuais utilizavam diferentes estratégias e táticas de afirmação profissional, assumindo, simultaneamente, diferentes papéis e funções sociais, como os engenheiros Francisco Pereira Passos, José Antonio da Fonseca Lessa, Jeronymo R. M. Jardim, Marcelino Ramos da Silva, André Pinto Rebouças, Antônio de Paula Freitas, Luiz Raphael Vieira Souto e o arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva. Intelectuais com forte atuação junto à municipalidade, cujas trajetórias e redes de sociabilidade e solidariedade contribuíram para repensar a história da Engenharia em articulação com a história das instituições escolares na cidade imperial. Destarte, a materialidade do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876), os aparatos normativos ou os pareceres e relatórios técnicos publicados na grande imprensa funcionavam como estratégias de saber-poder no processo inventivo da urbe moderna bem como das formas escolares a partir das “Escolas do Imperador”.

O percurso investigativo posterior tencionou indiciar espaço e tempo escolares no processo de legitimação da liturgia escolar institucionalizada pelo poder estatal e por um conjunto prescritivo de práticas escolares. Nessa perspectiva, a arquitetura

escolar deveria expressar um espaço funcional, hierárquico e simbólico, que atendessem aos seus fins educacionais, otimizando tempo e recursos materiais e humanos. Sob o viés civilizatório, “transformam-se as multidões, confusas e perigosas, errantes e por isso inúteis, em múltiplos organizados num espaço e num tempo coletivos” (SENRA, 2006, p. 30). A remodelação urbana implicava assim na modelação dos sujeitos e na conformação do modelo escolar na segunda metade do século XIX. Ao projetarem a arquitetura palaciana dos prédios escolares, segundo os preceitos estéticos da arquitetura institucional do período, engenheiros e arquitetos indiciavam a importância do processo da escolarização no projeto de modernização da cidade imperial. Remetendo a Vincent, Lahire e Thin (2001, p. 46), a forma escolar parecia “extravasar” pelos espaços da cidade, onde a “forma escolar é transversal a diversas instituições e grupos sociais, logo não está limitada à instituição escolar”.

As “Escolas do Imperador” funcionavam como símbolos da civilização, cuja arquitetura palaciana contribuía para a sua fácil identificação no espaço urbano, racional, ordenado e planificado, a partir do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876). A adoção de tal padrão estético na arquitetura escolar funcionou como uma estratégia para legitimar, circular e compartilhar os ideais de civilidade e de modernidade desejados pela cidade imperial. Disputando representações acerca do espaço e tempo escolares com os médicos sanitaristas, tais intelectuais tencionavam intervir na cidade sob os princípios da ordem civilizatória, legitimando saberes e reforçando os seus respectivos campos profissionais. Imersas no projeto de escolarização do social na segunda metade do século XIX, observou-se, no entanto, que as “Escolas do Imperador” contrariavam determinados princípios sanitaristas da medicina urbana em defesa da “arquitetura do espetáculo”. A concentração dos palacetes escolares nas freguesias centrais, por exemplo, era fortemente criticada sob o ponto de vista médico sanitarista.

Com efeito, na capital se acham quasi todos os estabelecimentos de instrução superior, as escholas normaes, o bacharelado, os collegios de instrução secundaria; edificam-se cada dia palácios para a instrução primaria, fazem-se conferencias publicas, enquanto que as provincias, abandonadas á seus mesquinhos recursos, vegetam na ignorancia completa e absoluta (MACHADO, 1875 *apud* GONDRA, 2004, p. 314).

Os caminhos finais da operação historiográfica em torno dos entrelaçamentos entre as culturas escolares e urbanas, tencionou, ainda que de forma exploratória, cartografar a cidade imperial por meio das práticas escolares e urbanas experienciadas pelos diferentes sujeitos nas proximidades das “Escolas do Imperador”. Acredita-se que as estratégias adotadas pelos professores como forma de (re)significar o cotidiano da sala de aula; as ações de intelectuais no sentido de (re)inventar as formas escolares; e a multiplicidade de usos e formas de apropriação do espaço da cidade contribuíram para esboçar um dos possíveis cenários vivenciados por aqueles sujeitos. Foi possível sinalizar algumas práticas culturais e sociais cotidianas que indiciam os entrelaçamentos entre as culturas urbanas e escolares. Traços, vestígios e rastros dos diferentes modos de se pensar e vivenciar a cidade imperial no final do século XIX.

Na busca de indiciamento do Plano de Melhoramentos da Cidade e dos projetos das “Escolas do Imperador”, da rede de escolarização do social e dos diferentes dispositivos normativos de regulação do espaço da cidade, é possível afirmar que a cidade imperial buscava consolidar uma estética urbana civilizatória inspirada nos preceitos “panópticos”. Engenheiros, arquitetos, médicos, educadores e outros intelectuais projetavam as formas urbanas e escolares, assim como procuravam prescrever uma liturgia escolar, incluindo os movimentos, as condutas, os tempos e espaços escolares, os programas, os métodos de ensino, os mobiliários e utensílios, enfim, a materialidade escolar.

Uma estética da educação marcada por certa “inovação” paralelamente às permanências das formas escolares, como a moradia para os professores projetada no interior da Escola da Freguesia da Nossa Senhora da Glória. A pretensa “rede escolar”, por meio de um conjunto de escolas isoladas e dotadas de particularidades desde a concepção até o funcionamento, possibilitou indiciar uma “modernidade pedagógica” em termos da arquitetura monumental dos prédios escolares, equiparadas à arquitetura institucional do período, que foram construídos especificamente para a instrução pública primária; da multifuncionalidade dos espaços escolares que, como prédios públicos, comportavam uma série de serviços da municipalidade; da aplicação de verbas públicas e particulares na construção e na manutenção dos palacetes escolares; da oferta de auxílio-moradia aos professores no caso da Escola de São Christovão; da contratação de funcionários (serventes e jardineiros) para a

manutenção dos palacetes escolares, sendo merecedores de gratificações ao final do ano letivo como na Escola de São Sebastião; do espaço de (re)invenção de programas e métodos de ensino respaldados no ensino seriado e simultâneo; da conformação de novos espaços e tempos escolares baseados na hierarquia e na disciplina; e da adoção de instrumentos de seleção, capacitação, divisão e controle do corpo docente. Enfim, uma estética da educação que estaria vinculada à estética do lugar marcada pelos preceitos urbanísticos, médico-sanitaristas e ético-morais.

Projetando escola e cidade, os engenheiros e arquitetos pretendiam atender à política higienista do período, que implicava em intervenções de caráter social, urbanístico e médico, mas também ações no campo intelectual e ético-moral. Com base nos discursos legitimados e legitimadores dos princípios da ordem civilizatória, buscou-se compreender as culturas escolares a partir da racionalidade urbanística no espaço da cidade. Indiciando o Plano de Melhoramentos da Cidade, certas representações do desejado sentimento de urbanidade foram sinalizadas: 1. a ordenação e a retificação do traçado urbano; 2. a disciplinarização do espaço da cidade e do processo de ocupação e uso do solo; 3. a higienização e medicalização da cidade a partir da drenagem e do aterro das áreas pantanosas; 4. a racionalização do espaço da habitação sob os critérios da salubridade, da ética moral e da estética construtiva; e 5. a dimensão educativa e civilizatória do espaço da cidade.

Sob a ótica civilizatória, pode-se afirmar que a estética urbana tencionava construir uma imagem de “cidade espetáculo” a partir de determinadas estratégias seja da cartografia, dos guias turísticos, das exposições nacionais e internacionais ou até mesmo das influências estrangeiras traduzidas nos planos de melhoramentos da cidade. Nesse sentido, a monumentalidade dos prédios escolares parecia se enquadrar no cenário utópico da urbe moderna idealizada pela intelectualidade do período. Entretanto, as experiências escolares dos abolicionistas e as disputas em torno do espaço da cidade sinalizaram outras possibilidades, outros sentidos, outras estratégias de “governamentalidade” acionadas pelos sujeitos.

Enquanto “cidade espetáculo”, acredita-se que a “acontecimentalização” das “Escolas do Imperador” contribuiu para a “invenção” da forma escolar bem como a legitimação do processo de escolarização na cidade do Rio de Janeiro. Aliás, organizar o tempo escolar em dois turnos e permitir que os alunos circulassem pela cidade até as

suas residências já foi uma estratégia observada e caracterizada como “espetáculo” por uma professora primária nos anos de 1870, conforme discutido no Capítulo 4. Considerando as prescrições regulatórias do espaço e tempo escolares, a partir dos preceitos da medicina urbana, das posturas municipais e do Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876), afirma-se que estava em construção uma “pedagogia urbana”. A arquitetura da cidade ordenada, disciplinada e civilizada demandava fundamentos sólidos possibilitados pela constituição de uma “pedagogia urbana”, capaz de controlar, disciplinar e educar as novas gerações.

Refletindo sobre o extravasamento das formas escolares aliadas ao amplo repertório normativo, os palacetes escolares contribuíam para ensinar os modos civilizados de apropriação do espaço da cidade por parte da população, convertendo a Cidade em um espaço educativo e a Escola em um dispositivo para inculcar ideais de urbanidade, cortesia, higiene pública. Localizadas nas grandes praças públicas, os palacetes escolares, localizados nas freguesias de Sant’Anna, São Christovão e Gloria, compreendiam elementos urbanos expressivos e constitutivos da “estética do lugar”, seja pela dinâmica cotidiana de circulação dos alunos ou da prática dos exercícios de ginástica no espaço público, seja pela participação em encenações teatrais da “cidade espetáculo”, desde os principais acontecimentos políticos do país até as obras de melhoramentos urbanos na região central. Tais entrelaçamentos entre as culturas escolares e urbanas fortaleciam o sentimento de pertencimento bem como a difusão dos ideais de ordem, harmonia, higiene e disciplinarização.

A escolarização do social implicava, portanto, investimento no reordenamento da cidade aliado a uma “reinvenção” da escola. Nesse sentido, inúmeras foram as disputas, as tensões e intenções dos sujeitos envolvidos no projeto do espaço-escola no último quartel do século XIX. Perscrutando o processo de escolarização do social, o processo de remodelação urbana estaria atrelado a uma remodelação social da cidade, no qual a realização das Conferências Populares na Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria parecia atender bem aos objetivos de inculcação dos novos ideais de urbanidade necessários ao processo civilizatório de construção da nova urbe moderna. Independente do poder de alcance social, as conferências podem ser vistas enquanto ferramenta de difusão da ciência em favor do progresso (CARULA, 2007). Assim sendo, as Conferências da Escola da Gloria, abertas ao público, sinalizariam “a escola

‘olhando’ para a cidade”. As conferências versavam sobre diversos temas com ênfase na educação, na saúde pública, na instrução da mulher e no papel feminino na sociedade, na cultura (literatura, teatro, história das civilizações) e na ciência (matemática, medicina, ciências físicas). Todavia, o relatório, elaborado pelo professor Manoel José Pereira Frazão, apontava que esta iniciativa não atendia às demandas em termos de capacitação do professorado.

De um modo geral, diferentes estéticas urbanas estavam em construção e as “Escolas do Imperador”, considerados no presente estudo, enquanto elementos integrantes e integradores dos projetos de melhoramentos da cidade, previstos pela comissão de engenheiros da municipalidade em 1874, parecem ter contribuído na reconfiguração social e urbana da cidade. Os espaços multifuncionais das “Escolas do Imperador” ofereciam à comunidade local uma série de serviços públicos (posto de vacinação, a biblioteca popular, juizados paroquiais, moradias para professores e salas de conferências públicas). Portanto, a escola não se apresentava como uma instituição, com inspirações fortemente panópticas, fechada em si e ao mundo exterior. Muito, pelo contrário, sob a ótica foucaultiana, convidava os diferentes sujeitos para participarem do “Monumento” e a exercerem, ao mesmo tempo, uma dupla função: a de multiplicadores dos saberes técnicos, científicos, morais e éticos, bem como de apropriação do espaço da escola. Logo, os sujeitos estariam submetidos aos dispositivos disciplinares para além dos muros da escola.

A diferente racionalidade urbanística esboçada pelos engenheiros idealizava, portanto, uma cidade estruturada em eixos espaciais, temporais e comunicacionais. Buscava intervir na estrutura material e simbólica do espaço da cidade por meio de diferentes dispositivos urbanísticos como os planos de melhoramentos, as posturas municipais, os decretos e regulamentos educacionais. Logo, o Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876) funcionava enquanto um instrumento de controle do processo de uso e ocupação do solo, promovendo ações de salubridade, saúde pública, expansão das redes de infraestrutura e distribuição dos serviços públicos. Portanto, apesar de as “Escolas do Imperador” não estarem contempladas no Plano de Melhoramentos da Cidade, pode-se afirmar que as diretrizes e intervenções urbanísticas viabilizavam a implantação dos equipamentos escolares e o processo de expansão da escolarização na cidade. Em síntese, o Plano de Melhoramentos da

Cidade estava fundamentado, portanto, na teoria do controle do crescimento urbano assim como de pessoas, mercadorias e ideias, eixo a partir do qual pode ser compreendido o projeto das “Escolas do Imperador”.

Enfim, uma relação de total entrelaçamento da escola com a cidade que produziu diferentes estéticas, sentidos, discursos e espaços de sociabilidade e solidariedade por meio dos diferentes sujeitos, que projetavam ou vivenciavam os espaços escolares. De um lado, o desejo de expansão da rede de escolarização em uma cidade imperial, hierarquizada, fragmentada e limitada frente às demandas sociais. Por outro, uma malha escolar que expressava as contradições, os territórios segregados e a estrutura urbana deficitária. Nesse sentido, observaram-se inúmeras narrativas e práticas que contribuíam para desenhar os contornos do binômio entre escola e cidade. Considerando que o documento não é capaz de “falar” por si próprio, o indiciamento das fontes possibilitou iluminar algumas chaves de compreensão para o processo de escolarização da cidade oitocentista.

Que o processo indiciário acerca dos entrelaçamentos entre as culturas escolares e urbanas, sinalizadas pelas “Escolas do Imperador” e pelo Plano de Melhoramentos da Cidade de 1875-1876, permita refletir sobre as intencionalidades prescritivas dos projetos supracitados assim como sobre os infinitos sentidos experienciados, agenciados e disputados entre os diferentes sujeitos em suas práticas cotidianas. Espera-se que este exercício reflexivo sobre as “Escolas do Imperador” possa contribuir para se repensar, em futuros processos investigativos, o caráter inventivo e educativo dos espaços e tempos citadinos que permeavam o processo de institucionalização da(s) forma(s) escolar(es) entremeadas ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX.

Referências Bibliográficas

ABDALA, R. D. **A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da Reforma Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1927-1930)**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2003.

ABREU, M. de A. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO: ZAHAR, 1988.

ABREU JUNIOR, L. de M. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Proposições** - Revista quadrimestral da Faculdade de Educação da UNICAMP, vol. 16, n. 1. (46), p. 145-166, jan./abr. 2005.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. São Paulo: Edusc, 2007.

ARGAN, G. C. **História da Arte como a História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ALMEIDA, G. M. Dos Mananciais Para as Freguesias: a distribuição da água no espaço urbano do Rio de Janeiro no decênio 1850-1860. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. **Anais**. São Paulo, jul. 2011.

AMARANTE, J. C. A. do. **Instituto Militar de Engenharia: Uma Ponte para o Futuro**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2013.

ANDREATTA, V. **Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

_____. RIO DE JANEIRO: planes de ordenación y orígenes de la urbanística carioca. **Revista Iberoamericana de Urbanismo**, n.1, p. 15-26, 2009. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu>. Acesso em: 27 mar. 2019.

ARRIADA, E.; NOGUEIRA, G. M.; VAHL, M. M. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 37-54, mai./ago. 2012.

ASSIS, A. A. de. Instituto Militar de Engenharia. Berço da Engenharia no Brasil. **Revista Verde-Oliva Exército Brasileiro**. Brasília-DF, Ano XXXV, n. 197, p. 25-27, ago.2008.

AZEVEDO, P. C. F. **História Militar**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

BARBOSA, R. S. G.; ALMEIDA, C. B.; LIMEIRA, A. M. Beneficência e instrução: ações católicas na história da educação na capital do império (1880-1930). **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-20, 2020.

BASTOS, M. H. C. Educação Pública e Independências na América Espanhola e Brasil: experiências lancasterianas no século XIX. **Rev. Hist. Edu. Latino-americana**, v. 14, n. 18, p. 75-92, enero/junio. 2012.

BEAKLINI, A. V. **Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz: uma proposta de educação pelo trabalho do Imperador D. Pedro II (1885-1889)**. Dissertação (Mestrado em

Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos, um Haussman Tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

_____. Rio de Janeiro: da urbe colonial à cidade dividida. In: PINHEIRO, A. I. D. F. **Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 163-203.

BENÉVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

BIBLIOTECA NACIONAL: Rio 450 anos. Bairros do Rio - Vila Isabel. Publicado em 31 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/noticia/2015/05/rio-450-anos-bairros-rio-vila-isabel>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BOCK, A. M. **Psicologias. Uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

BONATO, N. M. da C. **Educação [sexual] e sexualidade: o velado e o aparente**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996.

BORGES, A. **A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

_____. Lugares do magistério na corte imperial: o protagonismo do professor Candido Matheus de Faria Pardal. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2018.

BOTO, C. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Hist. Educ.** [online]. Porto Alegre, v. 18, n. 44, p. 99-127, set./dez. 2014.

BRANDAO, Z. Os jogos de escalas na Sociologia da Educação. **Revista Educação e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 29, 2008.

CAETANO, R. C. de A. **Os Positivistas Politécnicos e a (des)Construção da Maravilhosa Cidade: Rio de Janeiro, 1850-1906**. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2008.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COARACY, V. **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Itatiaia: Edusp, 1988.

CALÓGERAS, P. **Formação histórica do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, v. 118, 2009.

CAMPOS, J. C. P. de. **Políticas de educação pública na cidade do Rio de Janeiro (1870-1930): relações entre o público e o privado na construção da rede de escolas públicas**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias** [online]. São Paulo, v. 14, n. 31, p. 94-119, 2012.

CARLOS, V. N. V. **Traços, esboços e colorações da “educação dos sentidos” na reforma da instrução pública (1879) na corte imperial.** Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

CARULA, K. As Conferências Populares da Glória e a difusão da ciência. **Almanack Braziliense**, n. 6, nov. 2007.

CARVALHO, A. L. dos S. O Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte Portuguesa: planos, intenções e intervenções no século XIX. In: **Projetos urbanos e formação da cidade oitocentista.** Brasília, XIII-SHCU, Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo, n. 13, p. 55-63, 2014.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Teatro de sombras: a política imperial. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASCO, A. C. A. J. Rio de Janeiro – uma cidade tra(duz)ída pelos mapas. **Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid.** Campinas - São Paulo, v. 10, n. 2 [18], p.371-400, mai./ago. 2018.

CHALHOUB, S. **Zadig e a história. Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, R. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHIAVARI, M. P. **Rio de Janeiro:** preservação e modernidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Sextante, 1998.

CHING, F. D.K. **Arquitetura - Forma, Espaço e Ordem.** São Paulo: Martins Fontes, 2016.

CHOAY, F. **Urbanismo:** utopias e realidades - uma antologia. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, Série Estudos 67, 1992.

CHOLFE, J. F. **As implicações filosóficas da teoria da Gestalt.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2009.

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. 6.ed. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1999.

COSTA, M.V. (org.); VEIGA-NETO, A. et. al. **Caminhos investigativos:** novos olhares na pesquisa em educação. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, N. M. A Escola Normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In: CAMPOS, M. C. S. de S., SILVA, V. L. G. da (orgs.). **Feminização do magistério:** vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002, p.163-91.

_____. A segunda escola profissional para o sexo feminino (Rivadavia Corrêa) do Distrito Federal ou a trajetória de sua diretora – Benevenida Ribeiro (1913-1961). **Série - Estudos** - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 25, p. 85-102, jan./jun. 2008.

COSTA, N. M.; BEAKLINI, A. V. A Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz (1885-1889): uma Proposta de Ensino Profissional do Imperador D. Pedro II. IX

SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS - História, Sociedade e Educação no Brasil, **Anais**. João Pessoa: UFP, 2012.

COUTO, F. R. Manifesto Republicano de 1870: esboço institucional de uma república parlamentarista. 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH-BRASIL, **Anais**. Recife, 2019.

CUNHA, L. A. **A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

DANTAS, R. M. M. C. Considerações sobre o Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional. In: ANDRADE, A. R. P. de. (org.). **Guia de visitação ao Museu Nacional: reflexões, roteiros e acessibilidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2013, p. 15-23.

CRAGOE, C. D. **Como decifrar arquitetura: um guia visual completo dos estilos**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

CRUZ, H. de F. e PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DE CERTEAU, M. **A Operação Historiográfica - A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DEL RIO, V. Perambulando pelo centro histórico de Lisboa: urbanidade, o flâneur e as qualidades visuais da cidade. In: P. Rheingantz, R. Pedro & A. Szapiro (orgs.). **Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

DUARTE, T.; PEDROZA, M. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde (Matadouro Público de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1872-1889). In: ENGEMANN, C.; AMANTINO, M. (Org.). **Santa Cruz: de legado dos jesuítas à pérola da coroa**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2013, p. 315-348.

DUSSEL, I.; CARUSO, M. **A Invenção da Sala de Aula: uma genealogia das formas de ensinar**. São Paulo: Moderna, 2003.

DZIURA, G. L. Três tratadistas da arquitetura e a ênfase no uso do espaço. **Revista Da Vinci**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 19-36, 2006.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, v. 2, 1993.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. **Soc. Estado**. [online], v. 23, n. 3, 2008, p. 515-554.

ESCOLANO, A. El espacio escolar como escenario y como representación. **Teias**, v.1, n.2, p. 97-107, 2000.

FARGE, A. **Lugares para a História**. Lisboa: Editorial Teorema, 2017.

FARIA FILHO, L. M. "A legislação escolar como fontes para a história da educação: uma tentativa de interpretação". In: _____. **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003, p.135-150.

_____. **Dos pardieiros aos palácios**. Passo Fundo, RS: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2000.

FARIA FILHO, L. M. de; GONÇALVES, I. A.; VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FERNANDES, T. M. **Imunização antivariólica no século XIX no Brasil**: inoculação, variolização, vacina e revacinação. *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 10, p. 461-74, 2003.

FERREIRA, M. de S. e B., OLIVEIRA, I. M. Achados do Matadouro de São Cristóvão: o artefato arqueológico virtualizado no Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** [online]. 2019, v. 27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672019v27e02>>. Acessado em 15 mai. 2021.

FIOCRUZ, 105 ANOS. A Revolta da Vacina. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FONSECA, M.R.F. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In: PORTO, Â., SANGIARD, G., FONSECA, M.R.F. e COSTA, R.G.R. (orgs.). **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)** [online]. Rio de Janeiro: Ed. da FIOCRUZ, 2008, p. 31-57

_____. As Conferências Populares da Glória: a divulgação do saber científico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, nov. 1995 / fev. 1996. In: SENNA, N. **História das Estatísticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, v. 1 - Estatísticas Desejadas (1822_c.1889), 2006.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

GASPAR, J.A. dos S. **O desenho escolar no Rio de Janeiro: uma história de 1890 a 1964**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Severino Sombra, Vassouras-RJ, 2014.

FURTADO, J. L. O engenheiro e o político: as relações entre o discurso político e o discurso científico na trajetória de Francisco Pereira Passos. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2006.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

_____. Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, v. 35, n. 126, set./dez. 2005.

GINZBURG, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-79, 1989.

_____. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, A. M. de C.; HANSEN, P. S. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, A. R. **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Arquivo Geral de Cultura do Rio de Janeiro - AGCRJ, Coleção Memória Carioca, v. 4, 2004.

GONDRA, J. G. Prudência, reflexão e experiência x abusos inveterados: reflexões acerca de formas e (re)formas da escola na capital do império brasileiro. In: BOTO, C.; AQUINO, J. G. (Org.). **Democracia, Escola e Infância**. São Paulo: FEUSP, 2019, p. 152-165.

_____. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003, p. 519-550.

_____. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Mousés (orgs.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, J. G.; LEMOS, D. C. A. A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. **Revista Rio de Janeiro**, n. 13-14, p. 69-83, mai./dez. 2004.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. F. M. de. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIA DAS ESCOLAS DO IMPERADOR. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ, Secretaria Municipal de Educação, Centro de Referência da Educação Pública, 2005.

GUIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA: bens tombados. CARVALHO, Lia de Aquino (coord. geral). 3.ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1998.

HERNANDEZ DIAS, J. M. Etnografia e historia material de la escuela. In: ESCOLANO BENITO, Agustín e HERNANDEZ DIAS, J. M. (coords). **La memória y el deseo: cultura de la escuela y educacion deseada**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2002, p. 225-246.

HABERMAS, J. **Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HOBBSAWM, E. & RANGER, T. (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

LE GOFF, J. **Antigo/Moderno**. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

_____. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003.

_____. **Documento/Monumento**. Enciclopédia Einaudi, v. 1, Memória - História. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

LEMOS, D. C. de A. Professores, Escolas e Palácios: a Instrução Pública nas Freguesias da Cidade do Rio de Janeiro (1870-1890). In: MIGNOT, A. C. V.; SILVA, A. L. da; SILVA, M. G. da (orgs.). **Outros Tempos, Outras Escolas**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014, p.95-111.

_____. **O Discurso da Ordem: A constituição do campo docente na Corte Imperial**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

LEMOS, C. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LESAGE, P. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. In: BASTOS, M. H. C.; FARIA FILHO, L. M. **A escola elementar no século XIX: o método monitorial mútuo**. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999, p. 9-24.

LIMEIRA, A. de M. Luzes da Instrução: iniciativas particulares de escolarização no Século XIX. **Revista Teias**, Ética, Saberes & Escola, v. 12, n. 25, p. 129-150, mai./ago. 2011.

LOPES, D. de C.; EHRENBERG, M. C. Entre o pódio e o picadeiro: o sportsman circense zeca Floriano. **Revista História da Educação (online)**, v. 24, 2020.

LUCENA, L. C. de. **Um Breve Histórico do Instituto Militar de Engenharia**. Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia - IME, 2005.

LOPES, K. G. C. **A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade-corte: o caso da Escola da Imperial Quinta da Boa Vista**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

LYNCH, K. **A Boa Forma da Cidade**. Portugal: Edições 70 Ltda., Arquitetura & Urbanismo, 1999.

_____. **A imagem da cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

MACHADO, E. L. R. A História Militar e o curso de formação de oficiais combatentes do Exército Brasileiro: 200 anos de História. IV ENCONTRO PEDAGÓGICO DO ENSINO SUPERIOR MILITAR, **Anais**, 2012, p. 15-26.

MANENTI, L. Os elementos e os princípios da composição arquitetônica: paralelos entre Vitruvius e Le Corbusier. 11° SEMINÁRIO NACIONAL DO DOCOMOMO BRASIL, **Anais**. Recife: DOCOMOMO_BR, 2016, p. 1-12.

MASTROMAURO, G. C. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, **Anais**. São Paulo, jul. 2011.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília - DF: INL, 1987.

MATOS, P. G. de. **O dispositivo da obrigatoriedade escolar: Disputas, negociações e desafios (2006-2016)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

MAUAD, A. M. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 73-98, 1996.

MELLA, J. L. V. Temporalidade e identidade. O jogo do bicho no Rio de Pereira Passos. Dossiê Temático. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, p. 109-124, mai./ago. 2003.

MELO, V. A. Novas performances públicas. Os clubes Athleticos e a educação do corpo (Rio de Janeiro, 1884-1889). **Cadernos de História da Educação**, v.19, n.3, p. 1051-1068, set./dez. 2020.

_____. Preocupações com a educação física: o ensino de práticas corporais nas escolas fluminenses (1836 - anos 1850). **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 44, p.1-28, 2018b.

_____. O sport em transição: Rio de Janeiro, 1851-1868. **Movimento**, Porto Alegre-RS, v. 21, n. 2, p. 363-376, abr./jun. 2015.

MELO, V. A.; KARLS, T. S. Novas dinâmicas de lazer: as fábricas de cerveja no Rio de Janeiro do século XIX (1856-1884). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 147-160, jan./mar. 2018a.

MELO, V. A.; PERES, F. de F. **A gymnastica nos tempos do Império**. Rio de Janeiro: 7 Letras / Faperj, 2014.

MONTEIRO, E. Z. Cidades invisíveis visitadas. Uma leitura de Ítalo Calvino para compreender a paisagem urbana, jan. / 2009, ISSN 2175-6694. **Revista Vitruvius [online]**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/>. Acesso em: 12 set. 2018

NASCIMENTO, F. A. do. Porta de todas as inteligências e carreiras: Instrução, Trabalho e Ciência no Ministério de João Alfredo Corrêa de Oliveira (1870-1875). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo: PUC, n.10, p.7-28, dez. 1993.

NUNES, C. (Des)encantos da Modernidade Pedagógica. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 371-398.

OLIVEIRA, V. F. de e ALMEIDA, N. N. de. Restropecto e atualidade da formação em Engenharia. In: **Trajatória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010, p. 21-52.

OLIVEIRA, C. de J. **NAS ENTRELINHAS DA CIDADE: A Reforma Urbana do Rio de Janeiro no início do século XX e sua imagem na literatura de Paulo Barreto**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

OLIVEIRA, F. J. G. de. Eletrificação e formação do patrimônio territorial da Light na cidade do Rio de Janeiro e no Médio Vale do Paraíba. **Revista Brasileira de Geografia Econômica, Espaço e Economia**, ano II, n. 3, 2013.

PAIXÃO, C. M. Q. **O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, 2008.

PASCHE, A. de M. L. **Entre o trono e o altar: sujeitos, saberes e Instituições escolares na capital do império Brasileiro (1860 a 1880)**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, M. da S. A exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. **ARQTEXTO**, n. 16, p.6-27, 2010. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/>. Acesso em: 27 mar. 2019.

PINHEIRO, M. C., FIALHO JR. R. **Pereira Passos: vida e obra**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos – IPP / Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Coleção Estudos Cariocas, ago. 2006.

PERROTTA, I. A construção dos atrativos turísticos do Rio de Janeiro, a partir dos seus primeiros guias para viajantes estrangeiros. XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, **Anais**. São Paulo, jul. 2011.

PINTO, F. M. **A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

POPKEWITZ, T. S. **Reforma Educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação**. Trad Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

POPKEWITZ, T. e LINDBLAD, S. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75, p. 111-148, ago. 2001.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 9. ed., 2000.
REVEL, J. (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, P. **Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)**. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

ROCCA, F. **São Cristóvão, 420 anos de histórias**. Rio de Janeiro, 1987.

RODRIGUES, F. B. dos R. **Os engenheiros tomam partido: trajetórias e transformações no Clube de Engenharia (1874-1910)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, 2017.

ROSSI, A. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

ROZENBERG, I. M. **O Sistema Internacional de Unidades – SI**. 3. ed. São Paulo: Instituto Mauá de Tecnologia, 2006.

SANCHES, M. G. A Guerra: Problemas e Desafios do Campo da História Militar Brasileira. **Revista Brasileira de História Militar**. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p.6-16, abr. 2010.

SANTOS, A. N. **As freguesias do Rio Antigo**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estud. AV. [online]**, v.2, n.2, p.46-71, 1988.

SANTOS, K. da S.; CARVALHO, R. C.; SARDELLA, A. B.; SALOMÃO, A. S.; MENEZES, P. M. L. de. Evolução da Paisagem da Cidade do Rio de Janeiro, Uma Visão Cartográfica: Aspectos Socioespaciais das Freguesias a Partir do Século XIX. **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Petrópolis-RJ, nov./2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/295861217>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SÃO CRISTÓVÃO: um bairro de contrastes. (Coleção Bairros Cariocas). Rio de Janeiro: Departamento Geral de Patrimônio Cultural: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

SCHUELER, A. F. M. de. **Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro**: práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, 2002.

_____. Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, v. 9, p. 109-139, jan./jun. 2005a.

_____. Entre escolas domésticas e palácios: culturas escolares e processos de institucionalização da instrução primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890). **Revista Educação em Questão**, v. 23, n. 9, p. 160-184, mai./ago. 2005b.

_____. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). **Revista de Educação Pública**, 16 (32), p.131-144, 2007.

_____. Escolas primárias e professores na corte imperial: educação escolar como objeto da história social. **Revista Momento**. Fundação Universidade do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino. In: FONSECA, M. V; BARROS. S. A. P. de (orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói, RJ: EdUFF, 2016, p. 191-216.

SCHUELER, A. F. M. de.; MAGALDI, A. M. B. de M. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo [online]**, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

SCHUELER, A. F. M. de.; RIZZINI, I. Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá-PR, v. 17, n. 1 (44), p. 89-115, jan./mar. 2017.

SCHUELER, A. F. M. de.; RIZZINI, I.; MARQUES, J. de S. Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). **Hist. Educ.** [online], Porto Alegre-RS, v. 19, n. 46, p. 145-165, mai./ago. 2015.

SCHULZ, S. H. **Estéticas Urbanas**: da pólis grega à metrópole contemporânea. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SENRA, N. **História das Estatísticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, vol. 1 - Estatísticas Desejadas (1822_c.1889), 2006.

SILVA, J. C. S. **Teatros da Modernidade**: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

_____. Foucault e as Relações de poder: o cotidiano da sociedade disciplinar tomado como uma categoria histórica. **Revista Aulas** (UNICAMP), v. 3, p. 1-28, 2007a.

_____. **A Reforma Fernando de Azevedo**: tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro, 1927-1930). Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2004.

_____. O USO PÚBLICO DA PALAVRA: sobre a atuação dos intelectuais brasileiros nos séculos XIX e XX. **Educação em Revista**, Belo Horizonte-MG, v.25, n.02, p.305-314, ago. 2009.

SILVA, J. C. S.; BOCCHETTI, A. A Revolução dos bichos e o convite para estranhar algumas certezas na modernidade educacional. In: LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. (Org.). **Distopias e educação**: entre ficção e ciência. Juiz de Fora, MG: Ed. da UFJF, 2016, p. 29-54.

SILVA, J. C. S.; LEMOS, D. C. de A. A História da Educação e os Desafios de Investigar Outros Presentes: algumas aproximações. In: FERREIRA, Márcia Serra; XAVIER, Libania; CARVALHO, Fábio Garcez de. (Orgs.). **História do Currículo e História da Educação**: interfaces e diálogos. Rio de Janeiro: Quartet / FAPERJ, v. 1, p. 61-86, 2013.

SILVA, J. C. S.; SCHUELER, A. F. M. de. Obrigatoriedade Escolar e Educação da Infância no Rio de Janeiro no Século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Veral Lucia Gaspar da. (Orgs.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. 1ed. Cuiabá, MT: Ed. UFMT, v. 1, p. 243-257, 2013.

SILVA, J. C. S.; SOUZA, M. Z. M. de. Corpos Educados, Perigos Controlados: as contribuições da ginástica escolar para a remodelação urbana carioca. **Roteiro**, 2013, p. 237-254.

SILVA, L. Freguesia de Santana na Cidade do Rio de Janeiro - Territórios e etnia no último quartel do século XIX. **Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 7, n. 10, jan./ago. 2015.

_____. **Memórias do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro 1778/1878**: estado, administração e práticas de poder. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SILVA, J. G. da. **Profusão de Luzes**: os concertos nos clubes musicais e no Conservatório de Música do Império. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2007b.

SILVA, M. G. C. F. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, n. 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180179>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SILVA, A. M. P. da. A escola do professor Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, **Anais**. João Pessoa-RN: UFP, ISSN 2236-1855, 2017.

SILVEIRA, L. de A. **Educação e cidade: o papel da escola na preservação do patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SIRINELLI, F. Os intelectuais. In: REMOND, R. (Org). **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SISSON, R. Escolas Públicas do Primeiro Grau. Inventário, Tipologia e História (1870/1945). **Arquitetura Revistas**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, v. 8, 1990.

_____. **Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa**. Rio de Janeiro: Arco, 2008.

SOBRAL FILHA, D. D. **Bethencourt da Silva e a Cultura Arquitetônica do Rio de Janeiro no Século XIX**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SOUSA, E. B. e AMORA, A. M. G. A. O asylo da mendicidade e os planos urbanísticos do século XIX no Rio de Janeiro. **Urbana**, Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP, v.6, n. 8, p. 649-672, jun. 2014.

STRÖHER, R. de A. **Lições albertianas para a teoria e prática da arquitetura contemporânea**. Tese (Doutorado). PROPARG. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2006.

TEIXEIRA, G. B. **Compêndios autorizados, saberes prescritos: uma análise da trajetória dos livros nas escolas da Corte Imperial**. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa Fundação Biblioteca Nacional – MinC, 2008.

TELLES, P. C. da S. **História da Engenharia no Brasil – Séculos XVI a XIX**. 2.ed. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

TELLES, P. C. da S. Um pioneiro em normatização técnica em 1876. **Boletim A3P** - Associação dos Antigos Alunos da Politécnica, n. 124, jan. 1999.

TOLEDO, E. de la G. e LEYVA, G. **Tratado de Metodología de las Ciencias Sociales: Perspectivas actuales**. México: FCE, UAM-Iztapalapa, 2012.

UEKANE, M. N. “Instrutores da Milícia cidadã”: A Escola Normal da Corte e a profissionalização de professores primários (1854-1889). **Dissertação** (Mestrado), UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

VAL, G. M. Uma gazeta e uma corte: a difusão de práticas educativas na invenção de uma população. In: BOTO, C.; AQUINO, J. G. (Org.). **Democracia, Escola e Infância**. São Paulo: FEUSP, 2019, p. 166-182.

VALDEMARIN, V. T. A função social da escola e a constituição da forma escolar (Brasil/Portugal, 1870 – 1932). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 185-206, set./dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/rbhe.2014.009>. Acessada em: 10 ago. 2020.

VARGAS, J. C. e NETTO, V. M. Condições urbanas da caminhabilidade. In: ANDRADE, V. e LINKE, C. C. (org.). **Cidades de pedestres: A caminhabilidade no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Babilônia Cultura Editorial, 2017, p.191-203.

VASCONCELOS, M. C. C. A educação doméstica no Brasil de oitocentos. **Revista Educação em Questão**. Natal-RN, v. 28, n. 14, p. 24-41, jan./jun. 2007.

VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003, p.135-150.

_____. Pensando com Elias as relações entre sociologia e educação. In: FARIA FILHO, L. (ORG.). **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005, p. 139-166.

VIDAL, D. G. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita. **Historia de La Educacion**, Anuario, 2006. p.70-90.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, SP: Autores Associados / Anped, n. 14, p. 19-34, mai./ago. 2000.

VILLELA, H. de O. S. **Da palmatória à lanterna na mágica**: a escola normal da província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-76). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2002.

VINCENT, G.; LAHIRE, B. e THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, MG: Ed. da Universidade Federal de Minas Gerais, n. 33, p.7-47, jun. 2001

VIÑAO FRAGO, A. e ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade – a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

WEID, E. von der. **O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br. Acesso em: 10 out. 2020.

ACERVOS CONSULTADOS

Acervo Digital da Câmara dos Deputados.

Acervo Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Acervo Digital do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

Acervo Digital do Instituto Moreira Salles – IMS.

Acervo Digital do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH.

Acervo fotográfico de Brazil Imperial.

Almanak Laemmert.

National Museum of American History. Disponível em: <https://americanhistory.si.edu/collections/>

Arquivo do Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ.

Arquivo Nacional - AN.

Arquivo Nacional. Acervo digital. Brasil: o Império nos trópicos.

Biblioteca Nacional:

-Portal da Hemeroteca Digital.

-Portal Brasileira Fotográfica.

Biblioteca de Obras Raras do Senado Federal - Acervo digital.

Casa Rui Barbosa.

Center for Research Libraries - Global Resources Network.

GAE - Grupo Ambiente-Educação, vinculado à linha de pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído do Programa de Pós-graduação em Arquitetura – PROARQ-FAU/UFRJ.

FONTES DOCUMENTAIS OFICIAIS

BARÃO DO LAVRADIO. **Relatório do Presidente da Junta de Hygiene sobre o estado sanitário durante o ano de 1878**, apresentado por ao governo em 1879.

BORGES, A. P. de C. **Relatório da Exposição Universal de 1876 na Philadelphia**, 1875.

BRASIL. Aviso de 09/02/1871, Arquivo Nacional.

BRASIL, Aviso nº 49, de 21 de dezembro de 1878.

BRASIL, Parecer da 2ª Seção da Câmara Municipal, de 18/10/1870.

BRASIL. Decreto nº 152, de 16 de abril de 1842.

BRASIL, Decreto nº 1.402, de 17 de junho de 1854.

BRASIL, Decreto nº 798, de 16 de setembro de 1854

BRASIL, Decreto nº 1486, de 13 de dezembro de 1854.

BRASIL, Decreto nº 865, de 9 de agosto de 1856.

BRASIL, Decreto nº 1853, de 17 de dezembro de 1856.

BRASIL, Decreto nº 2.922, de 10 de maio de 1862.

BRASIL, Decreto nº 4.487, de 12 de março de 1870.

BRASIL, Decreto nº 4492, de 23 de março de 1870.

BRASIL, Decreto nº 4.492, de 23 de março de 1870.

BRASIL, Decreto nº 4.615, de 19 de outubro de 1870.

BRASIL, decreto nº 4536, de 7 de junho de 1870.

BRASIL, Decreto nº 4.557, de 30 de julho de 1870.

BRASIL. Decreto nº 4603, de 24 de setembro de 1870 - Imperial Sociedade Amante da Instrução.

BRASIL, Decreto nº 4.628, de 16 de novembro de 1870.

BRASIL, Decreto nº 4864, de 2 de janeiro de 1872 - Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida.

BRASIL, Decreto nº 2.297, de 18 de junho de 1873.

BRASIL, Decreto nº 5.809, de 03 de dezembro de 1874.

BRASIL, Decreto nº 5.940, de 11 de junho de 1875.

BRASIL, Decreto nº 6.967, de 8 de julho de 1878.

BRASIL, Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871.

BRASIL, Lei Geral, de 15 de outubro de 1827.

BRASIL, Decreto nº 1331 – A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprovou o Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte no Rio de Janeiro, por Luis Pedreira do Couto Ferraz.

BRASIL. Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879. Reforma do ensino primário, secundário e superior no município da Corte em todo o Império. Coleção de Leis do Império do Brasil.

BRASIL, **Postura municipal**, de 17/12/1870, Biblioteca do Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224185>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Ministro. **Relatório do Ministério dos Negócios do Império**. R.J., 1870-1888. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MORAES FILHO, M. **CÓDIGO DE POSTURAS**. Leis, Decretos, Editais e Resoluções da Intendencia Municipal do Districto Federal, 1894. Compilação de todo o aparato normativo, aprovado no período de 1843 a 1893. Fonte: Biblioteca do Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224185>. Acesso em: 10 out. 2020.

PASSOS et. al. **Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro**. In: Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1874.

_____. **Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro**. In: Relatório do Ministro dos Negócios do Império de 1876.

REGULAMENTO DA DIRECTORIA DAS OBRAS MUNICIPAES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, da Câmara Municipal, de 9 de outubro de 1868.

RELATÓRIO APRESENTADO AO MINISTRO E SECRETARIO D'ESTADO DOS NEGOCIOS DO IMPERIO, pela Comissão encarregada da direcção dos trabalhos do arrolamento da população do Município da Côrte, em abril de 1870.

RELATÓRIO MINISTERIAL DE CARLOS LEÔNCIO DE CARVALHO DO ANO DE 1878. Ata N.1, de 15 de janeiro de 1877, da Sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Edição 00045. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 15 set. 2020.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ

CIRCULAR, de 13 de julho de 1872.

CIRCULAR nº 7, da Diretoria das Obras Públicas, do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 30 de março de 1876.

CÓDICE 11.2.10 - Instrução pública: várias freguesias 1865

CÓDICE 10.4.2 - Instrução pública: Ensino público, 1832 – 1872

CÓDICE 11.2.10 - Instrução pública: várias freguesias 1865.

LICENÇAS PARA OBRAS. Prefeitura do Districto Federal – Archivo Municipal. Requerimentos separados por ordem alfabética de logradouros 1870 a 1879. Julho, 1996.

OFÍCIO de 28 de outubro de 1871 - Escola de São José, destinado à Câmara Municipal.

OFÍCIO de 7 de fevereiro de 1872.

OFÍCIO de 16 de março de 1872.

OFÍCIO de 24 de abril de 1872.

OFÍCIO de 14 de maio de 1872.

OFÍCIO de 20 de junho de 1872.

OFÍCIO de 1º de julho de 1872.

OFÍCIO de 13 de julho de 1872.

OFÍCIO de 11 de setembro de 1872, do Ilmo Sr. Delegado da Freguesia de São Christovão.

OFÍCIO de 27 de setembro de 1872, do professor Augusto Candido Xavier Cony, da 2ª Escola Pública da Freguesia de São Christovão.

PARECER DO PROFESSOR PÚBLICO JOSÉ MANOEL GARCIA, no dia 18 de julho de 1872, encaminhado ao Conselheiro Dr. Manoel Pacheco da Silva, Reitor do Externato do Imperial Collegio de Pedro Segundo.

RELATÓRIO DO PROFESSOR MANOEL JOSÉ PEREIRA FRAZÃO, da Freguesia de Nossa Senhora da Gloria, do dia 29 de outubro de 1872.

REQUERIMENTO, datado de 20 de setembro de 1840, de Miguel Marques da Rocha.

REQUERIMENTO, datado de 5 de junho de 1865, de Sr. José da Silva Nazareth para ocupar uma vaga de adjunto das Escolas públicas da Corte.

SILVA, Francisco Bethencourt da. Orçamento enviado à Diretoria de Obras Públicas em 23 de outubro de 1871.

_____. Relatório nº 17-71, elaborado em 31 de outubro de 1871.

_____. Relatório, datado de 28 de dezembro de 1872.

Arquivo Nacional - AN.

BRASIL. Aviso N. 104 de 2 de abril de 1870 - Expedem-se Instruções para o arrolamento da população do Município da Côrte. Ministerio dos Negocios do Imperio. Rio de Janeiro, 1870.

BRASIL. Projeto de melhoramentos urbanos, de 04/02/1870.

BRASIL. Ofício nº 168, Câmara Municipal, de 24 de fevereiro de 1870.

BRASIL. Ofício nº 901-70, de 30 de agosto de 1870.

BRASIL. Ofício nº 168-70.

BRASIL. Ofício nº 901-70.

BRASIL. Aviso 19/10/1871.

BRASIL. Aviso 23/10/1871.

BRASIL. Postura municipal, 12/08/1871.

BRASIL. Ofício nº 3-72-18-3, de 12 de março de 1872.

BRASIL. Aviso Ministerial nº 337-1875.

BRASIL. Lei nº 2.640, de 22 de setembro de 1875.

BRASIL. Circular nº 1-77 - 1ª Secção da Directoria das Obras Publicas do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

BRASIL. Aviso nº 49-78.

BRASIL. Orçamento da Receita e Despesa de 1870.

PARECER TÉCNICO, datado de 4 de julho de 1870, dos engenheiros José Pereira Rego, Francisco Bonifácio de Abreu e Antonio Corrêa de Souza Costa, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império - Conselheiro Dr. Paulino José Soares de Sousa.

REGULAMENTO INTERNO DO MATADOURO DE SÃO CHRISTOVÃO. Câmara Municipal, 20/07/1853.

RELATÓRIO DAS PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO QUADRO DE DESPESAS DO IMPÉRIO PARA O EXERCÍCIO DE 1875-1876.

PERIÓDICOS

COVID-19. Publicado em 26 fev. 2021 por G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Primeiro caso de covid-19 no Brasil completa um ano.** Publicado em 26 fev. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Brasil volta a ter tendência de alta na média móvel de casos de Covid:** total de mortes se aproxima de 253 mil. Publicado em 26 fev. 2021 por G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Brasil.** Publicado em 26 fev. 2020 por Alex Rodrigues – Repórter da Agência Brasil - Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, de 18 de abril de 1875, Ano 58, Nº 106. Reportagem da inauguração da Escola da Glória. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 mai. 2021.

Diário do Rio de Janeiro, de 26 de maio de 1860, Ano XL, Nº 62.

Diário do Rio de Janeiro, de 28 de maio de 1860, Ano XL, Nº 64.

Diário do Rio de Janeiro, de 7 de junho de 1860, Ano XL, Nº 74.

Diário do Rio de Janeiro, de 30 de julho de 1860, Ano XL, Nº 127.

Diário do Rio de Janeiro, de 15 de agosto de 1860, Ano XL, Nº 143.

Diário do Rio de Janeiro, de 8 de dezembro de 1860, Ano XL, Nº 254.

Diário do Rio de Janeiro, de 23 de agosto de 1861, Ano XLI, Nº 230.

Diário do Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1861, Ano XLI, Nº 252.

Diário do Rio de Janeiro, de 18 de janeiro de 1865, Ano XLV, Nº 15.

Diário do Rio de Janeiro, de 16 de janeiro de 1867, Ano XLVII, Nº 14.

Diário do Rio de Janeiro, de 13 de março de 1867, Ano XLVII, Nº 62.

Diário do Rio de Janeiro, de 20 de julho de 1867, Ano 50, Nº 184.

Diário do Rio de Janeiro, de 29 de agosto de 1867, Ano 50, Nº 224.

Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1867, Ano 50, Nº 230.

Diário do Rio de Janeiro, de 11 de fevereiro de 1868, Ano 51, Nº 41.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

Diário do Rio de Janeiro, de 21 de abril de 1870, Ano 53, Nº 109.

Diário do Rio de Janeiro, de 2 de agosto de 1870, Ano 53, Nº 211.

Diário do Rio de Janeiro, de 14 de novembro de 1870, Ano 53, Nº 315.

Diário do Rio de Janeiro, de 26 de novembro de 1870, Ano 53, Nº 327.

Diário do Rio de Janeiro, de 30 de dezembro de 1870, Ano 53, Nº 360.

Diário do Rio de Janeiro, de 8 de março de 1871, Ano 54, Nº 66.

Diário do Rio de Janeiro, de 17 de março de 1871, Ano 54, Nº 75.

Diário do Rio de Janeiro, de 27 de março de 1871, Ano 54, Nº 85.

Diário do Rio de Janeiro, de 9 de abril de 1871, Ano 54, Nº 98.

Diário do Rio de Janeiro, de 4 de maio de 1871, Ano 54, Nº 122.

Diário do Rio de Janeiro, de 31 de maio de 1871, Ano 54, Nº 149.

Diário do Rio de Janeiro, de 11 de julho de 1871, Ano 54, Nº 190.

Diário do Rio de Janeiro, de 22 de outubro de 1871, Ano 54, Nº 292.

Diário do Rio de Janeiro, de 4 de dezembro de 1871, Ano 54, Nº 330.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

Diário do Rio de Janeiro, de 23 de janeiro de 1872, Ano 55, Nº 22.

Diário do Rio de Janeiro, de 9 de março de 1872, Ano 55, Nº 67.

Diário do Rio de Janeiro, de 4 de maio de 1872, Ano 55, Nº 121.

Diário do Rio de Janeiro, de 15 de novembro de 1872, Ano 55, Nº 311.

Diário do Rio de Janeiro, de 8 de maio de 1873, Ano 56, Nº 123.

Diário do Rio de Janeiro, de 5 de julho de 1873, Ano 56, Nº 183.

Diário do Rio de Janeiro, de 12 de julho de 1873, Ano 56, Nº 190.

Diário do Rio de Janeiro, de 26 de agosto de 1873, Ano 56, Nº 234.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

Diário do Rio de Janeiro, de 2 de fevereiro de 1874, Ano 57, Nº 33.

Diário do Rio de Janeiro, de 22 de junho de 1874, Ano 57, Nº 171.

Diário do Rio de Janeiro, de 19 de julho de 1874, Ano 57, Nº 198.

Diário do Rio de Janeiro, de 22 de agosto de 1874, Ano 57, Nº 232.

Diário do Rio de Janeiro, de 17 de setembro de 1874, Ano 57, Nº 257.

Diário do Rio de Janeiro, de 1 de outubro de 1874, Ano 57, Nº 271.

Diário do Rio de Janeiro, de 11 de outubro de 1874, Ano 57, Nº 281.

Diário do Rio de Janeiro, de 27 de dezembro de 1874, Ano 57, Nº 357.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Diário do Rio de Janeiro, de 1 de janeiro de 1875, Ano 58, Nº 1.

Diário do Rio de Janeiro, de 2 de junho de 1875, Ano 58, Nº 151.

Diário do Rio de Janeiro, de 9 de agosto de 1875, Ano 58, Nº 220.

Diário do Rio de Janeiro, de 9 e 10 de setembro de 1875, Ano 58, Nº 250.

Diário do Rio de Janeiro, de 5 de setembro de 1875, Ano 58, Nº 246. Ata da 81ª sessão do Senado, de 3 de setembro de 1875.

Diário do Rio de Janeiro, de 30 de outubro de 1875, Ano 58, Nº 151.

Diário do Rio de Janeiro, de 14 de dezembro de 1875, Ano 58, Nº 343.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Diário do Rio de Janeiro, de 1 de janeiro de 1876, Ano 59, Nº 1.

Diário do Rio de Janeiro, de 20 de março de 1876, Ano 59, Nº 76.

Diário do Rio de Janeiro, de 23 de abril de 1876, Ano 59, Nº 107.

Diário do Rio de Janeiro, de 2 de dezembro de 1876, Ano 59, Nº 326.

Diário do Rio de Janeiro, de 3 de março de 1877, Ano 60, Nº 58.

Diário do Rio de Janeiro, de 18 de março de 1877, Ano 60, Nº 73.

Diário do Rio de Janeiro, de 15 de maio de 1877, Ano 60, Nº 129.

Diário do Rio de Janeiro, de 30 de maio de 1877, Ano 60, Nº 144.

Diário do Rio de Janeiro, de 25 e 26 de junho de 1877, Ano 62, Nº 170.

Diário do Rio de Janeiro, de 9 de julho de 1877, Ano 67, Nº 183.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

Diário do Rio de Janeiro, de 16 de julho de 1877, Ano 67, Nº 190.

Diário do Rio de Janeiro, de 27 de julho de 1877, Ano 67, Nº 201.

Diário do Rio de Janeiro, de 30 de julho de 1877, Ano 204, Nº 67.

Diário do Rio de Janeiro, de 7 de agosto de 1877, Ano 67, Nº 212.

Diário do Rio de Janeiro, de 2 de outubro de 1877, Ano 67, Nº 265.

Diário do Rio de Janeiro, de 24 de abril de 1878, Ano 61, Nº 16.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, Terça-feira, 23 de novembro de 1880, Anno I, Nº 117.

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 out. 2020.

PUBLICAÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS HISTÓRICOS

ALMANAK LAEMMERT. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial**: da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro. Redigido por José Antonio dos Santos Cardoso. 31º anno. Rio de Janeiro: Typographia Irmãos Laemmert, 1874.

AZEVEDO, M. de. **O Rio de Janeiro – sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-editor do Instituto Historico Brasileiro, vol. I, 1877a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=28980&view=detalhes>. Acesso em: 27 mar. 2019.

AZEVEDO, M. de. **O Rio de Janeiro – sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-editor do Instituto Historico Brasileiro, vol. II, 1877b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=28980&view=detalhes>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1883-1902.

_____. Antonio Estevão da Costa e Cunha. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1883, p. 156. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. Antonio José Marques. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1883, p. 217. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. Augusto Candido Xavier Cony. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1883, p. 346. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. Candido Matheus de Faria Pardal. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1893, p. 35. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. Francisco Bethencourt da Silva. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1895, p.3-4. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. Francisco Pereira Passos. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1895, p. 89-90. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. Guilhermina de Azambuja Neves. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1895, p. 203. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. João José Moreira. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1895, p. 463. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. José Antonio da Fonseca Lessa. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1898, p. 292-293. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. Manoel José Pereira Frazão. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1900, p. 139-140. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. Rosalina Pereira Frazão. In: BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, v. I, 1902, p. 166. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 25 abr. 2021.

CARLOS CÉSAR DE OLIVEIRA SAMPAIO. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 15 out. 2020.

CARLOS ERNESTO GUINET. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 15 set. 2020.

CARTA ENVIADA POR FRANCISCO JOAQUIM BETHENCOURT DA SILVA PARA O CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15287>. Acessado em 15 abr. 2021.

CARTA ENVIADA POR JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA AO BISPO E CAPELÃO-MOR DA DIOCESE DE S. SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13815>. Acessado em 15 abr. 2021.

CARTA ENVIADA POR JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA A D. PEDRO II. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13685>. Acessado em 15 abr. 2021.

CLUBE DE ENGENHARIA. CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-de-engenharia>. Acesso em: 25 mai. 2019.

DE LARGO DO MATADOURO À PRAÇA DA BANDEIRA. Disponível em: <http://indicio-deocio.blogspot.com/2017/07/de-largo-do-matadouro-para-praca-da.html>. Acesso em: 15 mai. 2021.

FERREIRA, F. Bethencourt da Silva: Perfil Artístico. Rio de Janeiro: Typ. Academica, 1875, p.16. In: SOBRAL FILHA, D. D. **Bethencourt da Silva e a Cultura Arquitetônica do Rio de Janeiro no Século XIX**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015, p. 267.

FREITAS, A. de P. Descrição do novo edifício para Typographia Nacional do Brazil. Revista do Instituto Polytechnico. Tomo XII, p. 38, 1878. In: SOBRAL FILHA, D. D. **Bethencourt da Silva e a Cultura Arquitetônica do Rio de Janeiro no Século XIX**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

INSTRUÇÕES PARA O ASILO DOS INVÁLIDOS DE 1867. In: GOMES, M. A. M. **“A Espuma das Províncias”**. Um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930). Tese (Doutorado) - Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2020.

LESSA, F. **Compêndio de Desenho Geométrico, Geometria prática e princípios de Architectura**, 1871.

MACEDO, B. de. Chefe da Diretoria das Obras Públicas. **Parecer crítico do livro “Águas Potáveis – contribuições à hygiene publica do Rio de Janeiro”**.

MARC FERREZ (1843-1914). Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/2017/08/28/sobre-marc-ferrez/>. Acesso em: 08 out. 2020.

PARECER DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS PARA O SANEAMENTO DA CORTE (1887). Revista do Clube de Engenharia, Ano I, Vol. II, 1887, p.7-12. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per8036/1887/per8036_1887_02/per8036_1887_02_item1/P4.html. Acesso em: 08 out. 2020.

PÓRTICO DO ANTIGO MATADOURO PÚBLICO. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/298. Acessado em 15 mai. 2021.

REBOUÇAS, A. P. Seção de Architectura Civil. Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro, Tomo XVIII, p. 35-37, 1888. In: SOBRAL FILHA, D. D. **Bethencourt da Silva e a Cultura Arquitetônica do Rio de Janeiro no Século XIX**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, 1877. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, de 16 de março de 1878. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO, de 27 de abril de 1878. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA. Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per8036/per8036.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

SCHREINER, L. **Discursos sobre as obras da nova Praça do Commercio e sobre a Architectura no Brazil**. Instituto Polytécnico, 1883.

SISSON, S. A. **Galeria dos Brasileiros Illustres** (Os Contemporâneos). Retratos dos homens mais illustres do brasil, na política, sciencias e letras desde a guerra da independência até os nossos dias. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. SISSON, Editor, 1861.

VIANA, E. da C. A. Architectura do século XIX e Hygiene Publica – Saneamento de uma cidade. **Revista dos Constructores**, 1889.

VIEIRA SOUTO, L. R. **Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro: criticas dos trabalhos da respectiva comissão**. Rio de Janeiro: Lino C. Teixeira, 1875. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221746>. Acesso em: 08 jul. 2020.

VIEIRA SOUTO, L. R. **Relatório de refutação da resposta à crítica dos trabalhos da Comissão de Melhoramentos de 1874**. Rio de Janeiro: Lino C. Teixeira, 1876. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221746>. Acesso em: 08 jul. 2020.

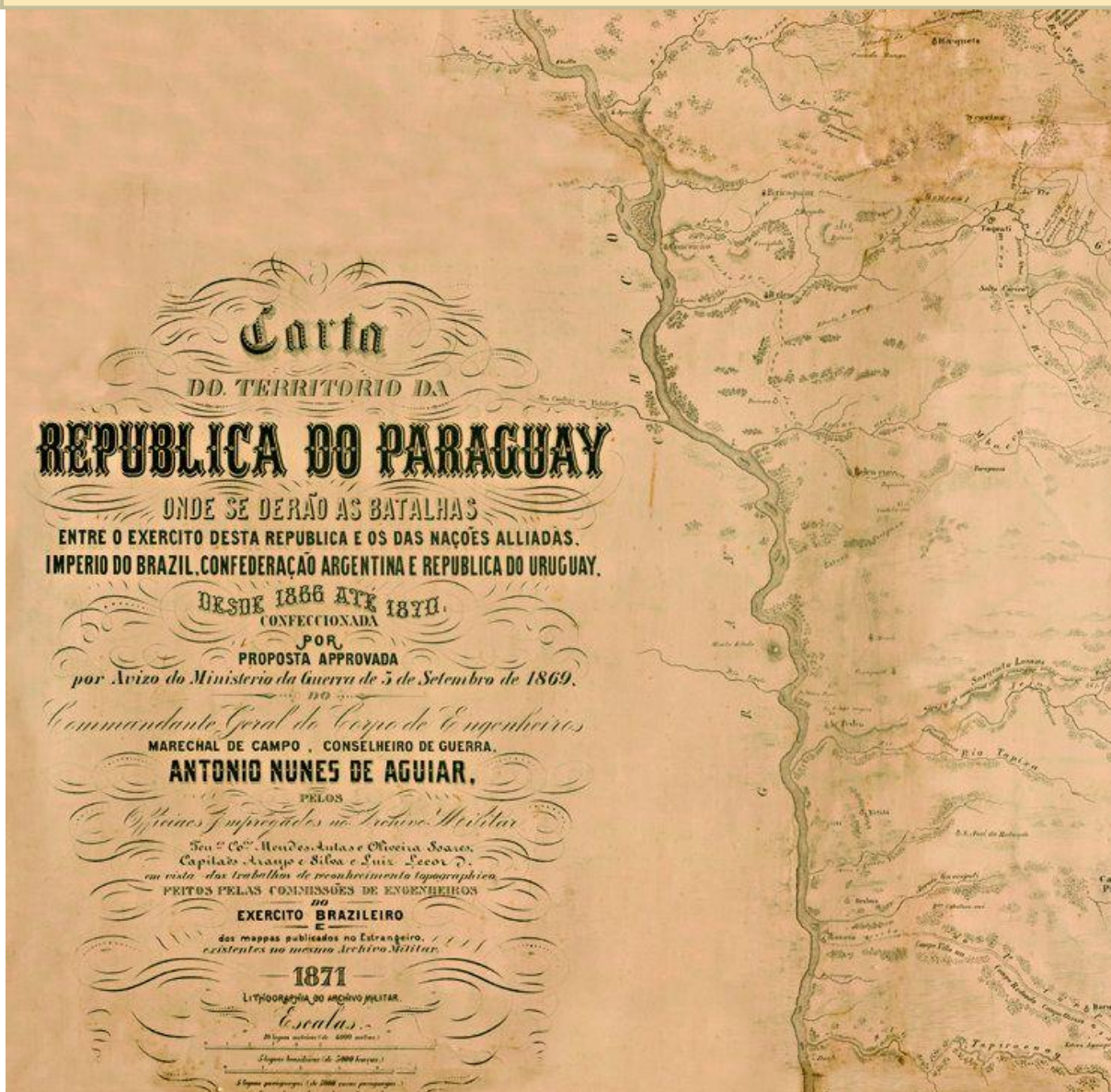
Anexos

Anexo 1: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e de uma parte dos subúrbios. Editores Proprietários Laemmert e Cia. 1890.....	366
Anexo 2: Carta do território da República do Paraguai, 1871. Ministério da Viação e Obras Públicas.....	367
Anexo 3: Plano do Asilo de Inválidos. Ministério da Guerra, 1844.	368
Anexo 4: Título de capacidade. Documento da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do município da Corte, habilitando Maria Adelaide Barata como professora primária. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1878.	369
Anexo 5: Casa de Correção da Corte. Relação de condenados na Casa de Correção da Corte. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1881.....	370
Anexo 6: Carta do diretor e professores da escola noturna de Cancellas ao secretário do Clube Republicano de São Christovão, Luís Leitão, a respeito da indevida ingerência deste na organização da escola. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1881. Arquivo Família Antônio Henrique Leal.....	371

Anexo 1: Planta da Cidade do Rio de Janeiro e de uma parte dos subúrbios. Editores Proprietários Laemmert e Cia. 1890
FONTE: Biblioteca do Senado Federal. Registro sob o nº 7425, 1946.

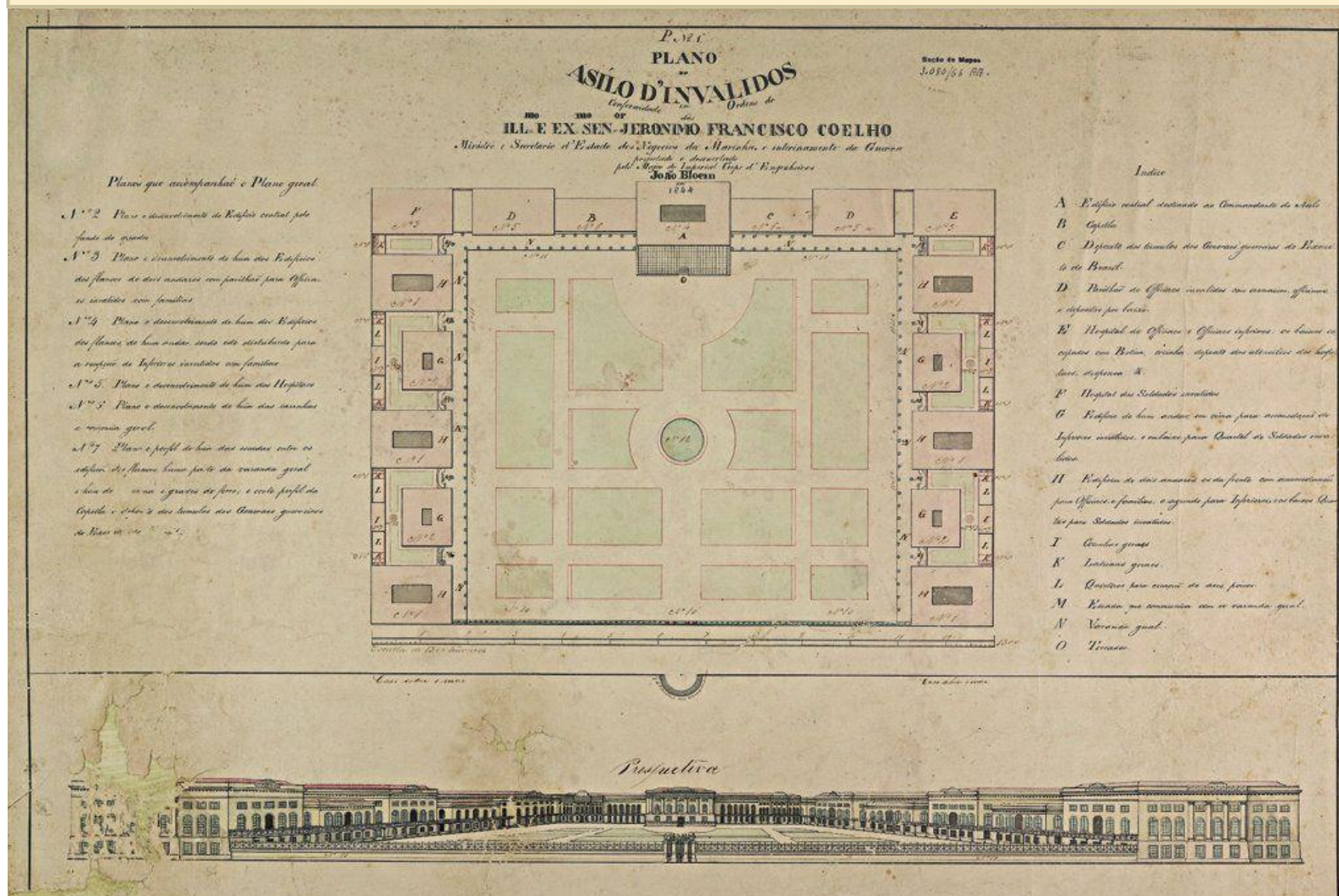


Anexo 2: Carta do território da República do Paraguai, 1871. Ministério da Viação e Obras Públicas.
 FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Brasil: o Império nos trópicos. Disponível em:
<http://exposicoesvirtuais.an.gov.br>. Acesso em: 30/08/2020.



Anexo 3: Plano do Asilo de Inválidos. Ministério da Guerra, 1844.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Brasil: o Império nos trópicos. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br>. Acesso em: 30/08/2020.



Anexo 6: Carta do diretor e professores da escola noturna de Cancellas ao secretário do Clube Republicano de São Christovão, Luís Leitão, a respeito da indevida ingerência deste na organização da escola. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1881. Arquivo Família Antônio Henrique Leal.

FONTE: ARQUIVO NACIONAL. Brasil: o Império nos trópicos. Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br>. Acesso em: 30/08/2020.

Ao Cidadão Luiz Leitão, secretario
 do Club Republicano do 2º Districto da
 Corte, em 23 de outubro de 1881

Os iniciadores da Escola nocturna gratuita da Cancellas,
 por occasião de fundarem esta instituição que inaugurou-se
 em 21 de setembro de 1879, tiveram em mente estabelecer
 um laço de fraternidade com o Club Republicano de S. Christovão,
 a qual se acharam felizardos e em cuja parochia residiam.
 Para esse effeito, os iniciadores collocaram a Escola sob a guar-
 da da fiscalização do Club na parte em que, futuramente, po-
 deria elle exercer uma acção benéfica e moralizadora; e na
 quella parte que, directamente, entendia com o movimento
 de dinheiro, concernente á receita e despesa do Estabelecimento.
 O Club com a melhor vontade accubou o encargo e parochia, mes-
 mo, desvanecer-se dessa incumbencia honrosa, que lhe propor-
 cionou um furo elevado no conceito publico, furo que ainda
 perdura, isto é: que a Escola é obra e futura sua e por elle
 mantida e sustentada.

Um incidente, porém, veio perturbar as relações amigáveis que
 se subsistiam por espaço de mais de um anno entre as duas
 cooperações.

O Club de S. Christovão entendeu reformar, completamente, os
 seus estatutos e, na confecção d'elles, fulgeu-se authorizado a
 legislar para a Escola, sem se recordar que esta casa de
 instrução, não sendo de seu exclusivo dominio e propriedade,
 não podia receber a acção da lei de um poder incompetente
 e illegal.

Essa legislação, que assignalava á Escola uma posição de inferiori-
 dade ou de submissão do Club e, simultaneamente, conferia á